UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
Faculdade de História
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História

Rogério Chaves da Silva

# REFLEXÕES SOBRE O "FAZER HISTÓRICO":
## Uma história da historiografia em (sobre) Goiás (da década de 1920 à de 1990)

Goiânia
2015

sistema de bibliotecas ufg

PRPG
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO

UFG

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

**1. Identificação do material bibliográfico:** **[ ] Dissertação** **[X] Tese**

**2. Identificação da Tese ou Dissertação:**

Nome completo do autor: Rogério Chaves da Silva

Título do trabalho: Reflexões sobre o fazer histórico: uma história da historiografia em (sobre) Goiás (da década de 1920 à de 1990)

**3. Informações de acesso ao documento:**

Concorda com a liberação total do documento [ X ] SIM [ ] NÃO[1]

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

Assinatura do(a) autor(a)[2]

Ciente e de acordo:

Assinatura do(a) orientador(a)[2] Data: 05 /12 /2017

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.
Casos de embargo:
- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

[2] A assinatura deve ser escaneada.

Rogério Chaves da Silva

# REFLEXÕES SOBRE O "FAZER HISTÓRICO":
## Uma história da historiografia em (sobre) Goiás (da década de 1920 à de 1990)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás como requisito parcial à obtenção do título de doutor em História.

**Área de concentração:** Culturas, Fronteiras e Identidades.

**Linha de Pesquisa:** Identidades, Fronteiras e Culturas de Migração.

**Orientador**: Prof. Dr. Luiz Sérgio Duarte da Silva

Goiânia

2015

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob orientação do Sibi/UFG.

Chaves da Silva, Rogério
Reflexões sobre o "fazer histórico": [manuscrito]: uma história da historiografia em (sobre) Goiás (da década de 1920 à de 1990) / Rogério Chaves da Silva. - 2015.
502 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Sérgio Duarte da Silva.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH) , Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2015. Bibliografia. Inclui siglas, fotografias, gráfico, tabelas.

1. História da Historiografia. 2. Teoria da História. 3. Historiografia Regional. 4. História de Goiás. I. Silva, Luiz Sérgio Duarte da, orient. II. Título.

FACULDADE DE HISTÓRIA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

UFG

Ata da Sessão de julgamento da Defesa de Tese de Doutorado de **Rogério Chaves da Silva.** Aos 18 (dezoito) dias do mês de setembro de dois mil e quinze (2015), com início às 14h30, nas dependências da Faculdade de História, teve lugar a sessão de julgamento da Defesa de Tese de Doutorado do estudante **Rogério Chaves da Silva,** cujo título é: **Reflexões sobre o "fazer histórico": uma história da historiografia em (sobre) Goiás (da década de 1920 à de 1990).** A Banca Examinadora foi composta, conforme portaria nº049/15-FH, de 04 de setembro de 2015, pelos seguintes Professores Doutores: **Luís Sérgio Duarte da Silva – UFG (Presidente), Estevão Chaves de Rezende Martins - UnB, Eliézer Cardoso de Oliveira - UEG, Noé Freire Sandes - UFG, Lena Castello Branco Ferreira de Freitas – UFG** e, como suplentes, **Arthur Alfaix Assis - UnB, Carlos Oiti Berbert Júnior – UFG e Cristiano Pereira Alencar Arrais - UFG.** Os Examinadores argüiram na ordem citada, tendo o candidato respondido satisfatoriamente as questões que lhe foram formuladas. Às 18:30 horas, a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão secreta tendo sido o candidato aprovado

Prof. Dr. **Estevão Chaves de Rezende Martins - UnB** Ass.

Decisão (aprovado)

Prof. Dr. **Eliézer Cardoso de Oliveira - UEG** Ass.

Decisão (Aprovado)

Prof. Dr. **Noé Freire Sandes – UFG** Ass.

Decisão (aprovado)

Profa. Dra. **Lena Castello Branco Ferreira de Freitas –UFG** Ass.

Decisão (aprovado)

Presidente da Banca Prof. Dr. **Luís Sérgio Duarte da Silva – UFG** Ass.

Decisão (aprovado)

Reaberta a Sessão Pública, o Presidente da Banca Examinadora proclamou os resultados e encerrou a Sessão, da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim,Daiany Mendonça Alves, secretária do Programa de Pós-Graduação em História, e pelos membros da Banca Examinadora.

Coordenador:

Prof. Dr. Marlon Jeison Salomon

Secretária: Daiany Mendonça Alves

Daiany Mendonça Alves

***A todos(as) aqueles(as)que se dedicaram à pesquisa histórica em Goiás***

## AGRADECIMENTOS

Quero manifestar minha gratidão àquelas pessoas e instituições que contribuíram, direta ou indiretamente, para que essa pesquisa se concretizasse. Começo agradecendo ao amigo Prof. Antônio da L. Júnior, Diretor Geral do Campus Paraíso do IFTO, que viabilizou meu afastamento, sem o qual não conseguiria concluir essa tese. Sou grato à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG), na pessoa de sua competente presidente, Prof.ª Maria Zaira Turchi, que tornou possível realizar uma antiga aspiração (desde os tempos de graduação), a de ser bolsista de pesquisa conservando meu vínculo empregatício. Aos colegas de trabalho do IFGoiano: à Prof.ª Alessandra Edna, que me abriu as portas do Campus Avançado de Hidrolândia, possibilitando meu regresso ao estado de Goiás; aos professores Paulo S. Melo, amigo "para o que der e vier", Iuri Rodrigues, sempre compreensivo com minhas demandas acadêmicas e Sidney Silva que, na reta final desse trabalho, mostrou-se um amigo fiel e um interlocutor atento, além de me emprestar, sem reservas, seus conhecimentos linguísticos.

É fundamental reconhecer, ainda, a importância que Universidade Federal de Goiás exerceu em minha formação profissional, pois, entre graduação, especialização, mestrado e doutorado, foram mais de quinze anos de aprendizado nessa instituição. Inevitável assumir como alguns professores foram decisivos em minha trajetória acadêmica. Agradeço a Carlos Oiti Berbert Júnior e a Luiz Sérgio Duarte da Silva, responsáveis, respectivamente, pelo despertar e por meu ardor por Teoria da História. Ao Sérgio, sou grato por ter me acompanhado, como orientador, em todo meu percurso acadêmico. Sempre se mostrou um grande incentivador de meus empreendimentos historiográfico e, com certeza, sua postura desprendida como cientista da cultura e sua paixão pelas "coisas humanas" fizeram-me entender que tanto a "República de Weimar" quanto a "musicalidade goiano-romântica" de Lindomar Castilho merecem ser estudadas por nós, cientistas dos fenômenos simbólicos.

Injusto seria deixar de mencionar outros professores que se tornaram referências importantes para o historiador e professor de História que me tornei: Noé Freire Sandes, Dulce O. Amarante, Eugênio R. de Carvalho, Cristina de Cássia Moraes, Barsanufo G. Borges, Ana Tereza Gonçalves, Heliane P. Nunes e Terezinha Duarte. Certamente, extrai um pouco de cada um deles

(as) nesse processo formativo. Gostaria de agradecer, também, aos professores Danilo Rabelo e Cristiano A. Arrais, cujas discussões suscitadas em suas disciplinas acrescentaram bastante a essa pesquisa. Não poderia deixar de registrar, ainda, a disponibilidade dos professores Noé e Eugênio, que me franquearam obras de seus acervos particulares, e da professora Lena Castello Branco de Freitas, que me recebeu em sua aconchegante residência para que eu conhecesse um pouco mais sobre a história da História em Goiás.

Por fim, desejo externar minha gratidão às pessoas mais próximas, cuja convivência e afetividade, ajudaram-me a tornar essa longa caminhada menos desgastante. Aos meus pais (base de toda minha formação), à Lalá (e Anitinha), Naná, Bisa, Sérgio (compadre), Delvina, Bruno e Rodrigo, pessoas as quais tenho o privilégio de tê-las por perto (mesmo na distância). No entanto, quero dedicar esse trabalho a dois entes queridos, que estiveram (e estão) ao meu lado todos os dias, sob quaisquer circunstâncias, e que foram extremamente compreensivos, suportando minha "ausência da presença" em vários momentos dessa jornada de mais de quatro anos. À Míria, esposa e companheira de todas as horas, que como Penélope de Ítaca teceu "longos bordados" (mas sem pretendentes a sua volta), esperando, pacientemente, seu marido "retornar" dessa "extenuante batalha"; e ao meu amado filho Breno Yuri que, mesmo sem entender porque o pai dele estudava tanto em casa, foi uma inspiração diária.

*A relação de uma teoria da história, consciente de suas dificuldades práticas, com a práxis da pesquisa empírica e da historiografia, consciente de suas dificuldades teóricas (de seu déficit reflexivo), pode ser comparada, metaforicamente, com a relação entre uma servidora e sua senhora. Para não aparentar falsa modéstia, pode-se utilizar, para caracterizar essa relação, uma expressão de Kant: não uma servidora que carrega, por trás, a cauda do vestido de sua senhora, mas sim que leva, à frente, a lâmpada que ilumina o caminho (com essa fórmula, Kant referia-se à relação da filosofia com a teologia). Isso não quer dizer, por certo, que toda luz na ciência da história provenha da teoria, mas apenas que as coisas ficam mais claras quando o pensamento histórico reconhece sua aptidão à racionalidade também na operação de explicitar-se por seus princípios.*

*Jörn Rüsen (2001)*

## RESUMO

Esta pesquisa consiste em um trabalho de História da Historiografia, cujo objetivo é a análise da produção historiográfica regional desenvolvida em (sobre) Goiás entre as décadas de 1920 e 1990. Assim, foram investigados textos da historiografia regional que se dedicaram ao estudo de temas relativos à história de Goiás, para tanto, foram analisados os contextos de produção, as influências e as tendências teóricas, os métodos de pesquisa, além de alguns aspectos narrativos e normativos que envolveram o conhecimento histórico produzido acerca do passado da região. Constatou-se que a história dessa historiografia regional novecentista pode ser pensada a partir de dois períodos distintos, cada qual com seu modelo historiográfico característico: o primeiro, emanado da escrita de "historiadores autodidatas", cujas pesquisas históricas marcaram a historiografia regional desde as décadas iniciais do século XX até os anos 1960; e o segundo, constituído por investigações históricas produzidas por pesquisadores ligados à universidade, formadores de uma historiografia acadêmica pós-1970. Portanto, procurou-se confrontar esses diferentes modos de apreensão dos fenômenos do passado e, ao mesmo tempo, demarcar as especificidades normativas, teóricas, metodológicas, empíricas e narrativas contidas nesses dois arquétipos historiográficos.



Palavras-chave: História da Historiografia, Teoria da História, Historiografia Regional, História de Goiás.

**ABSTRACT**

This research consists in a History of Historiography work, aimed at the analysis of the regional production of historiography developed in (about) Goiás from 1920 to 1990. Thus, we investigated texts of regional historiography which were dedicated to the study of issues related to the history of Goiás, therefore, we analyzed the production contexts, the influences, and the theoretical trends, the research methods, besides some narrative and normative aspects involving the historical knowledge produced about the region's past. It was found that the history of this regional historiography of the nineteenth century can be considered from two distinct periods, each with its distinctive historiographical model: the first, originating from the writing "self-taught historians" whose historical researches have shaped the regional historiography from the early decades of the twentieth century until the 1960s; and the second, consisting of historical researches produced by researchers linked to the university, trainers of a post-1970 academic historiography. Therefore, we tried to confront these different modes of apprehension of past phenomena, and, at the same time, mark the normative, theoretical, methodological, empirical and narrative specificities contained in these two historiographical archetypes.

Keywords: History of Historiography, Theory of History, Regional Historiography, History of Goiás.

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Nº de dissertações por década (Pós-Graduação em História/UFG) .....21
GRÁFICO 2: Nº de dissertações em história regional/local por década (Pós-Graduação em História/UFG) ..... 25
GRÁFICO 3: Nº de pesquisas por períodos históricos (Década de 1970) ..... 217
GRÁFICO 4: Nº de pesquisas por períodos históricos (Década de 1980) ..... 284
GRÁFICO 5: Nº de pesquisas por períodos históricos (Década de 1990) ..... 371

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Nº de dissertações de mestrado em história regional (Goiás) por ano (Programa de Pós-Graduação em História/UFG) .....26
TABELA 2: Nº de teses de doutorado em história regional (Goiás) por ano (Programa de Pós-Graduação em História/UFG) ..... 27
TABELA 3: Nº de dissertações de mestrado em história regional (Goiás) por ano (Programa de Pós-Graduação em História da PUCGoiás) ..... 27

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Relação dos cursos de Pós-Graduação em História no Brasil (1971-1975) ..... 206
QUADRO 2: Nº de orientações por docente/história regional (Programa de Mestrado em História/UFG – década de 1970) ..... 208
QUADRO 3: Docentes do Departamento de História e Geografia do IHCL (1972)..... 214
QUADRO 4: Repercussão da tese de livre-docência de Luis Palacin na historiografia regional. 254
QUADRO 5: Nº de orientações por docente/história regional (Programa de Mestrado em História/UFG – década de 1980) ..... 280
QUADRO 6: Nº de orientações por docente/história regional (Programa de Mestrado em História/UFG – década de 1990) ..... 358-360

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Monumento ao Anhanguera/Capa da obra História de Goiás (Zoroastro Artiaga).. 174
FIGURA 2: Pedro Ludovico/Contracapa da obra História de Goyaz de Zoroastro Artiaga (edição de 1935)..... 187

## LISTA DE SIGLAS

AGEPEL – Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico

AGL – Academia Goiana de Letras

APUH – Associação Nacional dos Professores Universitários de História

ANPUH – Associação Nacional de História

CEB – Centro de Estudos Brasileiros

CECAB – Centro de Estudos do Caribe no Brasil

COLUSCO – Comissão Bilateral Luso-Brasileira de Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental

CPT – Comissão Pastoral da Terra

IAG – Instituto dos Advogados de Goiás

ICB – Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Goiás

ICHL – Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Goiás

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IHGG – Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

IPEHBC – Instituto de Pesquisas e Estudos do Brasil Central

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IQG – Instituto de Química e Geociências da Universidade Federal de Goiás

FCHF – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás

FFCL – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal de Goiás

PUCGoiás – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

RIHGB – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

RIHGG – Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás

SBTHH – Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia

SGC – Sociedade Goiana de Cultura

SPHAN – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SUDECO – Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste

UCG – Universidade Católica de Goiás

UFG – Universidade Federal de Goiás

UNB – Universidade de Brasília

USP – Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO ..... 17

**CAPÍTULO 1 – DESLINDANDO HISTÓRIAS DA HISTORIOGRAFIA NO BRASIL: APONTAMENTOS PARA UM ITINERÁRIO ANALÍTICO ..... 35**

1.1 Prolegômenos conceituais ..... 46

1.2 Anotações sobre uma história da historiografia crítica ..... 51

1.2.1 José Honório Rodrigues e a "história combatente" ..... 51

1.2.2 Carlos Guilherme Mota: a cultura brasileira e suas faces ideológicas ..... 58

1.2.3 José Carlos Reis e as identidades do Brasil ..... 63

1.3 Os balanços historiográficos em perspectiva ..... 73

1.3.1 José R. do Amaral Lapa: um panorama da historiografia brasileira ..... 73

1.3.2 Carlos Fico e Ronald Polito: avaliando a historiografia dos anos 1980 ..... 78

1.4 Historiando historiador(es)/intelectual(is) e obra(s) ..... 83

1.4.1 Francisco Iglésias e os historiadores do Brasil ..... 83

1.4.2 José Jobson Arruda e a historiografia brasileira contemporânea ..... 92

1.5 História da historiografia como promotora de reflexões meta-históricas ..... 98

1.5.1 Jurandir Malerba e o exercício de crítica historiográfica ..... 98

1.5.2 Astor Diehl: as matrizes da cultura historiográfica brasileira ..... 107

1.5.3 Delineando o próprio roteiro analítico ..... 115

**CAPÍTULO 2 - NOS CAMINHOS DE UMA PRODUÇÃO HISTÓRICA AUTODIDATA EM GOIÁS (DÉCADAS DE 1920 À DE 1960) ..... 120**

2.1 A integração de Goiás a um projeto de nação e a modernidade no estado: debates acalorados dos anos 1920 e 1930 ..... 124

2.2 Construindo História(s) de Goiás: um diálogo com a tradição do IHGB ..... 138

2.2.1 Americano do Brasil: médico por formação, historiador por vocação ..... 138

2.2.2 Colemar Natal e Silva: um jurista aficionado por história ..... 151

2.2.3 Zoroastro Artiaga: um professor transitando entre a Geografia e a História ..... 158

2.3 A escrita da História e um empreendimento de identidade regional ..... 164

**CAPÍTULO 3 – NAS TRILHAS DE UMA PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA ACADÊMICA EM SEU PRELÚDIO (GOIÁS – ANOS 1960 E 1970) ..... 190**

3.1 Constituindo uma ambiência acadêmica: a institucionalização dos cursos de História nas Universidades Católica e Federal de Goiás (década de 1960) ..... 193

3.2 Os sintomas de uma inflexão historiográfica no início dos anos 1970... ..... 202

3.3 A feitura da História em (de) Goiás a partir de novas concepções e perspectivas..... 216

3.4 Um novo fazer histórico: a pesquisa histórica com outras exigências metodológicas ..... 232

3.5 A importância de *Goiás (1722-1822): estrutura e conjuntura numa capitania de minas*, de Luis Palacin, para a historiografia regional..... 242

3.6 Nos limites da narrativa e da orientação: outras identidades afloradas ..... 260

3.7 Os rastros de outros procedimentos teórico-metodológicos..... 270

**CAPÍTULO 4 – PERCURSOS DA HISTORIOGRAFIA REGIONAL EM GOIÁS NOS ANOS 1980 ..... 277**

4.1. Redefinindo a área de concentração e demarcando novos rumos à pesquisa histórica em Goiás: "História das Sociedades Agrárias" ..... 279

4.2. A história de (em) Goiás vista sob lentes marxistas..... 291

4.3. Modernização e Ideologia: conceitos recorrentes na historiografia regional dos oitenta..... 312

4.4. O esvaecimento historiográfico dos *Annales* e a presença teórica de Max Weber ..... 329

4.5. "Antigas" fontes, novos olhares ..... 338

4.6. Em busca de afirmação de uma "identidade teórica", e por que não "teórico-política"?..... 349

**CAPÍTULO 5 – UM TRÁFEGO ENTRE VIAS HISTORIOGRÁFICAS: A PRODUÇÃO HISTÓRICA EM GOIÁS NA DÉCADA DE 1990..... 357**

5.1. Outros ventos historiográficos soprando em Goiás: um novo contexto de produção ..... 365

5.2. Sobre alguns lugares de reconhecimento: o fazer histórico entre "carências" e "funções" de orientação ..... 382

5.3. Produzindo História em um "período de fronteira historiográfica" ..... 389

5.4. Topografando fontes e métodos na historiografia regional dos noventa..... 415

5.5. Revisitar para revisar: tecendo novas linhas interpretativas sobre história de Goiás ..... .425

CONSIDERAÇÕES FINAIS ..... 452

FONTES ..... 470

REFERÊNCIAS ..... 488

## INTRODUÇÃO

O interesse por investigar e dar sentido, através de uma narrativa histórica, ao passado de uma região que, espacialmente, foi denominada de Goiás[1] remonta o século XIX e teve, naquela época, a figura do Padre Silva e Souza[2] como seu primeiro grande expoente. Afamando como "fundação" da história de Goiás a partida da expedição de Bartolomeu Bueno da Silva, em 1722, ou propriamente o noticioso achado de minas ouro no sertão dos *Goyaze* em 1725, a historiografia que se investiu da tarefa de narrar "o passado goiano"[3] elaborou diversos relatos sobre os mais variados fenômenos pretéritos ocorridos no território de Goiás. Enredado pelas penas de cronistas, viajantes, memorialistas, estudiosos, historiadores e outros interessados em produzir narrativas sobre os mais diversos acontecimentos históricos, o passado da região foi contado de distintas formas, de acordo com o modo de se produzir história em cada época. No oitocentos, Luis Antônio da Silva e Souza, Raimundo José da Cunha Mattos[4] e José M. P. de Alencastre[5] constituíram uma verdadeira "trindade historiográfica" em Goiás, que ficou notabilizada por

[1] O "território goiano", do ponto de vista político-administrativo, pertencia à Capitania de São Paulo, mas a partir do Alvará de 8 de novembro de 1744, foi criada a Capitania de Goyaz. Embora sua criação tenha sido em 1744, somente em novembro de 1749, o primeiro governador de Goiás, Conde dos Arcos, tomou posse. Assim como outras capitanias, Goiás tornou-se Província no início dos anos 1820, e com a instalação da República, uma unidade da federação. Com a promulgação da Constituição de 1988, parte considerável do território que pertencia a Goiás passou a constituir o recém criado estado do Tocantins.

[2] O padre Luiz Antônio da Silva e Souza era de Serro Frio, Minas Gerais, e veio para Goiás em fins do século XVIII, após ter concluído seus estudos eclesiásticos na Europa. Em 1812, escreveu *Memória sobre o descobrimento, governo, população e cousas mais notaveis da capitania de Goyaz,* que foi publicada no Jornal *O Patriota*, em 1814, e na Revista do IHGB, tomo V, vol. 12, 1849. Para o economista e historiador goiano Paulo Bertran (2010), a *Notícia Geral da Capitania de Goyaz*, de 1783, foi um relato histórico sobre a capitania anterior ao de Silva e Souza, inclusive, acredita Bertran, que a *Notícia Geral* teria se constituído na principal fonte de consulta do cônego para a elaboração dessa "*Memória*".

[3] Apresentar o termo "passado goiano" entre aspas revela a cautela que se deve ter ao se referir a fenômenos do passado pertencentes a uma região, cuja abordagem e definição ficam inscritas aos limites geográficos. Ao se estudar fenômenos simbólicos, produto da ação humana no passado, é necessário ter a consciência de que tais fenômenos apresentam diversas facetas, sejam de ordem subjetiva, social ou cultural, os quais extrapolam os meros limites geográficos. A referência que está sendo feita ao "passado goiano" está intimamente ligada às narrativas que buscaram produzir "histórias sobre Goiás", ou àquelas que procuraram investigar eventos pretéritos que, de alguma forma, estiveram relacionados à região que, espacialmente, fora denominada Goiás.

[4] Raymundo José da Cunha Mattos desembarcou na Província de Goyaz, em 1823, na condição de primeiro Governador das Armas. Permaneceu neste posto até 1826 e foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Dentre seus escritos, destacamos *Chorographia histórica da Provincia de Goyaz,* publicado na Revista do IHGB, tomo XXXVII, 1ª parte, 1874 e tomo XXXVIII, 1ª parte, 1875.

[5] José Martins Pereira de Alencastre assumiu a presidência da Província de Goyaz, em 1861. Escreveu, em 1863, *Annaes da Provincia de Goyaz,* publicada na Revista do IHGB, tomo XXVII, 2ª parte, 1864 e no tomo XXVIII, 2ª parte, 1865.

registrar, cada qual à sua forma, os fenômenos históricos "dignos" de serem conhecidos pelas gerações posteriores.

Na primeira metade do século XX, por assim dizer, até a década de 1960, essa tarefa de construção da(s) história(s) de Goiás foi levada a cabo, predominantemente, por memorialistas, genealogistas e historiadores autodidatas. No interior desse escol de cultores da história goiana, encontramos nomes como o de Henrique Silva, Americano do Brasil, Zoroastro Artiaga, Ofélia Sócrates Monteiro, Sebastião Fleury Curado, Colemar Natal e Silva, Jaime Câmara, dentre outros(as). Em sua maioria, médicos, políticos, jornalistas, advogados, militares, enfim, estudiosos de história ávidos por narrarem fenômenos do passado ocorridos nas latitudes goianas. Desbravar as trilhas das primeiras bandeiras que adentraram o sertão ocupado pelos índios *goyaze*; deslindar a aventura de Bartolomeu Bueno da Silva[6] em busca do eldorado; auscultar a formação dos primeiros arraiais, vilas, cidades; inquirir sobre os rumos tomados pelo ouro e pela agropecuária em Goiás; perquirir sobre os sentidos atribuídos à Revolução de 1930 e à construção da jovem capital, Goiânia; eis algumas linhas interpretativas mestras para se compreender o "passado dessa região".

Plasmados, em vários aspectos, pelos moldes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) de se praticar história, essa intelectualidade goiana produziu um tipo de escrita da história em que se avultavam os aspectos políticos e administrativos do passado. Valorizando o factual e a sequência cronológica dos eventos, buscava-se, no trato com as fontes, construir quadros amplos, sínteses, súmulas acerca dos fenômenos históricos ocorridos em Goiás. Congregando estudiosos, em muitos casos, pertencentes à ao Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG) e (ou) à Academia Goiana de Letras (AGL), essa "corporação intelectual" mostrava-se sequiosa por divulgar as potencialidades econômicas, as singularidades históricas e as tradições do estado. Seus textos de História ressumavam a tentativa de se procurar no passado, rastos, indícios, traços, que amparassem um determinado projeto de memória e de conformação da identidade regional.

A partir dos anos 1960, porém, esse panorama historiográfico goiano começou a ganhar uma nova fisionomia. O estabelecimento das Universidades Católica[7] (UCG) e Federal de Goiás

[6] Segundo a versão oficial, Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera filho, foi o bandeirante responsável pela expedição que, após sair da Capitania de São Paulo, em 1722, teria retornado, em 1725, com a notícia sobre os achados auríferos da região dos índios *goyaze*. Bueno tornou-se, em 1726, o superintendente que iniciou o processo de exploração dessas minas, período em ocorreu uma intensa migração para a região.

[7] Atualmente, Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUCGoiás).

(UFG) e a consequente oferta do curso superior em História, em ambas as instituições, contribuíram, sobremaneira, não só para a formação de professores(as) de História (que era o foco inicial do curso), mas também para a constituição de uma nova comunidade de especialistas voltada para a produção de pesquisas históricas feitas sob a rubrica acadêmica. Não obstante, foi no início da década de 1970 que ocorreu uma inflexão substancial na produção historiográfica em Goiás. Essa reformulação nos modos de se produzir História foi resultado da conjugação de alguns elementos capitais: a realização do VI Simpósio Nacional da Associação Nacional do Professores Universitários de História (ANPUH) em Goiânia, no ano de 1971; a defesa da tese da livre-docência[8] pelo professor Pe. Luis Palacin Gomez e sua atuação como pesquisador; a criação do Programa de Mestrado em História da Universidade Federal de Goiás e o doutoramento de docentes/pesquisadoras que atuavam na cena historiográfica goiana (Dalísia E. Martins Doles, Maria Augusta S. de Moraes e Marivone Matos Chaim[9]), fatos ocorridos entre 1972 e 1973[10].

Dentre esse elenco de fatores, faz-se *mister* salientar, rapidamente, que a ocorrência do VI Simpósio Nacional de História da ANPUH[11] propiciou aos "historiadores goianos" o contato com renomados pesquisadores do país e com as discussões em voga no proscênio historiográfico brasileiro daquele período. Além disso, possibilitou o diálogo com professores da Universidade de São Paulo (USP) no sentido de se criar um mestrado em História. Essa parceria foi, então, firmada em 1972 e resultou na implantação do Programa de Mestrado em História da UFG, que teve papel fundamental para que as pesquisas historiográficas em Goiás ganhassem maior rigor teórico-metodológico. Esse contato com a USP, importantíssimo para essa reformulação da historiografia no estado, foi intensificado com a procura por seu curso de doutorado pelos "historiadores

[8] Tese intitulada *Goiás 1722-1822: Estrutura e Conjuntura numa Capitania de Minas*, depois reeditada como *O Século do Ouro em Goiás*. Certamente, uma das pesquisas de maior repercussão entre os(as) historiadores(as) que se dedicaram à história regional.

[9] As professoras Dalísia Doles, Maria A. Moraes e Marivone Chaim defenderam, entre 1972 e 1973, na Universidade de São Paulo, suas teses de doutorado, intituladas, respectivamente: *Comunicações Fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX*, *Contribuição para o estudo político e oligárquico de Goiás* e *Aldeamentos indígenas e sua importância no povoamento da capitania de Goiás no século XVIII (1749-1811)*.

[10] Com essa exposição, não pretendemos estabelecer marcos fundadores para essa "virada historiográfica" em Goiás, e sim ressaltar como alguns acontecimentos e pesquisadores foram fundamentais para os rumos tomados pela produção historiográfica no estado. Desenvolveremos, com maior precisão, esses argumentos no terceiro capítulo.

[11] Embora tenhamos consciência sobre a importância dos eventos científicos na formação daquilo que Raquel Glezer (1976) chamou de "colégio invisível" ou também para o mapeamento das temáticas e discussões em voga em cada contexto, o grande volume de pesquisas que analisamos acabou nos impossibilitando de dedicarmos ao estudo de outros importantes eventos científicos ocorridos em Goiás durante as três últimas décadas do século XX.

goianos"[12]. Interagir com os docentes e pesquisadores uspianos significava, naquele momento, absorver discussões relativas à História e exigências acadêmicas que, em sua maioria, ainda não faziam parte da prática historiográfica em Goiás. Daí a importância dessa aproximação. Mas, agregado a esses fatores, não podemos esquecer que a atuação do historiador Luis Palacin Gomez foi, igualmente, substancial para que se descortinasse um novo horizonte na produção de conhecimento histórico em Goiás, principalmente a partir da defesa de sua tese de livre-docência, obra clássica da historiografia regional.

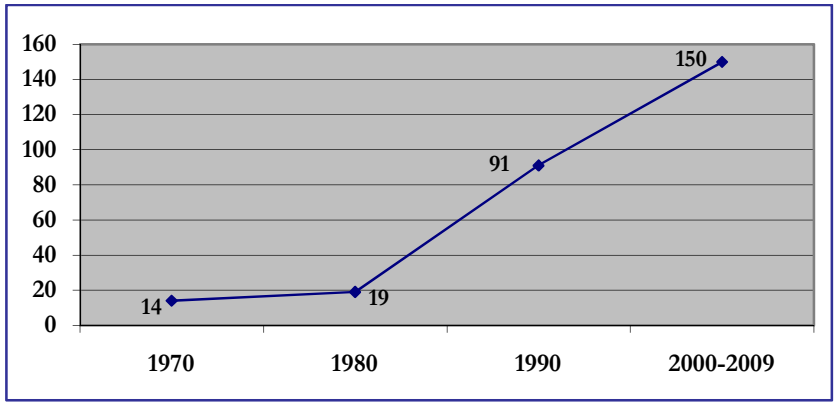
Foi, então, investindo nessas questões que compreendemos como, no início dos anos 1970, um novo cenário historiográfico se configurou em Goiás. Marcada por particularidades teórico-metodológicas, essa historiografia acadêmica se apresentou com uma fisionomia distinta a da produção anterior: o exame crítico das fontes históricas utilizadas, o cuidado metodológico, o recurso a aportes teóricos debatidos no universo acadêmico, a produção/apropriação de conceitos históricos e a formulação de hipóteses que passariam pelo crivo da crítica acadêmica. Enfim, uma historiografia preocupada com a validação científica dos resultados investigativos. Sem embargo, é preciso ressalvar que a produção autodidata não foi interrompida. Fora dos muros da universidade, ela continuou sendo cultivada, seguindo seus próprios caminhos, confeccionada em paralelo com as pesquisas acadêmicas, ou até sendo objeto de investigação por estas últimas. Afinal, a escrita sobre os fenômenos humanos do passado nunca foi monopólio dos historiadores formados nos quadros universitários.

Com o desenho deste novo panorama historiográfico, o Programa de Mestrado, hoje Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História da UFG, acabou se constituindo, desde seu estabelecimento, em 1972, até os dias hodiernos, em um dos principais lócus de produção de conhecimento histórico em Goiás. Expondo o histórico das pesquisas (dissertações)[13] elaboradas no interior do Programa (gráfico 1), temos uma dimensão sobre sua incontestável contribuição para o desenvolvimento da disciplina histórica e para a formação de pesquisadores no estado:

[12] O doutoramento na USP foi um caminho de qualificação seguido pela maioria dos professores que atuou nos Departamentos de História da UFG e da UCG. Além das professoras mencionadas, podemos citar: Lena C. Branco, Ana Lúcia da Silva, Barsanufo G. Borges, Nasr F. Chaul, Heliane Prudente, Ledonias Garcia, dentre outros(as).

[13] As primeiras teses de doutorado do Programa de Pós-Graduação em História *Stricto Sensu* da UFG foram defendidas em 2007, mas não foram consideradas nesses números, pois o intento é o de comparar a produção por década.

**Gráfico 1 – Nº de dissertações de mestrado por década (Pós-Graduação em História/UFG)**




**Fonte: Dados da pesquisa**

Espreitando, há algum tempo, esse histórico do Programa e persistindo em nossas andanças pelas paragens historiográficas goianas[14], vimos uma fenda reflexiva aberta. Mesmo com uma vastíssima produção e com uma pós-graduação com mais de quarenta anos de labor historiográfico, curiosamente, não surgira qualquer trabalho preocupado em explorar, meticulosamente, a extensa historiografia brotada em Goiás[15]. Foi atraído por esse vácuo historiográfico que lançamo-nos ao desafio de nos enveredar sobre um tema ainda não enfrentado pelos historiadores desse estado: a feitura de uma história da historiografia voltada para a análise da produção historiográfica elaborada em Goiás ao largo (de grande parte) do século XX.

Acreditando que o esforço de se produzir uma história da historiografia adquire importância na medida em que dialoga e possibilita reflexões nos domínios da teoria da História,

[14] Desde a graduação, cultivamos o interesse pelo estudo da historiografia regional. Entretanto, foi somente no mestrado que desenvolvemos um trabalho dessa natureza. Na dissertação intitulada *O Jesuíta e o Historiador: a produção historiográfica de Luis Palacin sob o prisma da matriz disciplinar de Jörn Rüsen*, tentamos aliar nosso gosto por teoria da História e historiografia regional, dedicando-nos à análise dos textos historiográficos de Luis Palacin. Ancorados nas reflexões teóricas de Jörn Rüsen, examinamos como sua estada em Goiás, por quase quarenta anos, e suas raízes jesuíticas são fundamentais para a compreensão de seus esforços como historiador.

[15] Um esforço pontual foi realizado pela professora Gilka V. Salles que, por ocasião da XXIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), ocorrida em Curitiba, em julho de 1971, proferiu a comunicação intitulada "A pesquisa histórica em Goiás", que depois foi publicada pela Revista de História da USP (n. 43, v. 88, p. 453-491, 1971). É justo mencionar também que, em sua tese de doutorado, *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*, defendida na USP, em 1995, o professor Nasr F. Chaul realizou, de certa forma, um exercício de história da historiografia, mas direcionado para as fontes históricas e interpretações que consagraram o conceito de decadência aplicado à "realidade goiana" a partir do ocaso da atividade mineradora. Além disso, examinou as representações historiográficas que foram construídas em torno do atraso, durante a Primeira República, e da modernidade em Goiás a partir da Revolução de 1930 e da construção de Goiânia. Outro exercício conciso de reflexão sobre a história da historiografia em Goiás, foi o da historiadora Sônia Maria de Magalhães, num ensaio intitulado "A escrita da História em Goiás nos últimos 50 anos" (2011, p. 125-143), publicado na obra *Do passado para o futuro: edição comemorativa dos 50 anos da ANPUH*, em 2011, pela Editora Contexto.

intentamos discutir questões e problemas atinentes à prática de historiar e, a partir desse exercício, analisar a produção historiográfica fabricada em Goiás (seja ela acadêmica ou não) num quadrante temporal delimitado, dos anos 1920 ao entardecer do novecentos. Do mesmo modo, na convicção de que os estudos sobre a historiografia brasileira também avançam na medida em que se investiga, minuciosamente, os rumos tomados pelas historiografias regionais, entregamo-nos a um empreendimento dessa natureza, o qual se apresenta como uma tentativa de contribuição ao conhecimento acerca das formas de se produzir História em Goiás no século XX.

Considerando ainda que, por meio da teoria da História, o pensamento histórico expande sua capacidade não só de fundamentar-se como, principalmente, de criticar-se, almejamos esquadrinhar um inventário de produtos historiográficos que nunca foram examinados em seu conjunto, sob um acurado olhar panorâmico. Germinada no espaço acadêmico goiano, nossa pesquisa consiste, de certo modo, em um autoexame, uma reflexão sobre os domínios de uma determinada produção historiográfica da qual também faz parte. Trata-se de uma análise sobre os próprios modos de se fazer História, mas sob a perspectiva de uma autocrítica, viabilizada pelos instrumentais reflexivos ofertados pela teoria da História.

Buscamos, destarte, "historiar" as diferentes práticas de produção de conhecimento histórico brotadas em Goiás, num tratamento amplo do fenômeno historiográfico, entendido enquanto exercício intelectual que estuda a experiência humana do passado. Pretendemos, assim, compreender e explorar o movimento dinâmico apresentado pela historiografia, perscrutando os contextos de produção, as influências e tendências teóricas, os métodos de pesquisa, os aspectos narrativos e normativos e, em menor grau, algumas questões relativas à circulação desse conhecimento histórico produzido em Goiás no novecentos.

Mas para a concreção de um empreendimento de tal envergadura, vários esclarecimentos e escolhas precisam vir à baila de modo a deixar nossa proposta investigativa transparente. Quanto à delimitação temporal, é necessário aclarar que, inicialmente, trataríamos somente da produção acadêmica elaborada em nível de pós-graduação, desde a implantação do Programa de Mestrado em História da UFG, em 1972, até o fim do século XX. No entanto, esse itinerário foi redimensionado. Ao depararmos com a concepção de História e com as formas de representação da experiência do passado emergidas com a vivência acadêmica em Goiás, pensamos que seria produtivo, cognitivamente, recuar ao panorama da produção anterior, isto é, aquela confeccionada por "historiadores autodidatas", para verificar se a forma de se produzir conhecimento histórico

era a mesma antes e depois da institucionalização dos cursos de História nas universidades goianas. O interesse era o de cotejar esses modos de apreensão dos fenômenos do passado e expor os diferentes elementos normativos, cognitivos, empíricos e estéticos que envolveram esses dois momentos da produção historiográfica no estado. Com esse redimensionamento temporal de nosso trabalho, constatamos que a historiografia elaborada em Goiás durante o século XX pode ser pensada a partir de dois momentos principais, com seus modelos historiográficos característicos: o de textos de História confeccionados por memorialistas, genealogistas e "historiadores autodidatas", cujas narrativas marcaram a historiografia regional desde início do século até os anos 1960; e o de trabalhos produzidos por pesquisadores ligados à universidade, formadores de uma historiografia acadêmica pós-1970. É preciso acrescentar, contudo, que esse segundo panorama comporta uma diversidade de autores e de práticas historiográficas cujas especificidades serão abordadas nessa pesquisa.

A eleição dos anos 1920 como ponto de partida dessa investigação deve-se ao fato de ser um período em que uma determinada intelectualidade goiana, sintonizada com os debates políticos nacionais, investiu-se da responsabilidade de escrever não só sobre as potencialidades econômicas do estado, mas também sobre a história de Goiás. Atentos às discussões sobre o papel do litoral e do sertão na formação de uma nação moderna, esses estudiosos goianos desejavam divulgar Goiás, seja exaltando suas riquezas naturais e suas possibilidades econômicas, seja enaltecendo sua cultura e sua história. E foi nesse contexto que esses intelectuais começaram a produzir um modelo de historiografia muito praticado em Goiás até os anos 1960.

Já a decisão por findar nossa pesquisa com a análise de trabalhos de fins da década de 1990 obedeceu a alguns imperativos metodológicos. Como podemos observar no gráfico anterior, nos dez anos iniciais do século XXI, a produção historiográfica no estado cresceu em progressão geométrica. Com a alteração de sua área de concentração e linhas de pesquisa[16], o Programa de Pós-Graduação em História da UFG aprovou seu doutorado e cresceu bastante nesse período.

[16] No limiar do século XXI, houve toda uma mobilização no sentido de viabilizar as condições necessárias para a recomendação do doutorado, que foi criado em 2003. Logo, com a implantação do Programa de Pós-Graduação em História *Stricto Sensu* (mestrado e doutorado), em substituição ao Mestrado em História das Sociedades Agrárias, a área de concentração passou a ser denominada "Culturas, Fronteiras e Identidades". A temática das "regionalidades" foi mantida em uma das linhas de pesquisa ("Sertão, Regionalidades e Projetos de Integração"), sendo as outras: "História, Memória e Imaginários Sociais", além de "Identidades, Fronteiras e Culturas de Migração". Com a mais recente reformulação, ocorrida em fins de 2011, a área de concentração permaneceu a mesma ("Cultura, Fronteiras e Identidades"), sendo que outras linhas de pesquisa foram criadas: "Fronteiras, Interculturalidades e Ensino de História"; "Ideias, Saberes e Escritas da (e na) História" e "Poder, Sertão e Identidades".

Além disso, é preciso considerar que a criação do Programa de Mestrado em História da PUCGoiás, em 2006, também contribuiu para que houvesse um aumento exponencial das pesquisas históricas realizadas no estado. Porém, se incluíssemos os trabalhos elaborados no primeiro decênio do século XXI, nosso objeto de inquirição, que já é extenso, ficaria ainda mais vasto, tornando-se, do ponto de vista analítico, impraticável para um só autor. Por esse motivo, optamos por encerrar nossa análise dedicando-nos às pesquisas confeccionadas na última década do novecentos.

Esclarecido os limites temporais dessa tese, faz-se imprescindível lançar à ribalta a questão das fontes históricas. Por se tratar de um experimento de história da historiografia, as fontes utilizadas consistem em produtos historiográficos elaborados por pesquisadores(as) que investigaram a experiência humana do passado. Incluímos nesse rol, textos escritos por estudiosos do passado humano com ou não formação acadêmica. Essa assertiva nos conduz a outros aclaramentos. No tocante à produção historiográfica da primeira metade do século XX, não adentraremos às memórias nem às genealogias, embora elas tenham sido praticadas de forma assaz durante o período (e até à *posteriori*). Isso porque são estilos narrativos complexos, cujas particularidades semânticas e estilísticas nos arrastariam para outras reflexões, demandando muito tempo de estudo e análise para uma pesquisa já laboriosa. Logo, com relação a historiografia que vigorou até os anos 1960, concentraremo-nos sobre os escritos produzidos por "historiadores autodidatas", ou seja, aqueles elaborados por estudiosos que, mesmo não tendo formação especializada na disciplina histórica, manejaram documentos e construíram textos sobre história de Goiás. Antônio Americano do Brasil, Zoroastro Artiaga e Colemar Natal e Silva foram os beletristas escolhidos para essa perscrutação historiográfica[17].

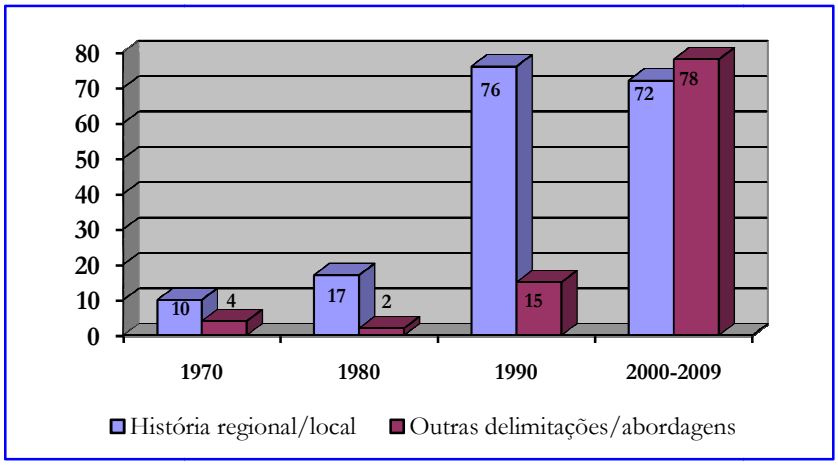
Quanto ao conjunto de trabalhos acadêmicos, constituintes do segundo panorama dessa historiografia, decidimos não listar, nem examinar, pesquisas oriundas das graduações e especializações em História. Isso não significa, evidentemente, um aviltamento desses trabalhos. Como há uma miríade deles, inseri-los em nossa investigação tornaria nossa tarefa, que se pretende analítica, e não meramente catalográfica, inexequível. Sendo assim, no tocante a esse segundo cenário historiográfico goiano do XX, manusearemos as seguintes de fontes: dissertações

[17] Além de se tratar de três estudiosos bem conhecidos no cenário intelectual goiano, outro critério utilizado para a escolha desses historiadores como objeto de análise é o fato de seus trabalhos serem bastante citados, principalmente, nas primeiras pesquisas da "historiografia acadêmica".

elaboradas no Programa de Mestrado da UFG[18]; dissertações e teses de doutorado confeccionadas em outros Programas, mas aquelas que tiveram repercussão no proscênio historiográfico goiano[19]; além de pesquisas feitas por historiadores que atuaram tanto na UFG quanto UCG, e que foram produto da própria dinâmica acadêmica.

Em meio a esta travessia metodológica foi preciso enfrentar outra encruzilhada. Diante dos vários caminhos possíveis que se abriam, decidimos trilhar um curso preciso: a análise das pesquisas que se debruçaram sobre fenômenos inscritos à história de Goiás, formadoras daquilo que, comumente, é chamado de historiografia regional. Tal opção se justifica pelo fato de que, na quadratura temporal abarcada por essa tese, a maioria dos esforços produzidos, em termos de pesquisa histórica, esteve relacionada a objetos inscritos à história de Goiás. Examinando a produção do Programa de Mestrado da UFG, é possível verificarmos (gráfico 2) que, até o fim do século XX, claramente, sobrepujava o interesse pela investigação de temas regionais e/ou locais.

**Gráfico 2 – Nº de dissertações em História Regional/Local por década (Pós-Graduação em História UFG)**




**Fonte: Dados da pesquisa**

[18] É importante assinalar que a historiografia acadêmica aqui analisada não se constituiu somente de textos de História escritos por historiadores de formação. Pesquisas no âmbito da História produzidas por sociólogos, geógrafos, filósofos, arquitetos, assistentes sociais, dentre outras formações, principalmente de pesquisadores que cursaram o Mestrado em História da UFG, também foram objeto de análise.

[19] Veremos que a maior parte das teses de doutorado que analisamos foram elaboradas na USP. Isso não significa que negligenciamos trabalhos de outros programas que se dedicaram ao estudo de temas relativos à história de Goiás. O critério que norteou nossa seleção foi a repercussão que essas pesquisas encontraram no cenário historiográfico goiano.

Observando esses números concernentes às dissertações de mestrado, perceberemos que, diferentemente das três últimas décadas do novecentos, no primeiro decênio do século atual, houve, nitidamente, um arrefecimento das investigações voltadas para a história regional. Em termos percentuais, isso significa que nos anos 1970, daquilo que foi produzido no Programa, cerca de 71% versou sobre história regional/local. Na década de 1980, porém, esse percentual subiu para, aproximadamente, 89% das pesquisas. Já nos anos 1990, embora tenha ocorrido um aumento considerável no número de investigações do Programa, os trabalhos de história regional/local representaram 84% das dissertações. Todavia, nos dez primeiros anos subsequentes, essa realidade se alterou. Ainda que a quantidade de pesquisas, em números absolutos, tenha crescido consideravelmente, a percentagem de inquirições inscritas à história regional, de 2000 a 2009, ficou na casa dos 48%. Portanto, diferentemente das três últimas décadas do século XX, em que essas pesquisas predominavam no estado, é possível perceber que, nos últimos anos, houve um arrefecimento[20] dos trabalhos no âmbito da história regional. Para enxergarmos com nitidez esse fenômeno, observemos os dados das tabelas abaixo (1, 2 e 3):

**Tabela 1 – Nº de dissertações de mestrado em História Regional (Goiás) por ano (Programa de Pós-Graduação em História/UFG)**

| Ano de Defesa | Dissertações (H.Regional)/ Total de dissertações por ano | Ano de Defesa | Dissertações (H. Regional)/ Total de dissertações por ano | Ano de Defesa | Dissertações (H. Regional)/ Total de dissertações por ano | Ano de Defesa | Dissertações (H. Regional)/ Total de dissertações por ano |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | **1980** | **00**/00 | **1990** | **06**/06 | **2000** | **11**/15 |
| | | **1981** | **01**/01 | **1991** | **06**/06 | **2001** | **10**/13 |
| **1972** | **00**/00 | **1982** | **07**/07 | **1992** | **10**/10 | **2002** | **06**/10 |
| **1973** | **00**/00 | **1983** | **00**/00 | **1993** | **01**/01 | **2003** | **11**/18 |
| **1974** | **00**/01 | **1984** | **00**/01 | **1994** | **06**/07 | **2004** | **09**/18 |
| **1975** | **02**/02 | **1985** | **03**/03 | **1995** | **11**/14 | **2005** | **05**/12 |
| **1976** | **01**/01 | **1986** | **00**/00 | **1996** | **06**/08 | **2006** | **06**/13 |
| **1977** | **01**/03 | **1987** | **03**/03 | **1997** | **12**/15 | **2007** | **05**/13 |
| **1978** | **06**/07 | **1988** | **02**/03 | **1998** | **06**/09 | **2008** | **04**/20 |
| **1979** | **00**/00 | **1989** | **01**/01 | **1999** | **12**/15 | **2009** | **05**/18 |
| **Relação Década** | **10**/14 | **Relação Década** | **17**/19 | **Relação Década** | **76**/91 | **Relação Década** | **72**/150 |
| **% por Década (Reg.)** | **71%** | **% por Década (Reg.)** | **89%** | **% por Década (Reg.)** | **84%** | **% por Década (Goiás)** | **48%** |
| **Percentual de dissertações de mestrado em História Regional/Goiás até o ano de 2009** | | | | | | | **64%** |

**Fonte: Dados da pesquisa**

[20] Certamente, trata-se de uma questão que merece um estudo específico e mais aprofundado e que, por sua complexidade, não estará contemplada nessa tese de doutorado.

**Tabela 2 – Nº de teses de doutorado em História Regional (Goiás) por ano (Programa de Pós-Graduação em História/UFG)**

| Ano de Defesa | Teses (História Regional)/ Total de dissertações por ano | % de Teses em História Regional/ano |
|---|---|---|
| **2007** | **01**/02 | 50% |
| **2008** | **01**/03 | 33% |
| **2009** | **00**/02 | 00% |
| **2010** | **04**/06 | 67% |
| **2011** | **02**/09 | 22% |
| **Relação/ 4 anos iniciais de defesa** | **08**/22 | |
| **Percentual de teses de doutorado em História Regional nos quatro anos iniciais de defesas** | | **36%** |

**Fonte: Dados da pesquisa**

**Tabela 3 – Nº de dissertações de mestrado em História Regional (Goiás) por ano (Programa de Pós-Graduação em História/PUCGoiás)**

| Ano de Defesa | Teses (História Regional)/ Total de dissertações por ano | % de Teses em História Regional/ano |
|---|---|---|
| **2008** | **05**/05 | 100% |
| **2009** | **10**/15 | 67% |
| **2010** | **06**/11 | 54% |
| **Relação/ 4 anos iniciais de defesa** | 21/31 | |
| **Percentual de dissertações de mestrado em História Regional nos quatro anos iniciais de defesas** | | **68%** |

**Fonte: Dados da pesquisa**

Fitando os dados anteriormente expostos, um fato é indiscutível: as pesquisas confeccionadas no interior dos Programas de Pós-Graduação em História da UFG e PUCGoiás, desde suas respectivas criações até o ano de 2010, estiveram voltadas para temas relacionados à história regional/local (Goiás). Não obstante, olhando-os com maior zelo, é plausível afirmar que o interesse por temas com essa delimitação/abordagem vem perdendo sua pujança nos últimos anos se compararmos ao investimento feito em outros temas e delimitações espaço-temporais. Os números das dissertações de mestrado do Programa da UFG são evidentes no que tange a esse fenômeno. As teses de doutorado do mesmo Programa, apesar de demonstrar certa irregularidade nos percentuais/ano, indicam que, do total de trabalhos produzidos nos quatro primeiros anos de defesas, somente 36% deles estiveram relacionados à história regional/local. Já no Programa de Pós-Graduação em História da PUCGoiás, embora até 2010, as dissertações com esse alvo totalizassem 68% das pesquisas realizadas, a cada ano o percentual de investigações relacionadas

à história regional/local vem diminuindo. Mas como a presente pesquisa abarca uma quadra temporal em que a produção historiográfica em Goiás esteve, acentuadamente, mirada para a história regional/local, dedicamos nossa atenção à análise desses trabalhos historiográficos que foram predominantes no estado durante o período elegido. Decorre dessa escolha, a proposta de se produzir uma história da historiografia ***em (sobre) Goiás*** (da década de 1920 à de 1990).

Uma vez estabelecido o núcleo da investigação, é forçoso fazer emergir outras problemáticas relacionadas a um trabalho com esse mote. A despeito da opção feita por pesquisas de história regional, temos a consciência de que a produção historiográfica em Goiás, no período compreendido, não se restringiu à historiografia regional. Pesquisas com outras delimitações espaciais, com outras propostas que não o viés regional/local (atinentes à Goiás), foram também confeccionadas e serão mencionadas nessa tese na medida em que for necessária qualquer ilação analítica. Por outro lado, é preciso entender que um experimento de história da historiografia com pretensões tão abrangentes implica em algumas restrições. Embora se trate de uma verticalização reflexiva acerca da produção histórica regional, a adoção de uma quadratura temporal tão alongada e o manejo de uma grande quantidade de fontes fez com que, em determinadas questões, adotássemos uma abordagem mais horizontal, um exame mais epidérmico. A infinidade de temas, objetos de investigação, campos de pesquisa, perspectivas teóricas, procedimentos metodológicos, estilos narrativos tratados nessa tese impossibilitou-nos, em vários momentos, de aprofundar às especificidades de alguns domínios, perspectivas, discussões historiográficas e, principalmente, inviabilizou o tratamento minucioso de um *quantum* tão numeroso de conceitos carreados para essa inquirição.

A fixação desses diferentes momentos da produção historiográfica em Goiás exige, também, explicações pormenores. Nosso esforço em periodizar a história dessa historiografia[21] não comporta, em seu cerne, fases estanques, como se a cada etapa demarcada nascesse um determinado tipo de produção decretando o óbito da anterior. Evidente que o exercício periodizador acaba lançando um olhar sobre as generalidades, atentando-se para o conjunto, para as similitudes e as tendências. Ao cravar a retina sobre aquilo que se repete, essa perspectiva acaba por valorizar as homogeneidades. Embora tenhamos ciência de que nossa análise esteve focada na regularidade, tentamos, ao longo desse trabalho, não esvaziar a diversidade, a heterogeneidade.

[21] Os textos historiográficos, objetos de investigação, serão situados, temporalmente, de acordo com a data de publicação, no caso daqueles produzidos por "historiadores autodidatas". Em se tratando da historiografia acadêmica, priorizaremos o ano de defesa da dissertação ou da tese, com raras exceções.

Buscamos não eclipsar o descontínuo, o pontual, o extraordinário, pois, ainda que ocorressem sobreposições, certas "hegemonias", aconteceram, igualmente, interposições, justaposições de acepções teóricas, de práticas metodológicas e de modos narrativos nos diferentes momentos da produção historiográfica no estado. Os "cortes" no tempo indicam a tentativa de ordenação de determinadas experiências, posturas e formatos historiográficos mais característicos de cada momento, além de evidenciar a preocupação em situar instantes de inflexões. A organização de "tempos historiográficos", em sua maioria, entabulada em décadas, não representa a instalação de limites rígidos entre os períodos, mas também não deixa de revelar que, nos primeiros anos de cada decênio, coincidentemente, algumas mudanças (de ordens diversas) vicejaram no cenário historiográfico goiano. O que pode aparentar, por assim dizer, uma concepção retilínea de ordenação dos "períodos historiográficos", com molduras equiláteras, de fronteiras precisas, de contagem exata, abriga em si um arranjo temporal com acordes entonados tanto pelas mudanças e pelo característico, quanto semitonados pelas permanências e pelo excepcional[22].

A propositura de uma averiguação científica voltada para análise de pesquisas sobre história regional ainda reclama elucidações quanto à definição de região com a qual opera. Região, formulação intelectual tão cara à Geografia, por estar intrinsecamente ligada à questão do espaço, ainda hoje engendra acres polêmicas. Desde há algum tempo não mais monopólio dos geógrafos, este conceito vem ocupando páginas importantes de estudos por parte de antropólogos, sociólogos, economistas e historiadores. No caso propriamente da História, os chamados "estudos regionais" herdaram alguns debates oriundos da historiografia francesa, sobretudo de autores ligados aos *Annales*. Propugnadores de uma maior aproximação com outras ciências, por meio da interdisciplinaridade, os historiadores dos *Annales* buscaram na Geografia, nas Ciências Sociais, na Antropologia, na Psicologia, elementos que contribuíssem com uma nova concepção de história, diferente da história política tradicional, "dos grandes feitos", dos "grandes homens", que impunha um modelo de narrativa histórica contínua, linear e pouco analítica. No tocante à aproximação com Geografia, por exemplo, a incorporação de estudos de Vidal de La Blache pelo

[22] Reconhecemos, contudo, que este procedimento de "seccionar" uma produção em décadas é muito comum quando se pensa a história de determinada historiografia, mas, ao mesmo tempo, muito problemática. Em nosso caso, a opção por tal periodização se deve ao fato de que, por meio de nossa pesquisa, constatamos que, coincidentemente, no início de cada uma das três últimas décadas do século XX, houve algum tipo de reformulação que operou mudanças na produção historiográfica regional. Como mencionamos, mesmo periodizando a historiografia acadêmica em décadas, não elidiremos as continuidades que se deram na história da historiografia regional em Goiás.

historiador Fernand Braudel foi fundamental para a geo-história concebida em *O Meditarrâneo* e para uma nova acepção conferida o conceito de região.

No Brasil, com o estabelecimento, nos anos 1970, dos programas de pós-graduação em História e sua posterior consolidação nos anos 1980 e 1990, observou-se o grande crescimento de pesquisas em história regional. Segundo Amado (1990), a própria mudança no conceito de região, o esgotamento das "macro-abordagens", o estímulo a este tipo de pesquisa pelos cursos de pós-graduação em alguns estados e as próprias transformações experimentadas na história brasileira, que reordenou a relação entre as regiões do país, foram fatores que, conjugados, ajudam-nos a entender o recrudescimento desta modalidade de pesquisas históricas. A própria influência dos *Annales*, tão sentida em grande parte desses programas, desde a década de 1970, também contribuiu para a assunção desse tipo de abordagem. Desde então, os estudos regionais se constituíram em pedra de toque das pesquisas históricas confeccionadas no interior de muitos programas. Adentrando aos arquivos estaduais ou locais, muitos deles em péssimo de conservação e pouco explorados, os pesquisadores se entregaram à inquirição de fontes relacionadas ao passado inscrito a sua "região", geralmente o estado ou um município específico. O resultado haurido desse tipo de exploração histórica foi a constituição de pesquisas que apresentaram intrincadas e oblíquas conexões entre o local, o regional e o nacional. Esse fenômeno também ocorreu no Programa de Pós-Graduação em História da UFG. Durante as décadas de 1970, 1980 e 1990, o interesse de pesquisa esteve voltado, sobremaneira, para a investigação de fenômenos, eventos, personagens, imagens, representações, dinâmicas, discursos, movimentos, contextos relacionados, de alguma maneira, ao "passado da região", seja o estado de Goiás como um todo, seja relativo à de alguns municípios goianos.

Embora não se tenha uma concepção unívoca acerca do conceito de região, Vera Silva (1990) argumenta que:

> região só se entende, então, metodologicamente falando, como parte de um sistema de relações que ela integra. Deve, portanto, ser definida por referência ao sistema que nos fornece seu princípio de identidade. Assim, pode-se falar tanto de uma região no sistema internacional, como de uma região dentro do estado nacional ou dentro e uma das unidades de um sistema político federativo. Pode-se falar, igualmente de uma região cujas fronteiras não coincidam com fronteiras políticas juridicamente definidas (SILVA, 1990b, p. 43).

É de fundamental importância frisar que região, como aqui abordada, consiste numa concepção fluida, pois ao mesmo tempo em que lança mão de uma divisão político-administrativa para delimitar o objeto de estudo da historiografia regional (os fenômenos "inscritos à história de Goiás"), leva em conta que esses textos incorporam elementos sociais, políticos, econômicos e, sobretudo, culturais que extrapolam esse limite geográfico. Temos a consciência, portanto, de que essas fronteiras que estremam "o regional" são limites formais colocados para se compreender os eventos históricos de uma dada espacialidade e não uma demarcação historiográfica rígida.

No caso específico das pesquisas em história regional, podemos ilustrar a complexidade dessa questão por meio das investigações sobre o "antigo norte goiano"[23], hoje estado do Tocantins[24]. Tomemos como exemplo a dissertação de mestrado de Napoleão Araújo de Aquino, defendida na UFG, em 1996, e intitulada *A Construção da Belém-Brasília e a Modernidade no Tocantins*. Embora estudasse um fenômeno histórico anterior à criação do estado (consagrada na Constituição de 1988), ou seja, a construção da Rodovia Belém-Brasília (BR-153), o texto dissertativo esteve voltado para os impactos econômicos, políticos, sociais e, sobretudo, demográficos, sobre uma região que, administrativamente, pertencia ao estado de Goiás, mas que fora apropriada pelo autor como "Tocantins", tendo em vista que no final do trabalho fez um breve tópico sobre a construção de Palmas e sua relação com a rodovia. Deste modo, é compreensível que, diante dessa problemática histórico-geográfica, Aquino fizesse a opção vocabular (ou seria ela identitária?), pela "modernidade no Tocantins", até porque o referido historiador estava radicado há algum tempo na jovem unidade da federação. Esse dilema enfrentado por Napoleão Aquino nos dá uma pequena amostra de como são fluidas essas fronteiras políticas e também nos alerta para o cuidado que devemos ter quando tratamos de "delimitações espaciais" precisas.

Conforme se vê, os imperativos trazidos pela demarcação desses limites histórico-espaciais não obliteram a consciência de que desenhamos contornos de ordem formal, pois, ao manejarmos

[23] Podemos citar algumas dissertações de mestrado do programa da UFG: *O movimento separatista do norte de Goiás (1821-1988)*, da professora da PUC-Goiás Maria do E.S. Cavalcante, de 1990, e *Um Porto no Sertão: cultura e cotidiano em Porto Nacional (1880-1910)*, da professora da UEG Maria de Fátima de Oliveira, de 1997. A pesquisa de Luis Palacin, *O Coronelismo no Extremo Norte de Goiás: Padre João e as três revoluções de Boa Vista*, publicada em 1990, também se enquadra neste rol de trabalhos.

[24] Outra questão que também pode ilustrar a fluidez dessas fronteiras é a própria constituição étnico-cultural dessa região. Desde séculos atrás até os dias de hoje, é patente a influência de elementos étnicos e culturais do norte e nordeste do Brasil nesse território que outrora fora Goiás, mas, atualmente, é o estado do Tocantins. Esse dado, difícil de ser desconsiderado, já inviabilizaria uma concepção rígida de região, tomada como uma delimitação meramente político-administrativa.

pesquisas que lidam com eventos pretéritos vivenciados por seres simbólicos, produtores de cultura, esses fenômenos ultrapassam limites político-administrativos. Ainda que delimitada espacialmente, não tomamos região como um espaço estático, reduzido à chave do geográfico, e sim como um local extremamente dinâmico, ambiente de disputas, de "lutas simbólicas" (BOURDIEU, 2007), mas também de interações e de trocas.

Quando elaboramos formulações como a de região, diria o professor Norberto Guarinello (2004), estamos construindo "unidades de sentido", isto é, "recortando" o passado no tempo e no espaço como forma de conferir-lhe sentido. Essas "unidades de sentido" são modos com os quais ordenamos a experiência humana do passado, estabelecendo certos critérios que dão homogeneidade interna a essa formulação. Portanto, mesmo se tratando de um exercício generalizador, que considera várias experiências humanas do passado como pertencentes à história de uma região específica, estamos cientes de que a "unidade de sentido" com a qual operamos, ou seja, a história regional (relacionada à Goiás), é passível de possíveis extrapolações geográficas, assim como abriga múltiplas historicidades que conviveram simultaneamente num mesmo espaço.

Depois desse empenho em esclarecer questões importantes para a compreensão de nosso intento investigativo, indicaremos o roteiro traçado para essa extensa jornada analítica. Iniciaremos nosso itinerário *Deslindando histórias da historiografia no Brasil*. Nesse trajeto, o desiderato é examinar os diferentes exercícios de história da historiografia realizados no Brasil a partir de um "tratamento tipológico". Ao refletirmos sobre alguns desses modelos de análise formulados no país, buscaremos extrair elementos teóricos e metodológicos fundamentais para a elaboração de nossa própria análise sobre a produção historiográfica regional aflorada em Goiás.

Continuando nosso percurso reflexivo, adentraremos aos *"(Nos) caminhos de uma produção histórica autodidata em Goiás (décadas de 1920 à de 1960)"*, onde nossa análise transitará pelos contextos de produção, procedimentos teórico-metodológicos, aspectos narrativos e normativos concernentes aos textos confeccionados por alguns "historiadores autodidatas" goianos: Americano do Brasil, Zoroastro Artiaga e Colemar Natal e Silva. Apesar de não formar ainda uma agremiação de historiadores com formação especializada, esses estudiosos integraram um escol de pesquisadores, peritos em história de Goiás, que se valeram de um modelo de historiografia muito praticado no estado até os anos 1960.

Perseguindo, logo na sequência, as *"(Nas) trilhas de uma produção historiográfica acadêmica em seu prelúdio (Goiás – anos 1960 e 1970)"*, demonstraremos que, no início da

década de 1970, alguns acontecimentos e mudanças nas concepções teóricas e metodológicas sobre a História contribuíram para que ocorresse uma notável inflexão na forma de se produzir conhecimento histórico em Goiás. Não obstante, essa reformulação no "fazer histórico" não se operou de um dia para o outro. Eventos ocorridos nos anos 1960 foram fundamentais para viabilizar o estabelecimento de novos parâmetros à pesquisa histórica em Goiás. Mas foi no umbral dos anos 70 que detectamos ter ocorrido a passagem de um modelo historiográfico dominante para outro: de uma atividade intelectual marcada pelo autodidatismo, com formas de historiar específicas, a produção historiográfica regional passou a ser elaborada, predominantemente, por pesquisadores que, tendo a História como ofício, orientaram-se por concepções e procedimentos que garantissem a validade científica de seus produtos investigativos.

Seguindo, posteriormente, os *"Percursos da historiografia regional em Goiás nos anos 1980",* explicaremos como, nesse período, a definição de uma nova área de concentração para o Programa de Mestrado em História da UFG (*História das Sociedades Agrárias*) influiu nos rumos tomados pelas pesquisas históricas no estado. Demonstraremos ainda que os pesquisadores dessa quadra passaram a destinar maior evidência à reflexão teórica e conceitual e essa visibilidade dada à teoria veio marcada, sobremaneira, pela influência do marxismo. Dentre a variedade de conceitos e interpretações de inspiração marxista, atentamos para a grande preocupação em diagnosticar diferentes experiências de "modernização" e expressões de "ideologia" que se manifestaram ao longo da história goiana. Examinaremos ainda que, nessa década em pauta, houve um arrefecimento da influência historiográfica dos *Annales* e algumas visitas pontuais às reflexões teóricas de Max Weber. Analisaremos, por fim, que nesse contexto em que as diferentes correntes marxistas definiram a dinâmica do "fazer histórico" em Goiás, grande parte dessas investidas historiográficas abrigavam o esforço por afirmação de uma "identidade teórica" que, em alguns casos, tendia para a conformação de uma identidade de natureza "teórico-política".

Como último itinerário dessa travessia analítica, enveredaremos em *"Um tráfego entre vias historiográficas: a produção histórica em Goiás na década de 1990"*. Nessa marcha final, veremos que houve um crescimento vertiginoso do número de pesquisas no estado, tendo as de história regional acompanhado essa tendência. Analisaremos que, em termos teóricos, o marxismo continuou sendo o referencial dominante até meados da década, mas já era possível sentir que novos ventos historiográficos começavam a soprar em Goiás. Enxergando esse decênio como um "período de fronteira historiográfica", examinaremos o cruzamento e o conflito entre diferentes

vertentes teóricas que marcaram a produção historiográfica regional dessa época. Evidenciaremos ainda que, em meio ao desgaste do edifício teórico marxista e à ascensão de correntes ligadas à "história nova" e à "história cultural", muitos pesquisadores mostraram-se predispostos a se aventurarem por novos temas e abordagens, por outros enfoques e metodologias, principalmente após a primeira metade dos anos noventa. Por derradeiro, alavancaremos o debate sobre os diferentes esforços, empreendidos pelos historiadores regionais, em rever algumas interpretações consagradas sobre a história de Goiás.

## CAPÍTULO 1. DESLINDANDO HISTÓRIAS DA HISTORIOGRAFIA NO BRASIL: APONTAMENTOS PARA UM ITINERÁRIO INVESTIGATIVO

Os estudos de história da historiografia são um fenômeno, relativamente, recente na historiografia brasileira. Embora, desde a década de 1940, José Honório Rodrigues tenha dado os primeiros passos no sentido de arraigar o interesse por esse tipo de investigação e até idealizado um empreendimento de grande monta como o "Instituto de Pesquisa Histórica", as reflexões sobre as formas e procedimentos que envolvem a produção de conhecimento histórico sempre foram preteridas, no Brasil, em favor de "pesquisas empíricas" propriamente ditas. Concernente a este tema, o professor Benito Schmidt, arguciosamente, discorreu:

> Por muito tempo, os profissionais de história pouco refletiram sobre as bases teóricas e metodológicas da atividade que realizam, como se as palavras por eles utilizadas para 'resgatar' os fenômenos que estudam fossem transparentes, simples espelhos da realidade. Da mesma forma, a historiografia era vista – e por vezes ainda o é – como a 'prima pobre' da pesquisa histórica, seguidamente como um tipo de estudo que não se baseia em fontes (denotando, é claro, uma visão pobre e simplificada do que seja fonte histórica), próprio de profissionais que têm ojeriza aos arquivos, baseado na mera especulação e na opinião pessoal, capaz, no máximo, de indicar tendências e, quem sabe, o progresso da nossa disciplina (SCHMIDT, 2011, p. 09)

Desde a empresa honoriana, o que se assistiu foram esforços pontuais de se pensar a "evolução" da produção historiográfica brasileira: Francisco Iglésias, José Roberto do Amaral Lapa, Carlos Guilherme Mota, Carlos Fico, Ronald Polito, dentre outros, buscaram seguir e, de certa forma, dar continuidade, cada qual a seu modo, ao legado honoriano. Por conseguinte, na década de 1990, tivemos um novo alento de que estudos dessa natureza poderiam irromper, definitivamente, no país, com a criação do, já extinto, Centro Nacional de Referência Historiográfica. Esse núcleo, ligado à Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), e capitaneado pelos historiadores Carlos Fico e Ronald Polito, tinha o propósito de estudar os caminhos percorridos e as tendências para as quais apontavam a produção histórica no Brasil, sobretudo a elaborada nos programas de pós-graduação em História. Na maior parte das iniciativas desse período, a reflexão acerca da produção historiográfica brasileira consistia em radiografias do estado da produção histórica no país. O núcleo das propostas residia, em sua maioria, no diagnóstico de vários panoramas historiográficos, na indicação de determinadas inclinações

demonstradas pelas pesquisas históricas e, em alguns casos, na crítica de certas ideologias e tradições subjacentes à produção historiográfica no Brasil.

Desde o final do novecentos e, especialmente, a partir da primeira década do século XXI, o interesse por pesquisar a história da História, que passou a ser mais comumente chamada de história da historiografia[25], começou a ganhar novo fôlego. Com os desafios colocados pela crítica narrativista pós-moderna e as tentativas de diluição das fronteiras da História com outras áreas do conhecimento, a reflexão teórica, ou seja, o exercício abstrativo sobre os fundamentos que constituem o pensamento histórico-científico se tornou uma exigência à comunidade dos historiadores. O "desapego teórico" que grassava no cenário historiográfico brasileiro, vigorosamente denunciado por José Honório e Francisco Iglésias, começou, então, a ser revertido em prol de uma postura cada vez mais consciente da importância da reflexão teórica, tanto para o trabalho de pesquisa do historiador quanto para a fundamentação da História como especialidade científica. Essa mudança de concepção pode ser sentida no aumento substancial do número de teses e dissertações acadêmicas, além dos artigos publicados, periódicos indexados, eventos organizados e grupos de trabalho dedicados às questões que norteiam essa reflexibilidade típica da teoria da História[26]. Neste contexto, tivemos também, em 2009, a criação da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH), organização esta que veio congregar historiadores que militam nessas searas investigativas e alavancar ainda mais as discussões em torno das problemáticas inscritas ao estatuto epistemológico da História como conhecimento racional da experiência humana do passado.

[25] Um exemplo mostra-se elucidativo quanto ao uso mais recorrente dessa "nova" expressão. A tese de doutorado de Rogério Forastieri da Silva, defendida na USP em 1999, e originalmente intitulada *Historiografia e Nova História*, quando de sua publicação, em 2001, pela Editora da Universidade do Sagrado Coração de Jesus (EDUSC), foi editada como *História da Historiografia: capítulos para uma história das histórias da historiografia*.

[26] Além dos inúmeros eventos, recentemente, organizados em torno de discussões relativas à teoria e história da historiografia, podemos citar alguns grupos de pesquisa cadastrados no diretório do CNPq: o Grupo de Estudos e Pesquisa em Teoria e Metodologia da História da Universidade Federal de Campina Grande, Histor – Núcleo de Estudos de Teoria da História e de História da Historiografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, o Grupo de Pesquisa em Teoria e História da Historiografia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, o de Teoria e História da Historiografia da Universidade Federal de Campina Grande, o de Teoria e Metodologia da História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o de Teoria, História e Historiografia da Universidade de Brasília, o de Teoria, Metodologia e Interpretação na História da Historiografia no Brasil da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, o de Teoria da História e Historiografia da Universidade Estadual de Goiás e o de História da Historiografia e Modernidade da Universidade Federal de Ouro Preto. Quanto aos periódicos indexados, que são vários, à título de exemplo, citaremos apenas dois ligados a instituições goianas: a Revista de Teoria da História (eletrônica), da Universidade Federal de Goiás, e a Revista Eletrônica Expedições: Teoria da História e Historiografia, da Universidade Estadual de Goiás.

Em meio a estes esforços, os liames entre história da historiografia e teoria da História se mostraram cada vez mais robustos, ou seja, a preocupação de se produzir radiografias, panoramas ou indicar tendências da produção histórica no país foi deslocada. O esforço se voltou, preponderantemente (não exclusivamente), para a reflexão acerca de como esse produto intelectual discursivo, fruto de pesquisa em fontes históricas, denominado historiografia, é constituído por historicidade, portanto, assim como os fenômenos humanos do passado sobre os quais se debruça, pode também ser historiado. Ademais, para compreender com maior agudez nosso *métier* era preciso encarar, analiticamente falando, que, enleado a esse construto narrativo, temos demandas individuais e sociais (das quais se originam e para as quais se destinam) sedentas por serem atendidas; que existem fios tecidos a partir de diferentes orientações teóricas, algumas assumidas, outras latentes; que subsistem procedimentos metodológicos que guiam o trato com as evidências do passado; que encontramos ainda distintas formas de se exprimir linguisticamente. Enfim, a pesquisa histórica (repleta de elementos normativos, cognitivos e empíricos) materializada em texto (a historiografia) envolve toda uma complexidade de condições, princípios e procedimentos que necessita ser acessada, entendida e analisada se quisermos responder à célebre indagação: "o que fabrica o historiador quando faz história?" (CERTEAU, 1988, p. 17). A resposta, como se sabe, não é tão simples como aparenta o enunciado, mas ela nos provoca a pensar, no caso de nossa tese, sobre como a história da historiografia, ao dialogar com a teoria da História, pode promover fecundas reflexões sobre os princípios que fundamentam o conhecimento racional da experiência humana do passado, portanto, nos auxilia na compreensão do que consiste essa prática intelectual realizada por historiadores.

A teoria da História, indiscutivelmente, é o lócus, por excelência, onde se realiza esse exercício reflexivo acerca das condições e procedimentos que dão fulcro ao pensamento histórico como especialidade científica. Segundo Jörn Rüsen, a teoria da História apresenta duas tarefas primordiais: "[...] a de inserir sistematicamente as reflexões metateóricas na ciência da história e, em segundo lugar, a de precisar a função dessas reflexões para a práxis da pesquisa e da historiografia (RÜSEN, 2001, p. 18). Numa de suas alegorias mais conhecidas, Rüsen afirmou que a autorreflexão propiciada pela teoria nos possibilita que, diante de uma multidão de árvores, ao invés de fitarmos uma por uma, observemos que tipo de floresta elas formam. Logo, como uma teoria reflexiva de construtos intelectuais constituídos por elementos teóricos, a teoria da História

trata-se de uma metateoria da ciência histórica, "um pensar sobre o pensamento histórico, cujo eixo é a racionalidade" (RÜSEN, 2001, p. 18).

A história da historiografia, por sua vez, dependendo da forma como for encaminhada, pode ou não apresentar essa orientação intelectiva[27], ou seja, a de uma abstração sobre os fundamentos da ciência da História. Integrado a esse debate, o professor Valdei L. Araújo argumentou que "diferentemente da "teoria da história", que pode arrogar uma natureza distinta da própria atividade historiográfica, a história da historiografia parece possuir a mesma natureza de seus objetos, ou seja, ambas são histórias escritas (ARAÚJO, 2006, p. 80). Evidentemente que a teoria da História, em seu exercício reflexivo sobre os elementos e operações basilares da ciência histórica, pode prescindir de um elemento que é peculiar a qualquer História e que, por conseguinte, também é inerente à história da historiografia: a abordagem temporal. Podemos praticar teoria da História sem nos atermos, necessariamente, aos modos como, no (ou com o transcorrer do) tempo, foi produzido conhecimento racional sobre a experiência humana do passado. Não obstante, a operação analítica subsumida à história da historiografia não tem como abrir com mão dessa relação com o tempo, pois o exame da historicidade de qualquer historiografia constitui seu traço mais candente. Nesse aspecto, a história da historiografia demonstra uma de suas potencialidades cognitivas, qual seja, a de situar espaço-temporalmente e, portanto, analisar as (diferentes e semelhantes) concepções de História, bem como práticas de investigação e de narração dos fenômenos humanos do passado, enfim, debruça-se sobre a própria historicidade do pensamento histórico.

Pensar as proficuidades e possibilidades da história da historiografia e, ao mesmo tempo, efetivar um experimento dessa natureza, no caso de nossa tese, compartilha, de certo modo, à proposta de Arno Wehling sobre a viabilidade de tornar a história da historiografia um "[...] "laboratório" de uma epistemologia histórica" (WEHLING, 2006, p. 175). Não se trata, obviamente, de uma substituição da teoria da História, mas a proposição de que, "historiando" a operação historiográfica, a reflexão teórica ganha ainda mais consistência. Nesse sentido, reconhecemos que nosso empreendimento é menos ambicioso do que o de propor uma "agenda autônoma de investigação" (NICOLAZZI; ARAÚJO, 2008, p. 11) ou de tentar encontrar critérios que definam o estatuto da história da historiografia como uma "subdisciplina" ou como um

[27] Inclusive, em nosso exame tipológico, um dos propósitos é o de expor algumas das diferentes orientações apresentadas pelas histórias da historiografia fabricadas no Brasil.

"campo autônomo" da pesquisa histórica (ARAÚJO, 2006, p 80). Com essa sistematização das diferentes práticas de história da historiografia realizadas no Brasil, pretendemos não só compreender as diferentes naturezas desses trabalhos, mas também a de explanar como a história da historiografia no país, paulatinamente, foi estreitando seu diálogo com a teoria da História, auxiliando, assim, nos contornos de possíveis respostas ao questionamento sobre o que fabricam os historiadores quando fazem História.

Algumas tentativas de construção tipológica sobre as investigações em história da historiografia já são conhecidas, principalmente as realizadas por historiadores estrangeiros. No entanto, podemos considerar a classificação de Arno Wehling, feito num ensaio já citado, como um exame "nacional" com este propósito. Wehling alvitrou, concisamente, quatro tipos de história da historiografia: "como modelo descritivo", "como aproximação com a sociologia do conhecimento, "enquanto modelo de compreensão do *Zeitgeist*" e "história da historiografia funcionalista" (WEHLING, 2006, p. 176-177). No primeiro, a história da historiografia realizaria um inventário da evolução da escrita da história; no segundo, ela contextualizaria a historiografia no ambiente ideológico e na sua fundamentação social; no terceiro, localizaria a produção historiográfica no *ethos* de determinada cultura e, no quarto, identificaria "[...] correntes e autores dos séculos XIX e XX em suas relações com a produção historiográfica geral, ou com "grandes temas" particulares [...] ou com cortes transversais" (WEHLING, 2006, p. 177).

Frank Ankersmit (2006), debruçando-se especificamente sobre a historiografia pós-moderna, apontou seis variantes da mesma: a meta-história de Hayden White, os trabalhos de Stephen Bann, os textos de Roland Barthes, a variante psicanalítica, a vertente desconstrutivista (sobretudo as análises de Dominick LaCapra) e a variante eclética. Massimo Mastrogregori (2006), por seu turno, arquitetou uma tipologia ancorada nos métodos utilizados pelas histórias da historiografia. No "método bibliográfico, erudito, enciclopédico", os nomes de historiadores e títulos das obras ditam a tônica da análise, a qual é precedida por um quadro de interpretação geral. No "método filosófico, pragmático, pedagógico", intenta-se, a partir de uma definição de historiografia, valorizar os historiadores que a prepararam ou que partilharam dela, desvalorizando, assim, os que se moveram em outras direções historiográficas. No "método científico", a história da historiografia trabalharia com "uma exposição dos sucessos e dos fracassos, uma verificação empírica dos resultados da história" (MASTROGREGORI, 2006, p. 66). O "método retórico e literário" consistiria nos estudos, à moda de Hayden White, sobre os

aspectos narrativos que circundam a obra histórica. No "método sociológico e prosopográfico", descreve-se, minuciosamente, o esforço intelectual dos historiadores a partir de suas relações institucionais e políticas. No "método sintético e descritivo", registra-se a história da historiografia "[...] sem um projeto metodológico rígido e em aplicar a uma revista de história, aos congressos ou então à vida de um historiador o mesmo método que aplicaríamos a não importa que outra atividade cultural ou científica" (MASTROGREGORI, 2006, p. 67).

Dentre as tipologias sobre as histórias da historiografia, provavelmente, a mais ampla seja a elaborada por Horst Walter Blanke (2006), até porque além dos tipos, ele trata das funções inscritas a eles. Em seu arquétipo tipológico, dez modelos são explanados: "história dos historiadores", "das obras", "balanço geral", "história da disciplina", "dos métodos", "das ideias históricas", "dos problemas", "das funções do pensamento histórico", "história social dos historiadores" e "história da historiografia teoricamente orientada". Por conseguinte, as histórias da historiografia podem apresentar uma "função afirmativa", ou uma "função crítica" ou até, se possível, uma "função exemplar". Na primeira, a reconstrução histórica efetivada estearia a afirmação de uma ideologia oficial. Na segunda, o contraponto da primeira, a análise estaria voltada para a crítica de princípios ideológicos que jazem à historiografia. Superando determinadas visões de mundo e posturas políticas, essa função se materializaria sob a forma ou de uma "[...] crítica explícita de modelos tradicionais, isto é, como destruição de uma tradição particular que é apresentada como suspeita e antiquada" (BLANKE, 2006, p. 34) ou também "[...] como redescobrimento de autores real ou supostamente marginais e o reconhecimento de precursores esquecidos de algum historiador conspícuo" (BLANKE, 2006, p. 34). Na terceira, a "função exemplar", a história da historiografia ofereceria elementos para uma reflexão teórica.

No Brasil, os esforços no sentido de se pensar as histórias da historiografia brasileira em seu conjunto[28] são muito recentes. Na esteira dessa tendência, nosso objetivo, ao visitar as análises de José Honório Rodrigues, José Roberto da Amaral Lapa, Francisco Iglésias, Carlos Guilherme Mota, Manoel Luiz Salgado, Raquel Glezer, Carlos Fico, Ronald Polito, José Carlos Reis, Jurandir Malerba, Astor Diehl, dentre outros(as), num primeiro momento, era o de conhecer o "estado da arte", além, é claro, de tentar encontrar subsídios teóricos, metodológicos ou modelos de abordagem que contribuíssem para nosso exame acerca da historiografia regional em Goiás.

[28] A revista História da Historiografia, periódico ligado à Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia e aos Programas de Pós-Graduação da UFOP e da UNIRIO, vem se constituindo num importante veículo de publicação dessas reflexões.

Entretanto, na medida em que, gradativamente, fomos embrenhando nesse universo investigativo, uma leitura particular desses trabalhos foi se desenhando e, mesmo diante da heterogeneidade de propostas, nosso olhar apontava para elementos comuns encontráveis nas diferentes análises sobre a historiografia brasileira. Diante das poucas reflexões desse jaez fabricadas no cenário historiográfico brasileiro, decidimos que entabular uma tipologia voltada, especificamente, para as histórias da historiografia que analisaram a produção brasileira, poderia, além de constituir-se num exercício singular, emprestar maior consistência ao primeiro capítulo dessa tese.

É preciso ressaltar, todavia, que nosso exercício classificador foi produto do contato com esses exames, não um *a priori* abstrativo que guiou nossa imersão sobre essas pesquisas. Logicamente, serão encontrados aspectos comuns às outras tipologias aqui apresentadas, até porque o pensar historiográfico no Brasil, como sabemos, não é (foi) constituído por abstrações intelectivas *sui generis*, pelo contrário, sabemos que as reflexões historiográficas emanadas, especialmente, da Europa penetram(ram), vigorosamente, nas concepções de História desenvolvidas no Brasil.

Esse esforço de sistematização se sustenta, prioritariamente, em quatro modelos de histórias da historiografia os quais identificamos como os mais recorrentes, concebidos a partir do manejo das análises brasileiras sobre as quais nos debruçamos. Os tipos estabelecidos com base nessa abstração foram: *história da historiografia crítica, balanços historiográficos, historiando historiador(es)/intelectuais e obras e história da historiografia como promotora de reflexões meta-históricas*. É necessário acentuar, primeiramente, que se trata de um ponto de vista particular sobre esses trabalhos, por isso, outras classificações poderiam ser definidas a partir da perspectiva endereçada a estas histórias. Sendo assim, concebemos nosso empreendimento como uma tipologia construída a partir de critérios específicos, com os quais procuramos dar consistência aos modelos erigidos. Nesse projeto, não há inscrita a tentativa de enquadrar os historiadores num determinado tipo de história da historiografia. Os liames estabelecidos entre autores e certos modelos de análise se deram pela eleição de alguma(s) obra(s) elaborada(s) por eles. Foi possível, assim, identificar um mesmo pesquisador elaborando diferentes tipos de história da historiografia, o que será exposto oportunamente. Mais do que rotular qualquer historiador(a), o enfoque esteve voltado para a reflexão sobre os distintos formatos de história da historiografia brotados no Brasil. Na esteira dessa orientação, os modelos arquitetados não seguiram uma cronologia das análises, os

historiadores foram arrolados e analisados de acordo com o tipo de história da historiografia em questão.

Por conseguinte, a caracterização de cada tipo se ancorou no delineamento de alguns elementos analíticos mais penetrantes, enfim, no estabelecimento de certos fios-condutores, centrados na natureza de cada exame, e que se constituíram em aspectos que acabaram aproximando as diferentes histórias da historiografia produzidas por especialistas brasileiros. Na confecção desse arranjo tipológico, houve o realce de um ou vários aspectos que detectamos como comuns a certos agrupamentos de obras, caracterizando, assim, certos formatos de história da historiografia praticados no Brasil. A acentuação de um ou mais elementos, porém, não significa o esvaziamento da complexidade de cada análise, mas a tentativa de dar coerência a nosso exercício abstrativo, trazendo à lume determinadas características, problemas, apontamentos e reflexões que, de acordo com nossa observação, funcionaram como elo de alguns destes trabalhos. Cada modelo apresenta, conforme já mencionado, um ou vários elementos candentes em comum, o que não impede, obviamente, que as diferentes análises trafeguem por aspectos problematizados em outros formatos.

Nos trabalhos que operaram com uma *história da historiografia crítica*, o epicentro das preocupações historiográficas reside na percepção de elementos ideológicos, das tensões éticas, dos antagonismos sociais incrustados ou mascarados nos produtos discursivos edificados por historiadores. Nesse tipo de abordagem, os autores externam, constantemente, posicionamentos de cunho ético e político, constituindo, de certa forma, uma *história da historiografia engajada*. Apresentam esforços de periodização da historiografia brasileira, tratam de aspectos teóricos, metodológicos e até narrativos inerentes às pesquisas históricas elaboradas no país, no entanto, as reflexões mais flagrantes movimentam-se no interior da esfera normativa, numa repetida inter-relação entre as concepções (historiográficas, políticas, éticas) identificadas nos autores e na produção historiográfica em análise com as do analista em questão. No intento de extrair elementos ideológicos, culturais que jazem em determinadas definições, conceitos e interpretações confeccionadas pela historiografia brasileira, esses *historiógrafos críticos* colocam em xeque certas tradições, sejam elas historiográficas ou políticas, forjadas a partir do trato da experiência histórica brasileira. Praticando esse tipo de história da historiografia, localizamos o mestre José Honório Rodrigues (na maioria das obras dessa natureza), Carlos Guilherme Mota em sua tese de

livre-docência, o clássico *Ideologia da Cultura Brasileira*, e José Carlos Reis em seus dois volumes de *As Identidades do Brasil*.

No modelo dos *balanços historiográficos*, o tratamento da historiografia se dá através de um olhar panorâmico, uma observação horizontal, um levantamento abrangente do que foi produzido no Brasil em determinada época. O elemento característico desse tipo de análise situa-se no esforço diagnosticador dos problemas, dos obstáculos, dos avanços e do estado em que se encontrava a historiografia brasileira em certo período. Abrigando um empenho inventariante, catalográfico, geralmente, utiliza-se de métodos quantitativos como forma de mensurar e, assim, levantar problemas e situações, expor determinados panoramas e apontar tendências e desafios da historiografia confeccionada no país. Preocupados em examinar a esfera da circulação e disseminação social do conhecimento histórico, esses analistas também endereçaram críticas a algumas posturas, orientações, procedimentos e modismos que se impuseram na produção histórica nacional. Exercitando esse tipo de história da historiografia, encontramos José Roberto do Amaral Lapa e os idealizadores do extinto Centro Nacional de Referência Historiográfica, Carlos Fico e Ronaldo Polito.

Os pesquisadores que *historiaram historiador(es)/intelectuais e obras* perpetraram uma história da historiografia que se tornou o mais corrente e clássico modelo entre a comunidade dos historiadores. Embora não seja desprovido de caráter analítico, esse tipo de exame apresenta uma visão panorâmica sobre os caminhos percorridos pela historiografia ou por determinado(s) autor(es) em específicas delimitações temporais. Nesse sentido, além de destinar importância fundamental às periodizações elaboradas, traz à baila um rol abastado de nomes e bibliografias sobre determinados domínios, temas, abordagens ou períodos da historiografia brasileira, o que exige do historiógrafo um conhecimento profundo do que foi produzido pelos pesquisadores precedentes. Transitando nas esferas cognitivas e empíricas que envolvem a produção de conhecimento histórico, nesse modelo, os especialistas pincelam questões sobre contextos de produção, teorias, métodos, elementos narrativos, mas não efetivam um empreendimento analítico vertical, a abordagem é mais abrangente. O enfoque nas características gerais das obras, historiador(es) e/ou de momentos de produção possibilita ao leitor ter uma visão global sobre a historiografia que está em pauta. Trouxemos como exemplares desse tipo de história da historiografia em alguns trabalhos de Francisco Iglésias e de José Jobson Arruda.

O mais recente tipo de análise da historiografia praticada no Brasil trata-se, certamente, da *história da historiografia como promotora de reflexões meta-históricas*. Nesse tipo, o estreitamento da relação com a teoria da História fica manifesto. O fulcro desse modelo é a reflexão crítica acerca da prática intelectual dos historiadores (meta-história), mas sem prescindir da historicidade inerente ao próprio exercício da pesquisa e escrita da História. Trafegando nas dimensões normativa, cognitiva e empírica da produção de conhecimento histórico, intenta-se, nesse tipo de história da historiografia, verticalizar questões existenciais, teóricas, metodológicas e narrativas que envolvem o fazer histórico profissional. Recorrendo aos instrumentais reflexivos praticados no âmbito da teoria da História, tenciona-se analisar as diferentes (e semelhantes) formas de se conceber e de praticar História (como conhecimento racional da experiência humana do passado) nos distintos momentos que caracterizam uma determinada produção historiográfica. Logo, ao promover abstrações, historicamente orientadas, sobre as formas, os procedimentos e as funções que envolvem o pensamento histórico científico, a história da historiografia faz com a reflexão meta-histórica ganhe ainda mais consistência. Como exemplares desse tipo de história da historiografia, trouxemos algumas obras de Jurandir Malerba e de Astor Diehl.

Evidentemente, poderíamos acrescentar a esse elenco outros tipos de história da historiografia, além desses prescritos, que foram praticados no Brasil, tais como: *história da historiografia como estado da arte*, modelo em que se realiza uma revisão crítica do que foi pesquisado sobre determinado fenômeno ou período histórico, objeto ou tema historiográfico, abordagem muito comum em capítulos de obras organizadas[29]; *historiando perspectivas e/ou arranjos historiográficos,* tipo no qual seriam identificadas "escolas", vertentes ou perspectivas historiográficas em torno das quais se aglutinariam certos autores[30]; ou *Compreendendo a(s) historiografia(s) a partir de uma história institucional*, modelo no qual, a partir da história de uma determinada instituição, busca-se compreender concepções historiográficas e os caminhos trilhados por uma determinada produção historiográfica[31]. Em que pese essas possibilidades de análise, optamos por não desenvolvê-las, pois nossa reflexão não se resume ao levantamento

[29] Exemplos desse tipo de abordagem podem ser encontrados na obra organizada por Freitas (2005), como no capítulo intitulado "A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências", de Cláudio Batalha, ou na coletânea organizada por Samara (2002), no texto "A família escrava na historiografia brasileira: os últimos 25 anos", de José Flávio Motta.

[30] Um exemplo desse tipo de história da historiografia seria a tese de doutorado de Rogério F. da Silva (2001).

[31] Esse modelo de história da historiografia poderia ser exemplificado pela tese de doutorado de Manoel L. Salgado Guimarães (2011a), recentemente traduzida para a língua portuguesa, ou pela obra de Lúcia Maria P. Guimarães (2007).

desses formatos de história da historiografia, a consistência da tipologia depende, necessariamente, da argumentação sobre como cada autor (em obras específicas) pode ser pensado em um respectivo modelo. Logo, como não pretendemos alongar ainda mais esse exercício abstrativo, os trabalhos de história da historiografia, que serão examinados à seguir, estarão circunscritos aos quatro tipos que, fundamentalmente, estabelecemos como objeto de reflexão.

## 1.1 – Prolegômenos Conceituais

Antes de embrenharmos na tipologia das histórias da historiografia que construímos, é necessário realizar um preâmbulo sobre importantes definições que perpassam nossa análise. Tornou-se conversa trivial entre os historiadores brasileiros tratar do caráter polissêmico da palavra história. Operamos com um termo, cujas significações se destinam tanto a ocorrência da existência humana no tempo quanto propriamente ao estudo acerca dos fenômenos humanos ocorridos no passado. Sem querer enunciar um truísmo, mas atendendo aos protocolos de um trabalho acadêmico, cujo rigor também se aplica à explicitação das noções, categorias e conceitos com as quais lida, esclareceremos que, no decurso dessa tese, a palavra "história", com essa grafia, será utilizada para se referir à experiência humana do passado ou ao transcurso temporal de determinado fenômeno, ser, palavras ou até coisas; já o vocábulo "História", com este formato, será usado para tratar dos estudos e/ou narrativas, produzido(a)s a partir do exercício de pesquisa em fontes históricas, inscritas a um campo disciplinar voltado para o conhecimento da experiência humana do passado, que dispõe de técnicas e métodos particulares que lhe dão operacionalidade e rigor[32]

Promover essa lacônica reflexão sobre as definições emprestadas aos aludidos termos não resolve nossos impasses conceituais, pois lidamos com um terceiro, que, pela natureza de nossa pesquisa, certamente seja ainda mais valioso a nossa análise: o de historiografia. Esse conceito também não goza de significação consensual entre os historiadores. Essa disparidade, ou até ambiguidade (em alguns casos), pode ser extraída dos textos confeccionados pelos especialistas arrolados nesse exame. Em José Honório Rodrigues, por exemplo, encontramos historiografia se referindo tanto à análise crítica das condições de produção, dos procedimentos (teóricos e metodológicos) que circunscrevem a prática da elaboração de conhecimento sobre o passado humano por historiadores/intelectuais, como ao próprio produto intelectual construído por historiadores que exercitam a pesquisa histórica.

[32] O professor Estevão Martins (2010, p. 08-09), além dessas significações mais recorrentes, apresenta outros dois sentidos empregados ao termo: um deles diz respeito "[...] à memória consciente daqueles agentes e daquelas ações que qualificam a identidade pessoal e social dos integrantes de uma dada comunidade" (p. 08) e o outro se refere "às narrativas (de todos os tipos) com que se relata o agir passado dos homens no tempo" (p. 09).

José Roberto do Amaral Lapa, igualmente, entendia que historiografia tratava-se da "[...] análise crítica do processo de produção do conhecimento histórico, e desse conhecimento, enquanto conhecimento" (LAPA, 1976, p. 16). Não obstante, como demonstraremos mais especificamente no exame sobre este autor, Lapa utiliza-se de "historiografia", do mesmo modo, para mencionar o conjunto de obras escritas por historiadores.

Seguindo essa mesma orientação definidora, Carlos Fico e Ronald Polito, ainda que ampliassem o alcance da análise inscrita à prática da historiografia, ressaltaram que:

> Estamos entendendo, então, por historiografia, não só a análise da produção do conhecimento histórico e das condições desta produção, mas, igualmente, o estudo de suas condições de reprodução, circulação, consumo e critica. O momento da produção do conhecimento, portanto, não se confunde com o de sua disseminação social, ainda que sejam evidentes as possibilidades de ambos se relacionarem (FICO; POLITO, 1992, p.19)

José Jobson Arruda, por seu turno, não diferiu, em certo modo, da concepção exposta por seus colegas anteriormente mencionados:

> A abordagem historiográfica, por sua vez, busca a compreensão da história através das obras históricas, das visões ou teorias que as orientaram ou circunstanciaram, bem como o estudo das forças de percepção, vale dizer, das perspectivas ou ideologias que subjazem às obras, no interior das quais ganha realce o significado dos temas e problemáticas selecionadas. A abordagem historiográfica é, portanto, aparentada da teoria da ideologia e da sociologia do conhecimento (ARRUDA; TENGARRINHA, 1999, p. 12).

Entretanto, diferentemente deles, Arruda demonstrou clareza de que maneava com um conceito de significações díspares, embora tenha optado por gravitar na órbita do sentido antes empregado:

> A realização efetiva da reflexão historiográfica torna imprescindível a distinção entre a historiografia, entendida na sua primeira acepção, isto é, a arte de produzir obras históricas, e a historiografia, na sua dimensão mais refinada que é a de ser uma análise crítica das obras de história produzidas pelos historiadores e dos próprios historiadores na sua inserção histórica (ARRUDA; TENGARRINHA, 1992, p. 17).

Conforme se observa, a maior parte dos especialistas elencados atribui à historiografia essas duas acepções já lastreadas no vocabulário dos historiadores no Brasil, tanto como obras resultantes de pesquisas produzidas por historiadores, quanto à análise crítica dessas pesquisas elaboradas por historiadores (intelectuais/pensadores) e dos próprios historiadores na sua inserção

histórico-social. Por isso, historiografia foi comumente chamada, ainda, de estudos de história da História.

Dentre outros propósitos, essa explanação objetiva demonstrar que o conceito de historiografia, assim como outros, tem uma história. E no caso da comunidade dos historiadores brasileiros, isso se evidencia se tomarmos em conta que esses estudiosos convocados até então congregam trabalhos situados entre os anos de 1950 até o final do século passado. Destarte, quando recorremos a textos mais contemporâneos, historiografia passa a se referir, com maior frequência, às obras fabricadas por historiadores, fruto da prática da pesquisa histórica. Esquivando-se, talvez, dessa ambiguidade encerrada no termo historiografia e atentos às novas discussões erigidas sobre esse campo de investigação, principalmente após os debates acerca do estatuto do texto histórico, o sentido comumente atribuído à historiografia foi deslocado para a expressão história da historiografia. A professora Raquel Glezer, por exemplo, que à época de seu doutoramento, na década de 1970, valia-se, frequentemente, da definição de "análise historiográfica", "recentemente", em artigo datado de 2002, já operava com a terminologia história da historiografia, inclusive reconhecendo a importância desse exercício para o autoconhecimento da "evolução" da História como disciplina no Brasil:

> Pensar a trajetória do conhecimento histórico brasileiro, a História da Historiografia nacional, suas contribuições e suas limitações é exercício profissional que periodicamente deve ser realizado: é a oportunidade de olhar no espelho e, evitando o narcisismo e a inversão da imagem, refletir de modo crítico sobre o que vê e a quem vê (GLEZER, 2002, p. 27)

Caminhando nessa mesma direção, Jurandir Malerba apresentou uma definição ainda mais atualizada com os debates contemporâneos sobre esse campo de investigação, que se esforçam em delinear o objeto de estudo da história da historiografia:

> Nossa concepção de história da historiografia vale-se de uma longa tradição que poderíamos remontar ao filósofo e historiador italiano Benedetto Croce, que define simplesmente como "a análise crítica da evolução do pensamento histórico", ou seja, o estudo compreensivo – e comparativo – das transformações que experimentam conceitos, teorias, métodos, perspectivas e os produtos resultantes do ofício dos historiadores. Embora parcial, tal definição é correta e nela agora podemos acrescentar que a investigação das mudanças e permanências que se verificam no pensamento e na obras dos historiadores deve ser apoiada em estudo que insira tais obras e autores nos sucessivos contextos historiográficos, intelectuais, sociais, políticos, enfim, nos diversos contextos históricos a que pertencem (MALERBA, 2007, p. 09)

Depois dessa concisa exposição sobre as diferentes acepções do conceito de historiografia no Brasil, é forçoso anunciar qual significação emprestamos ao termo no interior deste trabalho, embora já deixemos isso implícito em outro lugar do texto. Reportando a Jörn Rüsen, sua arquitetura teórica da "matriz disciplinar" nos atenta para as condições em meio às quais os historiadores produzem conhecimento histórico, articulando operações inerentes a vida humana prática com procedimentos típicos da ciência especializada: "carências de orientação, perspectivas orientadoras da experiência do passado, métodos de pesquisa empírica, formas de apresentação e funções orientadoras" (RÜSEN, 2001, p. 35). Um dos princípios constituintes dessa ordem sistêmica, então, consistiria nas "formas de apresentação", isto é, à forma como os resultados da pesquisa histórica são expressos linguisticamente. Mais do que uma mera narrativa, a historiografia apresenta uma profunda relação com os contextos de orientação da vida humana, conectando método a sentido. Após a mediação metodológica, é por meio desse "saber redigido" (RÜSEN, 2001, p. 46) que o pensamento histórico remete às "carências de orientação" das quais se originou, pois as Histórias são escritas e reescritas, de acordo com as demandas do contexto em que vivem os historiadores e com as de seus pretensos interlocutores.

Evitando pormenorizar os desdobramentos dessa complexa reflexão teórica, mas nos norteando por ela, trataremos historiografia como produto intelectual discursivo, expresso sob a forma de narrativa(s) escrita(s), que estuda/interpreta a experiência humana do passado, cuja elaboração se deu por recurso à pesquisa em fontes históricas. Neste sentido, mesmo recorrendo a fontes de outra natureza, o texto desta tese, uma vez tornado público, também se tornará um exemplar de historiografia, mas uma historiografia que reflete sobre os modos de produção de historiografia. Sem embargo, é preciso realçar que não apenas narrativas elaboradas por historiadores profissionais serão consideradas historiografia, os textos confeccionados por aqueles(as) que, mesmo sem formação especializada, produziram estudos sobre fenômenos humanos pretéritos, estarão inscritos a essa definição.

Ademais, esse produto discursivo, fruto da pesquisa em fontes históricas, em que consiste a historiografia pode ser ainda tomada em conjunto, ou seja, como uma "espécie de reunião" de obras históricas com determinados elementos em comum, sejam originárias ou produzidas em ou sobre um mesmo espaço (como historiografia brasileira, historiografia portuguesa), por aproximações teórico-metodológicas (como historiografia francesa dos *Annales,* ou historiografia

marxista), por afinidades temáticas (como historiografia da escravidão, historiografia dos movimentos sociais), dentre outros aspectos semelhantes que as definam.

Portanto, após esse esquadrinhamento inicial acerca das diferentes definições de historiografia e da adesão a um entendimento particular do conceito, incursionaremos por uma galeria de histórias da historiografia confeccionadas no Brasil cuja exposição será feita a partir de alguns quadros tipológicos.

## 1.2 – Anotações sobre uma história da historiografia crítica

### 1.2.1 – José Honório Rodrigues e a "história combatente"

Iniciando a exposição acerca dos diferentes historiadores que produziram uma *história da historiografia crítica*, encetamos com um dos maiores "historiógrafos" (analistas da historiografia) nacionais: José Honório Rodrigues. A preocupação sistemática com a reflexão acerca dos fundamentos que balizam as pesquisas históricas, na concepção de Honório, era fator primordial para o desenvolvimento da ciência da História no Brasil, daí a importância de se desenvolver estudos sobre a história da historiografia brasileira. Esse exercício crítico e reflexivo além de esquadrinhar o panorama dos estudos históricos no Brasil, possibilita, através dessa autorreflexão, que a produção de pesquisas históricas se desenvolvesse, de forma consciente, sobre seus *modus operandi*.

Como um dos mais influentes analistas da historiografia brasileira, Honório foi o responsável pela concreção de um cânone acerca dos pensadores da realidade brasileira (Varnhagen, Capistrano de Abreu, Oliveira Viana, Gilberto Freyre, Caio Prado, Sérgio Buarque) que tanto marcou os trabalhos de história da historiografia realizados na segunda metade do século XX. Condensou seus esforços de historiógrafo, basicamente, em quatro largas obras: *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*, *Pesquisa Histórica no Brasil*, *História da História do Brasil*, *História e Historiadores do Brasil*.

Em suas histórias da historiografia, as problemáticas relativas aos esforços de periodização da historiografia brasileira estiveram sempre presentes. Realizou uma meticulosa exposição sobre as diferentes propostas de periodização da história brasileira inscritas aos trabalhos de historiadores como Varnhagen, Capistrano de Abreu, João Ribeiro, Visconde Taunay, Oliveira Lima, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque. Os esforços de periodização, localizáveis em cada historiador/intelectual analisado, constituiu-se num dos fios condutores de suas reflexões historiográficas. No entanto, é preciso acentuar que, para Honório, nem toda periodização dizia respeito somente à cronologia, englobava também relação temática.

José Honório compendiou autores, obras, vertentes da história e examinou procedimentos teórico-metodológicos. Procurou construir uma classificação (mesmo que problemática) a partir daquilo que intitulou de "gêneros históricos" na história do Brasil: História Geral, História

Particular ou Local, História Diplomática, História Social e Econômica, História do Exército, Marinha e Aeronáutica, História Cultural, Intelectual e da Idéias, História Religiosa e História Territorial. Tal esforço classificador mostrou-se ambíguo, pois, em alguns "gêneros", tomou como critério os tipos de fontes, em outros os diferentes focos de abordagens, em outros as peculiaridades de seus objetos.

Com sólida formação teórica e filosófica, refletiu sobre as condições que circunscrevem a prática dos historiadores, sobre as tendências teóricas mais pujantes em seu tempo. Cuidadoso no mapeamento das concepções de História impregnadas aos textos históricos examinados, meticuloso quanto ao esquadrinhamento das influências teóricas recebidas pelos autores em perspectiva, José Honório Rodrigues cruzou obras, confrontou e aproximou autores, cotejou edições, investigou a forma como as mudanças ocorridas no mundo real influenciam os rumos tomados pela produção histórica no país. Nesse sentido, delineou, em seus exames, uma fisionomia analítica que acabou respingando nas análises historiográficas vindouras. Em suma, construiu um modelo de história da historiografia que influenciou uma gama de trabalhos dessa natureza que surgiram no Brasil após os anos 1950.

A complexidade dos estudos de história da historiografia, aliados aos de teoria da História, empreendidos por José Honório poderiam nos dar subsídios para tratar suas análises dentro dos parâmetros que estabelecemos tanto para os *balanços historiográficos*, como principalmente para o modelo de *historiar historiadores e obras*, até porque acreditamos ter ele lançado as bases para esse último tipo de história da historiografia no Brasil. Não obstante, embora tenha sido o responsável pela sedimentação de um cânone historiográfico baseado numa linhagem de autores fundamentais para se pensar a historiografia brasileira, os exames confeccionados por Honório, em nosso ponto de vista, trazem uma marca mais flamejante. Em sua tessitura narrativa, o empenho classificador, catalográfico, inventariante, enciclopédico, típico de um arquétipo de história da historiografia da qual foi o grande artífice, vinha entremeada, vigorosamente, por sua concepção de História, por seus posicionamentos teóricos e políticos. José Honório escrevia com engajamento, defendendo suas posições, destilando ácidas críticas quando julgava ser oportuno, mas também sabendo reconhecer contribuições e avanços quando achava pertinente.

Seguindo essa postura crítica, identificou a ideologia conservadora inscrita aos trabalhos de Francisco Adolfo de Varnhagen. Para ele, a interpretação do passado brasileiro feita pelo Visconde de Porto Seguro, centrada no elogio da colonização portuguesa no Brasil, escamoteava

as mazelas sociais existentes na história do país; quando não encobertava as ações de índios, negros e mestiços no decorrer da história, acabava por reprová-las. Com relação à perspectiva de interpretação apresentada por Varnhagen, avaliou:

> Pombalino, partidário do absolutismo ilustrado, adversário dos jesuítas e antipático à Inquisição, Varnhagen jamais aceitaria que a História não fosse fruto apenas das personalidades mais ou menos cultas, nem deixaria de querer impor uma concepção histórica em que o Brasil é integro, uno, é independente por obra e graça da Casa de Bragança (RODRIGUES, 2008, p. 161).

Embora fosse um crítico assaz da história conservadora, encomiástica da obra colonizadora portuguesa, preconizada por Varnhagen, Honório reconheceu um elemento profícuo no historiar do Visconde, algo caro à visão honoriana de História, o julgamento histórico: "Ele julga tudo e todos [...] Nisso, ele cumpriu também sua missão de historiador [...] Com um grande senso de responsabilidade, ele pode errar, mas julga com suas convicções e sua concepção de mundo (RODRIGUES, 2008, p. 172). A despeito dessa avaliação positiva, glosou, causticamente, o que denominou de historiografia arcaica, ou seja, aquela excessivamente apegada ao passado português e europeu, que teve como grande expoente o mesmo Varnhagen. O tratamento laudatório dos feitos portugueses no Brasil em face da condenação das iniciativas populares (as do "nacionalismo caboclo, mameluco") era uma postura que, certamente, causava verdadeira ojeriza (historiográfica, ética e política) em Honório:

> Não quis Varnhagen adular a Revolução de 1817, como estava então na moda, escreve ele, já na 1ª edição; mas por que defende sempre e sempre a Casa de Bragança, e lisonjeia os feitos de D. João, de D. Pedro I e de seu protetor D. Pedro II? Por que ressalva na hora dos excessos do terrorismo oficial, com que se mataram e condenaram à morte os inconformados de 1817, o governo de S. Majestade, e culpa apenas o Presidente da alçada, o famigerado Bernardo Teixeira Coutinho, representante do mesmo governo de S. Majestade, ou o Livro Quinto das Ordenações, segundo o qual as cabeças dos rebeldes eram expostas ao público? [...] Varnhagen não foi só injusto, sem generosidade, sem compreensão para com todos os rebeldes, os inconformados, os perseguidos, especialmente os das classes mais modestas. Foi, muitas vezes, extremamente parcial, adulando os mais poderosos (RODRIGUES, 2008, p. 159).

De modo diametralmente oposto, enalteceu a chamada historiografia revisionista, aquela que negou uma visão míope da história do Brasil, consubstanciada no elogio das heranças coloniais portuguesas. Essa orientação revisionista teria iniciado com Capistrano de Abreu, o responsável pelo grito de independência em relação a esse demasiado europeísmo encontrável na

historiografia brasileira de então. Admirador confesso de Capistrano, Honório enalteceu as qualidades desse historiador e deu relevo aos espólios historiográficos deixados por sua obra:

> O primeiro [Capistrano de Abreu] tornou-se, com o tempo, o maior historiador que o Brasil já possuiu, porque reunia àquelas qualidades de Varnhagen, de pesquisa e erudição, de saber e investigação, as qualidades de teórico, que sabia interrogar o documento, interpretá-lo, ligando os fatos, dominando-os, numa narrativa de excelentes valores literários. A falta de razão filosófica, que tanto definhou a obra de Varnhagen, ou insatisfez aos seus leitores mais espertos, foi superada pelo Mestre Capistrano. Este possuía, mais do que aquele, a capacidade de domínio sobre o texto, a adequada aplicação teórica e o valor literário da narração (RODRIGUES, 2008, p. 180).

Substituindo o conceito de raça pelo de cultura, incrementando os estudos indígenas em novos moldes da etnografia, destinando importância à história social e dos costumes, Capistrano retirou o foco de análise do litoral e historizou o sertão, percebendo-o como uma dilatação da fronteira ocidental, como lócus de criação de uma vida genuinamente brasileira. Em Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia, Afonso Taunay estariam situados os elementos precípuos do revisionismo histórico, em que os estudos geográficos, as pesquisas etnográficas, as investigações lingüísticas, cimentaram essa nova compreensão do mundo colonial.

A perspectiva revisionista teria retirado dos porões da história a experiência colonizadora não litorânea, as vivências de alguns sujeitos esquecidos ou escamoteados e o papel do sertão na formação histórica brasileira. O revisionismo representava, então, uma nova postura teórica diante do fazer historiográfico:

> O revisionismo tem que buscar fatos e conexões inspiradas nas exigências interrogativas do presente e na vivência de repente descoberta de coisas passadas. O revisionismo busca novos valores e não acredita somente nos vitoriosos, pois sabe que os vencidos e derrotados fazem parte do processo e não podem ser eliminados, ao menos que se liquide parte da História (RODRIGUES, 1966, p. 16).

Na sua relação com o tempo histórico, a concepção revisionista abandonara o sentido colonialista e saudosista, valorizador de nosso passado, em favor de uma perspectiva mais próxima da contemporaneidade e de um sentido progressista de história. Honório reconheceu Capistrano de Abreu como o grande precursor nesse tipo de abordagem histórica, que fora continuada por João Ribeiro e Sérgio Buarque. A propósito, os anos 1920 e 1930 foram prenhes de modificações na estrutura econômica e social, de inovações no âmbito da cultura, que ensejaram uma história mais conectada com os problemas do presente. Para Honório, no instante em que o interesse pelo "período nacional" sobrepujou o interesse "pelo colonial" inaugurou-se

uma nova fase em nossa historiografia. Não se tratava de uma rejeição à herança colonial, mas de uma assimilação via contradição dialética ou pela superação catártica desse passado. Apropriando-se de uma máxima de Marc Bloch, Honório afirmou que, a partir desse ponto de vista, não se buscava compreender o presente pelo passado, e sim compreender o passado pelo presente. Essa maior aproximação com a "fase nacional" podia ser visualizada na obra de um Paulo Prado (*Retratos do Brasil*) ou de um Sérgio Buarque (*Raízes do Brasil*).

Malgrado todo seu vigor crítico, a posição, de certa forma complacente, de José Honório com Gilberto Freyre é algo que nos chamou a atenção. Distintamente ao que outros "historiógrafos críticos" explanaram sobre as obras de Freyre, o exame honoriano infletiu de seu jaez ácido, exprobrador e diagnosticador das perspectivas elitizantes (porta-vozes das camadas dominantes) em prol de análise mais voltada para as inovações historiográficas trazidas pelo pernambucano: o pioneiro da interpretação culturalista de nossa história; o investigador dos aspectos mais íntimos, mais recônditos da gente brasileira; um dos responsáveis pela ampliação das fontes históricas e pelo estreitamento do diálogo com a antropologia. Restringiu-se a identificar algumas limitações da produção freyreana como o fato de transplantar uma perspectiva regional para a história nacional e o tom essencialmente romântico na abordagem de determinados fatos pretéritos da história brasileira.

Pugnador da "história combatente", defendeu que a História seria tanto mais viva quanto mais próxima fosse da problemática da vida, neste sentido, "[...] responder ao presente não significa escrever sobre o presente, mas escrever sobre aqueles temas que interessam ao presente" (RODRIGUES, 1965, p. 23). Logo, a História, como reconstrução da experiência do passado humano, não deve estar desgarrada da contemporaneidade. Escrevê-la não significa só interpretar o passado de acordo com teorias, mas trazer a lume fatos, visões que iluminem o presente, que respondam às inquietações da atualidade do investigador:

> As questões que perguntamos ao passado mudaram assim como mudaram as condições do mundo. Toda época exige sua própria visão da história. Hoje, precisamos de uma nova visão do mundo, adaptada às novas perspectivas. Se devemos restaurar a conexão entre o passado e o presente e tornar a história uma força viva e não um peso morto de condensada erudição, a primeira tarefa consiste numa nova visão interpretativa do escrito histórico, com todas as conseqüências pedagógicas (RODRIGUES, 1978, p. 30).

Ora, se o problema histórico é sempre uma questão levantada pelo presente em relação ao passado, "uma pintura que depende da perspectiva do historiador" (RODRIGUES, 1978, p. 28),

Honório negou a possibilidade de uma interpretação do passado humano conduzida de forma neutra. Desta forma, externou uma de suas veias historicistas (sobretudo, neokantiana), ao passo que se distanciou de alguns postulados da escola histórica alemã:

> Mas é uma ilusão a crença no desengajamento, na atitude neutra, pois desengajamento só existe um possível, o final, o desengajamento da vida, que é a morte. Acredita alguém, verdadeiramente, que o historiador possa, como um fantasma, isolar-se das coisas e dos compromissos da sua vida e alhear-se de tudo? Esperar que as paixões morram, era assim que se acostumava dizer, para então julgar. Julgar? Nem isso lhe era permitido, mas simplesmente expor, descrever, narrar. Era esse homem castrado, sem alma, desgostoso da vida, desesperado de sua época, idealizando um falso passado, que se fingia um historiador neutro (RODRIGUES, 1966, p. 11).

Honório diagnosticou ainda o caráter conciliador das posturas políticas e das interpretações dirigidas ao passado brasileiro, consistente nas tentativas de evitar ou camuflar as rupturas ocorridas em nossa história[33]. Atacou ainda o panorama que os estudos históricos no país vinham apresentando em sua época, principalmente no que tange as nuances de poder subjacentes à produção historiográfica, para ele, uma história à serviço da elite, vazia de povo e recheada pelos estamentos dominantes[34]:

> Desde Varnhagen até Pedro Calmon, as histórias gerais brasileiras não compreendem os sucessos populares, nem julgam as danações elitistas; malsinam as insurreições, evitam ou condenam revoltas, dão as costas ao sertão; seus heróis são apenas as elites muitas vezes alienadas a interesses antinacionais; "biografisam" a história para personalizá-la em "estadistas" que não valem alguns heróis do sertão abandonado; evitam as controvérsias e têm, pelo seu próprio partidarismo e oficialismo, um caráter mais político que científico [...] Retificar as interpretações de nossa historiografia oficial e acadêmica, pô-la a serviço do povo e da Pátria, é a grande tarefa que as novas gerações esperam. Com ela faremos da História, nesta fase da nossa evolução, um instrumento legítimo de defesa das aspirações nacionais e de emancipação da Pátria. Uma história a serviço de nossa gente e da nossa terra (RODRIGUES, 1965, p. 10).

Deixando manifesta sua tendência crítica, Honório indicou os rumos que, na sua acepção, a historiografia brasileira deveria trilhar:

---

[33] José Honório reconheceu que a leitura acerca dos trabalhos de Capistrano de Abreu foi fundamental para que enxergasse esse caráter conciliador e incruento que marcava a historiografia brasileira. Nesse aspecto, concordamos com a professora Rebeca Gontijo (2011, p. 277-290) quando esta afirma que, ao caracterizar Capistrano de Abreu como um "historiador nacional modelar", José Honório Rodrigues acabou estabelecendo uma "moderna tradição" para os estudos históricos no Brasil, da qual ele próprio seria, igualmente, um continuador.

[34] Para Eduardo Hoonaert (1984, p. 170), José Honório estabeleceu algumas pedras angulares nesse esforço de revisão da história do Brasil, quais sejam: a história brasileira sempre foi sangrenta e não incruenta, a reação por parte dos oprimidos foi constante e não pontual, chamou atenção para o caráter racista da historiografia brasileira desde 1822 e para o fato de o Brasil tratar-se de um país africanizado.

> Retificar as interpretações de nossa historiografia oficial e acadêmica, pô-la a serviço do povo e da Pátria, é a grande tarefa que as novas gerações esperam. Com ela faremos da História, nesta fase da nossa evolução, um instrumento legítimo de defesa das aspirações nacionais e de emancipação da Pátria. Uma história a serviço de nossa gente e da nossa terra (RODRIGUES, 1965, p.10)

Inconformado com o desapego teórico que imperava em grande parte dos estudos históricos no Brasil, descontente com o forte interesse, que predominava nos departamentos, pela história medieval e colonial em detrimento da história nacional contemporânea, demonstrou sua reticência quanto à crescente especialização que assolava a historiografia brasileira:

> [...] ou ela [a historiografia] volta de novo a olhar a floresta e não apenas as árvores, oferecendo uma interpretação generalizadora que ajude os vivos a compreender as raízes do presente, ou então ela se afastará cada vez mais do grande público e se limitará ao círculo dos profissionais (RODRIGUES, 1965, p. 14-15).

Em face do exposto, depreendemos que, embora José Honório tenha sido o grande artífice de um modelo clássico de análise historiográfica, em que as periodizações, a listagem de autores e obras, o caráter enciclopédico, inventariante, classificador, tenham ocupado lugar de destaque nos exames, este historiógrafo também refletiu sobre a forma como os historiadores concebem sua relação com esse exercício de "reconstrução" da experiência humana do passado e como elementos éticos, políticos, ideológicos podem estar subjacentes a estas representações do passado. José Honório Rodrigues examinou deficiências, apontou lacunas, perscrutou e devassou autores, esmiuçou obras, inventariou periodizações, identificou panoramas, mapeou orientações teóricas, criticou, mas também elogiou historiadores, em suma, esquadrinhou o estado da historiografia brasileira a partir de suas perspectivas teóricas, éticas e políticas.

### 1.2.2 – Carlos Guilherme Mota: a cultura brasileira e suas faces ideológicas

*A Ideologia da Cultura Brasileira*, defendida em 1975 na USP sob a forma de uma tese de livre-docência, ainda se mostra uma das mais instigantes análises acerca da produção intelectual no Brasil. Nesse clássico da historiografia brasileira, reeditado várias vezes, o professor Carlos Guilherme Mota problematizou o significado da expressão "cultura brasileira" tão empregada pelos pensadores da história e da realidade do país. Seguindo este propósito, topografou as raízes ideológicas que permeavam os diferentes significados atribuídos à "cultura brasileira". Centrando-se nos estudos produzidos pelos grandes "explicadores do Brasil", tenham sido eles fabricados fora ou dentro do ambiente universitário, Mota procurou "apreender alguns momentos mais significativos em que a intelectualidade brasileira debruçou sobre si mesma para auto-avaliação" (MOTA, 1998: 19). No cerne de sua exposição estaria o desígnio de compreender "os pressupostos ideológicos que jazem na base de formulações sobre o que seja uma cultura ("brasileira", "nacional", "popular", "de massa", etc.)" (MOTA, 1998: 19).

Ao mirar para os aspectos ideológicos incrustados à produção intelectual no Brasil, Mota afirmou que a historiografia brasileira mostrou-se, extremamente, elitizante. Produzida por um restrito segmento social, a História do Brasil esteve, em sua maior parte, comprometida em recompor a saga das oligarquias, das camadas dominantes, ou em justificar suas ações políticas. Outro sintoma constante na produção histórica brasileira e que foi diagnosticado também por Mota diz respeito à importação cultural:

> Desde Varnhagen e Capistrano de Abreu, marcados pela Escola Histórica Alemã, até Nelson Werneck Sodré, autor esquemático e apressado, chegando aos representantes locais da História quantitativa (tendência que, no Brasil, assumiu caráter geralmente neocapitalista e, pretendendo limitar o estudo econômico e social à coleção de números, gráficos e curvas, despreza a análise qualitativa), a importação cultural configura um fenômeno permanente (MOTA, 1998, p. 25).

Marchando no encalço de outros analistas da historiografia, Mota apresentou um esboço de periodização[35] da produção intelectual no país dos "últimos quarenta anos" (considerando que é

[35] A periodização construída por Mota apresenta algumas limitações principalmente quanto a sua demarcação temporal, ou seja, no tocante às datas estabelecidas como fronteiras de cada período e a certos critérios estabelecidos como singulares de cada momento. Mesmo sabendo que esse esforço periodizador se constitui em pano de fundo de sua tese, é problemático o estabelecimento de limites temporais tão precisos para essas produções intelectuais, até porque há elementos de "o redescobrimento do Brasil" presentes em obras elaboradas após 1937, assim como "os primeiros frutos da Universidade" não se encerram em 1951. Além disso, Mota não explicita as razões de deixar

um texto de 1975), constituído de cinco momentos significativos: *o redescobrimento do Brasil*, *os primeiros frutos da Universidade*, *a era da ampliação e revisão reformista*, *as revisões radicais* e *os impasses da dependência*.

O primeiro momento, compreendido entre 1933 a 1937, consistiria no *Redescobrimento do Brasil*, período em que os reflexos dos acontecimentos dos anos 20 e a Revolução de 1930 teriam produzido abalos nas linhas de interpretação da realidade brasileira, materializada sob a forma de uma contestação à historiografia praticada nos moldes do IHGB[36] (uma história da elite oligárquica, empenhada na valorização dos feitos dos heróis da raça branca). Os preconizadores dessa renovação, durante os anos 30, responsáveis pelos novos parâmetros no conhecimento do Brasil teriam sido Caio Prado, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque, e Roberto Simonsen.

Os *Primeiros Frutos da Universidade* teria se constituído no segundo momento (1948-1951), quadratura temporal em que, após criação das Faculdades de Filosofia e, sobretudo, com a vinda das missões francesas, surgiram os primeiros resultados das reflexões e do labor produzido dentro dos muros da academia. Destacou obras de Vitor Nunes Leal, de João Cruz Costa, de Alice Canabrava, de Eduardo d'Oliveira França e a Revista de História dirigida pelo "discípulo" de Fernand Braudel, o professor Eurípedes Simões de Paula. Em comum entre autores, havia a produção de pesquisas que se esquivaram da orientação factualista marcadamente "positivista" e a influência de perspectivas dos *annalistes* em algumas delas, mormente no aludido periódico.

O terceiro momento, chamado de *Era da Ampliação e Revisão Reformista* (1957 e 1964), foi caracterizado por um período de produção muito diversa no tocante ao pensamento social, político e cultural da história e da realidade brasileira. Desde o florescimento dos estudos elaborados por integrantes da Escola Sociológica Paulista, orquestrada por Florestan Fernandes, até o surgimento de outras tendências a partir de dos trabalhos de Celso Furtado, do ISEB, as análises marxistas de Nelson Sodré e a vertente erudita e, ao mesmo tempo, crítica de José Honório. Acentuou ainda as obras inovadoras de Antonio Candido (*Parceiros do Rio Bonito*) e

---

alguns hiatos temporais entres as fases, por exemplo, não menciona os períodos de 1938 a 1947 e de 1952 a 1957. "Os últimos quarenta anos" (de 1933 a 1974) abarcados por Mota foi um período tão complexa produção intelectual que não comporta uma tentativa de se estabelecer cinco fases com uma periodização tão fechada.

[36] Diferentemente de outros analistas da historiografia, Mota incluiu Capistrano de Abreu no rol de historiadores que produziram textos com os moldes das propostas do IHGB, assim como Varnhagen, Oliveira Vianna e Euclides da Cunha. Também discordamos dessa "classificação" de Mota, pois na medida em que Capistrano considerou o papel de outros sujeitos sociais (como os negros, os mestiços, os índios) na formação da identidade nacional brasileira, enfocou a importância do sertão e das diferentes regiões (e não somente do litoral) na constituição histórica do país e não produziu uma história encomiástica dos grandes feitos da elite, dos personagens ilustres e das célebres ações políticas do Estado, ele se distanciou do modelo de História que imperou entre os autores ligados ao IHGB.

Raimundo Faoro (*Os Donos do Poder*), além da coleção coordenada por Sérgio Buarque *História Geral da Civilização Brasileira*. Fora do eixo paulista, ressaltou os trabalhos de Francisco Iglésias.

A quarta fase, compreendida entre 1964 e 1969, cognominada de *Revisões Radicais*, ficou marcada pela erupção de temas como a "revolução brasileira", "a dependência", "a dependência associada". Os diagnósticos acerca da história social do Brasil "mereceram reparos profundos, realizados por analistas que procuravam tirar alguma lição dos desacertos do desenvolvimentismo e da política populista que levaram à derrocada dos setores progressista em 1964" (MOTA, 1998, p. 43). Dante Moreira Leite, Celso Furtado, FHC, Florestan Fernandes, Francisco Weffort, Octavio Ianni foram alguns autores que propuseram revisões verticais sobre a forma de encarar a história social do país.

O quinto momento, constituído de reflexões em torno dos *Impasses da Dependência* (1969 a 1974), foi composto por obras que deslocaram a ênfase das relações sociais e raciais, das análises sobre os modos de produção ou sobre a vida política do país para investigações mais sistemáticas acerca da dependência, seja no âmbito econômico ou cultural. Os debates inscritos à temática da dependência irromperam a partir do desenvolvimento do capitalismo monopolista e da instalação de regimes autoritários na América Latina. Essas discussões estavam na ordem do dia quando Mota defendeu sua tese de livre-docência.

Após remontar esses cinco períodos da produção cultural brasileira, Mota transitou pelas sendas de cada um deles com o escopo de aprofundar os argumentos de sua tese. Relacionando as diferentes "explicações" do passado e da realidade brasileira com o contexto, o "chão social" em que se deram tais abstrações, intentou "fixar alguns traços da passagem da concepção aristocrática de cultura para a de cultura de massa" (MOTA, 1998, p. 47), viragem esta que acompanhou a própria sedimentação de uma sociedade de classes no país, em meio a um capitalismo periférico. Como uma análise desenhada por linhas teóricas marxistas, mormente de riscados gramscianos, Mota argumentou que a produção intelectual, ou melhor, as significações emprestadas à "cultura brasileira" foram expressões de determinadas camadas/classes sociais, a partir de particulares acepções políticas e ideológicas, e não da sociedade brasileira em geral.

Dedicando-se à geração dos anos 1930, especialmente a Gilberto Freyre, perscrutou os elementos interpretativos que contribuíram para a cristalização de uma dada ideologia da cultura brasileira. No caso de Freyre, sua visão senhorial de mundo, seu sentido de mando, o eruditismo, o

ensaísmo como estilo literário se constituíram em expressões dessa perspectiva aristocrática de cultura, elaborada por um representante do estamento dominante em crise. Seu olhar elitista escamoteava as tensões sociais, encobria as polarizações entre dominantes e dominados; sua estratégia de combinar pares antagônicos esvaziava a contradição.

A partir do ocaso do Estado Novo, outros horizontes teóricos tornaram manifesta uma nova noção de cultura menos vincada pela visão oligárquica de mundo, não tão comprometida com o passado, portanto, mais fitada no futuro. Marcada por uma perspectiva essencialmente urbana e de proveniência acadêmica, essa nova produção cultural se mostrava mais cuidadosa quanto à dimensão do conflito entre as classes, mais atenta às sutis e às escancaradas tentativas de harmonização das contradições sociais do Brasil. Segundo Mota (remontando Gramsci), houve, neste momento, uma paulatina substituição, nos quadros da produção cultural, da "qualificação intelectual" ("o tradicional") pela "função intelectual" ("o orgânico"). Nos anos 50, parte considerável do labor intelectual ligou-se também às concepções do nacional-desenvolvimentismo. O nacionalismo, então, se apresentou como linha mestra de uma ideologia que impregnou as avaliações desenvolvimentistas.

Durante os anos 1960, o colapso do populismo, o fim da era Vargas, a instalação de regimes autoritários na América Latina e a emergência de estudiosos com tendências mais radicais possibilitaram o recrudescimento de uma produção intelectual não dissociada da política e, por isso, ainda mais precavida com a dimensão ideológica de qualquer análise cultural. Eram, em grande parte, jovens intelectuais de classes médias e da burguesia que se exprimiram político-ideologicamente pela esquerda, ampliando o debate sobre os antagonismos sociais existentes na sociedade brasileira e sobre os impasses da dependência, tanto econômica quanto cultural. Nessa época, a noção ainda cristalizada de "cultura brasileira" começou a ser cortada por um novo prisma: o da categoria de "povo". Apesar de turva, essa nova perspectiva surgia como uma possibilidade de explicações menos comprometidas com as elites. Analistas do passado e da realidade social brasileira como um Antonio Candido, Raymundo Faoro e Florestan Fernandes, neste contexto, buscaram (a partir de diferentes matrizes teóricas, de distintos enfoques, interessados por diferentes objetos) escapar à consolidada e conciliadora ideologia da cultura brasileira, que funcionava como um verdadeiro instrumento de dominação por parte das classes dominantes. Não obstante, em meio à radicalização social e intelectual do período, assistiu-se ao

fechamento das discussões como forma de neutralização ou supressão desses "intelectuais orgânicos".

O núcleo da reflexão de Mota pode ser colocada sob o seguinte postulado: cristalizou-se uma ideologia com grande poder de difusão, *a ideologia da cultura brasileira*, de caráter oligárquico, aristocratizante, elitista, que embora, em alguns momentos, tenha sido colocada em xeque, acabou por constituir-se num vigoroso sistema cultural que neutralizou, gradativamente, os canais críticos, até o estreitamento do debate. No momento em que segmentos sociais mais populares iniciaram a mobilização de seu potencial crítico, foi sob a égide "dos interesses nacionais" que se talharam as vozes dessa nova produção cultural, direcionando-a para os quadros da massificação. Logo, as variadas formas de produção intelectual/cultural de fisionomia popular que irromperam neste período, acabaram sendo, pela via da massificação, niveladas ou desintegradas "nome da cultura nacional".

Portanto, a propagação desse cristalizado sistema cultural acarretou, segundo Mota, desdobramentos de três naturezas. No plano político, *a ideologia da cultura brasileira* contribuiu para diluir as tensões sociais, esvaziar as contradições reais entre as classes, ocultar a dimensão do conflito e integrar forças antagônicas que poderiam engendrar novas possibilidades de organização social. Em relação ao plano teórico, Mota afirmou que, ao refletir sobre a problemática ontológica de uma cultura brasileira, "atingiu-se a formulação clara segundo a qual a Cultura Brasileira existe apenas para seus ideólogos" (MOTA, 1998, p. 283). Já no plano conceitual, verificou que ideias como as de "cultura nacional", "consciência nacional", "aspirações nacionais", imbricadas a de "cultura brasileira", balizaram linhas de pensamento suficientemente fortes para mascarar muitos diagnósticos sobre a realidade brasileira (*vide* formulações como as de "democracia racial", "história incruenta", "homem cordial", "caráter nacional").

### 1.2.3 – José Carlos Reis e as identidades do Brasil

José Carlos Reis é outro pesquisador que engrossa as fileiras daqueles historiadores irrequietos com problemas e questões relativas à teoria da História e História da Historiografia, postura esta que pode ser atestada espiando o conjunto de suas obras[37]. Estudioso da historiografia produzida pelos autores ligados aos *Annales*, que foi objeto de sua tese de doutoramento, Reis também elaborou uma instigante análise acerca da historiografia brasileira que foi editada, em dois volumes, pela editora da Fundação Getúlio Vargas (FGV): *Identidades do Brasil I: da Varnhagen a FHC* e *Identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim – a favor do Brasil: direita ou esquerda?*.

A maior parte dos trabalhos de história da historiografia confeccionada por José Carlos Reis poderia ser pensada, facilmente, em termos de reflexões metateóricas, pois ele sempre cultivou a prática de problematizar questões teóricas, metodológicas, éticas e narrativas ligadas aos fundamentos da produção de conhecimento histórico. Essa inquietação também está presente nos dois volumes de *Identidades do Brasil*. Não obstante, há um aspecto muito mais flagrante nesses dois títulos que nos conduziu a tratá-los como uma *história da historiografia crítica*. Ao refletir sobre as diferentes identidades forjadas para o Brasil, o historiador mineiro construiu uma análise extremamente "engajada", na qual a compreensão sobre elementos teóricos, metodológicos e narrativos de textos históricos vinha entrecortada por suas críticas acerca de determinada(s) tradição(ões) que pensou(aram) o passado e as identidades brasileiras. Ademais, a própria estruturação dos volumes, constituída por autores "descobridores" e "redescobridores" do Brasil e que leva em conta a postura política (na acepção ampla do termo) dos mesmos, indiciam para um exame extremamente "crítico", no sentido que jaz nesta tipologia.

O professor da UFMG propôs uma reflexão em que os autores, encarados como sujeitos históricos, e obras, compreendidas a partir de determinadas circunstâncias históricas, são tomados como artífices em seus esforços de autorrepresentação da sociedade brasileira. Em *Identidades 1 e 2*, Reis buscou compreender as singularidades das várias interpretações, elaboradas pela *intelligentsia* brasileira, que se apresentaram como formadoras das identidades do Brasil. Todavia, enquanto no volume 1 se debruçou em pensadores do século XIX e XX, chegando até

[37] *Nouvelle Histoire e Tempo Histórico: Febvre, Bloch e Braudel* (1994), *O Desafio Historiográfico* (2010) e *História da "Consciência Histórica" Ocidental Contemporânea: Hegel, Nietzche e Ricoeur* (2011) são algumas das andanças analíticas de Reis pela Teoria da História.

interpretações elaboradas nos anos 1970 (Varnhagen, Capistrano de Abreu, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque, Caio Prado, Nelson Sodré, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso), no volume 2, concentrou-se em estudos realizados acerca da realidade brasileira elaborados nos anos 1930, a saber, os de Pedro Calmon, Afonso Arinos, Oliveira Vianna e Manoel Bomfim.

Na argumentação de Reis a questão da(s) identidade(s) nacional(is) é histórica, ou seja, é (re)construída em cada presente, na sua relação de aceitação e recusa com seu passado e com sua expectativa de futuro, por isso, podem ser datadas. O epicentro do debate proposto por ele gira em torno da relação que o pensador/autor estabelece com a experiência da duração, a temporalidade inscrita a cada análise. Neste sentido, procurou compreender como a interdependência entre passado, presente e futuro de cada autor/época fundamentou as diferentes "visões" sobre a história brasileira e direcionaram uma auto-interpretação de brasilidade. Para essa reflexão, as concepções de "espaço de experiência" e "horizonte de expectativas" de Koselleck foram fundamentais:

> Cada geração, em seu presente específico, une passado e presente de maneira original, elaborando uma visão particular do processo histórico. O presente exige a reinterpretação do passado para se representar, se localizar e projetar o seu futuro. Cada presente seleciona um passado que deseja e lhe interessa conhecer. A história é necessariamente escrita e reescrita a partir das posições do presente, lugar da problemática da pesquisa e do sujeito que a realiza. [...] Um novo olhar sobre o passado e o futuro se elabora sobre as pressões do presente vivido. A partir do presente, a visão do passado se altera e age sobre a visão e a produção do futuro (REIS, 2007, p. 09).

Trabalhando com a categoria de *progresso dialético*, apregoou que os pensadores da realidade brasileira que se sucedem não se eliminam, pois suas diferentes leituras ora conservam, ora rompem, ora superam o que já foi construído, mas todas compreensíveis a partir das exigências suscitadas pelo presente. Dentro dessa perspectiva, empenhou-se em edificar uma representação particular do tempo histórico brasileiro a partir de duas definições, *mudança e continuidade*, identificando-as nos projetos identitários apresentados pelas distintas interpretações. *Continuidade* referia-se a "identificação das forças que reproduzem e renovam a dependência" (REIS, 2007, p. 15), nas quais estariam vigoradas as noções de permanência, tradição, resistência, conservadorismo e estrutura. Esta vertente, chamada por Reis de *o descobrimento do Brasil*, materializou-se nos trabalhos de Varnhagen e Gilberto Freyre[38], que priorizavam a continuidade à

[38] Sobre este tema, visualizamos a interlocução e as discordâncias de Reis com relação às colocações de Mota em *A Ideologia da Cultura Brasileira*. Primeiramente, Reis se recusou a nomear os autores analisados como "explicadores do Brasil", preferiu "intérpretes do Brasil". Outra dissensão residiu na perspectiva do "redescobrimento do Brasil". Em Mota, Gilberto Freyre apareceu como um dos "redescobridores do Brasil", o que não ocorreu no exame de Reis. Para Mota, o "redescobrimento do Brasil" consistiu em um período, brotado após a Revolução de 1930, em que as

mudança, preferiram o passado ao futuro, o Brasil tradicional ao moderno. A *mudança* significaria a "identificação de forças que produzem a autonomia e a emancipação nacional" (REIS, 2007, p. 15). Elevando noções como as de modernização, progresso, revolução, autonomia e independência, essa corrente, denominada *o redescobrimento do Brasil*, seria representada pelas interpretações de Capistrano de Abreu, Sérgio Buarque, Caio Prado, Nelson Sodré, Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso. Esses *redescobridores* priorizavam a mudança em detrimento da continuidade (oscilando a ênfase), preferiram a ruptura com o passado, optaram pelo brasileiro ao invés do português, o moderno em detrimento do colonial. Já no segundo volume, Pedro Calmon, Afonso Arinos e Oliveira Vianna representariam os *descobridores*, tidos como "intérpretes de direita", e o único *redescobridor*, Manoel Bomfim, considerado "intérprete de esquerda".

No início de cada capítulo, Reis ofereceu ricas informações sobre a vida pregressa dos autores analisados, intentando, assim, captar elementos familiares, de tradição, de formação, a personalidade ou acontecimentos vividos pelos autores em questão. O desiderato repousava na compreensão de como o "lugar social de produção" interferiu na elaboração interpretativa de cada estudioso e de como a relação entre passado, presente e futuro foi costurada em cada obra. Outro elemento investigativo externado foi o confronto das teses dos intelectuais, objeto de estudo, com as assertivas levantadas pelos seus diferentes críticos, o que demonstrou sua preocupação com a recepção dessas interpretações elaboradas. A evidência às influências teóricas absorvidas pelos autores pesquisados também calibrou o gatilho analítico. Entretanto, um elemento novo na história da historiografia de José Carlos Reis, pouco presente em outros estudos desse jaez (até porque é um trabalho de fins do século XX), reside em sua reflexão acerca da relação entre temporalidade e narratividade, perspectiva em que as proposições de Paul Ricoeur foram de extrema valia.

Iniciando seu exame historiográfico, Reis dedicou-se às narrativas do "Heródoto do Brasil", Francisco Adolfo de Varnhagen[39]. Seguindo a orientação "crítica" já aludida, Reis considerou os textos de Varnhagen como um "elogio à colonização portuguesa". Ressaltou que o olhar desse historiador do oitocentos sobre a história brasileira consistia no próprio olhar do

---

linhas de interpretação da realidade brasileira teriam sofrido abalos consubstanciados na contestação de uma historiografia praticada nos moldes do IHGB. Pela diferença na montagem reflexiva e pelo afiado tom crítico de Reis, é possível compreender a natureza dessa discordância.

[39] Para um interessante esforço de compreensão acerca da construção do mito de Varnhagen como "pai da historiografia brasileira", ver a tese de doutorado do professor Manoel L. Salgado Guimarães, publicada pela EdUERJ (GUIMARÃES, 2011a, p. 222-227).

colonizador europeu, que fitava a continuidade do passado colonial no futuro do Brasil. Neste sentido, o futuro deveria ser o passado aperfeiçoado, resolvido. Escrevendo num momento de ascensão e consolidação do Estado Nacional sob a égide da Monarquia, o Visconde de Porto Seguro foi um dos historiadores que estabeleceu os moldes do IHGB de se escrever História: a defesa do método crítico como modo de reivindicar a verdade, mas combinada a um projeto de continuidade com a tradição portuguesa, num país "agora" independente.

Gilberto Freyre, outro *descobridor do Brasil*, teria também privilegiado a continuidade com o passado português em detrimento da mudança, produzindo, assim, um "reelogio da colonização portuguesa" (REIS, 2007, p. 51). Criticou o conservadorismo e a visão aristocratizante de Freyre, mas reconheceu sua genialidade. Na ótica do historiógrafo, Gilberto Freyre ancorou sua interpretação numa "concepção conciliadora do tempo brasileiro" (REIS, 2007, p. 80), na qual as mudanças, os conflitos, as fissuras foram administrados em prol de uma história pacífica e tranquila. Embora tenha incluído os negros, os índios, os mestiços, a cultura popular em sua história do Brasil, ostentou uma visão turva sobre as tensões sociais existentes em terras brasileiras. Ao produzir uma espécie de "auto-antropologia da cultura no qual nasceu, a nordestina-brasileira (REIS, 2007, p. 52)", Freyre fechou os olhos para as dificuldades e tensões do passado e, assim, legitimou o poder aristocrático que se encontrava em crise. O projeto escriturário freyreano, descritor do tempo histórico do Brasil, integrou as diferenças, produziu uma interpretação em que os conflitos foram geridos melifluosamente: "O tempo de Freyre é ibérico: sem pressa, sem relógio, sem preço, sem dinheiro a ganhar. (...) Seu tempo é senhorial: ocioso, deitado na rede, pés de menino e mãos de moça, pau viril e a voz imperiosa" (REIS, 2007, p. 81).

Já no universo dos *redescobridores do Brasil*, o "Heródoto do Povo Brasileiro", Capistrano de Abreu, teria sido um dos primeiros a visualizar o futuro do Brasil numa perspectiva não marcada pelo passado colonial. O futuro deveria ser impresso pela ruptura com as marcas da colonização litorânea portuguesa. Tratava-se de uma perspectiva do porvir em que o povo brasileiro seria artífice de sua própria história, valorizada por suas lutas, seus costumes, pela miscigenação e por seus elementos naturais singulares. Acentuando a descontinuidade entre o passado e o futuro do Brasil, Capistrano aspirava uma nação livre, soberana, realizadora de uma independência que, embora, desejada no passado, acabou não se realizando.

Na esteira de Capistrano, estaria Sérgio Buarque que, ao identificar traços nefastos de uma dada tradição, também preferiu a mudança à continuidade. Relacionando a interpretação de Holanda com outras típicas dos anos 1930, Reis ressaltou que, após a Semana de Arte Moderna, a emergência do Partido Comunista e a erupção dos movimentos militares, a história não poderia ser ainda escrita nos moldes do IHGB. Por isso, nesse período, o Brasil estava sendo relido a partir de suas peculiaridades: as desigualdades regionais, sua heterogeneidade étnica, as heranças do escravismo, a primazia do privatismo sobre a vida pública, o predomínio das oligarquias. Mas uma releitura que projetava as possibilidades nacionais: a industrialização, o capitalismo associado, a democracia, a modernidade.

O ponto de vista de Reis indicou uma perspectiva buarqueana que rechaçava a violência conservadora das oligarquias, que vislumbrava a organização racional da sociedade, em suma, um olhar típico do homem urbano que vinha a lume naquele quadrante histórico. Devassando *Raízes do Brasil*, asseverou que, ao denunciar/recusar nossas raízes ibéricas, Buarque fitou o futuro brasileiro livre das amarras da tradição portuguesa colonial. As raízes ibéricas se constituíam em empecilhos para a modernização política, econômico e social do país. O mundo criado pelo português não poderia ser repetido no presente e nem servir de referência para o futuro do Brasil. Buarque, então, pretendia mostrar aos brasileiros a revolução vivida pelo país, a transição de uma sociedade rural, impregnada pelos privilégios, extremamente familiar, para uma sociedade urbana, racional, industrial, livre do mandonismo do senhor rural.

Os pensadores que atuaram nos campos interpretativos marxistas foram, igualmente, fundamentais nessa *redescoberta do Brasil*. Nos anos 1950, as teses de Sodré, enfrentadora de inúmeras críticas, formularam a possibilidade da "revolução brasileira", livre do latifúndio e da dependência imperialista. Seguindo as teses da III Internacional, ele identificou relações de produção semifeudais ou pré-capitalistas na estrutura econômico-social brasileira, pugnando a necessidade de uma revolução democrático-burguesa, antifeudal e anti-imperialista precedendo a revolução socialista. A associação entre burguesia nacional, proletariado e campesinato garantiria a revolução democrático-burguesa que, rompendo com a dominação feudal, possibilitaria condições para a luta socialista. Em *História da Burguesia Brasileira*, Sodré teria produzido, de uma só vez, um estudo científico e um projeto de mudança para o Brasil, uma espécie de "teoria da ação burguesa". Ao analisar a formação da burguesia brasileira no "ventre do latifúndio", sua infância em fins do século XIX e sua ascensão durante a Revolução de 1930, Sodré olhou do

presente para o passado. Ao projetar a burguesia nacional como o sujeito histórico que lideraria o proletariado e o campesinato na Revolução Burguesa, como condição *sine qua non* para a posterior Revolução Socialista, ele encarou o presente e fitou o futuro. O mundo esboçado por Sodré e pelo PCB era um mundo moderno, industrial, urbano, desenvolvido, autônomo e, derradeiramente, socialista. No entanto, 1964 foi um duro golpe nessas pretensões: "[...] ela [burguesia nacional] optará pela aliança com o latifúndio e com o imperialismo, seus adversários teóricos, e reprimirá violentamente proletários e camponeses, seus aliados teóricos" (REIS, 2007, p. 166).

Outro *redescobridor do Brasil* trazido à baila foi Caio Prado Júnior. Não o Prado de *Evolução Política do Brasil* (1933), nem o de *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), mas o de *A Revolução Brasileira* (1966), obra indispensável para se pensar o Brasil pós-1964. A opção de Reis pela relação do autor com essa obra reside no debate empreendido com o PCB e com Sodré e pelo redimensionamento das análises em torno das (possíveis/desejadas) mudanças após os impactos do golpe militar. Para Reis, o ano de 1964 se constituiu em um "mirante ideal para se dar uma olhada no passado e no futuro do Brasil, reinterpretando o seu passado e reconstruindo o seu futuro" (REIS, 2007, p. 181), por isso, a uberdade político-histórica dessa obra em apreço. Sintetizando história, teoria e política, Caio Prado ressaltou que a revolução não podia ser definida à priori por um conceito pré-estabelecido, e sim pela análise e interpretação da conjuntura econômica, social e política baseada na realidade. Projetava, evidentemente, o socialismo, mas sem data ou previsão para seu estabelecimento.

Continuando a tratar do rol de *redescobridores do Brasil*, o professor mineiro deitou seu olhar sobre o cientista social Florestan Fernandes. Florestan dedicou-se ao estudo de temas como a escravidão, as culturas do(no) Brasil, as revoluções burguesa e socialista, as relações de raça e classe, os regimes autoritários, a educação e os movimentos sociais no Brasil. Enfim, deu maior visibilidade à presença dos negros, índios, imigrantes, escravos, trabalhadores rurais e urbanos na história e na realidade brasileira. Pontuando sua análise na obra *A Revolução Burguesa no Brasil* (1975), o historiógrafo acentuou que, na tese de sociólogo, o modelo de revolução burguesa implantado no Brasil se diferenciou dos modelos clássicos. A obra é atravessada pela seguinte questão: enquanto a burguesia revolucionária, no modelo clássico, implantou um sistema liberal-democrático, por que, no Brasil optou-se por um estilo autoritário de democracia limitada? Florestan indicou a resposta: pelo modo singular no qual o capitalismo se desenvolveu no Brasil.

Divergindo da tese de Caio Prado de que o Brasil fora capitalista desde o descobrimento, o cientista social procurou os sujeitos históricos atuantes nas transformações históricas que marcaram a desagregação do mundo escravista-senhorial para a emergência de uma sociedade de classes no país. Nessa transição de um período senhorial, regido pelas oligarquias agrárias, para um período de domínio burguês, a hegemonia foi compartilhada entre oligarquia e a burguesia, amalgamando o novo com o antigo, um ajustamento à tradição. No que toca ao exame de Florestan acerca do "capitalismo dependente" no país, aduziu que a Revolução Burguesa no Brasil não foi uma ruptura severa com o poder oligárquico, mas um processo modernizador, gradual, conciliador. Não obstante, esse processo de modernização circunscreveu à esfera econômica, esquivou-se de profundas mudanças sociais, em suma, constituiu-se numa "modernização conservadora".

O último *redescobridor* abordado no primeiro volume foi o também cientista social Fernando Henrique Cardoso. Reis emprestou especial atenção à obra *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, que FHC concebeu em parceria com o chileno Enzo Falleto. O alcance desse texto situaria numa nova interpretação proposta pela esquerda brasileira em que passado, "agora" ressignificado, possibilitaria uma perspectiva mais otimista do futuro: a possibilidade de desenvolvimento da América Latina mesmo num contexto de dependência. Substituindo a tese da estagnação pela do "desenvolvimento dependente e associado", FHC e Falleto colocaram a relação centro-periferia sob outros termos: não mais países exportadores de matérias-primas e de produtos agrícolas, de um lado, e países industrializados de outro, mas países com graus distintos de industrialização. Diferentemente do que a perspectiva nacional-desenvolvimentista postulou, a Teoria da Dependência percebeu a associação entre os governos, burguesias nacionais e monopólios internacionais. Os investimentos externos não eram empecilhos ao desenvolvimento, mas um elemento dinamizador dos países dependentes. Logo, a industrialização da América Latina seria possível, mesmo diante de um mercado interno restrito e com a exclusão de alguns setores sociais.

Na acepção de Reis, a análise histórica de FHC, de modo distinto a outras interpretações da esquerda, mormente no pós-1964, não conduziu ao fechamento do futuro da América Latina, à projeções de estagnação ou à ações desesperadas. É um ponto de vista otimista em relação ao capitalismo dependente. Ante a esse otimismo sobre o desenvolvimento possível na América

Latina, Reis acabou externando quais ligações de classe enxergou em FHC, bem como explicitou suas próprias convicções políticas diante das ideias de Cardoso:

> Dá a impressão de desejar que as coisas se tenham dado como se deram e não apenas de analisar e constatar uma opção realizada. Parece passar a apoiar a burguesia brasileira e o Estado na sua associação com o capitalismo internacional. [...] A ausência dessa indignação com os métodos da burguesia e com a exclusão que o desenvolvimento capitalista-associado exige o confirma no ponto de vista burguês. [...] Não haveria nisso nada de problemático se tal orientação não significasse uma minimização do autoritarismo que essa opção representou e uma desconsideração da exclusão social que ela propõe (REIS, 2007, p. 265).

Em *Identidades 2*, Pedro Calmon foi o primeiro da lista de *descobridores do Brasil*. Classificando a interpretação calmoniana como um "otimismo ultraconservador (ingênuo)", ressaltou que o baiano "tornava a "verdade" uma memória, legitimava poderes com a documentação histórica, envolvia o historiador na defesa da ordem política tida como "verdadeira", isto é, incontestável, que deveria permanecer inalterada e estável" (REIS, 2006, p. 35). Mirando para os efeitos nocivos presentes nessa associação entre verdade e memória, o historiador mineiro salientou que a visão calmoniana homogeneizava o múltiplo, sedimentava como singular o que era plural, julgava o passado a partir de uma ideia de civilização, de nação, que coincidia memória com a verdade histórica. Produzindo uma ode à presença da Casa dos Bragança no Brasil, Calmon se mostrou ultraconservador, alguém que observou a história brasileira do ponto de vista da família real. Crítico da República, a narrativa calmoniana apresentava a evolução brasileira serena e integrada, sem rupturas, dissimulando as tensões existentes, pacificando os instantes trágicos e de violência, sobretudo a conquista da população pelas elites. Ante a esse tratamento laudatório da monarquia, da aristocracia, das elites, em detrimento da desconfiança em relação à República e às potencialidades do mestiço como sujeito histórico, Reis não poupou de críticas: "O seu elogio a d. Pedro I, contra todo o sentimento rebelde brasileiro, mostra que Calmon sempre fora monarquista e pró-português. Na verdade, ele preferira a monarquia à independência. Era um ex-brasileiro" (REIS, 2006, p. 71).

Continuando seu esquadrinhamento acerca dos pensadores da "Civilização Brasileira", Reis se entregou à análise de Afonso Arinos. Dirigindo sua mira analítica para a obra *Conceito de Civilização Brasileira* (1936), Reis argumentou que Arinos ousou construir um conceito de Brasil, consubstanciado num discurso racista e autoritário contra a população brasileira. Para o professor da UFMG Arinos se mostrou um "cínico", "pois o seu suposto discurso liberal-democrata, sua defesa do estado de direito, na verdade, era antiliberal e antidemocrata, contra a população

brasileira" (REIS, 2006, p. 95). Com ele, aduziu Reis, "[...] aprendemos a versão liberal-cínica do pensamento autoritário das elites brasileiras." (REIS, 2006, p. 95). Arinos enxergou o Brasil como um país contraditório: riquíssimo e miserável, culto e iletrado, forte e vulnerável. A civilização brasileira seria resultado do encontro de três culturas, duas "inferiores" (indígena e africana) e uma "superior" (européia). Para Reis, Arinos tratava os elementos culturais afro-indígenas como o "mostro da lagoa", remetendo-se à lendária figura do imaginário escocês. O império da lei deveria, então, empurrar o "monstro mestiço" para o fundo da lagoa. Por sua postura conservadora e autoritária, Arinos também foi alvo da acidez do historiógrafo mineiro: "A sua interpretação do Brasil é uma cínica pregação política, racista, autoritária, que destila preconceito e ódio contra o passado afro-indígena e a atual população brasileira mestiça" (REIS, 2006, p. 106).

Prosseguindo seu itinerário analítico, aportou em Oliveira Vianna. Considerando-o como um intelectual das oligarquias rurais e do Estado Novo, os textos de Vianna teriam repercutido por seu conteúdo engajado, militante e assessor do poder. Considerado, por muitos, racista, elitista, corporativista, fascista. Reis inferiu, de forma irônica, que lidar com Vianna é essencial para o estudo das identidades brasileiras, "assim como os teóricos e os líderes fascistas são importantes para a construção das identidades alemã e italiana. Ele representa o pensamento autoritário brasileiro que esteve mais no poder do que fora dele" (REIS, 2006, p. 131-132). Em a *Evolução do povo brasileiro*, Vianna teria apresentado uma visão do Brasil simpática com as heranças portuguesas. Baseado num darwinismo social, advogou que as elites brasileiras demonstraram competência na defesa dos "interesses brasileiros", fazendo concessões às raças e à geografia, e constantemente no controle da evolução histórica brasileira. Em sua visão orgânica, Vianna teria enxergado duas doenças na evolução histórica brasileira: a miscigenação, que cruzou duas raças bárbaras com uma superior, criando um homem híbrido e degenerado; e a descentralização político-administrativa do país. Segundo Reis, a proposta de modernização conservadora de Vianna, segundo Reis, é trágica, pois mesmo que objetivasse a fundação de uma nação brasileira unida e solidária, tratava-se de um projeto político autoritário, ultrarreacionário, coercitivo, manipulador, homogeneizador e racista.

O único *redescobridor do Brasil* carreado para *Identidades 2* foi Manoel Bomfim. O sergipano, na percepção de Reis, teria identificado duas forças na história do Brasil: uma que considerou a essência da alma brasileira, republicana e democrática, atuante desde o século XVII; e a outra ligada à monarquia portuguesa, continuadora da ação metropolitana. A história do Brasil

consistiria, então, no embate entre essas duas tradições. Bomfim se colocou ao lado dos rebeldes republicanos do período colonial e se contrapôs ao Estado monárquico português que aqui se implantou. Esse conflito teria reverberado também na historiografia brasileira que se dividiu em duas correntes: a "oficial", que ele chamou de "bragantina", "antipatriótica", "portuguesa"; e a "patriótica", "republicana", "revolucionária", "brasileira". A historiografia "bragantina" eclipsou os verdadeiros heróis nacionais, sacralizando aqueles que os esmagaram. Ligada ao Estado luso-brasileiro, essa historiografia impulsionou a lenda de que a unidade brasileira é fruto de uma independência com monarquia. Além disso, escamoteou os verdadeiros movimentos pela independência do Brasil (de 1817, 1824 e 1831) para entronizar 1822. Adolfo Varnhagen teria sido o paladino dessa historiografia dos Bragança. A historiografia patriótica, republicana, democrática, a qual Bomfim se vinculou, combatia essa perspectiva da história brasileira vista a partir das realizações bragantinas. Para Reis, Bomfim foi "radicalmente rebelde, pioneiro, ousado, e ingenuamente romântico na sua interpretação do Brasil" (REIS, 2006, p. 191). Então, para se alcançar a independência de fato seria necessário a criação de uma historiografia e de uma literatura autônomas. Bomfim denunciou, ainda, as opressões sofridas pelo povo brasileiro. Buscou a formulação de soluções brasileiras para os problemas brasileiros. Enfim, arrojou em "reescrever uma história do Brasil a contrapelo, a favor do Brasil e contra o trono, contra os Bragança e os poderes que os sucederam e mantiveram seus valores e modos de agir" (REIS, 2006, p. 193).

Essa demorada análise de *Identidades do Brasil* nos indicia para uma história da historiografia em que a preocupação com o contexto sociocultural de produção, com os aspectos teóricos, metodológicos e narrativos dos textos historiográficos não são postos à margem, pelo contrário, são incorporadas às intensas inquietações com a dimensão ética e política inscrita a esses trabalhos de interpretação do passado humano. Ao passo que identifica posicionamentos ideológicos, filosóficos, políticos dos autores em questão, também os crítica e, quando julga pertinente, os elogia. Não há pudor, por parte do analista da historiografia, em explicitar suas concepções éticas e políticas e se colocar em defesa delas. Com certeza, ao aliar as dimensões normativa, empírica e estética, essa proposta de história da historiografia emprega um repertório reflexivo que torna essa tarefa analítica ainda mais complexa.

## 1.3 – Os balanços historiográficos em perspectiva

### 1.3.1 – José R. do Amaral Lapa: um panorama da historiografia brasileira

O emérito professor da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), José Roberto do Amaral Lapa, foi outro pesquisador que se preocupou, intensamente, com os rumos tomados pela produção historiográfica no Brasil. Prezando por um modelo de história da historiografia, o qual denominamos de "balanço historiográfico" ou de "avaliação historiográfica", Lapa não se debruçou especificamente sobre autores e obras (embora as examine em alguns momentos de seu texto); não dirigiu, sobejamente, posicionamentos de cunho ético-político (ainda que endereçasse críticas a posturas reacionárias); não verticalizou reflexões sobre fundamentos do conhecimento histórico, e sim produziu uma história da historiografia dotada de visão de conjunto, isto é, diagnosticou o estado dos estudos históricos, expôs panoramas, apontou tendências, enfim, dirigiu um olhar mais abrangente sobre o que foi produzido em termos de História no país.

Os exames historiográficos confeccionados por Lapa e publicados nas décadas de 1970 e 1980, *A história em questão: historiografia brasileira contemporânea* (1976) e *História e Historiografia: Brasil pós-64* (1985), apresentaram alguns elementos pouco abordados em trabalhos anteriores: a preocupação com as definições de história (acontecimentos humanos ocorridos no passado), História (registro inteligente dos acontecimentos humanos ocorridos no passado) e historiografia (análise crítica das obras históricas produzidas); sua reflexão acerca das esferas de transmissão e consumo do conhecimento histórico produzido e a inquietação em analisar a produção historiográfica durante a ditadura militar em seus âmbitos científico, didático e social. No que toca a seu esforço de conceituação desses três vocábulos tão comuns ao linguajar dos historiadores, o autor aduziu:

> Dessa maneira, o objeto do conhecimento histórico é o que chamamos história para efeito de nossas proposições. É a chamada realidade objetiva do materialismo histórico. Conhecimento histórico é o que resulta do processo limitativo de conhecimento e reconstituição, análise e interpretação daquele objeto, vindo Historiografia a ser a análise crítica desse processo de produção do conhecimento histórico e desse conhecimento, enquanto conhecimento, isto é, um conhecimento científico que se perfila pelos métodos, técnicas e leis da ciência histórica. Aqui, também, essa análise não deixa, por sua vez, de constituir-se em conhecimento, o que equivale a dizer no seu segundo estágio (LAPA, 1976, p. 15)

Continuando esse exercício de definição, Lapa insistiu: "[...] diríamos que uma obra de História em si não se configura como Historiografia, mas sim como objeto da Historiografia, enquanto que o estudo dessa obra já se insere como historiográfico" (LAPA, 1976, p. 16). Sem embargo, ainda que tenha se concentrado em enunciar a acepção de historiografia como prescrito anteriormente, é possível encontrarmos excertos do texto em que o autor utilizou o termo com significação diferente a qual estabeleceu inicialmente:

> Analisar a obra de autores contemporâneos, num contexto mais geral e de duração, é arriscar-se e muito a propor uma escala de valores que pode ser rapidamente superada, senão tornar-se mesmo inconseqüente diante da evolução da ciência. Aceitamos, todavia, esse risco, com o objetivo de estimular e ampliar o debate da situação atual da Historiografia brasileira (LAPA, 1976, p. 19).
> [...]
> O exame global que se proponha da Historiografia brasileira do século XX, isto é, das obras escritas por historiadores que viveram ou estão vivendo neste século [...] (LAPA, 1976, p. 24).

Em que pese a existência dessas sutis ambiguidades conceituais, o historiador campineiro, seguindo preceitos do mestre José Honório Rodrigues, julgava que a historiografia (análise crítica das obras produzidas por historiadores) representa a consciência que a História (como conhecimento) adquire de si mesma, ademais, o desenvolvimento desse campo de pesquisa constituía-se num termômetro para se medir o grau de amadurecimento ou não da ciência histórica no país.

Na esteira de outros analistas da historiografia, Lapa, de forma concisa, apresentou uma periodização da historiografia brasileira. Em seu esboço, ressaltou que, do século XIX até aos anos 1920, a produção historiográfica teria resguardado algumas características comuns: um revisionismo factual descritivo baseado nos princípios da *histoire événementielle*; a ausência de grandes contribuições por parte das demais ciências sociais no país; o predomínio de uma história político-administrativa, biográfica e genealógica; uma história das camadas dominantes e reacionária, além da predileção por temas relativos à história colonial. Até os anos 1920, não havia surgido, segundo Lapa, obras que inovassem nas técnicas de investigação, nos tipos de fontes utilizadas e nos temas abordados. Em meio a procedimentos autodidáticos, o trabalho mais sistemático ficava sob a incumbência do IHGB e dos Institutos Históricos dos estados. No tocante a esse modelo de História que perdurou até a segunda década do século XX, Capistrano de Abreu teria se constituído na exceção.

Durante os anos 1920, mudanças no campo político, social, econômico, mas, sobretudo, no âmbito da cultura, ensejaram alterações na produção historiográfica no Brasil. Para Lapa, a erupção do modernismo, como movimento literário e artístico brasileiro, foi decisiva na nova configuração de alguns trabalhos historiográficos que brotaram no país. Segundo o autor, as ideias modernistas (e não a militância no modernismo), propugnadoras de uma renovação formalística, temática e até ideológica, influenciaram a geração de historiadores (Gilberto Freyre, Sérgio Buarque, Caio Prado) que mudaram os rumos da historiografia brasileira nos anos trinta. Influenciados pelas ideias modernistas, aproximando-se de outras áreas do conhecimento como a sociologia, a antropologia e a economia, esses autores substituíram o factual pelo interpretativo, realizaram uma autocrítica da inteligência brasileira e lançaram o sêmen das discussões teóricas, metodológicas e temáticas que seriam empreendidas, em seguida, na universidade. Não obstante, Lapa enxergou uma limitação comum às análises feitas pelos integrantes dessa geração: a pesquisa de arquivos consistiu num procedimento que funcionou mais como complemento do que como fundamento para a elaboração das obras. O potencial intelectivo e a erudição bibliográfica desses historiadores se sobrepôs ao domínio documental, o que deixou suas elucubrações mais na atmosfera da especulação teórica do que em proposições embasadas nas fontes históricas.

O outro período da história da historiografia brasileira, pós-1940, foi constituído de pesquisas realizadas no interior da universidade. Debruçando-se, mais detidamente, sobre essa produção historiográfica acadêmica, a qual se refere como científica, Lapa diagnosticou o estado em que se encontrava a produção histórica no Brasil àquela época: censurou o desapego à teoria apresentado pelos historiadores brasileiros, observou a antiga predileção pelos estudos de história colonial e do império em detrimento de história republicana do país; denunciou a chamada "conspiração anticontemporânea", fruto da concepção de que o historiador não pode analisar fatos muito próximos ao seu presente. Como consequência dessas posturas, verificou certa defasagem entre a História e outras ciências como a Sociologia ou a Ciência Política no que concerne ao conhecimento da história recente do país, mas, ao mesmo tempo, afirmou que, diferentemente dessas outras áreas do conhecimento, a História no Brasil não ficou "[...] condicionada ou motivada pela instabilidade política ou pelas crises dos sistemas de poder, para poder avançar como ciência. O refúgio no passado a livrou dos compromissos com o presente" (LAPA, 1976, 32).

Imerso ao contexto da redemocratização brasileira, durante os anos 1980, Lapa volveu ao período da ditadura militar com vistas a avaliar a produção historiográfica no "Brasil pós-64". Seu desiderato incidia no mapeamento das reverberações desse processo político não só na pesquisa histórica, mas também seus desdobramentos no ensino de História. Para Lapa, o governo militar encontrou alguns apologistas do regime no interior da comunidade dos historiadores (Hélio Viana, João Camilo de Oliveira Torres, dentre outros), fechou os canais de debate do circuito científico e, através da "Doutrina da Segurança Nacional", encolheu a crítica e impôs óbices às interpretações contrárias às suas posições ideológicas. Entretanto, as marcas dessa orientação autoritária, segundo o autor, atingiram mais frontalmente os conteúdos da política cultural e as diretrizes de ensino, especialmente com a implantação das disciplinas de Estudos Sociais e Estudo de Problemas Brasileiros. Neste sentido, embora tenham sofrido ações repressivas, em geral, os historiadores resistiram e muitos prosseguiram suas pesquisas, tendo a produção e a reprodução do conhecimento histórico encontrado guarida em canais paralelos ou utilizando estratégias de camuflagem para poder atingir seus objetivos científicos. Apesar das tentativas de controle por parte do aparelho ideológico do Estado, houve grandes publicações nesse período.

Recorrendo ao recurso de gráficos, tabelas e outros métodos quantitativos, Lapa demonstrou a importância das agências de fomento para o desenvolvimento de novas pesquisas históricas no país; mensurou o crescimento dos programas de pós-graduação, os períodos políticos mais estudados no Brasil e a distribuição dos pesquisadores por área de especialização dentro do conhecimento histórico (História Política, História Social, História Econômica, História Regional, Biografia, História Administrativa, Genealogia, diversos e outros). Além disso, buscou dimensionar as políticas e o papel do mercado editorial nos caminhos tomados pela produção historiográfica brasileira, seja no direcionamento dos temas de predileção, seja no encaminhamento da política de tradução de obras de outras línguas.

Prosseguindo seu balanço, José Roberto do Amaral Lapa apontou algumas tendências que a produção historiográfica brasileira indicava naquele contexto: o gradativo crescimento de pesquisas sobre história contemporânea do Brasil; o florescimento de investigações que se dedicaram à revisão de temas cardeais da historiografia brasileira como a abolição, a Revolução de 1930 e a disseminação do conhecimento histórico através do aumento do número de periódicos. Quanto à crescente diluição das fronteiras entre a História e outras áreas do conhecimento, o historiador campineiro avaliou as duas faces dessa moeda:

> A definição ou falta de definição das fronteiras que cada uma das ciências sociais guarda entre si, tem passado por períodos de maior ou menor rigidez metodológica, o que não deixou de acontecer também com o conhecimento histórico. Nesse sentido, se de um lado o rigor pode levar ao confronto ou à impermeabilização, empobrecendo a ciência e comprometendo seu avanço, com discutíveis pretextos de se precisar técnicas e métodos, objetos e abordagens, de outro a flexibilização pode diluir a ciência que perde sua especificidade teórica e metodológica e, em conseqüência, o seu próprio estatuto como ciência (LAPA, 1985, p. 59).

Observando a expansão dos cursos de pós-graduação no país, Lapa identificou a progressiva especialização do conhecimento histórico; o crescimento das investigações no âmbito da história social e econômica; as inovações nas técnicas de pesquisa e na orientação metodológica, consistente na abertura do leque tradicional de fontes históricas; a proliferação de pesquisas com temas trazidos por influência da *Nouvelle Histoire* francesa; o cotidiano como sintoma dessa abertura para novas linhas temáticas e a passagem da máxima "sem documento não há História" para a concepção de que "a História se faz apesar do documento". No que respeita à tendência ao "regionalismo" desenvolvido em grande parte dos programas de pós-graduação, o professor ponderou:

> Acreditamos ser acertada essa opção. Estamos ainda numa etapa em que se faz necessário e inadiável conhecer a realidade local e regional, desde que naturalmente essa vocação não se impermeabilize compartimentando a realidade numa atomização que nada tenha a ver com a formação econômico-social brasileira como um todo (LAPA, 1985, p. 47)

Além da fecunda visão abrangente investida sobre aspectos teóricos, metodológicos e temáticos inscritos à produção histórica brasileira, a novidade trazida pelas avaliações historiográficas de José Roberto do Amaral Lapa, e que será seguida posteriormente por Ronald Polito e Carlos Fico, foi o de carrear para o bojo de sua análise questões ligadas a esfera de disseminação e circulação do conhecimento histórico produzido, seja a partir do relacionamento institucional com as agências de fomento à pesquisa, seja por meio das diretrizes apontadas pelos programas de pós-graduação e, sobretudo, por intermédio da relação com o mercado editorial.

### 1.3.2 – Carlos Fico e Ronald Polito: uma avaliação da historiografia dos anos 1980

Os historiadores Carlos Fico e Ronald Polito, mentores do extinto Centro Nacional de Referência Historiográfica, ligado à Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), publicaram, no início da década de 1990, um extenso e minucioso balanço sobre a historiografia brasileira produzida nos anos oitenta. Essa radiografia da produção histórica brasileira foi editada em dois volumes, no primeiro, intitulado *A História no Brasil (1980-1989): elementos para uma avaliação historiográfica* (1992), os autores primaram por uma abordagem mais analítica, já no segundo, *A História no Brasil (1980-1989): série de dados* (1994), a ênfase é mais catalográfica. Esses estudiosos da historiografia brasileira também conceberam outro texto em parceria, *A historiografia brasileira nos últimos 20 anos – tentativa de avaliação crítica*, publicado em uma obra organizada pelo professor Jurandir Malerba denominada *A velha História, Teoria, Método e Historiografia* (1996).

Acompanhando, em certos aspectos, as proposições exibidas por José Roberto do Amaral Lapa, principalmente no que tange à análise da repercussão e disseminação do conhecimento histórico, Fico e Polito pretenderam se distanciar da tradição de trabalhos historiográficos caracterizados por uma "lista de livros mais importantes" e que peca, segundo eles, por não considerar as condições em que os trabalhos foram elaborados, reproduzidos, disseminados, não só pela comunidade de historiadores, como também pela sociedade em geral:

> Partimos de um conceito de historiografia que não considera apenas a efetiva produção do conhecimento histórico, mas, também, na medida do possível, a sua disseminação social. Para isto, não só compulsamos os trabalhos de história, mas, igualmente, aqueles registros que, de alguma forma, expressavam sua repercussão. Consideramos todo o circuito que integra o processo de disseminação do conhecimento histórico, dos cursos de pós-graduação ao mercado editorial, dos eventos e entidades criadas ao leitor de História (FICO; POLITO, 1992, p. 18)

A opção por examinarem as pesquisas realizadas nos anos 1980 deveu-se ao fato de ser o período de consolidação de diversos programas de pós-graduação em História no país, de maior profissionalização dos historiadores e do aumento substancial não só de investigações históricas de maior fôlego, como também do consumo textos de História. Além disso, a produção historiográfica da década em questão apresentou outros elementos instigantes para análise:

> [...] a produção do conhecimento histórico no Brasil atingiu no Brasil, nos anos 80, um patamar de maior complexidade que vem a configurar uma efetiva especialização deste campo do conhecimento no país. Com isto se quer dizer que tal produção se dá abordando uma pluralidade de tema, enfoques teóricos e procedimentos metodológicos muito grande, notadamente em comparação com os anos anteriores ao período desta pesquisa (FICO; POLITO, 1992, p. 20-21).

Procedendo de modo diferente de outros analistas da historiografia aqui mencionados, Fico e Polito não arquitetaram uma periodização da historiografia brasileira, até porque ficaram circunscritos à produção de uma década, não trataram de autores e obras específicas e nem aprofundaram questões de cunho teórico-metodológico. O empreendimento analítico proposto é panorâmico, abrangente, uma avaliação extremamente preocupada com a esfera de disseminação e circulação do conhecimento produzido no âmbito da pós-graduação em História no Brasil.

Debruçando-se sobre esses cursos, os autores diagnosticaram alguns problemas enfrentados pelos programas durante essa época: a dificuldade de definição de suas áreas de concentração que, muitas vezes, perdia-se no genérico; a existência de linhas de pesquisa que pecavam pelo particularismo ou pela generalidade em demasia e a falta de conexão, em muitos casos, entre área de concentração e linhas de pesquisa. Quanto à tendência ao enfoque regional apresentado por grande parte dos cursos, os autores apontaram para o excessivo "regionalismo" ou "paroquialismo" dessa postura. Sobre esse panorama, externaram uma posição cética identificando as limitações dessa proposta:

> Uma das características advindas com a criação dos cursos de pós-graduação por todo o país foi o estudo da história regional ou do tipo de história que, sob este nome, vem-se praticando no Brasil. [...] Os critérios de escolha dos temas regionais ou locais não têm sido muito sólidos. Muitas vezes tais escolhas parecem decorrer da simples localização do curso de pós-graduação numa dada região. Tanto que, sobre regiões onde estes cursos inexistem, são raros os trabalhos de história. Daí que críticas de "paroquialismo" tem sido feitas, isto é, o comprometimento com dada região não obedece critérios de relevância ou originalidade, mas tão somente a parâmetros de viabilidade. Em muitos trabalhos a noção de "espaço" é quase ausente, prevalecendo o enfoque temporal. O significado de região, da mesma forma, é tido como um dado, não resultando, como seria de se esperar, do imbricar de perspectivas sociais, econômicas, culturais ou outras com a problemática espacial. Portanto, hoje, no Brasil, este é certamente um dos impasses que se colocam para a comunidade dos historiadores (FICO; POLITO, 1996, p. 201)

Manuseando teses de livre-docência, de doutorado, dissertações de mestrado, artigos, resenhas e outras obras, fruto de pesquisas publicadas no período em pauta, verificaram a recorrência de pesquisas no âmbito da história social (no sentido amplo do termo), em história econômica e política. Transitando ainda no ambiente da pós-graduação, os autores quantificaram e

avaliaram os dados sobre evasão de estudantes de pós, o perfil de gênero dos titulados nos cursos (predomínio de mulheres), as teses e dissertações defendidas por período, o tempo médio despendido para a elaboração desses trabalhos, a média do número de páginas das pesquisas, o número de periódicos criados, os temas mais abordados em artigos, o número de eventos e a demanda e atendimento das modalidades de bolsa para estudo no Brasil e no exterior.

Em relação ao aspecto que se mostrou caro à avaliação dos historiógrafos em pauta, ou seja, a disseminação e circulação do conhecimento histórico, Fico e Polito mensuraram e analisaram vários elementos subsumidos à dinâmica do mercado editorial: editoras que mais publicaram obras de história, coleções voltadas para temas históricos, total de livros de história editados por ano, obras estrangeiras mais traduzidas, teses e dissertações publicadas, áreas da História e períodos históricos mais abordados nas obras editadas, periódicos criados e livros mais vendidos.

Trafegando ainda na esfera da disseminação e repercussão, examinaram o papel das associações e dos grupos de trabalho e de pesquisa na amplificação do conhecimento histórico, a importância da divulgação de resenhas de obras históricas em periódicos, da presença de historiadores na mídia e dos prêmios recebidos por eles. Segundo os autores, o número de resenhas publicadas em periódicos indicava a existência de um mercado consumidor de história, até porque havia resenhistas que não eram historiadores. Para eles, esse interesse pela história, em parte, se devia às crises que abalaram o mundo contemporâneo e que minaram os projetos éticos globalizantes, como a ética revolucionária marxista e a doutrina cristã, acabando por conferir ao passado uma busca esperançosa. Dentre os títulos mais vendidos destacaram *O diabo e a Terra de Santa Cruz,* de Laura de Mello e Souza, e *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*, de Fernando Novais, em que pese o fato de que mensurar a vendagem de livros seja algo problemático, pois nem sempre se chega a números reais dessa circulação.

O crescente interesse do público por obras com temáticas relacionadas aos novos objetos e abordagens da *Nouvelle Histoire* foi outro aspecto levantado pelos estudiosos. Realçaram, igualmente, a importância das controvérsias entre os historiadores que, com teses distintas, fomentaram o debate acadêmico e contribuíram para o avanço da ciência da História no Brasil. E, finalmente, trouxeram à lume a convivência dos historiadores com a mídia. Segundo Fico e Polito, Jacob Gorender, Boris Fausto, Carlos Guilherme Mota, Francisco Iglésias e Sérgio Buarque eram

os nomes mais solicitados, os que mais freqüentavam a mídia, principalmente em momentos de efeméride ou nas discussões de assuntos mais imediatos da conjuntura política.

Embrenhando-se mais numa seara teórica, os autores salientaram uma característica flagrante das pesquisas históricas no Brasil até àquela época: o desapego à reflexão teórica. Já diagnosticado por Honório, Lapa, Iglésias e Mota, esse certo desinteresse pela abstração teórica devia-se, também, à inclusão tardia da disciplina de Teoria da História nos cursos de graduação, o que resultou em investigações com pouca qualidade em suas "posições teóricas". Além disso, outra evidência desse precário investimento na reflexão teórica residia na

> [...] proibição, tácita ou explícita, de serem desenvolvidas dissertações "teóricas" nos cursos de pós-graduação, especialmente nos mestrados em História. Tal orientação, é justo lembrar, talvez pretenda evitar a produção de trabalhos, por assim dizer, "especulativos", sem amparo em documentos históricos tradicionais, característica certamente prejudicial para o conhecimento que se pretenda objetivo. Mas ela é visivelmente exagerada quando impede, por exemplo, o estudo de uma determinada problemática teórica ou de um autor que tenha contribuído significativamente nesta área (FICO; POLITO, 1992, p. 158).

Na concepção dos autores, em meio a essa escassa abstração teórica, acreditou-se que, durante os anos 1980, vivia-se um período de renovação da produção histórica. Crença essa alimentada pela aparição de novos temas, como a sexualidade, as mentalidades, a magia, dentre outros. Demonstrando certa reticência quanto aos impactos da Nova História no Brasil, Fico e Polito afirmaram que a renovação na História não se instala a partir da abordagem de novos temas, mas, preponderantemente, de reformas de ordem teórica e metodológica. Por isso, houve, sim, uma renovação temática, nos objetos de investigação, nas perspectivas de abordagem, e não uma renovação nos fundamentos da História como ciência.

Derradeiramente, os historiógrafos ressaltaram que, em que pese os predicados atribuídos à geração e à "realidade objetiva" da década de oitenta, esses anos não representaram uma "década perdida" para a História, tendo em vista que a produção historiográfica no Brasil experimentou vários avanços como a ampliação dos cursos de pós-graduação, certa regularidade na produção de teses, maior abertura do leque de opções temáticas e metodológicas, o aumento do número de revistas e de livros publicados, maior rigor nos trabalhos de pós-graduação, que em fases anteriores, não possuía os requisitos de qualidade e seriedade.

Em face do exposto, consideramos que o balanço historiográfico construído por Carlos Fico e Ronald Polito além de se constituir num trabalho exaustivo pela variedade de dados

compulsados e avaliados acerca da historiografia brasileira dos anos 1980, teve o inegável mérito de aproximar a esfera da produção à da repercussão do conhecimento histórico, principalmente no que tange à própria dinâmica da vida acadêmica; o trabalho ordinário de elaboração de pesquisas e artigos, a realização de eventos científicos, a composição de grupos de pesquisa, a convivência com as agências de fomento à pesquisa; e, mormente, no que pulsa ao relacionamento desse campo científico com a mídia e, sobretudo, com o mercado editorial.

## 1.4 – Historiando historiador(es), intelectuais e obras

### 1.4.1. – Francisco Iglésias e os historiadores do Brasil

O historiador mineiro Francisco Iglésias, além de suas constantes andanças pela história econômica, também dedicou parte de seus esforços intelectuais a pensar sobre os rumos tomados pela historiografia brasileira. Estudioso e vasto conhecedor de historiadores e obras que analisaram a história do Brasil, Iglésias é um exemplo típico de que, ao refletirmos sobre os modelos de história da historiografia brotados no Brasil, é necessário ter cuidado quanto aos rígidos enquadramentos, pois um mesmo autor pode ter desenvolvido diferentes modalidades de análises sobre a historiografia brasileira, daí nosso esforço classificador, em alguns casos, vincar mais numa determinada obra do que propriamente na trajetória intelectual do(a) historiador(a), evitando, assim, engessamentos derivados do ato de categorizar.

Francisco Iglésias, por exemplo, participando de uma mesa redonda que discutia a Pesquisa Histórica no Brasil, por ocasião da XXIII Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em 1971, na cidade de Curitiba-PR, proferiu uma comunicação que esbanjava conteúdo crítico. Nesse texto, que veio a ser publicado no nº 88 da Revista de História da USP daquele ano[40], Iglésias, num esforço de síntese aliado a um tom cáustico, analisou os caminhos percorridos pela historiografia no Brasil e, sobretudo, à quantas andava a formação dos historiadores no país. Em linhas gerais, o historiador mineiro examinou o estado de precariedade na qual se encontrava a pesquisa histórica no país àquela época; criticou o amadorismo e o autodidatismo que ainda existia nos estudos históricos, sobretudo por influência dos institutos históricos estaduais, ato contínuo em que defendeu o trato científico da experiência humana do passado; analisou a constituição dos cursos de História conjugados ao de Geografia e seu posterior desvencilhamento; discutiu como o ensino e o professor de História eram vistos no meio escolar; criticou o fato de os historiadores brasileiros se aterem a acontecimentos remotos e relegarem os eventos do presente; realçou ainda a importância do crescimento dos cursos de pós-graduação para a formação de pesquisadores no país. Trouxemos à tona o conteúdo desse texto, pois não temos a pretensão de classificar Francisco Iglésias como um determinado tipo de historiador da

[40] IGLÉSIAS, F. A pesquisa histórica no Brasil. **Revista de História da USP**, São Paulo, n. 43, v. 88, p. 373-415, 1971.

historiografia, dito de outra forma, nosso propósito é demonstrar que em *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasilei*ra, Iglésias se aproxima do formato o qual denominamos de um exercício de historiar historiadores e obras.

*Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira* trata-se de uma obra póstuma, publicada em 2000, em que o professor João Antônio de Paula, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), organizou textos de História da historiografia já esboçados por Francisco Iglésias antes de falecer. A despeito de ser um livro em que a interferência do editor seja algo a se considerar, mais do verticalizar em questões interpretativas do texto, nosso interesse incidirá sobre aspectos mais amplos, especialmente aqueles relacionados à forma como foi estruturado e quais elementos foram enfocados nessa investigação do historiador mineiro.

Como já mencionado outras vezes, por lidar com as diferentes (e semelhantes) formas de produção de conhecimento histórico na duração temporal, os(as) historiadores(as) da historiografia, quase que num "ato reflexo", são instigados a periodizar, a encontrar momentos de similitudes e dissensões quanto a prática de historiar. Seguindo esse procedimento característico, Francisco Iglésias apresentou uma periodização da historiografia brasileira balizadora da própria estrutura da obra em tela. O primeiro momento foi compreendido entre o ano de 1500, chegada dos portugueses no Brasil, e 1838, fundação do IHGB. O segundo, de 1838 a 1931, data da reforma do ensino pelo ministro Francisco Campos. O terceiro momento, do ano de 1931 aos "dias atuais". Interessante notar que não há predicados atribuídos a cada período, eles foram constituídos por esta demarcação temporal.

Diferentemente da maioria dos historiógrafos, Iglésias, ao delimitar esse primeiro período da produção histórica no Brasil, recuou sua análise para um momento anterior à constituição do IHGB, tratando de cronistas e obras que foram confeccionadas desde o século XVI. De uma erudição ímpar, demonstrou seu vasto e raro conhecimento sobre autores e obras destinadas à escrita sobre história do Brasil nos séculos XVI, XVII e XVIII. Embora o historiador mineiro não demonstrasse grande esforço em traçar linhas gerais sobre a produção do período, ele apontou que os textos elaborados nos século XVI e XVII eram mais crônicas históricas do que histórias, mais fontes do que propriamente obras elaboradas. Sobre o quinhentos, assinalou obras produzidas por portugueses acerca do Brasil: João de Barros, Pero de Magalhães Gândavo, Fernão Cardim, Gabriel Soares de Sousa, dentre outros. Em relação ao seiscentos, encontrou o primeiro texto

histórico escrito por brasileiro, *História do Brasil*, de frei Vicente do Salvador. Obra que o exortou pelas pitadas de denúncia ao comportamento colonizador português. Sobre narrativas históricas florescidas no século XVIII, destacou a erupção de muitos textos de genealogia ou que descreveram as entradas pelo interior do Brasil. No tocante a esse período, realçou obras de Frei Gaspar da Madre de Deus, Sebastião da Rocha Pita, André João Antonil (João Antônio Andreoni), Cláudio Manuel da Costa, José João Teixeira Coelho e outros.

Quando aportou na produção historiográfica do século XIX, Iglésias adentrou aos debates ocorridos na Europa, principalmente no que concerne à constituição de um estatuto científico para a História, bem como ao desenvolvimento das ciências auxiliares (paleografia, diplomática, filologia, arqueologia). Nesse contexto, avaliou a ascensão do princípio *sine ira et studio* como uma espécie de paradigma historiográfico do oitocentos. Sublinhou as premissas do pensamento de Ranke consubstanciadas na valorização das fontes, da prova do documental e no esforço de se produzir uma história objetiva, evitando qualquer acento pessoal na exposição. Além do projeto rankeano, sublinhou os empreendimentos científicos de Charles Seignobos e Henri Berr na França. Outro aspecto também lembrado por Iglésias foi a edificação, na Europa, de instituições oficiais e/ou oficiosas, como as academias, os centros de estudos que se entregaram à pesquisa ou à busca e arquivamento de fontes históricas. Para ele, todos esses elementos aludidos tiveram reflexos no Brasil durante o século XIX, principalmente com a constituição do IHGB.

O interessante dessa análise iglesiana acerca da produção do oitocentos é o fato de dar visibilidade a autores e obras que afloraram antes da instalação do IHGB, o que, convenhamos, é uma postura não muito convencional em se tratando de exames sobre a historiografia do XIX. Mencionou Luis dos Santos Vilhena, Diogo Pereira de Vasconcelos, José Feliciano Fernandes Pinheiro, Inácio Cerqueira e Silva, Raimundo José de Sousa Gaioso, mas quem lhe impressionou foi Robert Southey e sua *History of Brazil*. Na concepção de Iglésias, a maior parte dessas obras da primeira metade do século XIX mostrou-se fragmentária na medida em que se concentrava em aspectos específicos do país, como datas e eventos, ou então, a "maior parte se consumia em transcrever documentos ou narrar certa trajetória, sem visão articulada do processo nacional, alheios ao conjunto" (IGLÉSIAS, 2000, p. 51). O gênero dos Anais também foi muito cultivado durante esse período.

Continuando seu empreendimento analítico, Iglésias chamou atenção para o segundo momento da história da historiografia brasileira, inaugurado com a constituição do Instituto

Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838. Retomando aspectos do clima intelectual da época, ressaltou que o modelo de história preconizado pelo Instituto ancorava-se no princípio da *historia magistra vitae*, o qual orientava para grandes questões nacionais, como a formação da nação brasileira. O gosto pela pesquisa, o cuidado com a documentação, a valorização do passado, a insistência nas biografias de vultos tidos como exemplares, o pragmatismo, eram outros traços característicos dos moldes do IHGB de se praticar história. Impressionado com os elementos inovadores presentes na proposta de *Como se deve escrever a história do Brasil*, de Von Martius, Francisco Iglésias recuperou as linhas mestras desse modelo de história apresentado pelo naturalista alemão e que foram seguidas, em certa medida, por Francisco Adolfo de Varnhagen. Dedicando maior espaço, do que comumente fez, à análise do Visconde de Porto Seguro, interessou-se, particularmente, por aspectos da vida deste e que tiveram reflexos em sua produção. Reconheceu não só seu hercúleo empreendimento de síntese, mas também a construção de uma forma e modelo de interpretação da trajetória nacional que perdurou por muito tempo, além, é claro, das grandes contribuições metodológicas contidas em *História Geral do Brasil*. Entretanto, Iglésias não poupou Varnhagen de críticas, principalmente por seu desapego teórico, por seus precários dotes de escritor e por sua postura conservadora e encomiástica em relação à monarquia portuguesa.

Para além dos escritos de Varnhagen, Iglésias ressaltou que a antiga orientação de crônica e o modelo dos Anais ainda continuaram existindo no Brasil na segunda metade do século XIX. Nesta direção, examinou autores e obras que persistiram em seguir esses contornos durante o período em questão. Mais adiante, trafegando pelo final do oitocentos e início do século XX, localizou alguns trabalhos que preconizaram a abordagem das experiências históricas regionais, principalmente com a instalação da República e do regime federalista. Por sua erudição e amplo conhecimento da historiografia brasileira, Francisco Iglésias apresentou um rol abastado de estudiosos e pesquisas elaboradas na segunda parte do século XIX, não ficando circunscrito a Varnhagen e Capistrano de Abreu, em que pese o fato de também dedicar linhas alongadas à avaliação da vida e dos escritos capistranianos.

Iniciou seu exame sobre Capistrano reconhecendo a afinidade desse cearense com o pensamento alemão, o que o destoava, de certa forma, dos integrantes da comunidade de historiadores brasileiros, cuja afeição voltava-se para os autores franceses. Para ele, Capistrano foi o "[...] primeiro patrício com o sentido interdisciplinar da ciência social" (IGLÉSIAS, 2000, p.

118), recorrendo à geografia e à antropologia para escrever história social e econômica. *Capítulos de história colonial*, de Capistrano, foi enaltecida por Iglésias pela abordagem inovadora, não circunscrita a aspectos políticos; pela síntese poderosa; pela forma como devassou o sertão brasileiro não estacionando sua análise no litoral; pelo aguçado olhar dirigido ao homem comum, seus modos de vida e de pensar; pela sensibilidade metodológica que o lançou para além dos documentos oficiais; e, sobretudo, pela qualidade narrativa de seu texto.

Convocando, novamente, um alentado elenco de produtores de textos de História desse segundo período da historiografia brasileira (1838-1931), dedicou breve, mas aguda análise às obras de Joaquim Nabuco, Eduardo Prado, Oliveira Lima, Sílvio Romero, José Veríssimo, Euclides da Cunha, Ronald Carvalho, João Ribeiro, Pandiá Calógeras, Tobias Monteiro, Afonso de Taunay, Paulo Prado, Rodolfo Garcia, José de Alcântara Machado e José Maria dos Santos. Não obstante, um autor mereceu, também, demoradas considerações sobre sua vida e obras: Manoel Bomfim. Segundo o historiador mineiro, a maior atenção destinada à Bomfim do que aos pensadores mencionados deveu-se ao fato do sergipano ser, até certo ponto, desconhecido para o grande público e porque sua capacidade intelectual não foi devidamente reconhecida. Arriscamos afirmar que esse olhar mais penetrante em Manoel Bomfim foi, também, em razão dos ousados posicionamentos "políticos", sua postura revisionista e crítica da tradição, e que se encontra impregnado na análise histórica desse nordestino. A despeito de todos os equívocos, incoerências e fragilidades presentes nos trabalhos de Bomfim, e que foram apontados por Iglésias, este o realçou por seu aguçado senso crítico.

A exposição sobre o terceiro momento da história da historiografia brasileira, pós-1931, foi iniciada com uma situação paradoxal para Iglésias: dedicar menos linhas à análise de um período cuja produção, na visão dele, é mais consistente e de "nível mais elevado" do que a das duas fases anteriores. Era preciso enxugar a obra. Esse imperativo fez com o historiógrafo diminuísse o grupo de autores e obras examinados, elencando "aquelas figuras excepcionais", sem os quais a historiografia do período não poderia ser reconstituída. Outra excepcionalidade dessa amostra foi a tentativa de reconstruir, mesmo que brevemente, todo um contexto histórico (o movimento tenentista, a incipiente industrialização, a organização do operariado, o modernismo, a crise do liberalismo e o "movimento" e não a "revolução" de 1930) que explicasse como foi possível a

execução da reforma educacional feita pelo ministro Francisco Campos, marco inicial desta terceira quadra da historiografia brasileira[41].

A reforma Campos realizou mudanças no ensino primário, secundário, superior e técnico. Destarte, Iglésias destacou as novidades trazidas para o ensino superior, em especial a criação dos cursos de ciências sociais nas faculdades de filosofia e de ciências econômicas, instituições as quais abrigaram os cursos de história. Aos poucos apareceu, então, a figura profissional do historiador, do pedagogo, do filósofo, do antropólogo, do economista. A partir dessa formação, foram concebidos historiadores ou autores de textos de História de preparo especializado, os quais abandonaram "[...] o amadorismo ou beletrismo, quando história era lazer de intelectuais sem forma de expressão, um culto do passado, patriótico ou genealógico, em falta de entendimento do real sentido da história" (IGLÉSIAS, 2000, p. 188). Logo, depreende-se que a formação especializada, feita no ambiente universitário, responsável pela constituição de uma historiografia científica, foi o que levou Iglésias a considerar a reforma de Francisco Campos como momento inaugural desse terceiro momento.

Paradoxalmente, o historiador mineiro principiou sua análise sobre esse período com as obras de Oliveira Viana, autor o qual, o próprio Iglésias concordou que não reunia as características dessa "fase universitária" pós-1930. Discípulo de Alberto Torres, extremamente conservador, racista, laudatório em relação às elites e à monarquia, Viana foi alvo de críticas formuladas por Nelson Werneck Sodré e Sérgio Buarque de Holanda. Aqui fica uma indagação subscrita: por que Iglésias relacionou as obras de Viana com esse terceiro momento? Em nosso julgamento, tomando-se em conta os critérios levantados por ele para a configuração desta fase, essa "inserção" de Viana foi, no mínimo, incoerente.

Continuando seu itinerário analítico, Iglésias trouxe à lume Gilberto Freyre, enfocando sua tríade: *Casa-Grande e Senzala, Sobrados e Mocambos* e *Ordem e Progresso*. Reconheceu suas imperfeições, mas se mostrou um admirador dos trabalhos de Freyre. Pontuando as influências teóricas sofridas, as teses marcantes de cada uma dessas obras do pernambucano, Iglésias fez questão de acentuar sua mira inovadora (a abordagem antropológica, o estilo narrativo, o resgate

[41] A professora Lúcia Maria P. Guimarães (2007) e (2011b) discorda dos critérios colocados por Iglésias na delimitação desse terceiro período da historiografia brasileira. Estudando a própria institucionalidade, bem como os debates e a produção inscrita ao IHGB, tanto "debaixo da proteção de Sua Majestade Imperial" quanto no período republicano até os anos 1930, Guimarães afirma que esse segundo período poderia ser estendido até o início da década de 1960, quando as pesquisas feitas no âmbito da universidade realmente se fizeram sentir.

de sujeitos históricos até então negligenciados, dentre outros aspectos), mas também salientou seu olhar reacionário (a visão estática do processo social, a concepção de uma história sem conflitos e rupturas, a "frágil" idéia da democracia racial).

Nesse trânsito expositivo, Freyre deu lugar a Caio Prado Júnior. Com relação a esse historiador, a atenção se voltou para *Evolução Política do Brasil, Formação do Brasil Contemporâneo* e *História Econômica do Brasil.* Tratando, outrossim, das especificidades de cada um desses trabalhos, Francisco Iglésias foi atencioso com a análise de "O sentido da colonização", para ele, "uma das páginas mais densas de toda a historiografia" (IGLÉSIAS, 2000, p. 203). Como de praxe, apresentou alguns equívocos, pequenos deslizes e alguns "chochilos" de linguagem de Caio Prado, todavia, o enalteceu por sua copiosa e apurada pesquisa em fontes primárias. Admitiu que embora a escrita pradiana seja, muitas vezes, árida, a densidade e solidez de suas páginas superam a ausência de garbo literário.

Essa trindade historiográfica, a qual Iglésias devotou maior esforço reflexivo, foi completada com Sérgio Buarque de Holanda. A relação desse autor com o modernismo no Brasil foi deveras desenhada pela pena iglesiana. Realizou, também, breve exame de cinco obras buarqueanas: *Raízes do Brasil, Monções, Caminhos e Fronteiras, Visão do Paraíso* e *História Geral da Civilização Brasileira.* Por meio desses trabalhos, Sérgio Buarque, na perspectiva de Iglésias, "deu uma contribuição definitiva para melhor conhecer e pensar o Brasil" (IGLÉSIAS, 2000, p. 206).

O exercício iglesiano de história da historiografia foi prosseguido pela avaliação, mais sintética, das investigações promovidas por Roberto Simonsen, Nelson Werneck Sodré, José Honório Rodrigues, Florestan Fernandes, Antonio Cândido, Raimundo Faoro e Celso Furtado. Por derradeiro, examinou o fim do amadorismo e do beletrismo na produção histórica no Brasil, assim como observou os desafios enfrentados pela historiografia brasileira com a maior especialização do conhecimento histórico.

Esse quadro delineado acerca da análise historiográfica fabricada por Francisco Iglésias, ressente, como última moldura, de alguns traços gerais encontráveis nesse esforço reflexivo desse grande historiador. Como *modus operandi* típico de sua amostra, Iglésias iniciava com notas biográficas do autor em questão. A extensão desses comentários, na sua relação com o que foi produzido pelo seu mentor, dependia da importância que Iglésias destinava àquele "historiador" e/ou obras. Ao elencar trabalhos de um mesmo estudioso, sempre elegia a que, em seu ponto de

vista, era a de maior vulto. Em meio ao rastreamento da formação dos autores analisados, o mineiro não só extraia possíveis influências teóricas absorvidas, mas também garimpava elementos metodológicos e narrativos que indicassem se aquele autor e/ou obra era conservador ou inovador. Neste sentido, realçou, algumas vezes até de modo precipitado, se um autor antecipou uma forma de pensar ou de abordar determinados fenômenos. Vamos aclarar esse traço característico de Iglésias com dois excertos do texto, o primeiro sobre João Coelho Gomes, o outro relativo a Capistrano de Abreu:

> Como fica nítido, em forma pobre, mas contundente, colocou naquela época o que seria colocado hoje, com mais veemência e base, por autores que se supunham os verdadeiros descobridores do Brasil, inflamados pelo nacionalismo, esquecidos de seus antecessores. João Coelho Gomes é o anúncio de Manoel Bonfim, Alberto Torres, Azevedo Amaral, o nacionalismo desenvolvimentismo, o ISEB, que não lhe reverenciaram o nome de todo esquecido. Não foi historiador, mas colocou ideias muito seguidas depois por historiadores (IGLÉSIAS, 2000, p. 111)
> [...]
> Capistrano pode ser visto como um precursor da historiografia do cotidiano, modismo atual já por ele visto no que tem de significativo. Sente o povo, o caboclo, o índio, o sertanejo, como autêntico homem do interior do Ceará, intelectual refinado e destituído de afetação (IGLÉSIAS, 2000, p. 121)

Iglésias também pouco aborda os traços comuns à historiografia de cada período delimitado por ele, de modo que não há empenho em se construir uma visão panorâmica sobre cada momento dessa história da historiografia. Daí afirmarmos que, a despeito da periodização de largas fases, sua análise concentra-se mais detidamente em autores e nas singularidades de cada obra em questão. O historiador em pauta se mostrou atento não só aos temas levantados nos respectivos trabalhos ou às inovações metodológicas apresentadas, mas também às qualidades ou às limitações narrativas dos estudiosos em questão. No entanto, Iglésias, frequentemente, demonstrava sua atração pelas passagens em que os diferentes autores carrearam para o bojo de suas pesquisas elementos de denúncia, de diagnóstico das mazelas sociais e políticas encontráveis no passado brasileiro. Os trechos sobre Frei Vicente do Salvador e Robert Southey são reveladoras sobre essa predileção tão comum na amostragem iglesiana:

> O certo é que o frei percebe o essencial do processo: trata das lutas entre os índios e o colonizado, com certa simpatia pelo dominados. Aponta os defeitos da colonização, no mau trato aos nativos, na subjugação dos brasileiros, nas práticas administrativas desonestas com o furto, o abuso do poder. [...] Já se percebe um "nacionalismo" tímido, mal esboçado e pouco explícito, mas real no autor [...] De fato, frei Vicente é o primeiro

> censor do português, o primeiro a fazer crítica fundada e direta ao colonizador (IGLÉSIAS, 2000, p. 31)

> Curiosamente, amou o Brasil, prevendo sua breve emancipação de Portugal, pois a Colônia era mais rica e dotada, não podia ficar presa à Metropole frágil e desgastada. Fazia sérias reservas à colonização portuguesa, apontando-lhe defeitos. Denunciou o péssimo estado da Colônia, em regime de miséria, fome, doenças" (49)

O modelo de *historiar historiador(es)/intelectuais e obras*, certamente, converteu-se na fisionomia mais comum de história da historiografia desenhada entre a província dos historiadores. Muitos a praticaram com este formato e fizeram dela um exercício superficial de análise, concentrada no mero levantamento de autores e obras de destaque. Com Francisco Iglésias e sua erudição ímpar, adicionada às suas pitadas de conteúdos críticos, aprendemos como é possível construir esse tipo de exame sem perder a densidade analítica.

### 1.4.2 – José Jobson Arruda e a historiografia brasileira contemporânea

O professor José Jobson Arruda, embora tenha se notabilizado por sua atuação nas áreas de história econômica e história moderna nas Universidades de São Paulo (USP) e Estadual de Campinas (UNICAMP), assim como pela produção de vários livros didáticos, também se revelou um historiador interessado pela história da historiografia brasileira. Arruda redigiu alguns artigos[42] e capítulos[43] de livros nos quais se dedicou à reflexão acerca dos diferentes modos de praticar História (conhecimento produzido acerca da experiência humano do passado) germinados no Brasil. Não obstante, para a discussão proposta neste capítulo, a problematização de um determinado formato de história da historiografia, direcionaremos nosso foco para a obra *Historiografia Luso-Brasileira Contemporânea*, editada pela EDUSC em 1999, e concebida em parceria com o historiador português José Manuel Tengarrinha.

Intentando produzir dois breves estudos, sob a forma de ensaios, um sobre a produção historiográfica brasileira, desde a constituição do IHGB, em 1838, até fins do século XX, e outro acerca da historiografia portuguesa pós-1974, os autores[44] confeccionaram uma análise em que essas historiografias não são cotejadas, e sim justapostas, o que nos possibilita mirar mais detidamente para as considerações feitas sobre a produção histórica no Brasil.

Encetando esse labor reflexivo, os autores deitaram seus olhares para as diferentes acepções emprestadas aos termos *história* e *historiografia*. De modo inaugural, demonstraram que concebem *historiografia* a partir de uma significação mais "clássica", isto é, "[...] historiografia não [como] uma reflexão sobre a história, enquanto conjunto da produção humana, mas, fundamentalmente, sobre o conhecimento histórico, ou seja, a reflexão sobre a produção dos historiadores" (ARRUDA; TENGARRINHA, 1999, p. 11). Essa perspectiva foi chancelada pelos autores na medida em que destinaram o segundo capítulo ao exame das "obras historiográficas no Brasil", seção na qual destacaram diferentes historiadores(as) e suas respectivas obras que se dedicaram à análise crítica da produção historiográfica no Brasil. Mencionando, brevemente,

[42] Dentre os quais podemos citar: "Historiografia: a história da história do Brasil" (2006) e "Linhagens historiográficas contemporâneas: por um nova síntese histórica" (2002).
[43] Em uma obra organizada por Oswaldo M. Filho e Maria Prado que trata da trajetória do historiador Francisco J. C. Falcon, editado pela Revan em 2012, Arruda contribuiu com o capítulo "Historiografia: memória crítica da produção histórica" (2012).
[44] Acreditamos que Arruda tenha ficado responsável pelos capítulos referentes à historiografia brasileira e Tengarrinha pela reflexão acerca da historiografia portuguesa. No entanto, como não há essa indicação explícita no texto, tratarei essa autoria no plural, embora me debruce sobre os capítulos destinados à produção histórica no Brasil.

alguns escritos de José Honório Rodrigues, Francisco Iglésias, Raquel Glezer, Nelson Sodré, José Roberto do Amaral Lapa, Alice Canabrava, Nilo Odália, Carlos Fico, Ronald Polito, dentre outros(as), pincelaram algumas características marcantes dessas pesquisas que pensaram a produção histórica no Brasil, abordando as iniciativas e os avanços experimentados por esse campo de pesquisa, desde os anos 1940 até os anos 1990.

O esforço de periodização, procedimento tão típico dos "historiadores da historiografia", também foi cultivado pelos pesquisadores em pauta. Neste sentido, a história da historiografia brasileira foi observada a partir de três grandes momentos: "a pré-história da produção histórica no Brasil (1838-1930)", "o nascimento da moderna produção histórica no Brasil (1930-1970)" e "a consolidação da moderna produção historiográfica no Brasil (1970-1998)". A esta periodização foi acrescida análises sobre a "produção dos brasilianistas" e a "produção dos brasileiros", capítulos nos quais as preferências temáticas e de abordagens ditam a tônica quanto ao arrolamento e análise de historiadores e obras.

O exercício propriamente dito de historiar a historiografia brasileira principia quando Arruda e Tengarrinha analisaram a elaboração de textos históricos confeccionados sob égide do IHGB, criado em 1838. No tocante aos estudos deste período abarcado, 1838 a 1930, já é cabível aludir uma questão problemática neste exame: os autores não explicitam porque a produção deste período foi classificada como a "pré-história da produção histórica no Brasil". Em que pese seu caráter ensaístico, o texto ressente de tal definição, tendo em vista os possíveis entendimentos derivados do uso do vocábulo "pré-história". Estariam os autores considerando que, nesse período, não havia a produção de narrativas históricas com caracteres científicos, daí o prefixo "pré"? Ou simplesmente considerando que eram textos escritos por estudiosos sem formação acadêmica especializada? Ou porque seria um período que, à exceção de Capistrano de Abreu, a escrita da história estava comprometida com a formação de uma memória nacional e não com uma leitura crítica do passado brasileiro? Embora acreditemos que tal vocábulo seja impróprio para se referir à historiografia brotada no período, a produção histórica florescida sob o abrigo do IHGB, para os autores, apresentava a seguinte fisionomia: narrativas preocupadas com os grandes fatos, com as datas insignes, com os homens célebres, a sobrepujança de temas da história política e administrativa. Ademais, "coligir, metodizar e guardar documentos, registrar fatos e nomes com a finalidade última de compor uma história nacional, de elaborar um discurso de história pátria, recriando um passado, por meio da solidificação de mitos fundadores" (ARRUDA;

TENGARRINHA, 1999, p. 34), eis o modelo de história preconizado pelo IHGB e que foi consagrado em *História Geral do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen. A despeito do "caráter interessado" da obra de Varnhagen, cuja escrita da história esteve vinculada a um projeto de formação do Estado Nacional dirigido pela Casa dos Bragança, interessante notar que não foi feita qualquer menção sobre as contribuições metodológicas trazidas por Visconde de Porto Seguro aos modos de se produzir história no Brasil.

Arruda e Tengarrinha ainda localizaram dois momentos de inflexão nesse primeiro período da produção histórica brasileira: a confecção de textos mais críticos em relação à condição do país, principalmente a partir da influência de teorias cientificistas, sobretudo, do positivismo e do darwinismo social, consubstanciadas nos escritos de Euclydes da Cunha e Silvio Romero; e a revisão impressa à historiografia brasileira por Capistrano de Abreu em *Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil* e em *Capítulos de História Colonial*. Embora reconhecessem que o empreendimento capistraniano tivesse rompido com vários elementos do projeto historiográfico de Varnhagen e, sobretudo, com o modelo de história do IHGB, os autores continuaram a considerar as obras de Capistrano como constituintes da "pré-história da produção histórica no Brasil".

Já o "nascimento da moderna produção histórica no Brasil (1930-1970)", embora tenha se dado nos anos trinta, esteve intimamente ligado às ocorrências dos anos vinte, principalmente com a Semana de Arte Moderna, a Revolta Tenentista e a fundação do Partido Comunista no Brasil. Para os historiadores em questão, nesse período, os intelectuais brasileiros se investiram de outra reflexão: "[...] superavam a etapa da construção da nação e da afirmação da independência ou mesmo de sua diversidade regional, passando a assumir a bandeira da luta pela cultura e pela civilização" (ARRUDA; TENGARRINHA, 1999, p. 41). Do mesmo modo, foi o momento em que os historiadores eruditos e autodidatas deram lugar aos profissionais, especialistas formados nos quadros universitários. Esse surto renovador inicial esteve presente nas obras de uma trindade historiográfica: Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior. Focada nesses autores e suas obras de maior repercussão, a análise caminhou pelas referências intelectuais desses integrantes da *intelligentsia* brasileira, pincelando alguns aspectos do contexto em que estiveram envolvidos, ressaltando os objetos de estudo e tratando dos avanços interpretativos e as influências que propiciaram. As questões metodológicas e narrativas foram tangencialmente tratadas.

Neste quadrante da "moderna produção histórica no Brasil", Arruda e Tengarrinha também realçaram o aparecimento de intérpretes concebidos no seio das universidades recém-criadas,

historiadores profissionais que, juntamente com geógrafos, etnólogos, sociólogos, antropólogos e economistas, deslindaram um extenso campo da produção científica e intelectual no país. Descortinou-se, então, uma nova etapa da influência francesa no Brasil tendo em vista o ingresso da missão francesa em universidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. Como fruto desse intercâmbio intelectual com os franceses, os autores assinalaram a produção das pesquisas de Alfredo Ellis Jr., Eurípedes Simões de Paula, Astrogildo Rodrigues de Mello e Eduardo d'Oliveira França. Acentuaram, da mesma forma, como esses nomes da produção historiográfica brasileira foram catalisadores de investigações no âmbito da história antiga e medieval (Simões de Paula) e de história moderna, ibérica e Brasil colonial (d'Oliveira França). A aproximação da História com as Ciências Sociais e com a Economia também foi contemplada na análise de Arruda e Tengarrinha, diálogo este que, nos anos 1960, trouxeram ao palco intelectual estudiosos como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Maria Isaura Queiroz, Francisco Weffort, dentre outros(as), os quais lançaram novos olhares sobre a realidade sócio-econômica do país.

O período de "consolidação da moderna produção historiográfica (1970-1998)" nasceu sob a égide do governo autoritário no Brasil. O endereçamento da repressão aos intelectuais, pensadores e professores universitários teria provocado um redirecionamento nos temas de predileção, tendo o debate cada vez mais focado nas chamadas questões nacionais, a saber: o escravismo, o capitalismo, a industrialização, a burguesia, o desenvolvimento, o subdesenvolvimento, os modos de produção. Neste contexto, ampliou-se a influência da história demográfica, sociológica e econômica, com ênfase nos métodos quantitativos. Segundo os autores, mesmo com a repressão imposta pelo regime militar, verificou-se avanços na área da história demográfica, uma renovação nos estudos de história agrária e, posteriormente, um deslocamento de temas da história econômica/política/social para o âmbito da história da cultura.

Quanto à "produção dos brasilianistas", estudiosos estrangeiros de diferentes formações que interessaram pela história do Brasil, Arruda e Tengarrinha concordaram que o regime de exceção favoreceu a atuação desses pesquisadores no país, não só pelo renovado interesse, sobretudo norte-americano, em relação ao Brasil, como pelas restrições impostas aos historiadores brasileiros, as quais não foram aplicadas aos adventícios. Entretanto, pelo caráter itinerante da estada de muitos deles, demonstraram que o interesse não se destinava somente ao Brasil, mas ao estudo acerca da América Latina. Trazendo à baila obras e autores do quilate de um Thomas

Skidmore, Warren Dean, Charles Boxer, Richard Morse, Frédéric Mauro, Keneth Maxwell, Herman Watjen, Russel-Wood, Alexander Marchant, Joseph Love, dentre outros, os analistas da historiografia examinaram quais os períodos históricos e temas mais abordados por eles, a natureza desses estudos, bem como quais autores foram recepcionados pelo mercado editorial brasileiro ou por editoras estrangeiras.

No capítulo sobre "a produção dos brasileiros", Arruda e Tengarrinha aprofundaram em algumas questões relevantes quanto aos caminhos percorridos pela historiografia brasileira nos últimos cinquenta anos do novecentos. A primeira constatação foi que, entre os anos 60 e 90, os exercícios de sínteses, as grandes abordagens, diminuíram. Atribuíram a esse fenômeno a "[...] multiplicação dos objetos, ao esmigalhamento da História, o reforço do pontilhismo, a recusa do sentido e da possibilidade de apreensões estruturais trazidas à cena pela *nouvelle histoire*" (ARRUDA; TENGARRINHA, 1999, p. 77). Criticaram ainda a orientação do mercado editorial brasileiro que, mais interessado em investigações voltadas para temas exóticos, atraentes ao grande público, acabaram por deixar de lado pesquisas de grande valor, fadadas a empoeirar nos arquivos e nas seções técnicas das bibliotecas universitárias. Ao coligirem alguns temas que mobilizaram o interesse acadêmico durante o período, os historiógrafos realçaram como determinados pesquisadores e suas respectivas obras catalisaram o interesse investigativo por alguns fenômenos históricos (a relação entre metrópole e colônia, a escravidão, as práticas mágicas, a sexualidade, a religiosidade, as resistências, as sedições, a construção do Estado Imperial, os movimentos sociais e políticos da República, dentre outros temas).

Espreitando panoramicamente essa historiografia da segunda metade do século XX, os autores afirmaram que, nos anos 60 e 70, as marcas da tradição marxista e braudeliana se fizeram presente na escolha dos temas, no domínio teórico e na operacionalização conceitual. Não obstante, nos anos de 80, a produção viu-se mergulhada à influência da história social inglesa, dos frankfurtianos e da segunda geração da *Nouvelle Histoire*. A ampliação da noção de fonte histórica foi um ganho metodológico experimentado nesta quadratura. Outro aspecto digno de menção foi a proliferação dos cursos de pós-graduação em História no país e a consequente feitura de teses e dissertações no campo da história regional. Quanto a este assunto, Arruda e Tengarrinha criticaram o caráter paroquial de muitas pesquisas, que não se ultrapassaram as problemáticas locais.

Durante a década de 1990, mais uma vez, foram deixados rastros da historiografia francesa que, "[...] cria e alimenta a *Nova História*, indelevelmente vincada pela influência de Michel Foucault, instala-se o domínio da pequena história, da micro-história, [...] que aproxima a história da etnografia, numa antropologização inequívoca do discurso historiográfico" (ARRUDA; TENGARRINHA, 1999, p. 99). Discutindo ainda as posturas que tenderam ao determinismo econômico e às que tendem determinismo cultural, os historiógrafos se enveredaram pelo debate em torno dos "paradigmas rivais" (iluminista e pós-moderno), como analisada por Ciro Flamarion Cardoso (1997b). Esquivando-se dos determinismos, os autores propuseram uma saída conciliadora, um projeto de História que agregue elementos modernos e pós-modernos, que alie micro e macro-história, enfim, um exercício historiográfico que conjugue:

> Razão e imaginação, racionalidade e narração, orientação prática e fascinação estética, eis as polaridades cuja simbiose se deve almejar no caminho possível em busca da história-conhecimento. Pois ela transita da ficção à relação, da escrita à poética, do sensível ao inteligível, das névoas densas do imaginário ao brilho ofuscante da realidade imediata (ARRUDA; TENGARRINHA, 1999, p. 108).

O formato de história da historiografia apresentado por José Jobson Arruda e José Manuel Tengarrinha em *Historiografia Luso-Brasileira Contemporânea*, embora não verticalize o exame de aspectos teóricos, metodológicos e narrativos dos produtos historiográficos estudados; o que não significa que seja desprovido de tino analítico; possibilita uma visão panorâmica acerca dos itinerários percorridos pela produção historiográfica brasileira, desde a constituição do IHGB até fins do século XX. Além disso, a vasta bibliografia que é arrolada no transcorrer de seu empreendimento analítico; que não se pretende um estudo profundo; permite que se tenha conhecimento de vários historiadores e obras que fazem parte de determinados domínios de pesquisa e que se debruçaram sobre específicos temas históricos no Brasil.

## 1.5 – A história da historiografia como promotora de reflexões meta-históricas

### 1.5.1 – Jurandir Malerba e o exercício de crítica historiográfica

Outro historiador que tem se envidado a produzir reflexões nos âmbitos da teoria da história e história da historiografia é Jurandir Malerba. Além de elaborar seus próprios textos de crítica historiográfica, Malerba trabalhou em várias obras na condição de autor/organizador. Seu repertório de resenhas, artigos e obras voltados para teoria e história da historiografia é bastante volumoso, mas para os fins perseguidos neste tópico, isto é, o de apresentar trabalhos de história da historiografia que promovam reflexões meta-históricas, concentraremos nosso exame em duas obras por ele organizada, *A História Escrita: Teoria e História da Historiografia* (2006) e *Historiografia Contemporânea em Perspectiva Crítica* (2007), e uma de sua própria autoria, *História na América Latina: Ensaio de Crítica Historiográfica* (2009). Pela natureza das edições organizadas, faremos mais uma espécie de recensão sobre os textos não elaborados por Malerba, com o fito de demonstrar como os temas e debates trazidos para o bojo de suas obras fornecem elementos importantes para abstrações no universo da teoria da história.

Na primeira obra, *A História Escrita: Teoria e História da Historiografia,* como o próprio título indica, Malerba mesclou reflexões tanto de teoria quanto de história da historiografia, evidenciando suas interpenetrações, logo, um trabalho de caráter metateórico. O organizador congregou em torno si vários historiadores brasileiros que foram incumbidos da tarefa de traduzir textos de autores renomados como Jörn Rüsen, Hayden White, Frank Ankersmit, Carlo Ginzburg, Host Blanke, Massimo Mastrogregori, Angelika Epple e Masayuki Sato. Para essa empreitada, convocou historiadores também envolvidos com os debates em teoria e história da historiografia no Brasil: Estevão R. Martins, Luis Sérgio D. da Silva, Carlos Oiti Berbert, Sérgio da Mata, Raimundo B. Júnior, Henrique E. Filho, além de pesquisadores de outras áreas.

No texto inaugurador da obra, Malerba já apontava para as interpenetrações entre teoria e história da historiografia, que se constituiu no fio-condutor das problemáticas contidas nos ensaios que viriam a seguir. Para visualizar este propósito subjacente, suas considerações iniciais são elucidativas:

> Pensar o estatuto do texto histórico, produto da arte ou da ciência dos historiadores, de qualquer modo resultado do seu *lavoro*, do seu ofício, fez-se mister no cotidiano dos profissionais da história, particularmente vinculados a instituições acadêmicas. Por outro

> lado, desde há muito, alguns deles já haviam percebido a riqueza potencial insondável acumulada na obra de inúmeras gerações de historiadores que construíram, cada qual sob as luzes de seu tempo e de acordo com a maquinaria conceitual disponível, um patrimônio próprio da memória das sociedades, constituído por sua historiografia (MALERBA, 2006, p. 11)

Pensando o imenso edifício historiográfico fundeados em trabalhos metódicos de pesquisa, Malerba ressaltou que percorrer a história de como esse empreendimento foi construído é refletir sobre o próprio desenvolvimento da disciplina e sobre a forma como cada sociedade, em diferentes momentos históricos, buscou sistematizar e relatar seu passado. Por conseguinte, num breve exercício de história da historiografia, expôs os elementos fundamentais do modo de se conceber a História desde o século XIX, com Marx, os historicistas neokantianos; passando, no século XX, pelos *Annales*, pelos estruturalistas, pós-estruturalistas e desaguando no pós-modernismo. Nesta margem, os impactos ontológicos e epistemológicos das posturas pós-modernistas, as contendas entre "racionalistas" e "narrativistas", foram objeto de análise.

Reconhecendo que o caráter autorreflexivo do conhecimento histórico seja seu mais robusto traço em face de outras disciplinas das ciências humanas, o autor salientou que o labor historiográfico, amiúde, engendra um exercício de memória do que foi produzido anteriormente, independente do tema que se pesquise. Pela própria historicidade do conhecimento histórico, esse exercício de volver ao que já foi investigado sobre determinado assunto, ou seja, esse exercício de crítica historiográfica acabou se constituindo num fundamento desse conhecimento. Logo, "a fonte geradora da historiografia é a necessária retificação das versões do passado, operada a cada geração" (MALERBA, 2006, P. 17). Isso significa que, a partir de demandas originadas do contexto (presente) do historiador e de seus horizontes teóricos, e considerando também sua postura metodológica, novas pesquisas são elaboradas de modo que cada geração conheça o passado de forma diferente que a precedente. É nesta consciência da historicidade da narrativa historiográfica que, segundo Malerba, a história da historiografia se estabelece como um ramo legítimo do conhecimento histórico.

Concernente aos textos de pesquisadores estrangeiros, o de Horst Blanke iniciou a coletânea. Para Blanke, a história da historiografia e a *Historik* constituem dois diferentes pólos da reflexão metateórica. Além de apresentar uma tipologia sobre as naturezas e as funções das histórias da historiografia, Blanke expôs os intensos debates epistemológicos capitaneados por representantes da chamada "escola" de Bielefeld e que resultou na publicação, em seis volumes,

de um profundo estudo de teoria da História, que lançou as bases para uma nova história da historiografia.

Massimo Mastrogregori, por seu turno, construiu uma tipologia mirada nos diferentes métodos em que a historiografia fora abordada. Salientando a falta de circulação e o desinteresse pelos estudos de história da historiografia, propôs o tratamento da historiografia com uma das expressões da "tradição das lembranças", ou seja, pensar na dinâmica pela qual se transmite ou se esquece as lembranças, na relação que a sociedade estabelece com seu passado, para que a historiografia saia do círculo dos especialistas e possa falar a um maior número de pessoas.

Já Frank Ankersmit, em seu ensaio, entabulou as características de seis "variantes" da historiografia pós-moderna (a de White, a de Bann, a de Barthes, a psicanalítica, a desconstrucionista e a eclética). Sensível às contribuições trazidas pelos pós-modernos no tocante ao tratamento do texto historiográfico, o neerlandês realçou algumas deficiências encontráveis nas análises da historiografia elaboradas pelos pós-modernos.

Voltado para a viabilidade de estudos de historiografia comparativa intercultural, Jörn Rüsen apresentou noções, orientações teóricas, procedimentos metodológicos e posturas político-culturais, que devem ser tomadas e/ou abandonadas, para se efetivar a comparação intercultural. Neste sentido, recomendou a procura por "universais antropológicos na consciência histórica", com vistas à identificação de critérios de sentido e significado históricos comuns e dessemelhantes entre as culturas examinadas.

Angelika Epple investigou as nuanças teóricas, narrativas e "políticas" encontráveis na historiografia e que estão diretamente ligadas às questões de gênero. Recorrendo à arqueologia foucaultiana, expôs a fundação de uma *episteme* que operou com um coletivo singular: história, porém, uma história do masculino. Argumentou que, embora seja largamente aceito que as mulheres foram esquecidas na concepção e feitura da História, raramente o fazer historiográfico reflete sobre os desdobramentos, inclusive epistemológicos, dessa ausência.

À semelhança de Rüsen, Masayuki Sato confeccionou uma historiografia intercultural comparada, consistente no cotejamento entre as historiografias europeias e do extremo oriente. Para o japonês, a distinção fundamental entre essas historiografias reside na natureza predominantemente cognitiva da europeia, em detrimento do jaez essencialmente normativo da produzida no extremo oriente. Sato inferiu que, apesar de os japoneses terem adotado as técnicas

cognitivas ocidentais de investigação, ainda é possível encontrar fortes elementos normativos na concepção de História do oriente.

Arno Wehling veio dar uma contribuição brasileira a estas reflexões. Em seu ensaio, propôs o tratamento da história da historiografia como um "laboratório" de epistemologia histórica, isto é, como um campo de experimentação de conceitos e procedimentos metodológicos inerentes à produção de conhecimento histórico. Considerando que esse ramo de reflexão não abraçou inquietações de caráter epistemológico, ao funcionar como um "laboratório", a história da historiografia contribuiria para refinar a discussão sobre questões que fundamentam a constituição da História como ciência.

Hayden White, por sua vez, ao se ocupar das nuanças linguísticas subsumidas à escrita da História, expôs o caráter relativo da representação do fenômeno histórico, pontuando os frágeis liames entre uma história contada historicamente e a realidade histórica a qual se refere. Tomando os textos historiográficos como entidades linguísticas pertencentes à ordem do discurso, White evocou algumas narrativas que interpretaram o fenômeno nazista e a solução final para destrinchar a decisiva relação que se estabelece, em sua visão, entre questões de ordem ética, o tipo de enredo praticado e o problema da "verdade" buscada por essas narrativas.

Em seu ensaio, Carlo Ginzburg exercitou, mesmo que brevemente, seu método da micro-história e do paradigma indiciário com vistas a problematizar a possível existência (ou não) de *topos* historiográficos e discutir a questão dos testemunhos na história. Procurando indícios, sinais, rastos que pudessem desenredar intricadas ligações (e influências) ou dissensões intelectuais entre alguns historiadores, filósofos e linguistas (entre Croce e White; entre este, Barthes e Certeau; entre Foucault e White e entre este e Gentile), Ginzburg analisou o problema da narração histórica que perpassa as reflexões de cada um deles. No entanto, ao afirmar a importância dos testemunhos, negou qualquer posição cética que esteja mirada tão somente para a face artística da atividade historiográfica.

Outra obra de história da historiografia organizada por Malerba que julgamos ser pertinente trazer à superfície dessa tese foi *Historiografia Contemporânea em Perspectiva Crítica*. Nesta coletânea, o organizador convidou vários historiadores os quais apresentaram uma profusão de análises sobre diferentes historiografias e orientações teóricas vicejadas, sobretudo, no século XX: história da "historiografia ocidental"; experiências e tendências das historiografias russa, alemã, italiana, espanhola, francesa, portuguesa, latino-americana e cubana; além dos

desdobramentos teóricos e interpretativos trazidos pela história social, pela micro-história, pelas discussões em torno da questão nacional e do marxismo na América Latina. Transporemos para esse exame, entretanto, apenas as reflexões produzidas pelo historiador em pauta neste tópico.

Ponderando sobre a importância que é destinada à história da historiografia e às formas como são elaboradas essas investigações em diferentes "culturas historiográficas", Malerba afirmou que:

> Não é raro encontrar tanto no México, na Espanha, mesmo na França e no Brasil, trabalhos que pretendem inserir-se nessa tradição da história da historiografia, mas que acabam sendo meras enumerações descritivas de autores, obras, ou supostas correntes, grupos ou tendências historiográficas, que se limitam a reproduzir dados biográficos de um autor, datas de edição de um livro ou ensaio seminal, uma suposta lista de "representantes" desta ou daquela corrente historiográfica. Falta muitas vezes, a tais trabalhos descritivos, aprofundar a análise sobre os vários contextos, sociais, culturais, políticos e econômicos que marcam a produção do autor, obra ou vertente em foco (MALERBA, 2007, p. 08)

O autor sustentou ainda que o "positivismo" que impera nas histórias da historiografia, consistente na elaboração de trabalhos inventariantes e descritivos, precisa ser abandonado em prol de uma postura mais analítica, uma história crítica da historiografia que, efetivamente, interprete seu objeto, que resgate filiações intelectuais, tendências, matrizes interpretativas, processos de intercâmbio e de transferência cultural, enfim, que promovam agudas discussões teórico-metodológicas sobre a(s) historiografia(s) em estudo.

Em outra seção dessa coletânea, Jurandir Malerba elaborou um texto no qual coloca em xeque a tese de Masayuki Sato contida num ensaio traduzido em *A História Escrita: teoria e história da historiografia*. Malerba argumentou que a tipologia construída pelo japonês, fundada na distinção entre uma historiografia cognitiva, que predominaria no Ocidente, e uma normativa, tipicamente do Oriente, demonstra fragilidades se pensamos a própria história da historiografia brasileira. Para confutar a proposição de Sato, o autor se lançou à historiografia oitocentista no Brasil para demonstrar os desdobramentos da constituição de uma historiografia oficial a partir do IHGB. Segundo Malerba, os historiadores brasileiros do século XIX teriam deitado seus olhares sobre as raízes identitárias da nação enviesados por dois mitos fundadores: o "descobrimento do Brasil" e a "independência política". Esses eventos constituíram-se, desde então, em marcos da construção da nacionalidade brasileira. Pois bem, problematizando essas matrizes fundadoras da história do Brasil, estabelecidas pela historiografia brasileira, é possível perceber o quão difícil é

estabelecer rígidas fronteiras entre uma historiografia cognitiva e uma normativa, à moda de Sato, para o caso brasileiro.

Tomando como exemplo o modelo interpretativo produzido por Varnhagen acerca da independência política brasileira, Malerba evidenciou que o "esforço cognitivo" do Visconde de Porto Seguro; arvorado em um trabalho sistemático de pesquisa e crítica das fontes, postulante de uma neutralidade, sequiosa pela verdade dos fatos; foi entrecortado por sua "perspectiva normativa", ou seja, a defesa de um projeto político de construção do Estado nacional brasileiro baseado na continuidade da obra dos Bragança, sendo assim, um modelo interpretativo que negava qualquer característica revolucionária para a independência e, do mesmo modo, obnubilava qualquer ideia de ruptura ou da participação popular no evento.

As reflexões vicejadas por ocasião das comemorações dos quinhentos anos do "descobrimento do Brasil" também podem, na acepção de Malerba, clarear como esses limites entre uma historiografia cognitiva e uma normativa são tênues. Para ele, a emergência das diferentes perspectivas sobre a história do Brasil brotadas na celebração dessa efeméride; sejam as apologéticas da colonização, sejam às denunciadoras de seu caráter opressor, ou até as que exaltaram a resistência contra ela; foram esteadas na historiografia construída por intermédio do olhar do colonizador, ou seja, "[...] têm sido escritas com as fontes, as técnicas e os métodos e a partir da perspectiva do branco colonizador. [...] toda essa história conta-se, narra-se, do modo triunfante do discurso do colonizador" (MALERBA, 2007, p. 362). O autor acredita que, mesmo sendo o país constituído por uma diversidade cultural tão complexa, a historiografia brasileira, pouquíssimas vezes, atentou-se que há outros modos de conceber e narrar história que não a partir da perspectiva do branco dominante.

Trouxemos à baila também um breve estudo de Malerba intitulado *A História na América Latina: ensaio de crítica historiográfica* (2009). Ainda que o autor tenha apenas bosquejado a historiografia na América Latina na década de 1960 e, sobretudo, dos anos 1970 a 1990, o livro traz interessantes pinceladas e amplos delineamentos das fisionomias historiográficas encontráveis na América Latina no quadrante temporal elegido. Primeiramente, localizou as transformações ontológicas e epistemológicas ocorridas na década de 1960 e que resultaram numa transição paradigmática no modo de se conceber e escrever a História, o que alcançou também a América Latina. Sob o influxo do pós-estruturalismo, as perspectivas inovadoras engendraram o abandono das Histórias de natureza holística, estribadas em grandes teorias explicativas, em prol da adoção

de interpretações miradas em objetos pontuais. Com essa "virada cultural", os excluídos, a questão do sexismo e do racismo, as minorias éticas foram retirados das margens para ocupar o leito das narrativas historiográficas. Além disso, a clivagem dos objetos e a pulverização dos sujeitos carreados para o texto histórico fizeram com que, no lugar das grandes metanarrativas, tivéssemos "[...] uma multiplicação de discursos e jogos de linguagem, o questionamento da natureza do conhecimento junto com a dissolução da idéia de verdade, e outros problemas de legitimação em vários campos" (MALERBA, 2009, p. 22). Decorreu daí a colocação do problema do anti-realismo pós-modernista que, além negar a existência de qualquer realidade extra-linguística, criticava a busca, intentada pelos historiadores, por representar o passado em sentido epistemológico. O texto historiográfico como uma construção pessoal, manifestação da perspectiva do historiador como "narrador", mesmo com as supostas âncoras metodológicas, não garantiria as pretensões de objetividade do conhecimento histórico.

A partir desses tremores vivenciados, durante os anos 1960, pelo mundo ocidental e, em especial, pela comunidade dos historiadores, Malerba auscultou os impactos sofridos pela historiografia na América Latina nas décadas vindouras. Destarte, traçou, em linhas gerais, dois períodos para a história da historiografia na região: o primeiro, dos anos 1970 até parte dos anos 1980, em que predominou a história econômica e social; e o outro, que abarcaria parte da década de 1980 e os anos 1990, em que preponderou a nova história política e a nova história cultural. Embora fitasse para as semelhanças e algumas especificidades das diferentes historiografias afloradas na América Latina, por sua própria inserção cultural e por seu maior conhecimento de causa, Malerba acabou concentrando-se mais na historiografia brasileira.

Com relação aos anos 1970, mapeou a grande influência intelectual/teórica que o marxismo exerceu na região, ascendência esta que se espraiou até princípios da década de 1990. Ao lado do marxismo, os reflexos da perspectiva francesa dos *Annales* também incidiram neste solo historiográfico. No que toca à sobrepujança da história econômica e social nesta fase, o autor salientou que tais domínios surgiram, intrinsecamente, ligados à tentativa de superação da história historizante, concentrada no método. Em termos de história econômica, destacou o papel da CEPAL nas discussões que envolviam os problemas do desenvolvimentismo e das teorias da dependência. Para Malerba, essas teorias foram o ápice do esforço de elaboração de um pensamento genuinamente latino-americano tanto sobre sua história como sobre seu presente. O autor ainda soergueu os nomes de alguns historiadores econômicos ligados à USP e à UFF e suas

respectivas contribuições para o desenvolvimento dessa área de pesquisa no Brasil, especialmente no campo da história agrária e regional.

Demarcando a diluição das fronteiras entre pesquisas em história econômica e história social, Malerba asseverou que a feitura de trabalhos no âmbito desta última na América Latina foi marcada pela nítida influência dos *Annales*. Particularmente no caso brasileiro, a presença de alguns desses historiadores franceses no país deixou profundas raízes na historiografia brasileira, notadamente na produção uspiana. A maior parte das pesquisas elaboradas nos programas de pós-graduação em História, criados neste período, também fora em história social. Dentre essas investigações, dois ramos se mostraram mais recorrentes: a história social do trabalho e a história dos movimentos sociais. No que tange ao primeiro, as análises de E. P. Thompson foram extremamente apropriadas. A história do trabalho praticada, desde então, mudou o foco da política e economia e lançou-se às esferas culturais. Abandonando as interpretações generalizadoras, essas pesquisas enfatizaram a diversidade das experiências das classes trabalhadoras, considerando aspectos étnicos, de gênero e particularidades culturais. Quanto à história dos movimentos sociais, a preocupação esteve alojada em compreender as resistências da sociedade civil, especialmente as manifestadas pelas organizações populares durante os regimes de exceção. Para Malerba, ao aprofundarem nessa temática, os estudiosos dos movimentos sociais acabavam por depositar muita esperança no potencial transformador dessas organizações.

Já no entardecer dos anos 1980 e durante a década de 1990, a nova história política se apresentou como um esforço de superação das interpretações calcadas no Estado e nos personagens de vulto. Sob os impactos do pós-estruturalismo e da "guinada cultural", esses trabalhos pugnaram pelo alargamento da dimensão do político: para além dos aspectos administrativos e oficiais, o foco de abordagem mirou para a análise das formações partidárias, das estratégias de memória, das ideias, das imagens, dos comportamentos, enfim, da cultura política. A história cultural, por seu turno, mostrou-se a mais flamante perspectiva de abordagem da experiência do passado cultivada nesse período. Abarcando uma miríade de temas como a privacidade, a intimidade, o cotidiano, a sexualidade, os gêneros, as crianças, as famílias, a loucura, os marginais, a cultura popular, as questões étnicas, as mentalidades, dentre outros, essas pesquisas, ao caminharem na esteira de uma história antropológica, acabaram se aproximando de perspectivas colocadas pela chamada "terceira geração dos *Annales*" e passaram a se filiar a um repertório de investigações que viriam a ser conhecidas como "nova história cultural".

Por fim, Jurandir Malerba, em tom crítico, inferiu que "o que há de novo na historiografia latino-americana se encontra no passado, estando o presente pleno de pastiche e cópia. O que a inteligência latino-americana produziu de "novo", de genuíno, foram as teorias da dependência" (MALERBA, 2009, p. 120). Além disso, o fardo da herança colonial deitou raízes profundas na história e na cultura da América Latina, que estabeleceu como hegemônicos modelos culturais forjados na Europa. E mesmo com a maior ascendência norte-americana, após a segunda guerra, o que se assistiu foi à continuidade de um sutil colonialismo cultural e científico.

Em suma, essa exposição sobre os diferentes trabalhos de Jurandir Malerba teve o propósito primacial de demonstrar que, seja organizando coletâneas ou elaborando seus próprios textos, ele encaminhou importantes discussões no âmbito da história da historiografia. Nos ensaios organizados ou nos estudos os quais produziu, o aludido historiador revelou que o exercício de história da historiografia, orientado meta-historicamente, pode engendrar fecundas reflexões sobre questões e problemáticas tratadas na esfera da teoria da História.

### 1.5.2 – Astor Diehl: as matrizes da cultura historiográfica brasileira

A tese de doutorado de Astor Antônio Diehl, defendida na Universidade de Bochum, na Alemanha, foi apresentada no mercado editorial brasileiro em dois volumes: *A matriz da cultura histórica brasileira. Do crescente progresso otimista à crise da razão histórica – uma introdução,* e o outro intitulado *A cultura historiográfica nos anos 80: mudança estrutural na matriz historiográfica brasileira*. Posteriormente, esse projeto de pesquisa foi ampliado com dois outros títulos: *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930* e *A cultura historiográfica brasileira: da década de 1930 aos anos 1970*. Orientado pelo professor Jörn Rüsen, Diehl abrigou em seus estudos sobre a história da historiografia brasileira vários aspectos oriundos das reflexões teóricas produzidas por seu orientador, além de alguns instrumentais teórico-conceituais contidos na "semântica histórica da experiência" de Reinhart Koselleck.

Tendo como núcleo de sua teorização o conceito de "cultura historiográfica", Diehl afirmou que por meio desse constructo analítico buscou examinar as representações narrativas do passado elaboradas pela historiografia brasileira. Neste sentido, a "cultura historiográfica brasileira" foi analisada a partir de uma constelação de elementos pertencentes a cinco matrizes. A primeira delas refere-se a uma "matriz disciplinar da História como ciência", através da qual foi possível localizar os desdobramentos, as mudanças de paradigmas, as rupturas, em suma, captar o processo de "disciplinarização" da História como ciência (DIEHL, 1998, p. 12). Na segunda, uma "matriz da recepção teórico-metodológica", centrou-se sobre os modos de recepção das discussões teóricas produzidas na comunidade científica. A partir do exame dessa matriz da recepção, o autor mapeou três vetores gerais que estão dispostos na historiografia brasileira: um vetor ortodoxo, um adaptado e um crítico. Para a caracterização desses vetores, ele contemplou algumas variáveis: "teoria, método, fontes, sentido da narrativa, realidade, visão de mundo, origem social do historiador e funções do conhecimento" (DIEHL, 1998, p. 12-13). Na terceira, "uma matriz sobre as experiências de modernidade", refletiu-se sobre as experiências históricas e historiográficas fitadas em um anseio por modernidade, discussão em que as noções de modernização, modernidade e modernismo tornaram-se centrais para a análise. Na quarta matriz, só possível de ser pensada após os anos 1970, problematizou-se acerca das "experiências historiográficas sobre a pós-modernidade e o debate sobre a tensão entre modernidade e pós-modernidade", bem como sobre a ressonância dessa tensão na disciplina histórica (DIEHL, 2004, p. 61). E, finalmente, uma

quinta matriz, constituída pela discussão em torno do texto historiográfico, sobretudo no que concerne à esfera estético-retórica das narrativas historiográficas.

Iniciando sua análise a partir do contexto de "disciplinarização da História" no oitocentos, Diehl, à semelhança do saudoso Manoel Salgado Guimarães, assinalou que, assim como na Europa, esse processo, no Brasil, ocorreu em meio aos debates relacionados à questão nacional. No entanto, diferentemente do Velho Mundo, essa discussão não brotou no ambiente universitário, mas no interior de uma instituição com os moldes das academias ilustradas europeias que, no caso brasileiro, tratava-se do IHGB. Por meio de um projeto de consolidação do Estado Nacional, o IHGB intentou pensar a história do Brasil de forma sistematizada: perseguiu o esquadrinhamento das origens da identidade nacional brasileira a partir de uma ideia de Nação constituída sem rompimentos com o passado, como uma continuação com a tarefa civilizadora portuguesa. Entretanto, esse empreendimento, ancorado em balizas europeias, iluministas, aristocráticas, que se pretendia nacional (universal), procurou por "uma brasilidade" excluindo escravos e índios, iniciando, assim, na perspectiva de Diehl, o processo de "modernização excludente no Brasil" (DIEHL, 1998, P. 224).

Percorrendo os caminhos da produção historiográfica brasileira do século XIX, Diehl situou em Varnhagen a tentativa de concretização desse projeto de História nacional idealizado pelo IHGB. Para além dos complexos temas inscritos às obras do Visconde do Porto Seguro, é importante realçar que o historiador sul-rio-grandense localizou, como ressonância das análises varnhagenianas, a composição de uma espécie de cânone interpretativo sobre a história do Brasil que perdurou por muito tempo na historiografia nacional: a busca por integrar o novo e o velho como forma de evitar as rupturas[45], a apologia às minorias vitoriosas e a consequente repulsa às tentativas de insurreições, a defesa de uma história incruenta e do papel do Estado Monárquico em evitar a fragmentação do território nacional. Tangido pelo elitismo e herdeiro da tradição iluminista, os escritos de Varnhagen apresentaria elementos da "concepção clássica de História" consistente no predomínio do *topos* da *historia magistra vitae*, em que a história era encarada como palco de experiências passadas de onde se filtrariam exemplos para o presente e o futuro. Esse conteúdo exemplar, pedagógico e pragmático da história também seria reforçado pela ênfase biográfica.

[45] Para Diehl, essa busca por integrar o "estranho" com o "conhecido", de disciplinar as rupturas e manter a continuidade, constituiu-se num "vetor permanente" na estrutura historiográfica brasileira até as críticas postuladas por José Honório Rodrigues.

Ainda palmilhando pela historiografia oitocentista, Diehl encontrou nos trabalhos de Capistrano de Abreu elementos que indicavam a passagem da "concepção clássica" para a "concepção moderna de História". A partir da preocupação capistraniana com a referência documental e com a heurística, o método assumiu "[...] uma função seletiva das experiências do passado na constituição do projeto modernizador, ou seja, introduz-se a função de controle sobre o passado" (DIEHL, 2004, p. 81). Na medida em que se propugnava um acesso mais objetivo à realidade histórica através de procedimentos do método crítico, houve um distanciamento com o sentido ético-pedagógico típico do historiar clássico, pois, o que vinha do passado, principalmente a tradição e a memória, passou a ser visto com desconfiança. Esteado em Hayden White, Diehl ressaltou que, nessa passagem de modelos, ocorreu uma substituição da "verdade ética" para a "verdade dos fatos", na qual o método estabeleceria o que é falso e verdadeiro nas sentenças históricas. No interior dessa mudança, a questão da parcialidade e da imparcialidade na operação historiográfica consistiu, em Capistrano, num problema a ser considerado quando se elabora narrativas históricas. Resgatando a ideia de enredo presente em Ricoeur, Diehl argumentou que o enfoque no tempo linear (como herança da concepção iluminista de tempo) e a busca pela ocultação do narrador revelavam uma tentativa, por Capistrano, de "disciplinação do real", de gestão da contingência, enfim, de domesticar o irracional e de emprestar um caráter "anti-trágico" à narrativa" (DIEHL, 1998, p. 85), postura típica da "concepção moderna da História". Essa transição da concepção clássica para a moderna foi também acompanhada por mudanças nas perspectivas de temporalidade da vivência humana, pois redirecionou o olhar dos seres humanos:

> [...] desviando-os do passado e concentrando-se no porvir, o que, entre várias outras coisas, provoca um gradual, mas crescente enfraquecimento da memória [...]. Assim, é justamente o surgimento dessa definição iluminista do tempo assimilado ao progresso, convertido em linha que se desloca inelutavelmente numa única direção, que vai separar o *espaço de experiências*, base da concepção clássica de história, *do horizonte de expectativa*s do homem moderno, horizonte que vai agora se fixar no futuro, um futuro que parece dispensar todo e qualquer ensinamento veiculado pela tradição, relegando-a à absoluta obscuridade (DIEHL, 1998, p. 75).

Estribado em elementos da primeira matriz, consistente na teoria da História de Jörn Rüsen, Diehl afirmou que, nessa passagem do modelo clássico para o moderno, foi possível visualizar um primeiro deslocamento interno da matriz disciplinar da História, qual seja: a mudança de uma fase inicial da produção historiográfica (Varnhagen) em que a ênfase se situaria nos "interesses" ("carências de orientação") e "ideias orientadoras" ("perspectivas orientadoras"),

assim como nas "funções de orientação" do conhecimento histórico, para uma outra fase (Capistrano) em que o enfoque esteve mais voltado para os "métodos de pesquisa" e para as "formas de apresentação" do trabalho historiográfico.

Segundo o professor em tela, uma vez a tradição e a memória apartadas do *espaço de experiências* e "incapazes de garantir a reconstituição do passado com plausibilidade científica" (DIEHL, 2004, p. 81), constituiu-se, no Brasil, um terreno propício para a recepção das teorias evolucionistas e positivistas. Refletindo sobre as estruturas de pensamento construídas para se pensar o Brasil ainda no século XIX, salientou que a elite intelectual brasileira elaborou modelos explicativos conservadores e conciliadores, fundamentados no ecletismo, no positivismo e no evolucionismo. Chamando esse período de fase da "recepção ortodoxa" (DIEHL, 1998, p. 225), aduziu que essas teorias fermentaram no pensamento brasileiro a concepção de tempo linear sustentado pela ideia de progresso. Essa apropriação acrítica de teorias estrangeiras, agregada ao esforço narrativo moderno por expurgar a desordem, o trágico e a ruptura da história brasileira, teria dado vazão a uma perspectiva "otimista" acerca da história do Brasil, permitindo o aparecimento de alguns mitos interpretativo-conceituais como os da "história incruenta", da "democracia racial", o "da cordialidade", que perduraram até por volta dos anos 1970 na historiografia brasileira.

Excetuando Capistrano de Abreu, inovador em vários aspectos, o modelo de História praticado no século XIX, caracterizado por narrativas atentas aos fatos político-administrativos, episódicas, eminentemente descritivas, inquietas por contar o passado "tal como aconteceu" e em referenciar grandes feitos e personagens de vulto, teria perdurado como dominante até os anos 1920. Com os acontecimentos prorrompidos nesse decênio, como por exemplo, a fundação do Partido Comunista, a Semana de Arte Moderna, as Rebeliões Tenentistas, dentre outros, a intelectualidade esclarecida novecentista vivenciou uma crise em sua visão de mundo, sobretudo no tocante ao seu projeto de modernização e à concepção de progresso evolucionista. Assimilando essas convulsões de diversas ordens (política, social, econômica, cultural), uma intelectualidade em ascensão começou a discutir e a produzir novas formas de representação do passado e da realidade brasileira, marcadas pelo signo da renovação. Questionar o que estava estabelecido e consagrado, romper com o passado, eram posturas típicas daqueles se diziam modernos.

Nesse ambiente de efervescência social e cultural, essa "geração" (dos anos 20 e 30) buscou novos valores e outras perspectivas para repensar a realidade nacional. Nesse sentido, é

plausível, segundo Diehl, vincular ideias oriundas do modernismo brasileiro com o alargamento da orientação sobre a cultura historiográfica brasileira presente nos trabalhos de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque e Caio Prado. Em meio a esta crise estrutural, essas análises teriam se constituído em esforços revisionistas nas formas de se conceber e grafar a história brasileira até então, principalmente pela "crítica cultural" subjacente e pela inquietação em imprimir "perspectivas científicas" a estas pesquisas. Embora as obras desses autores tenham renovado as formas de pensar e representar a realidade histórica, resgatado questões ideológicas inscritas às interpretações, apresentado novos referenciais teóricos, valorizado outras fontes históricas, enfim, dado um novo direcionamento à cultura historiográfica brasileira, Diehl afirmou que tal "revisionismo" representou um "sintoma de ruptura", não havendo, portanto, um corte paradigmático das formas e funções do conhecimento histórico, e sim um deslocamento interno tanto na matriz disciplinar da ciência histórica quanto na matriz da história da recepção.

Diehl ainda distinguiu os anos 1930 como momento em que os intérpretes do Brasil começaram a elaborar grandes sínteses acerca do passado brasileiro, edificando análises históricas em perspectiva macroestrutural, mas que ainda estavam agarradas à concepção iluminista de progresso cumulativo e de linearidade do tempo histórico. Dedicando-se ao exame dos "fatores estruturais da cultura historiográfica brasileira" (DIEHL, 1999, p. 23) no período compreendido entre os anos 30 e 70, o autor esquadrinhou a recepção das correntes marxistas e da tradição de Max Weber nas representações do conhecimento histórico no Brasil. Refletindo sobre essa matriz da recepção em nossa cultura historiográfica, Diehl examinou as formas pelas quais determinados grupos de autores[46] pensaram o passado e a realidade nacional se apropriando e/ou adaptando conceitos e interpretações de algumas correntes marxistas. Já para o caso da tradição weberiana[47], entendeu que essa recepção poderia ser organizada em três fases, cada qual com temas, conceitos, debates e autores específicos, embora alguns deles tivessem transitado em mais de uma fase.

[46] O 1º grupo, caracterizado pela tese da predominância de um modo feudal ou semifeudal no passado brasileiro, reuniu nomes como Alberto P. Guimarães, Celso Furtado, Ignácio Rangel, dentre outros; 2º grupo, voltado para os diagnósticos sobre diferentes etapas da expansão de um modo de produção capitalista, envolveria Caio Prado, Fernando Novais, FHC, José de S. Martins, e outros; 3º grupo, focado em caracterizar as especificidades do(s) modo(s) de produção e das formações sociais, seria representado por Ciro Cardoso, Jacob Gorender, Florestan Fernandes e outros; 4º grupo, voltado para a revisão de determinadas posturas teóricas, contaria com Antônio B. de Castro, C. Topalov, João M. C. de Melo; 5º grupo, o da recepção da *Kulturkritik*, com J. M. Gagnebin, Astor Diehl.

[47] A 1ª fase (anos 30 a 50) com Freyre, Sérgio Buarque, San Thiago Dantas, Otto Carpeaux; 2ª fase (anos 50 a 60) reuniu nomes como o de Guerreiro Ramos, Florestan Fernandes, Hélio Jaguaribe, dentre outros; 3ª fase (pós-70) apresentou autores como Raimundo Faoro, Fernandes, Ianni, Guerreiro Ramos, Otávio Velho, René Gertz e outros.

A receptividade de vertentes e pressupostos teórico-metodológicos oriundos dessas duas tradições teria sido importante para a sedimentação das ciências humanas no país, mas, sobretudo, para fundamentar diferentes projetos de modernização dirigidos à realidade brasileira. O que se observou nessa quadra temporal (de 1930 a 1970), em grande medida, foram esforços no sentido de adaptar a realidade brasileira a determinados modelos teóricos, bem como tentativas de orientação das experiências de modernização a partir de eixos conceituais como o de ideologia e o de cultura (levedando a elaboração de modelos de "desenvolvimento nacional" e de interpretações impregnadas pelas ideias de "caráter nacional", "cultura brasileira, dentre outras). Fitadas na construção de teorias de modernização, essas análises buscaram refletir sobre as possibilidades de superação dos entraves culturais e naturais para a efetivação desse processo no país.

Ainda nessa trilha pela "cultura historiográfica brasileira da década de 1930 aos anos 1970", Astor Diehl diagnosticou nos escritos de José Honório Rodrigues, dos anos 1950 e 1960, os sintomas iniciais de uma ruptura com a visão "otimista da história" presente na historiografia brasileira, corte esse que acabou sendo aprofundado nas décadas de 70 e 80. Denunciando o conservadorismo, a conciliação e o artificialismo contidos nas interpretações acerca da história do Brasil, Honório chamou a atenção para a necessidade de um revisionismo nas formas de representação do conhecimento histórico, propondo uma historiografia mais atenta às minorias e às intervenções populares na história do Brasil e menos comprometida com as elites. Diehl detectou, também, que nos anos 60 e 70, a produção historiográfica brasileira foi atingida, frontalmente, pelo recrudescimento das pesquisas realizadas pelos brasilianistas. A expansão dos financiamentos estrangeiros àqueles pesquisadores adventícios interessados na história brasileira combinada às limitações de recursos que os pesquisadores brasileiros experimentavam, fermentou a discussão sobre se o pensamento historiográfico brasileiro estava sendo ou não "desnacionalizado" e de que forma essa produção estaria ligada à interesses estratégicos ou à pressões da política internacional.

Para desenhar a fisionomia das pesquisas históricas realizadas no Brasil neste período, Diehl delineou outro aspecto fundamental: a institucionalização dos programas de pós-graduação ocorrida na década de 1970. Nessa nova ambiência intelectual, os pesquisadores acabaram por abandonar certas posturas típicas da tradição positivista-evolucionista, como a elaboração de grandes sínteses, de narrativas lineares, a ênfase na história política ou nos ciclos econômicos. Nas

investigações surgidas no interior das pós-graduações, as abordagens homogeneizantes e totalizadoras deram lugar ao estudo de experiências históricas mais particulares.

Não obstante, para Diehl, foi na década de 1980 que a cultura historiográfica brasileira experimentou de uma aguda crise na matriz disciplinar, reflexo do colapso da razão histórica moderna. O pessimismo quanto às possibilidades das "revoluções otimistas", que não se concretizaram nos moldes teorizados, e o questionamento em relação aos parâmetros modernos do conhecimento histórico (a concepção de progresso cumulativo, de tempo linear, as perspectivas coletivas, a epistemologia racionalista e os métodos tradicionais), produziram não só novas discussões em torno do estatuto epistemológico da História como também deixaram sob suspeita os projetos de modernização ancorados, teoricamente, na recepção do marxismo e da tradição de Max Weber. Em meio a esta crise da "modernização adaptada" (DIEHL, 2004, p. 76), "novas" orientações teóricas foram sendo mais vigorosamente recepcionadas na cultura historiográfica brasileira: a *Nouvelle Histoire* com suas ramificações teóricas, Michel Foucault e Walter Benjamin.

No interior dos debates e críticas acerca dos limites apresentados pela razão histórica moderna, dos projetos da modernidade ou ainda sobre o estabelecimento de uma cultura pós-moderna, alguns autores dessas três vertentes, sobretudo ligados a Foucault e a Benjamin, foram acessados como modo de "desqualificar o iluminismo e seus subprodutos" (DIEHL, 2004, p. 225). Em meio às discussões sobre os altos custos sociais, culturais e políticos da modernização, assim como da constituição de uma possível historiografia pós-moderna, a produção historiográfica brasileira acabou adquirindo novos contornos. A preocupação com as estruturas mais abrangentes, como a economia, sociedade e política, cedeu lugar às experiências históricas mais particulares e pontuais e com enfoque na História Social e Cultural. A inquietação por universalizar, homogeneizar, foi redimensionada para a tendência ao fragmentário, à descontinuidade, à ruptura.

Inspirados por elementos dessas três orientações teóricas, os historiadores brasileiros, em grande medida, abraçaram temas até então pouco usuais em sua escrita, o que demonstrou um deslocamento do olhar desses especialistas. O apego por narrar as experiências dos "excluídos da História" e de grupos minoritários (como as mulheres, os negros, homossexuais, as prostitutas, a classe operária, dentre outros), o interesse pelas novidades temáticas (como a loucura, o corpo, o sexo, a feitiçaria, as mentalidades, a moda, dentre outras), a busca por fazer emergir o "irracional", a "contingência" e a "subjetivação", que foram extirpadas pelas narrativas historiográficas

modernas, apontaram para um processo de "antropologização" da historiografia brasileira (DIEHL, 2004, p. 260).

Atento aos reflexos dessa crise da razão histórica moderna não só no "fazer historiográfico", mas também nas posturas humanas em sociedade, Diehl afirmou que o crescente individualismo contribuiu para produzir uma espécie de "despolitização e desmobilização", marcadas por vários posicionamentos de "deserção", seja "do social", "na história", "do político e ideológico", "do trabalho" ou "das religiões tradicionais" (DIEHL, 2004, p. 308-312). Além disso, a partir de discussões surgidas em torno da pós-modernidade teria se engendrado uma "fetichização negativa da modernidade como experiência histórica", que, ao levar em consideração somente traços negativos dos processos de racionalização, atribuindo uma negatividade na perspectiva de ser moderno, "acabou por gerar uma descrença na própria possibilidade de se alcançar a modernidade em culturas periféricas", onde esse projeto, no entendimento de Diehl, ainda está por ser vivido efetivamente (DIEHL, 2004, p. 316).

Não obstante, existe uma postura muito recorrente na cultura historiográfica brasileira que muito incomoda o autor em questão: a análise da história do Brasil a partir de conceitos objetivados fora do contexto ao qual se pretende adaptá-los. Segundo Diehl, essa adaptação teórico-conceitual criou uma espécie de "razão ornamental afirmativa" (DIEHL, 2004, p. 21), cuja predominância precisa ser superada quando se trata das formas de representação da historiografia brasileira. Do mesmo modo que se discutiu a possibilidade de se pontuar identidades para as experiências históricas latino-americanas, o historiador sul-rio-grandense advogou que é necessário singularizar certas identidades também para o conhecimento histórico elaborado na América Latina.

Mesmo diante da árdua tarefa de condensar, em breves laudas, um estudo tão complexo e extenso como o elaborado pelo professor Astor Diehl, o que pretendemos foi evidenciar que quando um exemplar de história da historiografia se reveste de reflexões meta-históricas, acaba por estreitar sua relação com a teoria da História e, e por meio dessa orientação, a análise não fica subsumida à exposição acerca da historicidade de uma determinada historiografia, mas, acima de tudo, verticaliza o olhar sobre questões existenciais, teóricas, metodológicas e narrativas que envolvem o fazer histórico profissional.

## 1.6 – Delineando o próprio roteiro analítico

Nas linhas urdidas nesse texto, já ficou evidenciado que nossa análise se projeta como uma história da historiografia preocupada em produzir reflexões meta-históricas e, a partir dessa orientação, examinar a produção historiográfica brotada em Goiás em uma larga quadratura temporal do século XX. No entanto, a opção por encaminhar um determinado modelo de história da historiografia não nos impede, é claro, que recorramos a elementos seminais de outros tipos com vistas a aquilatar nosso trabalho.

Evocando a *história da historiografia crítica*, estaremos mais atentos para a percepção das dimensões ideológicas, das tensões éticas e sociais, das concepções políticas subjacentes à construção narrativa empreendida por historiadores (pensadores/intelectuais/escritores). A capacidade de identificar e de endereçar um olhar crítico sobre as tradições são outros traços marcantes legados por esse modelo. Enfim, ele nos possibilita que observemos, com maior zelo, a dimensão normativa que envolve essa prática intelectiva de pesquisar e escrever sobre a experiência humana do passado. Recorrendo aos *balanços historiográficos*, ficaremos mais cuidadosos quanto a certos panoramas, obstáculos, tendências e avanços apresentados pela produção historiográfica em estudo. A atenção para a circulação/disseminação do conhecimento histórico e o aporte de métodos quantitativos, muito praticados nesse modelo, também poderão nos auxiliar em diversos aspectos abordados em nosso exame. Contactando aqueles que *historiaram historiadores e obras*, por seu turno, estaremos mais diligentes quanto aos critérios de coerência que alicerçam quaisquer exercícios de periodização de uma dada produção historiográfica. Em suma, a adoção de um tipo de história da historiografia como linha mestra de análise não inviabiliza a apropriação de aspectos fecundos encontráveis em outros modelos.

As reflexões meta-históricas inseridas a esse experimento de história da historiografia estão, em grande medida, ancoradas no sistema de teoria da História elaborado pelo historiador alemão Jörn Rüsen. Dedicando-se ao estudo dos princípios que fundamentam o pensamento histórico, dando alto relevo aos processos históricos de formação da moderna ciência da História e à apropriação do conhecimento histórico no contexto da vida social (função didática da história), Jörn Rüsen apresentou um sistema de teoria da História cuja amplitude reside na análise dos complexos problemas que envolvem a prática profissional dos historiadores. Ao edificar uma teoria dessa natureza, ele problematizou, de forma abrangente, as condições e procedimentos que

circunscrevem o "fazer histórico", contemplando desde o polêmico vínculo entre conhecimento histórico produzido e vida humana prática, até a complexa relação entre pesquisa e escrita da história. Portanto, consiste num aparato teórico extremamente úbere às análises daqueles que se dedicam ao exame crítico do produto intelectual concebido por historiadores, que é o caso da presente investigação.

O recurso a esse sistema teórico se justifica na medida em que procura esclarecer um cânone de exigências mediante aos quais os historiadores executam seus trabalhos de reconstruir o passado narrativamente em histórias. Tendo como elemento peremptório uma ordenação sistêmica denominada "matriz disciplinar", "[...] conjunto sistemático de fatores ou princípios do pensamento histórico determinantes da ciência da historia como disciplina especializada" (RÜSEN, 2001, p. 29), Rüsen problematizou as condições existenciais e os procedimentos da ciência especializada que interferem e/ou participam da produção do conhecimento histórico: "carências de orientação, perspectivas orientadoras da experiência do passado, métodos de pesquisa empírica, formas de apresentação e funções orientadoras" (RÜSEN, 2001, p. 35).

Na concepção de Rüsen, uma história não pretende simplesmente contar o que e como foi o caso no passado, embora seja fundamental abrigar tal pretensão. A elaboração cognitiva do passado, realizada pela história, abriga em si potencialidades orientadoras para os que praticam esse exercício e para os que recepcionam o conhecimento produzido. As histórias, destarte, estão conectadas ao contexto de demandas por sentido que emerge da vida atual. A orientação histórica, na matriz disciplinar da ciência da História, apresenta-se tanto no início, através das "carências de orientação", quanto no fim do processo de construção do conhecimento histórico, por meio das "funções orientadoras". Logo, "carências de orientação" e "funções orientadoras" constituem dois níveis distintos de orientação, mas inextricavelmente interligados. As "carências de orientação", consistente nos "interesses" que requerem cognição, presidem o trabalho de reconstrução histórica do passado, tornando os produtos historiográficos vivos tanto para os que o elaboram quanto para os quais ele se destina, possibilitando que o agir e o sofrer humanos sejam orientados por tais narrativas. Para se orientarem no fluxo do tempo, os homens buscam assenhorar-se do passado, mediante o conhecimento, para que determinadas "carências de orientação" sejam atendidas.

Não obstante, para adentrar ao campo da experiência histórica, o sujeito cognoscente encontra-se munido de filtros que definem o que é relevante ou não extrair dos fenômenos do passado em estudo. Segundo Rüsen, esses filtros consistem nas "perspectivas orientadoras" e

formam os fatores pelos quais a experiência do passado se converte em experiência histórica. Essas "ideias", pontos de vista já constituídos e que atuam no pensamento histórico, mediam a relação que se estabelece com as fontes históricas, seja na seleção do que é substancial ou nas perguntas endereçadas a elas. O acervo documental apresentado como "evidências" do passado é manuseado com o auxílio dessas perspectivas que, previamente estabelecidas, dirigem a tarefa de extração de informações e que, ao mesmo tempo, também vão sendo modificadas por elas.

Para que essas "evidências" sejam efetivamente acessadas e interpretadas, é preciso concretizar o exercício de metodização próprio da pesquisa histórica. É esse processo de efetivação metódica que fundamenta o que se entende por História enquanto especialidade científica. O método histórico, então, constitui-se no conjunto das regras abstratas que presidem essa exploração do material das fontes, desempenhadas na etapa da pesquisa histórica. A metodização possibilita que se lide com a "evidência" e seu conteúdo informativo, garantindo, de certo modo, confiabilidade à narrativa historiográfica a ser construída. Neste sentido, as regras metódicas da pesquisa acabam "[...] conduzindo a um conhecimento histórico universalmente válido, pois seu conteúdo empírico, seu significado e seu sentido estão particularmente fundamentados" (RÜSEN, 2001, p. 127). Evidentemente que produz conhecimento válido, mas também provisório. Isso porque, mesmo a pesquisa garantindo o conteúdo empírico das histórias, isso não significa que se construiu um conhecimento acabado, definitivo. As histórias apresentam o passado humano como um constructo de fatos que pode ser superado, a todo instante, por novas investigações. Essas histórias são sempre relativas a outras que poderão surgir com o decurso temporal da vida humana. Mas isso não invalida o conteúdo dessas histórias. Evidencia que, como seres culturais, imersos a determinadas ambiências e universos valorativos, os seres humanos devem assumir que novos critérios de sentido aparecem e aparecerão, o que modifica substancialmente as expectativas de orientação que emanam da vida humana.

Esse exercício de pesquisa, porém, adquire uma forma narrativa, *a posteriori*: a "historiografia". Escrita a partir dos resultados da pesquisa, a "historiografia" deve ser entendida como produto intelectual/discursivo produzido por historiadores, um saber redigido. Além de se constituir como uma grafia sobre a experiência humana no tempo, as "formas de apresentação" estabelecem uma profunda relação com os contextos de orientação da vida humana, conectando método a sentido. Ao "presentificar" o passado, a narrativa histórica liga sua constituição de sentido à experiência do tempo, de maneira que o estudo desse passado, convertido em texto,

tenha significação para o quadro de orientação da vida prática contemporânea, produzindo, assim, sentido histórico.

Para viabilizar que as demandas por sentido sejam atendidas por esses relatos sobre o agir e o sofrer humanos no tempo, é preciso eles executem o trabalho de orientação cultural na vida humana. Partindo da premissa que as "carências de orientação" acendem o pensamento histórico e lhe conferem uma função importante na vida, a pretensão de racionalidade da ciência da história não pode ser fundamentada sem se considerar essa função de orientação. Na estrutura da matriz disciplinar, as "funções orientadoras" ocupam o quinto e último princípio. Elas possibilitam consolidação histórica de identidade, uma vez que orientam intelectualmente o agir a partir da construção e recepção das narrativas históricas. A identidade, então, acaba se constituindo em um referencial para a orientação do agir humano: "ela informa os sujeitos humanos acerca de quem eles são, por recurso ao passado que e em eles foram e, com isso, fixam as possibilidades de seu vir a ser" (RÜSEN, 2001, p. 03). Por seu conteúdo orientador, as histórias tornam consciente a identidade de seus destinatários como permanência no fluxo do tempo, buscando neutralizar a ameaça de perda de identidade que permeia o agir humano em seu universo simbólico. Ao adequar a experiência do tempo às intenções quanto ao tempo, o pensamento histórico possibilita aos seres humanos compatibilizar o que eles foram com o que eles querem ser quando recepcionam as narrativas históricas. De acordo com o campo da experiência histórica que venha a ser eleito como significativo para o presente e que possa "influenciar a formação da identidade como continuidade histórica, mede-se também o horizonte temporal em que os agentes podem situar seu respectivo "eu", no longo prazo, em meio às mudanças do mundo e de si mesmos" (RÜSEN, 2001, p. 125).

Por conseguinte, é o espaço de tensão entre esses cinco princípios do pensamento histórico que define a matriz disciplinar da ciência histórica, síntese do que, para Rüsen, constitui o objeto da teoria da História. Reconhecendo, deste modo, a profundidade desses instrumentais reflexivos e o avanço cognitivo possibilitado por esse repertório teórico**,** pretendemos tê-lo como fulcro de nossa análise acerca da produção historiográfica fabricada em Goiás no século XX. Como já mencionado alhures, não se trata de abstrações meta-históricas desprendidas da historicidade que constitui os produtos historiográficos em estudo, pois, nesse exercício de história da historiografia, a teoria da História funciona, como diria o professor Arthur Assis, como uma "hermenêutica da historiografia" (ASSIS, 2010b, p. 93).

Admitimos, então, que os elementos reflexivos desse construto teórico foram centrais para a compreensão desses "espaços" e "temporalidades" historiográficas que constituíram o "fazer histórico" em Goiás no novecentos. Cotejando os diferentes "momentos intelectivos" nos quais a prática da pesquisa histórica em (sobre) Goiás foi exercitada, é possível identificar, compreender e problematizar, por exemplo, o realce que foi destinado a determinados princípios do pensamento histórico em detrimento de outros, ou como esses princípios foram, com o tempo, constituídos por novos elementos, ou também como se deram alguns deslocamentos internos e mudanças de ênfase na matriz de produção historiográfica em Goiás.

## CAPÍTULO 2. NOS CAMINHOS DE UMA PRODUÇÃO HISTÓRICA AUTODIDATA EM GOIÁS (DÉCADAS DE 1920 À DE 1960)

Na primeira metade do século XX, a escrita da(s) história(s) de Goiás esteve ao encargo de médicos, advogados, jornalistas, políticos, militares, enfim, pessoas com diferentes formações, mas que tinham um interesse comum: elaborar narrativas que contassem importantes capítulos da história goiana. Dentre os textos que, nesse período, revolveram a experiência humana do passado, encontramos muitas memórias, genealogias, trabalhos de folcloristas, mas também narrativas históricas cujo escopo não era o de recuperar a ascendência de troncos familiares, nem o de relatar experiências pessoais (ou de terceiros), e sim o de, a partir da pesquisa em fontes consideradas "fidedignas", remontar os acontecimentos pretéritos que marcaram a história de Goiás. Assinando a autoria dessas obras estavam profissionais que viviam de outras ocupações, seja como funcionários públicos, ou atuando na cena política, seja no atendimento médico à população, na redação de jornais, na carreira jurídica ou nos quartéis militares. Em meio a essas atividades que garantiam a sobrevivência de si e da família ou até o aumento de seus cabedais particulares, encontrava-se outra que, embora não fosse vinculada à formação profissional deles, ocupou parte importante de suas vidas: escrever sobre história de Goiás. Seja pelo gosto que cultivavam pelas letras, ou pelo apego à erudição, ou para a satisfação de fins pessoais (e) ou políticos (no sentido amplo do termo), ou em nome da concretização de um ideal (ou por essas razões em conjunto), narrar os fenômenos históricos ocorridos nas latitudes goianas era uma tarefa que fazia parte da vivência intelectual desses homens letrados.

Neste segundo capítulo, então, buscaremos analisar alguns elementos normativos, metodológicos, empíricos e narrativos subsumidos aos textos historiográficos produzidos por esses "historiadores autodidatas", ou seja, textos de História confeccionados por estudiosos que, mesmo não tendo a formação disciplinar especializada e o ofício de historiador como atividade profissional, dedicaram-se à pesquisa e à escrita da história goiana. Essa produção histórica "autodidata", plasmada, em muitos aspectos, pelos moldes do IHGB de se praticar História, configurou-se na primeira fase da historiografia que brotou em Goiás no século XX, que se mostrou predominante até os anos 1960. Para compreendermos esse panorama historiográfico e, ao mesmo tempo, refletir sobre o modelo de História empreendido por esses historiadores, trouxemos para a montagem desse cenário analítico, trabalhos rubricados por três dos mais

conhecidos historiadores que produziram neste período: Antônio Americano do Brasil, Colemar Natal e Silva e Zoroastro Artiaga.

Quando afirmamos que esses três historiadores e outros estudiosos que produziram textos de História no estado, antes dos anos 1970, dialogaram com a tradição do IHGB, não desejamos, por certo, assinalar que a produção historiográfica elaborada no interior dessa casa da memória nacional foi sempre homogênea e desprovida de controvérsias teóricas, temáticas ou ideológicas. Os trabalhos de Astor Diehl (1998) e de Lúcia M. P. Guimarães (2007) bem expuseram certas polêmicas, quanto aos temas e interpretações, que irromperam no interior do Instituto, inclusive, a última apresentou os percalços enfrentados por essa "Casa Paladina" com o ocaso da Monarquia, e como esta se reinventou na República, constituindo-se numa espécie de "Silogeu". A análise de Noé Sandes (2000) também nos aponta para os rearranjos políticos e intelectuais experimentados pelo IHGB durante as primeiras décadas do governo republicano. Debruçando-se sobre o repertório simbólico produzido por ocasião do centenário da independência do Brasil, Sandes examinou como o Instituto promoveu um ajuste, uma reconciliação, entre a memória imperial e a republicana, possibilitando, assim, uma adequação da memória monárquica ao novo regime político.

Conscientes, então, das intempéries institucionais e controvérsias teórico-intelectuais vivenciadas no seio do Instituto, o que pretendemos explanar é que, alguns elementos historiográficos que perduraram em muitas publicações assinadas pelo IHGB, podem ser encontrados nas narrativas históricas elaboradas por esses historiadores que atuaram nesse período que denominamos como fase da "produção histórica autodidata em Goiás". Esse formato de historiografia que se conservou como predominante em Goiás desde as primeiras décadas do século XX até os anos 1960, provavelmente, seja um panorama comum da produção histórica de muitas regiões do Brasil que só constituíram seus cursos de Pós-Graduação em História a partir dos anos 1970 e 1980. Foi o caso, por exemplo, também da historiografia de Santa Catarina (FLORES; BRANCHER, 2011). Essa espécie de "defasagem" (ou singularidade?) encontrável entre a produção historiográfica de diferentes regiões do país em comparação à de São Paulo e do Rio de Janeiro pode ser melhor assimilada se observarmos essa passagem elaborada por Manoel Salgado Guimarães:

> No Brasil daquele tempo, ainda não havia a possibilidade de uma formação universitária no domínio das ciências sociais e históricas, uma vez que a primeira universidade

> brasileira foi fundada em São Paulo, em 1934. Esses autores [Sérgio Buarque, Gilberto Freyre e Caio Prado] colocaram em foco as visões estabelecidas e os mitos construídos pela historiografia brasileira tradicional. A história de mártires e heróis, que exigia um estilo biográfico e descritivo, ou a história factual, dita *histoire évenementielle*, deveria ser libertada por uma história preocupada com os processos e as estruturas sociais, colocando-se a serviço da explicação. [...] Esses autores desempenharam papel fundamental no "Redescobrimento do Brasil", para utilizar o conceito de Carlos Guilherme Mota, na medida em que suas obras serviram para estabelecer um ponto de partida para estudos acerca do passado de nosso país. Ponto de partida, porque propunham um novo questionamento, o qual estabelecia uma ruptura radical coma tradição da historiografia praticada pelos diversos "Institutos Históricos". Uma década mais tarde, evidenciaram-se os primeiros resultados de uma prática científica na Universidade de São Paulo (GUIMARÃES, 2011a, p. 27).

Esse excerto também nos indicia para um aspecto que, geralmente, passa despercebido quando lemos os trabalhos sobre história da historiografia brasileira. Na maioria deles, quando são construídos determinados quadros teórico-intelectuais, ou são examinados certos procedimentos metodológicos, tipos de análise e periodizações como sendo característicos de diferentes momentos da historiografia nacional, é comum não vermos qualquer alusão às particularidades do "fazer histórico" de outras regiões do Brasil. Muitas vezes, os historiógrafos acabam considerando como geral certas questões historiográficas que foram operadas somente no cenário intelectual paulista e fluminense. Daí a importância de se pensar que a história da historiografia brasileira também é constituída por aquilo que foi produzido pelas historiografias regionais, até porque elas alcançam especificidades históricas das diferentes regiões brasileiras e apresentam determinadas singularidades historiográficas que, em grande medida, não conseguem ser vistas pelos trabalhos que se debruçam sobre a produção nacional.

Faz-se impreterível assinalar, por fim, dois aspectos importantes sobre esse estudo acerca da produção histórica autodidata em Goiás. O primeiro deles é que nossa mira analítica estará apontada para aqueles elementos historiográficos que aproximam esses três autores goianos investigados (Natal e Silva, Americano e Artiaga) e não para aqueles aspectos que os distinguem, muito embora tenhamos ciência de que existem particularidades[48] que os diferenciam. Segundo,

[48] Para exemplificar, podemos citar o fato de que, nos textos historiográficos de Americano do Brasil, não se encontra o tratamento laudatório acerca dos feitos de Pedro Ludovico como pode ser depreendido dos escritos de Natal e Silva e Zoroastro Artiaga, até porque, diga-se de passagem, Americano faleceu em 1932, quando Ludovico já era interventor, mas não tinha ainda lançado a pedra fundamental de Goiânia. Em *História de Goiás*, de Colemar Natal e Silva, embora só alcance, em sua narrativa, fatos referentes ao início do oitocentos, ele faz a dedicatória da obra a seu avô, Guimarães Natal, a José Honorato da Silva e Souza e à "figura máxima da Revolução no Brasil Central", Pedro Ludovico Teixeira. Outras menções elogiosas de Colemar aos feitos de Ludovico podem ser encontradas em seus discursos e textos escritos em publicações do IHGB e de periódicos goianos (ver em OLIVAL, 1992). Algumas singularidades do historiar de Colemar e Zoroastro serão apresentadas nas seções dedicadas aos mesmos.

ao nos referirmos a esses estudiosos como "autodidatas", não temos a intenção de engendrar um aviltamento ou de dirigir críticas[49] a essa produção histórica que consistiu na primeira quadra da história da historiografia em Goiás no século XX. Intentamos, sim, ressaltar que os textos desses historiadores, não formados nos quadros da disciplina especializada, guardam singularidades teórico-metodológicas, narrativas e normativas distintas às das pesquisas elaboradas pelos historiadores que atuaram em meio a uma ambiência acadêmica, formadores de uma historiografia pós-1970. Portanto, tencionamos, nesse capítulo, analisar os aspectos comuns ao *modus operandi* historiográfico desses produtores de história regional com vistas à reflexão sobre um tipo de "fazer histórico" que foi predominante em Goiás no período delimitado. Ao situar essas particularidades, examinaremos, posteriormente, as distinções e as possíveis similitudes encontráveis entre o "fazer histórico" praticado por esses pesquisadores e por aqueles que atuaram no segundo panorama da produção historiográfica em Goiás no século XX.

[49] Francisco Iglésias (1971, p. 374-376) mostrou-se um ferrenho crítico do "autodidatismo" e do "amadorismo" que ainda eram encontrados no seio da produção historiográfica brasileira no início dos anos 1970.

## 2.1. – A integração de Goiás a um projeto de nação e a modernidade no estado: debates acalorados dos anos 1920 e 1930

Uma remontagem minuciosa do contexto dos anos 1920 e 1930, no Brasil e em Goiás, extrapola aos objetivos impressos a esse subtítulo. A complexidade desse cenário histórico não nos permite que essa incursão, no presente texto, seja efetivada de modo vertical. Sendo assim, o intento desse tópico reside na recuperação, a partir de linhas gerais, de alguns eventos históricos e debates político-intelectuais nos quais esses estudiosos goianos estiveram imersos, para que se compreenda como suas representações narrativas sobre o passado guardam relações com determinados aspectos da realidade sociocultural e política vivida por eles. Isso porque o pensamento histórico, por estar vinculado ao contexto de demandas por sentido, emerge de determinados processos da vida humana prática, nos quais os seres humanos buscam orientar suas próprias vidas. É da relação existente entre experiências do passado e carência de orientação do presente que emerge os critérios que decidem quanto àqueles, dentre o que foi o caso no passado, que "merecem" vir à superfície da história.

Nesse sentido, quando nos remetemos ao alvorecer do novecentos e trazemos a lume nomes de alguns goianos que compuseram a cena intelectual nas primeiras décadas do século, como Henrique Silva[50], Americano do Brasil, Hugo de Carvalho Ramos[51], Vitor de Carvalho Ramos[52], dentre outros, verifica-se que, a maioria deles, no final do século XIX ou no início do XX, buscou encaminhar sua formação profissional em instituições instaladas fora do estado natal.

[50] Henrique José da Silva nasceu em Bomfim, atual Silvânia-GO, no dia 18 de março de 1865. Cursou primeiras letras em sua terra natal e seguiu, em 1882, para o Rio de Janeiro, ingressando na Escola Militar da Praia Vermelha. Foi membro da Comissão Cruls. Em 1912 foi transferido, como Major, para a reserva. Faleceu no Rio de Janeiro, no dia 21 de maio de 1935. Pertenceu à Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Foi sócio correspondente do Instituto Histórico do Ceará e co-fundador do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás. É patrono da Cadeira nº 16 da Academia Goiana de Letras (TELES, 1999, p. 189-190).

[51] Hugo de Carvalho Ramos nasceu na cidade de Goiás, em 21 de maio de 1895. Iniciou seus estudos na cidade natal, estudando no Lyceu de Goyaz. Ingressou na Faculdade de Ciências Jurídicas no Rio de Janeiro, mas não concluiu o curso. Com 10 anos de idade já freqüentava o Gabinete Literário Goiano. Escreveu vários contos publicados em jornais de diversos estados. Foi um dos mais expressivos nomes do regionalismo brasileiro, sobretudo com sua obra *Tropas e Boiadas*, de 1917. Morreu em 12 de maio de 1921 no Rio de Janeiro. É patrono da cadeira nº 14 da Academia Goiana de Letras (TELES, 1999, p. 166).

[52] Vitor de Carvalho Ramos, também nascido na cidade de Goiás, no dia 16 de fevereiro de 1893. Estudou no Lyceu de Goyaz e, posteriormente, ingressou na Faculdade Jurídica Afonso Celso, onde se bacharelou em Ciências Jurídicas e Sociais. Foi co-fundador do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e também foi um dos fundadores da Academia do Triângulo Mineiro.Faleceu em Uberaba-MG, no dia 14 de julho de 1976 (TELES, 1999, p. 167).

Atenta a esse aspecto da vida desses "filhos do Anhanguera"[53], a historiadora Maria Nepomuceno afirmou que:

> A partir da década de 1870, os filhos das famílias abastadas de Goiás começaram a rumar, em número progressivamente maior, para os centros culturais mais avançados do país, a fim de completarem a formação intelectual iniciada em sua terra natal. [...]. Os principais fizeram sua formação no Rio de Janeiro, na Faculdade de Medicina e na Escola Militar da Praia Vermelha (NEPOMUCENO, 2003, p. 69)

Em sua tese de doutorado, defendida em 1988 e publicada pela editora da UFG em 2003, Nepomuceno ressaltou que, para compreendermos a atuação intelectual desses goianos, é de fundamental importância refletir sobre a atmosfera política, filosófica e intelectual em que os mesmos se encontravam envolvidos. Os que foram instruídos na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, como Henrique Silva e Moisés Santana[54], receberam a forte influência do positivismo de Auguste Comte, "[...] principalmente depois do ingresso ali, no início dos anos 70, de Benjamin Constant como professor de matemática do ensino superior" (NEPOMUCENO, 2003, p. 71). Essas discussões acerca das teorias positivistas e evolucionistas foram intensificadas nas sociedades científicas, filosóficas e literárias as quais esses militares frequentavam fora dos muros da Escola Militar. Essa onda cientificista também lastreou pelas Faculdades de Medicina e de Direito do Rio de Janeiro, onde Francisco Ayres Silva[55] e Americano do Brasil se diplomaram médicos e os irmãos Vitor e Hugo de Carvalho Ramos, além de Colemar Natal e Silva, ingressaram nos estudos jurídicos. Por conseguinte, esses goianos foram formados em um ambiente em que os conhecimentos deveriam ser adquiridos a partir de enunciados formulados cientificamente, afinal "[...] a sociedade precisava dos novos conhecimentos, amparados pelas certezas da ciência e não da eloqüência retórica dos bacharéis" (NEPOMUCENO, 2003, p. 75).

---

[53] Uma espécie de antonomásia dirigida às pessoas que nasceram em Goiás, terra "descoberta", segundo a tradição, por Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera filho.

[54] Moisés Augusto de Santana nasceu na cidade de Goiás, em 07 de fevereiro de 1879. Iniciou suas primeiras letras em Goiás e, logo em seguida, no Seminário Santa Cruz. Foi para o Rio de Janeiro estudar na Escola Militar, participou da Guerra de Canudos, contra os seguidores de Conselheiro. Deixou a Escola Militar e ingressou no jornalismo. Foi fundador de vários jornais em Goiás e Minas Gerais. Morreu em 21 de maio de 1922, depois de ser ferido por tiros um dia anterior em Uberaba-MG. É patrono da Cadeira nº 10 da Academia Goiana de Letras (TELES, 1999, p. 180-181).

[55] Francisco Ayres Silva, nascido em Porto Real, hoje Porto Nacional-TO, aos 11 de setembro de 1872, cursou o primário em sua terra natal, depois, estudou no Seminário Santa Cruz e no Lyceu de Goyaz. Bacharelou-se em medicina, em 1898, no Rio de Janeiro. Fundou um dos primeiros jornais do norte de Goiás, que levava o mesmo nome (*O Norte de Goiás*), e também era colaborador de *A Informação Goyana*. Faleceu no dia 24 de março de 1957, em Porto Nacional. É patrono da cadeira nº 32 da Academia Goiana de Letras (TELES, 1999, p. 188).

Refletindo também sobre as estruturas de pensamento constituídas para se pensar o Brasil, Astor Diehl argumentou que a elite intelectual brasileira, no último quartel do século XIX, produziu modelos explicativos conservadores e conciliadores, baseados no ecletismo, no positivismo e no evolucionismo. Essa adaptação de teorias europeias à realidade brasileira, vinha revestida, muitas vezes, servia para legitimar determinadas posições políticas de alguns grupos sociais ou também do próprio Estado. No tocante ao positivismo, além da instrumentalização de seus pressupostos cientificistas, esta teoria acabou passando "[...] a informar e a exprimir-se não somente no conjunto cultural como na filosofia, na história, mas especificamente no *modo de ser político* da elite brasileira" (DIEHL, 1998, p. 107).

Micael Herschman, analisando o papel desempenhado por alguns saberes como a medicina, a engenharia e a educação, e não somente pelo movimento modernista[56], na "invenção de um Brasil moderno", assinalou que o positivismo, sobretudo o comteano, tornou-se uma verdadeira "coqueluche da elite intelectual no Brasil" (Herschman, 1994, p. 56). Com relação à utilização do positivismo como meio de compreensão e intervenção na realidade social, política e cultural do país, o aludido autor aduziu:

> [...] o positivismo proporcionou-lhes um "método", fez esses cientistas "missionários do progresso", "sacerdotes do conhecimento", transformou a ciência no único caminho para se atingir a saúde plena do "corpo social", a "civilização". Era preciso, no entanto, segundo esses intelectuais, "intervir", "organizar", "sanear", "prevenir", a fim de evitar os "perigos", "excessos", "falhas" e "desvios" que ameaçavam o meio ambiente, a cultura e o indivíduo, isto é, a concretização do principal objetivo: "a realização plena da nação" (HERSCHMAN, 1994, p. 57).

Atacando o ensino tradicional "bacharelesco" que grassava no país, esses homens ligados às ciências entendiam que os conhecimentos adquiridos por meio da investigação científica poderiam se apresentar como "verdadeiros" e, portanto, mais "úteis" às mudanças que deveriam ser impressas na realidade social e política brasileira. Ocorreu, então, nas palavras de Herschman, a gradativa sobrepujança dos "artistas do operatório", com seus saberes técnico-especializados, sobre os "artistas da retórica", fundamentados na tradição do "eruditismo bacharelesco", desdobrando, assim, na fusão entre a figura do cientista com a do intelectual:

> A aproximação entre cientistas e escritores, entre ciência e literatura, portanto, marcou decisivamente os discursos construídos sobre o Brasil a partir de então. Eles tomavam a

[56] Não nos enveredaremos na discussão acerca do conceito de "modernismo" no Brasil.

> ciência como portadora de um método eficaz e a literatura como tendo grande alcance junto ao público. Em outras palavras, como a tendência da ciência era enfocar as "leis naturais", a "doutrina do progresso" (positivismo), a tendência da literatura era "inventariar", "revelar" as especificidades do país (HERSCHMAN, 1994, p. 64).

Nas três primeiras décadas do século XX, esse discurso de tendência científico-literária (ou positivista-naturalista) se incumbiu da tarefa de explicar as especificidades sociais, políticas e culturais do Brasil e também de procurar soluções para a superação dos problemas nacionais. Uma das grandes questões colocadas nessa época e que estava diretamente ligada ao conhecimento do passado brasileiro era a "[...] tensão entre a "identidade nacional" e a superação da imitação cultural e do atraso" (HERSCHMAN, 1994, p. 65). Nesse sentido, a ideia de um "Brasil moderno" passou a ser considerada peça chave nas reflexões produzidas, tanto pelos diferentes saberes (como a medicina, engenharia, educação, o Direito, dentre outros), quanto por alguns movimentos estéticos, sobretudo, o modernista. Pensar essa modernidade no país levava à outra questão igualmente importante no campo intelectual: o problema da identidade nacional.

> Os anos 20-30 são um momento crucial em termos da redefinição não apenas político-econômica, mas, essencialmente, cultural. Na busca de respostas para a construção do ideário de um Brasil "moderno", colocava-se com ênfase pouco vista em outros momentos a questão: "*que país é esse*?" Médicos, educadores, engenheiros, literatos, enfim, todos os intelectuais discutiam apaixonadamente o tema da "identidade cultural/nacional (HERSCHMAN; PEREIRA, 1994, p. 33).

Diferentemente de fins do século XIX e início do XX, quando os aspectos de modernidade no país foram pensados, mais intensamente, a partir de uma identificação com os modelos de "civilidade" europeia, nas adjacências dos anos 1920, configurou-se todo um círculo de debates em torno da constituição de uma identidade nacional fundada em elementos nativos, "[...] sem que isso impedisse, é bom que seja dito, a importação às vezes bastante literal do pensamento das vanguardas européias da época" (HERSCHMAN; PEREIRA, 1994, p. 29). Em meio a tantos acontecimentos e inventividades, prorrompidas nos anos 20[57], e que colocaram em xeque a ordem social, política e cultural vigente até então no Brasil (como a fundação do Partido Comunista, a Semana de Arte Moderna, o "espírito moderno" e o "manifesto Pau-Brasil" de Graça Aranha e

[57] Para De Lorenzo e Costa (1997, p. 8 e 11), o Brasil, nos anos 1920, vivenciou uma espécie de "aceleração da história", a partir da emergência de novos sujeitos políticos (camadas médias urbanas, classe operária e militares) e de novas ideias, expressas não só no plano da política, assim como nas transformações da sensibilidade e do gosto. Neste sentido, a década de 20 pode ser vista como um momento de renovação, mudanças, de construção da nação e da nacionalidade, instante em que concepções tradicionais foram severamente atacadas.

Oswald de Andrade, as rebeliões tenentistas e o avanço da Coluna Prestes, dentre outros), esse "tom mais nativo" que impregnou às discussões acerca da identidade nacional pôde ser percebido, por exemplo, por meio da noção de "antropofagia". Tal noção, trazida por alguns expoentes do modernismo estético, propugnava a devoração de elementos colonizadores em nossa cultura em prol de uma resistência cultural em que irrompesse uma "força nativa". Lembremos também da mobilização feita, na década de 1920 (e até um pouco antes), tanto pelo IHGB quanto pelo poder político oficial, em celebrar e reforçar os marcos de fundação da nacionalidade brasileira, através das comemorações do Centenário da Independência.

Nesse momento de redefinição político-econômica e cultural do país, o passado nacional acabou sendo objeto de diversas incursões pelos pensadores da realidade brasileira. Era preciso "redescobrir o Brasil", em muitos casos, por meio de "[...] estudos feitos virando-se de costas para o litoral, especialmente para a Europa" (DIEHL, 1998, p. 177), em outros, procurando assinalar as singularidades históricas que não haviam sido percebidas até então, ou até reforçando, em algumas reflexões, uma continuidade histórica entre a experiência monárquica e a republicana, como ocorreu com produções ligadas ao IHGB.

Outra discussão igualmente relevante desse período, muito presente em trabalhos literários e histórico-sociológicos, referia-se aos papéis do litoral e do sertão[58] na constituição dessa identidade nacional. Algumas vertentes idealizavam um Brasil moderno a partir do crescimento e progresso das cidades brasileiras, considerando o interior, o sertão, um lugar inóspito, atrasado, abandonado, sem condições materiais e humanas de alavancar o desenvolvimento do país. Já outras buscavam não só recuperar, a partir do interior do país, os fundamentos da nacionalidade brasileira, como também projetavam que a modernidade no Brasil passava necessariamente pela efetiva integração desse "sertão" à nação. No âmago dessa discussão é que o resgate daqueles goianos que se formaram no Rio de Janeiro ou em São Paulo ganha sentido. Nesse aspecto, coadunamos com a opinião de Lisboa (2009) quanto à importância dessa formação externa à Goiás para as reflexões que, posteriormente, foram empreendidas por esses goianos acerca de seu estado natal:

[58] Outro debate complexo o qual não pretendemos adentrar, neste momento do texto, refere-se às diferentes acepções de "sertão" brotadas no pensamento social brasileiro. A dissertação de mestrado de Souza (1997) e a tese de doutorado de Lima (1999), publicadas no mercado editorial, consistem em análises que aprofundaram o alcance desse conceito nas reflexões produzidas por importantes pensadores sociais no Brasil.

> Percebemos assim que esse grupo de goianos direciona o seu olhar para Goiás e se questionam sobre a identidade de sua terra natal e de sua gente, quando se encontravam em um local diferente, a capital federal, referência de modernidade e desenvolvimento para o país. Esse local escolhido para estudar e morar vai influenciar diretamente em uma nova forma de pensar e representar o seu Estado de origem. Enfim, é fora de "casa" em um lugar "estrangeiro", que se tem o contato com o "outro", o diferente, onde as identidades afloram e são reafirmadas, e ao mesmo tempo reelaboradas (LISBOA, 2009, p. 45)

A concretude dessa sentença pode ser firmada, também, com um trecho de um discurso proferido pelo próprio Americano do Brasil, o qual reconheceu a importância que essa formação, fora dos domínios goianos, teve para a fermentação de ideias que brotaram no interior desse grupo intelectual o qual esteve ligado:

> [...] Cilineu de Araújo é um poeta de verdade, Marilda Palínia é uma exímia manejadoura de conto, Gercino Monteiro é um fino cronista, espirituoso e elegante. O mal de todos estes espíritos foi não ter procurado outro centro para dar vazas às elucubrações, centros onde há incentivos, centros em que as letras são realmente amparadas. Hugo não seria o belo gênio se não houvesse procurado o Rio no início dos primeiros triunfos literários. Hugo foi um privilegiado como o foi Félix de Bulhões, duas maravilhosas exceções a honrar o nome goiano e a clarear as trevas dos sertões... E Henrique Silva, o impenitente polemista amigo de Goiás, não é também um egresso do Estado? (BRASIL, Antônio A. do. Discurso proferido em solenidade de formatura do Externato Maurell da Silva, Rio de Janeiro, 1917, *apud*, SILVA, 1982, p. 17).

Nesse misto de reconhecimento pelos valiosos elementos da terra natal e de admiração pelas possibilidades que a modernidade fluminense poderia proporcionar a seus conterrâneos, havia uma inquietação de inserir seu estado, sua gente, a um projeto de nação que vinha se desenhando desde as primeiras décadas do século XX. Goianos como Henrique Silva, Americano do Brasil, Hugo e Vitor de Carvalho Ramos, Colemar Natal e Silva, formados em diferentes áreas do conhecimento e instituições, foram se unindo, político-intelectualmente falando, em torno de um intento comum: a integração de Goiás a esse projeto de nação moderna. Certamente, esse empreendimento intelectual ganhou materialidade discursiva a partir da concepção da revista *A Informação Goyana*. Editado no Rio de Janeiro, esse periódico circulou de 1917 até o ano da morte de seu idealizador, Major Henrique Silva, em 1935. O conteúdo dessa revista tem muito a nos dizer não somente sobre o ideário político forjado por essa intelectualidade goiana, como também nos revela, nas entrelinhas, um projeto de memória histórica que, naquela época, estava sendo delineado entre alguns de seus colaboradores. Trazendo em seu frontispício a epígrafe,

"*Revista mensal, ilustrada e informativa das potencialidades do Brazil Central*"[59], o periódico, irrefragavelmente, tinha seu foco voltado para a divulgação das potencialidades do estado de Goiás.

Circunscrito à *Informação Goyana* esteve um escol de escritores goianos que, ao divulgar, em seus artigos, as potencialidades econômicas, o folclore, os costumes, a literatura, a história de sua terra natal, tencionava "[...] construir um contra-discurso, que demonstrasse uma realidade diferente daquelas representações desabonadoras do sertão brasileiro e de Goiás, produzida por grupos hegemônicos dos grandes centros, como São Paulo e Rio de Janeiro" (LISBOA, 2009, p. 10). Vivenciando toda essa efervescência cientificista e essas discussões em torno da constituição de uma identidade genuinamente nacional, esses militares, médicos, advogados, poetas, literatos e políticos goianos fizeram de suas penas um instrumento de defesa e de difusão das potencialidades de um estado que, embora esquecido, "abandonado a sua sorte" pelo poder público federal, poderia muito contribuir com esse "Brasil moderno" que se configurava no discurso da elite intelectual do país:

> A construção da nacionalidade segundo os intelectuais de *A Informação Goyana*, passaria necessariamente pela superação das distâncias que separavam o *Brazil Central* do litoral. Assim, para a construção de uma unidade nacional, seria necessária a ampliação dos meios de transportes e comunicação modernos, integrando definitivamente o Brasil-Central aos centros dinâmicos da economia. Não se tratava de adicionar o sertão ao litoral, mas de articular com maior dinamismo e vigor, o sertão e o litoral, recriando sobre novas bases o Brasil Moderno (LISBOA, 2009, p. 50).

Além desses textos produzidos no âmbito da imprensa escrita, as narrativas literárias também vicejaram interessantes análises em que se resgatavam as especificidades da cultura regional e, ao mesmo tempo, indicavam sua importância para a constituição dessa identidade nacional moderna. No caso de Goiás, a obra de Hugo de Carvalho Ramos, intelectual ligado a esse grupo de goianos que escrevia em *A Informação Goyana*, é particularmente reveladora sobre esse esforço intelectivo de grafia das singularidades socioculturais, políticas e econômicas de sua região natal:

> Essa nova consciência regional coincide com a emergência do discurso regionalista. A importância do gado no mundo goiano é percebida na literatura do século XX, como, por exemplo, nos escritos de Hugo de Carvalho Ramos. O autor de Tropas e boiadas,

[59] Segundo Lisboa (2009, p. 10), para o grupo que criou o periódico, o Brasil Central era formado por Minas, Goiás, Mato Grosso, Oeste de São Paulo e os altos sertões da Bahia, Piauí e Maranhão.

> seguindo o rumo apontado por Euclides da Cunha, reconhece no sertão goiano um lugar distante do processo modernizador, denuncia as péssimas condições de trabalho dos agregados, mas encontra no sertão goiano o sentido de formação nacional indicador de uma nova identidade regional (SANDES, 2002, p. 24)

Evidentemente que, mais do que abraçar como fonte histórica a revista *A Informação Goyana* e investigar a fundo os conteúdos materiais e discursivos inscritos ao periódico, o que já foi feito, competentemente, pelas historiadoras Maria Nepomuceno (2003) e Andréia Lisboa (2009), ou analisar os elementos regionalistas presentes na literatura de Hugo de Carvalho Ramos, tarefa realizada, pioneiramente, por Maria Sônia F. e Souza (1978), nosso propósito é o de trazer à superfície de nossa análise o contexto e a atuação desse grupo intelectual que, através de seus textos (sejam eles jornalísticos, literários, científicos, poéticos ou históricos), exprimiam o anseio pela integração de Goiás a esse projeto de nação moderna em voga no país. No entanto, por nos dedicarmos a um exercício de história da historiografia, fitaremos, especialmente, as narrativas historiográficas produzidas por historiadores ligados a essa intelectualidade: o médico Antônio Americano do Brasil e os advogados Colemar Natal e Silva e Zoroastro Artiaga[60]. Ao remontar, de forma concisa, o contexto e debates em que os escritos desses intelectuais foram concebidos, desejamos evidenciar, particularmente, como as narrativas históricas elaboradas por eles; em meio a esse ardor por integração e, ao mesmo tempo, por demarcação de uma singularidade histórico-cultural; empreenderam uma relação com o passado impregnada pelo desejo de afirmação de uma memória e de uma identidade regional. Além disso, pretendemos expor como essa concepção de história e de escrita historiográfica, presente nos trabalhos desses estudiosos, permaneceu como prática historiográfica até por volta dos anos 1960 em Goiás.

Entretanto, para examinarmos os textos de Natal e Silva e Artiaga, entendemos que seja preciso avançar um pouco no tempo e, para além dos anos 20, paradoxalmente, volvermos ao limiar da década de 1930. Passando ao largo da pretensão de analisar a complexidade histórica do aludido decênio, tanto em termos nacionais, como regionais, nossa intenção, sobre esse período, é o de bosquejar o significado político-cultural da Revolução de 1930 em Goiás e o da fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG), com a pretensão subjacente de examinar como

[60] Embora Zoroastro Artiaga não tenha se formado, intelectual e profissionalmente, fora do estado, fica perceptível em suas obras, tanto de História como de Geografia, seu esforço por divulgar as potencialidades, sobretudo econômicas, de Goiás e, desta forma, intentando promover a integração da região à nação. Estudioso ligado ao IHGG e à AGL, inclusive presidindo as duas casas, participava do mesmo círculo intelectual desses goianos que tiveram formação no Rio de Janeiro e em São Paulo.

esses fenômenos históricos, em nosso ponto de vista, relacionaram-se diretamente com o modelo de história e as linhas interpretativas praticadas na quadratura temporal dos anos 30 aos 60.

É inconteste que a Revolução de 1930 ocupa lugar de relevo na historiografia brasileira. Da mesma forma, a ocorrência desse evento histórico (e seus desdobramentos em Goiás) converteu-se em um importante objeto de análise dos historiadores que se enveredaram pela história regional. Neste rol de estudiosos que debateram o movimento trintista em Goiás aparecem memorialistas, historiadores, sociológicos, cientistas políticos. Todavia, longe estamos da tentativa de recuperar as múltiplas interpretações[61] engendradas pela historiografia regional sobre esse evento histórico. Independentemente se a "revolução outubrista", ocorrida em solo goiano, constituiu-se ou não, em termos políticos, num deslocamento de oligarquias no poder estadual[62], aqui nos interessa realçar algo que é pacífico entre os historiadores: com a insurgência da oposição à hegemonia política da família Caiado[63] em Goiás, durante os anos 1920, esses opositores, com o auxílio da coluna mineira Arthur Bernardes, acabaram alcançando, em 1930, a direção do estado, estabelecendo um novo arranjo das forças políticas estaduais que, em consonância com as diretrizes políticas de Getúlio Vargas, teve na batuta do médico Pedro Ludovico Teixeira a orquestração da dinâmica política goiana a partir de então.

A começar pelo discurso inaugurador dessa elite que se instalou no poder político em Goiás, percebe-se uma tentativa de reordenação da experiência temporal, ou melhor, um esforço de rearranjo da própria historicidade dos goianos. O "tempo novo", o do desenvolvimento, do progresso, da modernização, representado por essa nova configuração política trazida pela Revolução de 30, se contrapunha ao passado imediatamente anterior, o "tempo velho", o da "República Velha", o "tempo das oligarquias", dos desmandos políticos, do mandonismo local e do atraso que grassava no estado. Essa negação do passado recente, prenhe de elementos ético-políticos, vinha revestida de um projeto de futuro: o da modernidade em Goiás. Tendo como seu

[61] Dentre as várias pesquisas que se debruçaram, de forma cêntrica ou pontualmente, sobre a Revolução de 1930 em Goiás, podemos citar: a tese de doutorado de Ana Lúcia da Silva (1982), Palacin (1986), Machado (1987), Chaul (1985), a tese de doutorado de Chaul (1995), Costa (1994), Gomide (1999), dentre outras.

[62] Sentença histórica apresentada pela historiadora Ana Lúcia da Silva (SILVA, 2005) em sua tese de doutorado e que foi refutada Chaul (2002) e criticada por Machado (1987). Apesar das críticas a essa assertiva, outro argumento de Ana Lúcia da Silva, contido nessa tese, acabou sendo apropriado por vários historiadores que analisaram esse fenômeno histórico: o de que as oligarquias do sul e sudoeste se opuseram, politicamente aos Caiado durante os anos 1920, pois havia uma incompatibilidade entre seu ascendente poder econômico e o parco poder político que desfrutavam.

[63] Nesta época, década de 1920, o grande mandatário político de Goiás era o Senador Antônio Ramos Caiado, popularmente conhecido como "Totó Caiado".

paladino o doutor Pedro Ludovico Teixeira, com seu discurso médico-higienista, o corolário dessa modernidade goiana se materializaria num espaço moderno a ser construído para os goianos: a nascente capital Goiânia.

Em *Quatro Tempos de Ideologia em Goiás* (1986), o saudoso historiador Luis Palacin, ao debruçar sobre o relatório de governo que o interventor Pedro Ludovico apresentou a Vargas em 1933, já nos alertava para a incongruência entre o discurso do líder dos revolucionários de 30 em Goiás e suas práticas políticas. Numa tessitura narrativa permeada pela ironia, Palacin, ao mesmo em que crítica a incompatibilidade entre o discurso e a prática política de Pedro Ludovico, faz uma autorreflexão, igualmente irônica, indagando se estaria ou não cometendo um equívoco historiográfico ao imprimir uma leitura sobre o relatório de 1933 já tendo a clareza da forma como o "governo revolucionário" se comportou em Goiás nos anos vindouros. Para além dessa crítica que foi endereçada por alguns expoentes da "historiografia acadêmica" ao discurso modernizador ludoviquista, importa-nos, agora, é ressaltar que esse discurso da modernidade em Goiás e do papel de Pedro Ludovico como grande artífice desse "tempo novo" no estado, encontrou sua guarida institucional e sua primeira grafia histórica a partir da criação do IHGG, em 1932, e da atuação de estudiosos ligados a seus quadros. Aliado ao empenho de integração de Goiás à nação, ou também da tentativa de se procurar no passado rastos, indícios, traços, que fundamentassem uma especificidade identitária, com a existência do IHGG, esse projeto de memória regional fora ampliado. Não se tratava mais só de recuperar fatos importantes, datas marcantes, reunir personagens célebres, ou dar sentido ao passado político-administrativo do estado, era preciso incluir e monumentalizar o empreendimento político ludoviquista. Escrever sobre história de Goiás, dizer quem eram os goianos, a partir de "agora", passava, necessariamente, por considerar a dita "modernidade" inaugurada com Pedro Ludovico e que seria consagrada com a edificação de Goiânia.

Neste sentido, é preciso esclarecer que alguns integrantes do grupo intelectual que contribuiu com a revista *A Informação Goyana*, e que compartilhavam de sua linha editorial, também estiveram ligados à criação ou se tornaram patronos do IHGG[64]. Estudando a trajetória dessa "Casa de Saber" (o IHGG), Giovana Tavares (2000) afirmou que a primeira tentativa de criação dessa entidade remonta o ano de 1862, quando o Presidente de Província Caetano Alves de

[64] O médico Antônio Americano do Brasil e o Major Henrique Silva tornaram-se patronos, respectivamente, das cadeiras nº 33 e 38 do IHGG.

Souza Filgueiras oficiou ao presidente do IHGB um pedido de criação de uma instituição congênere em Goiás, entretanto, a ideia não vingou. Posteriormente, já no século XX, o médico Antônio Americano do Brasil, então ocupante da pasta da Secretaria do Interior e Justiça do estado, propôs, em 1918, ao governador João Alves de Castro a criação dessa entidade. O chefe do executivo, por conseguinte, enviou projeto à Assembleia Legislativa, quando foi sancionada a Lei nº 629, de 02 de agosto de 1918, estabelecendo "[...] a primeira instituição científica onde seriam produzidas obras de cunho geográfico e histórico sobre o Estado" (TAVARES, 2000, p. 32). Não obstante, por questões de ordem política e material, a lei permaneceu letra morta. Mas, finalmente, em 1932, durante o governo do interventor Pedro Ludovico, o Secretário do Interior e Justiça do estado, José Honorato da Silva e Souza, sob o argumento da importância dos estudos de história e geografia para o desenvolvimento cultural de Goiás, convocou alguns conspícuos goianos para participarem da reunião que debateria a criação do IHGG:

> Foram convidados para participar da discussão professores do Lyceu de Goiaz e da Faculdade de Direito, pessoas que naquele momento representavam a intelectualidade goiana. A reunião deu-se na cidade de Goiás, até então capital do estado, e contou com a presença de membros do governo e simpatizantes que solicitavam mudanças, dentre elas as de ordem cultural (TAVARES, 2000, p. 34).

Segundo Tavares (2000, p. 52), a maioria das pessoas que participaram diretamente da fundação do IHGG, como José Honorato da Silva e Souza, Alfredo de Faria Castro, Ignácio Bento de Loyola, Luis Ramos de Oliveira Couto, Colemar Natal e Silva, Dario Délio Cardoso, Augusto da Paixão Fleury Curado, Zoroastro Artiaga, Agnelo Arlington Fleury Curado e Francisco Ferreira, era de bacharéis em Direito, ligados ou ao Lyceu ou à Faculdade de Direito de Goyaz, com exceção de alguns engenheiros ou farmacêuticos.

A solenidade de instalação do IHGG, porém, ocorreu em 17 de setembro de 1933, no salão nobre do Lyceu de Goiaz, sob a presidência de Colemar Natal e Silva. Na ocasião, realizou-se a posse e diplomação dos associados, tendo o interventor estadual, Pedro Ludovico Teixeira, que se encontrava presente ao evento, recebido o título de presidente de honra da entidade. Já José Honorato da Silva e Souza, Henrique Silva e Americano do Brasil (já falecido) receberam o título de sócio grande benemérito.

Considerando toda a intensa dinâmica e impasses políticos, administrativos, financeiros que envolveram a transferência da capital, da cidade de Goiás para Goiânia, o IHGG teve suas

atividades paralisadas ainda em setembro de 1933, sendo retomadas em 25 de junho de 1938, quando ocorreu a Assembleia Geral da entidade. Para aclarar essa efetiva atuação do IHGG, sob os arautos da administração do "agora" governador[65], não mais interventor, Pedro Ludovico Teixeira, permitimo-nos trazer algumas valiosas reflexões feitas por Giovana Tavares (2000). Primeiramente, a pesquisadora ressaltou que o retorno das atividades do IHGG foi marcado pela publicação do Decreto-Lei nº 824, de 10 de junho de 1938, o qual conferia à entidade a importância de dois contos de réis, para a aquisição de objetos e materiais gráficos necessários ao funcionamento do instituto. Ademais, o mesmo dispositivo jurídico concedia, gratuitamente, ao IHGG, a designação de um lote e a construção do edifício-sede, cuja planta ficaria ao encargo da Superintendência Geral das Obras de Goiânia. Para essa edificação, o orçamento seria composto também com recursos dos municípios goianos, de acordo com seus patamares orçamentários, mas tendo como contrapartida do IHGG, o posterior estudo da história e dos limites que envolviam esses municípios contribuintes. Outra questão igualmente interessante levantada por Tavares foi o fato de que a maioria do grupo intelectual que atuava no IHGG se colocou a favor, politicamente, de Pedro Ludovico, rejeitando o quadro político anterior marcado pela hegemonia dos Caiado. Além disso, chamou atenção para o fato de que muitos deles exerciam "[...] funções no Estado, seja como juristas, seja como pesquisadores, seja como professores do ensino médio ou universitário" (TAVARES, 2000, p. 57).

Considerando, então, que foi sob a administração ludoviquista que o IHGG, um desejo antigo da intelectualidade goiana, saiu efetivamente do papel; tomando-se em conta que, além de ter viabilizado recursos para a construção de sua sede, o governador a instalou num local privilegiado[66] e ainda custeou despesas do instituto; considerando ainda que Ludovico foi consagrado não só presidente de honra, como também patrono da cadeira nº 1 da entidade; é inelutável que a relação que essa "Casa de Saber" estabeleceu com essa personalidade política[67] tem muito a nos dizer sobre a forma como esses intelectuais, ligados ao IHGG, encaminharam um projeto de memória regional a partir daquele panorama político vivido por eles, seja através de

[65] Em 1935, Pedro Ludovico foi eleito governador por via indireta.

[66] A sede do IHGG se localiza na confluência da Rua 82 com a Av. 85, no Setor Sul, em Goiânia, defronte à residência oficial do governador, o Palácio das Esmeraldas.

[67] É fundamental, ainda, destacar a criação, em 1931, da cadeira de História de Goiás, na Escola Normal da capital do Estado. Incluir essa disciplina no currículo de um curso de formação de professoras revela a preocupação do interventor, Pedro Ludovico, em estender para a educação, não só seu projeto político modernizante, na tentativa de diferenciação do governo anterior, como também seus direcionamentos no sentido de produzir uma memória regional valorizadora de elementos genuinamente goianos. Para melhor visualização desse tema, ver (RIBEIRO, 2011).

suas discussões internas, ou de suas celebrações, mas, principalmente, por meio de seus textos sobre história de Goiás. É no interior desse debate que acreditamos residir a importância de se recuperar alguns escritos do professor Zoroastro Artiaga e de Colemar Natal e Silva.

Estabelecendo-se à sombra do "bandeirante do século XX"[68], os colóquios e textos fermentados no interior do IHGG, assim como típico da década de 1920, estavam orientados, em grande medida, por esse empreendimento de efetiva integração de Goiás à nação. Entretanto, nesse contexto de fins dos anos 30[69] e início da década de 40, havia um ingrediente político que apimentou essas reflexões intelectuais: a vigência do Estado Novo. Havia uma sintonia fina que modulava o discurso de Pedro Ludovico à ideologia estado-novista. Nesse sentido, muitas discussões travadas no IHGG também foram pautadas a partir de diretrizes estabelecidas pela política de Vargas, especialmente no tocante ao papel da Marcha para o Oeste no desenvolvimento brasileiro e de Goiás. Não podemos esquecer que a nova capital constituir-se-ia na materialização desse ideário valorizador do centro do país. Ademais, a própria visita do presidente Vargas a Goiânia, em 1940, demonstrou o interesse do mandatário em prestigiar essa "modernidade" nascente no sertão. E para sacramentar, o Batismo Cultural de Goiânia, em 1942, emprestou um tom apoteótico à jovem cidade ao realizar eventos de relevo cultural e por congregar várias personalidades políticas e da intelectualidade brasileira. Portanto, em meio a todos esses feixes ideológicos e imersos a esses acontecimentos marcantes da vida social e política goiana, os membros do IHGG, insignes intelectuais que eram, não só participaram efetivamente desses eventos, como também absorveram o conteúdo de muitas dessas ideias políticas, transportando-as para os debates que levedaram nessa "Casa de Saber".

Manuseando com destreza as atas das sessões do IHGG, no período de 1938 a 1970, Tavares (2000) revelou que muitos colóquios ocorridos na Casa estiveram voltados para a discussão a respeito de fatos, datas e personagens que marcaram a história de Goiás. Nesse ambiente de debates sobre a história goiana, biografias e feitos de "homens ilustres" eram

[68] Antonomásia criada por Colemar Natal e Silva para se referir a Pedro Ludovico, ver (OLIVAL, p. 178, 1992).

[69] Outro fato importante de fins da década de 1930 e que demonstrava esse entusiasmo por criar essa ambiência cultural em Goiânia e, *pari passu*, valorizar a produção intelectual goiana, foi a instituição, em 21 de abril de 1939, da Academia Goiana de Letras (AGL). Conforme Tavares (2000, p. 43), grande parte dos sócios fundadores da AGL eram de escritores também ligados ao IHGG, o que comprova uma sintonia e um fervor comum entre esses intelectuais goianos da época. Inspirada no modelo da Academia Brasileira de Letras (ABL), a AGL foi idealizada por Colemar Natal e Silva e contava, em seus quadros, com "homens de letras" de diferentes formações e também com políticos, dentre eles, o próprio Pedro Ludovico.

remontados, datas consideradas importantes eram revolvidas e convertidas em efemérides, “mitos de origem” eram demarcados, experiências exemplares eram recuperadas e, mesmo que recente, a construção de Goiânia já era solenizada. Nesse esforço por celebração de um passado (e de um presente) glorioso, o IHGG, paulatinamente, foi se consolidando como um espaço de retenção das tradições, como um lídimo guardião da memória goiana, e isso, indubitavelmente, reverberou na produção historiográfica exarada por estudiosos de seus quadros.

## 2.2. – Construindo história(s) de Goiás: um diálogo com a tradição do IHGB

### 2.2.1. – Americano do Brasil: médico por formação, historiador por vocação

Retraçar, mesmo que brevemente, algumas informações pregressas[70] da vida de Antônio Americano do Brasil, significa palmilhar a trajetória de um homem que se mostrou irrequieto, política e intelectualmente falando, com a integração de Goiás ao cenário econômico, político e cultural do país. Nascido em 28 de agosto de 1892, no município de Bomfim, atual Silvânia-GO, Antônio Americano do Brasil era filho de Elisa Maria de Sousa e de Antônio Eusébio de Abreu Júnior. Em 1910, quando tinha 18 anos, seguiu para o Rio de Janeiro com o objetivo de estudar no Ginásio Petrópolis. No ano seguinte, foi aprovado no exame de habilitação e se matriculou na Faculdade de Medicina da Praia Vermelha. Em 1917, juntamente com seu tio, Henrique Silva, fundou a revista *A Informação Goyana*[71]. Retornou a Goiás, em 1918, para assumir, no governo de João Alves de Castro, a pasta da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça de Goiás e, em sua administração, fez com que o jornal *Correio Oficial*[72] voltasse a ser impresso numa gráfica própria e circulasse com regularidade. Em 1919, foi nomeado 1º Tenente Médico do Exército, sendo lotado no Batalhão de Caçadores de Vila Boa, em Goiás. Dois anos depois, foi eleito Deputado Federal e durante sua legislatura apresentou o projeto de lei, que depois seria sancionado pelo presidente Epitácio Pessoa (lei nº 4.494), estabelecendo a pedra fundamental da futura capital do Brasil que se situaria no Planalto Central. Inclusive, no dia 07 de setembro daquele ano, como parte das comemorações do Centenário da Independência, Epitácio Pessoa ritualizou o lançamento da pedra fundamental da futura capital nas proximidades de onde hoje é o município de Planaltina-DF. Em 1925, em certo ostracismo político e com problemas familiares, instalou-se em Santa Luzia, atual Luziânia-GO, onde atuou como médico e professor. Aos 20 de abril de 1932, para muitos, por motivos fúteis, foi assassinado por Aldrovando Gonçalves em

[70] Essas informações foram extraídas da edição de 1980 de *Pela história de Goiás*, de Americano do Brasil. Essa introdução, escrita por Humberto Crispim Borges, preludia uma obra que reúne artigos e discursos de Americano do Brasil. Publicada, originalmente, em 1922, a obra foi intitulada de *Pela Terra Goiana.*

[71] Conforme Dinair Silva, "[...] Americano figurou como diretor [da revista] até o oitavo número da publicação, em virtude de seu ingresso na política partidária goiana" (SILVA, 1982, p. 15).

[72] O jornal *Correio Oficial de Goyaz* começou a circular na Província, em 1837, depois que o Presidente José Rodrigues Jardim comprou a Tipografia Oliveira, pertencente ao Comendador Joaquim Alves de Oliveira. Nesta tipografia, instalada em Meia Ponte, publicou-se, entre o período de 1830 e 1834, o primeiro periódico goiano *A Matutina Meiapontense*. Rodrigues Jardim transferiu a tipografia para a cidade de Goyaz, fazendo dela um veículo de publicações oficiais.

Santa Luzia. Rendendo-lhe homenagens por sua produção intelectual, o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás lhe dedicou a cadeira nº 33, assim como se tornou patrono da cadeira nº 09 da Academia Goiana de Letras.

Dinair Silva (1982), num estudo sobre a vida e obra de Americano do Brasil, creditou grande ascendência do pai, um destacado professor de línguas e fundador de várias escolas em Goiás, e do tio, Major Henrique Silva, defensor irrestrito das potencialidades e da cultura do estado, na formação intelectual desse goiano: "[...] Americano do Brasil foi fortemente influenciado pelo pensamento e ação de dois homens ligados ao seu ambiente familiar: Antônio Eusébio de Abreu, seu pai, e Henrique Silva, seu tio-avô" (SILVA, 1982, p. 15). Outro fato também decisivo para sua atuação intelectual, sobretudo como historiador[73], foi ter assumido a pasta da Secretaria dos Negócios do Interior e Justiça de Goiás em 1918. Durante sua gestão, Americano do Brasil teve livre acesso a uma farta documentação histórica, o que lhe favoreceu em sua empreitada historiográfica. É importante também relembrar que, em sua administração, solicitou ao chefe do executivo estadual, João Alves de Castro, a criação do IHGG, proposta que foi convertida em lei, mas que não saiu do papel. Todo esse envolvimento de Americano com a laboriosa, mas prazerosa, prática da pesquisa e escrita da história pode ser comprovada através dos vários artigos que publicou tanto na revista *A Informação Goyana,* como no jornal *Correio oficialde Goyaz,* e que versaram sobre eventos, personagens, locais e datas marcantes da história goiana.

Além de ter proposto a criação do IHGG, entidade congênere ao instituto brasileiro, Americano manteve alguns laços intelectuais com essa agremiação nacional[74]. Em 1921, redigiu para o Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do IHGB[75], um breve resumo sobre a

[73] Americano ainda produziu trabalhos como folclorista e genealogista.

[74] Consta ainda que Americano do Brasil, por meio de recursos da Câmara Federal, doou um busto de bronze do tenente-general Joaquim Xavier Curado, Conde de São João das Duas Barras, para ser colocado na galeria do IHGB. O tenente-general goiano teria lutado, bravamente, na Guerra Cisplatina, por isso, a homenagem (TAVARES, 2000).

[75] Lúcia M. P. Guimarães (2007) afirmou que, por ocasião das comemorações do Centenário da Independência, em 1922, o IHGB lançou o primeiro volume, dividido em duas partes, de um trabalho coletivo que se pretendia de grande envergadura: o *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*. A edição do *Dicionário*, embora tenha sido concebida quase uma década antes, era planejada para 1922 e abrigava em seu cerne um escopo didático, para que o público leigo pudesse conhecer a grandiosidade histórica e geográfica do Brasil. O primeiro procedimento tomado pela comissão responsável pela organização da obra foi elaborar questionários para que as administrações estaduais respondessem, mas diante da falta de êxito na proposta e das proximidades do centenário, arregimentou-se intelectuais locais para a confecção de alguns textos, como foi o caso de Americano do Brasil. Pela exigüidade de tempo, nas comemorações do Centenário da Independência foi publicada uma espécie de *Introdução Geral do Dicionário,* o que não correspondia aos objetivos iniciais da obra, sendo assim, nem todos os textos sobre os estados foram publicados na dimensão originalmente pensada.

história de Goiás, abarcando desde o período de 1722 a 1889[76]. Em 1924, publicou na Revista do IHGB um texto sobre a trajetória, em Goiás, de um dos fundadores do instituto, intitulado *Cunha Mattos em Goiás – 1823 – 1826*[77]. Antes de morrer, porém, em 1931, cedeu ao governo do estado, sem remuneração pecuniária, os direitos autorais do que viria a ser sua mais conhecida obra de história, *Súmula da História de Goiás*[78]. O livro, que já vinha sendo rabiscado desde a versão confeccionada para o *Dicionário* do IHGB e de outros escritos já elaborados por Americano, foi utilizado como manual didático na recém criada cadeira de história de Goiás no curso da Escola Normal, tornando-se, conforme Ribeiro (2011, p. 302), "[...] na primeira sistematização da História de Goiás usada em sala de aula" [79]. O próprio Americano ressaltou a importância dessa cadeira para o ensino de história em Goiás: "A recente criação da cadeira de História de Goiás na mais nova reforma do Regulamento da Escola Normal, veio corresponder a uma forte dose de otimismo quanto aos horizontes futuros do ensino de nossa historiografia em Goiás" (BRASIL, 1961, p. 22). Um dado também interessante e, ao mesmo tempo, emblemático, relativo à instituição dessa cadeira, cuja responsabilidade ficou ao encargo do professor Colemar Natal e Silva, foi a apoteose em que se transformou um rito aparentemente ordinário da Escola Normal:

> A cadeira de História de Goiás foi solenemente inaugurada através de um ato político em que estiveram presentes o interventor, todo o secretariado, autoridades municipais e federais, professores e intelectuais do estado, formalizando de maneira até então nunca registrada, o início de uma atividade docente aparentemente tão cotidiana como a execução de uma decisão estabelecimento em regulamento. A cadeira foi entregue a Colemar Natal e Silva, nomeado diretamente pelo secretário de Interior e Justiça e não pelo diretor da Escola Normal, Francisco Ferreira, delineando o papel político estratégico que a ela se atribuía (RIBEIRO, 2011, p. 288).

Entendemos que a inclusão dessa disciplina curricular e, no mesmo contexto, a criação do IHGG, são provas incontestes de que "a história" era parte importante nos planos políticos (e por

[76] Informação também extraída da introdução escrita por Humberto Crispim Borges (BRASIL, 1980).
[77] BRASIL, A. Americano do. *Cunha Mattos em Goiás – 1823-1826*. RIHGB, Rio de Janeiro, tomo 96, vol. 150, 1924, p. 177-253.
[78] Importante ressaltar que *Súmula da História de Goiás* teve três edições: a primeira de 1932, a outra de 1961 e a terceira de 1982. As duas últimas, é fundamental que se diga, trazem inúmeras notas esclarecedoras e comentários escritos por Humberto Crispim Borges e que não fazem parte do texto original do autor. Lido com desatenção, o texto pode induzir o leitor/intérprete a considerar que o texto de Americano tinha a preocupação com o esclarecimento de informações e que era dotado de uma estrutura que não está posta na primeira edição.
[79] Nesse sentido, embora seja difícil mapear essa ressonância, é possível inferir a dimensão do alcance que os escritos de Americano do Brasil tiveram na formação de uma cultura histórica em Goiás, tendo em vista que várias professoras formadas pela Escola Normal, provavelmente, tenham ministrado aula de história regional tendo como referência o trabalho de Americano, como bem observado pela historiadora Miriam B. Ribeiro (2011). Segundo a mesma, nessa época, o livro adotado era mais determinante do que propriamente o currículo planificado (RIBEIRO, 2011, p. 289).

que não ideológicos) desse governo que se instalava naquele momento. Ensinar, através da *Súmula*, história de Goiás às professoras do estado; viabilizar sua aprendizagem por parte de alunos e alunas dos diferentes quinhões goianos; conceber uma casa guardiã das tradições e da história regional, constituíram-se em gestos institucionais reveladores de um projeto de memória subjacente. Passando ao largo do isolamento e do atraso que vincavam a imagem de Goiás, esse empreendimento abrigava a tentativa de se refazer os vínculos dos goianos com seu passado: seja valorizando alguns feitos, seja enaltecendo datas importantes e acontecimentos marcantes, seja avivando certos personagens ilustres que "mereciam" ser lembrados pela história do estado. Não esquecendo, é claro, de incluir seu presente glorioso, a "modernidade nascente" na região. Em suma, tratava-se de um empreendimento identitário sequioso por narrar e apreender sua própria história a partir de um determinado projeto de memória regional. E, embora já tivesse falecido quando essas diretrizes, efetivamente, foram colocadas em prática, em Americano do Brasil encontramos um modelo de prática historiográfica em que essas pretensões identitárias também estavam vigorosamente presentes. Para, então, dar concretude a essas assertivas, encetaremos nosso percurso pelos caminhos de uma produção histórica autodidata em Goiás, explorando duas obras de Americano do Brasil: *Súmula da História de Goiás* e *Pela História de Goiás*[80].

O primeiro aspecto digno de menção diz respeito à narrativa episódica, cronológica, de natureza político-administrativa, que caracteriza a *Súmula*. Essa cadeia cronológica construída narrativamente encerra um esforço em se produzir uma síntese histórica que conferisse unidade aos fenômenos do passado. Abarcando desde as bandeiras paulistas que adentraram ao sertão dos índios *goyaze,* nos séculos XVI e XVII, até a proclamação da República, o próprio sumário da *Súmula* indicia para esse exercício de compêndio pautado pela cronologia histórica. Enfim, trata-se, em linhas gerais, de uma narrativa assinalada pela preocupação em demarcar precisamente o tempo em que os fatos pretéritos aconteceram e de contar uma história político-administrativa de

[80] Esta última obra consiste numa coletânea de artigos publicados por Americano em *A Informação Goyana* e no *Correio Oficial*. É preciso, porém, salientar que, embora esse artigos tenham, poderíamos dizer, uma tonalidade jornalística, resolvemos trazê-los para o interior de nosso exame, pois acreditamos que eles não diferem muito do teor e da forma como Americano encaminhou sua narrativa historiográfica, por exemplo, na *Súmula*, apesar do caráter sintético subsumido a essas publicações em periódicos.

Goiás[81]. Para elucidar o teor desse modelo de narrativa que impera na obra de Americano, trouxemos alguns excertos da *Súmula*:

> Tomando posse D. Marcos de Noronha, em 8 de novembro de 1749, empreendeu a determinação e reconhecimentos das balizas de seu govêrno (BRASIL, 1961, p. 66).
> [...]
> Tornando do norte, foi pouco depois nomeado, D. Marcos de Noronha, a 2 de fevereiro de 1754, para alto cargo de vice-rei do Brasil, sucedendo-lhe na administração da Capitania, José Xavier Botelho e Távora, conde de S. Miguel (BRASIL, 1961, p. 66).
> [...]
> A História da Província está ainda inédita no largo período que medeia entre 1824 e 1889. Dela, apenas, vamos fornecer um pálido resumo, uma breve notícia [...]. No decurso desses sessenta e cinco anos de vida administrativa, assentaram-se na cadeira governamental trinta e um presidentes e dez vice-presidentes, tendo, alguns dos últimos, dirigido os destinos da Província, em mais de um interregno (BRASIL, 1961, p. 97).

Essa narrativa linear, que segundo Guimarães (1988) e Diehl (1998), para o caso de IHGB, tratava-se de uma herança da tradição iluminista[82], também vinha tangida pela tentativa de se filtrar, do passado, alguns feitos, datas e personagens que pudessem ser tidos como exemplares para o presente. Além da ênfase biográfica contida na *Súmula*, Americano não só mergulhou no passado orientado por questões políticas, como procurou extrair, desses eventos pretéritos, exemplos para seu presente e à posteridade. No caso da historiografia oitocentista elaborada pelo IHGB, esse conteúdo exemplar presente em muitos textos foi visto, por alguns autores[83], como manifestação da *historia magistra vitae*:

> A *historia magistra vitae* não é apenas um adágio erudito, que se encontra em várias partes do discurso de Barbosa [Januário da Cunha], mas um princípio organizador que justifica e ao mesmo tempo orienta as investigações do IHGB. Eternizar, salvar os fatos são fórmulas que provêm desse princípio. Duas instâncias da mesma operação, eternizar e salvar, apesar de tudo, não se confundem: eterniza-se aquilo que é suscetível de se tornar memorável, e cuja definição depende de uma série de disposições teóricas e políticas. Com efeito, após sua eternização, o fato deve ser salvo, o que, por sua vez, pressupõe certo número de procedimentos metodológicos cobrindo um campo que começa com a descoberta das fontes e se estende até a produção textual (CÉZAR, 2011, p. 97).

[81] Nos autores do século XIX, sobretudo em Silva e Souza (1849) e em Alencastre (1864; 1865), a escrita da história de Goiás já se mostrava fixada por esse formato que privilegia o encadeamento factual de eventos político-administrativos, baseados numa cronologia.

[82] Essa noção de tempo linear iluminista apresentaria um encadeamento dos fatos como uma continuidade histórica em constante aperfeiçoamento, portanto, marcado pela noção de progresso.

[83] Dissertando sobre o sentido das análises biográficas produzidas no IHGB, o professor Temístocles Cézar afirmou: "[...] se alguém no Brasil praticou um ato digno de ser escrito, os historiadores do IHGB estão em prontidão para registrá-lo" (CÉZAR, 2011, p. 106). Já para o professor Manoel Salgado Guimarães (1998), a concepção exemplar de história manifestada, também, no ardor biográfico presente no IHGB, intentava não só propiciar exemplos para as gerações vindouras, como também construir uma galeria de heróis nacionais.

Com relação a esse tema, é fundamental abrirmos um parêntese teórico. Apesar de acreditarmos que essa história exemplar, também presente nos escritos desses historiadores autodidatas, seja fruto desse diálogo com a tradição do IHGB, preferimos considerar que os mesmos elaboraram narrativas prenhes de exemplaridade com vistas a saciar determinados princípios orientadores. Pela quadra histórica em que foram produzidos (décadas de 1930 e 1940), julgamos ser problemático assinalar, categoricamente, que a *historia magistra vitae* constituiu-se no *topoi* predominante nesses trabalhos históricos. Tal reserva se justifica pelo fato de que Reinhart Koselleck, em sua sólida história dos conceitos (*Begriffsgeschichte*), demarcou a gradativa dissolução desse *topos* na historiografia europeia a partir do século XVIII. Examinando a maneira como os historiadores, durante séculos, orientaram-se por esse princípio, Koselleck (2006, p. 41-60) analisou as circunstâncias históricas da passagem lexical da *Historie* para a *Geschichte* no espaço da língua alemã, ressaltando que esse deslocamento contribuiu para que se esvaziasse, no decorrer da época moderna[84], o sentido da "história como mestra da vida". Por isso, embora a essência desse princípio se conserve, preferimos pensar esses elementos orientadores contidos nos textos desses historiadores goianos a partir da tipologia da *constituição histórica de sentido* sistematizada por Jörn Rüsen. Tal questão será discutida no último tópico desse capítulo.

Feita, então, essa opção teórica, é importante ter presente que nas linhas traçadas por esses goianos em vertente, o recurso a esse conteúdo exemplar, no qual a história é encarada como palco de experiências modelares (tanto ao presente quanto ao futuro), trazia a reboque elementos de uma memória histórica que se desejava fixar:

> Nesse govêrno, a província passou por um profundo golpe de pesar: a 27 de outubro de 1842, faleceu no Rio de Janeiro o senador José Rodrigues Jardim, expoente máximo da política de Goiás, vindo sua influência do antigo govêrno provisório. Coronel dignitário de ordenanças, secretário do governo provisório, membro do conselho administrativo e vice-presidente no govêrno Lopes Gama, Presidente da Província e finalmente Senador, seu nome passou à história, como exemplo de tenacidade na vida pública (BRASIL, 1961, p. 107)

> Os goianos adivinharam que muito iam dever no presente e no futuro à primeira autoridade militar da província, pois o receberam com inequívocas provas de gentilezas e de grande afeto, como o próprio Cunha Mattos escreveu ao ministro da Guerra, dias depois. [...] Cessam aqui minhas notas sobre Cunha Matos, uma das mais eloqüentes personagens da História de Goiás. Estas linhas são de homenagem à memória do insigne beletrista a quem Goiás tudo deve de sua Corografia e muito de sua História e de sua

[84] Á semelhança do teórico alemão, François Hartog, definindo a *historia magistra vitae* como o "antigo regime de historicidade", ressaltou que tal regime foi substituído, em fins do século XVIII, por um "regime moderno de historicidade". Este último, por seu turno, teria experimentado uma ruptura a partir de 1989 (HARTOG, 2003).

> Cartografia. Nenhum goiano até hoje fez mais pela divulgação do ameno torrão central, cujos arcanos Cunha Matos devassou em 1823 em penosas viagens (BRASIL, 1980, p. 141 e 168).

Por outro lado, é preciso reaver a constatação de que o texto de Americano consiste numa narrativa centrada na administração política da capitania/província de Goiás. Com efeito, essa perspectiva histórica, marcadamente política e revestida de caráter elitista, acabou por materializar-se num relato histórico praticamente ausente de atores sociais pertencentes às camadas menos abastadas. As grandes autoridades políticas, os sujeitos ilustres da sociedade goiana, ocuparam largas linhas da narrativa sobre o passado da região. Os índios também figuraram com constância na escrita de Americano. Entretanto, esse registro histórico sobre os nativos referiu-se, com maior frequência, aos conflitos que tiveram com a população, à relação problemática que estabeleceram com a administração, às políticas de aldeamento e de civilização a foram submetidos, ou ainda, aos bulícios que provocaram em várias ocasiões:

> Foi no governo de D. Luiz que os Caiapós continuaram suas tropelias no sul, atacando as monções e impedindo o trabalho das minas. D. Luiz mandou contra eles Antonio Pires do Campos e mais tarde o Capitão da Conquista João de Godoy Pinto da Silveira, tendo ambos batido os selvagens até as suas últimas habitações, afastando-o cento e cinquenta léguas de Vila Boa (BRASIL, 1961, p. 59).
> [...]
> Deveras ocupou a atenção de D. Marcos de Noronha o problema selvagem: encarregou a Manoel Alves e Gabriel Alves da redução dos gentios Gueguês, Xacriabá, Acroá, que cometiam tropelias pelas povoações do Tocantins. Os Xacriabás foram aldeados e tiveram regimento do próprio D. Marcos (BRASIL, 1961, p. 67).
> [...]
> A questão dos selvagens mereceu-lhe particular cuidado [Caetano Maria Lopez Gama/presidente de província], não tendo sido pouco freqüentes os ataques dos Caiapós e, sobretudo, dos Canoeiros na região do norte (BRASIL, 1961, p. 98).

Nessa mesma esteira político-interpretativa, em a *Súmula*, ressoa um "silêncio ensurdecedor" sobre os negros na história de Goiás. Considerando que se tratava de um estudioso que investigou a realidade goiana dos séculos XVIII e XIX, é instigante o fato de os negros (no interior da instituição escravagista) serem lembrados em um único excerto: "Ainda nesse tempo, os cadáveres eram sepultados nas igrejas da Capital, menos os indigentes e os escravos que o eram antigo no antigo cemitério dos pobres" (BRASIL, 1961, p. 110). Essa perspectiva de abordagem que, praticamente, não inclui a experiência das classes menos privilegiadas, dos africanos e seus

descendentes, em contraste com a contínua presença dos indígenas[85] (naqueles moldes citados), também ditou a tônica das narrativas históricas de Colemar Natal e Silva e Zoroastro Artiaga nas quais nos debruçamos. Sobre esse aspecto, é preciso ressaltar que esses três historiadores pesquisaram, preponderantemente, em documentos oficiais, os quais versavam, em grande medida, sobre questões atinentes à administração pública. Soma-se a isso o fato de explorarem bastante os textos de Silva e Souza (1849), Cunha Mattos[86] (1874 e 1875) e de Alencastre (1864 e 1865), que também primaram por esse olhar voltado para os atos dos administradores, para as experiências de uma elite política em Goiás, enfim, para os acontecimentos políticos da capitania/província. E como a civilização do nativo, entremeada aos esforços destinados à sua catequização, constituía-se numa preocupação secular/temporal, as questões relacionadas aos indígenas tornaram-se um assunto muito recorrente nessas fontes. E, por fim, cabe relembrar que os três estudiosos fizeram parte de uma elite, sobretudo intelectual, em Goiás. À exceção de Artiaga, tiveram sua formação profissional em universidades do Rio de Janeiro, à época Capital Federal, um privilégio que somente membros de abastadas famílias goianas ostentavam. Exercendo atividades políticas e/ou no funcionalismo público, esses três autores tiveram seu "historiar" entrecortado pelo olhar de uma elite que cultivava o gosto pelas letras, pela erudição e cujos escritos sobre o passado apresentaram lentes ajustadas à experiência histórica de sujeitos que pertenciam a uma elite regional.

A escrita da História de Americano do Brasil apresenta outro traço marcante da produção do IHGB. Assim como autores ligados ao Instituto, em certos momentos, buscaram forjar marcos fundantes da nacionalidade brasileira, encontramos, nos textos de Americano, essa apreensão em estabelecer uma espécie de "gênese" para a história goiana. Entrando em contendas interpretativas com cronistas que escreveram no oitocentos, Americano do Brasil conferiu às bandeiras paulistas dos séculos XVI e XVII a responsabilidade pelas "origens" de Goiás, retirando de Bartolomeu Bueno essa primazia:

---

[85] A questão indígena, historicamente, esteve presente nas inquietações político-intelectuais dos membros e dos colaboradores do IHGB. Guimarães (2011a, p. 142-164) pesquisando o conteúdo da revista do IHGB no oitocentos, elencou três temáticas mais recorrentes no periódico: a questão indígena, a história regional e os relatórios de pesquisa e viagens. Segundo o mesmo, a temática indígena foi a que mereceu maior número de publicações no interior da revista. Além disso, salientou que Von Martius e Varnhagen já tinham lançado as bases teóricas para um intenso trabalho desenvolvido pelo IHGB com relação à problemática indígena. Eram reflexões intelectuais dirigidas, em grande parte, para balizar a ação política.

[86] Uma ressalva que não se pode elidir é o fato de que a *Corografia* de Cunha Mattos traz algumas passagens em que relatou aspectos sociais e culturais que envolviam a vivência não só dos brancos, mas também dos "pretos", das mulheres, dos índios e dos "pardos" que habitavam a província de Goiás.

> [...] as memórias anteriores e as grandes exposições de Alencastre e Cunha Mattos deixaram a desejar um mais completo exame dos arquivos paulistas para reformar a tradição do descobrimento e conceder às algaras piratininganas o justo papel no devassamento das terras e das minas auríferas de Goiás (BRASIL, 1961, p. 14)
> [...]
> Desfazem-se alguns fetiches do pórtico da história goiana, mas são substituídos pela realidade dos fatos; altero o significado da bandeira de Anhanguera, mas faço justiça às incursões paulistas que estavam sepultadas no esquecimento; defino o lugar dos bandeirantes e corrijo a injustiça dos séculos; modifico pormenores, mas não desmereço a história (BRASIL, 1961, p. 14)
> [...]
> [...] portanto, eram passados cento e tantos anos da correria dos bandeirantes pelos sertões goianos, quando Anhanguera, o filho, descobriu as ricas minas de ouro; a terra já tinha sido descoberta por Sebastião Marinho em 1592 e reconhecida pelos que seguiram sua trilha (BRASIL, 1961, p. 35)

Em meio à efervescência cientificista que grassava no Rio de Janeiro quando de sua estada na cidade, Americano do Brasil absorveu algumas concepções que acabaram reverberando em seus textos historiográficos. No tocante a esse aspecto, é importante refletirmos com certa acuidade sobre a concepção de História (como conhecimento da experiência humana do passado) desse estudioso goiano. Primeiramente, seguindo a um princípio fundante do IHGB[87], ele também prezava pelo zelo e conservação dos arquivos e endereçava odiosas referências àqueles que não preservavam esses vestígios de passado:

> Mais lastimável ainda é a situação do velhíssimo arquivo da antiga Câmara de Goiás, totalmente desbaratado pelos iconoclastas: do mais famoso repositório da história do Brasil Central nada existe. Não soubemos conservar essa herança dos portugueses; anulamos pela desídia uma das únicas preocupações da velha metrópole em favor da gleba – a conservação de dados para o futuro livro da história (BRASIL, 1961, p. 21)

Seguindo os ensinamentos dos mestres do Instituto e influenciado por esse ardor cientificista[88] da época, Americano do Brasil escrevia suas narrativas à luz de documentos

[87] Segundo Guimarães (1988), trabalho de localização de fontes no Brasil e no exterior, os esforços em seu arquivamento e conservação, foram preocupações que acompanharam, desde o princípio, a trajetória do IHGB. Do mesmo modo, a revista do IHGB se constituiu num importante veículo de publicação de fontes primárias.

[88] Embora reconheçamos o belo trabalho produzido pela professora Miriam B. Amaral (2011), permitimo-nos discordar de uma assertiva presente numa das seções de sua tese de doutorado, especificamente naquela intitulada, *Americano do Brasil e a Súmula da História de Goiás: ensinando a história científica*. Embora Americano tenha vivenciado essa efervescência cientificista, ocorrida nas primeiras décadas do século XX, inclusive, se formando profissionalmente num saber científico (a medicina), julgamos que a utilização da *Súmula* como manual de história de Goiás no curso de formação de professores não significou, necessariamente, o ensino de história científica em salas de aula goianas. Primeiramente, é fundamental ressaltar que a cientificidade da História, nos trabalhos de Americano, não foi colocada como questão, como problema, e sim tomada como um dado, "a ciência de nossas tradições" (BRASIL, 1961, p. 21). Nesse sentido, não há qualquer problematização sobre as condições e procedimentos que

históricos. É importante que se diga, são textos de História assentados, notadamente, em pesquisas na documentação oficial. Em alguns deles, como no artigo intitulado "Centenário de Goiás (1818-1918)", publicado no *Correio Oficial* em setembro de 1918 (BRASIL, 1980, p. 21-23), inseriu, na íntegra, trechos do documento histórico pesquisado, já em outras, deixava transparente suas andanças pela documentação histórica goiana:

> Li pacientemente, nos arquivos de Goiás, a longa e ilustrativa correspondência dessa autoridade militar [Cunha Mattos] que reunia ainda os dotes de exímio beletrista aos de historiadores, geógrafo e filósofo. A farta messe de escritos oficiais de sua abalisada autoria, a refletir linha a linha a grande alma do patriota, devia ter, pelo valor histórico e intelectual, melhor acolhida nas seções de manuscritos das bibliotecas do país, competindo, sobretudo, ao Instituto Histórico, de que foi um dos tradicionais fundadores, adquirir uma cópia ou os próprios originais, pertencentes ao Governo de Goiás (BRASIL, 1980, p. 139-140)
> [...]
> Darei notícia desses papéis que, um a um, passaram por minhas mãos, faz alguns anos: há grande número de ofícios e cartas soltos nos maços de 1823 e 1826, ou do governador ou para o governador das armas, porque Cunha Matos entregou, como devia, à Secretaria do Governo seu volumoso arquivo. [...] Não se pense nos reduzidos ofícios banais da burocracia moderna: os de Cunha Matos são longos e cheios d'alma (BRASIL, 1980, p. 140).

Como sabemos, desde a Escola Histórica Alemã, com *Leopold Von Ranke*, ou propriamente com a Escola Metódica Francesa, de *Langlois e Seignobos*, conhecida por muitos como "positivista", que o procedimento de pesquisa em fontes históricas tornou-se uma *conditio sine qua non* da operação historiográfica. Lendo alguns escritos de Americano do Brasil, somos também levados a classificá-lo como um historiador, comumente, chamado "positivista"[89], pois

---

constituem um exercício científico que se debruça sobre os fenômenos humanos como objeto de estudo. É preciso lembrar que, mesmo entre os metódicos alemães e franceses, conhecidos por buscarem fundamentar suas narrativas, fidedignamente, a partir das informações contidas nas fontes e por preconizarem uma história episódica, de cunho político, essas questões epistemológicas foram colocadas em questão para se pensar o fazer historiográfico científico. Ademais, as narrativas historiográficas de Americano se mostram desprovidas de qualquer tentativa de reflexão sobre um método que constituísse a história enquanto conhecimento científico. Além disso, acreditamos que a história ensinada nessa época, no estado, não era a científica. Tivemos, certamente, por parte dos docentes que ministravam essa disciplina em Goiás toda uma ênfase no ensino de uma história episódica, embasada em acontecimentos político-administrativos, datas e feitos importantes da história regional, mas não preocupada com a discussão sobre os procedimentos que conferiam rigor científico ao estudo da experiência humana do passado.

[89] No Brasil, divulgou-se a percepção de que o historiador positivista era aquele que tinha um apreço tal pelo uso do documento que acreditava que o mesmo falava por si só. Essa noção provavelmente seja oriunda do fato de que o "positivismo" fora confundido com a "escola metódica", sendo assim, alguns procedimentos preconizados e legados por esta última foram atribuídas ao positivismo. Segundo Estevão Martins (2010, p. 12), "a escola que se costumava chamar de "positivista" pode ser também denominada – com mais propriedade – de "escola metódica", já que sua principal preocupação era a de dispor de um método. Essa escola, que fundamentava o progresso da historiografia no trabalho metódico das fontes, sempre foi avessa a qualquer "teoria" ou "filosofia" [...]. Trata-se, antes de mais nada, de uma corrente pragmática e empirista. Por isso, pode ser chamada de escola pragmático-documental ou metódico-

além do culto ao documento, para ele, a "verdade" dos fatos residiria na própria informação contida na fonte histórica:

> Nós, que temos dedicado longo período de existência ao estudo da historiografia goiana, e mais ainda, autor, entre outros, de longo capítulo sobre a parte eclesiástica, entregue ao Instituto Histórico, assim como de vários ensaios atinentes à vida da igreja goiana de outros tempos, como biografia de sacerdotes e a do próprio bispo Dom Francisco, sabemos quão difícil é a tarefa do historiador das causas do Brasil Central, mas nem por isso dispensamos **a verdade dos documentos**[90], mormente quando o terreno já está desbravado (BRASIL, 1980, p. 123).

Nos textos de Americano os quais nos debruçamos, notamos a construção de uma narrativa factual, cronológica, escorada em acontecimentos políticos, atenta às datas, feitos e personagens de vulto e na qual a dinâmica descritiva sobrepujou ao desenho analítico. Do ponto de vista teórico-metodológico, mesmo propugnando que a verdade dos fatos estaria presente nas informações extraídas, fidedignamente, das fontes históricas, a questão da parcialidade ou da imparcialidade do historiador não fora colocada explicitamente. Talvez fossemos induzidos a inferir: já que ele defendia que a verdade dos fenômenos reside na informação extraída do documento, Americano primava pela construção de narrativas históricas desprovidas de elementos valorativos. Enfim, vários aspectos nos conduzem a emoldurá-lo como "positivista". Todavia, ao invés de compartilharmos com essas possíveis inferências, preferimos recorrer a algumas reflexões do professor Jurandir Malerba para pensar sobre as especificidades do historiar de Americano e sobre as possíveis impropriedades em categorizá-lo como "positivista".

Num ensaio intitulado *História, memória, historiografia: algumas considerações sobre história cognitiva e normativa no Brasil*, Jurandir Malerba (2007) questionou a tese do japonês Masayuki Sato fundada na distinção entre uma historiografia cognitiva, que predominaria no Ocidente, e uma normativa, tipicamente do Oriente. Para evidenciar que essa proposição não se

---

documental". Para Bourdé e Martin (1983, p. 117-118), foi erradamente que se classificou e ainda se classifica a escola histórica (metódica) que se impõe na França entre 1880 e 1930 de corrente positivista. Collingwood também insistiu nesta diferenciação ao afirmar que "a historiografia do século XIX aceitou a primeira parte do programa positivista – a seleção dos fatos – embora recusasse a segunda – a descoberta das leis*"* (COLLINGWOOD, 1978, p. 170). Na realidade, os adeptos da escola metódica não foram primordialmente inspirados pelo francês Auguste Comte, e sim pelo alemão Leopold Von Ranke. A partir dessa herança rankeana, os iniciadores da escola metódica, como V. Langlois e C. Seignobos, puseram em causa as filosofias da história, avançaram em fórmulas "científicas", objetivas (ou positivas), isentaram o historiador em julgar o passado e negaram a interdependência entre o sujeito conhecedor (historiador) e o objeto do conhecimento (o fato histórico). Afirmavam, ainda, a possibilidade de o historiador ser imparcial, alheio a qualquer condicionamento social. Neste sentido, confirmaram o documento escrito como fonte histórica primordial e a perspectiva de que é possível conhecer, objetivamente, a verdade dos fatos históricos.

[90] Grifos nossos.

aplica à historiografia no Brasil, Malerba lançou mão da historiografia oitocentista brasileira. Segundo o autor, os historiadores brasileiros do século XIX, a partir da constituição do IHGB, teriam deitado seus olhares sobre as raízes identitárias da nação mirando em dois mitos fundadores: o "descobrimento do Brasil" e a "independência política". Trazendo a lume as interpretações construídas por Adolfo de Varnhagen acerca da independência brasileira, Malerba argumentou que o "esforço cognitivo" do Visconde de Porto Seguro (consistente num trabalho sistemático de pesquisa e crítica das fontes e sedento pela verdade dos fatos) foi enviesado por uma "perspectiva normativa", na medida em que defendera um determinado projeto político de construção do Estado nacional brasileiro. Tal empreendimento político era baseado numa continuidade com a obra portuguesa, nesse sentido, um modelo interpretativo que negava qualquer elemento revolucionário, qualquer ruptura, ou participação popular na independência política brasileira.

Seguindo essa esteira reflexiva, percebemos, nos textos de Americano do Brasil, essa mescla entre elementos "cognitivos" e aspectos "normativos". Sua preconização de um caminho metodológico, consistente na valorização da fonte histórica, onde repousaria "a verdade" dos fatos, apresenta-se entrecortada pelo esforço em extrair, desses vestígios do passado, acontecimentos, feitos, datas e sujeitos históricos tidos como exemplares para uma determinada identidade regional que se buscava fundamentar. Haveria, aqui, não uma superação, mas um amálgama entre o que Diehl (1998) chama de "concepção clássica", presente numa perspectiva exemplar e pedagógica da História, com a "concepção moderna", em que o alcance da veracidade dos fatos passa, necessariamente, pela análise documental.

Na definição de Americano sobre o que consiste a operação historiográfica, encontramos uma acepção de historiador que não se enxerga como imparcial, pelo contrário, se vê como um sujeito do conhecimento marcado por uma miscelânea de atividades intelectuais e de predicados políticos:

> O historiador tem de naturalista, para na primeira página de seu trabalho gravar a descrição da terra com sua flora sua fauna, seu clima, em comunhão contínua com o homem; tem de etnólogo, para amar as componentes de nosso sangue mestiço e compreendê-las na eloquente atividade de seu mourejar, ou nas folganças do lazer, ditando seus cantos e criando suas lendas para ocultar suas mágoas e apurar o misticismo atávico; tem de democrata, para segui-las nas aspirações, entendê-las nos anelos, para frequentar suas palhoças e ouvir suas recriminações, para estudá-las, aristocráticas e evoluídas, nas lutas políticas e entender-lhes os assomos de liberalismo; tem de economista, para apreciar o povo no trabalho e calcular sua projeção futura na carta das

> riquezas; tem de filósofo, para analisar a formação mestiça da pátria, penetrar seus ideais, suas tendências e guiar suas transformações, premidas por novas circunstâncias; tem de erudito, para um completo conhecimento do passado nacional, de suas glórias, de seus anseios inatingidos, de suas tradições; tem de poeta, para fazer dêste complexo um trabalho de vida, de seiva, onde palpite o Brasil antes de tudo, e apareça em nosso caso particular, o nome goiano, como uma copulativa de progresso, de labor e benquerença à unidade territorial (BRASIL, 1961, p.13).

Verificamos que muitos desses elementos presentes no fazer histórico de Americano do Brasil foram comuns à prática historiográfica de Zoroastro Artiaga e Colemar Natal e Silva[91]. Uma escrita da História marcada pelo episódico, pela cronologia, preocupada com a narração de fatos políticos e com o estabelecimento de marcos fundacionais e efemérides para a história goiana. Elaboradas sob o formato de sínteses, essas narrativas mostravam-se tangidas, metodologicamente, pela preocupação em extrair a "verdade" das fontes e, normativamente, pela formulação de uma história de cunho exemplar. Estabelecendo um diálogo com uma determinada tradição do IHGB, esse modelo de historiografia perduraria como dominante em Goiás até a década de 1960.

[91] Esses elementos historiográficos comuns aos "historiadores autodidatas" em Goiás, também se aproximam daquilo que Burke (1992a, p. 10-15) denominou, no caso da historiografia europeia, de "paradigma tradicional". Segundo Burke, esse "paradigma" seria constituído, em linhas gerais, por uma história essencialmente política, preocupada em narrar os acontecimentos em face da análise das estruturas, centrada nos feitos dos "grandes homens" e baseada, metodologicamente, em documentos, sobretudo, oficiais. Além, é claro, da crença na objetividade da história a partir da exposição das informações contidas nas fontes. Esse modelo de história teria sido objeto de crítica pelos *Annales* a partir de fins dos anos 1920.

### 2.2.2. – Colemar Natal e Silva: um jurista aficionado por história

A vida de Colemar Natal e Silva ficou marcada por uma intensa atuação no campo da cultura em Goiás. Um depoimento do escritor José Mendonça Teles, fixado é claro por referências elogiosas típicas das ocasiões comemorativas, talvez consiga epilogar o que foi a vivência intelectual desse "paladino da cultura[92]" no estado:

> Colemar foi o último Dom Quixote da saga dos sonhadores e construtores de Goiânia. Como Pedro Ludovico, como Venerando de Freitas Borges, morreu pobre de bens materiais. Deixou o nome no bronze da história. [...] Colemar Natal e Silva viveu intensamente Goiás. Com ele fecha-se o último capítulo da história pioneira de Goiânia. Foi um homem de pensamento e ação. **Não há, em Goiás, nenhuma entidade cultural que não tenha sido fundada por ele ou que não tenha recebido o calor de suas idéias-força[93]**. Foi um sonhador, o plantador da imensa árvore cultural que sombreia todos os horizontes do Centro-Oeste. Foi um autêntico semeador de futuro (TELES, 2007, p. 15)

Investigando, ainda que concisamente, os caminhos que compõem a sua trajetória pessoal[94], percebemos o quão Natal e Silva foi atuante política, intelectual e culturalmente falando. Nascido em São José do Tocantins, atual Niquelândia, estado de Goiás, em 24 de agosto de 1907, Colemar Natal e Silva era filho Marcelo Francisco da Silva, juiz e deputado federal, e de Eurídice Natal e Silva. Fez os estudos primários com sua genitora, escritora que fundou, em 1904, a Academia de Letras de Goyaz, entidade refundada, em 1939, pelo próprio Colemar como Academia Goiana de Letras (AGL), onde foi presidente (1939-1947). Estudou no Lyceu de Goyaz e, posteriormente, ingressou na Faculdade de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro, onde fundou o Centro Goiano, agremiação que reunia os goianos que estudavam na capital federal. Quando estudante, integrou a Comissão diretora da frente democrática estudantil que defendia a Aliança Liberal. Foi redator da Revista *A Informação Goyana* e colaborador de *O Jornal do Br*asil, de *O Jornal do Comércio* na seção de História. Durante sua estada em terras fluminenses conviveu com Ramiz Galvão, Afonso Celso, Capistrano de Abreu, Max Fleiuss, Rodolfo Garcia, Américo Lacombe. Regressou a Goiás em 1930. Ocupou a cadeira de História de Goiás da Escola Normal e lecionou no Lyceu de Goiaz. Foi Promotor Público, Secretário de Interior e Justiça e Procurador Geral de Justiça. Foi um dos fundadores do Instituto dos Advogados de Goiás (IAG) e do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG), casa a qual presidiu por 42 anos (de 1933-1956 e de

[92] Expressão cunhada pelo escritor Bernardo Élis (OLIVAL, 2007).
[93] Grifos nossos.
[94] Informações estas baseadas em Olival (2007, p. 80-81) e em Teles (1999, p. 187).

1973-1992). Participou da Comissão designada por Pedro Ludovico para escolher o local para a edificação de Goiânia. Constituiu-se no principal articulador da luta pela fundação da Universidade Federal de Goiás no início dos anos 1960, tendo sido o primeiro reitor. Em 1976, tornou-se sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Faleceu no dia 23 de fevereiro de 1996.

Observando as informações consignadas até aqui, é possível, no mínimo, suspeitar que Colemar estabeleceu uma ligação intelectual com o IHGB, até porque esse elo, certamente, foi sedimentado nas mais de quatro décadas em que presidiu o IHGG. A despeito desse indício extraído a partir de dados biográficos, pretendemos demonstrar que o "fazer histórico" de Colemar Natal e Silva seguiu, em linhas gerais, os mesmos moldes dos historiadores autodidatas que militaram em Goiás nessa primeira fase da historiografia no novecentos. Para tal, carreamos ao bojo dessa análise sua famosa *História de Goiás*, escrita em fins dos anos 1920, quando ainda era estudante de Direito no Rio de Janeiro. A primeira edição desse texto, publicada em dois volumes (pela editora *Borsoi & Cia*), data de 1932 e teve prefácio assinado por Conde de Afonso Celso, que havia sido professor de Colemar na Faculdade de Ciências Jurídicas e, naquela época, era presidente do IHGB. A obra teve nova edição em 1979 (pela editora Líder), também em dois volumes, e foi novamente prefaciada por um presidente do Instituto, na ocasião, Pedro Calmon. A terceira edição (via AGEPEL), que praticamente resguardou o conteúdo das anteriores, foi publicada no ano de 2002 em um único volume. Desta vez, o prefácio ficou ao encargo do professor da UFG, à época, presidente da Agência Goiana de Cultura Pedro Ludovico (AGEPEL), o historiador Nasr F. Chaul. Malgrado tenha sido editada por três instituições/empresas diferentes e em períodos históricos distintos, as edições conservaram[95], em grande parte, o conteúdo do texto publicado em 1932, até por isso, julgamos não haver "armadilhas" em utilizarmos a última versão.

Assim como nos escritos de Americano e Zoroastro, *História de Goiás*, de Natal e Silva, consiste numa narrativa essencialmente factual, de encadeamento cronológico[96], voltada para os

[95] Até alguns problemas na editoração, relacionados aos capítulos VIII, IX e X (em que os subtítulos não coincidem com o conteúdo narrado), foram repetidos nas três versões.

[96] Ainda em 1922, o IHGB norteava muitas de suas publicações a partir dessa perspectiva cronológica, herdada da produção do oitocentos. Segundo Noé Sandes, por ocasião do Centenário da Independência, o instituto publicou várias conferências sobre o movimento de emancipação política, reunidas sob o título *O anno da independência,* em que "buscou-se fixar uma cronologia em torno da independência e os conferencistas debruçaram-se sobre cada episódio selecionado" (SANDES, 2000, p. 87). Essa ordenação linear do tempo histórico, para Sandes, representava uma tentativa encaminhar a independência como um "movimento ascendente", o qual amadurecia apontando para a "criação de uma nova nacionalidade" (SANDES, 2000, p. 178).

eventos político-administrativos que ocorreram na história da região, especialmente, no século XVIII[97]. O texto que preludia a obra, intitulado "A Função da História", é muito profícuo para compreendermos a concepção de História do autor e, ao mesmo tempo, para percebemos como sua postura inicial se difere da forma como foi conduzido o restante da narrativa. Isso porque o Colemar, dessa introdução, que dá muita voz a si, como sujeito cognoscente, vai sendo, gradativamente, abandonado em favor de um historiador que empresta maior visibilidade as informações extraídas das fontes consultadas. Nesta seção, Natal e Silva apresenta sua perspectiva, ao mesmo tempo "clássica" e "moderna", de História. "Clássica" porque enxerga os fenômenos pretéritos como um cenário úbere em exemplaridade e acredita que o conhecimento sobre eles pode servir como um instrumento de orientação. "Moderna" porque, além de estar fitado no futuro, credita no método o meio seguro de se encontrar a "verdade dos fatos":

> Desde que o conhecimento das coisas passadas, no curso evolutivo das fases da existência social humana, nos trás de volta com as mais preciosas fontes de cultura e compreensão dos fatos e das eras, a clareza necessária para ligá-las a antever sua evolução para o futuro. A história é, e não podia deixar de ser um dos guias mais seguros aos que mergulham nos tempos, à busca da verdade dos acontecimentos, em quaisquer esferas da atividade humana. Mais do que nunca, então, faz-se mister, para alcançar o futuro, rebuscar o passado (NATAL E SILVA, 2002, p. 23)
> [...]
> A aplicação dos métodos científicos, a par da exatidão absoluta dos fatos mencionados, eis, o que, hoje mais de que nunca, nos leva a crer, a História uma ciência. [...] Na História é assim: a glória da descoberta de uma verdade, oculta, geralmente, o máximo do esforço para obtê-la (NATAL E SILVA, 2002, p. 27 e 30)

Na sua exposição, o papel do historiador, à semelhança dos "metódicos", seria o de desvelar a "verdade histórica" a partir da exploração do material das fontes. Por meio da pesquisa e de sua escrita, o historiador teria a função de coordenar os fatos, de dar harmonia e homogeneidade aos eventos pretéritos que se encontram esparsos na documentação:

> [...] o da harmonia de exposição e da harmonia nos próprios fatos. Cada uma dessas faces é para o historiador uma soma de dificuldades diversas. A homogeneidade, ele não a encontra, geralmente, nos acontecimentos isolados. Tem de fazê-la. Sua ação é para os outros estudiosos que se servem de seu trabalho, um esforço ignorado. Nem por isso, deixa de ser muito grande. Na missão de coordenador de fatos, de eras e de épocas distintas, é que culmina a obra do historiador. É aí que a História faz dele o espírito do passado, para a compreensão do presente e para a decifração do futuro. [...] Depois de remover camadas e camadas de cinzas que séculos e séculos depositaram, - encontraram,

[97] O único capítulo em que extrapola essa delimitação temporal foi naquele em que trata, especificamente, sobre os índios em Goiás, abarcando fenômenos desde 1725 a 1929.

> na verdade histórica, o prêmio maior de seus esforços (NATAL E SILVA, 2002, p. 29 e 30).

A "grande ambição" de Natal e Silva, ao elaborar *História de Goiás*, era confeccionar uma "obra histórica definitiva". Na historiografia europeia, esse tipo de pretensão historiográfica já havia sido alvo de críticas por parte de autores ligados ao historicismo alemão, notadamente, por Max Weber. Não obstante, o estudioso goiano acreditava que tal projeto só foi malogrado porque enfrentou questões objetivas da vida que o impediu de concluir, com êxito, essa obra definitiva:

> A minha grande ambição seria deixar lançada a obra histórica definitiva sobre Goiás. Na absoluta impossibilidade que as circunstâncias me impõem e imporiam a quem quer que fosse, deixo aqui as suas bases, que ao futuro cabe ampliar. [...] Muitas e numerosas terão de ser por certo as lacunas encerradas em nosso Compêndio, organizado em meio de muitos outros trabalhos e de estudos para o último ano jurídico na Faculdade de Direito da Universidade (NATAL E SILVA, 2002, p. 31)

Aproveitando que se formava no centro político-intelectual do país e seguindo uma tradição emanada do Instituto Histórico, Colemar Natal e Silva peregrinou por arquivos de diferentes instituições e estados para encontrar documentos que subsidiassem sua escrita acerca da história goiana. Nessa empreitada, personalidades ligadas ao IHGB contribuíram para o projeto do estudioso goiano, à época, um acadêmico de Direito aficionado por História:

> Os documentos sobre a História goiana, são além de muito raros, esparsos, e muitas vezes, contraditórios. Nos arquivos públicos de São Paulo e Belo Horizonte, no Instituto Histórico e Geográfico, onde encontrei duas grandes boas vontades, em duas notáveis competências: dr. Max Fleiuss e dr. Rodolfo Garcia, na Biblioteca Nacional, e no Arquivo Brasileiro, encontrei muito menos subsídios do que esperava e do que seria lícito esperar, em relação ao que há de outros Estados (NATAL E SILVA, 2002, p. 30-31).

Quanto às fontes pesquisadas fica patente que a documentação oficial, como cartas e provisões régias, cartas dos governadores da capitania, documentos legislativos, dentre outras, foi alvo privilegiado do faro historiográfico de Colemar. Além disso, publicações da RIHGB, a *Memória* de Silva e Souza, a *Chorographia* de Cunha Mattos e, especialmente, os *Annaes* de Alencastre foram textos muito visitados pelo "jurista-historiador".

Embora, na narração histórica de Colemar, impere a estratégia descritiva sobre a analítica, fixada pelo zelo na apresentação da documentação histórica e pelo esforço em extrair as informações que ela poderia fornecer, encontramos vários excertos em que a narrativa se mostra repleta de elementos normativos, constituídos por verdadeiros julgamentos morais acerca de fatos,

atitudes e comportamentos de sujeitos históricos ligados à história de Goiás. Essa postura de Natal e Silva pode ser compreendida a partir de um tipo de fazer histórico que opera, não só na dimensão metodológica, mas, fundamentalmente, na intersecção entre escrita da História e conformação identitária:

> No signo feliz faria o governo de D. José de Vasconcellos, digno de aplauso unânime dos contemporâneos e da consagração posterior de todos os historiadores. Suas obras que a verdade recomeçou, a justiça mandar perpetuar como, senão a maior de todas, uma das maiores, teria de culminar, como culminou com um assunto importante e nunca dantes cogitado: - a instrução. [...] Goiás deve, pois, uma grande parte de sua grandeza. Foi o governo desse benemérito, Dom José a quem os goianos devem dar um pouco de seu espírito e de seu coração, mais popular de todos os governos da capitania (NATAL E SILVA, 2002, p. 334 e 335).

No tocante ao manuseio das fontes, um aspecto, em especial, merece anotação: a grande influência que os *Annaes da Provincia de Goyaz*, de José M. P. de Alencastre, exerceu na confecção de *História de Goiás* por Colemar Natal e Silva. O autor em pauta não somente acessou, em vários momentos, essa narrativa do oitocentos para elaborar citações, como também apropriou-se, na maioria dos capítulos, de alguns documentos históricos presentes no rosário de fontes contido no *Annaes*. E mais do que isso, a forma como estruturou seus capítulos, com certeza, foi inspirada na estrutura capitular construída por Alencastre, que consistia em breves subtítulos, de cunho factual, os quais eram desenvolvidos no transcorrer dos capítulos:

> Capítulo III (1738-1742)
> D. Luiz Mascarenhas sucede ao conde de Sarzedas – Sua ida a Goyaz – Installação de Villa Boa – Medidas vexatorias – Hostilidades dos caiapós – Descobrimento de Amaro Leite – Viagem ao norte – Exploração do rio do Somno – Volta de Mascarenhas a Villa Boa – Morte de Bueno – Ingratidão do governo portuguez (ALENCASTRE, 1864, p. 74)

> Capítulo III (1726-1742)
> 26. Administração de Goiás. Títulos recebidos por Bueno. Transcrição dos privilégios concedidos por D. Rodrigo Cézar de Menezes – 27. Arraial de Sant'Ana. Criação da primeira vila em Goiás – 28. Desenvolvimento da população. – 29. Exploração do ouro. – 30. Criação dos registros à margem do Rio Guarani e em outras partes. – 31. Proibições vexatórias. – 32. Reunião da Junta destinada a estudar a produção das minas em Goiás. – 33. Segue para Goiás o Conde de Sarzedas. Tentativas para elevar Goiás a Capitania independente. – 34. Nova Junta. Conflitos. – 35. Descobrimento de minas no Governo de Sarzedas. – 36. Administração Sarzedas. Os companheiros de Bueno. – 37 – Bandeira de Urbano do Couto. Seus efeitos. Sua importância. – 38. O sucessor do Conde de Sarzedas. – 39. D. Luiz de Mascarenhas. Primeiros atos de sua administração. Vila Boa (NATAL E SILVA, 2002, p. 133)

Observando o conteúdo do terceiro capítulo de ambos os textos, fica perceptível a existência de dois exercícios de elaboração de uma história político-administrativa de Goiás,

essencialmente episódica, nos moldes de uma crônica. Fica, igualmente, transparente que, embora as delimitações temporais e acontecimentos elegidos não coincidam na totalidade, os *Annaes* de Alencastre foi, particularmente, inspirador a Natal e Silva quando arquitetou *História de Goiás*. Além desses aspectos de forma e método, muitos julgamentos morais emitidos pelo ex-presidente da província de Goiás foram partilhados pelo historiador do novecentos em tela:

> Quando o ministro assim se exprimia, queria principalmente referir-se ao governo do conde de S. Miguel. As suas prevaricações e as torpitudes praticadas pelos agentes fiscaes e auctoridades judiciárias, e o estado deplorável a que tinha sido levada a capitania depois de uma administração tão desmoralisador, aconselharam a nomeação de um governador enérgico e severo, que a males tão extremos oppôzesse extremos remedios (ALENCASTRE, 1864, p. 150)

> [Sobre Conde de São Miguel] Pouco escrupuloso e ambicioso de riquezas tantas prevaricações e tantos escândalos provocou sua administração que logo caiu no desagrado real. [...] A proporção que sua ação ia se fazendo sentir, mais se patenteavam as prevaricações praticadas, não só pelos agentes fiscais, como pelas próprias autoridades judiciárias. Fora deplorável esse período que levara a capitania a tamanha desmoralização que do reino teriam de partir, como veremos, remédios extremos e enérgicos, para restaurar a moralidade administrativa (NATAL E SILVA, 2002, p. 206 e 208)

Na esteira de um modelo de historiografia irrequieto por demarcar acontecimentos marcantes, personagens de vulto, grandes feitos singulares do "passado goiano", Natal e Silva procurou situar, assim como Americano e Artiaga, marcos fundantes para a história de Goiás, buscando desvendar quando e como teria sido seu "descobrimento", além de assinalar a quem se deve essa primazia:

> Uma das maiores dificuldades, que na elaboração da nossa história, possa se deparar ao historiador, é, inicialmente, a de saber, com absoluta certeza, quando se deu o descobrimento de Goiás. (....) Não foi o arrojado paulista Bartholomeu Bueno da Silva, - o Anhanguera – o primeiro a penetrar os vastos sertões de Goiás. [...] E Manoel Correia, sertanista de conhecida fama, presume-se, o primeiro que, à busca de ouro, cuja quantidade se anunciava muito grande, rumou a Goiás, por onde, à procura do gentio, em serviço de catequese, em 1625, teriam andado os jesuítas (NATAL E SILVA, 2002, p. 109 e 110)

Narrando fatos relacionados à história política de seu estado, Colemar, repetidas vezes, buscou captar desses acontecimentos pretéritos, alguns feitos, comportamentos, personalidades ou eventos que deveriam não só ser lembrados pela posteridade, mas também que se constituíssem em exemplos de ação no presente e no futuro. A presença desse princípio exemplar e orientador, na maior parte das passagens desse texto, vinha carregada de conteúdo identitário:

> Nas páginas mais empolgantes da história humana, há lugar para muitas mulheres que o amor, a bravura, a dedicação ou o heroísmo imortalizado por seus feitos e por suas glórias. Dentre eles um pertence, indiscutivelmente a neta do Cacique Angroho-chá – Damiana da Cunha. [...] A justiça exige da história uma página de honra para esta heroína, cujo nome Goiás disputou como uma glória sagrada. [...] Se, como bem se fez lembrar não teve cetros, e não foi rainha, não escreveu livros imortais, nada descobriu, não empolgou pelo brilho do espírito ou pela natureza da cultura, não venceu pelas armas, ou não trocou os filhos pela glória de uma batalha – fez muito mais do que tudo isso: teceu uma coroa cuja riqueza o tempo, pela história só tem feito aumentar, relembrando que pelo amor e pelo coração ela descobriu para milhares de espíritos o mundo moral, e fez com que a mão selvagem que só erguia para roubar ou assassinar, deixasse cair o punha sanguinolento e apertasse a mão do civilizado, agora humano e amigo, para a imensa obra da confraternização. **Damiana da Cunha [foi batizada pelo governador Tristão da Cunha] é o símbolo mais perfeito da mulher goiana**[98] (NATAL E SILVA, 2002, p. 295-299)

Conforme já discutido anteriormente, os indivíduos livres de camadas sociais menos privilegiadas, bem como os escravos, pouquíssimas vezes aparecem nas linhas narrativas tecidas pelo "jurista-historiador". Como diria o mestre José Honório Rodrigues, trata-se de uma história ausente de povo, que se concentrou na experiência histórica de uma elite que viveu em Goiás (à exceção dos índios). Dentro desse olhar enviesado por inquietações com a política, os elementos sociais que figuraram, continuamente, na narrativa de Natal e Silva, tratavam-se de autoridades políticas, membros do clero, funcionários públicos, conquistadores e/ou exploradores de renome e, em muitas passagens, os indígenas que habitaram o território goiano.

Com relação à temática indígena, essa obra de Colemar apresenta uma particularidade se comparada aos textos de Americano e Artiaga que analisamos. No transcorrer de quase todo seu exercício retrospectivo, condenou as ofensivas dos conquistadores e as tentativas de civilização forçada dos nativos, numa modulação normativa próxima a de Alencastre. Sua singularidade, entretanto, consiste na confecção de um capítulo dedicado, especificamente, aos índios. Nele, o autor analisou as fases de conquista e catequese a que foram submetidos; examinou os dispositivos jurídicos criados, historicamente, para a proteção dos índios, mas que foram atravessados por outras medidas permissivas ou pela crueldade dos exploradores; descreveu, a partir de um texto em francês de Saint-Hilaire, alguns costumes indígenas e, derradeiramente, aproximou-se de questões de seu presente (décadas de 1910 e 1920) ao discutir a fundação do Serviço de Proteção aos Índios em Goiás.

[98] Grifos nossos. Interessante notar que, nos escritos desses três historiadores, Colemar Natal e Silva e Zoroastro Artiaga, de modo excepcional, elegeram um exemplo feminino e indígena como referência para a identidade goiana.

### 2.2.3. – Zoroastro Artiaga: um professor transitando entre a Geografia e a História

Zoroastro Artiaga[99] nasceu em Itaberaí-GO, no dia 29 de maio de 1891. Iniciou os estudos primários com o mestre Francisco de Assis Correia e cursou o secundário no Lyceu de Goyaz. Trabalhou como telegrafista e como escrivão da Delegacia Regional. Bacharelou-se em Direito, pela Faculdade de Direito de Goiás, onde também foi professor. Foi um dos co-fundadores do IHGG[100], tornando-se presidente da entidade no quadriênio de 1958 a 1962. Foi membro fundador do Museu das Bandeiras, na cidade de Goiás, e do Museu Estadual de Goiás[101], em Goiânia, onde ocupou a direção da casa no período de 1946 a 1957. Zoroastro ainda foi membro e presidente, durante o biênio de 1957 a 1959, da Academia Goiana de Letras. Participou da Associação Goiana de Escritores, do Instituto de Advogados e da Associação Goiana de Imprensa. Exercitou ainda a docência na Faculdade de Filosofia de Goiás, atual PUC-Goiás, onde ocupou a cadeira de História e Geografia. Faleceu em Goiânia aos 26 de fevereiro de 1972.

Com conhecimentos em ambas as áreas, e com preocupações voltadas para as especificidades e potencialidades regionais, Zoroastro escreveu várias obras, dentre as quais, podemos citar: Geologia Econômica de Goiás (1947); Contribuição para a História de Goiás (1947); Dos Índios do Brasil Central (1947); Minérios de Rádium em Goiás (1947); Monografia Corográfica do Estado de Goiás (1949); Geografia Econômica, Histórica e Descritiva do Estado de Goiás – volume 1 (1951); Geografia Econômica e História Descritiva do Estado de Goiás – volume 2 (1955); História de Goiás - Tomo I (1959); História de Goiás – Tomo II (1961); Riqueza de Goiás (1961). Produziu uma cartografia dos municípios goianos, em 1937, editada pelo IBGE, elaborou o Mapa Geológico de Goiás, publicado pela Central Elétrica de Goiás (CELG) e ainda confeccionou o mapa econômico de Goiás (TAVARES, 2010, p. 45). Conforme se vê, mesmo transitando entre a História e a Geografia, seus trabalhos de maior envergadura, segundo Tavares (2010), foram na área de Geociências.

Para a finalidade perseguida nesse tomo do texto, qual seja, a de esquadrinhar esse primeiro panorama da produção historiográfica em Goiás no novecentos, interessa-nos, particularmente, examinar como ele seguiu os moldes da historiografia praticada no estado até então. Interessa-nos, ainda, analisar como a relação com Pedro Ludovico Teixeira e com o aparato

[99] Essas informações biográficas de Zoroastro Artiaga foram extraídas de (TELES, 1999) e de (TAVARES, 2010).
[100] Artiaga tornou-se patrono da Cadeira nº 06 desse instituto goiano.
[101] Hoje, Museu Zoroastro Artiaga.

político-ideológico ludoviquista e estado-novista refletiu na produção historiográfica desse "polígrafo goiano"[102].

Artiaga, assim como outros intelectuais goianos da época, também colaborou com a revista *A Informação Goyana*, onde publicou artigos voltados para as possibilidades de integração político-econômica de Goiás à nação. No caso de Zoroastro, a maioria de seus textos versava sobre a área da geologia, sobretudo para a divulgação das potencialidades minerais do estado, cuja exploração, poderia não só estimular o desenvolvimento de Goiás, como inserir a região no circuito político-econômico do país. Mas para atrair investidores, era preciso tornar notório todo esse potencial, daí a importância de se publicar estudos sobre essas riquezas naturais do estado. Seguindo essa mesma orientação, Artiaga defendia, veementemente, a necessidade de se fomentar as diferentes vias de transporte, especialmente a ferroviária, como forma de viabilizar a efetiva integração de Goiás ao restante do país.

A geógrafa Giovana Tavares que estudou, com maior profundidade, a vida e a produção intelectual (na área de Geociências) de Zoroastro Artiaga, afirmou que, desde a instalação do governo de Pedro Ludovico, o "polígrafo goiano" esteve ligado, politicamente, ao interventor, até porque o discurso da "modernidade em Goiás" forjado nesse momento ia ao encontro dos ideais do estudioso em questão:

> [Zoroastro Artiaga] fora um dos primeiros funcionários públicos que acompanhou Pedro Ludovico Teixeira na façanha de mudar-se para a nova capital do estado, que naquele momento ainda estava em construção. Em 1936, o então técnico administrativo do município de Goiás passou a residir na capital do estado, e não demorou muito para assumir cargos de maior relevância social e política. Em 1936 ocupou a diretoria da imprensa oficial e em 1937 iniciou suas atividades públicas no campo das geociências, ocupando o cargo de secretário do Diretório Regional de Geografia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e de membro da Comissão de Limite do Estado (TAVARES, 2010, p. 35)

Artiaga, volta e meia, estivera envolvido em estudos sobre os limites territoriais intermunicipais e os do próprio estado, em pesquisas acerca dos recursos minerais existentes em Goiás ou em discussões sobre a viabilidade de implantação das diferentes formas de transportes no espaço goiano. Seu empenho intelectual, seja em suas diversas publicações histórico-geográficas

[102] Conforme Giovana Tavares (2010, p. 44), a denominação "polígrafo goiano" fora criada por Leolídio Caiado em discurso proferido por ocasião da homenagem póstuma feita a Zoroastro Artiaga, em 22 de junho de 1972, nas dependências da Academia Goiana de Letras.

ou nos veículos de comunicação, demonstram a assonância de seu discurso integrador de Goiás com as diretrizes políticas de Pedro Ludovico e com o ideário do Estado Novo. Suas manifestações também coadunaram com os ideais de JK, em especial sobre a importância de se interiorizar a ocupação do país, de se interligar o sertão às regiões economicamente mais desenvolvidas através da "Marcha para Oeste":

> A navegação do Araguaia, como já disse antes, era a única esperança dos goianos, ilhados no Brasil Central, e despresados pelos poderes públicos que, sempre viveram embevecidos com os encantos do mar, e as belezas litoreanas. O Brasil viveu a vida dos caranguejos, contemplando o Atlântico, e de costas voltadas para o interior. Tôdo o progresso, que, por aqui realizamos, foi à sua revelia, e contra a sua vontade. [...] O Brasil Central, ficou sendo "colônia do litoral". [...] Foi ainda côntra a vontade do litoral, que foi feita a interiorização recentemente; e foi preciso um JK para vencer tantas batalhas, quando trabalho, ininterruptamente, dia e noite, para vencer a oposição, que tramou até côntra sua preciosa existência, para impedir a nossa "marcha para o Oeste" (ARTIAGA, 1961, p. 124).

Com relação a sua produção historiográfica, Zoroastro Artiaga, que foi um membro atuante do IHGG, também dialogou com uma tradição emanada do instituto histórico nacional. Elencando duas de seu estoque de obras, *Contribuição para a História de Goiaz*[103] (1947) e *História de Goiás: relato dos acontecimentos goianos de 1592 a 1946*[104] (1961), percebemos a existência de alguns elementos historiográficos também presentes nos textos de História confeccionados por Americano do Brasil e Colemar Natal e Silva. São narrativas factuais, de encadeamento cronológico, com forte teor político-administrativo, preocupadas com datas e feitos políticos marcantes e imbuídas da tentativa de sintetizar a história goiana. O próprio título do tomo de "*Contribuição"*, denominado de *História de Goiás: síntese dos acontecimentos da política e a administração pública de Goiás de 1592 a 1935*, e os conteúdos históricos urdidos em suas teias narrativas, indicam a sobrepujança desses caracteres historiográficos citados. Só para ilustrar essa tônica narrativa ditada por Zoroastro Artiaga, trouxemos alguns excertos:

> Caetano Maria Lopes Gama, 1º presidente de Goiaz após a independência, de 1824 a 1827. Promoveu a navegação dos rios, principalmente do Tocantins, tratou da catequese dos índios, fundou o hospital de S. Pedro de Alcantara e regulou a administração da província (ARTIAGA, 1947, p. 10).
> [...]

[103] Edição patrocinada pelo Departamento Estadual de Cultura (DEC), em virtude do decreto-lei nº 06/02/1946.
[104] Trata-se do tomo II da primeira obra intitulada *História de Goiás: síntese dos acontecimentos da política e da administração pública de Goiás, de 1592 a 1935*, publicada em 1959. Os dois tomos, o primeiro de 1959 e o segundo de 1961, foram publicados quando Zoroastro era presidente do IHGG.

> Depois da Constituição Estadual foi regulamentado o dispositivo atinente à Fôrça Policial, e votaram a Lei nº 5, de 12 de Julho de 1892, quando fixada a Fôrça Política do Estado para 1893, aumentando o quadro para 21 oficiais e 379 praças (ARTIAGA, 1961, p. 25).
> [...]
> No ano de 1806, D. Francisco de Assis Mascarenhas deu um impulso novo à navegação, designando o dezembargador Segurado para superintender o tráfego e dirigir a Empreza. Tal navegação foi até 1807, e faliu devido aos prejuízos por naufrágios, principalmente na Itabócas. No ano de 1857, tendo-se perdido tudo da antiga navegação, pessoal e material, sem mapas e sem técnicos, o governador de então, Francisco Januário da Gama Siqueira concebeu a idéia de faser essa navegação a vapor, a partir de Pôrto Imperial, com duas seções entre Itabócas e uma zona no baixo rio Tocantins (ARTIAGA, 1961, p. 135).

Artiaga, assim como Americano, buscou a fixação de marcos fundacionais para a história goiana, para isso, perscrutou as bandeiras paulistas que penetraram o sertão dos *goyaze* entre os séculos XVI e XVIII. Intentava, com isso, demarcar as "origens históricas" de seu estado natal:

> Conforme o relato do primeiro capítulo, repito que Bueno Filho não foi o "descobridor" de Goiaz: foi o "fundador" de Vila Bôa. Antes dele Manuel Correia e outros haviam pisado terras virgens e aberto picadas. Bueno Pai em sua companhia havia localizado a tribu dos Goiáses. O verdadeiro descobridor de Goiaz foi Sebastião Marinho que em 1592 reinava Felipe II sôbre Portugal e Colônias, partiu de São Paulo e penetrou em terras incultas jamais pisadas por cristãos (ARTIAGA, 1947, p. 13)

Suas incursões pelo "passado goiano" se davam com as lentes ajustadas a episódios, experiências, datas e personagens de vulto que pudessem ser tomados como exemplares para os goianos de seu presente e da posteridade. Nesse sentido, sua ênfase biográfica, vinha, geralmente, acompanhada do interesse em exortar o aprendizado pela emulação:

> Escrever a respeito da História de Goiás sem falar em D. Daminana da Cunha, seria trair a verdade histórica, e omitir um dos episódios mais emocionantes do passado, quando uma índia Caiapó fôra batizada em Vila Boa, e dada, a seu padrinho, que deveria educá-la para servir de penhor de amizade entre os índios e os brancos. [...] A morte de D. Damiana trouxe o colápso da catequese, de vez que devido o pauperismo da província que, até agora, ainda não pôde votar créditos para o S.P.I, alegando, os governantes, que não podiam tratar de legiões que nada faziam, dispersaram os residentes em Carretão, Aldeia Maria, Mossamedes e São José. O nome dessa princesa Caiapó, entretanto, ficou gravado nos Anais da História (ARTIAGA, 1959, p. 137, 138 e 140)
> [...]
> [...] Enfim, pela dignidade de sua vida laboriosa, pela sua inteligência, pela sua cultura, e pela soma de serviços prestados à sua terra, com devotamento, o Dr. Sebastião Fleuri Curado, falecido em Goiânia, a 2 de Maio de 1944, ficará, para a mocidade goiana, com um exemplo, digno de louvor e imitação (ARTIAGA, 1961, p. 88)

No historiar do "polígrafo goiano", a pesquisa em documentos históricos, sobretudo os oficiais, era garantia de fidedignidade da história a ser narrada. Em seus textos, ora apresentava o

documento em sua integralidade, como fez com o "Relato do Alferes Silva Braga" (ARTIAGA, 1947, p. 16-23) e com o Regulamento da Bandeira do Anhanguera de 1722 (ARTIAGA, 1961, p. 21-23), ora trazia trechos das fontes históricas para robustecer sua narrativa:

> Caldeira Pimentel dando notícia ao rei, em 19 de Julho de 1720, das desordens que imperavam em Goiás, insinuou que o *Anhanguera havia se excedido no desempenho de suas atribuições legais e das mercês que lhe haviam sido concedidas*; e estava exercendo uma autoridade ilegítima, e perigosa para o prestígio da corôa portuguesa (ARTIAGA, 1961, p. 12)

O conteúdo dos textos de Artiaga guarda estreita relação com sua vivência política e profissional. Numa estratégia político-discursiva próxima a de Colemar Natal e Silva, mas com menor requinte poético e retórico, Zoroastro Artiaga abriga, em seus escritos, um projeto de memória que faz questão de incluir a obra ludoviquista. Para tal, o historiador teve que lançar mão de uma história do tempo presente. Interessante é que seu exercício historiográfico faz dele próprio um partícipe da história narrada:

> Aqui estamos de novo, lutando e arriscando a própria vida, o que já fisemos por várias vezes, a fim de levar ao Araguaia os trilhos da Estrada de Ferro Goiás (que hoje se chama R.F.N.). Tudo faremos para conseguir esta nobre aspiração do povo goiano. Êste modesto trabalho, não tem outra finalidade senão lutar pela ligação com o Estado de Mato Grosso, nosso irmão de desventuras cívicas (ARTIAGA, 1961, p. 93).
> [...]
> Lutamos 14 anos, e perdemos a partida, várias vêzes; entre as quais destacaremos as seguintes: 1) Rejeição dos estudos de Pires do Rio; 2) Rejeição dos estudos de General Curado; 3) adoção do traçado de Jarina a Goiânia, traçado onerosíssimo, cortando morros pelo meio e espigões em transversal, por um capricho dos que sabotavam a obra (ARTIAGA, 1961, p. 113).

Outra particularidade na feitura da História de Artiaga diz respeito à forma como organizou o tomo II de sua síntese *História de Goiás* (1961). Ainda que no interior de cada capítulo prevaleça uma narrativa cronológica, episódica, com forte teor político-administrativo, o "polígrafo" estruturou sua obra a partir de alguns eixos temáticos[105], os quais estão relacionados ora à personagens de vulto e acontecimentos (tidos como) marcantes[106], ora à trajetória de

[105] A confecção dessa espécie de história temática nesse *tomo II* também se constituiu numa especificidade da produção histórica de Zoroastro Artiaga se comparada a dos outros dois autores conterrâneos em tela.
[106] Os capítulos relativos a esse tema são: "A morte do Anhanguera"; "Antecedentes do Anhanguera", "História dos Literatos e Poetas Falecidos", "Em perigo de morte o líder dos goianos", "Instalação da Constituição de 1953", "Um cerimonial histórico – posse do Dr. Pedro Ludovico".

instituições oficiais e atividades públicas/profissionais[107], ora à questões relativas aos limites territoriais goianos ou às formas de transportes empreendidas em Goiás[108].

Quando dirigimos um olhar percuciente sobre os textos de História de Zoroastro Artiaga, notamos que sua prática intelectual de revolver a experiência humana pretérita esteve, vigorosamente, tangida pelo esforço em notabilizar as tentativas passadas e as do presente (inclusive as suas) de integração de Goiás à nação. Artiaga também buscava, constantemente, resgatar do "passado goiano" não só acontecimentos merecedores de lembrança, como também sujeitos e experiências históricas dignas de serem celebrizadas. Era o acervo da história subsidiando um projeto de rememoração daquilo que os goianos deveriam se orgulhar, emular e eternizar. O fazer histórico de Artiaga, todavia, não só repercutiu algumas concepções de pesquisa e narração histórica preconizados pelo IHGB, ele também se encontrava, fortemente, envolvido por seus ideais e por suas experiências políticas, por seus vínculos com a administração pública e pelas atividades profissionais as quais desenvolveu durante a vida.

[107] Dentre desse eixo, podemos citar: "História da Polícia Goiana", "História da Educação", "História do Ensino Jurídico", "História da Imprensa de Goiás", "História do Tribunal de Justiça",

[108] No interior dessas temáticas: "História de nossos limites", "Limites com Minas Gerais", "Fronteiras com o Maranhão", "Fronteiras com o Pará", "História dos Transportes-Estradas históricas", "História do rodoviarismo goiano", "Transportes em geral", "Rodovias atuais e ferrovias", "Ligação Sul Norte", "Lutas pela E. F. Goiás", "História da Navegação do Araguaia", "História da Navegação do Tocantins".

## 2.3. – A escrita da História e um empreendimento de identidade regional

A historiografia não se encarrega somente de dizer o que (e como) foi o caso no passado, embora tenhamos que reconhecer que, por meio da pesquisa histórica, perseguimos esse fito a todo instante. Esse produto narrativo, evocador da experiência humana do passado, também se reveste, segundo Jörn Rüsen, de funções orientadoras, ligadas tanto aos que produzem quanto aos destinatários desse saber. Para se orientarem no fluxo do tempo, os seres humanos, no presente, buscam assenhorar-se do passado, mediante o conhecimento, para que determinadas "carências de orientação" sejam atendidas. No entanto, esse potencial orientador das histórias só se realiza narrativamente, pois é por meio dela, a historiografia, que a factualidade do passado, extraída pela pesquisa, torna-se extremamente viva para os processos de atribuição de sentido do universo cultural presente. Narrar, então, constitui-se numa "prática cultural de interpretação do tempo" (RÜSEN, 2001, p. 149). Adequando a experiência do tempo às intenções quanto ao tempo, o pensamento histórico possibilita aos seres humanos compatibilizar o que eles foram com o que eles querem ser quando produzem ou recepcionam narrativas históricas. Sendo assim, ao "remontar" a experiência humana do passado, a narrativa se apresenta, dentre outras coisas, como "um meio de constituição da identidade humana" (RÜSEN, 2001, p. 66).

É por esse conteúdo orientador que as histórias abrem possibilidades de construção e consolidação histórica de identidade(s), uma vez que, ao fornecer um determinado repertório simbólico aos seres humanos, orientam intelectualmente o agir:

> Consolidar identidades mediante a consciência histórica significa aumentar a acumulação de experiências significativas das mudanças do homem e de seu mundo, no tempo, com as quais e pelas quais os sujeitos humanos (na prática das relações sociais com os demais) exprimem quem são e o que pensam ser os outros (RÜSEN, 2001, p. 125).

Considerando o espaço da experiência histórica que venha a ser eleito como significativo para a vida prática atual e que possa "influenciar a formação da identidade como continuidade histórica, mede-se também o horizonte temporal em que os agentes podem situar seu respectivo "eu", no longo prazo, em meio às mudanças do mundo e de si mesmos" (RÜSEN, 2001, p. 125). Logo, na concepção de Rüsen, o sentido de uma história é medido pelo seu grau de êxito em estabilizar a(s) identidade(s) dos destinatários ao longo das mudanças experimentadas no tempo e em sua relação com os demais seres humanos:

> Identidade é, por conseguinte, um processo social de interpretação recíproca de sujeitos que interagem entre si. Nesse processo, os sujeitos mesmos debatem-se continuamente entre si, à busca de serem aqueles que querem ser e de não quererem ser aqueles que deveriam ter sido. A constituição da identidade efetiva-se, pois, numa luta contínua por reconhecimento entre indivíduos, grupos, sociedades, culturas, que não podem dizer quem ou o que são, sem ter de dizer, ao mesmo tempo, quem ou o que são os outros com os quais têm a ver. [...] Elas [as histórias] têm de ser narradas de forma tal que as dúvidas que surgem na luta pelo reconhecimento não cheguem a ser formuladas ou pelo menos venham logo a ser resolvidas pelas histórias no movimento de sua narrativa (RÜSEN, 2001, p. 87).

Não obstante, é preciso reconhecermos dois aspectos fundamentais que envolvem a afirmação de identidade(s) a partir da produção/recepção de narrativas históricas. O primeiro deles é que a fixação de elementos identitários, imersos a uma determinada escrita da História, pode aparecer de forma explícita ou nas entrelinhas de um texto historiográfico. Nem sempre o(a) autor(a) constrói uma narrativa sobre o passado em que esses elementos estão expostos nas linhas de seu produto discursivo, muitas vezes, eles estão presentes de forma tácita. Além disso, nunca é demais ressaltar que esse conteúdo identitário, para ser assentado, depende, igualmente, da forma como essa narrativa é recepcionada por seus destinatários[109]. O segundo aspecto digno de nota diz respeito ao fato de que, no âmago de qualquer conformação identitária, subjaz uma tentativa de se reunir determinados elementos que consigam dar conta da inteireza de uma dada coletividade, seja ela mais ampla, como uma identidade nacional, ou de menor dimensão, como a identidade cultural de pequenos grupos étnicos. As heterogeneidades (sejam de gênero, classe, étnica, dentre outras) que, possivelmente, existam entre seus entes constituintes são, na maioria das vezes, escamoteadas, omitidas ou até eufemizadas em prol de uma unidade de sentido cujo significado é garantir um suporte simbólico que funcione como argamassa dessa "comunidade imaginada"[110].

[109] Em sua reflexão sobre a esfera da recepção do conhecimento histórico e o consequente aproveitamento das potencialidades racionais das histórias, que ocorre na conexão entre saber especializado e vida prática, Rüsen elaborou o conceito de "formação histórica", isto é, "o conjunto das competências de interpretação do mundo e de si próprios, que articula o máximo de orientação do agir com o máximo de autoconhecimento, possibilitando assim o máximo de auto-realização ou de reforço identitário. Trata-se de competências simultaneamente relacionadas ao saber, à práxis e à subjetividade" (RÜSEN, 2007b, p. 95).

[110] Benedict Anderson (HALL, 2006, p. 54-55), refletindo sobre a formação das identidades nacionais, estabeleceu alguns elementos simbólicos comuns ao processo de formulação dessas identidades e que, segundo ele, ligam-se à ideia e à forma como elas foram "imaginadas". Esses elementos são constituídos, grosso modo, por alguns aspectos principais: uma narrativa da nação (no nosso caso de região), a ênfase nas origens, a criação de um mito de fundação e a invenção das tradições. Por meio da história e/ou da literatura, são extraídos uma série de imagens, panoramas, cenários, eventos históricos, rituais que simbolizam ou representam experiências partilhadas, elaborando uma trama que busca não só prender seus entes, invisivelmente, ao passado, como construir uma sentido de unidade. Embora essa definição tenha sido elaborada para se pensar a construção das identidades nacionais, acreditamos que ela é operacionalizável quando se examina o sentido de unidade também presente na constituição das identidades regionais.

Com vistas à afirmação de sua(s) identidade(s), os seres humanos recorrem, continuamente, à história, à literatura ou a outras expressões culturais humanas. Resgatando do passado, dos costumes ou da cultura certas peculiaridades políticas, sociais ou simbólicas, apegando-se em determinadas experiências partilhadas, intentam garantir uma unidade entre seus entes constituintes, criar um sentimento de pertença e, ao mesmo tempo, dar legitimidade à identidade que se reivindica. Sendo assim, nesse processo de construção ou de consolidação de identidade(s), frequentemente, o passado acaba sendo "(re)descoberto", "(re)visitado", na tentativa de validar certas experiências, significados e valores como típicos desse agrupamento que se pretende abranger. No caso dos historiadores goianos os quais tratamos neste capítulo, encontramos esforços dessa natureza, qual seja, o de estabelecer os vínculos dos goianos com o passado na tentativa de se desenhar uma nova conformação da identidade regional. Para começarmos a refletir sobre esse projeto identitário subjacente aos textos de História desses estudiosos goianos, evocaremos uma crônica de autoria do escritor José Mendonça Teles intitulada "ser goiano":

> Ser goiano é carregar uma tristeza telúrica num coração aberto de sorrisos. É ser dócil e falante, impetuoso e tímido. É dar uma galinha para não entrar na briga e um nelore para sair dela. É amar o passado, a história, as tradições, sem desprezar o moderno. É ter latifúndio e viver simplório, comer pequi, guariroba, galinhada e feijoada, e não estar nem aí para os pratos de fora.
> Ser goiano é saber perder um pedaço de terra para Minas, mas não perder o direito de dizer também *uai, este negócio, este trem*, quando as palavras se atropelam no caminho da imaginação.
> O goiano da gema vive na cidade com um carro-de-boi cantando na memória. Acredita na panela cheia, mesmo quando a refeição se resume em abobrinha e quiabo. Lê poemas de Cora Coralina e sente-se na eterna juventude.
> Ser goiano é saber cantar música caipira e conversar com Beethoven, Chopin, Tchaikovsky e Carlos Gomes. É acreditar no sertão como um sertão próximo, tão dentro da alma. É carregar um eterno monjolo no coração e ouvir um berrante tocando longe, bem perto do sentimento.
> Ser goiano é possuir um roçado e sentir-se um plantador de soja, tal o amor à terra que lhe acaricia os pés. É dar tapinha nas costas do amigo, mesmo quando esse amigo já lhe passou uma rasteira.
> O goiano de pé-rachado não despreza uma pamonhada e teima em dizer *ei, trem bão*, ao ver a felicidade passar na janela, e exclama *viche*, quando se assusta com a presença dela.
> Ser goiano é botar nos pés uma botina ringideira e dirigir tratores pelas ruas da cidade. É beber caipirinha no tira-gosto da tarde, com a cerveja na eterna saideira. É fabricar rapadura, ter um *passopreto* nos olhos e um santo por devoção.
> O goiano histórico sabe que o Araguaia não passa de um "corgo", tal a familiaridade com os rios. Vive em palacetes e se exilia nos botecos da esquina. Chupa jabuticaba, come bolo de arroz e toma licor de jenipapo, é machista, mas deixa que a mulher tome conta da casa.

> O bom goiano aceita a divisão do Estado, por entender que a alma goiana permanece eterna na saga do Tocantins.
> Ser goiano é saber fundar cidades. É pisar no Universo sem tirar os pés desde chão-parado. É cultivar a goianidade como herança maior. É ser justo, honesto, religioso e amante da liberdade.
> Brasília em terras goianas é gesto de doação, é patriotismo. Simboliza poder. Mas o goiano não sai por aí contando vantagens.
> Ser goiano é olhar para a lua e sonhar, pensar que é queijo e continuar sonhando, pois entre o queijo e o beijo, a solução goiana é uma rima (TELES, 1998, p. 11-13).

Embora seja uma passagem extremamente fecunda para uma análise acerca da concepção de Teles sobre a "identidade goiana" ou até de uma crítica sobre essa visão "idealizada", "homogeneizadora" e de "placidez" dos goianos, o que queremos evidenciar são as esferas em que esse projeto de coletivização opera. Ao abarcar aspectos psicológicos, singularidades e apropriações linguísticas, valores pessoais, religiosos e sociais, particularidades políticas, peculiaridades culturais e geográficas, determinados comportamentos e práticas sociais, certas diferenças/rixas regionais e, principalmente, ao evocar acontecimentos singulares à história da região, o autor tenciona, como já dissemos, dar conta de preencher a inteireza dessa construção histórica, cultural e linguística em que consiste essa "goianidade", ou seja, intenta dar sentido a essa reunião de elementos simbólicos particulares que demarcam o que é "ser goiano".

Quando enveredamos nos escritos de Americano do Brasil, Colemar Natal e Silva e Zoroastro Artiaga, exemplos de historiadores dessa fase que denominamos de "produção histórica autodidata em Goiás", percebemos que; a despeito de todo o enfoque dirigido à esfera metodológica do conhecimento histórico, manifestado em uma concepção historiográfica que acreditava na possibilidade de atingir à "verdade dos fatos" e consistente numa formulação narrativa preocupada expor as informações extraídas da documentação histórica; o fazer histórico desses goianos esteve marcado, especialmente, pela tentativa de imprimir um conteúdo orientador. No interior de narrativas episódicas, cronológicas, fitadas em eventos político-administrativos, caracterizadas por sínteses predispostas a emprestar sentido à história de região, havia o anseio pela reconfiguração da memória histórica regional e por forjar uma determinada "identidade goiana". Mas é preciso sublinhar que, diferentemente da fisionomia cultural dos goianos desenhada por Teles, tratava-se de um empreendimento identitário de natureza, eminentemente, ético-política.

Considerando a perspectiva historiográfica absorvida por esses historiadores, assentada no registro de fenômenos políticos pretéritos; tomando-se em conta tratar-se de homens ligados à

administração pública ou à legislatura, pertencentes a uma elite intelectual; e considerando ainda o fato de que se engajaram num projeto político sequioso por integrar o estado à nação, dentre os muitos fenômenos do passado narrados por eles, os que mereciam maior ênfase eram aqueles que deveriam ser resgatados, lembrados e emulados pelos goianos do presente e da posteridade. Tratava-se de eventos marcantes, feitos importantes, personagens de vulto e condutas exemplares, ocorridas na história política da região, e que funcionariam como espelho para a constituição de uma dada identidade regional: um modo de viver caracterizado pelo amor à terra natal, pela defesa do território e dos interesses regionais, pelo zelo às "tradições"[111] e pela impressão de um sentido ético-político ao "agir dos goianos" que, *ad instar* "dos grandes homens do passado", respeitariam essa terra e contribuiriam para o desenvolvimento da região.

Esse contato demorado com os trabalhos desses "estudiosos autodidatas" também nos revelou que, para discutirmos os elementos identitários contidos nessas narrativas elaboradas nas primeiras décadas do século XX, inevitável se faz, em alguns momentos, recorrermos aos textos historiográficos produzidos no oitocentos, sobretudo os de autoria daquela tríade já aludida: Silva e Souza, Cunha Mattos e Alencastre. Sobre esse tema em questão, Americano do Brasil, Natal e Silva e Zoroastro Artiaga muito beberam nessas fontes do XIX, seja para dar continuidade à determinadas tradições, seja para negar (ou "desfocalizar") certas formulações sobre a história da região. Nessa apropriação ou filtragem de informações e percepções oriundas das fontes do século XIX, algo se manifesta de modo interessante: os sinais particulares de uma "leitura adventícia", feita pelos autores/interlocutores dessa documentação oitocentista que narram, basicamente, em terceira pessoa do plural; e uma "leitura nativa", praticada por esses historiadores autodidatas e que contam a história da região, preponderantemente, em primeira pessoa do plural.

Iniciando, então, essa trilha interpretativa, podemos sublinhar o fato de que, como ocorre em grande parte das idealizações identitárias, seus relatos históricos buscaram uma gênese, uma espécie de mito fundacional para Goiás, que perpassa desde o "descobrimento" da região até a

[111] Algumas dessas tradições goianas, como a construção do Anhanguera como mito fundador, foram formuladas no sentido a que se referiram Hobsbawm e Ranger (2008) em "A Invenção das Tradições". Obra em que auscultaram o surgimento das tradições de algumas sociedades da Europa, ora como comportamentos inventados, ora como construídos e institucionalizados, ora como estabelecidos. Nesta análise, os historiadores explicaram, por exemplo, a origem de diversas tradições européias, como o saiote *kilt* da Escócia. Acreditamos que o potencial cognitivo dessa formulação reside no estudo de como as tradições se constituem num caminho para esclarecer as diferentes relações que as sociedades humanas estabelecem com o passado. Para uma fecunda análise sobre como a origem de alguns municípios goianos foi explicada a partir da apropriação de determinadas memórias, operando, assim com "tradições inventadas", ver a dissertação de Pinheiro (2003).

fundação de seus primeiros povoados. Destarte, a origem dos goianos não se situaria nas experiências pretéritas dos propalados, mas "pouco conhecidos"[112], índios *goyaze* que habitaram a região e emprestaram seu nome à unidade política criada, e sim nas incursões das bandeiras paulistas que perambularam o território goiano a partir do século XVI:

> [...] O descobridor de Goiás foi Sebastião Marinho em 1592. [...] Portanto eram passados cento e tantos anos da correria dos bandeirantes pelos sertões goianos, quando Anhanguera, o filho, descobriu as ricas minas de ouro; a terra já tinha sido descoberta por Sebastião Marinho em 1592 e reconhecida pelos que seguiram sua trilha. [...] Esta corigenda é obrigatória no livro do descobrimento da mais rica das colônias da metrópole portuguêsa e fica feita neste capítulo original, escrito para inaugurar a criação da cadeira de História de Goiás, no Curso Normal da Capital, a pedido do ilustre titular da pasta do Interior (BRASIL, 1961, p. 35)
> [...]
> Em 1682 entrou Bartolomeu Bueno da Silva trazendo o seu filho o fundador de Goiaz, que então contava 12 anos. Seguiu a picada feita por Manoel Corrêa, objetivando as tribus goiases. Foi nesta bandeira que descobriram a tribu localisada em Vila Bôa (ARTIAGA, 1947, p. 07).
> [...]
> Conforme o relato do primeiro capítulo, repito que Bueno Filho não foi o "descobridor" de Goiaz: foi o "fundador" de Vila Bôa. Antes dele Manuel Correia e outros haviam pisado terras virgens e aberto picadas. Bueno Pai em sua companhia havia localizado a tribu dos Goiáses. O verdadeiro descobridor de Goiaz foi Sebastião Marinho que em 1592 reinava Felipe II sôbre Portugal e Colônias, partiu de São Paulo e penetrou em terras incultas jamais pisadas por cristãos. Depois disso a atenção dos bandeirantes voltou-se para a mesopotâmia goiana, onde os padres jesuítas penetraram, e também muitas bandeiras clandestina que subiram o Tocantins, mais ou menos nas alturas de Amaro Leite (ARTIAGA, 1947, p.13).

Americano e Artiaga são uníssonos em reconhecer que o "descobridor" de Goiás foi Sebastião Marinho, mas o seu "fundador" foi Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera filho. Já Colemar Natal e Silva, embora não se refira à expedição de Marinho como a pioneira, concorda que os bandeirantes paulistas foram os primeiros a abrir caminho na região que, posteriormente, foi povoada a partir da corrida pelo ouro:

> [...] Mesmo que não haja, como se infere das notas infra, acordo entre os mais competentes historiadores sobre a data precisa da entrada do ousado sertanista Manoel Corrêa – certo é que, foram os paulistas os primeiros a penetrar os sertões goianos. [...] É de crer, por todos os títulos existentes, que tenha sido esta a primeira formação sobre a existência do ouro nos sertões de Goiás (NATAL E SILVA, 2002, p. 110)

[112] A questão dos vestígios históricos relacionados os índios *goyaze* constitui-se num verdadeiro "calcanhar de Aquiles" não só da historiografia, como propriamente das ciências humanas em Goiás, pois embora tenham sido mencionados nos relatos das bandeiras que incursionaram pelo território onde eles teriam vivido, faltam evidências históricas claras, em registros escritos ou na cultura material e imaterial, sobre a vivência dessa comunidade indígena.

Na urdidura dessa trama, tecida para ligar os goianos ao seu passado, era fundamental que os conterrâneos do "presente" (e os do futuro) conhecessem suas origens, sua história e quem foram os intrépidos homens responsáveis por palmilhar os primeiros caminhos naquela região que viria a se constituir no estado que eles tanto estimavam e defendiam. A constituição dessa identidade regional passava, necessariamente, pelo conhecimento desse passado glorioso:

> Todos os nossos irmãos, na Federação Brasileira têm sua história. Conhecem todos seu passado, em cujos feitos e em cujas fontes buscam o alento da inspiração para glórias novas, e incutem no espírito de seus filhos, ao raiar da juventude, a luz do conhecimento útil de seu berço. [...] Porque nós, goianos, não teríamos também a nossa história? Porque só nós prescindiríamos dessa fonte sagrada de cultura e de virtude? Invejamos dos outros a sorte? Para que? Se temos com que causar inveja? Filhos do soberbo torrão, em cujo solo imenso a natureza pródiga depositou as maiores reservas da fortuna para garantia de nossa grandeza futura, cujas águas refletem "o sorriso do azul de um céu de carícias e promessas" e à noite, a poesia das estrelas cintilantes nos sorri, convidativa; [...] – nós, legítimos herdeiros desses tesouros que o heroísmo incomparável dos bandeirantes nos deixou como um legado de honra e glória, temos o direito imperecível de, pela História, reivindicá-las, perpetuando em sua memória a grandeza épica de seu passado (NATAL E SILVA, 2002, p. 26)

A construção dessa narrativa sobre a gênese de Goiás, principiada por Silva e Souza no século XIX, foi alicerçada sobre um liame memorial que se estabeleceu entre a viagem de Bartolomeu Bueno da Silva e a expedição organizada por seu filho homônimo. Segundo a versão mais notória, Bartolomeu Bueno da Silva (filho), com aproximadamente 12 anos, teria participado da expedição chefiada por seu pai que, por volta de 1682, perambulara pelas terras dos índios *goyaze*, região onde avistaram a existência de ouro. Durante esta campanha, cujo fito principal era o aprisionamento de indígenas, Bueno pai teria recebido dos *goyaze* a alcunha de Anhanguera ("diabo velho"[113], "espírito mau") ao utilizar-se do estratagema de atear fogo em aguardente, ameaçando abrasar os índios se não lhes indicasse onde encontraram o ouro utilizado na feitura dos pendentes que ornavam os colos das índias. A lembrança dessa viagem, feita na juventude, teria exortado Bartolomeu Bueno, certa de quarenta anos depois, à solicitar permissão para adentrar ao sertão dos *goyaze*. Os cronistas e historiadores dos séculos XIX e XX apresentaram um rosário de divergências quanto à data da viagem do Anhanguera, se este apelido foi ou não uma criação indígena e qual o verdadeiro significado dessa alcunha. Debateram também qual teria sido a data da partida da expedição de Bueno filho, o por quê e como foram as deserções

[113] A historiadora Cristina de Cássia P. Moraes (2012) ressalvou que, segundo relato do Pe. José Manuel de Siqueira, contido em suas *Memórias* de 1789, *Anhanguera* tratava-se de um termo, cujo significado na língua guarani era "diabo que foi" e não "diabo velho" como afirmara a historiografia em geral.

enfrentadas nessa viagem, se Bueno teria encontrado vestígios da campanha de seu pai e amostras de ouro já na primeira expedição ou se só localizou esses sinais e a riqueza mineral depois de retornar a São Paulo em 1725 para uma segunda campanha. Discutiram ainda quando e onde exatamente teria ocorrido o descobrimento e onde Bueno estabeleceu o primeiro arranchamento. Independente dessas contendas interpretativas, um enredo se assentou nessas versões: foi a memória dessa viagem, feita em fins do século XVII, que encorajou Bueno filho a enfrentar o ínvio sertão dos *goyaze* para encontrar a fonte dos ornamentos áureos avistados quando estava em companhia de seu pai. Em suma, o povoamento da região foi produto da empresa exitosa de Bartolomeu Bueno da Silva que, guiado por suas reminiscências, seguiu os passos do pai, o Anhanguera.

Além de atrelar a empreitada vitoriosa de Bueno à lembrança da expedição em que acompanhou seu genitor, essas narrativas sobre a história goiana foram responsáveis por fixar outro marco simbólico: a imortalização do feito de Bueno, o lídimo "fundador" de Goiás. Independente de sua falta de habilidade administrativa, algo pacífico nos diferentes registros, o que se procurou resgatar de sua experiência histórica e reter na memória dos goianos foi sua bravura indômita ao se lançar ao impérvio sertão e ter auferido sucesso na busca pelas riquezas minerais tão sonhadas. O ato heróico de Bartolomeu Bueno da Silva estimulou novos descobertos, fomentou o povoamento e o desenvolvimento da região, portanto, era inadmissível (para esses autores) o fato de que o homem que empreendeu um esforço hercúleo para encontrar as riquezas auríferas de Goiás acabasse perecendo inopioso. Esse anseio por eternizar o feito de Bueno fica evidente na entonação emprestada aos relatos sobre sua morte, evento celebrizado tanto por autores do XIX quanto do XX:

> Cheio de dias o capitão-mór regente Bartholomeu Bueno da Silva pagou á natureza o tributo que lhe devia, e chegou ao fim da sua carreira a 19 de Setembro de 1740; e posto que ao principio em companhia de seu pai entrou por estes sertões e gyrou como um aventureiro, tornou-se um cidadão útil, fez assignalados serviçoes ao Estado: a elle, ás suas fadigas, e sobretudo á sua constancia, é que se deve o vantajoso descobrimento de Goyaz: e é de admirar que o descobridor de tanta riqueza, que possuiu as melhores lavras, que extrahiu grossas sommas na primitiva abundancia, cahisse por demasiada fraqueza em decadencia tal, que para sua subsistência conseguiu do Sr. D. Luiz Mascarenhas, a titulo de remuneração, uma arroba de ouro da real fazenda; e não sendo aproveitada esta despeza, para a restituir, depois de a ter despendido, foi preciso despojar-se das jóias de sua mulher, casas e escravos, que foram arrematados, ficando ainda mais pobre que antes de receber aquelle subsidio (SILVA E SOUZA, 1849, p. 442).
>
> [...] nomeado pelo governador e capitão general Rodrigo Cesar de Menezes no anno de 1726, depois de haver estabelecido o arraial de Sant'Anna. [...] opprimido de desgostos e

miseria falleceu este grande homem [Bartolomeu Bueno da Silva], o heróe de Goyaz, no arraial da Barra no dia 19 de Setembro de 1740 (CUNHA MATTOS, 1875, p. 66-67).

Digamos ainda algumas palavras a respeito d'este illustre paulista, a quem a historia da capitania de Goyaz tem reservado um distincto lugar. Bartholomêo Bueno viveu pouco mais de 70 annos; não é tão curta vida para quem tanto fez em beneficio do seu paiz, à custa dos maiores sacrifícios. Podendo ter legado a seus filhos uma fortuna colossal morreu pobre em 19 de Setembro de 1740. [...] A morte com o seu manto de crepe occultou aos olhos de Bueno esse vergonhoso procedimento de um rei, que assim pagava o presente de uma das mais preciosas jóias da sua corôa. Aquelle que houvera ornado o diadema portuguez com um brazão inestimavel preço, que tinha dado milhões aos cofres reaes; que sacrificara a sua fortuna em bem do Estado e do serviço do rei, que por tantas tribulações e soffrimentos passara – nos ultimos dias de sua existencia, em vez de recompensa dos seus serviços, devia ser punido com a vergonha de um sequestro por haver recebido uma esmola! Triste e deploravel exemplo tantas vezes imitado! Deus, que é justo e previdente, chamou a victima á sua manção celeste, para preserval-a da dor atroz que sentiria por tão desapiedado e profundo golpe! (ALENCASTRE, 1864, p. 84-85).

Dos muitos torna-se digno da legenda e de nossa veneração o pioneiro desassombrado que foi Bartolomeu Bueno, filho, que herdara a teimosia e a constância de ânimo do próprio pai, em cuja companhia pisara em 1682 o solo dos Goiás, indo até os Araés, onde, segundo a tradição, colhera pepitas amarelas no leito das correntes. [...] As profundas infelicidades de sua administração, a queda de um prestígio que parecia intangível, amarguraram os últimos dias da existência do grande descobridor, que se retirou para a Barra, onde faleceu a 19 de setembro de 1740, na avançada idade de 70 anos de triunfos e amarguras. [...] Depois de amanhã marcará o calendário o septuagésimo oitavo ano do segundo centenário do seu falecimento [Bartolomeu Bueno]. É uma das figuras mais dignas de ser memoradas no dia de hoje, já por ter sido o iniciador da edificação dessa cidade, já pela importância de seu papel na história geral deste Estado (BRASIL, 1980, p. 29 e 32).

O dia 19 de setembro de 1740, assinala para a grandeza da Metrópole, para a História do Brasil e, mais ainda para a glória dos bandeirantes e de Goiás, particularmente uma data de luta e de tristeza: a morte de Bartholomeu Bueno. Com 70 e poucos anos, desamparado e pobre, morreu, no arraial da Barra, aquele que o destino fadará a glória perene de tantas conquistas. Há na vida de Bueno, esse traço característico dos grandes benfeitores, cujo valor sobreviveu ao próprio tempo, e sobreviverá aos próprios séculos, terminasse os seus dias sem a fortuna imensa de sua glória lhe poderia ter dado e lhe prometera dar. [...] Qual a fortuna que com a devida generosidade, compensaria o valor dos descobrimentos, anteontem, ontem e hoje riquezas cada vez maiores para o Brasil? Não há, não poderia haver e não houve nunca bens humanos que pagassem a glória infinita dessas conquistas (NATAL E SILVA, 2002, p.170)

No dia 19 de Setembro de 1740, o Anhanguera faleceu num arraial próximo da Barra, lugarejo histórico que hoje tem o nome de Buenolândia. O nome escolhido foi homenagem póstuma a Bartolomeu Bueno da Silva, o filho do neto de Amador Bueno, fundador de Vila Boa e primeiro govêrno da capitania. [...] Foi uma sabotagem bem feita e bem planejada em São Paulo, para desmoralizar a justiça do bandeirante. [...] O Anhanguera, que tinha a consciência limpa, não se defendeu. Suportou com orgulho e superioridade todos os golpes desferidos contra sua administração, sua honra e sua integridade moral. Em 1733, era substituído por Gregório Dias da Silva [...] Mandou também iniciar um rigoroso processo para a apuração de fraudes, desfalques, vícios de escrita, excesso de funções, falsos roubos, peculatos e tudo que se prestasse inutilizar o Anhanguera para torná-lo proscrito e levá-lo à prisão perpétua. O povo sabia que tudo era simples perseguição; mas, ninguém ousou falar em favor da vítima, para não se

> incompatibilizar com as autoridades. Ninguém queria ficar mal perante a gente do rei. [...] Anhanguera retirou-se para a roça, solitário e triste; enquanto seus perseguidores completavam as formalidades legais e jurídicas, esperando, ali, a sua prisão; ou talvez, coisa pior, a degradação em praça pública. Deus, entretanto, não permitiu que tudo mais se consumasse, e o bandeirante paulista, que hoje honramos e homenageamos, entregou sua alma ao criador, numa tarde enfumaçada de Setembro, quando o Sol caía no horizonte rubro, para os lados do Araguaia, lançando na Serra Dourada tons arroxeados que ele viu pela última vez (ARTIAGA, 1961, p. 11-14).

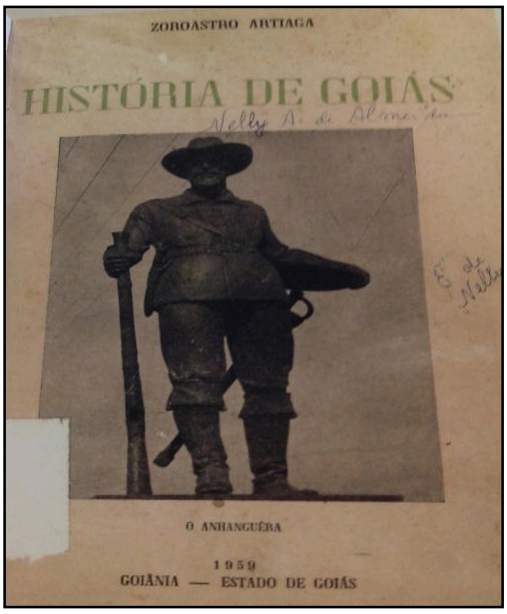
Ao longo do tempo, a repetição dessas narrativas, cujo enredo histórico foi reforçado pelos estudiosos do "passado goiano", acabou por fixar uma tradição muito robusta em Goiás: a reverência à obra do(s) Anhanguera(s), especialmente a do filho[114]. Para termos uma ideia de como esse suporte simbólico atravessou ao tempo, evocaremos um acontecimento emblemático, a inauguração do monumento dedicado ao Anhanguera, ocorrida em agosto de 1947. Instalado, não fortuitamente, na Praça do Bandeirante[115], na confluência de duas das mais importantes avenidas da capital, a Goiás e a Anhanguera, o monumento se converteu num autêntico "lugar de memória" (NORA, 1993) e, para esses historiadores em questão, tal espaço encerrava um significado histórico singular ao personificar glórias de um passado que não deveria ser olvidado. Neste sentido, não de forma gratuita, veremos (figura 1) que o professor Zoroastro Artiaga ilustrou a capa de sua obra, *História de Goiás*, de 1959, com a imagem desse edifício majestoso. A escolha por esse recurso iconográfico indica o investimento simbólico feito na figura do Anhanguera

[114] Embora essas versões clássicas tenham sido repetidas por vários historiadores, convém reabilitar o olhar crítico endereçado por Luis Palacin ao enredo histórico contido nessas narrativas. Em *Quatro Tempos de Ideologia em Goiás* (1986), Palacin diagnosticou que a oralidade recolhida por Silva e Souza teria sido responsável pela construção de uma "memória do fausto", preenchida por uma verdadeira "magnificação das proporções", tanto em relação à quantidade de ouro extraída, quanto no que se refere ao número de escravos existentes nos arraiais em Goiás. Essa tradição oral coligida pelo Cônego teria sido fundamental, segundo Palacin, para a elaboração de um enredo histórico que não só engrandeceu as cifras de ouro e de escravos, como também emprestou um caráter épico ao descobrimento, à exploração e ao povoamento das minas dos *Goyaze*. Mais do que isso, essa tradição oral teria sido responsável por principiar a transformação de um sujeito histórico (o Anhanguera) em um mito, construção mítica essa sedimentada por narrativas históricas vindouras. Apoiando seus argumentos em "O Mistério do Ouro dos Martírios", de Manuel R. Ferreira, Palacin discordou da versão de que Bartolomeu Bueno (pai) tivesse chefiado, no século XVII, uma bandeira exploradora das terras dos índios *Goyaze*. Para esse historiador, Bueno deve ter sido um dos participantes da bandeira de Sebastião Paes de Barros, que incursionou pela região em 1673. Além disso, o estratagema de queimar aguardente para intimidar os índios não fora, na opinião dele, utilizado pelo Anhanguera, e sim por outro sertanista, Francisco Pires Ribeiro. Por conseguinte, Bueno (filho) não teria participado, quando jovem, dessa suposta expedição chefiada por seu pai. Na concepção de Palacin, foi a tradição oral que alimentou essa tendência "épico-heróica", tentando buscar na infância de Bueno (filho) um fato que engrandecesse ainda mais esse empreendimento de descobrimento e exploração. Na ótica de Palacin, essa tendência de buscar antecedentes na infância para os grandes heróis épicos é muito comum nas criações coletivas da humanidade: "Pense-se na tradição hebréia nos casos de Samuel, Sansão, Moisés, Davi, João Batista e mocidades do Cid na épica castelhana" (PALACIN, 1986, p. 20).

[115] A estátua do Anhanguera teria sido um presente de estudantes da Faculdade de Direito do Largo de S. Francisco, da cidade de São Paulo.

como “personagem-síntese” dos tempos áureos da história de Goiás e, ao mesmo tempo, aponta para uma imagem que, doravante, iria se perpetuar na memória dos goianos.

**Figura 1- Monumento ao Anhanguera/ Capa da obra *História de Goiás* (Zoroastro Artiaga)**




**Fonte: Foto do autor, 2014.**

Com essa mesma tonalidade épica e memorialística, Colemar Natal e Silva proferiu o discurso inaugurador desse monumento cravado no centro da capital goiana. Em sua saudação solene, Natal e Silva remontou a epopeia vivida à época das bandeiras, exaltou as façanhas dos hercúleos bandeirantes e atou, historicamente, a existência de Goiás a São Paulo ao referir-se aos goianos como herdeiros das proezas paulistas:

> [...] Para melhor senti-lo, volvamos a vista para o passado. Corrida a cortina do tempo, divisamos, lá pelo quartel do século XVII, o quadro épico das Bandeiras – eram eles bravos, indômitos, rasgando a entranha virgem e generosa das florestas seculares; o sonho do ouro tudo levava de vencida – fadigas, febre, fome, a tremenda luta com as feras e os índios. [...] Como, por tantas vezes já o dissemos, a memória evoca com veneração e carinho a figura hercúlea dos Fernão Dias Paes Leme, dos Bartolomeu Bueno, dos Ortiz e Camargo e tantos outros que, lá mesmo, dos confins da eternidade, se projetam sobre nós, como numes tutelares. [...] Goiás, que é filho da bravura hercúlea dos bandeirantes paulistas, Goiás que se sente ligado à gloriosa paulicéia por tantos e significativos laços de afinidade, Goiás que admira a capacidade realizadora da gente paulista e de seu governo atual, Goiás encontra, neste gesto que o ato de hoje simboliza, mais um motivo de união e de solidariedade entre nós, goianos, e vós, paulistas! [...] Sob o céu límpido de Goiânia esse monumento não será, apenas, uma prova de reconhecimento e de admiração: servirá, ainda, de estímulo constante às gerações que descendem desses bravos e um apelo

> mudo a todos os que se empenham na luta pela grandeza deste Estado e do Brasil (NATAL E SILVA *apud* OLIVAL, 1992, p. 278-279).

A candência por dar vigor a essa identidade regional era entrecortada, igualmente, pela inquietação em resguardar os limites territoriais e delinear um perfil físico-geográfico para Goiás. Além de, continuamente, descreverem a constituição geográfica do estado, enaltecerem suas riquezas naturais, preocupavam-se em assegurar um espaço que, historicamente, pertenceriam aos goianos, neste sentido, a questão dos limites territoriais se converteu em matéria recorrente nos textos desses três historiadores. Para esses intelectuais, abordar o tema das fronteiras territoriais tratava-se não só de um assunto histórico (na medida em que várias foram as situações, no passado, em que aconteceram litígios por causa dessas demarcações), mas também político (tendo em vista que, em vida, envolveram-se em várias discussões políticas sobre a questão) e, por que não, um tema de cunho ético (considerando que o conceito de "bom administrador" passava, necessariamente, pela tentativa de aproveitar as potencialidades naturais e de ter resguardado as fronteiras da região). Para dar visibilidade a esse aspecto, que acreditamos estar vinculado a essa tentativa de conformação da identidade regional, trouxemos à lume, primeiramente, algumas passagens de Americano do Brasil:

> [...] Agitava-se na côrte a questão de limites com o Maranhão. [...] No govêrno Gonzaga, Mato Grosso investiu também contra o território goiano [...]. A defesa dos limites de Goiás foi a melhor nota desse govêrno [o do Padre Luiz Gonzaga de Camargo Fleury] (BRASIL, 1980, p. 105).

> É necessário que cada goiano fortaleça em seu íntimo o amor à terra natal, que cada professor propague na consciência de seus discípulos os verdadeiros limites do Estado, e que nós todos, fazendo de nossos braços um só braço, de nossos cérebros um só cérebro, trabalhemos com ardor e constância, a fim de legarmos à posteridade uma consciência geográfica definida (BRASIL, 1980, p. 91).

No caso de Artiaga, que participou da Comissão dos Limites Interestaduais em Goiás e assumiu a Secretaria do Diretório Regional de Geografia, seu texto apresentou, como já mencionado, um capítulo dedicado, especificamente, à "história dos nossos limites" (ARTIAGA, 1961, p. 53), no qual relatou os embates relacionados às divisas territoriais com Minas Gerais, Maranhão, Pará e com a Bahia. Ademais, por seu trânsito constante entre a História e a Geografia, Zoroastro Artiaga sempre prezou por engrandecer as riquezas naturais de seu estado e indicar as viabilidades de seu aproveitamento:

> O magestoso rio do Oeste Brasil [Araguaia] é de uma beleza sem par e tem em tôdo o seu imenso percurso, motivos de encantos, pelas maravilhosas paisagens que o seu leito apresenta. É um rio de turismo, de águas claras, de leito arenoso, com praias muito extensas, sombreadas pelo revestimento florístico em quasi tôdo o seu percurso, correndo em terras de campinas, de várzeas e de lhânos apropriados à criação de gado [...] A natureza araguaiana porfiou em dotar, não só êste rio, como os seus tributários de mágicos cenários que embevecem aos que apreciam os sertões do Brasil Central (ARTIAGA, 1961, p. 113)

Colemar Natal e Silva, por seu turno, iniciou sua *História de Goiás* também tratando dos litígios históricos em relação às demarcações territoriais com Mato Grosso, Minas Gerais, Pará e Bahia, tema que abarcou todo o primeiro capítulo da obra. Por sua condição de jurista, ocupante do cargo de Procurador Geral de Justiça, defendeu os interesses de Goiás na centenária questão das fronteiras com Minas Gerais, oportunidade em que, ao lado de Milton Campos, defensor mineiro, findaram a controvérsia por meio da assinatura de um acordo. No relato historiográfico desse goiano, a questão dos limites territoriais de seu estado constituía-se num tema político, jurídico, histórico e que também tangia seu sentimento de pertença à região:

> Não podemos deixar de nos referir mais com orgulho de que com gratidão de goiano, ao inatacável documento histórico-jurídico que representa ao mesmo tempo um das mais belas páginas do direito e um dos atestados de justiça histórica, mais dignos e criteriosos – o laudo arbitral apresentado pelo Conde Affonso Celso, DD. Presidente Perpétuo do Instituto Histórico Brasileiro, - e que pôs termo final à secular questão de limites entre os dois Estados [Goiás e Mato Grosso] (NATAL E SILVA, 2002, p. 51-52).

Prosseguindo nosso percurso por esse exercício de conformação da identidade regional por meio de narrativas historiográficas, notamos que esses textos foram elaborados tendo como uma de suas preocupações o estabelecimento de conteúdos exemplares e orientadores. Em muitas passagens em que avistamos a impressão do princípio da exemplaridade, sua utilização vinha acompanhada de julgamentos morais. Tais sentenças normativas, comumente, atribuíam uma positividade ou negatividade a determinados fenômenos, atitudes, comportamentos e até atos administrativos do passado. Essas apreciações, cujo um dos escopos era o de eternizar certos nomes, feitos e condutas, muitas vezes, mostravam-se prenhes de sentido pedagógico, na medida em que apresentavam não só alguns *exemplum vitae* que poderiam orientar o agir dos goianos no presente e no futuro, assim como contra-exemplos que seriam recordados para evidenciar experiências que foram nocivas à história de Goiás, portanto, modelos de conduta que não

deveriam ser imitados por seus conterrâneos. Em Americano do Brasil, essas avaliações morais e tentativas de imortalização de certos nomes eram estratégias constantemente utilizadas:

> Possam estas páginas de amor a Goiás serem úteis à mocidade de minha terra, a quem se destinam; possam elas ensinar o melhor caminho no presente através das coisas e exemplos do passado (BRASIL, 1961, p. 15)
> [...]
> Incriminamos esse Capitão-General [Luiz da Cunha Menezes] de um fato: não ter promovido em larga escada a navegação dos rios, logo que essa foi franqueada, secundando os esforços do Capitão-General do Pará. [...] Os 16 anos de govêrno desse capitão-general foram quase estéreis e cheios de incidentes, bastante desagradáveis (BRASIL, 1961, p. 77).
> [...]
> Nas linhas que proponho rabiscar neste momento, tenho intenção de tornar conhecido o interessante papel desempenhado pelo ilustre presidente provincial, que foi José Rodrigues Jardim, na história político-administrativa da mais central unidade brasileira. [...] o nome de José Rodrigues Jardim, coronel das ordenanças, está destinado a ocupar um lugar de honra, destacando-se por assaz elevado mérito que a história não olvidará jamais. Quase um século já é passado e com ele a lembrança do benemérito cidadão que os crônicos goianos até hoje adiantam ter sido um político natural de Goiás, um presidente da Província que mais tarde foi senador do império. [...] Entretanto, em matéria de governo, ele é um exemplo vivo para as gerações de hoje, ensinando a enfrentar as tempestades das paixões partidárias, resolvendo-as em nome dos princípios consagrados pela sã política (BRASIL, 1980, p. 93)
> [...]
> A 8 de Janeiro de 1863 recebeu as rédeas governamentais da Província o Dr. José Vieira do Couto Magalhães que deixou seu nome indelével na história de Goiás, notadamente na do desenvolvimento das vias fluviais (BRASIL, 1980, P. 116).

Zoroastro Artiaga, por sua vez, na elaboração de capítulos como "História dos Literatos e Poetas Falecidos", "História do Ensino Jurídico", "História da Imprensa de Goiás", "História do Tribunal de Justiça", apresentou uma miríade de "grandes homens goianos" que atuaram em diferentes segmentos e instituições, os quais a posteridade deveria conhecer. Para exibir essa tônica laudatória de Artiaga, trouxemos esse excerto:

> Este modesto trabalho não estaria completo se esquecesse os literatos e poetas mortos que tanto fizeram para levar bem longe o nome de Goiás e fixar um tipo de civilização cultural que foi tão decantada. A geração atual não conhece, por falta de interêsse dos nossos homens de letras na divulgação da bibliografia goiana, o que fizemos no passado (ARTIAGA, 1961, p. 64)

Prosseguindo esse exercício de valoração, Artiaga ainda reverenciou a grafia tradicional que deu nome a seu estado, Goyaz. Escrito, com "y" e "z", Goyaz carregaria em seus sinais gráficos uma carga simbólica preenchida por glórias de um passado que não deveria ser esquecido. Para o "polígrafo goiano", a alteração na grafia desse designativo para Goiás, com "i" e

"s", representou um verdadeiro ato de iconoclastia contra a história gloriosa que o estado vivenciou:

> Seu lindo nome tradicional era "GOYAZ"; mas a irreverência dos reformadores e iconoclástras mutilou-o para Goiás, esquecendo-se de que aquela palavra era um símbolo. O "Y" era uma flor e o "Z" ùltimamente eliminado pelo Dr. Guimarães Lima, quando Secretário de Justiça de Goiás, decretou a proscrição da letra final, era um emblema das guerras, lutas e vitórias do passado (ARTIAGA, 1959, p. 137).

Na escrita de Colemar Natal e Silva, essa dinâmica discursiva, repleta de exemplaridade e de julgamentos morais, foi tão intensa quanto à confeccionada por Americano do Brasil. Na elaboração intelectiva do "jurista-historiador", o conhecimento sobre a história de Goiás também encerrava um sentido pedagógico. Do mesmo modo, muitas foram as avaliações pronunciadas sobre atitudes pessoais e atos administrativos considerados salutares ou nefastos à história goiana. Sem falar nas várias apreciações morais dirigidas a comportamentos e à personalidade de alguns sujeitos históricos[116]. Em nosso ponto de vista, a reunião dessas estratégias discursivas revela a existência de um olhar histórico que enxerga o passado a partir de seus vínculos nativos e que, por outro lado, abriga o anseio por mobilizar certas experiências históricas e exemplos de conduta que fossem coerentes a um projeto de memória regional e a um determinado contorno identitário pretendido[117]:

> Para justificar árduas pesquisas em sua vida, Goiás, possui, em sua história, muitas páginas de glória e de exemplo. Não vai só o nosso dever em conhecê-las. Temos obrigação de divulgá-las. [...] Que sejam os Goianos os primeiros a traçá-la, como obreiros de sua própria grandeza, para que mais tarde pela vastidão infinita do futuro adentro, a voz dos séculos vá repetindo pela eternidade afora: - foram dignos da terra em que nasceram, e o sol que lhes aqueceu o berço, na infância – dourou-lhes a fronte, na virilidade (NATAL E SILVA, 2002, p. 32)
> [...]
> Algumas palavras sobre D. João Manoel. Manda a verdade histórica, através de todos fatos que acabamos de narrar, e desenrolar por sua administração ou sob ela, que se lhe consagre a memória como a de um dos maiores benfeitores da Capitania de Goiás (NATAL E SILVA, 2002, p. 230)

[116] Essas ações humanas comportam um sentido unificador e abrigam um conteúdo orientador, mas tratam-se, preponderantemente, de experiências da elite, à exceção do exemplo da índia Damiana da Cunha trazido por Natal e Silva e Zoroastro Artiaga.

[117] A "Semântica Histórica da Experiência" de Koselleck (2006), representada pelas categorias de "espaço de experiência" e "horizonte de expectativa", também poderia ser um interessante operador teórico para compreendermos como esses historiadores ordenaram o tempo histórico em suas narrativas. Ao fitarem fenômenos pretéritos com "lentes" específicas, acabaram por estabelecer a relação entre um determinado passado "a ser resgatado" com um determinado futuro "esperado", ou como diria Koselleck, entre "experiência" e "expectativa". Nesse sentido, verifica-se como "em um determinado presente, a dimensão temporal do passado entra em relação de reciprocidade com a dimensão temporal do futuro" (KOSELLECK, 2006, p. 15).

> [...]
> Assim terminou a administração de D. José de Vasconcellos assinalando os seus quase seis anos de governo, uma base majestosa, construída com carinho e convicção, para nele assentar-se futuramente toda a grandeza de Goiás (NATAL E SILVA, 2002, p. 336)
> [...]
> Tristão da Cunha era um homem de má consciência de pouco espírito de justiça, das primeiras impressões e de uma grande versatilidade de caráter: era um homem perigoso! Não é possível que a história encontre, no fundo desse julgamento, algum resíduo de paixão. É natural. Mas os fatos isolados e cuidadosamente analisados, pela curiosidade fria do póstero, deixam ver que houve mesmo abusos inqualificáveis da parte do Governador Tristão da Cunha (NATAL E SILVA, 2002, p. 380)

Em meio a esta temática que estamos envolvidos, qual seja, a relação entre escrita da História e identidades, outra digressão teórica se faz pertinente: uma visita a tipologia da *constituição histórica de sentido* de Jörn Rüsen. Para este historiador alemão, o trabalho orientador da História somente se efetiva, quando a narrativa histórica, ao "reconstituir" a experiência humana do passado, estabelece uma relação válida à vida prática de seu elaborador e do público destinatário. Ao apresentar o passado por meio de uma narrativa, os resultados da pesquisa são transplantados a um lócus discursivo diferente daquele em que se deu sua produção, o que torna a factualidade do passado "ardente" para os processos de atribuição de sentido no universo cultural presente. Examinar a importância dessas narrativas à vida é assumir que a dimensão orientadora de todo relato histórico está marcado pela intenção básica do narrador e de seu público de não se perderem nas mudanças de si mesmos e de seu mundo, mas de se manterem seguros e firmes no fluxo do tempo[118]. Logo, ao "presentificar" o passado, a narrativa histórica liga sua constituição de sentido à experiência do tempo, de maneira que o estudo desse passado convertido em texto, tenha significação para o quadro de orientação da vida prática contemporânea, produzindo, assim, sentido histórico. Por meio do conceito de "constituição histórica de sentido", Rüsen procurou sistematizar algumas formas possíveis de tornar presente o passado. Essa tipologia da constituição histórica de sentido é baseada em tropos principais: a tradicional, a exemplar, a crítica e a genética[119].

[118] Segundo Arthur Assis (2004, p. 63-64), duas noções em Jörn Rüsen são fundamentais para a compreendermos essa relação entre historiografia e as funções orientadoras que elas desempenham: "equivalente da tradição e pregnância comunicativa". Na concepção de Rüsen, a ciência da história está apta a orientar culturalmente a vida, porque ela pode ser vista como um "equivalente da tradição", à medida que sustenta o potencial de sentido de toda tradição. Apesar da estranheza que esse termo pode causar, a qualidade de experiência lembrada é garantida pela cientificização, que liga método e sentido. "Pregnância comunicativa" diz respeito à capacidade das histórias de produzirem uma interpretação da experiência do passado que apresentem "vivacidade" (*Lebendigkeit)* para o presente, de forma que estabeleçam uma relação comunicativa com seu público destinatário.

[119] Esses quatro tipos de constituição histórica de sentido (RÜSEN, 1992) podem ser caracterizados, brevemente, da seguinte forma: a *tradicional* (na qual a totalidade temporal é apresentada como continuidade dos modelos de vida e

Embora seja possível encontrar, em qualquer discurso historiográfico, amostras desses quatro tipos de constituição histórica de sentido, cravaremos nossa atenção no *topos* exemplar para encaminharmos a reflexão sobre esse conteúdo "identitário-orientador" constante na operação historiográfica de Americano, Natal e Silva e Artiaga. Na chamada constituição exemplar de sentido, a rememoração da experiência do passado é orientada de forma a confirmar regras práticas da experiência, portadoras de validade geral e atemporal. As narrativas exemplares comportam em si o princípio da regularidade, pois, a partir dos exercícios da rememoração do passado, criam-se regras gerais da experiência histórica, modelos de ação aplicáveis em diferentes contextos, em diversas situações particulares da vida:

> Nesse processo, as determinações de sentido tomam uma forma abstrata: não aparecem mais como realidades concretas na vida prática, mas são pensadas como regras, pontos de vista, princípios. [...] A história ensina, a partir dos inúmeros acontecimentos do passado que transmite regras gerais do agir. A memória histórica volta-se para os conteúdos da experiência do passado que representam, como casos concretos de mudanças no tempo (no mais das vezes por causa das ações intencionais), regras ou princípios tomados como válidos para toda mudança no tempo e para o agir humano que nela ocorre (RÜSEN, 2007b, p. 51).

Conferindo valor positivo a várias circunstâncias históricas, comportamentos humanos e atos administrativos relacionados ao "passado goiano", esses historiadores tencionaram resgatar a exemplaridade típica desse *topoi* da constituição narrativa de sentido. Na narrativa histórica exemplar, "as circunstâncias da vida presente são subsumidas e a mudança no tempo submetida a um agir sob regras. Com a validade atemporal das regras gerais, as história ensina sua própria supratemporalidade como sua "moral", com a qual ganharia significado para a vida prática atual" (RÜSEN, 2007b, p. 52). Desta forma, no interior desse exercício escriturário, havia o anseio por lembrar e reforçar determinadas situações pretéritas e exemplos de conduta que fossem típicos daqueles que "amaram Goiás" ou que, pelo menos, fizeram algo pelo engrandecimento da região. O ato de recordar e registrar determinados eventos históricos por meio de uma narrativa plena de adjetivações e de elementos normativos denota o esforço por eternizar nomes, imortalizar certos

---

da cultura do passado); a *exemplar* (em que as experiências do passado são casos que representam e personificam regras gerais da mudança temporal e da conduta humana); a *crítica* (que permite formular pontos de vista históricos, por negação de outras posições); e a *genética* (na qual os diferentes pontos de vista podem ser aceitos porque se articulam em uma perspectiva mais ampla de mudança temporal, e a vida social é vista em toda sua complexidade).

feitos e de fixar modelos de agir que se tornassem característicos de uma identidade regional que se pretendia constituir.

Do mesmo modo, quando valoraram negativamente certas condutas e acontecimentos históricos, esses cultores do "passado goiano" procuraram também revolver experiências pretéritas que funcionassem como contra-exemplos para os goianos do presente e das gerações vindouras. Nesse caso, tratava-se de recordar e tornar notórias experiências que foram nocivas à história de Goiás, evidenciando comportamentos e condutas que não deveriam ser imitados por seus conterrâneos do presente e da posteridade.

Ainda transitando nessa relação entre escrita da história e o projeto de conformação identitária inscrito aos textos dos historiadores autodidatas em Goiás, localizamos outro elemento merecedor de relevo: o filtro interpretativo que esses historiadores aplicaram às fontes do século XIX e que, em certo sentido, encontrava-se condicionado por uma subjacente "leitura nativa" dessa documentação. Para análise dessa questão, é preciso lançar mão de um olhar retrospectivo sobre alguns caminhos metodológicos e interpretativos trilhados pela produção historiográfica regional. É tema recorrente na historiografia em Goiás, principalmente a partir de fins dos anos 1980 e durante a década de 1990, que muitas fontes históricas do século XIX se constituíram numa "leitura europeizante" acerca do passado e da realidade goiana do período[120]. Aqui nos referimos, notadamente, às memórias (de Silva e Souza[121]), aos relatórios dos governadores da capitania/presidentes da província, à Corografia de Cunha Mattos e aos relatos dos viajantes europeus (Saint-Hilaire, Pohl, Eschwege, D'Alincourt). Vivenciando o momento de plena ou pós-falência das minas em Goiás, esses sujeitos, com suas retinas impregnadas da realidade europeia, teriam produzido um registro histórico que desenhou uma fisionomia de decadência para a região. Para além da bancarrota de uma atividade econômica que experimentou sua decrepitude em fins do século XVIII e início do XIX, a decadência em Goiás acabou se tornando numa espécie de estigma cultural que caracterizou a região. Essa representação edificada a partir dessas fontes históricas foi partilhada e enfatizada por uma série de pesquisadores da chamada "historiografia acadêmica", os quais encontraram na tese de livre-docência do Padre Luis Palacin o grande

[120] Discutiremos esse tema de forma mais aguda quando, no quinto capítulo, tratarmos da vertente revisionista na historiografia acadêmica em Goiás.
[121] É importante mencionar que o cônego Luiz Antônio de Silva e Souza era natural de Serro Frio, Minas Gerais, mas teve sua formação eclesiástica na Europa.

continuador dessa tradição historiográfica em Goiás, originária do oitocentos, e que foi posta em xeque nas duas últimas décadas do novecentos.

No tocante à produção historiográfica autodidata em Goiás, é irrefragável que Americano do Brasil, Natal e Silva e Zoroastro Artiaga tiveram contato com algumas dessas fontes históricas oitocentistas, pois é possível encontrarmos, em seus trabalhos, referências e citações de trechos retirados delas. Não obstante, acreditamos que essa leitura, carregada de valores nativos e permeada pelo esforço em delinear os traços de uma identidade pretendida, teria engendrado uma espécie de "desfocalização da decadência" como representação negativa de Goiás e dos goianos do passado. Não que negassem, categoricamente, que essa perspectiva estivesse impregnada na visão desses europeus que palmilharam os caminhos goianos, simplesmente não focalizaram e nem se apropriaram desse viés interpretativo contido nessas fontes como fizeram muitos pesquisadores em uma determinada fase da historiografia acadêmica. Foram raríssimas as passagens nas quais deram voz a essa fala tão pronunciada nessa documentação, quando a incluíram, deixavam transparente que se tratava de sentenças particulares emitidas pelos interlocutores que protagonizavam esses documentos:

> [...] Não receando melindrar os ânimos do agitado govêrno que o antecedera, [o presidente de província Caetano Maria Lopez Gama] levou ao conhecimento de S. M. uma severa crítica do estado de decadência em que debatia Goiás. Reconhecer as causas da poderosa astenia que pesava sôbre a situação econômica, foi de seus primeiros atos (BRASIL, 1961, p. 97).
>
> [...] Consultando ao Coronel Cunha Mattos, então em o norte, sôbre as causas do estado regressivo do coração da monarquia, obteve como resposta que os três males responsáveis eram: a indolência dos habitantes, a generalização do celibato e má tática dos governos (BRASIL, 1961, p. 97).
>
> De sua longa viagem colheu D. José de Vasconcelos, tristes impressões gerais. A pobreza, a falta de estímulo, o desânimo no serviço das lavras, a falta de braços, eram outras coisas dignas da maior atenção, de todo o cuidado, porque como muito bem soube compreender o Governador, "só um soberano esforço poderia fazer a Capitania voltar ao seu esplendor de outrora". Sendo a mineração, incontestavelmente, uma dessas fontes, cuidou também de torná-la mais fecunda (NATAL E SILVA, 2002, p. 239).

A decadência presente nos textos desses historiadores tratava-se, sobremaneira, da ruína de uma atividade econômica que foi a responsável pelo fluxo migratório, pelo povoamento e estabelecimento efetivo da administração portuguesa na região, e não de uma representação que fixava um quadro social e cultural como típico de Goiás: a ociosidade, a letargia social, o desprezo pelo trabalho, a preguiça reinante e o isolamento. O projeto identitário subjacente a essa escrita da

História obnubilava esse desenho cultural e social negativo debuxado por governadores, presidentes de província, naturalistas e viajantes europeus. Era uma "leitura nativa" do novecentos contrastando ou, melhor, filtrando, a partir de seu sistema de referências, o que lhe era pertinente dessa "leitura adventícia" do oitocentos. Os olhos historiográficos desses escritores preferiram não enfocar, no interior dessas fontes históricas, registros de experiências que esboçassem aspectos negativos como peculiares da região. Americano do Brasil, por exemplo, dedicou um subtítulo de a *Súmula* à exposição do "Fastígio e declínio do ouro". Em sua concepção, "[...] a indústria mineira entrava já em decadência, depois de quatro lustros de proventos fabulosos" (BRASIL, 1961, p. 66), isto é, após cerca de vinte anos de fausto, a produção aurífera viera a experimentar seu declínio, pois "[...] da superfície da terra, o metal amarelo recuara para o subsolo e para as correntes fluviais, onde sua extração demandava grandes trabalhos e aparelhamentos mais aperfeiçoados" (BRASIL, 1961, p. 66). Em suma, a decadência registrada nesse texto não coincide com a imagem desoladora descrita por administradores e viajantes, refere-se à ruína de uma atividade extrativa que, sem dúvida, atingiu a vida social e econômica da região.

Outro aspecto interessante nessa análise sobre o entardecer do ouro goiano por esses historiadores, é que tanto Americano como Natal e Silva expuseram, de modo veemente, reprovações quanto à política portuguesa de estimular tão somente a mineração. "Condenaram" a postura do governo português em tentar proteger, a qualquer custo, essa atividade em Goiás durante o século XVIII, furtando-se de fomentar, por exemplo, a agricultura, a navegação fluvial, o comércio, a produção manufatureira e a pecuária, cujos estímulos só foram pensados com a decrepitude da mineração. Antes, porém, de examinarmos um pouco mais essa questão, observemos o que eles redigiram sobre o assunto:

> Foi no governo de Caldeira Pimentel que vigoraram as absurdas ordens régias determinando que só houvesse um caminho para Goiás e trancando a navegação no intuito de evitar o descaminho do ouro (BRASIL, 1961, p. 55).
> [...]
> Incriminamos esse capitão-general [Luiz da Cunha Menezes] de um fato: não ter promovido em larga escada a navegação dos rios, logo que essa foi franqueada, secundando os esforços do capitão-general do Pará (BRASIL, 1961, p. 77).
>
> Para remate, apareceram as proibições vexatórias, contidas no bando mandado executar pelo Governador de S. Paulo e no qual vedava os canaviais e engenhocas de aguardente nas minas de ouro, a que outro bando, publicado em S. Paulo, a 22 de agosto de 1732, acrescentou a proibição dos engenhos de açúcar. Ordenou mais esse bando que aqueles que possuíssem plantações de cana as destruíssem no prazo de dois meses! [...] Já andavam mal as coisas com tal rigor, quando para o cúmulo zelo e da exigência, determinou-se ao Provedor que sem a apresentação da licença do Governador, não

> permitisse a entrada de ninguém em Goiás. [...] Mas, o desrespeito de toda essa arbitrariedade e de todo esse rigores, furtavam-se as vezes perfeitamente, à severidade, o contrabando e o desrespeito, aumentando rapidamente o extravio do ouro (NATAL E SILVA, 2002, p. 138).
> [...]
> Demais, a justiça serena manda atacar mais a política de Lisboa, insaciável de ouro, e à qual esteve subordinada a sua ação, de que as suas providências administrativas em si (NATAL E SILVA, 2002, p. 143).

É fundamental considerarmos dois aspectos sobre esse tema. Primeiro, é o fato de se tratar de uma apreciação feita *à posteriori* sobre diretrizes político-econômicas portuguesas que foram impressas à realidade regional no passado. Julgamento este formulado por quem, através de um fitar retrospectivo, teria, supostamente, a clareza de que uma das principais razões do não desenvolvimento da região, em meio à decadência aurífera, teria sido a falta de habilidade administrativa do governo português em não incentivar outras atividades produtivas que não fosse a mineira[122]. Segundo, esse ponto de vista, emitido por esses historiadores, acompanha as repetidas avaliações proferidas por Alencastre, um homem ligado à administração (foi presidente da província), mas cuja atuação política e produção intelectual se deram no contexto do Segundo Império Brasileiro[123]:

> Traçada a primeira via de communicação para Goyaz, a mesma que percorreu Bartholomeu Bueno e seus aventureiros, foi prohibida a abertura de novas estradas, e vedado o transito por aquellas que, apezar d'isto, os povos, para sua commodidade, houvessem aberto em differentes direcções. [...] Muitas industrias foram prohibidas, por se opporem ao desenvolvimento da mineração, por serem julgadas criminosas ou cúmplices dos extravios. [...] No entretanto se via o commercio do interior fiscalisado e vexado; a lavoura quase de todo abandonada; a industria da creação limitada e interdicta; o fisco insaciável; a imposição das alcavalas crescendo dia a dia; os dizimeiros e contratadores inexoráveis em suas exigências; o monopólio exercido pelo próprio governo, matando a industria particular, e tornando impossível qualquer concurrencia. Morrias-se de fome, mas a mineração não parava (ALENCASTRE, 1864, p. 12-13).
> [...]
> A maior parte dos que enriqueceram com o producto das minas se retiraram ou para as cidades marítimas ou para Portugal. [...] Cumpre-nos por ultimo dizer que, embora a

[122] Cunha Mattos (1874, p. 292) foi categórico em seu parecer: "a sêde do ouro foi causa da descoberta de Goyaz, e a esperança do ouro tem sido a causa de sua ruína". Sem embargo, na visão do governador das armas de Goiás, a ausência de empresa, de engenhosidade para outras indústrias e o precário desenvolvimento de outras atividades produtivas se devem, mais do que à política empreendida pelo governo português à época colonial, à ambição infindável pelo ouro e à preguiça que grassava entre os goianos: "A terra é a melhor possível, a gente é boa, mas a preguiça de quase toda chega a um gráo inexplicável. Não se vende porque não há: não se compra, porque não se vende; e não há, porque não trabalham." (CUNHA MATTOS, 1874, p. 298).

[123] Sandes e Arrais (2013), analisando os textos de Silva e Souza, Cunha Mattos e Alencastre, intentaram delinear um modelo explicativo para a escrita da história de Goiás no oitocentos. Esse modelo seria demarcado pela existência de uma consciência histórica marcada, basicamente, por três elementos: o reforço do vínculo com a nação, a negativação do passado colonial e a adoção de um critério moral para julgar o passado. Nos *Annaes* de Alencastre, várias foram as críticas endereçadas à administração colonial em Goiás, nos moldes da citação acima.

> posição topographica d'esta parte do império pareça contrariar o seu progresso, estamos convencidos, de que a sua situação seria hoje mais prospera e feliz, se a política portugueza tivesse sido um pouco generosa e menos avara, se finalmente, como diz o sabio escriptor a que ha poucos nos referimos, "o governo não tivesse com suas medidas retrogradas conduzido a uma verdadeira degradação os desgraçados colonos de Goyaz (ALENCASTRE, 1864, p. 22)

Colemar Natal e Silva, inclusive, ao denominar essas ações restritivas do governo português como "proibições vexatórias", absorveu, de modo direto, o juízo enunciado por Alencastre. A partir de uma perspectiva genética, interessada em apontar as raízes dos problemas econômicos que a província herdou, o ex-presidente classificou algumas disposições metropolitanas como "medidas vexatórias": a proibição da circulação de moeda, da navegação no Rio Tocantins, a determinação de um só caminho para Goiás, a interdição das engenhocas de açúcar e da entrada de pessoas em Goiás sem o despacho ou licença do governador, e o confisco de bens daqueles que comprassem gêneros por outras vias de comunicação. Para além da convergência de pontos de vista sobre determinadas experiências pretéritas, acreditamos que, nessas apreciações de Americano e Colemar, havia latente um sentimento nativo ao culpabilizar a administração portuguesa por ter deixado de promover o desenvolvimento de outras potencialidades da região naquele período. O "jurista-historiador" foi mais além em sua análise sobre o contexto da decadência aurífera em Goiás. Em *História de Goiás*, um dos subtítulos do capítulo XI foi nominado de "Decadência positiva da mineração", no qual, em linhas gerais, argumentou que o declínio da mineração teve seu lado positivo: possibilitou o desenvolvimento de outras atividades produtivas em Goiás:

> As novas tentativas empreendidas também por Luiz da Cunha, no sentido de levantar a mineração, velho ideal de todas as ambições de quem e de além mar, deixaram pelos seus sucessivos insucessos patenteada a positiva decadência da mineração. Ia a população procedendo para a lavoura e para a indústria pastoril, ao passo que abandonava, pouco a pouco, as lavras (NATAL E SILVA, 2002, p. 337)

Por derradeiro, faz-se imperioso realçar outro aspecto fundamental emergido dessa produção historiográfica em apreço. No clássico texto "A Operação Histórica", Michel de Certeau (1988, p. 18) já nos chamava a atenção para o fato de que toda pesquisa historiográfica é articulada a partir de um lugar sócio-econômico, político e cultural de produção e que, por isso, se encontra submetida a opressões e ligada a um emaranhado de interesses. Na mesma direção, Hall (2009, p. 109) nos atentou para o fato de que as identidades são "[...] produzidas em locais

históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas" (HALL, 2009, p. 109). Nessa intersecção entre escrita da História e a questão das identidades, algo em particular aproxima a produção intelectual de Colemar Natal e Silva e a de Zoroastro Artiaga[124]: a busca por monumentalizar os feitos de Pedro Ludovico Teixeira e por estabelecer uma nova temporalidade para Goiás fixando a Revolução de 1930 e a construção de Goiânia como eventos inauguradores de um "novo tempo" para a região. Aqui é importante não perdermos de vista que Colemar e Artiaga estreitaram laços políticos e ideológicos com Pedro Ludovico. E esses vínculos com os vitoriosos na Revolução de 1930 e, posteriormente, com as diretrizes do Estado Novo em Goiás, certamente, indica-nos o porquê, nesse projeto de memória regional e de constituição de uma identidade goiana, a "recente" obra ludoviquista deveria ser incluída.

No caso dos escritos de Zoroastro Artiaga, fica patente a tentativa de imortalizar nos fastos goianos o monumental feito do Dr. Pedro Ludovico Teixeira por meio da Revolução de 1930. Para ele, o médico goiano se converteu no grande artífice da história "recente" de Goiás e, por isso, merecia ser registrado e celebrado pela contemporaneidade e pelos pósteros. Em *Contribuição para a História de Goiaz* dedicou maior espaço, do que a outros episódios, à descrição minuciosa dos acontecimentos decorridos com a "Revolução de Outubro de 1930". Em *História de Goiás: relato de acontecimentos históricos goianos de 1592 a 1935*, no capítulo intitulado "Em perigo de morte o líder dos goianos" (ARTIAGA, 1961, p. 142-146), narrou (segundo ele baseado em documentação histórica) os riscos de "fuzilamento" pelos quais passou Pedro Ludovico ("o líder dos goianos") quando esteve em poder das forças caiadistas em 1930. Já no capítulo denominado "Um cerimonial histórico - posse do Dr. Pedro Ludovico" (ARTIAGA, 1961, p. 150-155), relatou, em tom epopéico e com os recursos descritivos de quem presenciou o fato, a solenidade de posse de Pedro Ludovico, ocorrida em 25 de abril de 1935, após ter sido eleito, pela Assembleia Legislativa, governador do estado. Ao final, Artiaga ainda enalteceu o prestígio alcançado pelo médico depois de 15 anos conduzindo a política goiana:

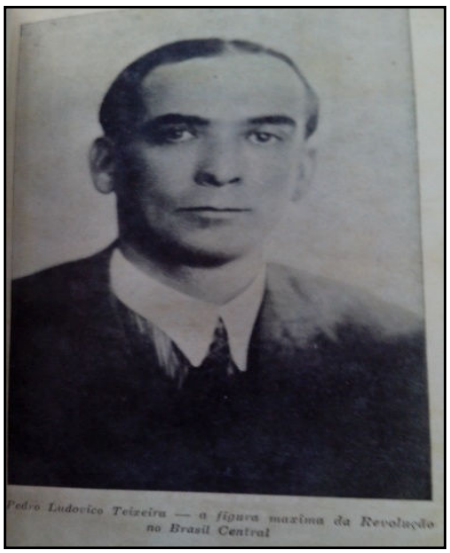
> Era de causar pasmo que, Goiás, que nunca suportou um dirigente por mais de 4 anos, como vimos na descrição feita páginas já lidas durante os primeiro anos de Goiás, carregar nos seus braços, uma governador que foi nomeado em 1930, e que ainda agora, é o único líder popular de real valor e prestígio em nosso Estado. Depois de 15 anos de

[124] Como já referido alhures, Americano do Brasil foi assassinado em 1932, destarte, só vivenciou os primeiros anos de administração ludoviquista.

> administração com lutas perigosas e constantes, ainda hoje é um homem popular e estimado em todo o Estado (ARTIAGA, 1959, p. 302)

Em Colemar Natal e Silva, esse esforço por inclusão dos feitos de Ludovico extrapolou o conteúdo narrado em *História de Goyaz*. Embora sua narrativa não alcance os acontecimentos históricos do século XX, Natal e Silva dedicou sua obra, dentre outras pessoas, à "figura máxima da Revolução no Brasil Central" - Pedro Ludovico Teixeira. Essa dedicatória está presente na contracapa da primeira edição desse texto, de 1935, a qual, diferentemente das outras duas edições, veio ilustrada com uma imagem do governador:

**Figura 2 – Pedro Ludovico/Contracapa da obra *História de Goyaz*, de Zoroastro Artiaga (edição de 1935)**




**Fonte: Foto do autor, 2014.**

Ademais, ao nos defrontarmos com outros escritos e pronunciamentos desse jurista goiano, notamos também o anseio por monumentalizar as proezas políticas de Ludovico e de elevar Goiânia a símbolo da modernidade e do progresso vivido em Goiás durante os anos 30 e 40. Por meio de uma estratégia discursiva, intentou fixar a construção de Goiânia, a transferência da capital e o Batismo Cultural da cidade em emblemas máximos de um novo tempo que os goianos passaram a vivenciar depois que o Dr. Pedro, o "novo Bartolomeu Bueno", tomou as rédeas do estado. No interior dessa formulação política, cultural e temporal, Goiânia se converteu em depositária do progresso material, em esperança no futuro do estado; à cidade de Goiás, antiga

capital, ficou garantida a reputação de local das tradições, urbe que abrigava as glórias de um passado que não deveria ser esquecido:

> Na Nova Capital que é, ao mesmo tempo, a síntese de todas as conquistas e glórias do Passado, a consciência do momento histórico da civilização do Presente e a previsão arrojada, sábia, científica, do Futuro – não era possível que se deixasse de erguer uma guarida para a cultura da história, para o estudo da geografia. Pedro Ludovico, Interventor de Goiás, que aparece no momento atual quer da vida social, política e econômica, quer da vida cultural de nosso Estado, como o bandeirante do século 20, grande para a posteridade, como Bartolomeu Bueno para nós outros – soube compreender a necessidade; e deu ao Instituto Histórico e Geográfico de Goiás todo o seu apoio. [...] Quero finalizar nossas palavras, volvendo o pensamento para a vetusta cidade de Goiás – berço da glória que hoje consagramos. [...] Goiânia, a cidade das realizações ousadas, dos empreendimentos e iniciativas felizes e construtoras em todos os setores da atividade humana, a cidade que nasceu grande e já traduz tão bem a vertigem do progresso e da civilização contemporâneos, não pode viver sem Goiás – o berço querido de tantas tradições preciosas que um dever cívico imperioso nos induz, não só a guardar, como a defender. Goiânia e Goiás são duas cidades que se completam, que se devem entender e que precisam viver unidas: uma é tradição, é o passado repleto de recordações gratas e afetivas de glórias legítimas, de louros imperecíveis; outra é a cidade do presente e do futuro, a materialização do espírito da época e um prenúncio da vertigem do porvir" (**Discurso proferido por Colemar Natal e Silva por ocasião do lançamento da pedra fundamental do IHGG em Goiânia no dia 26 de julho de 1938**, In: OLIVAL, 1992, p. 178-179)

Nessa entonação discursiva, presente e passado se fundem para prenunciar um futuro promissor. Em meio ao deslumbre com as conquistas da contemporaneidade e os auspícios de desenvolvimento, a instalação do IHGG e a atuação dos intelectuais ligados a seus quadros (e ao Estado) garantiriam que os louros do passado, as tradições de Goiás, não fossem esvaecidas no interior desse projeto. Dispondo seus cabedais intelectivos, esses cultores de Clio buscaram não só narrar sua(s) história(s) de Goiás, mas também vasculharam, sobretudo no passado colonial e imperial da região, nomes de vulto, experiências pessoais, atos administrativos, eventos históricos que funcionassem como referências para essa identidade regional que traziam como refrão: o amor à Goiás, o zelo pelas tradições dessa terra, a probidade na defesa dos interesses coestaduanos e o empenho pela integração do estado e promoção de seu desenvolvimento. Mas não só o passado longínquo foi historiado para a conformação desse empreendimento identitário. Modulados ao discurso dos vitoriosos na revolução, harmonizados à ótica triunfante, esses intelectuais fundaram, em conjunto com o poder estabelecido, uma nova historicidade para Goiás, que acabou sendo encampada pela historiografia regional: a representação de um "tempo novo" vivido em Goiás a partir dos anos 1930, o tempo de Pedro Ludovico, da jovem capital Goiânia, da modernidade

nascente para os goianos, que contrastava com o período do atraso, o "tempo velho" das oligarquias que marcou a Primeira República.

## CAPÍTULO 3 – NAS TRILHAS DE UMA PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA ACADÊMICA EM SEU PRELÚDIO (GOIÁS – ANOS 1960 E 1970)

Ao encetarmos esse capítulo traçando como referência temporal a década de 1960, podemos estar produzindo a impressão especiosa ao leitor de que, nesse decênio em pauta, a produção historiográfica acadêmica irrompeu de forma a estabelecer novos parâmetros à pesquisa histórica em Goiás. No entanto, não foi isso que, a partir de nossa investigação, averiguamos ter ocorrido. Quando incluímos os anos sessenta na abrangência temporal tanto da produção historiográfica autodidata quanto da acadêmica, nossa pretensão, primeiramente, foi a de evitar uma cesura radical na passagem de um modelo de historiar para outro, predominante em cada fase, pois não foi dessa forma que essa mudança se realizou. Em segundo lugar, intentamos apresentar esse decêndio como um período de transição, momento em que alguns fenômenos, circunstâncias e a atuação de determinados sujeitos propiciaram certas condições para que, na década de 1970, o fazer historiográfico em Goiás experimentasse de uma inflexão em seu *modus operandi*. Neste sentido, é preciso discorrermos sobre capítulos particulares da história da História em Goiás nesta época, para demonstrarmos como seu deu, em nosso ponto de vista, essa passagem de um modelo historiográfico para outro e que acabou por se colocar como preponderante na historiografia regional.

Na década de 1960, as duas principais universidades do estado, Católica (UCG) e Federal (UFG), foram fundadas e tiveram seus cursos de História institucionalizados. Contudo, é importante que se pontue, o estabelecimento desses cursos, nessas duas instituições, apresentou caminhos distintos e algumas especificidades que precisam vir à baila nesta exposição sobre o assentamento de uma produção historiográfica acadêmica em Goiás. Do mesmo modo, é fundamental ressaltarmos que, nessa quadra, ainda prevalecia a escrita da História como a praticada pelos estudiosos autodidatas. Além do mais, as primeiras turmas de historiadores goianos, já sob a égide do espaço acadêmico, foram formadas por docentes pertencentes a esse círculo intelectual que se incumbia de escrever a história goiana. Mas também é imprescindível salientar, que foi no início desse decênio que, tendo a UCG entregado sua administração à responsabilidade dos jesuítas, desembarcou em solo goiano um historiador que foi decisivo nos rumos tomados pela pesquisa histórica em Goiás: o padre espanhol Luis Palacin Gomez. Já licenciado em História, Luis Palacin, nos anos sessenta, concluiu seu doutoramento na

Universidade Complutense de Madri e fizera suas andanças pelos arquivos históricos goianos, o que resultaria na elaboração de sua famosa tese de livre-docência *Goiás 1722-1822: Estrutura e Conjuntura numa Capitania de Minas*.

Na década de 1970, por sua vez, as mudanças na forma de se produzir conhecimento histórico em Goiás começaram a se materializar a partir de alguns acontecimentos capitais: a realização, em 1971, do VI Simpósio Nacional de História da ANPUH em Goiânia, a defesa da emblemática tese de livre-docência por Luis Palacin, a criação do Programa de Mestrado em História da UFG e o doutoramento, na USP, das professoras Dalísia Doles, Maria Augusta S. Moraes e Marivone Chaim, fatos ocorridos entre 1972 e 1973. A conjunção desses fenômenos indicia que a produção historiográfica em Goiás estava, na década em apreço, tomando novos rumos e a escrita da história regional adquirindo uma nova fisionomia, possível de se notar nas teses de Luis Palacin, Dalísia Doles, Maria Augusta S. Moraes, Marivone Chaim e nas dissertações de mestrado produzidas no interior do Programa de Mestrado em História da UFG. Era a produção historiográfica acadêmica em seus prelúdios, assumindo novos contornos teórico-metodológicos e estreitando seu diálogo com a comunidade científico-acadêmica no Brasil. As inflexões apresentadas pelo "fazer histórico" em Goiás eram, sobretudo, de ordem teórico-metodológica: o exame crítico das fontes históricas utilizadas, o cuidado metodológico, o recurso a aportes teóricos debatidos no universo acadêmico, a predominância de uma história econômico-social em face de uma história política, a estratégia analítica e temática se sobrepondo à descritiva e factualista, a produção/apropriação de conceitos históricos, a formulação de hipóteses que passariam pelo crivo crítico de integrantes da comunidade acadêmica, enfim, elementos que refletiam a preocupação com a validação científica dos resultados investigativos.

Não obstante, outro aspecto merece ser colocado em realce: o ambiente intelectual era outro, as exigências por pesquisa e as demandas por sentido se mostravam distintas. Não se tratava mais de um círculo de estudiosos, com outras formações e ocupações profissionais, os quais, além de emprestar seu potencial autodidata à docência e à escrita da História em Goiás, também exercitavam suas atividades intelectuais por meio de um forte vínculo com questões emanadas da cena política do estado. A partir de então, tratava-se de uma corporação de especialistas que, tendo a História como ofício, dedicaram-se ao ensino e à pesquisa histórica no estado, mas em meio a outro cenário, o dos debates acadêmicos, das discussões sobre a História como campo científico especializado no conhecimento do passado e o da ambiência composta por pesquisadores

vinculados à universidade como espaço de produção intelectual e menos comprometidos com instituições ou com a arena política estadual.

Portanto, é esse contexto (anos 1960 e 1970), são esses acontecimentos (a institucionalização dos cursos de História, a constituição de um espaço acadêmico, a ocorrência de eventos históricos capitais no início dos setenta), é este outro "fazer histórico" (o da produção historiográfica acadêmica) que pretendemos esmiuçar nesse terceiro capítulo para que seja possível perceber que, a partir dos anos 70, a historiografia em Goiás experimentaria de uma nova fase no seu modo de produzir conhecimento histórico.

## 3.1 – Constituindo uma ambiência acadêmica: a institucionalização dos cursos de História nas Universidades Católica e Federal de Goiás (década de 1960)

Historicamente, nas universidades brasileiras, a criação dos primeiros cursos de História esteve, em sua maioria, atrelada aos de Geografia. Em Goiás, essa realidade não foi diferente, o mais antigo curso de História e Geografia data de 1949 e era ofertado pela Faculdade de Filosofia de Goiás que, no final da década de 1950, viria a ser a Universidade de Goiás, tornando-se, em 1971, Universidade Católica de Goiás. Nos primeiros anos desse curso, cujo escopo principal era a formação de professores, suas disciplinas eram ministradas por advogados, médicos, farmacêuticos, padres, tendo formado, nessa graduação, importantes nomes da historiografia em Goiás, como Lena Castello Branco F. de Freitas[125], Maria Augusta S. de Moraes e, numa fase ulterior, Dalísia Doles. Dessa época, uma situação interessante pôde ser notada: foram os professores e estudiosos autodidatas que formariam os futuros bacharéis e licenciados em História e Geografia e que se constituiria numa primeira leva de especialistas em História no estado. Logicamente, que essa especialização também foi fruto do empenho desses profissionais que, ao longo de suas carreiras, buscaram qualificação e aprofundamento em sua área de atuação.

A historiadora Simone Borges (2006) que, em sua dissertação de mestrado, investigou a história dos cursos de História da UCG e UFG, afirmou que no transcorrer dos anos de 1960 e 1970, "o curso de História da Universidade Católica de Goiás sofreu modificações quanto à composição do corpo docente [...] os alunos da Faculdade foram se incorporando ao corpo docente da instituição, bem como destaca-se a presença dos padres jesuítas" (BORGES, 2006, p. 99). Com o passar dos anos, o corpo docente do curso foi sendo constituído, quase que na sua totalidade, por alunos oriundos de seu próprio quadro.

A Reforma Universitária de 1968 fez com que a Universidade de Goiás (futura UCG) passasse por importantes transformações em sua estrutura institucional. Dentre as várias mudanças estruturais e curriculares experimentadas, podemos citar o fato de que, com a departamentalização, o curso de História passaria a compor o recém-criado Departamento de História e Ciências Sociais (HCS) e o curso de Geografia ligou-se ao Departamento de Ciências Biológicas e Geográficas (CBG) (BORGES, 2006, p. 110). Outra importante decisão institucional tomada foi de natureza

[125] Como a professora Lena Castello Branco será citada em muitas passagens desse trabalho, optamos por uniformizar a referência ao seu nome como Lena Castello Branco Ferreira de FREITAS, mesmo tendo ela assinado, anteriormente, como Lena Castello Branco Ferreira da Costa.

curricular, fundamental para se compreender os rumos tomados pelo curso de História da UCG: a adoção do currículo de Estudos Sociais, entre 1975 a 1983. Segundo Borges, esse currículo apresentava:

> [...] a duração mínima de um ano e meio, média de três e máxima de quatro anos, possuindo uma carga horária de 2.070 horas. Ao final do terceiro ano, o aluno estava habilitado em Licenciatura Curta de Estudos Sociais, possibilitando-o atuar no ensino denominado, na época, de 1º grau. Ao receber seu diploma poderia lecionar as disciplinas de Estudos Sociais, História, Geografia, Organização Social e Política Brasileira (OSPB), Educação Moral e Cívica, as duas últimas disciplinas criadas, dentro do ideário do Regime Militar. Após a Licenciatura Curta, o egresso poderia complementar as disciplinas cursando mais um ano e meio, e receber, ao final, o diploma em Licenciatura Plena de Geografia ou História (BORGES, 2006, p. 111-112).

Observando essa opção pelo currículo de Estudos Sociais durante os anos 1970, é possível depreender algumas diretrizes assumidas pelo curso de História da UCG: o investimento na formação de professores; seja de 1º grau, com múltiplas possibilidades de atuação, ou de 2º grau, com formação mais específica; e a adequação de seu curso às disposições curriculares emitidas pelo governo autoritário por meio da formação em Estudos Sociais. Considerando que o curso da UCG só abandonou esse currículo em 1986, quando houve uma reestruturação curricular para implantação do Bacharelado e da Licenciatura em História, tomando-se em conta que sua Pós-Graduação *Lato Sensu* em História foi criada em 1988 e que teve seu Centro de Pesquisa Histórica (CPH) só instituído em 1989 (BORGES, 2006), fica cristalino que, nas décadas de 60, 70 e até fins dos 80, o curso de História da UCG enveredou-se, vigorosamente, pelo caminho da formação de professores em detrimento ao da constituição de pesquisadores[126], tendo sido essa instituição uma das grandes responsáveis por formar, em diversas áreas, os professores que atuaram nas escolas do território goiano.

O curso de História da Universidade Federal de Goiás, por sua vez, percorreu uma trajetória diversa e muito singular. Concebida no apagar das luzes do mandato de Juscelino Kubistchek, a UFG foi criada por meio do Decreto Presidencial nº 3.834-C, de 14 de dezembro de 1960. A epopeia que se constituiu a luta pela criação dessa universidade pública teve na figura de Colemar Natal e Silva seu grande protagonista, por isso, não casualmente, ele se tornou o primeiro reitor. Depois de completar um ano, a UFG realizou, em janeiro de 1962, a Semana de

[126] O Programa de Mestrado em História da UCG, hoje PUC-Goiás, recebeu da CAPES, em 2007, autorização para seu funcionamento. Sua área de concentração é "Cultura e Poder" e desenvolve trabalhos em duas linhas de pesquisa: "Identidades, Tradições e Territorialidades" e "Poder e Representações".

Planejamento, evento que reuniu ilustres personalidades da educação no Brasil (TELES, 1963, p. 12), como Darcy Ribeiro (reitor da UNB), o professor português Agostinho da Silva (UNB), Valnir Chagas (diretor da Faculdade de Filosofia do Ceará), Benedito Silva (diretor da Escola Brasileira de Administração Pública) e Ernesto Luis de Oliveira Júnior (Universidade do Brasil).

Por ocasião desse encontro, que frutificou várias discussões institucionais e pedagógicas, o professor Agostinho da Silva, em sua conferência, ressaltou a ausência, nas universidades, de espaços intelectuais que estudassem especificamente o Brasil e as coisas brasileiras, sugerindo, então, a necessidade da implantação de Centros de Estudos Brasileiros. Atraído pela sugestão do professor luso, Colemar Natal e Silva, ao término da "Semana", anunciou a criação do Centro de Estudos Brasileiros (CEB), que foi aprovado pelo Conselho Universitário da UFG através da Resolução nº 12 de 09 de fevereiro de 1962 (OLIVAL, 1992, p. 93). Abrigando uma proposta humanista, a implantação do CEB, de certo modo, foi uma atitude ousada do reitor Natal e Silva e do Conselho Universitário, tendo em vista seu caráter inovador. Teles (1963), remontando os argumentos de Agostinho da Silva, proferidos em sua conferência, aduziu que:

> [...] um Centro de Estudos Brasileiros idealmente deveria estar ligado a uma Universidade nova, sem maiores compromissos com o passado, e onde se pudesse sentir uma necessidade constante de realização. E, além disso, para que fosse realmente um "centro", de modo a carrear para si os vectores diversos das áreas culturais brasileira, era sobretudo necessário que existisse na área central do Brasil, ao lado de Brasília. Somente no Planalto Central do Brasil se verificam certas peculiaridades demográficas e sociais heterogêneas, funcionando como perfeita amostragem das mais diversas e diferentes regiões brasileiras. Propunha, então, que "neste vosso Goiás, neste centro do Brasil, região que foi de gente bandeirante e tem que continuar gente bandeirante; aqui, onde existe efetivamente alguma coisa de essencial para o resto da cultura brasileira", a Universidade Federal de Goiás fundasse o seu Centro de Estudos Brasileiro, com o objetivo principal de estudar, ensinar e pesquisar todos os aspectos da realidade brasileira (TELES, 1963, p. 13-14).

Instalado a 11 de março de 1962, o CEB iniciou suas atividades oferecendo o curso de Estudos Goianos. Era um curso de extensão cultural, com duração de dois semestres, cujo objetivo era possibilitar o estudo e a pesquisa da realidade e da história goiana (TELES, 1963). Como bem salientou o professor Agostinho da Silva, foi a "Universidade Federal de Goiás a primeira a ter um curso de história do seu Estado" (SILVA, 1963, p. 31). Alojado, primeiramente, no Conservatório de Música, depois, provisoriamente, na sede do IHGG[127], o Centro ofereceu ainda o Curso de Graduação em Estudos Brasileiros, que reunia em seu currículo disciplinas voltadas para o estudo

[127] À época, Colemar Natal e Silva também era presidente do IHGG.

de História, Literatura, Geografia, Sociologia, Arte, Economia, Antropologia, Filologia, Administração, focadas para se pensar o Brasil. O CEB também funcionava como unidade acadêmica de integração, tendo em vista que, por meio da Portaria nº 35, de 18 de fevereiro de 1963, o aluno, de qualquer curso da UFG, não seria diplomado se não cursasse uma disciplina do Centro.

Além de mirar a formação de professores de estudos brasileiros, o CEB também almejava, dentre outros objetivos planeados, fomentar o conhecimento acerca "das possibilidades artísticas e científicas do Brasil, levando o aluno a especializar-se em cultura brasileira" e "promover e executar investigações científicas de interesse para o conhecimento do Estado de Goiás e do Brasil (TELES, 1963, p. 15). Além da vanguarda e idealismo alojados na concepção do CEB, Lena Castello Branco F. de Freitas, que foi professora no Centro, apontou algumas indefinições que essa unidade apresentava:

> O Centro de Estudos Brasileiros estava voltado para o público universitário; fazia-se um vestibular e o aluno ingressava no curso, para fazer uma espécie de um bacharelado. Mas realmente a coisa era muito idealista, um pouco nebulosa do ponto de vista de definições claras. Deixava muito a desejar... Não havia nenhuma proposta pedagógica. A única proposta que havia era em relação ao próprio curso, que fosse voltado para a pesquisa e formação de uma elite intelectual, embora isso não se dissesse claramente, estava subentendido. O Centro funcionava com dois cursos: o curso de Estudos Brasileiros, voltado para a pesquisa e para formação de um tipo de "bacharel" em Estudos Brasileiros, digamos assim; e outro curso de extensão, aberto ao público e que chamava-se curso de Estudos Goianos, em que se procurava desenvolver o gosto pela cultura regional, pelos estudos geográficos, pela ecologia (FREITAS *apud* SILVA, 2002, p. 33)

Ainda em 1962, uma proposta institucional, já prevista no decreto de criação da UFG, acabou se concretizando depois de muito empenho do reitor Colemar Natal e Silva em meio a muitas controvérsias no interior da comunidade acadêmica: a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), materializada através do Decreto-Lei nº 51.582, de 08 de novembro de 1962. A FFCL da UFG seguiria o modelo uspiano: como núcleo de integração com as outras unidades universitárias. Na ata da reunião do Conselho Universitário, realizada no dia 25 de setembro de 1962, que tratava da instalação da FFCL, previu-se, segundo Borges (2006, p. 169), a criação gradativa de vários cursos, dentre eles, o de História, cuja oferta estava programada para 1964. Entretanto, as dificuldades orçamentárias e de pessoal fizeram com que a gestão da UFG não seguisse à risca o cronograma de criação desses cursos.

Com o advento do governo autoritário, em 1964, a Universidade Federal de Goiás passou a ser monitorada para que fossem detectados os "elementos subversivos" que atuavam em seus quadros, sejam docentes, discentes ou servidores administrativos. O CEB, então, que, desde sua origem, tinha uma veia político-intelectual muito vigorosa, também foi alvo de investigações por parte do governo repressor em Goiás. Lena Castello Branco F. de Freitas descreveu o clima de suspeita que rondava o centro:

> Em 1964, com o golpe, havia uma suspeição de que o Centro de Estudos congregasse pessoal vinculado ao Partido Comunista do Brasil. Até certo ponto, tinha fundamento, porque alguns dos professores foram efetivamente do PC. Mas, na verdade o Centro não tinha nenhuma conotação política era um Centro de estudos e pesquisas. [...] Essa suspeição, vamos dizer, de atuação política, fez como que o Centro de Estudos Brasileiros fosse ameaçado de fechamento (FREITAS *apud* SILVA, 2002, p. 33).

Objeto da instauração de um IPM (Inquérito Policial Militar), instrumento típico da ditadura militar para legitimar as ações mais duras e de intervenção, o CEB foi fechado no ano de 1965. Naquele contexto, a diretoria da FFCL viveu um impasse: o que fazer com os discentes que cursavam a graduação no Centro de Estudos Brasileiros? A saída encontrada foi assim narrada pela professora Lena:

> [...] E houve uma preocupação de fazer com que aqueles núcleos de estudos não desaparecessem completamente; e a melhor solução encontrada foi criar um curso de História e Geografia e transferir os alunos do Centro para esses cursos, na já então existente Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Então os alunos foram efetivamente absorvidos, não foram propriamente transferidos, foram absorvidos pelo curso de História e Geografia (FREITAS *apud* SILVA, 2002, p. 33 e 34).

Criado para abrigar os alunos do extinto CEB, o curso de História e Geografia começou suas atividades, em 1965, também nas dependências do IHGG. Os discentes remanescentes ingressaram, automaticamente, no 3º ano do curso, só depois é que ocorreu vestibular para a primeira turma regular. Em 1966, esses alunos, oriundos do CEB, concluíram a graduação, sendo que alguns deles se tornariam professores universitários, seja na UFG ou na UCG, como Mari Baiocchi, Marivone Chaim e Sérgio Paulo Moreyra. Alguns dos docentes que começaram a atuar nesse curso também eram remanentes do Centro, como Alfredo Albinagem, Horieste Gomes, Lena Castello Branco F. de Freitas, Modesto Gomes e José Ubiratan de Moura.

Entretanto, com a Reforma Universitária de 1968, a estrutura institucional da UFG sofreu nova modificação que, por conseguinte, atingiu a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Dentre as várias medidas advindas dessa reforma, podemos destacar algumas que incidiram, diretamente, sobre os rumos do curso de História e Geografia: a extinção do regime de cátedra e o estabelecimento da departamentalização, a indissociação entre ensino e pesquisa, o estímulo ao regime de tempo integral e dedicação exclusiva, a regulamentação da pós-graduação e a criação dos institutos como unidades universitárias (BORGES, 2006, p. 187).

Com essa reestruturação dos campos acadêmicos, administrativo e discente da UFG, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foi desmembrada e foram criados o Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), o Instituto de Química e Geociências (IQG), o Instituto de Ciências Biológicas (ICB) e a Faculdade de Educação. O ICHL passou a contar com os cursos de Letras, Ciências Sociais, Comunicação Social, História (bacharelado e licenciatura), sendo que o de Geografia se manteve, na prática, ligado a este instituto até 1975, quando se integrou de fato ao IQG. Desde então, História e Geografia, antes siameses de um mesmo corpo institucional, foram cindidos e seguiram, cada qual, seus próprios caminhos no universo acadêmico goiano. Essa cisão foi fundamental para que o curso de História da UFG adquirisse uma identidade própria, delineada por princípios inerentes a seu campo de reflexão. E no tocante à oferta de sua licenciatura, é preciso esclarecer que, diferentemente do curso de História da UCG, o da UFG não optou pelo currículo da licenciatura curta em Estudos Sociais (BORGES, 2006, p. 200).

Apoiada em diversos documentos e relatos orais, a historiadora Simone Borges (2006) reconstruiu a trajetória do curso de História da UFG e expôs três conclusões fundamentais em sua pesquisa:

> O CEB, na verdade, foi o berço que embalou o curso de História da UFG. [...] O Centro de Estudos Brasileiros foi o embrião dos cursos de História e de Geografia da UFG (BORGES, 2006, p. 150 e 170).
> [...]
> [...] a primeira geração (professores-fundadores) de professores de História da UFG formou-se na Faculdade de Filosofia da Universidade Católica, na época denominada Universidade de Goiás. O curso de História da UCG foi celeiro para a composição do núcleo inicial do corpo docente de História da UFG (BORGES, 2006, p. 178).
> [...]
> Em 1967, teve início o que, neste trabalho, denominou-se de *segunda geração* dos professores do curso de História da UFG. Formou-se, assim, um corpo docente misto, composto, em sua maioria, por docentes com formação na UCG e por professores "frutos da casa", ou seja, com graduação já no próprio curso de História da UFG (BORGES, 2006, 182).

Outro fato, ocorrido na década de 1960, que também merece consideração foi o doutoramento de Luis Palacin na Universidade Complutense de Madri, entre 1965 e 1967. Lecionando desde o início do decênio no curso de História da Universidade de Goiás, Palacin prestou concurso, em 1965, para a UFG, quando passou a fazer parte dos quadros das duas universidades. Não só pelo fato de ser o único doutor em História, mas, mormente, por seu ardor pela pesquisa histórica, a atuação de Palacin foi fundamental para os caminhos trilhados pela historiografia em Goiás (como demonstraremos na próxima seção). E foi nessa década em apreço que iniciou suas andanças por vários arquivos goianos, de diferentes lugares, para conhecer e escrever, a seu modo, a partir de suas referências teóricas e metodológicas, com seu estilo narrativo, muitos trabalhos relativos à história de Goiás.

Cabe ainda lembrar que alguns desses docentes, que trabalhavam tanto na UFG quanto na UCG, já estavam buscando maior aproximação e interlocução com a comunidade dos historiadores em nível nacional. No V Simpósio Nacional de Professores Universitários de História, organizado pela APUH[128], em 1969, na cidade de Campinas-SP, cujo tema central foi "Portos, Rotas e Comércio", Luis Palacin, além de presidir uma das sessões de estudos, apresentou a comunicação intitulada "As comunicações marítimas do Brasil durante o século XV" (ANAIS, 1971, p. 17[129]). Participaram também do evento as professoras Gilka Salles e Dalísia Doles, sendo que esta última apresentou a comunicação "A ligação centro-norte pela via Araguaia-Tocantins no período colonial (ANAIS, 1971, p. 17 e 19). Os Anais desse evento dão conta que, no dia 06 de setembro de 1969, foi realizada a 2ª sessão ordinária, ocasião em que foi apresentado o resultado da apuração das eleições para a nova diretoria da APUH, relativa ao biênio 1970-1971: Presidente Eurípedes Simões de Paula (São Paulo), Vice-Presidente Luis Palacin (Goiás), 1º Secretário Alice Piffer Canabrava (São Paulo), 2º Secretaria Helio Dantas (Natal), 1º Tesoureiro Cecília Maria Westphalen (Curitiba) e 2º Tesoureiro Olga Pantaleão (Marília) (ANAIS, 1971, p. 22). Além da eleição do padre Luis Palacin como vice-presidente da APUH, outro fato demonstra que a comunidade de historiadores de Goiás realmente ansiava por sua inserção no circuito

[128] Desde sua criação, em 1961, até o V Simpósio Nacional, em 1969, a Associação dos Professores Universitários de História era conhecida pela sigla APUH. Quando da realização do VI Simpósio, em 1971, na cidade de Goiânia, foi decidido que a sigla mudaria para ANPUH, Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANAIS, 1973, p. 7). Atualmente, a ANPUH é simplesmente a Associação Nacional de História que, como de costume, realiza seu evento nacional a cada dois anos.

[129] Embora os Anais sejam datados de 1971, o V Simpósio Nacional da APUH foi realizado em 1969. Isso ocorre também com os anais do VI Simpósio que, mesmo realizado em Goiânia, em 1971, estão datados de 1973.

historiográfico nacional: a requisição, assinada pela professora Lena Castello Branco de Freitas, que, em nome da direção do ICHL da UFG e da coordenação do curso de História da UCG, solicitava que o próximo Simpósio Nacional da Associação fosse realizado em Goiânia:

> Quanto ao local do próximo Simpósio, a mesa deu conhecimento ao plenário da única proposta que havia recebido, assinada pela coordenadora do Instituto de Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de Goiás, Professôra Lena Castello Branco, reivindicando para Goiânia o privilégio de hospedar o VI Simpósio. A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Católica de Goiás, pelos professôres presentes se associaram também ao convite. Não havendo outra proposta, o Prof. Eurípedes Simões de Paula declarou que aceitava em nome da APUH o generoso oferecimento, mas argumentou que a data precisa deveria ser debatida pela Diretoria com o Núcleo regional de Goiás, sendo enviadas oportunamente circulares elucidativas do problema, como já vinha sendo feito anteriormente pela Secretaria da entidade. Dando por encerrado os debates, o Presidente, Prof. Eurípedes Simões de Paula, declarou que o V Simpósio correra muito bem e que algumas das falhas ocorridas seriam sanadas dentro do possível por ocasião do VI Simpósio Nacional da Associação Nacional dos Professores Universitários de História a ser realizado em 1971 em Goiânia (ANAIS, 1971, p. 23).

Percebe-se, então, que em fins dos anos 1960, já estabelecidos no ambiente acadêmico, os historiadores em Goiás estavam dedicando-se a pesquisas e tencionavam interagir com outros especialistas do cenário nacional. Como ainda não haviam defendido ou publicado suas pesquisas, as sessões de apresentação e os anais de eventos que participavam eram formas de tornar públicos os resultados parciais dessas investigações.

Pelo conteúdo do que foi exposto, infere-se que o curso de História da UCG, anterior ao da UFG, acabou se constituindo num centro formador de professores que viriam a atuar nos cursos das duas universidades. No entanto, a formação desses primeiros professores e historiadores, graduados sob a guarida da universidade, ficou ao encargo de "docentes e historiadores autodidatas" que, oferecendo suas capacidades intelectivas, deram mais ênfase a uma formação erudita e intelectualizada do que propriamente especializada em História como um campo de conhecimento científico com reflexões e procedimentos particulares. Observou-se, ainda, que tanto o curso de História da UCG, quanto o da UFG, foram concebidos em conjunto ao de Geografia e seus currículos estiveram voltados, sobremaneira, para a formação de professores. Mesmo com a posterior cisão, quando trilharam um caminho autônomo, continuaram focados na preparação de profissionais para o magistério. No entanto, acreditamos que o curso de História da UFG, herdeiro do antigo CEB, foi desenvolvendo maior vocação pelo estudo e pela pesquisa em história regional, mesmo que os primeiros trabalhos só tenham aflorado na década de 1970. Aqui é

preciso também considerar a escolha curricular feita em cada um dos cursos. Como já destacado, o da UCG optou pelo currículo da licenciatura curta em Estudos Sociais, o da UFG, por sua vez, decidiu só pelo currículo da licenciatura plena. Além disso, no momento em que o curso de História da UFG passou a contar com uma "geração mista", composta por professores formados pela Faculdade de Filosofia e/ou Universidade de Goiás e pela própria UFG, a Reforma Universitária, de 1968, trouxe consigo a implantação do Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva (RETIDE), que fez com que muitos docentes da UCG, em fins dos anos 60 e no decorrer dos 70, optassem por atuar, exclusivamente, na UFG (BORGES, 2006, p. 106), como ocorreu com as professoras Gilka Salles, Lena C. B. F. de Freitas, Dalísia Doles, Maria Augusta S. de Moraes, Antônio T. Neto, dentre outros. A opção pelo RETIDE na UFG representava não só melhor remuneração, mas, sobretudo, menos sobrecarga de trabalho e mais tempo para investir em pesquisa e em qualificação profissional, mas esses frutos só viriam nas décadas seguintes. Por último, é imprescindível deixar manifesto que nenhum trabalho, com fisionomia diferente ao da "historiografia autodidata", foi tornado público na década de 1960. Mas pelo fato desses professores, historiadores e alunos estarem envoltos a outro ambiente intelectual, com outras exigências profissionais e de produção, vivenciando uma nova realidade institucional e dedicando-se à pesquisa histórica, é que consideramos esse decênio como um "momento de transição". Período em que essa institucionalização dos cursos de História na UCG e UFG, cada qual com suas especificidades, somada a atuação de muitos de seus docentes, acabaram por viabilizar as condições para que, na década seguinte, o "fazer histórico" em Goiás experimentasse de uma verdadeira inflexão.

### 3.2. Os sintomas de uma inflexão historiográfica no início dos anos 1970

A década de 1970 foi, particularmente, importante na história da historiografia em Goiás. A institucionalização dos dois principais cursos de História do estado, a ambientação com a vida acadêmica e suas exigências peculiares, o esforço por estreitar o diálogo com a comunidade historiográfica nacional (que remontam a década anterior) contribuíram para que os especialistas em História do estado buscassem não só exercitar à docência, mas também se dedicarem àquilo que, verdadeiramente, os tornavam historiadores: a pesquisa e a escrita historiográfica. No entanto, a pesquisa histórica que vinha sendo formulada em fins dos anos 1960, embora ainda não tornada pública por meio de defesa de teses ou da edição de livros, estava sendo pensada a partir de outro critério: o de conferir rigor científico às investigações historiográficas confeccionadas em Goiás. Isso resultou no aparecimento de uma produção historiográfica regional com fisionomia e propósitos distintos ao da produção histórica autodidata. Alguns acontecimentos ocorridos no início dessa década foram sintomáticos para se perceber a mudança operada com a constituição dessa historiografia acadêmica. Referimo-nos à realização, na cidade de Goiânia, do VI Simpósio Nacional da ANPUH, em 1971; à criação do Programa de Mestrado em História da UFG, em 1972; à defesa da tese de livre-docência de Luis Palacin e ao doutoramento das professoras Dalísia Doles, Maria Augusta Sant'Anna de Moraes e Marivone Chaim, na USP, nos anos de 72 e 73.

Antes, porém, de examinarmos o alcance que teve a ocorrência do Simpósio da ANPUH para a comunidade de historiadores e professores de História em Goiás, é importante registramos a presença da professora Gilka Vasconcelos F. Salles na XXIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), ocorrida em Curitiba-PR, em julho de 1971. Participando de uma mesa redonda denominada "O estado atual da pesquisa histórica no Brasil", onde historiadores de várias regiões do país estiveram discutindo a situação da pesquisa histórica em seus respectivos estados, Salles dividiu espaço com nomes de peso da historiografia nacional, como José Honório Rodrigues, Eurípedes Simões de Paula e Francisco Iglésias[130] e apresentou seu estudo sobre "A pesquisa histórica em Goiás"[131]. Nessa reflexão, que talvez seja o primeiro esforço, mesmo que abreviado, de se pensar a história da historiografia em Goiás, ela discorreu

[130] Na apresentação "A pesquisa histórica no Brasil", cujo texto foi publicado na Revista de História da USP, Iglésias endereçou ácidas críticas às pesquisas ainda praticadas sob o manto do autodidatismo e do diletantismo no Brasil (IGLÉSIAS, 1971).
[131] O texto dessa comunicação também foi publicado na Revista de História da USP, ver (SALLES, 1971).

sobre as crônicas e memórias produzidas no século XIX, sobre os relatos de viajantes e naturalistas que percorreram o território goiano no oitocentos e sobre os trabalhos de historiadores que elaboraram suas histórias de Goiás nas primeiras décadas do século XX. No tópico nominado por ela de "Plano integrado de pesquisa sobre a reformulação da história de Goiás" (SALLES, 1971, p. 458), ressaltou a existência de pesquisas programadas pelo departamento de História e que visavam a reformulação da história de Goiás por meio de estudos monográficos e de teses. Como parte desse "plano", a historiadora apresentou alguns temas que estavam sendo investigados por docentes da UFG, os quais objetivavam reescrever a história de Goiás e, *pari passu*, alcançar o ingresso em programas de mestrado ou doutorado. Os temas eram os seguintes: "a cidade de Goiás no século XVIII", "a sociedade e a economia de Goiás no início do século XIX", "a navegação no rio Araguaia no século XVIII", "aldeamentos indígenas em Goiás no século XVIII", "o desenvolvimento sócio-econômico da Província de Goiás no Segundo Império"; "o liberalismo em Goiás no século XIX", "a revolução de 1930 em Goiás", "a fundação de Goiânia" e "Goiás – 1722 a 1822 – estrutura e conjuntura numa capitania de minas". Várias dessas investigações se materializaram em teses e dissertações posteriormente. Findando sua exposição, Salles pontuou o momento de transformação que vivenciavam no meio acadêmico em Goiás, o que a fazia acreditar num futuro auspicioso para a historiografia regional:

> Com a paulatina transformação que se opera na vida universitária, voltando-se os órgãos dirigentes para maior amparo à ciência, ao incentivarem financeiramente os pesquisadores para disporem de tranqüilidade econômica para o trabalho, está havendo um despertar promissor para a historiografia de Goiás (SALLES, 1971, p. 462)

Cremos que, por meio desse registro, fica patente que, naquele contexto, a maioria dos historiadores goianos estava empenhada em reformular os moldes da historiografia praticada até então em Goiás. Todavia, para essa reescrita da história regional, sob outros critérios e com outro formato, era preciso, cada vez mais, estreitar os laços com o círculo de especialistas nacionais e internacionais para conhecerem quais os debates e tendências estavam em voga no cenário acadêmico-científico brasileiro e estrangeiro. Isso se dava através de duas vias principais: pela participação em eventos especializados e pela qualificação/aprofundamento de pesquisas em cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado). Como vimos, muitos docentes, conscientes dessa necessidade, buscaram participar de eventos acadêmicos em que perfilavam respeitados pesquisadores da província dos historiadores. Ademais, esses professores estavam envolvidos em

pesquisas nas quais fitavam a possibilidade de verticalizá-las em programas de pós-graduação, sobretudo o da USP.

Seguindo essa propensão, a direção do ICHL da UFG, representada pela professora Lena C. B. F. de Freitas, e o Departamento de História e Ciências Sociais (HCS) da UCG, prontificaram-se, em 1969, a organizar e a sediar em Goiânia o próximo Simpósio da ANPUH, o que foi acolhido pela diretoria da Associação. Desta forma, entre os dias 05 e 12 de setembro de 1971, foi realizado, na capital goiana, o VI Simpósio Nacional de História da ANPUH, que abrigou o tema "Trabalho Livre e Trabalho Escravo". Registrou-se, naquela oportunidade, a presença de 774 simposiastas, sendo 298 professores universitários, 119 professores secundários e 357 estudantes universitários (ANAIS, 1973, p. 09). Esse número de participantes, notadamente o de discentes, surpreendeu tanto a comissão organizadora quanto a diretoria da ANPUH, que esperavam, no mais otimista prognóstico, cerca de 500 inscritos. As maiores comitivas foram a de São Paulo, com 333 participantes, e a de Goiás, com 172 pessoas (ANAIS, 1973, p. 10 e 11).

A quantidade de comunicações, 72 no total, também foi considerada um "recorde" apresentado pelo Simpósio em comparação aos anteriores. Dentre essas comunicações, dez foram emanadas do "núcleo de professores goianos", que expuseram os seguintes estudos: "O trabalhador escravo em Goiás nos séculos XVIII e XIX" (Gilka Salles), "O abolicionismo em Goiás" (Maria Augusta S. Moraes), "O trabalhador rural no sudoeste goiano" (Maria Sônia França), "O acervo documental do Arquivo Geral do Serviço de Documentação do Estado de Goiás" (Dalísia Doles e Marivone Chaim), "Arrolamento de fontes: livros de receitas de siza de escravos ladinos da Capitania de Goiás – 1810 a 1822" (Sérgio P. Moreyra e Dulce H. P. Ramos), "Arrolamento da imprensa periódica de Goiás" (Dalísia Doles), "Arrolamento das fontes históricas de Porto Nacional-GO" (Dinair A. da Silva), "Arrolamento das fontes históricas de Luziânia-GO" (Dinair A. da Silva), "A literatura goiana e o trabalho livre" (Modesto Gomes) e "Trabalho escravo: produção e produtividade nas minas de Goiás" (Luis Palacin). A professora Lena C. B. de Freitas, por seu turno, também participou do evento proferindo uma conferência sobre "A transferência da capital do Estado de Goiás". O que se depreende, da maioria dessas apresentações, é que a ênfase empregada naquele momento se dirigia à reunião de variadas fontes, de diferentes localidades e arquivos goianos, que pudessem subsidiar novas pesquisas nessa reformulação da história regional, além disso, nota-se que havia investigações, com molduras acadêmicas, que já estavam em andamento ou até concluídas, como no caso de Luis Palacin.

Por ocasião dos dez anos da ANPUH, comemorados neste evento, a professora Alice Canabrava emitiu um depoimento que refletia bem os direcionamentos que o círculo de historiadores brasileiros buscavam empreender à ciência da História no país: uma conexão cada vez maior com as exigências da vida acadêmica e com os rigores da pesquisa científica. Certamente, essas diretrizes nacionais incidiram sobre os projetos que a agremiação dos historiadores goianos formulava para o cenário historiográfico regional:

> Nossa entidade tem suas raízes sociológicas e cientificas na inquietação intelectual que, vindo de mais longe no tempo, consubstanciou-se na década dos 30, com a fundação dos institutos de ensino superior e das Universidades brasileiras. Assim, o advento do ensino superior da História em nosso pais, com o objetivo de formar historiadores e professôres de História, integra-se no ansêio de conhecimentos da realidade brasileira, ao qual, sobretudo, a Universidade vinha servir. [...] Na APUH, seria dificil encontrar lugar para o amadorismo. A figura do amador, que cultivava a História como expressão das belas-letras, ou com a preocupação de nomes e datas, com significativos por si próprios, delineava-se na aurora da década de 60, como sombra a desaparecer no passado. A ressonância de seu pensamento se circunscreve cada vez mais a circulos cada vez mais estreitos. A nova sociedade de História, com aquêle impulso de afirmação que é uma fôrça dos jovens, atribuiu-se como objetivos seus, o aperfeiçoamento do ensino da História em nivel superior, a pesquisa e a divulgação dos assuntos com respeito à História, a defesa das fontes e manifestações culturais de interêsse para êsses estudos. Tais objetivos contudo, são considerados uma dimensão especifica - é tarefa dos professôres universitários de História, o que os coloca, num contexto social cientifico inteiramente novo (ANAIS, 1973, p. 14-15)

É importante relatar também que, esse simpósio em Goiânia, contou com a presença do professor Jean Sentou, da Universidade de Toulouse, que conferenciou sobre "O emprego dos computadores na História quantitativa". Estiveram, ainda, perfilados, no evento, historiadores que já eram ou que viriam a ser de renome na historiografia no Brasil, como Eurípedes Simões de Paula, José Roberto do Amaral Lapa, Maria Beatriz Nizza Silva, Alice Canabrava, Shozo Motoyama, Eduardo d'Oliveira França, Arno Wehling, Francisco Falcon, Fernando Novaes, Nilo Odália, Sandra Jatahy Pesavento, dentre outros(as). A grande presença de professores e pesquisadores em História do estado de Goiás, em contato direto com os expoentes da historiografia no país e com as diferentes experiências de pesquisa, certamente, inspirou essa corporação de especialistas goianos a trilhar um caminho cada vez mais próximo das discussões e tendências historiográficas praticadas nos grandes centros acadêmico-científicos do país (leia-se São Paulo e Rio de Janeiro). Prova disso é que foi nesse evento que as professoras Lena C. B. de Freitas e a Gilka Salles, diretora e vice-diretora, respectivamente, do ICHL da UFG, promoveram

um fecundo diálogo com o professor Eurípedes Simões de Paula, diretor da FFCL da USP, no sentido de se firmar um convênio para a criação de um Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Goiás, projeto este que se concretizou no ano de 1972:

> O curso de Mestrado em História das Sociedades Agrárias teve início em 1972, mediante convênio com a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São, detentora de sólida tradição de ensino, pesquisa e pós-graduação. Forte impulso determinante de sua instalação ocorreu quando da realização, em Goiânia, naquele ano, do VI Simpósio Nacional de Professores Universitários de História (SALLES; FREITAS, 1996, p. 06)

Fruto da obstinação e idealismo de alguns docentes da UFG, notadamente de Lena C. B. de Freitas e de Gilka Salles, e do entusiasmo do professor Eurípedes Simões de Paula, a criação do Programa de Mestrado em História da UFG representou, inegavelmente, um divisor de águas na historiografia em Goiás. A ousadia desse projeto pode ser demarcada pelo fato de ter sido um dos primeiros mestrados em História instalados no país[132] (quadro 1), vinculado a um curso de graduação com aproximadamente sete anos de funcionamento:

**Quadro 1: Relação dos cursos de Pós-Graduação em História no Brasil (1971-1975)**

| Mestrado | Doutorado |
|---|---|
| USP (1971) | USP (1971)[133] |
| UFF (1972) | |
| UFPR (1972) | |
| PUC-SP (1972) | |
| UFG (1972) | |
| PUC-RS (1973) | |
| UFPE (1974) | |
| UFSC (1975) | |

**Fonte: Extraído de FICO, R.; e POLITO, R. A História no Brasil (1980-1989): elementos para uma avaliação historiográfica. Ouro Preto: Ed. UFOP, 1992, p. 35-36.**

[132] No início dos anos 1970, a implantação de um sistema nacional de pós-graduação dirigido pela CAPES, órgão vinculado ao Ministério da Educação, ordenou "em bases comuns e sob estímulos mais ou menos idênticos, a produção do conhecimento científico que se gera através e dentro das universidades" (DIEHL, 1999, p. 233). O "antigo regime" da pós-graduação não estava ancorado em formalidades administrativas (matrículas, disciplinas, créditos, prazos), mas pautava-se pela orientação individual e direta da pesquisa, sob responsabilidade dos catedráticos (CAPELATO; GLEZER; FERLINI, 1994, p. 352).

[133] Logicamente que na USP, antes dessa data, aconteceram várias defesas de tese de cátedra, de livre-docência e de doutorado, mas que estiveram sob a égide do "sistema antigo", vinculados às cadeiras ou à temática mais geral. Esse quadro refere-se ao novo sistema de pós-graduação instituído no início dos anos 1970.

Instituído a partir de um convênio firmado com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP), que vigorou até 1974, o Programa de Mestrado contou com a vinda de uma "missão paulista", composta por docentes da envergadura de um Shozo Motoyama, João Baptista Borges, Alfredo Bosi e Laima Mesgravis. Inicialmente, a aprovação do curso de pós-graduação pelos órgãos superiores da UFG esteve condicionamento ao custeio, pelos próprios "alunos-docentes", das despesas de passagem, hospedagem e remuneração dos professores paulistas que viriam a Goiás. No entanto, posteriormente, a Reitoria da UFG assumiu esses gastos.

Nesta fase inicial do Mestrado, Luis Palacin foi o seu coordenador. Os pós-graduandos enfrentaram muitas dificuldades, pois, para encontrarem seus orientadores, tinham que se deslocar até São Paulo ou enviar seus escritos pelos Correios. Além disso, em 1973, o curso foi ameaçado de fechamento devido à falta de recursos para pagar os professores visitantes (SALLES; FREITAS, 1996, p. 09). Após 1974, quando encerrou o convênio com a USP, o Programa passou a ser de responsabilidade, exclusiva, da UFG, embora muitos trabalhos defendidos depois dessa data ainda tivessem a orientação de professores da USP.

A despeito das dificuldades, sobretudo, financeiras enfrentadas pelo Programa de Mestrado e pelo curso de História da UFG, foi um momento em que a comunidade historiográfica acadêmica de Goiás experimentou não só de uma efervescência cultural, mas de muita inspiração e transpiração para dar novos rumos à historiografia praticada no estado:

> Ao iniciar-se a década de 70, viveu-se extraordinário movimento cultural em Goiás. A conjuntura internacional propiciava o intercâmbio de docentes, graças a emulação existente entre países que disputavam exercer influências sobre o Brasil, o qual despontava como nação emergente, em acelerado processo de desenvolvimento. Vale lembrar, a título de exemplificação, a presença de *maîtres de conférence* ao lado de brasileiros de renome internacional que participaram de eventos promovidos do ICHL: Roland Barthes, T. Todorov, Sérgio Buarque de Hollanda, Silvia Elia, etc. Docentes ingleses, alemães, canadenses, italianos e portugueses também colaboraram em cursos de especialização, palestras e semanas de estudos (SALLES, 1996, p. 07-08).

No período de 1972 a 1980, a área de concentração do Programa de Mestrado da UFG definia-se como *História do Brasil* (*lato sensu*)[134]. Todavia, segundo Gilka Salles e Lena C. B. de

[134] No entender de Fico e Polito (1992, p. 37), uma das grandes dificuldades apresentadas pelos programas de pós-graduação, principalmente nessa década inicial, foi a de definir suas áreas de concentração que, muitas vezes, perdia-se no genérico: História ou História do Brasil. Com relação às linhas de pesquisa, pecavam pelo particularismo em demasia ou pelo excesso de generalidade.

Freitas, "[...] uma questão passou a preocupar os órgãos superiores do Mestrado, bem como a CAPES e o CNPq: o curso mostrava-se incaracterístico, permitindo todos os temas possíveis, sem que se indicasse, de forma precisa suas linhas norteadoras" (SALLES; FREITAS, 1996, p. 10). Sendo assim, em 1980, por meio de uma proposta do professor Luis Palacin, a área de concentração do Programa foi modificada para *História das Sociedades Agrárias* (*lato sensu*).

A primeira dissertação do Programa foi defendida, em 1974, pela professora Gilka V. F. Salles, cujo título é *Adequação da teoria de Gaston Bachelard à historiografia*, trabalho orientado por Shozo Motoyama. Foram, ao todo, no decorrer da década de 1970, 14 dissertações de mestrado defendidas, sendo que destas, 10 tiveram a orientação da professora Laima Mesgravis, sendo 02 orientadas pelo professor João Baptista Borges e 01 trabalho orientado por Antônia F. P. de A. Wright, além, é claro, do professor Motoyama e sua orientação acima mencionada. Dessas 14 pesquisas, 10 versaram sobre temas relativos à história de Goiás, o que já sinalizava para o peso que o Programa de Mestrado teria nessa reformulação da historiografia regional. O quadro a seguir (nº 2) traz o quantitativo de orientações por professor no tocante aos trabalhos de história regional:

**Quadro 2 – Nº de orientações por docente/História Regional (Programa de Mestrado em História da UFG - década de 1970)**

| Docente/Nº de Orientações | Mestrandos (as) | Título do trabalho | Ano de defesa |
|---|---|---|---|
| **Laima Mesgravis (07 orientações)** | Eliane G. Dayrell | Colônia Agrícola Nacional de Goiás: análise de uma política de colonização na expansão para o oeste | 1975 |
| | Maria de S. França | Povoamento do Sul de Goiás (1872-1900): estudo da dinâmica da ocupação espacial | 1975 |
| | Laís A. Machado | A administração provincial em Goiás no período regencial e seus antecedentes coloniais | 1978 |
| | Zildete I. Martins - | A participação de Goiás na Guerra do Paraguai | 1978 |
| | Walderez L. Miguel | O Serviço Social e a "Promoção do Homem": um estudo de ideologia – a Escola de Serviço Social de Goiás no processo histórico brasileiro (1936-1977) | 1978 |
| | Miguel A. dos Santos | Trindade de Goiás: uma cidade santuário – conjunturas de um fenômeno religioso no Centro-Oeste brasileiro | 1978 |
| | Maria S. F. e Souza | - A sociedade agrária em Goiás (1912-1921) na literatura de Hugo de Carvalho Ramos | 1978 |
| **João Baptista Borges (02 orientações)** | Marielys S. Bueno | Macaúba: uma aldeia Karajá em contato com a civilização | 1976 |
| | Jan Magalinski | Cooperativa de imigrantes em Itaberaí: um estudo da fixação de deslocados de guerra na zona rural de Goiás | 1978 |
| **Antônia Wright (01 orientação)** | Áurea C. Menezes | O Colégio Santa Clara e sua influência educacional em Goiás | 1977 |

**Fonte: Dados da pesquisa junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UFG**

Os mestrandos, desse decêndio, em sua maioria, eram professores da UFG e da UCG, mas não era um público só de historiadores, contava também com filósofos, geógrafos, pedagogas, assistente social. A área de concentração muito ampla, "História do Brasil" (*Lato Sensu*), a falta de definição quanto às linhas de pesquisas, adicionada à diversidade de formação dos primeiros mestrandos, foram fatores que contribuíram para que as dissertações dessa década apresentassem "[...] temas muito diversificados em áreas de interesse da Filosofia, do Serviço Social, da História da Arte, da Administração, Política e Economia, embora a maior parte dos trabalhos visasse a História de Goiás" (SALLES; FREITAS, 1996, p. 10), em que se expunham objetos e perspectivas, muitas vezes, ligadas às respectivas áreas de formação dos pesquisadores[135]. Independente desse aspecto, esses trabalhos já demonstraram outras características teórico-metodológicas se comparados com os da produção histórica autodidata (como analisaremos na próxima seção). A partir de então, o Programa de Mestrado em História da UFG, conectado aos rigores exigidos nas pesquisas em nível de pós-graduação, assumiu o papel de principal lócus de produção de conhecimento histórico em Goiás, contribuindo, especialmente, para a elaboração de trabalhos voltados para a história regional[136].

Sem embargo, não só condições materiais, ações institucionais e circunstâncias objetivas constituíram esse momento de inflexão da produção historiográfica em Goiás. Até porque essas realizações só puderam ser efetivadas por meio de ações humanas. Neste sentido, é preciso ressaltar o tino administrativo de professoras como Lena C. B. de Freitas e Gilka Salles que, mesmo com todas as precariedades existentes no meio acadêmico goiano, empenharam-se para o desenvolvimento de uma historiografia cada vez mais qualificada em Goiás. Seguindo esse raciocínio, faz-se *mister* pontuar, em especial, a contribuição de um historiador que, na opinião de seus coevos, foi decisivo nos rumos tomados pela pesquisa histórica no estado: Luis Palacin Gomez.

Quando Padre Palacin[137], no início dos anos 1960, aportou no estado, a escrita da(s) história(s) de Goiás era produto do esforço intelectual de alguns historiadores autodidatas e de

[135] O Programa de Mestrado em História, juntamente com o de Letras, foram os primeiros da UFG, por isso, eram muito requisitados por professores de outras áreas que procuravam por qualificação.
[136] Foi uma tendência dos Programas de Pós-Graduação em História dos diferentes estados o desenvolvimento, majoritário, de pesquisas em história regional e/ou local, principalmente nas primeiras décadas de funcionamento (LAPA, 1985), (FICO; POLITO, 1992).
[137] Nascido em Valladolid na Espanha, em 21 de junho de 1927, Luis Palacin Gomez resolveu abraçar a vida religiosa, ingressando na Companhia de Jesus, em 1944, no Noviciado de San Estanislau, em Salamanca. Cursou Filosofia pela

memorialistas. O curso de História, umbilicalmente ligado ao de Geografia, ressentia de um estatuto epistemológico próprio no estado. Ademais, no final desse decênio em pauta, a maior parte dos professores que atuava nesse curso ou eram de outra formação ou foram graduados nesse formato em que Geografia e História perfilavam sob o mesmo espaço acadêmico. Neste período, então, Luis Palacin era o único doutor em História que exercia o magistério em ambas as instituições (UFG e UCG).

Profundo conhecedor de história moderna e das discussões teórico-metodológicas que estavam em voga na Europa, Palacin enveredou-se pelos arquivos goianos e iniciou uma empreitada que ocupou o restante de sua vida (além do sacerdócio, é claro): a pesquisa e escrita da história de Goiás à luz de critérios científicos. A incansável busca pela fonte intocada, inédita, o apreço pelo documento, encarado como a matéria-prima da História, com certeza, eram as marcas registradas desse historiador. O infatigável desejo por "farejar carne humana"[138] nos registros mais longínquos, nos arquivos adormecidos, nos monumentos silenciados pelo tempo, era traço inconfundível desse jesuíta. A rigorosa metodização encontrada principalmente em seus primeiros escritos, não significava que não tenha elaborado hipóteses ou construído interpretações sobre os objetos os quais investigou. Palacin pesquisou, formulou problemas, interpretou, à sua maneira, segundo seus cânones metodológicos, conforme seus referenciais teóricos.

Os professores contemporâneos a Palacin, em diferentes ocasiões, assinalaram sua importância para a consolidação da História com pretensões científicas no estado. Em depoimento a Kamilly Silva (2002), Lena C. B. de Freitas buscou dimensionar o legado deixado por este historiador:

> [...] E a grande mudança na história de Goiás, é até interessante eu falar isso pra você, aconteceu em 1972, com o Padre Luis Palacin, quando ele defendeu a tese de livre-docência sobre "Estrutura e Conjuntura de uma Capitania de Minas – Goiás (1722-1822)", que depois foi publicada com nome de "O Século do Ouro em Goiás". Este foi o grande divisor de águas da produção historiográfica em Goiás. Palacin vinha da Espanha com doutorado em um grande centro de estudos históricos em Valladolid, homem muito inteligente, de uma argúcia muito grande, uma formação filosófica muito sólida e muito atualizado com a nova história dos *Annales*. Ele introduziu as bases de uma nova história

---

Universidade Pontifícia de Comillas e licenciou-se em História e Teologia nas Universidades de Salamanca e de Santiago de Compostela. Ordenado sacerdote em 1957 em Comillas, Padre Palacin foi transferido ao Brasil em 1958, para o exercício evangelizador. Chegou à Goiânia no início da década 60, tanto para se dedicar à vida missionária, quanto à licenciatura na Universidade Católica de Goiás (UCG). Ingressou na UFG na segunda metade do decêndio, quando também concluiu seu doutoramento em História na Universidade Complutense de Madri. Luis Palacin faleceu em 28 de abril de 1998, em Goiânia (SILVA, 2008, p. 72).

[138] Tomo de empréstimo essa expressão de Marc Bloch (1997).

> de Goiás, que nunca foi completa, porque ele parou em 1822 [...] (FREITAS, *apud* SILVA, 2002, p. 36).

A historiadora Ledonias Franco Garcia, também inquirida por Silva (2002), ressaltou o ímpeto investigativo de Luis Palacin, um legítimo desbravador de arquivos:

> Ele foi primeiro a vasculhar o que Goiás tinha nos arquivos. Ele foi a Goiás, Pirenópolis, Corumbá, foi subindo por Arraias, Natividade, foi até a ponta, até o Bico do Papagaio (...) Entrou no Maranhão, Carolina, Imperatriz, mas principalmente em Grajaú é que ele descobriu dados sobre Goiás. Vasculhou tudo isso aqui e depois foi pros arquivos do Rio, São Paulo, depois foi para Lisboa. Então ele faz esse trajeto, que é o caminho das pedras do pesquisador, vasculhando, catando, construindo esse mapa do documento, catalogando tudo, fazendo o trabalho do historiador, que é a leitura, a análise, a comparação. Esse primeiro trabalho, que é "O século do ouro em Goiás", nasceu desta pesquisa, mas foi também a livre-docência dele, ele se candidatou em São Paulo, na USP, a comissão veio aqui avaliar o trabalho dele. [...] Eu diria que a história de Goiás está dividida em dois tempos: antes e depois de Palacin. (GARCIA, *apud* SILVA, 2002, p. 99).

Vale registro que, dessas andanças iniciais de Luis Palacin pelos arquivos goianos, nasceu sua tese de livre-docência, *Goiás (1722-1822): Estrutura e Conjuntura numa Capitania de Minas*, depois reeditada sob o título *O Século do Ouro em Goiás*. Com certeza, a pesquisa que inaugurou uma nova trajetória seguida pela historiografia acadêmica em Goiás. Ademais, foi a obra que, em nosso ponto de vista, maior repercussão encontrou entre a comunidade de especialistas em história regional (o que será demonstrado posteriormente). No tocante ao rito de defesa dessa tese, Lena C. B. de Freitas, numa simbiose de emoção e nostalgia, relatou particularidades daquela emblemática sessão pública:

> A defesa da tese dele foi histórica. Os examinadores foram o Sérgio Buarque de Hollanda, o Manuel Dias Nunes, ambos da USP, e o Pe. José Pereira de Maria. Pra você ter uma idéia, a tese foi defendida naquele auditório da Faculdade de Educação e estava lotado; o interesse era tão grande que as pessoas iam como quem vai assistir Fernanda Montenegro. Houve uma polêmica muito grande em torno da fundamentação teórica da tese, que eram as teorias estruturalistas, muito em voga na época. Foi um debate muito bonito e ele foi aprovado com distinção (FREITAS, *apud* SILVA, 2002, p. 41).

A historiadora Maria Augusta Sant'Ana de Moraes, com quem Palacin dividiu alguns trabalhos, também foi categórica em afirmar: "Eu considero Palacin o pai da historiografia científica em Goiás. A contribuição dele é muito grande" (MORAES, *apud* SILVA, 2002, p.79). A professora Gilka Vasconcelos Salles, seguindo o parecer de suas colegas de departamento, acentuou: "[...] a história regional começa realmente a ser implantada e ser um ponto de interesse

maior quando o Padre Palacin veio para a UFG. [...] Palacin foi um marco para a historiografia moderna, principalmente dentro da linha regional" (SALLES, *apud* SILVA, 2002, p. 51).

O geógrafo Antônio T. Neto, que vivenciou o período em que os cursos de História e Geografia congregavam o mesmo espaço acadêmico, fez o seguinte relato a Borges (2006): "Antes de começar o Mestrado, o que circulava como produção intelectual eram artigos normalmente escritos ou pelo Pe. Palacin, que é o grande reformador do pensamento histórico em Goiás, é o pai da historiografia moderna goiana, ou pela professora Lena ou Gilka" (TEIXEIRA NETO, *apud* BORGES, 2006, p. 213).

O reconhecimento do papel de Luis Palacin na consolidação de um projeto científico para a produção historiográfica em Goiás foi compartilhado por pesquisadores que constituíram outra "geração" de professores, mas que conviveram com o inaciano espanhol, seja no ambiente acadêmico da UFG ou da UCG:

> [...] sua obra dividiu a historiografia de Goiás em dois períodos – antes e depois de suas pesquisas. Ainda nos anos sessenta, ao iniciar o magistério, na área de História, nas Universidades Católica e Federal, Pe. Palacin deparou-se com o pequeno volume de trabalhos sobre História de Goiás, momento em que também buscava material para a construção de sua tese de Livre-Docência – estudo que resultou no livro, Goiás: 1722/1822-Estrutura e Conjuntura numa Capitania de Minas. Desde então, passou a se dedicar além do ensino, também à pesquisa e à escrita da História goiana, numa verdadeira empreitada que levou a cabo até os seus últimos dias (NUNES e GARCIA, 1999, p. 9)

> [...] a primeira contribuição expressiva da Universidade à História da região foi a obra "1722-1822: Estrutura e Conjuntura numa Capitania de Minas". Elaborada com grande zelo pela pesquisa documental, Palacin procura reconstruir a vida econômica, social e política de Goiás. Através de dados documentais obtidos, discute a função sócio-econômica da capitania, penetrando em questões fundamentais: a dinâmica da população, início da crise do ouro, a vida social em Goiás e o quadro de decadência instalado localmente graças à exaustão das minas, a partir da segunda metade do século XVIII (SANDES e RIBEIRO, 1991, p. 25).

O professor Nasr Fayad Chaul, em um texto em que homenageou os professores do antigo ICHL, reconstituiu momentos importantes de seu ingresso como discente e, posteriormente, como docente no Departamento de História. Com a mesma intensidade com que "reviveu" literariamente as experiências vividas, dedicou linhas expressivas para relembrar a contribuição de Luis Palacin, tanto para sua formação intelectual, quanto para a sedimentação de uma historiografia regional científica em Goiás:

> De todos, o maior, Luis Palacin Gomez, mestre, intelectual brilhante, padre jesuíta, historiador, compreendeu desde o início que, para entender Goiás, o princípio era o

> princípio, ou seja, a sociedade mineradora. Sua pesquisa com base científica, análise crítica apurada, métodos específicos ao tratar o objeto de estudo e conhecimento teórico, inaugurou o caminho que a USP e a UFG abriram ao instalar o Mestrado em História nos anos 70. O trabalho de Palacin não foi, obviamente, o primeiro de cunho histórico, mas foi o precursor ao tratar a história de Goiás cientificamente. Goiás 1722-1822 trouxe-nos um marco para a historiografia que hoje chamamos de regional e abriu caminho para toda uma geração de professores que passaram a produzir seus trabalhos com preocupações regionais (CHAUL, 2009, p. 04).

Observando o teor desses depoimentos e analisando o conteúdo de sua tese de livre-docência, é incontestável o fato de que a atuação de Luis Palacin foi peremptória para esse novo caminho que a historiografia regional passou a trilhar a partir de fins dos anos 1960 e, principalmente, no decorrer da década de 1970. Compulsando o inventário de suas obras[139], isso sem considerar seus diversos artigos, fica, igualmente, cristalino o quanto dedicou seus esforços intelectuais à investigação de temas relacionados à história de Goiás.

Como último elemento dessa linha argumentativa, é preciso dar relevo a uma questão, aparentemente recôndita, mas que também fora importante para essas mudanças experimentadas pelo fazer histórico em Goiás nesse período: o fato de alguns professores da UFG buscarem verticalizar suas pesquisas e se qualificarem profissionalmente no Programa de Doutorado da USP[140]. Espreitando o quadro a seguir (nº 03), é possível verificarmos quais os docentes estavam frequentando a Pós-Graduação e quais estavam envolvidos em funções de gestão, mesmo tendo o Departamento um diminuto número de professores:

---

[139] Suas principais obras foram: *Goiás/1722-1822: Estrutura e Conjuntura numa Capitania de Minas*, de 1972 (depois reeditada para *O Século do Ouro em Goiás*); *A Fundação de Goiânia e o desenvolvimento de Goiás*, de 1976, *História de Goiás (1722-1972)* (em colaboração com Maria Augusta Sant'Anna de Moraes), de 1977; *Sociedade Colonial*, de 1981; *Subversão e Corrupção: um estudo da administração pombalina em Goiás*, de 1983; *Patrimônio Histórico de Goiás* (em colaboração com Ana Maria Borges); *Vieira e a Visão Trágica do Barroco: quatros estudos sobre a consciência possível*, de 1986; *Quatro Tempos de Ideologia em Goiás*, de 1986; *O Coronelismo no Extremo Norte de Goiás: Padre João e as Três Revoluções de Boa Vista*, de 1990; *História Política de Catalão* (em colaboração com Nasr Chaul e Juarez Costa Barbosa), de 1994; *História de Goiás em Documentos* (em colaboração com Ledonias Franco Garcia e Janaína Amado) de 1995; *Vieira: entre o reino imperfeito e o reino consumado*, de 1998.

[140] Até a instituição do sistema nacional de pós-graduação, o doutorado em História da USP seguia o formato europeu, baseado na elaboração e defesa de tese, perante banca especializada, sobre tema inédito. O vínculo com o orientador era de acordo com uma determinada disciplina ou área temática (História do Brasil ou da Civilização Brasileira; História da América ou História da Civilização Americana; dentre outras). Até dezembro de 1969, foram permitidas inscrições ao doutoramento por esse "antigo sistema", admitindo que a tese fosse defendida até 1973 (PAULA, 1971, p. 435); (MESGRAVIS, 1983, p. 90). As professoras Dalísia Doles, Marivone Chaim e Maria Augusta Moraes se enquadraram nessa situação.

**Quadro 3 – Docentes do Departamento de História e Geografia do ICHL (1972)**

| Docentes | Categoria | Observação |
|---|---|---|
| Ana Lúcia da Silva | Titular | Chefe de Departamento |
| Dalísia E. M. Doles | Titular | Em Licença para Pós-Graduação |
| Gilka V. F. de Salles | Titular | Vice-Diretora do ICHL |
| Horieste Gomes | Titular | ----- |
| Juarez Costa Barbosa | Titular | Colaborador com o DEC (1ª Sub-Reitoria) |
| Luis Palacin | Titular | Coordenador do Curso de Pós-Graduação |
| Lena Castello Branco | Titular | Diretora do ICHL |
| Maria Augusta S. Moraes | Titular | Em Licença para Pós-Graduação |
| Maria Sônia França e Souza | Auxiliar de Ensino | ----- |
| Maria Stella de Godoy | Auxiliar de Ensino | Sub-chefe de Departamento |
| Maria de Souza França | Auxiliar de Ensino | ----- |
| Marivone Matos Chaim | Auxiliar de Ensino | Em Licença para Pós-Graduação |
| Sérgio Paulo Moreyra | Titular | Em Licença para Pós-Graduação |

**Fonte: Relatório de Atividades do ICHL/UFG de 1972 – extraído de BORGES, S. Os cursos de História da Universidade Católica de Goiás e da Universidade Federal de Goiás: um olhar histórico. Goiânia: Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, UFG, 2006, p. 200-201.**

Dos quatro docentes licenciados, as três mulheres concluíram seu doutoramento entre 1972 e 1973[141]. Dalísia Elizabeth Martins Doles defendeu a tese intitulada *As comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX*, sob orientação de Nícia Villela Luz. Já Maria Augusta Sant'Anna de Moraes defendeu a tese *Contribuição para o estudo político e oligárquico de Goiás*, orientada por José Sebastião Witter e Marivone Matos Chaim apresentou a tese *Aldeamentos indígenas e sua importância no povoamento da capitania de Goiás no século XVIII (1749-1811)*, sob orientação de Antonia F. Pacca de Almeida Wright. Esse intercâmbio dos goianos com um importante centro de produção histórica do Brasil, como é o caso da USP, foi efetivado por essas duas vias: pelo convênio firmado para a criação do Mestrado, no qual docentes uspianos ministraram disciplinas no Programa da UFG e orientaram estudantes, e através do ingresso no doutorado[142]. Estar em contato com a comunidade de historiadores da USP significava vivenciar discussões teóricas e metodológicas que ocupavam as reflexões historiográficas daquele contexto, mas também denotou certa ascendência teórico-intelectual, que se fez notar em trabalhos produzidos nessa década. Mais significativo ainda é assinalar que essas teses, confeccionadas no ambiente acadêmico da USP, assim como grande parte das dissertações do Mestrado da UFG,

[141] Desconhecemos os motivos pelos quais o professor Sérgio Paulo Moreyra não concluiu seu doutoramento.

[142] Como já mencionado, o doutoramento na USP foi um caminho de qualificação seguido pela maioria dos professores que atuaram no Departamento de História da UFG e da UCG entre 1970 e fins dos anos 1990. Apesar de não ter esse número sistematizado, certamente, por ter sido o primeiro doutorado em História do Brasil, foi o Programa (USP) que mais titulou doutores que, por sua vez, tornaram-se professores de outros cursos de pós-graduação do país, como foi o caso da UFG.

foram dedicadas a temas relativos à história de Goiás e em seu bojo traziam elementos dessa renovação experimentada pela historiografia regional naquele momento. Os sintomas dessa inflexão experimentada pela História em (de) Goiás não foram somente de natureza institucional, estavam alojados na prática historiográfica desses professores que se dedicaram à pesquisa histórica nesse período.

### 3.3. A feitura da História em (de) Goiás a partir de novas concepções e perspectivas

Além das mudanças de ordem institucional, as inflexões experimentadas pela historiografia em Goiás, durante os anos setenta, fizeram-se sentir, fundamentalmente, na forma como os historiadores, que atuavam no ambiente universitário, produziram conhecimento histórico[143]. Mas para que essa mudança de rumo operada pela historiografia no estado fique evidenciada, avaliamos que seria importante pontuar, quando pertinente, as principais diferenças entre esse "novo fazer histórico", suscitado pela produção historiográfica acadêmica, e a feitura da História praticada entre os estudiosos autodidatas.

A primeira questão digna de relevo diz respeito à forma como, a partir da pesquisa praticada na universidade, os historiadores em Goiás buscaram atender a determinados critérios e procedimentos que conferissem a suas investigações o *status* de científica. Esta postura colocava a cientificidade da História como questão e como um fito a ser perseguido, diferentemente dos estudiosos autodidatas, os quais tomavam essa cientificidade como um dado. Encarar a História como "ciência de nossas tradições" (BRASIL, 1961, p. 21), como, por exemplo, assinalou Americano do Brasil, consiste numa postura extremamente discrepante de pesquisadores que se preocuparam, se não em discutir verticalmente num primeiro momento[144], pelos menos em obedecer a determinados procedimentos teórico-metodológicos que, entre os especialistas, eram tidos como etapas primordiais para que uma pesquisa histórica passasse pelo crivo da comunidade científica. Os pesquisadores dessa historiografia acadêmica em Goiás, aflorada no início da década de 1970, não produziram reflexões específicas sobre critérios e procedimentos que garantiriam à História o *status* de ciência, embora a maioria deles tivesse conhecimento desse debate, mas é inegável que seus trabalhos externaram a preocupação em produzir pesquisas metodicamente

[143] Sobre essa questão, divergimos de algumas colocações da professora Sônia M. Magalhães (2013). No texto, *A escrita da História em Goiás nos 50 anos*, a historiadora afirmou que: "Gradativamente, a pesquisa avançava, conferindo prestígio aos seus praticantes. E o domínio da produção historiográfica começou a sair dos institutos regionais para o domínio das instituições universitárias, criadas em Goiás no final da década de 1960. Mas "não se iluda que a História elaborada nas academias rompeu prontamente os cânones ditados pelos institutos, porque este processo exigiu pelo menos duas décadas"" (MAGALHÃES, 2013, p. 130). Diferente da perspectiva de Magalhães, nosso estudo verificou que, em Goiás, essa ruptura com os moldes de pesquisa histórica preconizados pelos institutos ocorreu na década de 1970. Considerando que a UCG e a UFG foram criadas na década de 1960, acreditamos que esse processo não demandou duas décadas para acontecer. Mesmo que o trecho final do excerto, que está entre aspas, tenha sido retirado de um texto de Marcos L. Martins ("Os estudos regionais na historiografia brasileira"), o fato de a autora lançar mão desse fragmento aponta que tal assertiva reflete o pensamento dela sobre o tema.

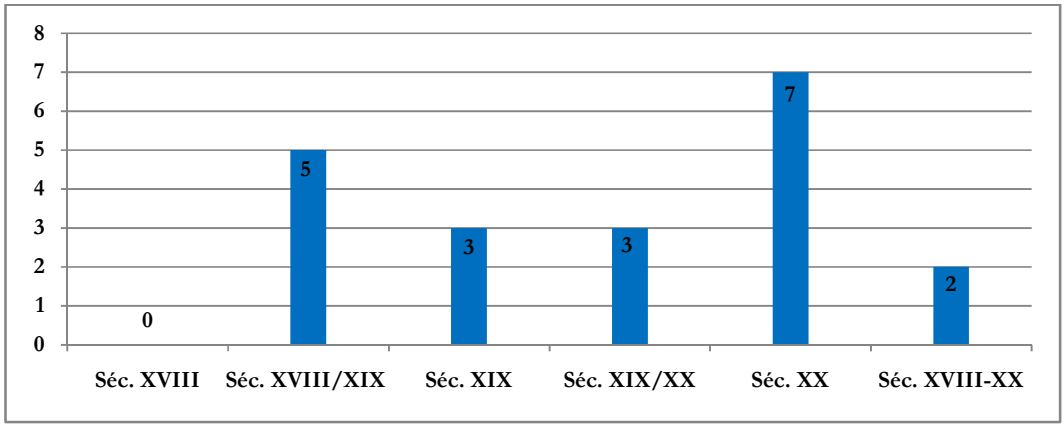
[144] Interessante anotar que a primeira dissertação defendida no Programa da UFG (1974), *A adequação da teoria de Gaston Bachelard à historiografia*, de autoria da professora Gilka Salles, consistiu, excepcionalmente, num exercício monográfico que mesclou reflexão teórica com história das ciências.

sustentadas. Não se tratava somente de reunir uma documentação específica e extrair suas informações para a construção narrativa. Esses pesquisadores buscaram obedecer a determinadas regras heurísticas basilares que não eram praticadas anteriormente, como por exemplo, a distinção entre fonte histórica e a referência bibliográfica, o arrolamento e explicitação das fontes que foram centrais para as hipóteses elaboradas durante a pesquisa e o estabelecimento de uma tipologia da documentação utilizada. Mas o delineamento desses novos contornos metodológicos é assunto para a próxima seção. Aqui, importa-nos ressaltar que, a partir dessa fase, as pesquisas fabricadas no interior da universidade perseguiram a validação científica do produto investigativo a que chamavam de História.

Do ponto de vista do formato e da abrangência temporal, é possível verificar o abandono das famosas súmulas, pesquisas que abarcavam períodos seculares. Excetuando dois trabalhos de Palacin, sua tese de livre-docência, na qual abrangeu uma delimitação temporal secular (1722-1822), e outra obra, de feições didáticas, a qual elaborou em co-autoria com Maria Augusta Sant'Anna de Moraes, "História de Goiás (1722-1972)", o que se viu foi a confecção de pesquisas com períodos históricos mais reduzidos e com temas mais específicos, o que já indiciava para a tendência à especialização que ocorreria no interior da historiografia praticada na universidade. Só para exemplificar, podemos citar: *Colônia Agrícola Nacional de Goiás: análise de uma política de colonização na expansão para o oeste* (Eliane Dayrell), *Povoamento do sul de Goiás (1872-1900): estudo da dinâmica da ocupação espacial* (Maria de S. França), *O Colégio Santa Clara e sua influência educacional em Goiás* (Áurea Menezes), dentre outros vários exemplos.

Quanto à questão dos períodos históricos mais abordados, percebemos a predileção por temas relativos ao século XX, cuja investigação, certamente, era facilitada em termos de acesso e condições da documentação. Logo em seguida, os temas situados na confluência do século XVIII e XIX foram os mais requisitados. Para clarificar melhor esses dados, das 20 pesquisas arroladas (anos 70), vejamos como estiveram dispostas quanto aos períodos históricos abarcados (Gráfico 3):

**Gráfico 3 – Nº de pesquisas por períodos históricos (Década de 1970)**




**Fonte: dados da pesquisa**

Não obstante, em termos relativos, observamos que dessas 20 pesquisas, 07 abarcaram fenômenos relativos ao século XVIII, 13 abordaram o século XIX e 11 delas o século XX, o que demonstra o maior trânsito investigativo pelo oitocentos. O núcleo da questão é que foram estudos sobre temas e períodos históricos mais específicos, diferentemente das súmulas que eram praticadas pelos historiadores autodidatas, as quais vinham marcadas por um olhar panorâmico fitado em eventos políticos.

Em relação aos temas da história regional investigados na década em apreço, percebe-se uma diversidade. Acreditamos que alguns fatores concorreram para isso: a área de concentração muito ampla do mestrado da UFG, "História do Brasil" (*Lato Sensu*), a falta de definição quanto às linhas de pesquisas, adicionado à heterogeneidade de formação dos primeiros mestrandos (a maioria historiadores/as, mas havia filósofos, geógrafas, assistente social, pedagoga), contribuíram para que, principalmente, essas dissertações apresentassem temas díspares, em alguns casos, ligados às respectivas áreas de formação dos pesquisadores[145]. Entretanto, apesar dessa diversidade, nota-se que alguns temas foram mais recorrentes do que outros, como por exemplo, as dinâmicas de povoamento, os movimentos migratórios e os projetos de colonização oficial[146],

[145] Pelo fato de o Programa de História, juntamente com o de Letras, ter sido um dos primeiros mestrados da UFG, esses cursos eram muito procurados por professores de áreas diversas interessados em qualificação/aumento da titulação.

[146] *Aldeamentos indígenas e sua importância no povoamento da capitania de Goiás no século XVIII (1749-1811),* de Marivone Chaim*; Colônia Agrícola Nacional de Goiás: análise de uma política de colonização na expansão para o*

além da política oligárquica na Primeira República, com destaque para o fenômeno do coronelismo[147].

Como expomos no segundo capítulo, nos trabalhos da historiografia autodidata, vigorava uma história episódica, cronológica, ancorada em fatos político-administrativos e preocupada em dar vulto a grandes personagens, sobretudo, ligados à política. Nesses textos, a descrição dos fatos e o encadeamento cronológico dos eventos imperavam como estratégia discursiva e, na maioria das vezes, as informações eram extraídas da documentação e narradas sem a intervenção crítica do sujeito cognoscente. Assim, não se via na operação historiográfica a formulação de problemas e a elaboração de hipóteses sobre os fenômenos históricos que haviam sido selecionados como objeto de estudo. Na produção historiográfica acadêmica, por seu turno, o demasiado factualismo, a cronologia histórica e a estratégia descritiva foram preteridas em prol de uma História mais temática, impregnada de uma postura mais analítica, formuladora de problemas e de hipóteses. Ademais, diferentemente da produção histórica autodidata que se notabilizou por narrar a(s) história(s) de Goiás, exclusivamente, por meio de uma história política, a historiografia acadêmica, na década de 1970, iniciou seu percurso a partir de um caminho marcado, predominantemente, por pesquisas no âmbito da história social. Para tentarmos esclarecer essa nova direção tomada pela historiografia regional, recorreremos, mais uma vez, às reflexões teóricas de Jörn Rüsen, conectando-as ao exame acerca de algumas tendências historiográficas absorvidas pelas pós-graduações em História no país, a partir dos anos 70.

Na sistematização metateórica da *matriz disciplinar* de Jörn Rüsen, o segundo princípio foi denominado de *perspectivas orientadoras da experiência do passado*, ou simplesmente, *ideias*. Essas *perspectivas* são pontos de vista já constituídos, que atuam no pensamento histórico ordenando a experiência do passado e mediando a transformação narrativa de experiência em sentido que ele processa: "Delas depende o que o historiador já traz consigo, ao formular suas conjecturas e ao interrogar as fontes acerca do que o ocorreu no passado" (RÜSEN, 2001, p. 32). Os "resquícios do passado", contidos nas fontes históricas, são manuseados com o auxílio dessas

---

*oeste*, de Eliane Dayrell, *Povoamento do sul de Goiás (1872-1900): estudo da dinâmica da ocupação espacial,* Maria de S. França; *Cooperativa de imigrantes e Itaberaí: um estudo da fixação de deslocados de guerra na zona rural de Goiás*, de Jan Magalinski.

147 *Contribuição para o estudo político e oligárquico de Goiás*, de Maria A. de Moraes; *Coronelismo em estado periférico: Goiás na Primeira República*, de Francisco I. Campos; *Arraial e Coronel: dois estudos sobre história social*, de Lena C. B. de Freitas.

perspectivas que, previamente estabelecidas, dirigem a tarefa de extração de informações e que, ao mesmo tempo, também vão sendo modificadas por elas:

> A decisão sobre os métodos e técnicas de pesquisa acompanha, portanto, as determinações das perspectivas, empregadas por todos os historiadores. Elas constituem, assim, as perspectivas gerais nas quais o passado aparece como história. Elas formam modelos de interpretação para os quais as experiências da evolução temporal do homem e de seu mundo são transpostas e nos quais são integradas (RÜSEN, 2001, p. 32).

Na ciência da História, a "perspectiva" (*Hinsicht*), segundo Rüsen, é que dirige o olhar em relação às "evidências" do passado. É por meio dela que a realidade empírica é delimitada de maneira a que determinados interesses cognitivos sejam atendidos. Essas *perspectivas de interpretação* são elaboradas sob a forma de teorias empiricamente concretizáveis e modificáveis pela pesquisa histórica. A constituição delas requer, ainda, que se explicite e fundamente seus princípios determinantes. Daí decorre a importância dedicada ao papel das teorias no conhecimento histórico, isso porque é a partir delas que se levantam perguntas ou se formulam hipóteses com as quais o conteúdo experiencial das fontes pode ser abordado:

> Teorias históricas são referências para perguntas ou construtos de hipóteses com os quais é possível apreender estados de coisas empíricos. Elas fornecem fios condutores de histórias, que são criadas e tecidas por si mesmas, de como que se elabora e apresente, a partir delas, mediante argumentação fundante, a estrutura de sentido de uma história (RÜSEN, 2007a, p. 78)

Além disso, no que se refere aos conteúdos de significado e de sentido das histórias, a metodização exige que elas, para que sejam narrativamente pertinentes, se submetam aos requisitos da *reflexão sobre o referencial*: necessitam de explicitação e sistematização das *perspectivas de interpretação* empregadas pelos historiadores em suas "reconstruções do passado". Em tais explicitações, os historiadores usualmente apresentam os referenciais e perspectivas empregadas pelos especialistas precedentes, para a análise dos assuntos de que querem tratar. Desta forma, avaliando a eficácia empírica e as pertinências normativa e narrativa deles. Essa reflexão acaba fornecendo bases para a justificação acional das perspectivas empregadas na elaboração de Histórias.

Rüsen assinala, então, a profunda interdependência entre o trabalho interpretativo das *perspectivas orientadoras* e os procedimentos da *pesquisa empírica*, pois aquelas abrem o campo da experiência histórica a partir de perguntas que dirigem a pesquisa, no entanto, elas

(*perspectivas*) só fazem sentido se forem preenchidas por *evidências* e que serão acessadas por meio da *pesquisa empírica*. Essa conexão fica evidente quando afirma que:

> Não se trata, pois de o referencial de experiências das teorias históricas consistir exclusivamente do trabalho com as fontes, ou de teorias serem "meras" suposições, que seriam ou não confirmadas pelas fontes, e assim consolidadas como saber "sólido", ou rejeitadas e em seguida abandonadas. [...] As teorias históricas não são recipientes vazios de pensamento, que se vão enchendo com a água das fontes; são antes como esponjas úmidas, que absorvem a água das fontes muito melhor que estivessem completamente secas (RÜSEN, 2007a, p. 82).

É na relação entre *perspectivas orientadoras* e *métodos de pesquisa* que exercitamos o processo cognitivo de "reconstrução do passado"[148], pois são os princípios da *matriz disciplinar* que, na História como ciência, conferem à experiência humana do passado o *status* de histórica. As *perspectivas orientadoras* têm a capacidade de "historizar" a experiência do passado, que em si não está investida de propriedades históricas. Essa experiência se torna histórica à medida que se estabelece uma relação com o quadro de valores atuais de uma sociedade em uma determinada época. Enquanto esses modelos de interpretação (*perspectivas orientadoras*) dirigem o olhar sobre o passado, tornando a experiência humana histórica, os *métodos de pesquisa* medeiam a investigação do que foi e como foi o caso no passado, de forma que alguns critérios de cientificidade, no pensamento histórico, sejam alcançados.

Feito esse ligeiro passeio teórico, é fundamental ressaltar que a produção historiográfica acadêmica em Goiás, no início dos anos setenta, não se constituiu somente a partir de novos *interesses cognitivos* (*carências de orientação*), mas também por meio de novas *perspectivas de interpretação*, o que fez com que a operação historiográfica ganhasse novas exigências e adquirisse outra fisionomia. Entretanto, é preciso reconhecer, igualmente, que esse "novo fazer histórico" em Goiás acabou sendo, em muitos aspectos, uma imagem refletida do que estava sendo praticado, em termos historiográficos, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo. Nesse terceiro capítulo, já expusemos o papel exercido pela USP na constituição e no estabelecimento do Programa de Mestrado em História da UFG, bem como na formação de muitos historiadores que atuaram no estado, tendo em vista ter sido o doutorado

[148] Uma alusão ao título de sua obra, *Reconstrução do passado*: *Teoria da História II – os princípios da pesquisa histórica* (2007a), que trata, especificamente, desses dois princípios da matriz disciplinar, *perspectivas orientadoras* e *métodos de pesquisa*.

cursado pela grande maioria deles[149]. E isso não foi um fenômeno exclusivamente goiano, pois "[...] é inquestionável o papel do departamento de História da USP na formação dos historiadores brasileiros, particularmente a partir da reforma da pós-graduação no Brasil em 1971, momento que antecede o início da profissionalização do campo, que se consolida na década de 1990" (MALERBA, 2002, p. 189). Destarte, tendo como referência as reflexões teóricas e práticas metodológicas exercitadas na USP, a produção historiográfica acadêmica em Goiás erigiu-se, nos anos 70, a partir de vigas oriundas do marxismo e da historiografia francesa dos *Annales*.

O professor Astor Diehl chamou a atenção para o fato de que, desde o século XIX com o positivismo, ou no século XX com os *Annales*, o estruturalismo ou o pós-estruturalismo, é possível ver o quanto "a França foi e é, para o intelectual brasileiro, um verdadeiro templo de produção e peregrinação das novas orientações teórico-metodológicas nas ciências humanas" (DIEHL, 2004, p. 199). Essa ascendência intelectual, no caso da USP, fica mais evidente se considerarmos que a implantação de seu curso de História contou com a participação da missão francesa fez aportar em São Paulo pesquisadores como Roger Bastide, Fernand Braudel, Pierre Monbeig, Levi-Strauss, dentre outros. Entretanto, é inegável que, dentre eles, Braudel tornou-se uma grande referência em se tratando de pesquisas que transitaram no território historiográfico:

> A presença de Braudel deitou profundas raízes na historiografia brasileira. O programa de pós-graduação da USP foi pioneiro no Brasil, uma verdadeira matriz que formou quase a totalidade dos historiadores brasileiros. Não é mera coincidência o fato de a história econômica e a história social constituírem as duas grandes linhas de pesquisa do programa de pós-graduação em história da USP, desde sua implantação (MALERBA, 2009, p. 67).

Essa influência braudeliana pôde ser sentida, igualmente, na organização da Revista de História da USP, dirigida pelo professor Eurípedes Simões de Paula, discípulo de Braudel, que confeccionou o periódico nos moldes da famosa revista francesa dos *annalistes*. Ademais, no que se refere ao operar historiográfico, "[...] os franceses introduziram a preocupação com a orientação metodológica e com o rigor da análise documental, iniciando uma relação com temas da historiografia francesa, especialmente a dos *Annales,* vanguarda na época (CAPELATO; GLEZER; FERLINI, 1994, p. 351).

[149] Podemos citar: Dalísia E. M. Doles, Maria Augusta S. de Moraes, Marivone Chaim, Lena C. B. F. de Freitas, Gilka Salles, Ana Lúcia da Silva, Janaína Amado, Holien G. Bezerra, Barsanufo G. Borges, Heliane P. Nunes, Nasr F. Chaul, Miguel A. N. dos Santos, dentre outros(as).

Em relação a essa atmosfera teórica, é preciso considerar, ainda, que desde os anos 1930, a produção intelectual brasileira vinha formando uma tradição de autores ligados a correntes marxistas. Propriamente na USP, nos anos 60 e 70, os debates irrompidos, sobretudo, no âmbito das Ciências Sociais e que traziam temas permeados por concepções marxistas (como por exemplo, a formação social brasileira, as raízes socioeconômicas do atraso brasileiro, o desenvolvimento dependente e associado, a emancipação e autonomia nacional), também encontraram guarida entre muitos historiadores do meio acadêmico uspiano. Acresce-se a isso o fato de o Brasil, nesse período, vivenciar a ditadura militar, contexto político que potencializou a absorção de acepções teóricas marxistas e de posições de esquerda entre os pesquisadores brasileiros, especialmente aqueles ligados às universidades públicas (VAINFAS, 2009, p. 225).

Abalizado, em grande medida, por essa mescla teórica de *Annales* e marxismo, o ambiente historiográfico uspiano teria lançado feixes dessas correntes aos programas de pós-graduação em História que o tiveram como modelo. Sendo assim, a produção historiográfica acadêmica irrompida em Goiás nos anos setenta, cujo principal lócus de elaboração de conhecimento histórico foi o Programa de Mestrado da UFG, também reverberou esse amálgama de orientações teóricas que marcou a historiografia dessa época:

> Ao lado do marxismo, o movimento historiográfico francês dos *Annales* contribuiu para a disseminação do mais frutífero e sofisticado modelo de história praticado na América Latina entre, *grosso modo*, as décadas de 1970 e 1990. Essa tradição que mistura aportes dos *Annales*, com os ensinamentos do marxismo mais arejado, não dogmático, rendeu o que de melhor se produziu nos últimos 30 anos na historiografia latino-americana nos campos da história econômica e da história social (MALERBA, 2009, p. 48).

Observando o novo desenho contraído pela historiografia em Goiás nesse período, percebemos a presença difusa de componentes teóricos dessas duas matrizes que, em muitos aspectos, acabavam se entremeando[150]. O primeiro deles, já discutido, diz respeito à confecção de pesquisas que afloraram almejando o *status* de científica. Além disso, o que se viu foi o primado de investigações que optaram pela abordagem voltada para a história social. Com relação a isso, a historiografia regional acabou acompanhando um movimento singular à própria historiografia

[150] Michel Vovelle (1991, p. 22) reconheceu que alguns historiadores de sua geração, como George Duby, Maurice Agulhon e ele próprio, trafegaram da "adega ao celeiro", ou seja, das análises sobre estruturas sociais, de inspiração marxista, aos temas de predileção da nova história, como as atitudes diante da morte, a feitiçaria, dentre outros. Guy Bois (2001), por sua vez, localizou e analisou pontos de confluência e de tensão entre o marxismo e a nova história, sobretudo, na historiografia francesa. Há que reconhecer, então, que essas matrizes teóricas, há algum tempo, conviveram com aproximações e distanciamentos.

latino-americana: "À exemplo do que aconteceu na Europa, a história social foi o caminho seguido pela historiografia latino-americana para superar os modelos historiográficos tradicionais vigentes até bem avançado o século XX" (MALERBA, 2009, p. 66). Sobre esse ponto, fica difícil dimensionar até onde foi a influência dos *annalistes* ou do marxismo na historiografia regional, até porque essas duas perspectivas teóricas ficaram conhecidas, historicamente, por deslocarem o foco dos estudos históricos do político para a análise do econômico e do social. Mas, independente se a inspiração jorrou de uma ou de outra cabeceira (ou das duas), tratou-se de pesquisas com enfoque bastante diferente daquele modelo tradicional de história política que se espraiava entre os estudiosos autodidatas. Em relação ao foco de abordagem de uma história social, concordamos com a posição do professor José D'Assunção Barros, a qual ajuda a esclarecer a questão:

> Quando o historiador volta-se para o exame destes grupos humanos específicos (grupos e classes sociais, categorias de excluídos, células familiares) no interior de uma sociedade, ou então para as relações conflituosas e interativas entre alguns destes grupos, seu interesse poderá se voltar tanto para a elaboração de um retrato sintetizado destes grupos sociais e de suas relações, como para a incidência de questões transversais nestes grupos. Como uma certa classe ou grupo se comporta diante de uma determinada conjuntura política ou econômica? Como reage a uma determinada crise política, ou a uma determinada crise econômica? Como reage um grupo, por exemplo, às flutuações de preços? Como repercutem certas mudanças políticas na vida social de um grupo? Embora as questões acima colocadas refiram-se alternadamente aos âmbitos político ou econômico, elas podem ser trabalhadas *socialmente* pelos historiadores. Não é o tipo de fato – político, econômico, social ou cultural por definição – o que define uma sub-especialidade da História, mas sim o enfoque que o historiador dá a cada um destes tipos de fatos (BARROS, 2008, p. 112-113)

Dentre essas pesquisas que se moveram no território da história social[151], parte considerável delas trabalharam na fronteira com a história demográfica[152], outras já transitaram nos liames com a história da cultura[153]. Deparamo-nos também com investigações que enfocaram o econômico, mas, especialmente, na sua confluência com questões relacionadas à sociedade

[151] *O Colégio Santa Clara e sua influência educacional em Goiás* (MENEZES, 1977); *Arraial e Coronel: dois estudos sobre história social* (FREITAS, 1978); *A sociedade agrária em Goiás (1912-1921) na literatura da Hugo de Carvalho Ramos*; *A sociedade colonial goiana* (SOUZA, 1978); *O Serviço Social e a "Promoção do Homem": um estudo de ideologia – a Escola de Serviço Social de Goiás no processo histórico brasileiro (1936-1977)* (MIGUEL, 1978).

[152] *Aldeamentos indígenas e sua importância no povoamento da Capitania de Goiás no século XVIII (1749-1811)* (CHAIM, 1973); *Povoamento do sul de Goiás (1872-1900): um estudo da dinâmica da ocupação espacial* (FRANÇA, 1975); *Colônia Agrícola Nacional de Goiás: análise de uma política de colonização na expansão para o oeste* (DAYRELL, 1975); *Cooperativa de imigrantes em Itaberaí: estudo da fixação de deslocados de guerra na zona rural de Goiás* (MAGALINSKI, 1978).

[153] *Macaúba: uma aldeia Karajá em contato com a civilização* (BUENO, 1976); *Trindade de Goiás: uma cidade santuário – conjunturas de um fenômeno religioso no centro-oeste brasileiro* (SANTOS, 1978).

goiana[154]. Quanto à produção de pesquisas na esfera da história política, o que se verificou foi uma outra postura[155] quando a opção investigativa fora esta: narrativas mais analíticas do que descritivas, não focalizadas na sucessão das administrações, nem tão somente nas experiências das camadas dominantes, ou na valorização dos personagens políticos de destaque, enfim, a confecção de estudos mais atentos às nuances existentes entre a política e o social[156].

Essa ênfase incidida no social e econômico, a interface entre história social e demográfica, por si só, geram a suspeita de uma maior visibilidade destinada a elementos teóricos e metodológicos emanados dos *Annales* do que do marxismo. De fato, isso realmente aconteceu nas averiguações históricas desse decênio. Acreditamos que esse maior aporte aos *annalistes* contou, também, com a contribuição do historiador Luis Palacin, tendo em vista à influência que granjeou na historiografia regional. A tese de livre-docência de Palacin foi a primeira pesquisa de história regional portadora de perspectivas e conceitos oriundos da historiografia francesa dos *Annales*[157].

Outro traço distintivo entre esses dois momentos do "fazer histórico" em Goiás (no novecentos) refere-se a preocupação analítica inscrita às pesquisas da historiografia acadêmica em detrimento à fisionomia descritiva que caracterizava os trabalhos da produção histórica autodidata. O excessivo factualismo e o apego à descrição foram abandonados em prol da uma postura valorizadora da análise, da formulação de problemas e do levantamento de hipóteses acerca dos fenômenos históricos investigados. No tocante a essa perspectiva, mais uma vez entrecruzam-se predicados das matrizes teóricas dos *annalistes* e do marxismo, pois eram teorias, eminentemente, críticas, que privilegiaram a "história-problema" como fio condutor das pesquisas e não a

---

[154] *Goiás (1722-1822): estrutura e conjuntura numa capitania de minas* (PALACIN, 1976); *Formação Econômica de Goiás* (BERTRAN, 1978).

[155] *Contribuição para o estudo político e oligárquico de Goiás* (MORAES, 1972); *A participação de Goiás na Guerra do Paraguai* (MARTINS, 1978); *Coronelismo em estado periférico: Goiás na Primeira República* (CAMPOS, 1975); *A fundação de Goiânia e o desenvolvimento de Goiás* (PALACIN, 1976); *História de Goiás*: 1722-1972 (MORAES; PALACIN, 1975).

[156] A exceção se faz à dissertação intitulada *A administração provincial em Goiás no período regencial e seus antecedentes coloniais* (MACHADO, 1978), em que a autora, embora apresente algumas análises sobre o objeto de estudo, exercita, em parte considerável do texto, uma história política nos moldes que encontramos nos escritos de Silva e Souza, Alencastre e dos historiadores autodidatas do século XX. A própria autora, na introdução do trabalho, reconhece que "[...] a linha seguida pelo trabalho em geral, é, mais expositiva ou descritiva dos principais aspectos considerados do que propriamente analítica ou teórica, uma vez que esta demandaria pesquisa muito longas e profundas em fontes documentais ainda dispersas e desorganizadas" (MACHADO, 1978, p.12).

[157] No tópico 3.5 – *A importância de Goiás (1722-1822) – estrutura e conjuntura numa capitania de minas, de Luis Palacin, para a historiografia regional* – analisaremos essa apropriação da historiografia francesa por Palacin e a repercussão que sua tese de livre-docência encontrou entre os historiadores em Goiás.

"história-narração" fitada no episódico. O enfoque estava voltado, desta forma, para as estruturas, as conjunturas, os processos econômicos e sociais.

Apesar de visualizarmos esses feixes teóricos que atravessaram a historiografia regional nesse período, é comum encontrarmos, em pesquisas dessa década, certo "desapego teórico". Essa lacuna reflexiva em termos de teoria (procedimento comum na historiografia brasileira da época) não significou a elaboração de pesquisas desprovidas de perspectivas e conceitos advindos dessas correntes historiográficas em vertente. Pelo contrário, para a elaboração de suas investigações históricas, os pesquisadores se apropriaram de concepções e conceitos derivados dessas linhas teóricas assinaladas[158].

Nessa incursão pela dimensão teórica do conhecimento produzido nesse período, localizamos a presença, um pouco maior, de elementos teóricos dos *annalistes* do que do marxismo[159] na historiografia regional dos anos setenta. Dentre as pesquisas que manuseamos, em três delas as autoras optaram por uma orientação teórica marxista: Dayrell (1975), Miguel (1978) e Souza (1978). Eliane G. Dayrell (1975), por exemplo, valeu-se de autores marxistas brasileiros (sobretudo, Caio Prado) para analisar o contexto econômico-social em que se deu a política da Marcha para o Oeste. Nesse trabalho, fica manifesto que a autora opera com termos oriundos do marxismo (como burguesia, proletariado, exploração econômica, conflito de classes, concentração fundiária, propriedade capitalista da terra, ideologia, dentre outros), no entanto, não faz uso de uma linha teórica ou de algum conceito marxista em especial. Mas se observarmos sua principal proposição ao fim da pesquisa, notaremos uma reflexão impregnada por essa tendência teórica. Segundo Dayrell, ao se considerar a conjunção de fatores em jogo no projeto de colonização e na Marcha para o Oeste, o insucesso da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) foi aparente, tendo em vista que com a formação do município de Ceres, resultado não planejado desse programa, a região acabou por integrar-se ao sistema econômico brasileiro, mas submetendo-se ao domínio econômico dos grandes proprietários e comerciantes, o que foi realizado com sérios custos sociais à população camponesa.

[158] Aqui se aloja outra diferença com o operar historiográfico dos autodidatas que, ao focarem no material empírico das fontes, pouquíssimas vezes se valeram de conceitos como forma de explicação dos fenômenos históricos estudados.

[159] No próximo capítulo, examinaremos que, nos anos 1980, algumas correntes marxistas se estabeleceram como orientações teóricas preponderantes na historiografia regional.

Na dissertação de Walderez L. Miguel (1978), cujo estudo voltou-se mais propriamente para sua área de formação (Serviço Social), encontramos o uso de uma farta bibliografia marxista estrangeira (Althusser, Pierre Bourdieu, Antonio Gramsci, Karl Mannheim) e nacional (Miriam L. Cardoso, Fernando Henrique, Florestan Fernandes, Caio Prado), além de uma apropriação mais precisa de conceitos dessa perspectiva teórica, como *ideologia,* extraído de Althusser, além de *hegemonia*, de Gramsci. Esses conceitos foram centrais em sua análise sobre os diversos elementos ideológicos que se alojaram, historicamente, na Escola de Serviço Social de Goiás.

Já com relação à pesquisa de Maria Sônia França e Souza (1978), que analisou a sociedade agrária em Goiás do início do século XX a partir de uma leitura marxista de obras do escritor Hugo de Carvalho Ramos, protelaremos o esquadrinhamento da mesma, tendo em vista a particularidade de alguns posicionamentos teóricos e metodológicos adotados pela historiadora e que se converterão em tema de uma seção vindoura (*Os rastros de outros procedimentos teórico-metodológicos*).

Naquelas pesquisas que recorreram à historiografia dos *Annales*, percebemos que os elementos teóricos dos "annalistes" foram apropriados de forma difusa, ou seja, notamos uma apropriação que amalgamou diferentes perspectivas, conceitos e/ou metodologias extraídas de autores dessa tradição francesa, na tentativa de dar maior respaldo teórico ao trabalho monográfico. Um primeiro elemento teórico a ser assinalado foi a larga utilização dos conceitos de *estrutura* e *conjuntura*. No tocante a essa apropriação conceitual, a influência de Braudel mostrou-se marcante, como bem expusera Peter Burke:

> Fernand Braudel foi o grande representante da chamada segunda geração dos *Annales* (posterior a Marc Bloch e Lucien Febvre), sendo esta fase do movimento, a que mais se aproxima verdadeiramente de uma "escola". Elaborou conceitos diferentes (particularmente estrutura e conjuntura) e novos métodos (especialmente a "história serial" das mudanças na longa duração), e fora dominada pela presença de Fernand Braudel (BURKE, 1992, 12).

O recorrente aporte a esses conceitos, sobretudo ao de *conjuntura*; encontráveis em Palacin (1972), Moraes (1974), França (1975), Campos (1975), Palacin (1976), Freitas (1978), Bertran (1978), Machado (1978), Santos (1978) e Souza (1978); na maioria dessas pesquisas, não veio acompanhado pela definição dos mesmos[160]. Do mesmo modo, outro conceito proveniente dos *annalistes* lastreado no vocabulário dos historiadores regionais, mas que adquiriu contornos de

[160] Exceção feita a Palacin (1972).

uma noção, pois ressentira de significação mais precisa, foi o de *mentalidade*. Como já se sabe, foi com os precursores dos *Annales*, Lucien Febvre e Marc Bloch, que se assistiu à erupção do mental como objeto dos estudos históricos na França:

> [...] Temos aí uma ruptura muito sensível entre as preocupações cada vez mais fundamentadas no mental de Lucien Febvre e o conteúdo da revista que permanece prioritariamente econômico e social. A obra dos dois mestres dos *Annales* está, no entanto, bem impregnada do anseio de decifrar o universo mental. Alimenta-se de duas fontes: a da psicologia, [...] mas alimenta-se também da sociologia durkheimiana. Lucien Febvre é mais sensível à preocupação propriamente psicológica, ao confronto entre o homem singular e o universo mental no qual ele intervém. [...] Lucien Febvre, muitas vezes, é reconhecido como o iniciador da história das mentalidades. [...] Marc Bloch alimenta-se mais da contribuição da sociologia durkheimiana do que da psicologia para ter acesso ao mental (DOSSE, 1992, p. 84-85)

Não obstante, se foi possível falar em história das mentalidades, em sentido estrito, com Lucien Febvre, foi com Georges Duby e Robert Mandrou, na década de 1960, que se reconheceu, com claras resistências, um novo campo de abordagem histórica (VOVELLE, 1991, p. 15). No caso da historiografia brasileira, por seu turno, autores como Diehl (2004), Vainfas (2009) e Malerba (2009), ressaltaram que, somente nos anos 1980, aconteceu o grande *boom* da recepção da história das mentalidades no Brasil, o que pode ser visualizado, especialmente, em trabalhos de Laura de Mello e Souza, Ronaldo Vainfas, Luis Mott e Ligia Bellini.

Trazendo essa assertiva para nossa análise sobre a produção historiográfica em Goiás na década de 70, o que se nota, de fato, não é a elaboração, propriamente, de estudos no âmbito da história das mentalidades, mas o uso corrente da noção de mentalidade, sem a preocupação de precisar qual a significação estava sendo emprestada ao mesmo[161]. Para tornar visível esse emprego continuado desse termo, citaremos alguns de seus diferentes usos por determinados historiadores regionais. Dayrell, por exemplo, fala de uma "mentalidade progressista se instalando em Goiás" (DAYRELL, 1975, p. 60), de "uma mudança radical na mentalidade goiana" e de uma "nova mentalidade goiana desperta no estado (DAYRELL, 1975, p. 62). Menezes refere-se a "algumas características da mentalidade da sociedade goiana na década de 20" (MENEZES, 1977, p. 48), à "evolução da mentalidade dos habitantes de Campinas" (MENEZES, 1977, p. 48) e à "mentalidade da época" (p. 51). Santos (1978), por seu turno, fala de "mentalidade popular"

[161] Segundo Michel Vovelle (1991, p. 14), o conceito de *mentalidade* esteve longe de alcançar uma aceitação consensual entre diferentes tradições historiográficas. Prova disso, foi a dificuldade que historiadores fora da França encontraram para adaptar ou até traduzir o termo. Os alemães teriam buscado um termo congruente, enquanto italianos e ingleses optaram por utilizar o próprio vocábulo francês.

(MENEZES, 1977, p. 95), "mentalidade oficial da Igreja Católica da época" (MENEZES, 1977, p. 217) e "mentalidade clerical" (MENEZES, 1977, p. 217); e, finalmente, Souza, que cita três mentalidades coexistentes, segundo ela, no "mundo mental brasileiro": a "mentalidade agrária" (SOUZA, 1978, p. 22), a "mentalidade dependente" (SOUZA, 1978, p. 32) e a "mentalidade renovadora" (SOUZA, 1978, p. 33).

Quanto ao mero uso desse vocábulo, a exceção se faz a Freitas (1978), que inscreveu a segunda parte de seu trabalho, intitulada *Um Coronel do Meio-Norte*, no território de um estudo de mentalidade. Sob a influência da "dialética da duração" de Fernand Braudel, Freitas tratou o "coronelismo" como uma das faces do "agrarismo", tido por ela como um fenômeno de longa duração na história brasileira e portador de características específicas: economia fechada, estilo patriarcal de vida, marcado pelo individualismo, pela violência e pela predominância de uma elite ligada posse da terra e à exploração de produtos agrícolas (FREITAS, 1978, p. 114). Focada nessa estrutura social apoiada no "agrarismo", a historiadora valeu-se de escritos particulares do Coronel Domingos Pacífico, buscando compreender como esses registros (que expressavam uma dialética entre valores coletivos de longa duração e valores individuais da história breve) continham elementos de uma mentalidade dominante em uma determinada realidade social.

Depreendemos, por conseguinte, que o uso indiscriminado desses conceitos/noções (estrutura, conjuntura e, especialmente, o de mentalidade), na maioria dos casos, sem qualquer correlação a um conteúdo definido; somado a uma espécie de justaposição de elementos teóricos e de referências fragmentadas dos *annalistes*; revelam um momento em que, na historiografia regional, não havia muita clareza quanto às especificidades de alguns aportes teóricos absorvidos, tendo em vista que essa apropriação carecia, muitas vezes, de nitidez em relação às virtualidades dessas perspectivas ou à operacionalidade de seus conceitos.

Outro rastro de elementos emanados dos *annalistes* alojou-se na esfera metodológica, sobretudo, na utilização de métodos quantitativos, todavia, serão temas tratados no tópico seguinte. Aqui, importa-nos ainda delinear certos formatos apresentados pela produção historiográfica regional desse período que diferiram das pesquisas históricas da fase anterior. Neste sentido, um procedimento que se tornou comum entre os pesquisadores foi a confecção de um capítulo, geralmente o primeiro, destinado a caracterização do contexto histórico[162] ou de

[162] Verificável em Moraes (1974), Dayrell (1975), Menezes (1977), Magalinski (1978) e Souza (1978).

aspectos fisiográficos[163] da região que circunscrevia o fenômeno histórico objeto de investigação. Essa questão, por sua vez, acaba nos deslocando para um assunto merecedor de realce nesses trabalhos, que foi a tentativa, por parte de alguns historiadores, de promover relações entre o que estava sendo abordado em nível regional com acontecimentos/situações de ordem nacional. Em algumas pesquisas, verificamos que os autores optaram por uma estratégia explicativa que transitou do geral (pensando no evento estudado em sua inserção no contexto histórico nacional) para o particular (tratando esse evento em suas peculiaridades regionais), foram os casos de Dayrell (1975), Martins (1978), Miguel (1978) e Magalinski (1978). Outros, embora não tenham adotado esse direcionamento, empreenderam, no decorrer de suas narrativas, repetidas conexões entre fenômenos regionais examinados e contexto/acontecimentos nacionais aos quais se vinculavam, postura esta avistada não só nos estudiosos anteriormente referidos como também em Palacin (1972), Moraes (1974), Campos (1975), Freitas (1978), Santos (1978), Souza (1978) e Machado (1978). Todavia, verificamos, do mesmo modo, investigações que se mostraram focadas nas experiências históricas regionais propriamente ditas: Doles (1973), Chaim (1974), França (1975), Palacin (1976), Menezes (1977) e Chaim (1978).

Por último, convém trazer à baila algumas estratégias narrativas realizadas em trabalhos dessa década e que poderiam dar a impressão especiosa de que se tratava de inovações em termos de abordagens[164]. Perscrutando as pesquisas de Menezes (1977), Freitas (1978) e Magalinski (1978), podemos ser induzidos a considerar que, em determinadas passagens da narrativa, os autores estariam praticando, de modo precursor na historiografia regional, abordagens no âmbito da história do cotidiano. Na dissertação de Áurea C. Menezes (1977), por exemplo, por sua preocupação em descrever como era a rotina das meninas que estudavam no internato do Colégio Santa Clara, acabou se aproximando de uma abordagem típica de uma história do cotidiano. No trabalho de Jan Magalinski (1978), por sua vez, quando dedicou-se ao relato de como os imigrantes europeus vivenciaram "os primeiros tempos de cooperativa" no município de Itaberaí, acabou se avizinhando a essa abordagem histórica. No caso da pesquisa de Lena C. B. F. de

[163] Observável em Doles (1973), Chaim (1974) e França (1975). No caso específico de Santos (1978), o primeiro capítulo foi dedicado tanto a aspectos geográficos quanto a análise do contexto histórico.

[164] Na dissertação intitulada *Vida cotidiana na zona rural do município de Goiás (1888-1930)*, defendida em 1985, a historiadora Leny C. Anzai localizou em Freitas (1978) e Souza (1978), os primeiros esforços acadêmicos na formulação de estudos sobre o cotidiano. No entanto, em nosso ponto de vista, foi a própria Anzai que, primeiramente, reuniu esforços de produção de um trabalho acadêmico (pós-graduação) no âmbito da história do cotidiano. Durante as décadas de 1980 e 1990, é que pesquisas com essa perspectiva afloraram na historiografia em Goiás, como analisaremos no quarto capítulo.

Freitas (1978), ao focalizar as experiências vividas pelo Coronel Domingos Pacífico, da mesma forma, teria tangenciado essa perspectiva de abordagem. É preciso considerar, no entanto, que nas três investigações históricas em vertente, nenhum dos historiadores fez qualquer alusão, teórica, metodológica ou bibliográfica, à história do cotidiano. Acreditamos que a chave da questão reside no tipo de fontes que foram utilizadas por eles e não na perspectiva de interpretação que os mesmos portavam. Na descrição sobre o cotidiano das meninas que estudaram no internato, Menezes (1977) dispôs de entrevistas de ex-alunas e de crônicas escritas pelas religiosas franciscanas que dirigiram o Colégio Santa Clara e pelos padres redentoristas que acompanharam o desenvolvimento da escola. Em seu relato acerca das experiências dos imigrantes na época em que viveram na cooperativa em Itaberaí, Magalinski (1978) valeu-se de depoimentos que os próprios migrantes deram ao pesquisador. Em seu registro sobre fatos vivenciados e impressões pessoais do Coronel Domingos Pacífico, Freitas (1978) teve em mãos três cadernos com escritos particulares do oligarca, espécie de diários, repletos de narrativas sobre acontecimentos de seu dia-a-dia. Diante da amplitude e riqueza de informações que essas fontes históricas traziam consigo, era muito difícil não dar vazão a esses detalhes do cotidiano no momento da produção narrativa, por isso, julgamos que a natureza dessa documentação histórica que os pesquisadores possuíam é que favoreceu, e até aguilhoou, a construção desses relatos acerca de vivências do dia-a-dia, da rotina diária, das minúcias experienciais dos sujeitos históricos que estavam sendo perquiridos, mas não a elaboração deliberada de abordagens próprias da história do cotidiano, até porque esse tipo de abordagem traz implicações teóricas e metodológicas que só foram problematizadas e enfrentadas a partir do trabalho de Anzai (1985).

Portanto, realizada essa radiografia diagnosticadora das novas concepções historiográficas e perspectivas de orientação que impregnaram a produção histórica em Goiás nos anos setenta, nossa atenção se volta, a partir de então, para o exame acerca dos novos contornos metodológicos assumidos pela historiografia regional em meio às exigências da produção de conhecimento histórico no interior da universidade.

### 3.4. Um novo fazer histórico: a pesquisa histórica com outras exigências metodológicas

Há uma premissa que é praticamente consensual entre os historiadores profissionais: os critérios de regulação metódica são fundamentais para a produção de conhecimento histórico cientificamente orientado. Baseados nela, verificamos que a historiografia acadêmica fixou, na esfera metodológica, as balizas desse novo projeto historiográfico erigido em Goiás nos anos setenta, qual seja, a constituição de pesquisas históricas autenticadas pela validação científica. Manuseando esses trabalhos, fica manifesto o quanto se valorizava a dimensão metodológica em detrimento, por exemplo, do domínio teórico. Essa preocupação em produzir pesquisas metodicamente sustentadas, com outras exigências de controle e de tratamento do material empírico das fontes, também se constitui numa faceta importante desse novo fazer histórico emergido no período. Discutir o caráter científico da História é um tema complexo e caro aos historiadores. No entanto, não pretendemos nos enveredar nessa densa discussão, sobretudo pela miríade de pontos de vista sobre o assunto, mas é preciso anotar que, quando se trata de refletir sobre certos critérios que possibilitam a esse campo do conhecimento dos fenômenos humanos o predicado de ciência, coadunamos com algumas ponderações expressas pelo professor Jörn Rüsen.

Na concepção desse teórico alemão, a ciência da História, como uma modalidade do pensamento histórico, apresenta especificidades fundamentais. Em geral, as operações narrativas do pensamento histórico revestem-se da necessidade de garantir a verdade de cada história narrada, isto é, a verdade daquilo que se diz sobre o passado a que se referem. No entanto, a narrativa histórica, em sua versão científica, apresenta como singularidade, não o fato de pretender à verdade, mas sim o modo como reivindica a verdade. Para assegurar esse potencial orientador, o pensamento histórico, na História como ciência, deve garantir suas pretensões de validade a partir de seus graus de pertinência empírica, normativa e narrativa:

> Histórias empiricamente pertinentes garantem a relação do pensamento histórico com a experiência do passado. Histórias normativamente pertinentes garantem a relação do pensamento histórico com as normas vigentes na vida prática de seus destinatários. Histórias narrativamente pertinentes garantem a relação do pensamento histórico com a constituição de sentido de seus destinatários, à medida que, conectando fatos a normas, possibilitam orientação no fluxo do tempo. Na ciência da história, os âmbitos empírico, normativo e narrativo fazem a relação do pensamento histórico com a experiência do passado aparecer sob o signo da pesquisa histórica, o que caracteriza sua regulação metódica (RÜSEN, 2001, p. 91-92).

Não obstante, o grande diferencial do pensamento histórico, na ciência da História, é que, por meio de sua constituição metódica, pretende-se garantir a validade da mesma enquanto ciência. Sobre essa relevância dos métodos de pesquisa para a ciência da História, Rüsen afirma que:

> [...] as histórias tornam-se científicas, com respeito à sua pertinência empírica, pois suas narrativas obedecem às regras da pesquisa histórica. Essas regras submetem o pensamento histórico à obrigação de tornar o conteúdo empírico das histórias controlável, ampliável, e garantível pela experiência. A história como ciência produz, com essa metodização da relação com a experiência, um progresso constante do conhecimento (RÜSEN, 2001, p. 108).

Cientificidade na História, para Rüsen, não diz respeito a uma adequação do pensamento histórico a uma concepção *a priori* e geral do que seja a ciência, mas ao ajustamento a um padrão intersubjetivo das formas de dirigir a pesquisa histórica e de empreender a fundamentação da narrativa sobre seus resultados. Ciência entendida no sentido mais amplo do termo, "como a suma das operações intelectuais reguladas metodicamente, mediante as quais se pode obter conhecimento com pretensões seguras de validade" (RÜSEN, 2001, p. 85).

Ademais, é a regulação metódica que possibilita uma relação intersubjetiva entre os historiadores, que buscam uma argumentação formadora de consenso. Por isso, a metodização no trato da experiência do passado é um componente da ciência da história a qual nenhum historiador pode negligenciar. Por conseguinte, é perfeitamente possível, de acordo com Rüsen, falar em certa unidade de método quando se considera algumas etapas primordiais na construção do conhecimento histórico. Primeiramente, o interesse por conhecer um determinado fenômeno histórico a partir de "carências de orientação" advindas da vida prática; posteriormente, a formulação de uma pergunta histórica dirigida às fontes, das quais se extraem os conteúdos necessários para a resposta; e finalmente, lapidar os conteúdos extraídos das fontes de forma que respondam à pergunta histórica, a qual, por estar vinculada às carências de orientação, pode ser útil na orientação da vida prática humana. Assim, a metodização inerente ao pensamento histórico, na História como ciência, acaba conduzindo a um conhecimento histórico universalmente válido, pois seu conteúdo empírico, seu significado e seu sentido estão particularmente fundamentados. Produz conhecimento válido, mas também provisório. Isso porque, mesmo a pesquisa garantindo o conteúdo empírico das histórias, não significa que se construiu um conhecimento acabado, definitivo. Essas histórias são sempre relativas a outras que poderão surgir com o decurso temporal da vida humana, o que não invalida o conteúdo delas. Demonstra que, como seres

culturais, imersos a determinados universos simbólicos, é preciso assumir que novos critérios de sentido aparecem e aparecerão, o que modifica substancialmente as expectativas de orientação que emanam da vida humana. Novas buscas por sentido acarretam um novo olhar sobre a experiência do passado. Essas novas representações ensejam novas técnicas de pesquisa, de que resultam, por sua vez, novas formas de apresentar esse passado, que estariam, por assim dizer, em condição de exercer as funções requisitadas por esses atuais interesses.

O método histórico, elemento fundamental para se pensar nessa cientificidade, constitui-se no conjunto das regras abstratas que presidem a exploração do material das fontes, desempenhadas na etapa da pesquisa histórica. Na metódica de Rüsen, a pesquisa histórica abrange três operações processuais importantes: a heurística, a crítica e a interpretação.

A heurística é o primeiro procedimento a ser realizado durante a pesquisa histórica. Nessa fase, o historiador opera, de forma sistemática, a coleta, junção e classificação das fontes significativas, além de analisar o manancial de informações que essas fontes podem ofertar. A exploração desse potencial informativo das fontes está relacionada à pergunta histórica e à formulação de hipótese sobre esse material legado pelo passado. Por isso, a heurística não consiste somente no ato de buscar as fontes, mas em avaliar se as mesmas oferecem informações satisfatórias para a resposta ao questionamento histórico realizado e para a solução do problema histórico que está posto.

A segunda operação processual é a crítica das fontes, procedimento da pesquisa histórica em que se garimpam as informações sobre o passado. É nessa operação que se realiza uma análise dos elementos fundamentais sobre a facticidade da ação humana no passado que merecerão ser objeto do exercício interpretativo:

> A crítica das fontes é o ponto fulcral da objetividade histórica (no sentido de "objetividade de fundamentação". Ela leva a proposições históricas que, por força de sua referência à experiência metodicamente regulada, valem empírica e intersubjetivamente. É com essa garantia de princípio (metódica) da pretensão de validade que o conhecimento histórico científico se diferencia do não-científico, relativamente a seu conteúdo factual (RÜSEN, 2007a, p. 122-123).

Já na interpretação, busca-se o exame das informações levantadas sobre as experiências do passado através da crítica das fontes. À medida que essas informações são retiradas das fontes e rearranjadas, a interpretação possibilita a formação de produtos narrativos que servem de fios condutores do trabalho de representação histórica. Nesses fios condutores interpretativos são

produzidas as perspectivas heuristicamente direcionadas sobre a experiência do passado, na forma de questionamentos históricos. Por conseguinte, a interpretação constitui-se no primeiro passo para se elevar os dados passados à condição de fatos históricos, pois rearranja os fatos conforme as perspectivas orientadoras sobre o passado.

Por ora, essa breve digressão teórica justifica-se por evidenciar o quanto os critérios de regulação metódica são fundamentais para se pensar na construção de um conhecimento histórico cientificamente dirigido. Diferentemente do que era praticado pela historiografia autodidata, o exercício metodológico não consistia na extração das informações das fontes para a narração de uma história política episódica, cronologia e descritiva. Essa historiografia acadêmica buscou, primeiramente, obedecer a certas regras heurísticas básicas que não eram observadas até então. Dentre elas, a diferenciação entre fonte histórica e referência bibliográfica, a indicação dos documentos considerados fundamentais para os problemas e as hipóteses formuladas no decurso da pesquisa e o estabelecimento de uma classificação dos documentos utilizados (documentos manuscritos e impressos; documentos oficiais, cartorários, orais, periódicos; crônicas, memórias, relatos e descrições de viagens). Reportando a um trecho escrito pela historiadora Marivone Chaim, que se doutorou nessa década em pauta, podemos perceber que, de forma sutil, ela visualiza esse novo momento vivido pela historiografia regional e o apreço (muitas vezes subliminar, mas que era recorrente) pelo uso da fonte manuscrita:

> Embora consultada farta bibliografia especializada sobre o indígena, o presente trabalho está alicerçado, sobretudo, na pesquisa documental, principalmente de tipo manuscrito, e constitui-se em contribuição ao esclarecimento de importante etapa da história goiana, que ultimamente vem sendo objeto de estudo por parte de diversos pesquisadores. Outros o retomarão certamente, pois esposamos a certeza de que cada capítulo poderá dar origem a outras tantas teses (CHAIM, 1974, p. 13)

Sem embargo, nem tudo foi novidade. A despeito desse novo tratamento dispensado à documentação histórica, a investigação em fontes oficiais[165] ainda continuou ditando a tônica das pesquisas históricas em Goiás. Todavia, nesse cenário metodológico, outras fontes ganharam maior visibilidade, pois essa historiografia acadêmica já brotou tendo uma concepção mais larga do que se entendia por fonte histórica se comparada à produção histórica autodidata. A presença

[165] Correspondências régias, de governadores e de outros funcionários da administração, ofícios, portarias, regulamentos, alvarás, leis, avisos, editais, bandos, regimentos, provisões, instruções, ordenações, relatórios de governadores de capitania, de presidentes de província e de estado, atas das câmaras municipais, documentos legislativos, dentre muitas outras.

de feixes teórico-metodológicos dos *Annales* na historiografia regional desse período ajuda-nos a compreender o alargamento dessa concepção de documento histórico. Os relatos dos viajantes e naturalistas europeus do século XIX (Saint-Hilaire, George Gardner, Johann Pohl, Francis Castelnau, Wilhelm Eschwege, Luis D'Alincourt), por exemplo, que tanto menciona(re)mos nessa tese, passaram a ocupar lugar cativo nas perscrutações históricas no estado, assim como os registros produzidos pelos chamados "historiadores-fonte"[166] do oitocentos (Silva e Souza[167], Cunha Mattos e Alencastre[168]). É inconteste que essa documentação, especialmente os relatos dos viajantes europeus[169], consiste em registros históricos que, perspectivas de interpretação à parte, abrigam um potencial informativo incomensurável, principalmente por que acessam dimensões da vida humana pretérita que não estão disponíveis nos documentos oficiais, sobretudo àquelas relacionadas às vivências sociais e aos aspectos culturais vistos em Goiás naquele quadrante histórico. Daí o fato de essas fontes se constituírem num acervo documental extremamente sedutor (por vezes, produtor de armadilhas) que foi (e ainda é[170]) intensamente devassado por historiadores[171] que pesquisa(ra)m história regional. A importância delas para as representações históricas que foram construídas sobre Goiás é de tal monta que, continuamente, serão evocadas nessa tese.

Outros documentos históricos também foram manuseados como forma de enriquecer essas narrativas sobre a história da região: as fontes paroquiais (registros de batismo, casamento e

[166] Terminologia utilizada por Palacin no prefácio da pesquisa publicada por Brito (1992).
[167] É importante salientarmos que, em 1978, o escritor José de Mendonça Teles publicou, pela Editora Oriente, o livro *Vida e obra de Silva e Souza*, o qual encontrou grande repercussão entre os historiadores que se dedicavam à história regional, sobretudo, pelo fato de trazer, na íntegra, dois textos clássicos de Silva e Souza. Embora esses textos estivessem disponíveis na Revista do IHGB, a versão de Teles de *Memória sobre o descobrimento, governo, população e coisas mais notáveis da Capitania de Goiás* e *Memória estatísticas da Província de Goyaz* passou a ser frequentemente acessada pelos especialistas em história de Goiás.
[168] Do mesmo modo, é forçoso ressaltarmos a importância, para a historiografia regional, da publicação, em 1979, tanto de *Anais da Província de Goiás,* de J. P. M. Alencastre, quanto da *Chorographia Histórica da Província de Goyaz*, de Cunha Mattos, resultado de um convênio firmado entre a SUDECO (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste) e o Governo de Goiás. Embora esses dois clássicos também estivessem disponíveis na Revista do IHGB, essas publicações facilitaram o acesso a essas fontes pelos pesquisadores de história regional.
[169] No tocante a utilização, mais frequente, dessas fontes pelos pesquisadores regionais, é preciso lembrar a contribuição prestada pela Coleção Reconquista do Brasil, da Editora Itatiaia (em parceria com a USP). Esse projeto editorial trouxe, na década de 1970, traduções de textos de Saint-Hilaire, Pohl, Gardner, dentre outros viajantes e naturalistas estrangeiros. Essas fontes traduzidas foram de extrema valia para as pesquisas sobre história de Goiás.
[170] Podemos citar como exemplo a tese de doutorado de Maria Lemke, *Trabalho, família e mobilidade social – notas do que os viajantes não viram em Goiás (1770 – 1847)*, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da UFG em 2012.
[171] Dentre os trabalhos da década de 1970 elencados, os que se valeram dessas fontes foram os seguintes: Palacin (1972), Doles (1973), Moraes (1974), Chaim (1974), Palacin e Moraes (1975), Freitas (1978), Chaim (1978) e Machado (1978).

óbito), os registros cartorários (mormente, os testamentos), os relatos orais e, especialmente, os periódicos. Para o estudo de uma época em que não havia separação entre Estado e Igreja, como era o caso do Brasil antes da instauração da República, as fontes paroquiais apresentavam uma natureza informativa dúplice (e, ao mesmo tempo, una), pois dava acesso a questões tanto seculares quanto temporais, tendo em vista que se tratava de uma documentação que "[...] possuía o caráter religioso com força de um ato civil para cada indivíduo, servindo, inclusive, de base legal para operações seculares" (BASSANEZI, 2009, p. 143). No tocante aos registros orais, algumas pesquisas[172] dessa década recorreram à técnica da entrevista, mas sempre com o escopo de complementar ou reforçar informações obtidas junto a fontes escritas. Nesse estádio da historiografia regional, a história oral ainda não era encarada como um método com critérios e procedimentos específicos. E, por fim, a investigação em periódicos[173], ou como diria Tania Regina de Luca (2011, p. 111), "a história nos e por meio dos periódicos". Os jornais *Matutina Meiapontense* e *Correio Oficial* se constituíram em um meio metodológico muito utilizado pelos historiadores para adentrarem um universo discursivo mais informal, corriqueiro, passional e candente, que os documentos oficiais pouquíssimas vezes conseguem atingir.

Malgrado esses distanciamentos metodológicos, interessante é notar, porém, que do ponto de vista bibliográfico, muitos pesquisadores[174] ao "reconstruírem" o contexto histórico de determinado período que estavam tratando, recorreram, não só às primeiras pesquisas desse círculo de historiadores que produziram no âmbito universitário, mas também aos estudos dos historiadores autodidatas, principalmente, os de Americano do Brasil. O que demonstra que nem tudo foi ruptura. Entretanto, no que toca às diferenças metodológicas, elas não se limitaram ao campo da heurística, se observarmos os procedimentos de crítica das fontes e de interpretação, as disparidades ficam ainda mais visíveis. Não ficando restritos à mera extração das informações contidas nas fontes, esses "novos" pesquisadores, em sua maioria, submeteram o conteúdo dessa documentação à crítica: duvidaram de certas informações, concordaram e se apropriaram de outras, demarcaram suas limitações, salientaram sua riqueza e seu potencial informativo, enfim, realizaram um exercício mais denso de crítica documental. Para ilustrar esse procedimento crítico

[172] Moraes (1974), Dayrell (1975), Bueno (1976), Menezes (1977), Freitas (1978) e Santos (1978). Magalinski (1978) destinou outro tratamento aos relatos como examinaremos *a posteriori*.
[173] Em Doles (1973), Moraes (1974), Chaim (1974), Freitas (1978), Magalinski (1978), Machado (1978), Santos (1978) e Martins (1978).
[174] Doles (1973), Moraes (1974), Chaim (1974), Dayrell (1975), França (1975), Campos (1975), Menezes (1977), Freitas (1978), Chaim (1978) e Machado (1978).

que se tornou usual entre os historiadores do período, trouxemos três excertos, retirados de diferentes pesquisas, que oferecem linhas exemplares sobre essa prática metodológica:

> De certa forma, a opinião de Castelnau a respeito do Araguaia foi um tanto apressado e, consequentemente, inexata. Subestimou ele o despovoamento e não visualizou com plena exatidão o problema da escassez das águas no período da seca, de sorte que considerou-o totalmente livre à navegação. Ignorou ainda que o Araguaia representava apenas parte da rota total e desconheceu as maiores dificuldades do Tocantins, localizadas no trecho paraense que não foi por ele percorrido (DOLES, 1973, p. 60).

> Aquele que consultar a documentação partidária referente ao "Caso de Goyaz", mormente os editoriais do *Goyaz* e de *A Imprensa* perder-se-á, sem dúvida, entre afirmações contraditórias, inversão dos fatos, convicções antagônicas, etc. Aquele que consultar apenas o *Goyaz* ficará convicto da honestidade política dos Bulhões e da injustiça de que foram vítimas. O mesmo sentimento nascerá naquele que consultar apenas *A Imprensa*. Enveredar-se-á pelo caminho das conjecturas, das dúvidas, das objeções, das coordenações e absolvições ao consultar as duas fontes. A verdade, para as duas facções, era relativa e propositalmente subjetiva (MORAES, 1974, p. 190).

> A análise das características demográficas e econômicas da Província de Goiás, pela composição ocupacional dos habitantes, segundo os dados do inquérito censitário de 1872, pode levar a conclusões ilusórias. Conforme os critérios adotados, a classificação da população ativa pelo "status" profissional, surpreende à primeira vista pela considerável especialização em misteres específicos (FRANÇA, 1975, p. 66).

Esse trabalho de crítica e interpretação das fontes históricas resultou numa outra prática não muito cultivada na produção histórica autodidata: o levantamento de problemas e a formulação de hipóteses sobre os fenômenos históricos em estudo e que, no caso dessas investigações acadêmicas, passariam pelo crivo de membros da comunidade científica que avaliariam sua fundamentação. A elaboração e exposição de hipóteses construídas por meio da pesquisa documental, a partir de então, converte-se em peça fundamental da dinâmica argumentativa contida nos trabalhos historiográficos. Para apresentar a incidência dessa postura, trouxemos duas amostras. Na primeira, a historiadora Maria Augusta S. de Moraes expõe sua proposição central sobre como a oligarquia dos Bulhões atuaram e se conservaram no poder político estadual. Na segunda, o historiador Miguel Archângelo N. Santos classifica o culto e a romaria ao Divino Padre Eterno, que ocorre anualmente na cidade de Trindade-GO, como um fenômeno com características típicas daqueles ligados às manifestações da religiosidade popular brasileira:

> Finalizando, somos por afirmar que a oligarquia bulhônica se projetou pelos valores intrínsecos de sua família e dos demais elementos que lhes ofereciam cobertura; e ainda com o apoio irrestrito dos coronéis dos diferentes municípios. Somente se consolidou com o apoio da política Central. Exerceu a liderança política em moldes consentâneos com a realidade sócio-econômica do Estado; entrou em declínio, pelo não surgimento, no seio, de novos elementos capazes de superar outros grupos que, também, lutavam para alcançar a hegemonia política regional. O governo Central, sob a responsabilidade de Hermes da Fonseca, com sua política de combater velhas oligarquias, delegou poderes ao militar reformado Eugênio Jardim para assumir a liderança da política de Goiás. Era o início da afirmação Caiadista, que no momento histórico, era chamada pela imprensa oposicionista local – eugenista (MORAES, 1974, p. 213).

> [...] o Culto e a Romaria do Divino Padre Eterno, que fazem da cidade de Trindade de Goiás o maior centro religioso do Centro-Oeste Brasileiro, se integram perfeitamente na conceituação geral de religiosidade popular, apoiando-se em causas substancialmente as mesmas do todo brasileiro, latino-americano e até certo ponto universais. Evidencia-se que, a despeito dos esforços do Catolicismo Oficial em impor suas "regras do jogo" ou normas litúrgicas, já aproximadamente há um século, as formas populares de devoção persistem e se manifestam exuberantemente tanto na Festa como nos ex-votos (SANTOS, 1978, p. 235).

Essa inquietação metódica desses historiadores ainda se exprimiu por meio de outro expediente: a larga utilização de metodologia quantitativa. Nesse aspecto, aboleta-se outra nítida influência dos *Annales* na produção acadêmica brasileira. No entendimento de José D'Assunção Barros, por exemplo, a quantificação esteve tão presente nos trabalhos dos *annalistes* que acabou por atravessar a clássica divisa das gerações que foi imposta a essa historiografia, mas é inegável que, sob o primado de Braudel, ela se mostrou mais vigorosa:

> [...] a História Quantitativa terá o seu próprio ritmo e as suas próprias balizas cronológicas – quebrando-se a periodização através da qual se costuma historiar este movimento em três gerações bem definidas – isto porque, depois de emergir sob o contexto da crise econômica de 1929, e acompanhar as duas gerações iniciais de annalistas (a de Bloch e a Braudel), a nova modalidade consolida-se entre os anos 1945 e 1975 (seu período áureo), para depois, a partir dos anos 1980, perder a majestade que reteve durante tantos anos no universo de metodologias praticadas pelos historiadores dos Annales e também de outras correntes historiográficas (BARROS, 2012, p. 204).

Os trabalhos regionais que abrigaram esses feixes "analíticos", em sua maioria, traziam elementos dessa "história quantitativa", cujos êxitos nos campos da história econômica, social e demográfica, levaram muitos historiadores a crerem que seria este um dos caminhos para uma história realmente consistente do ponto de vista metodológico, daí o uso sistemático e frequente de

dados estatísticos, tabelas, gráficos e quadros numéricos nas pesquisas da década[175]. A utilização desses recursos quantitativos se dera, algumas vezes, pela extração direta de instrumentos dessa natureza contidas nas fontes históricas acessadas; em outras, ocorria o exercício de formatação e sistematização numérica pelos próprios pesquisadores. Mas, independente do modo como eram formulados, esses recursos numéricos eram tomados como meios metodológicos essenciais para a explicação dos fenômenos históricos objeto de análise. Sobre esse aspecto, faz-se pertinente relembrar, igualmente, que parte considerável desses pesquisadores trabalhou na intersecção com a história demográfica[176], o que fez com que esses instrumentos de quantificação tivessem mais evidência ainda.

Outra questão, talvez acessória, mas que, em nosso ponto de vista, também revela o rigor metodológico que se pretendia imprimir nas pesquisas históricas regionais, diz respeito à presença de "extensos anexos" na parte final dos trabalhos. Nessa seção, eram condensados vários trechos de documentos ou também as fontes históricas na íntegra. Tal procedimento foi executado em praticamente todas as investigações dessa década que foram arroladas. Acreditamos que nele resida uma estratégia metodológica revestida de três intenções primordiais: justificar que o trabalho foi operado a partir de uma séria pesquisa documental, apresentar quais fontes históricas foram importantes (ou decisivas) para as hipóteses levantadas durante o desenvolvimento da perscrutação e possibilitar o acesso a esses documentos por outros pesquisadores, o que poderia, *a posteriori*, suscitar novas investigações históricas sobre o mesmo ou sobre novos temas.

Portanto, uma vez pontuadas as principais diferenças entre a prática metodológica dos historiadores autodidatas e a dos pesquisadores da historiografia acadêmica instaurada em Goiás na década de 1970, investimo-nos, agora, da tarefa de demonstrar como grande parte dessas novidades teórico-metodológicas foi introduzida, na historiografia regional, com a tese de livre-docência de Luis Palacin Gomez, *Goiás (1722-1822): estrutura e conjuntura numa capitania de minas*, uma pesquisa que pode ser considerada quase que programática no tocante a essas

[175] Palacin (1972), Doles (1973), Moraes (1974), Dayrell (1975), França (1975), Menezes (1977), Magalinski (1978), Santos (1978) e Martins (1978).

[176] No ponto de vista de François Dosse (1992, p. 104), essa aproximação dos *Annales* com a economia, inspirada principalmente em Ernest Labrousse, teve seus "momentos de glória até os anos 60, com o progresso da estatística e da quantificação, ela está, nesse momento em correlação com outra disciplina em expansão, a demografia. [...] a demografia é dotada de um *know-how*, de uma metodologia nova e eficaz com Louis Henry. Toda uma geração de historiadores da escola dos *Annales* vai se lançar ao assalto dos mercuriais dos preços e dos registros paroquiais, contabilizando e estabelecendo curvas e ciclos. Tanto a série demográfica como a série de preços tornam-se o credo do discurso dos *Annales* dos anos 50. É a *belle époque* das monografias regionais".

mudanças historiográficas operadas no “fazer histórico” em Goiás, além de ter sido a investigação que mais ressoou entre os historiadores que se dedicaram à pesquisa em história regional.

### 3.5. A importância de *Goiás (1722-1822): estrutura e conjuntura numa capitania de minas,* de Luis Palacin, para a historiografia regional

Havíamos definido, à princípio, que, nos capítulos destinados à análise da produção historiográfica acadêmica, não dedicaríamos qualquer subtítulo a um(a) historiador(a) ou a uma obra específica, como fizemos no capítulo referente à historiografia autodidata. Isso porque a fase acadêmica abrigou (e abriga) uma infinidade de pesquisadores que, de diferentes formas, deram sua contribuição à historiografia em Goiás e, ao realçar um nome, um título, poderia estar sendo injusto com o restante dessa agremiação de especialistas. No entanto, quanto mais nos enveredávamos pela historiografia acadêmica dos anos 70, 80 e 90, fomos percebendo que, igualmente, injusto estaríamos sendo em não analisar, particularmente, a importância que a tese de livre-docência de Luis Palacin alcançou nessa historiografia, inelutavelmente, a investigação que mais ecoou entre aqueles interessados em história regional.

Neste tópico, nosso escopo central é explanar como Palacin, a partir dessa tese, introduziu uma nova forma de se pesquisar história em Goiás, constituindo-se no primeiro exemplar dessa nova fase da historiografia regional. Seguindo essa premissa, objetivamos esquadrinhar como ele trouxe determinadas perspectivas teóricas e conceitos que também foram absorvidos por outros pesquisadores do período; e, sobretudo, de que modo algumas linhas interpretativas mestras sobre história de Goiás, aduzidas por ele, foram continuamente repetidas na historiografia regional, mas também criticadas em determinado momento dessa produção.

Numa seção anterior, intitulada *Os sintomas de uma inflexão historiográfica no início dos anos 1970*, expusemos vários registros de contemporâneos a Palacin, cujos relatos convergiram para a afirmativa de que a tese de livre-docência de Luis Palacin representou um autêntico divisor de águas na historiografia em Goiás. Evidentemente que não ficaremos reduzidos, meramente, a repetir essa sentença, embora concordemos com a mesma. Buscaremos, sim, demonstrar como essa pesquisa não só se constituiu nesse marco na produção historiográfica regional, pelas novidades teórico-metodológicas introduzidas, mas também pela ressonância que encontrou nas pesquisas que trataram da história de Goiás dos séculos XVIII e XIX.

Interessante anotar que quando o jesuíta espanhol Luis Palacin defendeu essa tese de livre-docência, em 1972, arguida por Domingos Félix de Souza (UFG), Padre José Pereira de Maria (UFG), Manuel Dias Nunes (USP), Maria Tereza Shöerer Petrone (USP) e Sérgio Buarque de

Holanda (USP), havia pouco mais de uma década que residia em Goiás, de modo que essa pesquisa fora fruto de suas primeiras andanças pelos arquivos históricos do estado e de sua atividade intelectual como pesquisador e professor das universidades federal e católica. À época, já conhecedor de grande parte dos textos que haviam sido produzidos sobre história regional, o "historiador-inaciano" mostrava-se consciente de que sua tese representava uma nova forma de conceber a pesquisa histórica em Goiás:

> Esta nova exposição da história de Goiás, desde seu descobrimento até a independência, pretende ser nova não apenas por ser a última no tempo, senão principalmente pelo novo enfoque que apresenta, pelo método empregado e pela pesquisa documental de que se originou. [...] Seja, pois, este o primeiro passo, logo superado, na renovação da história em nosso Estado por uma floração mais rica (PALACIN, 1976, p. 12).

Diferentemente do que havia sido elaborado até então em termos de história de Goiás, o enfoque de Palacin não se alojou na narração de fenômenos políticos, mas numa abordagem econômico-social. Era uma história regional contada sob outro prisma, sob outras balizas. Não só por seu conteúdo, mas a própria estrutura capitular da tese ressumava uma análise de cunho mais temático, desvinculada daquele encadeamento cronológico, episódico, baseado na sucessão das administrações políticas, como era comum nos textos anteriores. Observando a composição dos capítulos (e efetuando sua leitura), é possível notar esse outro foco de abordagem dos fenômenos históricos regionais: Capítulo I - "O Ouro em Goiás", II - "As Minas dos Goyazes (1726-1749)", III - "Quinto e Capitação (1727-1751)", IV - "O Apogeu do Ouro (1751-1788)", V - "A População", VI - "A Administração" e VII - "A Decadência".

O autor, nesse trabalho, também exercitou um procedimento historiográfico que se tornaria comum entre os historiadores em Goiás: o recurso a aportes teóricos e conceitos para a explicação dos fenômenos e/ou processos históricos regionais em estudo. Embora ficasse evidente que os historiadores daquele período privilegiavam a análise empírica em detrimento da discussão teórica, a tese de Luis Palacin foi a primeira pesquisa acadêmica a apresentar elementos teórico-metodológicos oriundos, por exemplo, da historiografia francesa dos *Annales*[177], orientação teórica esta que, juntamente com o marxismo (ou melhor, com alguns marxismos), dominariam a cena historiográfica em Goiás nas décadas de 70, 80 e grande parte dos 90.

[177] Na dissertação de mestrado, *O Jesuíta e o Historiador: a produção historiográfica de Luis Palacin sob o prisma da matriz disciplinar de Jörn Rüsen*, dedicamos uma seção do segundo capítulo (*A bagagem do espanhol repleta de franceses*) à análise acerca da influência da historiografia francesa no fazer histórico de Palacin.

Quando nos referimos à presença teórica da historiografia francesa nessa obra, estamos falando, principalmente, de reflexões e conceitos trazidos por Fernand Braudel. Na introdução da tese, quando afirma que seu "interesse centra-se não nos fatos, senão nos processos, no que tem de durável "a estrutura", e no que tem de transitório "a conjuntura", traçando grandes linhas sem entrar em análises pormenorizadas dos processos particulares" (PALACIN, 1976, p. 12), Luis Palacin já expõe que seu edifício historiográfico fora construído a partir de algumas balizas teóricas dos *Annales*. É preciso reconhecer, entretanto, que essa conceituação de "estrutura" e "conjuntura" é de fato muito sucinta, tendo em vista que o autor não a retoma no decorrer da narrativa de forma a explicitá-la melhor. Mas como mencionado anteriormente, a dimensão teórica ficava em plano secundário em relação à dimensão metodológica. Não eram comuns, naquele período, as divagações teóricas e conceituais, apesar disso, a utilização, mesmo que pontual, desses conceitos, o tipo de análise mais abrangente assumida ("traçando grandes linhas sem entrar em análises pormenorizadas dos processos particulares"), a perspectiva econômico-social, denuncia-nos a "bagagem francesa desse espanhol".

Além da apropriação desses recursos conceituais emanados da historiografia francesa, a delimitação temporal eleita por Palacin e sua justificativa para tal indicam outro rastro de *Annales* contido nessa obra. O "corte" no tempo, de um período secular (1722 a 1822), e seu interesse centrado "não nos fatos", mas nos processos, no que tem de durável "a estrutura", e no que tem de transitório "a conjuntura", demonstram que se tratava de uma abordagem de longa duração, não assentada ao nível do episódico, da "superfície dos acontecimentos". Entre o período de 1722 (ano de saída da expedição exploradora da bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva, que encontrara ouro na região de Goiás) e 1822 (data da independência, momento em que o governo de Portugal se desligou da direção política do Brasil), Luis Palacin identificou a dinâmica conjuntural que, em sua perspectiva, caracterizou essa estrutura econômica, baseada na mineração, em Goiás. Segundo o próprio, a conjuntura desse período teria sido marcada pelos momentos de "apogeu" e de "decadência" dessa atividade e que revelaram algumas especificidades históricas:

> o "descobrimento", marcado pela expansão febril, a pressa e a semi-anarquia; o "apogeu", marcado por um período breve, mas brilhante de exploração do minério e a posterior transição, de forma súbita, para a "decadência", um período amargo, lento e agonizante de diminuição progressiva desta exploração, caminho para a ruína econômica. (PALACIN, 1976, p. 15)

O uso dos conceitos de *estrutura* e *conjuntura*, a análise de longa duração e o enfoque de natureza econômico-social não foram os únicos indícios da apropriação, por Palacin, da perspectiva teórica braudeliana. A utilização sistemática de metodologia quantitativa, como dados estatísticos, tabelas e gráficos nessa narrativa também acenam para essa influência da historiografia francesa no historiar desse espanhol. O próprio Fernand Braudel, em suas considerações, acentuava a importância desses instrumentos quantitativos como meios metodológicos para a explicação de uma dada estrutura ou conjuntura: "acredito na utilidade das longas estatísticas, na necessidade de remontar até um passado cada vez mais longínquo por estes cálculos e investigações. [...] Sem dúvida, a estatística simplifica para melhor conhecer" (BRAUDEL, 1972, p. 38). Só a título de ilustração sobre o uso da quantificação, Palacin, dispondo dos mapas da capitação, tentou estimar a população de Goiás dentre os anos de 1736 a 1751, além de quantificar o que esse imposto rendeu à Fazenda Real durante os anos de sua vigência; utilizando dados da cobrança do quinto buscou calcular a produção/produtividade de ouro do escravo por ano, inclusive, elaborando gráficos sobre esses rendimentos; valendo-se de fontes diversas, avaliou, graficamente, a evolução populacional de Goiás de 1726 a 1822; dentre outros exemplos em que recorreu a recursos dessa metodologia.

Outra mudança de perspectiva externada por ele, decorrente de sua abordagem econômico-social, e não necessariamente de proposições provenientes dos *annalistes*, diz respeito à existência de uma formulação interpretativa atenta à presença e à atuação de outros elementos sociais que não só os oriundos das camadas dominantes e dos indígenas. Tanto os "historiadores-fonte" do século XIX (Silva e Souza, Cunha Mattos e Alencastre), como os pesquisadores autodidatas do novecentos que examinamos (Americano do Brasil, Zoroastro Artiaga e Natal e Silva), ao se preocuparem com a narração de eventos político-administrativos, enxergaram, primacialmente, a experiência histórica de indivíduos pertencentes às camadas dominantes e aos indígenas, ofuscando a vivência de outros sujeitos sociais da plaga goiana. Inclusive, na maioria das vezes em que os índios sobressaíam como personagens históricos da narração, os eventos retratados relacionavam-se a conflitos com a população local ou com o próprio governo, às tentativas de pacificação empreendidas, às medidas tomadas para sua inserção em projetos de povoamento ou de administração da região. Em suma, esses textos do oitocentos e da primeira metade do novecentos consistiam em histórias elaboradas a partir de lentes ajustadas às experiências da classe dominante. Ainda que a tese de Palacin não se constitua numa investigação focada na

vivência das camadas sociais menos privilegiadas[178], até porque se trata de uma pesquisa estribada, em grande medida, em documentos oficiais e voltada para as dinâmicas de processos econômicos, só o fato de distinguir e analisar, brevemente, tipos sociais como os brancos, os mestiços, os negros, os índios, os vadios, os escravos, os mineiros, os operários, os comerciantes (inclusive com ponderações não só relacionadas à atividade econômica, mas também de cunho cultural), já denota um outro ponto de vista que brotava com essa nova postura historiográfica em Goiás.

Até mesmo no capítulo intitulado "A Administração", em que, pelo próprio conteúdo, aproximou-se de um registro histórico no âmbito da história política, a forma de abordar esses fenômenos se deu de outro modo se comparado aos textos historiográficos dos séculos XIX e XX aos quais nos referimos. Além de não voltar à atenção para o episódico e ao encadeamento cronológico das sucessivas administrações, sua análise, que se sobrepõe à estratégia descritiva, aponta para temas referentes aos diversos setores da administração: governadores, arrematação de ofícios, a justiça, o exército, a fazenda real. Voltado para esses fenômenos de natureza política, exercitou, sempre que pertinente, a crítica das fontes, ora concordando ora divergindo das apreciações de viajantes europeus e governadores. E por seu conhecimento em história moderna, fez contínuas ilações entre o regional, o nacional e o mundial, destacando características do Antigo Regime, de que forma eram sentidas e aplicadas (ou não) no Brasil e em Goiás ou como determinados comportamentos políticos se diferiam ou se conservavam na atualidade (anos 70).

Do ponto de vista metodológico, é importante reavivar que, para essa pesquisa, valeu-se, vigorosamente, de documentos oficiais: correspondências e relatórios dos governadores da Capitania e presidentes de Província (século XVIII e início do XIX), cartas régias, editais, bandos, portarias, ofícios, alvarás, regimentos e livros da Fazenda Real, dentre outros. Além disso, as *Memórias* de Silva e Souza e de Antonil[179], a própria *Corografia Histórica* de Cunha Mattos e os *Annaes* de Alencastre foram de extrema importância para a investigação. Todavia, acreditamos que, com essa tese, Luis Palacin acabou por consagrar outras fontes, que foram moderadamente utilizadas por Alencastre e, sobretudo, pelos historiadores autodidatas, mas que encontrariam grande acolhida metodológica entre a historiografia acadêmica: os relatos dos viajantes e naturalistas do século XIX (Auguste Saint-Hilaire, Emmanuel Pohl, Wilhelm von Eschwege, Luis

[178] As pesquisas com esse foco de análise foram elaboradas, sutilmente, nos anos 1980, em estudos ancorados em referenciais teóricos marxistas, mas, sobretudo, nos 1990, com a influência da perspectiva de E. P. Thompson.
[179] ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. IBGE, 1963.

D'Alincourt, Francis Castelnau). Indubitavelmente, a partir de Palacin, esses registros históricos se constituíram em fontes das mais acessadas pelos pesquisadores que investigaram história de Goiás no setecentos e oitocentos. Deste modo, é possível depreender que, deste *corpus* documental selecionado, a economia mineradora e sua conjuntura de apogeu e decadência em Goiás foram analisadas a partir de três locais de enunciação: o olhar oficial, do governo português e dos administradores da antiga capitania; o olhar dos europeus, que estiveram em Goiás durante o século XIX; e a memória resgatada da oralidade herdada dos tempos da mineração e que perpassou também pelos séculos XVIII e XIX.

No tocante aos liames entre a esfera metodológica e narrativa, é fundamental acentuar que Palacin exercitava a crítica e a interpretação de suas fontes, procedimento metodológico que o conduzia à formulação de problemas e hipóteses sobre o que estava sendo estudado e que seria, posteriormente, narrado. Não vem ao caso, neste momento, carrear o conjunto de problemas e hipóteses elaboradas por esse pesquisador, mas para elucidar o caráter prolífero da relação entre dimensão metódica e narrativa desse trabalho, traremos algumas ponderações sobre como essas esferas do conhecimento histórico apresentam interpenetrações.

Objetivando exemplificar o modo como Palacin procedeu a crítica das fontes, permitimo-nos apresentar uma passagem (admitimos que um pouco longa) em que discorda de uma assertiva de Saint-Hilaire acerca do poder ilimitado dos governadores das terras d'além mar português:

> [...] Saint-Hilaire, falando de Goiás, dizia que os governadores, até a chegada da família real, gozavam de um poder praticamente ilimitado. Este juízo, tão falso como apaixonado, dos contemporâneos, fundamenta-se no equívoco de não distinguir entre poder ilimitado – que nenhum governador teve, nem nunca pensou ter – e poder arbitrário, que sem o ter os governadores podiam algumas vezes cair na tentação de exercer. O poder dos governadores, ao contrário, longe de ser ilimitado, estava submetido a toda classe de limitações, legais umas, que restringiam seus poderes, outras de fato, impedindo o exercício real de sua autoridade. [...] Entre as limitações legais, acabamos de ver que dois campos tão vitais como o da justiça e das finanças estavam quase inteiramente subtraídos à sua autoridade. A existência e o reconhecimento de uma ordem legal significavam exatamente o contrário do poder ilimitado e, neste ponto, a sobrevivência de muitos direitos pessoais e de classe, próprios dos direitos estamentário, dificultava, ainda mais, o exercício da autoridade. Um exame mais circunstanciado das faculdades dos governadores nos levaria a concluir quão longe se encontravam, não só do poder absoluto, mas mesmo de uma real autonomia: não nomeavam, nem escolhiam seus colaboradores, nem podiam destituí-los; não podiam criar novos ofícios nem prescindir dos existentes; deviam prestar contas, e esperar aprovação, até dos menores gastos extraordinários – [...] – qualquer inovação na lei ou no costume devia ser submetida, de antemão, ao Conselho Ultramarino, e não poder ser posta em prática sem sua expressa aprovação. A força real dos governadores encontrava-se naquele ditado "de Roma vem o que à Roma vai". Como primeiros informantes do governo português em regiões tão distantes e tão diferentes,

> como homens de confiança do monarca – não os chama sempre "amigo no começo de suas cartas? – e com fortes apoios familiares na Corte, como representantes integrais do "estabilishment" por sua origem e formação, suas sugestões eram aceitas e realizadas, suas medidas aprovadas – mas sempre uma por caso. O contrário seria o governo desautorizar-se a si mesmo" (PALACIN, 1976, p. 140-141)

Vejamos que, a despeito de essa argumentação ser procedente ou não, o fato é que Palacin buscou problematizar sua fonte, no caso, o relato de Saint-Hilaire, e ainda apresentou seu ponto de vista sobre a questão. Nessa pesquisa em apreço, é possível extrairmos outros trechos em que esse procedimento crítico foi praticado, mas para não nos alongarmos, deixemos esse excerto como exemplar. Contudo, aqui se faz relevante uma proposição: embora admitamos que, enquanto historiadores, devemos sempre "desconfiar" das fontes históricas, problematizá-las nem sempre significa, tão somente, duvidar, questionar, criticar as informações que elas apresentam. Concordar e reforçar o conteúdo das mesmas, quando o historiador julga que essas informações têm fundamento, também faz parte desse procedimento metodológico. Posto isso, fundamental é transportar para essa discussão uma postura metodológica, aparentemente paradoxal de Luis Palacin, que, em nossa acepção, influenciou algumas linhas interpretativas mestras da historiografia em (sobre) Goiás. Essa postura também acarretou desdobramentos narrativos, os quais revelam outra divergência entre o historiar autodidata e o acadêmico, e que foi principiada por Palacin.

Não temos dúvida de que esse pesquisador, na elaboração dessa e de outras investigações, valorizava o procedimento de crítica das fontes. O excerto, anteriormente exibido, é uma de outras amostras de como cultivava essa prática metodológica. Apesar disso, estamos de acordo com alguns historiadores que afirmaram que essas fontes do século XIX careceram, por parte de Palacin, de uma crítica mais arguta no que se refere às suas particularidades discursivas. Essa premissa, sabemos, é uma das balizas da crítica revisionista na historiografia regional que analisaremos no último capítulo.

Luis Palacin serviu-se, primordialmente, dos relatos desses viajantes europeus para discorrer sobre a conjuntura da decadência da mineração em Goiás. Contudo, de uma análise predominantemente socioeconômica, em que números, cifras, gráficos, estimativas ditaram a tônica explicativa para a conjuntura de apogeu, o que se percebe é que, para além do decréscimo da exploração aurífera, também representado quantitativamente, a decadência foi delineada, especialmente, por seus contornos socioculturais: a ociosidade, a letargia social, o desprezo pelo

trabalho, a preguiça reinante e o isolamento. As memórias de Silva e Souza, escritas no século XIX, que falavam desse sentimento comum de tristeza e nostalgia dos goianos acerca dos momentos de fausto da mineração no setecentos, e os registros dos governadores de Capitania, que acusavam para os sintomas dessa crise, serviram de aporte metodológico para retratar essa conjuntura de decrepitude. Entretanto, foi nos relatos desses viajantes e naturalistas que Palacin encontrou maior sustentáculo documental para representar esse "estado de decadência" que atingiu a região após a bancarrota das minas de ouro.

Para tornar mais transparente a questão, retomemos alguns argumentos desse pesquisador. Inicialmente, sob o primado da quantificação, ele frisou que a decadência da mineração foi resultado da quebra do rendimento das minas, mas que arrastou consigo outros setores a uma ruína parcial:

> [...] diminuição da importância e do comércio externo, diminuição dos rendimentos advindos dos impostos, diminuição da mão-de-obra por estancamento da importação de escravos, estreitamento do comércio interno com tendência à formação de zonas de economia fechada, um consumo dirigido à pura subsistência, o esvaziamento dos centros de população, ruralização, empobrecimento e isolamento cultural (PALACIN, 1976, p. 171).

O autor realçou ainda que a produção bruta de ouro decaiu consideravelmente a partir de 1778, mesmo tendo essa exploração já dado mostras de desgaste no final da década de 50. Asseverou que essa conjuntura de decadência iniciou-se em 1778, concordando, então, com o parecer do governador Fernando Delgado F. de Castilho, e se arrastou pelo século XIX, pois a "partir de 1779, o quinto não mais alcançou as 15 arrobas, e em 1820 ("às vésperas da independência") não chegava sequer a uma arroba; a mineração praticamente tinha desaparecido como atividade econômica significativa" (PALACIN, 1976, p. 173). Entretanto, alicerçado nos registros dos viajantes europeus, Palacin reforçou que a decadência psicológica e social antecipava ao esgotamento das minas:

> O mineiro médio preferia ver no fenômeno da decadência um efeito apenas do esgotamento das jazidas, enquanto o governo tendia a destacar a sonegação dos quintos pelo contrabando. Por isso, o mineiro continuava sonhando – sonho que cada vez se tornava mais remoto – que novos descobertos ressuscitaram os dias gloriosos do passado (PALACIN, 1976, p. 175).

Pretendendo explicar os motivos dessa decadência aurífera, o historiador novamente se amparou nas considerações feitas pelos viajantes que buscaram argumentos para elucidar a questão. Dentre eles, o mais citado, certamente, foi o uso de técnicas obsoletas para a extração do minério. Palacin registrou que Eschwege, por exemplo, "atribuía toda a decadência da mineração à carência de conhecimentos técnicos e à falta de organização (...) o próprio governo nunca soube dirigir a mineração com uma legislação adequada" (PALACIN, 1976, p. 176).

Permanecendo à sombra desses relatos, o autor retomou sua interpretação enfatizando a fugacidade do período de prosperidade e a brusca transição para a ruína opaca, que impossibilitou "a sedimentação de uma verdadeira cultura em nenhum dos campos" (PALACIN, 1976, p. 195). Apresentou ainda três manifestações as quais classificou como "profundas e duráveis da decadência: uma de caráter sócio-geográfico, a ruralização, as outras duas, a crise do trabalho e o derrotismo moral, com base na psicologia coletiva" (PALACIN, 1976, p. 197). No tocante à ruralização da vida, assinalou que, no período áureo da mineração, a população se concentrava, em sua maioria, nos centros urbanos, mas com a decadência passou-se a uma rápida dispersão da população pelos campos: "confirmam-se, desta forma, as impressões recolhidas por Pohl e Saint-Hilaire sobre o abandono da Capitania por parte de grandes massas da população, sobretudo branca, a acentuar-se a decadência da mineração" (PALACIN, 1976, p. 106). Um dos grandes símbolos dessa decadência seria a fisionomia que adquiriram os antigos centros urbanos, locais de povoamento mineiro, outrora cheio de vida, "agora", com a aparência decaída: "o capim cresce nas ruas, a maior parte das casas encontravam-se abandonadas, as habitações e construções começam a se desmanchar" (PALACIN, 1976, p. 198). Além disso, o gosto pela ociosidade, o desprezo pelo trabalho braçal, complementariam essa face da decadência em Goiás. A repulsa pelo trabalho apareceu, segundo o autor, em grande parte das fontes as quais pesquisou, mas foi no olhar europeu dos viajantes que este "atributo goiano" foi reforçado:

> Pohl exemplifica esta atitude, e suas conseqüências, com um caso que pode parecer grotesco: O ócio é a máxima felicidade dessa gente, escreve com referência aos brancos em Goiás. O próprio soldado raso que tem de levar uma carta da Real Fazenda ao palácio do governo, apenas a duzentos passos de distância, não a leva ele próprio. Manda-a por um negro escravo e a toma à soleira do edifício (PALACIN, 1976, p. 199).

Por derradeiro, Luis Palacin ressaltou que os efeitos dessa decadência traduziram-se, ainda, num estado de letargia social assumido pela população da capitania e que se manifestava numa condição de desalento coletivo:

> Em conseqüência poderíamos caracterizar também a decadência como uma atitude coletiva assumida pela população: um sentimento de fracasso e de derrota, de inevitabilidade dos males e da incongruência de qualquer esforço para superá-los. Traduzia-se isto num estado permanente de apatia, de resignação muito próxima da desesperança. E a tradução exterior dessa atitude: a tristeza. Tendo assistido a uma dança dos índios Caiapó na aldeia de São José, Saint-Hilaire conclui com esta reflexão: "Durante todo esse tempo, toda essa boa gente tinha um ar de contentamento e alegria que jamais se vêem nos tristes goianos (PALACIN, 1976, p. 200).

A delonga nesta exposição sobre essas bases interpretativas palacinianas tem uma justificativa: com Palacin, a "decadência" da sociedade goiana no período pós-minerador sedimentou-se como um *conceito histórico* que se lastreou pela historiografia regional. Nesta narrativa do espanhol, a "decadência" não representa um mero vocábulo significador do declínio de uma atividade econômica, mas como vimos, define um quadro social, econômico e cultural (com reflexos até psicológicos) que definiu a realidade goiana do último quartel do século XVIII e ao largo do XIX[180]. A partir do contato com essas fontes do oitocentos, Palacin absorveu uma determinada leitura sobre a realidade goiana do período e fixou a "decadência" como uma fisionomia histórica que definiria a região nessa quadra temporal. Pois bem, na tentativa de darmos maior clareza a esse procedimento de construção conceitual por Palacin, mais uma vez, as proposições de Jörn Rüsen serão de grande valia. Na concepção do teórico alemão, os *conceitos* tornam-se *históricos* na medida em que "exprimem, explícita ou implicitamente, a qualidade temporal de estados de coisas do passado humano, qualidade que esses estados de coisas possuem numa determinada relação de sentido e significado com o presente e o futuro" (RÜSEN, 2007a, p. 92). A *formação histórica* do conceito, então, manifesta essa relação dialética e *construtiva* entre o que é extraído da linguagem das fontes e o significado que o estado de coisas do passado apresenta para a orientação temporal da vida prática contemporânea. Partindo desse princípio reflexivo, acreditamos que a sedimentação do conceito de "decadência" como definidor da sociedade goiana no período pós-minerador abriga uma espécie de "nó interpretativo-

[180] Para alguns pesquisadores, inclusive o Palacin de "Estrutura e Conjuntura" (1972), esse cenário desolador teria se estendido até o início da década de 1930, quando, a partir da "Revolução de Outubro", Goiás inauguraria um novo período em sua história, o da modernidade.

metodológico" que, por sua importância à compreensão dos caminhos trilhados pela historiografia regional, merece ser desatado.

Primeiramente, é preciso demarcar que essa questão também encerra outra diferença de perspectiva (e identitária) em relação a produção histórica autodidata. Enquanto os estudiosos dessa fase, que tiveram contato com boa parte dessas fontes, produziram uma "desfocalização da decadência", ofuscando uma possível representação negativa de Goiás e dos goianos do passado, a historiografia acadêmica, a partir da tese de Palacin, engendrou a "fixação da decadência" como um retrato social, econômico e cultural de ruína que marcou a região com a decrepitude da atividade mineradora. A "leitura nativa do passado" e o projeto de identidade regional, impregnados na escrita da História dos estudiosos autodidatas, eclipsaram esse desenho cultural e social negativo tracejado por governadores de capitania, presidentes de província e, principalmente, pelos naturalistas e viajantes europeus. Em contrapartida, essa "leitura adventícia", extraível dessas fontes do oitocentos, foi apropriada por Luis Palacin e, desde então, acabou se arraigando na produção historiográfica em Goiás.

Por mais paradoxal que possa parecer, como conhecemos a maior parte das pesquisas realizadas por Palacin, não temos dúvida de que era um historiador que primava pela crítica das fontes. Entretanto, no que se refere a essa perspectiva dos viajantes acerca da "decadência goiana", concebemos que o proceder metodológico desse espanhol foi orientado por sua visão também "adventícia" sobre Goiás, o que promoveu uma assonância com o tom de "decadência" que esses europeus do XIX conferiram à região.

Quando, no início dos anos 1960, o jesuíta Luis Palacin chegou a Goiás para dedicar-se à vida religiosa e à docência universitária, era originário, assim como os viajantes, de uma realidade econômica, social, política e cultural totalmente diversa a que encontrou no estado. Por causa de suas atividades como religioso e, sobretudo, pelo autêntico historiador que era, desde que aqui se estabeleceu, deslocou-se por diferentes regiões de Goiás, devassando arquivos, manuseando documentos, visitando patrimônios, na ânsia por conhecer e escrever, com a fundamentação típica de um especialista, a história do estado que adotou como lar. Certamente, Palacin se deparou com grandes dificuldades para transitar nas estradas goianas; defrontou-se com regiões e populações que, historicamente, viviam na pobreza, no isolamento, esquecidas pelo poder público; topou com as péssimas condições e desorganização dos arquivos e da documentação goiana; perambulou por vastos torrões desse sertão goiano, visualizando a tônica da vida urbana e rural no estado e, acima

de tudo, encontrou uma cultura completamente diferente daquela em que foi formado. Em todos os sentidos, tratava-se de uma realidade bastante diversa daquela da qual viera: uma Europa urbana, industrial, com paisagens e uma dinâmica de vida, inteiramente, distintas as de Goiânia e, sobretudo, as do interior de Goiás. Acresce a isso o fato de que, nas décadas de 1960 e 1970, as próprias universidades federal e católica de Goiás, ambientes em que Palacin exercitava seu vasto preparo intelectual, sobreviviam em meio a um oceano de dificuldades, tanto materiais como de pessoal especializado, constituindo-se, então, em um espaço acadêmico, absolutamente, distinto ao que se deu sua formação. Um depoimento da professora Lena Castello Branco de Freitas, que conviveu vários anos com Palacin, pode esclarecer bem nossas proposições:

> Muitas vezes, quando ouvia Palacin discorrer com segurança e profundidade sobre assuntos que o apaixonavam – por exemplo, o barroco – eu ficava a pensar em como deve ter sido difícil para ele adaptar-se ao nosso incipiente meio universitário. Com efeito: as universidades que freqüentou trazem a marca da antiguidade e da tradição. É igualmente tradicional sua própria cidade natal, Valladolid. Situada no nordeste da Espanha, pertence à Comunidade Autônoma de Leão e Castela, cuja história milenar se imbrica com a fundação de Portugal como nação independente (FREITAS, 2012, p. 267).
> [...]
> O curso de Geografia e História surgiu para abrigar os alunos desse curso. Foi feito concurso para a seleção de professores e o Padre Luis Palacin ingressou na UFG. Por essa época – final da década de 1960 - nossas instalações eram modestíssimas, não havia biblioteca, nem mapas ou atlas históricos; trabalhávamos em condições muito precárias, mas as enfrentávamos com ânimo positivo, na certeza de que dias melhores viriam (FREITAS, 2012, p. 268)

Partindo do princípio de que a leitura que fazemos da realidade que nos cerca é, em grande medida, relacional, por conseguinte, derivada da relação que estabelecemos com determinados referenciais valorativos, éticos, estéticos, políticos que possuímos e que incide na forma como construímos significados e damos sentido ao mundo social, acreditamos que, nessa pesquisa, a operação metodológica de Luis Palacin foi atingida por sua "visão ainda alienígena" sobre Goiás. Como esse trabalho foi desenvolvido por meio de suas andanças pelos arquivos goianos durante a primeira década dos quase quarenta anos em que viveu no estado, julgamos que essa "perspectiva adventícia" contribuiu para que, ao elaborar essa investigação, assentisse com muitas apreciações que viajantes, governadores de capitania e presidentes de província endereçaram ao contexto de "decadência goiana".

Já expusemos noutra parte do texto que, em fins dos anos 1980, mas, sobretudo, na década de 1990, a linha interpretativa consagrada por esse conceito acabou sendo alvo de críticas por alguns historiadores no estado. As bases dessa crítica será objeto de discussão em um outro

capítulo. Importa-nos salientar, a esta altura, que até a primeira metade dos anos 90[181], essa interpretação palaciniana encontrou grande ressonância entre os pesquisadores de história regional, constituindo-se, assim, numa espécie de tradição historiográfica em Goiás, tributária da percepção que os viajantes tiveram da região.

Não encontramos outro trabalho, no interior dessa historiografia acadêmica regional do novecentos, que alcançasse tamanha repercussão entre os historiadores como a tese de livre-docência de Luis Palacin, diga-se de passagem, a única existente na área de História em Goiás. A leitura que fizemos dos trabalhos confeccionados na pós-graduação da UFG, de pesquisas realizadas por professores que atuavam na UCG e UFG, além de algumas teses de doutorado de outros programas, permitiu-nos mapear e mensurar o quanto essa pesquisa foi acessada pelos historiadores que investigaram temas relacionados à história de Goiás. Atinente a essa repercussão, montamos um quadro para demonstrar, quantitativamente, o eco produzido por essa pesquisa:

**Quadro 4 – Repercussão da tese de livre-docência de Luis Palacin na historiografia regional**

| Década | Nº total de pesquisas (dissertações, teses e outras investigações) arroladas | Nº de pesquisas que listaram a tese de Palacin nas referências bibliográficas | Nº de pesquisas que se valeram de citações extraídas da tese de Palacin |
|---|---|---|---|
| **1970** | 19[182] | 14 | 13 |
| **1980** | 24[183] | 12 | 10 |
| **1990** | 76[184] | 35 | 26 |

**Fonte: Dados da pesquisa**

Ademais, é importante que se saiba que essa tese teve quatro edições: a primeira, publicada em 1972, pelo Departamento Estadual de Cultura e Editora Oriente; a segunda edição, em 1976, também pela Oriente; a terceira, em 1979, foi reeditada com um título "menos acadêmico", "O Século do Ouro em Goiás" (editora Oriente) e, por último, a quarta edição, em 1994, publicada

[181] Depois da tese de doutorado de Nasr Chaul, *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*, defendida na USP, em 1995, tornou-se procedimento comum entre os esses historiadores regionais a busca por "relativizar" essa leitura dos viajantes e, por conseguinte, a interpretação de Palacin não mais viçou como antes, pelo contrário, passou a ser alvo de questionamentos.

[182] Nesse número, logicamente, não se insere a própria a tese, que é parte constituinte da historiografia dos anos 70.

[183] É preciso mencionar que a maioria dessas pesquisas investigou objetos históricos relativos ao século XX, o que amplia ainda mais a importância de uma tese que transitou entre os séculos XVIII e XIX.

[184] Nesse quantitativo de pesquisas, estão incluídas somente as dissertações de mestrado produzidas no Programa de Mestrado em História da UFG.

pela editora da UCG. Dentre as investigações acadêmicas no âmbito da história regional no estado, essa se tornou uma das obras mais editadas em Goiás. Só não teve mais edições que outro trabalho, também de sua autoria, o qual elaborou em parceria com a professora Maria Augusta Sant'anna de Moraes, "História de Goiás (1722-1972)", que, com feições didáticas e mais acessível a um público não especializado, alcançou sete edições. Mas vale lembrar que, concernente ao período pós-mineratório, as bases interpretativas são as mesmas de *O Século do Ouro em Goiás*.

Em face do que foi exposto sobre esse "nó interpretativo-metodológico" que se instalou na historiografia em Goiás e acerca da ressonância dessa tese de Palacin, uma questão nos instigou: se essa interpretação "palaciniana" sobre a decadência goiana relacionou-se com sua "visão adventícia" do período, por que ela continuou sendo repetida na historiografia regional, inclusive por historiadores goianos, por mais de duas décadas? Sobre esse quesito, construímos algumas ilações. A primeira, acreditamos residir no fato de que nesta fase da historiografia regional, os historiadores não haviam sentido os impactos das ideias do pós-estruturalismo e nem da crítica narrativista, as quais não só evidenciaram o caráter narrativo dos textos historiográficos, como também fizeram com que eles encarassem o discurso contido nas fontes como locais de enunciação, repletos de zonas de interdito, silêncios e de particularidades semânticas. A segunda, igualmente importante, cremos que esteja situada na premissa de que se apropriar ou citar dados, informações e/ou hipóteses formuladas por Palacin, em se tratando de historiografia regional, era "garantia de autoridade" nas asserções. Não estamos dizendo, com isso, que o historiador espanhol era "dono da verdade histórica", ou que o próprio se colocava nesta condição, muito longe disso, até porque sabemos que essa verdade, em se tratando de conhecimento histórico, é inatingível. Queremos assinalar, tão somente, que Luis Palacin granjeou, e com merecimento, muita admiração e respeito entre a comunidade acadêmica em Goiás, principalmente por seus elevados dotes intelectuais e pelas mudanças teórico-metodológicas que trouxe à pesquisa histórica no estado. Isso já ficou patente nos depoimentos que arrolamos num tópico anterior, mas só para clarearmos de novo a questão, trouxemos alguns breves relatos de professores que foram seus contemporâneos e que exaltaram sua bagagem intelectual. No primeiro, Juarez Costa Barbosa, que

foi seu aluno e com quem dividiu a autoria de uma obra[185], exalou seu apreço ao padre historiador por sua larga formação cultural:

> Intelectual de envergadura, poliglota, poeta, historiador, filósofo. De cultura universal, citava sempre Políbio e Bauer. Tinha, pelo menos, duas afinidades com Sartre. Primeiramente, ambos nasceram em um dia 20 de junho (não do mesmo ano, é claro); e Palacin ocupava, na historiografia goiana, posição equivalente à do grande filósofo francês na vertente existencialista – a de um dos seus maiores expoentes (BARBOSA *apud* FREITAS, 2012, p. 275)

No segundo, a professora Ângela Jungmann reforçou as capacidades intelectuais do espanhol, o qual gozava de um reconhecimento ímpar no meio acadêmico goiano:

> Historiador criterioso, pesquisador metódico, ensaísta inteligente, dono de uma gama enorme de conhecimentos, ministrava algumas poucas aulas na Católica. Um dia estava eu conversando com o Reitor, na época o hoje saudoso Padre Cristóbal, que me expunha a dificuldade que estavam tendo para encontrar bons professores de filosofia. Perguntei-lhe, então, por que reservavam número tão reduzido de aulas para o Padre Palacin, que era tão versado em filosofia e, certamente, poderia cobrir ou pelos menos minorar essa deficiência de docentes. Respondeu-me o reitor que o padre Palacin não podia ser desperdiçado ministrando aulas. Ele tinha de ser poupado para atividades mais difíceis e importantes! (JUNGMANN *apud* FREITAS, 2012, p. 280)

A despeito desses e de outros depoimentos que revelam a deferência endereçada ao historiador espanhol, entendemos que dois registros do professor Nasr Chaul, uma vez confrontados, conseguem exprimir, emblematicamente, o respeito conquistado por Palacin na comunidade historiográfica goiana. Recentemente, em depoimento à professora Lena F. de Freitas, Chaul enalteceu os predicados culturais de seu "mestre" e a importância que teve na historiografia em Goiás:

> Dom Luis Palacin, era assim que eu o chamava. O Mestre de todos nós falava mais de seis idiomas, lia mais do que isso e tinha a simplicidade de um padre franciscano, o que realmente ele era. Mas era bem mais que tudo isso, era nosso maior pesquisador, desbravador de temas sobre a História goiana [...] Eu tinha a certeza de que a maior contribuição da Espanha para Goiás havia sido o próprio Luis Palacin Gomez (CHAUL *apud* FREITAS, 2012, p. 269)

Entretanto, cerca de dezesseis anos antes, em sua tese de doutorado, defendida em 1995, Chaul deu mostras do quão vasto era o acatamento com que via Palacin. Nessa pesquisa, o autor problematiza o discurso dos viajantes europeus do século XIX e, por conseguinte, acaba se

[185] PALACIN, L.; CHAUL, Nasr F.; BARBOSA, Juarez C. **História Política de Catalão**. Goiânia: Ed. da UFG, 1994.

contrapondo à interpretação do historiador espanhol acerca da decadência da sociedade goiana com a crise da mineração. Não obstante, fica perceptível no texto a prudência e a sutileza que demonstrou ao assumir que discordava e se desvencilhava dessa interpretação de Palacin. Sabemos, entretanto, que o historiador espanhol foi o grande expoente dessa historiografia que deu vazão à perspectiva dos viajantes. Mas é preciso reconhecer, da mesma forma, que quando se tem um estudioso como referência intelectual, certamente, opor-se a ele nunca é uma tarefa fácil. Provavelmente por isso, na introdução do trabalho, Chaul externou o turbilhão de sentimentos que o invadiu ao tornar pública uma pesquisa acadêmica que colocava em xeque algumas proposições históricas de "seu mestre":

> [...] O Goiás que estamos buscando passa pela destruição de nós mesmos, numa volta de recolhimento do próprio cordão umbilical do conhecimento, de contrapor-se ao próprio espelho da criação e dos criadores, de nos divorciar, por vezes, de nossos mestres mais queridos. Medo e solidão, fragilidade e fortaleza, desafio e inquietação nos moveram (CHAUL, 2002, p. 24-25).

Neste sentido, em razão do respeito intelectual que Palacin granjeou no interior desse grêmio de especialistas, o discurso histórico emanado de pesquisas por ele produzidas exprimia autoridade. Apropriar-se das informações e hipóteses localizadas em seus trabalhos emprestava maior credibilidade às sentenças proferidas em qualquer investigação sobre história de Goiás. Outro argumento que nos ajuda a demarcar as pretensas razões pelas quais essa interpretação perdurou diz respeito ao fato de que, depois dele, poucos foram os historiadores que se aventuraram a analisar um período tão largo da história regional (1722-1822), sobretudo, relativo ao setecentos, ou na sua passagem para o oitocentos[186]. Como dissemos, cada vez mais, as pesquisas da produção historiográfica acadêmica foram tendendo à especialização de temas e objetos e, como demonstraremos posteriormente, também acabaram por privilegiar estudos relativos aos séculos XIX e XX. Seguindo esse mesmo raciocínio, não muitos historiadores (aqui

[186] Nesse curto inventário de pesquisadores que se enveredaram pelo século XVIII (ou na sua transição para o XIX), encontramos investigações que, em grande parte, estudam temas mais específicos: Laís Machado, *A administração provincial em Goiás o período regencial e seus antecedentes coloniais* (1978); Marivone Chaim, *A Sociedade Colonial Goiana* (1978); Gilka Salles, *Economia e Escravidão em Goiás Colonial* (1980); Maurides Macedo Filha, *A trajetória do diamante em Goiás* (1990); Maristela Gumiero, *Os tropeiros na história de Goiás (século XVIII e XIX)* (1991); Dulce Pedroso, *Avá-Canoeiro: a história do povo invisível (séculos XVIII e XIX)* (1992); Edma Silva, *Capitania de Goiás (1726-1770)* (1996); Gustavo N. Coelho, *A formação do espaço urbano nas vilas de ouro em Goiás: o caso de Vila Boa* (1997); Roseli Tristão, *Formas de vida familiar na cidade de Goiás nos séculos XVIII e XIX* (1998); Marcos A. Souza, *Ouro Fino: arqueologia histórica de um arraial de mineração do século XVIII em Goiás* (2000). Mesmo nestes trabalhos que se embrenharam pelo setecentos, a interpretação de Luis Palacin continuou sendo, na maioria deles, reproduzida.

não incluo economistas, cientistas sociais e estudiosos de outras ciências humanas) se enveredaram no exame da economia mineradora e os reflexos que sua crise produziu em Goiás. Esse elenco de argumentos ajuda-nos a compreender que, quando se tratava de temas como economia mineira no século XVIII e início do XIX ou a sociedade goiana do período, Luis Palacin, realmente, era autoridade e referência no assunto. Daí ser possível depreender alguns motivos pelos quais suas linhas interpretativas foram mais reproduzidas do que, propriamente, questionadas. Inclusive, observamos que mesmo algumas investigações que não analisaram objetos relativos ao século XVIII (ou ao primeiro quartel do XIX) acabaram se valendo de dados, informações e asserções de Palacin para a elaboração de eventuais recuos históricos ou de capítulos que retratavam o contexto histórico goiano do período.

Fazendo um exercício diametralmente inverso, é possível também apontar, entrementes, para algumas pequenas fraturas[187] nessa recepção, aparentemente, consensual da tradicional interpretação palaciniana. Na década de 1970, podemos encontrar elementos críticos a essa perspectiva nos trabalhos de Paulo Bertran (*Formação Econômica de Goiás*) e de Maria Sônia França (*A Sociedade Agrária em Goiás na Literatura de Hugo de Carvalho Ramos*). Nos artigos, *À Sombra do Ouro* e *O Olho que vê o mundo*, ambos da década de 1980, Sérgio Paulo Moreyra apresenta *insights* em que alguns procedimentos metodológicos e interpretações clássicas da historiografia regional foram colocados como problema: a necessidade de se ler nas entrelinhas os documentos oficiais para fossem enxergadas outras atividades produtivas obscurecidas pela sombra do ouro e a impreterível exigência de desconstrução do discurso dos viajantes do século XIX. E, finalmente, nos anos 1990, a conferência seminal de Paulo Bertran, *Memória Consútil e Goianidade*, em que dispara contra o "paradigma da decadência", o qual acabou sendo, diretamente alvejado, pela tese de doutorado de Nasr Fayad Chaul.

Pelo teor do exposto, infere-se o quanto a tese de livre-docência de Luis Palacin representa para a historiografia regional. Inaugurando um novo momento da pesquisa histórica no estado, esse estudo não só significou o "desembarque teórico" dos *Annales* em Goiás, como também trouxe uma nova forma de conceber, metodologicamente, as investigações históricas realizadas no interior da universidade. Revestindo a pesquisa de preocupações com sua validade científica, Luis Palacin produziu um trabalho que, concordem ou não com suas assertivas, encontrou uma

[187] Exploraremos melhor esses elementos críticos em seções vindouras.

repercussão sem igual entre os pesquisadores que se dedicaram à história regional nas três últimas décadas do novecentos.

### 3.6. Nos limites da narrativa e da orientação: outras identidades afloradas

Além das novidades teóricas e metodológicas trazidas pela produção histórica acadêmica, outra mudança fundamental entre o "fazer histórico" dessas historiografias em Goiás no novecentos alojou-se na dimensão narrativa/orientadora do conhecimento histórico: o evidente afastamento de uma escrita da História permeada por um conteúdo exemplar, fixada por narrativas repletas de funções pedagógicas. Como analisamos no capítulo anterior, a aplicação desse princípio exemplar e orientador, peculiar aos textos dos historiadores autodidatas, abrigava uma tentativa de reconfiguração da memória histórica regional e de conformação de uma determinada "identidade goiana". Subjacente a narrativas episódicas, cronológicas, fitadas em eventos político-administrativos, caracterizadas por sínteses predispostas a emprestar sentido à história de região, havia um empreendimento identitário de natureza, eminentemente, ético-política. Buscava-se, com a escrita de textos históricos, resgatar eventos marcantes, feitos importantes, personagens de vulto e condutas exemplares, ocorridas na história política da região, e que funcionariam como uma espécie de modelo para a constituição de uma determinada identidade regional.

Em sua tipologia da constituição histórica de sentido, Jörn Rüsen assinalou que quando se elabora narrativas históricas revestidas de contornos científicos, geralmente, o *topos* historiográfico que passa a sobrepujar é o do tipo genético[188] (RÜSEN, 2007b, p. 54). E foi, justamente, o esvaecimento desse *topoi* exemplar que a historiografia regional exprimiu a partir da instalação dessa produção acadêmica na década de 1970. Sendo assim, esse projeto de conformação de uma identidade regional, permeada de conteúdo ético-político, foi efetivamente abandonado por essa historiografia que se estabeleceu nessa quadratura histórica em Goiás. Decerto, esse propósito continuou sendo levado a cabo por parte considerável de produtores de História ligados ao IHGG, contudo, no ambiente universitário, os trabalhos historiográficos desvincularam-se, cada vez mais, de uma escrita compromissada com esse empreendimento identitário regional nos moldes delineados pelos estudiosos autodidatas.

[188] Assinalado pelo princípio da transformação, o tipo genético se constitui no *topos* preponderante nas narrativas históricas de natureza científica, pois torna explícita a historicidade do fluxo temporal a partir das transformações ocorridas no mundo humano. Na *constituição genética de sentido*, a rememoração da experiência do passado possibilita que a própria mudança temporal seja incorporada como alicerce de uma perspectiva apta para a orientação cultural da vida.

Esse novo território intelectual que se afirmava era diverso, por conseguinte, as exigências por pesquisa e as demandas por sentido (*carências de orientação*) também se mostravam distintas. Não se tratava mais de uma corporação de estudiosos, com diferentes formações e ocupações profissionais, que se dedicavam, em alguns casos, à docência e, de modo mais frequente, à escrita da História em Goiás. Escrita essa que mantinha fortes vínculos com questões e projetos ligados à atmosfera política. Com a constituição dessa ambiência acadêmica, veio à ribalta uma agremiação de especialistas que, tendo a História como ofício, entregou-se a duas atividades profissionais interligadas: ensinar História e produzir pesquisas históricas no estado. Mas uma produção historiográfica fabricada no interior de outro cenário: o dos debates acadêmicos, das discussões sobre a História como campo do conhecimento e de pesquisadores vinculados à universidade, mais comprometidos com a dinâmica do universo acadêmico do que, propriamente, com questões oriundas da arena política estadual.

Nesse novo proscênio historiográfico, a construção de narrativas históricas, ao invés de estarem ligadas a esse projeto identitário mais amplo, voltado para os goianos em geral, estiveram, mesmo que de forma fragmentada, atreladas a afirmação de identidades mais "setoriais", por assim dizer, mais particulares[189]. Não é mais possível identificar com tanta clareza, como fora para o caso da historiografia autodidata, um princípio orientador comum à maioria dos estudiosos da experiência humana do passado. E para compreendermos essa questão, é necessário mencionar que no afã de se produzir conhecimento histórico cientificamente orientado, a objetividade[190] da História acabou sendo colocada como uma questão fundamental. Sendo assim, havia a tentativa de elaboração de textos menos "partidários". Era uma nova concepção de História também se estabelecendo, compreensão esta em que a relação entre sujeito e objeto do conhecimento privilegiava o ofuscamento do primeiro em face do segundo, numa postura tributária da concepção

[189] Segundo Hall, há algumas décadas, na história do ocidente, está se reconhecendo que as identidades estão sendo "descentradas", isto é, deslocadas ou fragmentadas. Tal fenômeno engendrou a consciência crescente de que se produziu fraturas em paisagens culturais (como a de raça e de nacionalidade), que, no passado, nos tinha fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Isso também acarretou mudanças em relação às concepções acerca das identidades pessoais. A ideia de que somos sujeitos integrados, com uma identidade unificada, fixa e estável, foi sendo abandonada em prol da perspectiva de que somos compostos por várias identidades, às vezes contraditórias ou até mal resolvidas, e que são constituídas a partir das formas pelas quais somos interpelados por nossos sistemas culturais e como interagimos nos diferentes "campos sociais" (família, grupo de amigos, instituições educacionais e religiosas, grupos de trabalho, partidos políticos, dentre outros) no interior dos quais vivenciamos (HALL, 2006).

[190] Objetividade entendida como categoria que proclama um determinado tipo de conhecimento histórico, obtido mediante procedimentos de pesquisa regulados metodicamente e que fixa um limite à interpretação histórica. Isso significa uma determinada relação da representação histórica com a experiência do passado norteada pelo princípio metódico da pesquisa e não por princípios morais (RÜSEN, 1996, p. 75-79).

moderna de História[191]. Entretanto, mesmo que metodicamente regulada, a elaboração de narrativas historiográficas consiste num exercício intelectivo atravessado por elementos valorativos, normativos, concepções teóricas, pressões instituições, dentre outros fatores. Como bem asseverou o professor José Carlos Reis (esteado nas ideias de Certeau e de Foucault):

> A história é uma fabricação do historiador a partir de um lugar particular. A verdade histórica não se refere a um além filosófico, exterior a um lugar-tempo determinado. Este lugar-tempo é uma sociedade, uma política, uma instituição. A pesquisa histórica é uma prática enredada nesses lugares. A história é uma atividade humana entre outras e faz parte da realidade social que ela trata. [...] Toda ideia emerge de um lugar; o gesto do historiador é aquele que leva as ideias ao seu lugar. A pesquisa histórica não é sem raízes e âncoras, não desce do céu à terra, é a combinação de um lugar social com práticas científicas. Ela supõe uma instituição: uma profissão, postos, grupos, pressões, subserviências, privilégios, interesses. O historiador é fabricado, moldado, esculpido, plasmado por inúmeras coerções e prêmios, pressões e reconhecimentos, fracassos e sucessos. Pouco a pouco, ele aprende as regras, a hierarquia, a linguagem, as referências e contra-referências, o jogo da sua atividade. O conhecimento histórico não é e nem pretende ser isento [...] (REIS, 2011, p.16)

Logo, por mais que se pretendesse a confecção de investigações históricas a partir de uma suposta isenção, "[...] nenhuma narrativa é possível sem uma perspectiva e critérios derivados da orientação cultural da vida prática" (RÜSEN, 1996, p. 101). Baseados, então, nesse pressuposto, acreditamos ser possível localizar alguns elementos identitários impressos a essas narrativas sobre o passado humano. Mesmo que colocado de forma subliminar, um primeiro elemento identitário presente em alguns textos dessa época alojou-se na tentativa de afirmação de uma identidade intelectual, melhor dizendo, de uma "identidade-historiadora". Havia, nessa década, a consciência crescente por parte dos historiadores de que se vivia, em Goiás, uma nova fase da produção historiográfica, etapa esta marcada por pesquisas históricas reguladas por princípios de racionalidade e de método, pela produção de investigações menos comprometidas com questões de ordem política e, sobretudo, pelo tratamento da História como forma de conhecimento e não como mero instrumento voltado para o aperfeiçoamento ético dos goianos. Logo, a afirmação dessa "identidade intelectual-profissional" passava, necessariamente, pela constituição de um manancial de pesquisas rigorosas do ponto de vista metodológico e pela formação de historiadores, cada vez mais, comprometidos com esse intento. Sobre essa questão, alguns trechos

[191] Segundo Diehl (1998) essa concepção moderna de História se manifestaria, sobretudo, pelo abandono do sentido ético-pedagógico da atividade de relatar a experiência do passado, por uma investigação sistemática e racionalmente conduzida, por uma tentativa de acesso mais objetivo aos fenômenos por meio da pesquisa em fontes históricas e pela incorporação de procedimentos metódicos pelo historiador.

podem ser elucidativos quanto ao sentimento de que se vivia um novo momento na historiografia em Goiás:

> Com a paulatina transformação que se opera na vida universitária, voltando-se os órgãos dirigentes para maior amparo à ciência, ao incentivarem financeiramente os pesquisadores para disporem de tranqüilidade econômica para o trabalho, está havendo um despertar promissor para a historiografia de Goiás (SALLES, 1971, p. 462).

> Esta nova exposição da história de Goiás, desde seu descobrimento até a independência, pretende ser nova não apenas por ser a última no tempo, senão principalmente pelo novo enfoque que apresenta, pelo método empregado e pela pesquisa documental de que se originou. [...] Seja, pois, este o primeiro passo, logo superado, na renovação da história em nosso Estado por uma floração mais rica (PALACIN, 1976, p. 12).

> [...] o presente trabalho está alicerçado, sobretudo, na pesquisa documental, principalmente de tipo manuscrito, e constitui-se em contribuição ao esclarecimento de importante etapa da história goiana, que ultimamente vem sendo objeto de estudo por parte de diversos pesquisadores (MORAES, 1974, p. 13).

> Buscada as fontes bibliográficas, muito poucas foram encontradas. Com isto não nos surpreendemos, pois estamos cientes de que trabalhos sérios, tipo monografias ou teses, versando sobre assuntos de ordem educativa, só agora é que começam a ser elaborados em Goiás (MENEZES, 1977, p. 04).

> Finalmente, desejamos, com esta dissertação de Mestrado, dar uma pequena contribuição à historiografia goiana no sentido de proporcionarmos maior entendimento de sua história social agrária (SOUZA, 1978, p. 07).

Não obstante, o reconhecimento acerca do alvorecer dessa nova fase da historiografia em Goiás, que acabou por congregar historiadores profissionais, foi coadunado por estudiosos que não faziam parte desse círculo de especialistas goianos:

> A excelente contribuição de Lena Castello Branco Ferreira Costa vem juntar-se à moderna historiografia goiana, onde se destacam Luís Palacin, Dalísia Martins Dolles, Maria Augusta Santana Moraes e Marivone de Mattos Chaim. Com esses pesquisadores e outros, ainda inéditos, a autora volta-se para esta realidade do Meio-Norte e Centro-Oeste, tão pouco conhecida e fascinante (MESGRAVIS[192] *apud* FREITAS, 1978, p. 108).

> A professora Marivone Matos Chaim inclui-se nesse grupo de professores preparados para a Universidade Federal de Goiás, os quais estão renovando os conhecimentos relativos a nossa terra, grupo que abriga (entre outros) nomes como os de Maria Augusta Santana, Dalísia Doles, Modesto Gomes, Luis Palacin [...]. No setor particular da historiografia, essa renovação é mais sensível [...]. Como já proclamei em outro lugar, com essas obras a história goiana atinge sua maioridade (ÉLIS[193] *apud* CHAIM, 1978, p. 13).

[192] Trecho prefaciado por Laima Mesgravis, *Arraial e Coronel: dois estudos sobre história social* (FREITAS, 1978).
[193] Extraído do prefácio escrito por Bernardo Élis em *Sociedade Colonial Goiana* (CHAIM, 1978).

Embora reconheçamos que esse preceito orientador/identitário esteja colocado de forma latente, e não abraçado por todos os pesquisadores do período, julgamos que havia uma coletividade de historiadores que partilhavam do anseio de se compor uma comunidade de especialistas que encaravam a História como ofício e que, portanto, buscavam a afirmação de uma identidade ligada tanto a uma atividade profissional (intelectual) específica quanto ao estabelecimento de um campo disciplinar e de um modelo de historiografia que até então não haviam sido constituídos em Goiás.

Outro aspecto relacionado a essa conformação de identidades singulares a partir da construção de narrativas historiográficas, vincula-se, em algumas pesquisas do decêndio, à questão da "proveniência (pertencimento) social ou étnica". Esses elementos identitários podem ser percebidos por meio dos objetos históricos selecionados para investigação e/ou pela afirmação de determinadas especificidades histórico-culturais. Em seu projeto de constituição das ciências da cultura em fins do século XIX, Max Weber já enfatizava que o conhecimento da realidade cultural é sempre um conhecimento de um ponto de vista particular. Nesta mesma direção, Rüsen ressalta que a "perspectiva" (*Hinsicht*) é que dirige o olhar em relação ao passado, pois por meio dela é que os fenômenos do passado são delimitados de maneira a que determinados interesses cognitivos sejam atendidos. O desafio, assim, reside na compreensão da significação cultural desse passado que será "atualizado", pois a partir dos interesses historicamente orientados do presente, o que se pretende conhecer desse passado tem que apresentar relevância para o universo cultural desse sujeito que busca conhecimento. Por conseguinte, uma vez metodizados, tais *interesses* voltam ao contexto cultural com funções didáticas. Posto isso, quando apontamos para essa conexão entre "proveniência (pertencimento) social ou étnica" e produção de narrativas historiográficas, estamos nos referindo, particularmente, aos trabalhos de Áurea C. Menezes (1977), *O Colégio Santa Clara e sua influência educacional em Goiás*, de Miguel Archângelo. N. dos Santos (1978), *Trindade: uma cidade santuário – conjunturas de um fenômeno religioso no centro-oeste brasileiro*, e de Jan Magalinski (1978), *Cooperativa de imigrantes em Itaberaí – estudo da fixação de deslocados de guerra na zona rural de Goiás*.

No caso de Áurea Menezes, o objeto histórico selecionado, "o Colégio Santa Clara", guardava íntimas relações com sua vida pessoal. Entretanto, segundo a própria autora, "escolhemos este tema por ter sido este Colégio um pioneiro da educação em Goiás, tanto na Capital como no interior" (MENEZES, 1977, p. 04). Naquela quadratura, talvez revelar o que o

colégio lhe representava simbolicamente convertia-se numa afronta à perseguida objetividade de uma pesquisa acadêmica. Todavia, no decorrer da dissertação, alguns aspectos valorativos vão sendo descortinados. Tal instituição educacional foi fundada na década de 1920, no município de Campinas-GO (que depois passou a fazer parte de Goiânia), sendo dirigida, por muito tempo, por irmãs franciscanas que vieram da Alemanha. A pesquisadora, ou melhor, a Irmã Áurea Menezes também era franciscana e trabalhava no Colégio Santa Clara, informações estas que só foram apresentadas, rapidamente, em dois únicos trechos:

> A cidade alemã de Dillingen, diocese de Augsburgo, na Baviera, foi o berço desta, que é minha congregação. Aí se reuniram, em 1241, alguns membros, tentando vida comunitária, em busca da própria santificação. Inicialmente se tratava apenas de uma associação de piedosas donzelas que se propuseram a observar a Regra que São Francisco dera à Terceira Ordem Secular (Menezes, 1977, p. 16-17).

> Com a saída de Irmã Maria Augustina, em 1965, regressando ela à Alemanha, o Curso Normal do Colégio Santa Clara sofreu uma perda irreparável. Ela era a "dona" da Didática. Embora muitos nos esforçamos, nós professoras que a temos substituído, tentando alcançar o alto nível de suas aulas, o lugar de Ir. M. Augustina continua guardando uma lacuna (MENEZES, 1977, p. 113).

É inconteste que a eleição de tal objeto histórico relacionava-se a determinadas *carências de orientação (interesses cognitivos)*[194] que a pesquisadora abrigava e que se relacionava à vivência social que tinha no interior dessa congregação religiosa. Outro caso semelhante ao de Áurea é o do historiador Miguel Archângelo N. dos Santos que, tanto em sua dissertação de mestrado (anteriormente citada), quanto em sua tese de doutorado[195], investigou a atuação dos padres redentoristas em Goiás. Apesar de, na dissertação, analisar o fenômeno religioso conhecido como culto e romaria ao Divino Pai Eterno em Trindade-GO, Santos, continuamente, evidencia o papel dos padres redentoristas alemães que, a partir do final do século XIX, assumiram a direção do Santuário de Trindade e que, no seu entender, foram fundamentais na modificação do panorama religioso da cidade e, sobretudo, para o processo de "cristianização da festa":

> A Romaria do Divino Padre Eterno, em Trindade de Goiás, considerada a maior Festa Religiosa do Território Goiano ou mesmo do Centro-Oeste Brasileiro integra-se perfeitamente tanto na conceituação universal de romaria como no contexto da religiosidade popular brasileira. Na realidade, as romarias, em suas características

[194] As *carências de orientação* presidem o trabalho de "reconstrução histórica" do passado, tornando os produtos historiográficos "vivos" para aqueles aos quais se destinam, ou seja, possibilitam que o agir e o sofrer humanos sejam orientados por tais narrativas.
[195] Tese intitulada *Os missionários redentoristas alemães em Goiás: uma participação nos movimentos de Reforma e Restauração Católicos (1894-1944)*, defendida, em 1985, na USP.

> universais, são eminentemente manifestações de religiosidade popular, com um "mínimo de organização" em oposição ao "máximo de organização" preconizado pela Igreja-Instituição. Evidentemente, muitos traços originais da Romaria de Trindade já desapareceram em face do esforço, já quase secular, dos PP. Redentoristas em "cristianizar" a festa, como era dos objetivos do Bispo que representava o Catolicismo Oficial em oposição ao Popular (SANTOS, 1978, p. 231).

Embora fosse público que o professor Miguel Archângelo Santos era um ex-redentorista[196], assumir o significado desse vínculo, naquela época, poderia também ferir o princípio da objetividade buscada por um trabalho que se pretendia científico. No entanto, fica perceptível que, a despeito de sua escolha pela vida laica, aquela experiência religiosa ainda marcava sua vida pessoal e o exortava, como pesquisador, a investigar a atuação de membros (como ele o foi) da Congregação do Santíssimo Redentor na história religiosa de Goiás.

A pesquisa de Jan Magalinski, do mesmo modo, externa essa conexão entre a escolha por temas históricos e a questão da "proveniência (pertencimento)", mas, neste caso, a "procedência" é de natureza étnica. Magalinski estudou a experiência histórica de cerca de duzentos e cinquenta "deslocados de guerra", em geral pessoas de origem eslava, que, após o segundo grande conflito mundial, vieram para Goiás e constituíram a Sociedade Cooperativa Agropecuária de Itaberaí de Responsabilidade LTDA. O sobrenome do historiador em pauta e sua afirmação de que poderia "[...] fazer as entrevistas em russo e polonês" (MAGALINSKI, 1978, p. 14) já nos davam indícios sobre essa proveniência étnica. Todavia, o autor, no transcorrer do texto dissertativo, absteve-se de expor, explicitamente, esse liame cultural, mas conseguimos obter essa informação em outra fonte:

> Jan Magalinski, nasceu na pequena aldeia de Gajlesze, na cidade de Braslaw (Polônia), em 19 de agosto de 1935. Filho de agricultores que conviveram com os horrores da Segunda Guerra Mundial, viu o pai ser feito prisioneiro de guerra na Alemanha, para onde vai, depois, com a mãe, iniciando os seus primeiros estudos. Com o fim do conflito na Europa, a família decide vir para o Brasil, e em 1949, vai trabalhar em uma lavoura de café no município de Silvânia (POLONIAL, 2010, p. 05).

Logo, ao retratar a experiência desses "deslocados de guerra", Jan Magalinski, de certo modo, falou de si mesmo, "reconstruiu" uma realidade e uma vivência histórica muito próxima a que ele experimentou. Ademais, dentre os povos eslavos que foram para Itaberaí-GO, os de maior número eram os poloneses, assim como era o próprio autor da investigação histórica. Magalinski

[196] Não encontramos, todavia, fontes formais/escritas que pudessem atestar esse antigo vínculo religioso do autor.

historiou sujeitos e fenômenos históricos que mantinham uma ligação ardente com seus processos de atribuição de sentido.

Tornou-se lugar comum no debate historiográfico salientar que o trabalho orientador da História se efetiva quando a narrativa histórica apresenta uma relação válida com a vida prática de quem a produz e/ou a de seus possíveis interlocutores. A historiografia, então, apresenta uma profunda relação com os contextos de orientação da vida humana, possibilitando a conexão entre método e sentido. Portanto, mais do que selecionar objetos históricos que guardavam estreitas ligações com suas vidas, esses historiadores tentaram, em determinados momentos do texto, validar (e firmar) certas experiências, significados e valores tidos como apanágio do grupo social ou étnico o qual pertenciam (ou procederam). Para Irmã Áurea Menezes, por exemplo, um dos grandes significados históricos do Colégio Santa Clara (e transparecia se orgulhar disso) foi o fato de ter oferecido à sociedade goiana uma rigorosa formação moral e religiosa naquele contexto educacional:

> Tanto pelas respostas dos pais quanto pelas das alunas, pudemos cientificar-nos de que o Colégio Santa Clara ainda é um símbolo de cultura em Goiânia e em Goiás, conferindo-lhe maior expressão a formação moral e religiosa que ele oferece. [...] Hoje, o Santa Clara é mais uma estrela na grande Via Láctea que o circunda. É um colégio que encontra sua maior expressão na formação moral e religiosa que oferece aos seus alunos, aliada a sua ordem interna e a sua organização pedagógica (MENEZES, 1977, p. 09 e 15).

Miguel A. Santos, por seu turno, não escondia a importância histórica que os padres redentoristas tiveram não só na tarefa de "cristianizar", de forma mais efetiva, a Festa do Divino Pai Eterno em Trindade como, especialmente, em mudar o panorama religioso da cidade. Empreitada árdua que, possivelmente, tenha visto de perto ou ouvido de seus antigos pares. Acentuando a ação desses padres junto à comunidade de Trindade, não só durante os dias da festa, mas, sobretudo, por meio de atividades religiosas regulares (como missões populares, novenas, assistência espiritual, tríduos, desobrigas, pregações, retiros, estímulo às irmandades religiosas e à criação de escolas, catecismo para crianças, atendimento a enfermos e, mais recentemente, através da rádio-difusão e do uso da televisão), os redentoristas teriam, segundo Santos, mudado sensivelmente o cenário religioso do município:

> Não parece haver dúvida que, a despeito dos resultados das Missões não terem sido sempre brilhantes, constituíram-se em fator de grande relevância na modificação do panorama religioso da Cidade-Santuário. Foram elas que "desarmaram" muitos ânimos que se opunham à ação da Igreja, em conseqüência de fatos do passado (SANTOS, 1978, p. 109).

> Os meios empregados pelos Redentoristas na elevação na elevação do nível religioso da Cidade-Santuário, lentamente, a longo prazo, foram produzindo seus efeitos, conforme pode constatar por testemunhos oculares e também por dados numéricos, extraídos de relatórios paroquiais (SANTOS, 1978, p. 121).
>
> Através dessas atividades, os Padres não apenas divulgavam cada vez mais a Devoção ao Divino Padre Eterno, como lançavam a semente da "cristianização da Festa", infundindo em toda a parte uma religiosidade mais sólida, mais do acordo com os cânones da Igreja, e ao mesmo tempo, extirpando abusos e superstições que viciavam a romaria de acordo com os padrões eclesiásticos. O aumento quantitativo e principalmente qualitativo de romeiros deveu-se sem dúvida, a essa preparação remota, pois jamais, nos poucos dias da Novena, em Trindade, poderia ser trabalhada uma multidão tão ingente de pessoas (SANTOS, 1978, p. 127).

Já no trabalho de Jan Magalinski, o que se nota é a identificação por parte do autor em relação às dificuldades, infortúnios, sofrimentos, privações e esforços de superação pelos quais passaram os imigrantes que vieram para o Brasil no período pós-guerra. Ao narrar a experiência daqueles imigrantes eslavos que vieram compor uma cooperativa agrícola em Itaberaí no final da década de 1940, Magalinski, de forma indireta, relatou trajetórias de vida muito próximas à sua: sair da terra natal por circunstâncias beligerantes, migrar para um lugar alienígena e estranho, experimentar os transtornos de se submeterem às diretrizes da política colonizadora brasileira, fixar-se numa região com condições naturais e culturais totalmente diferentes as de sua origem e empreender hercúleos esforços para sobreviver, adaptar e se integrar à sociedade brasileira:

> Desejo fazer com que o leitor se familiarize com um grupo de imigrantes ainda não estudado no Estado de Goiás: os eslavos e, em especial, os poloneses. Porque esse grupo, através do seu trabalho e ingente esforço pela sobrevivência, contribuiu para o desenvolvimento de Goiás em várias frentes de trabalho (MAGALINSKI, 1978, p. 15).
>
> Desejou-se dar a mão ao imigrante para que ele pudesse se refazer dos prejuízos da guerra; essa não foi dada, mas por pouco tempo, e de modo insuficiente. Os imigrantes, com ingentes esforços, viram-se obrigados a procurar então uma solução para si e sua família. Enfrentaram dificuldades diversas, passaram necessidades, mas conseguiram vencer. Hoje encontram-se, em sua grande maioria, ainda no Estado de Goiás, Itaberaí, em Brasília, Anápolis, Silvânia e Goiânia. Alguns poucos foram para São Paulo. Seus filhos integraram-se definitivamente na sociedade brasileira. A maioria deles estudou, formou-se, e hoje exerce sua profissão lado a lado com os brasileiros, tendo como única diferença o sobrenome estrangeiro e um tino físico em geral mais claro. Fracassou a Cooperativa, mas o imigrante sobreviveu, conseguiu vencer e se integrar definitivamente em Goiás (MAGALINSKI, 1978, p. 213-214).

Considerando as amostras colhidas nessa seção, depreende-se que, diferentemente da tentativa de conformação de uma identidade regional, ajustada a um projeto orientador que

dissesse quem eram os goianos, de onde vieram, para onde e de que forma deveriam seguir (preceitos inscritos à produção histórica autodidata), a historiografia regional, "agora", pretensamente científica, objetiva, pautada em princípios de racionalidade, vinculou-se à satisfação de outras *carências de orientação*. Todavia, o controle metodológico, índice de cientificidade para o campo disciplinar da História, não significava a exclusão da dimensão normativa. Esses "novos" *interesses* cognitivos pelo conhecimento do passado estiveram conectados à tentativa de concreção de outras funções orientadoras, portanto, ligaram-se a esforços de estabilização de outras identidades, mais fragmentadas e específicas, é claro. De qualquer modo, demonstravam que, a despeito desse empreendimento científico que se instaurara, "nenhuma narrativa histórica é possível sem uma perspectiva e os critérios são derivados da orientação cultural da vida prática [...] A pretensão de objetividade não lhes subtrai o vigor da vida" (RÜSEN, 1996, p. 101).

### 3.7. Os rastros de outros procedimentos teórico-metodológicos

Devassando as pesquisas do final da década de 1970, deparamo-nos com alguns procedimentos teórico-metodológicos que diferiram do usual, mas que se tornariam mais comuns entre esses pesquisadores regionais nos anos 1980. Evidentemente que esses aspectos visualizados sinalizam para perspectivas e procedimentos mais excepcionais do que, propriamente, para concepções e práticas regularmente vistas na produção historiográfica em Goiás do período. De qualquer modo, trazê-las à superfície de nossa análise torna patente o movimento dinâmico a que se inscreve a historiografia, constituído não só pelo ordinário, não submetido somente a consensos ou a continuidades, mas também composto por dissensões, passível de fraturas e exposto a tensões.

O primeiro vestígio dessa outra postura repousa na preocupação em inserir breves discussões teóricas e a explicação acerca dos conceitos que seriam utilizados. Na maioria das investigações da década, verificamos que as reflexões teóricas eram relegadas em favor de uma narração focada na análise do material empírico das fontes. Apesar de haver a apropriação de alguns conceitos, esses ressentiam de maior explicação sobre seu(s) significado(s). Nota-se, por conseguinte, que esses historiadores foram percebendo, ao final da década, que uma coisa não exclui a outra, que é possível refletir teoricamente, preocupar-se com a definição dos conceitos e, ao mesmo tempo, explicar, por meio da investigação em fontes, os fenômenos históricos estudados.

Partindo desse prisma teórico, Maria Sônia F. e Souza (1978), por exemplo, além de se valer de uma farta bibliografia marxista nacional (Edgard Carone, Juarez Lopes, Caio Prado, Celso Furtado, José de Souza Martins, dentre outros) e estrangeira (Lucien Goldmann, Karl Mannheim, Georg Lukacs), de texto dos próprios Marx e Engels (*A ideologia alemã*), trabalhou com vários termos e conceitos atinentes a esse referencial teórico (forças produtivas, meios de produção, burguesia nacional, elite dominante, ideologia, capitalismo comercial, fase mercantil, fase financeira, acumulação capitalista, expansão capitalista, alienação, consciência de classe, consciência de si, consciência para si, fetiche, dentre outros). Estribada em Goldmann, Souza desenvolveu o conceito de "visão de mundo rural" em Hugo de Carvalho Ramos e ainda discutiu a importância que a teoria e a crítica literária tiveram na confecção de sua pesquisa, sobretudo estudos de Roland Barthes, Alfredo Bosi e Antônio Cândido.

Na pesquisa de Lena Castello B. Freitas (1978), que é dividida em duas partes; a primeira dedicada ao *Arraial* de Meia Ponte e a outra a um *Coronel* do Meio Norte chamado Domingos Pacífico; é possível também enxergamos rastros dessa nova postura. No primeiro capítulo, para analisar o processo de estratificação social que se deu em Meia Ponte no período pós-minerador, recorreu, de modo explícito, ao estudo de Kingsley Davis e Wilbert Moore (*Alguns Princípios de Estratificação*), bem como para caracterizar o Comendador Joaquim Alves de Oliveira como um "capitalista moderno" valeu-se da definição de Werner Sombart (*O Homem Econômico Moderno*). Na segunda parte, discorreu sobre as diferentes acepções de coronelismo entre autores brasileiros (Victor Nunes Leal, Edgard Carone e Maria Isaura Queiroz), assumiu que sua investigação consistia num estudo da mentalidade a que estava inscrito esse coronel nordestino e expôs a importância que a compreensão de a "dialética da duração" de Fernand Braudel tivera em sua análise.

O historiador Miguel Archângelo N. dos Santos (1978), por sua vez, empreendeu uma reflexão teórica (e até certo ponto teológica) sobre como o fenômeno religioso foi tratado por diferentes correntes da História e por outras áreas do conhecimento humano. O pesquisador recorreu ainda a autores que pensaram as práticas religiosas no Brasil, como João Camillo de Oliveira Torres (*História das idéias religiosas no Brasil: a Igreja e a sociedade brasileira*), Roger Bastide (*Brasil: terra de contrastes*), Emile Pin (*Elementos para uma sociologia do catolicismo latino-americano*), dentre outros. Essas referências teóricas foram importantes para Santos delinear as características da "religiosidade popular brasileira" e, assim, analisar a devoção ao Divino Padre Eterno, em Trindade, como uma manifestação típica desse tipo de religiosidade. Sobre esse trabalho é preciso salientar a iniciativa, praticamente precursora, do autor em adotar um fenômeno religioso goiano como objeto de estudo monográfico, enfoque este que só seria retomado, na pós-graduação, durante os anos 1990.

Adentrando à esfera metodológica, a pesquisa de Souza (1978) portou uma novidade que, não necessariamente, foi continuada no decênio subsequente: a utilização da literatura como fonte histórica. Evidentemente que o trato do texto literário como documento histórico foi, vigorosamente, permeado por sua concepção teórica marxista[197]. Partindo do pressuposto que "[...] toda literatura é um reflexo, mais ou menos, de uma situação histórica" (SOUZA, 1978, p. 05), a

[197] Segundo a autora (SOUZA, 1978), priorizou outras fontes que não as oficiais, pois estas dificilmente acessam a situação de vida das camadas dominadas. Considerando que na documentação oficial, geralmente, estão contidas as experiências históricas das camadas dominantes, isso dificultaria a construção de uma história social, que era seu fito.

historiadora, não preocupada com aspectos propriamente linguísticos, lançou mão da produção literária de um escritor para pensar uma determinada sociedade em um contexto específico:

> Para podermos chegar ao contexto básico, real, que deu significado ao texto literário do autor estudado, empreendemos uma caminhada inversa à sua, isto é, tomamos primeiramente o texto, a literatura, e nela buscamos o pensamento social do autor e, através dele, a realidade, ou contexto histórico como matriz geradora. Nesta busca, o que mais importa e a reconstituição de um momento histórico, pela decomposição de uma obra literária, o que vem constituir o presente exercício intelectual. Assim procuramos reconstituir uma sociedade, através de uma obra por ela produzida, a partir da visão de um escritor (SOUZA, 1978, p. 05).

Apesar de Maria Sônia França e Souza (1978) ter empreendido uma leitura marxista da obra de Hugo de Carvalho e de ter creditado a ele uma produção renovadora e crítica, somos concordes com a opinião de Chaul de que o fato de o marxismo ter se estabelecido como perspectiva teórica predominante na historiografia regional, muitas vezes entrecortado por um engajamento político, tenha contribuído para que o trato da literatura como fonte não continuasse na década de 80[198]: "A Sociedade Agrária em Goiás na Literatura de Hugo de Carvalho Ramos, de Maria Sônia França, abria uma perspectiva de análise que envolvia literatura e história, mas que nosso ortodoxismo marxista dos anos 80 não permitiu que o víssemos a contento" (CHAUL, 2009, p. 06).

A inserção de outra novidade, em termos metodológicos, foi avistada na dissertação de mestrado de Jan Magalinski (1978), *Cooperativa de Imigrantes em Itaberaí: estudo da fixação de deslocados de guerra na zona rural de Goiás*. Nesse trabalho, enxergamos um proceder metodológico que acabou sendo mais exercitado em anos posteriores, especialmente, na década de noventa: a utilização da história oral. Como já mencionado alhures, algumas pesquisas elaboradas no decênio em pauta recorreram à técnica da entrevista, mas sempre com o intuito de complementar ou reforçar informações obtidas junto a fontes escritas. A diferença situada nessa pesquisa é que o testemunho oral dos *deslocados de guerra*[199] ganhou visibilidade e se constituiu na principal fonte histórica do capítulo que trata dos imigrantes e de como viveram na cooperativa em Itaberaí. Com relação a esse aspecto, é interessante perceber a postura adotada pelo autor em

[198] Exceção feita ao trabalho de Leni Anzai (1985) que, mesmo ancorada numa perspectiva teórica marxista, recorreu a fontes literárias, sobretudo, à obras de poetisa vilaboense Cora Coralina.

[199] Os chamados *Displaced Persons* eram refugiados de guerra da Europa que, após o fim da Segunda Guerra, vieram viver no Brasil. Os imigrantes que se instalaram no município goiano de Itaberaí, através de um projeto oficial incentivado pelo governador Jerônimo Coimbra Bueno, eram, em sua maioria, de origem polonesa (MAGALINSKI, 1978).

apoiar grande parte de sua pesquisa em relatos orais, embora naquele período houvesse certas reservas quanto ao uso de fontes orais como núcleo documental de uma investigação histórica. Por isso, todo o esforço de Magalinski em respaldar sua opção metodológica recorrendo a trechos de uma carta enviada por uma professora da Universidade Federal do Paraná a ele e que legitimava a validade dos depoimentos orais em trabalhos historiográficos. Vejamos como o autor retratou sua inquietação:

> No que diz respeito aos possíveis recursos técnicos e metodológicos a serem utilizados, procurei, em primeiro lugar, descobrir quais destes recursos conviria adotar com referência ao estudo do tema proposto, no que diz respeito à Cooperativa e aos imigrantes, levando em consideração a evidente necessidade de utilizar a entrevista como principal de trabalho. Diante da possibilidade de alguns historiadores hesitarem em aceitar como válido tal instrumento, procurei informar-me sobre o mesmo junto a elementos devidamente qualificados. Uma das pessoas consultadas, a professora Oksana Olga Boruskenko, da Universidade Federal do Paraná, afirma: "... Sem dúvida alguma, pesquisas históricas baseadas em depoimentos orais são válidas, isto porque a História se refere a idéias, a palavras que transmitem um pensamento, o que faz da técnica da história oral, complemento de outros procedimentos de pesquisa utilizados pelo historiador" (MAGALINSKI, 1978, p. 19)

Conforme se vê do relato do autor e da professora consultada por ele, àquela época (década de 1970), ainda não se tinha muita clareza quanto aos pressupostos e procedimentos que dariam legitimidade à história oral, até porque a discussão sobre seu estatuto pouco interesse despertou entre historiadores brasileiros nos anos 60 e 70, situação que se reverteria nas décadas de 80 e 90 (FERREIRA, 2012, p. 172). Daí podemos entender o fato de Magalinski ter buscado respaldo nessas correspondências trocadas com essa professora do Paraná. A insegurança sobre o assunto também pôde ser sentida na escassa discussão teórica, metodológica ou conceitual acerca da história oral. O historiador resumiu-se a incluir trechos (na introdução e nos anexos) de autoria da professora citada e a arrolar algumas obras, principalmente da historiografia norte-americana, dedicadas à *Oral History*[200].

Indefinições e inseguranças à parte, Magalinski trouxe, metodologicamente falando, algo de diferente, que foi a visibilidade emprestada aos testemunhos orais desses imigrantes que aportaram em Goiás. Esses depoimentos não representaram um mero apêndice de fontes escritas,

[200] A professora Marieta M. Ferreira (2012, p. 176) afirma que, embora tenha sido originária de um programa de entrevistas dos anos 1940 e que veio a constituir no *Columbia Oral History Office*, a história oral experimentou um verdadeiro *boom* na segunda metade dos anos 60 e no transcorrer da década de 70, especialmente nos Estados Unidos. Nessa época, a história oral esteve estreitamente ligada às lutas pelos direitos civis travadas pelas minorias (negros, mulheres, imigrantes, dentre outras), onde se buscava dar voz às vivências de grupos que foram silenciados ou esquecidos pela história oficial.

tornaram-se a base de informações para a narrativa sobre a vida desses imigrantes, desde que chegaram ao Brasil até sua instalação na zona rural de Itaberaí, em Goiás. A partir desses relatos, Magalinski descreveu, em outros analisou, como foi o período em que esses imigrantes habitaram a ilha das flores no Rio de Janeiro (as condições de saúde, de alimentação, de higiene); como foi a vinda deles para Goiás; os problemas enfrentados na hospedaria (habitação provisoriamente instalada na penitenciária em Goiânia); a decepção que sentiram ao saberem que não seriam proprietários de terras e sim que formariam uma cooperativa; os primeiros tempos de trabalho nas glebas destinadas à cooperativa; a difícil adaptação à língua, aos costumes, ao clima, à moeda, à alimentação, enfim, à cultura local/nacional; as dificuldades que encontraram na administração da cooperativa, na educação escolar dos filhos; os motivos pelos quais várias famílias abandonaram a cooperativa, além de outras situações vividas por esses *deslocados de guerra* em Goiás.

Como último ato desse capítulo, julgamos ser importante abrir um parêntese para dar destaque à contribuição prestada pela Editora Oriente, na década de 1970, para a circulação do conhecimento histórico produzido por pesquisadores acadêmicos em Goiás. Fundada, no início dos anos 70, pelos irmãos José e Taylor Oriente, a editora funcionava na sede do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e publicou dezenas de obras historiográficas, tanto de historiadores profissionais, quanto daquele que praticavam o ofício de historiar por gosto pessoal. Dentre os trabalhos acadêmicos publicados pela Editora Oriente, tivemos alguns que se tornaram pesquisas de grande ressonância na historiografia regional, como a tese de livre-docência de Luis Palacin, *Goiás 1722/1822: Estrutura e Conjuntura numa Capitania de Minas*, publicada em 1972[201], a teses de doutorado de Dalísia E. M. Doles, *As Comunicações Fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX* (1973), de Marivone M. Chaim, *Os aldeamentos indígenas na Capitania de Goiás: sua importância na política de povoamento (1749-1811)*, editada em 1974, e de Maria A. S. Moraes (com título modificado[202]) *História de uma Oligarquia: os Bulhões*; além dos trabalhos de Modesto Gomes (1974), *Estudos de História de Goiás*, de Luis Palacin (1976), *Fundação de Goiânia e o Desenvolvimento de Goiás*, de Marivone M. Chaim (1978), *A Sociedade Colonial Goiana*, e de Paulo Bertran (1978), *Formação Econômica de Goiás*.

Do mesmo modo, é imperioso pontuar o fato de que alguns periódicos, surgidos também nos anos 1970, constituíram-se em canais de publicação de estudos/ensaios realizados por

[201] A Editora Oriente publicou ainda a segunda edição dessa obra, em 1976, e a terceira, de 1979, que já contava com um título mais comercial, *O Século do Ouro em Goiás*.
[202] Título original da tese (1972), *Contribuição para o estudo político e oligárquico de Goiás*.

professores universitários. A Revista *Estudos Goianienses*, da Universidade Católica de Goiás, por exemplo, publicou ensaios que eram fruto de estudos realizados por docentes, das mais diferentes áreas, seja da UCG e de outras instituições. Criado em 1973, esse periódico teve, inicialmente, circulação semestral e publicou textos sobre Psicologia, Educação, Arqueologia, Filosofia, Economia, Linguística, Geografia, Ciência Política, Sociologia, Direito, Literatura, História, dentre outros. No tocante aos ensaios de cunho historiográfico, editados nos anos 70, podemos mencionar três, todos de autoria do Pe. Luis Palacin: *Linhas estruturais da história de Goiás*, de 1974, *Linhas estruturais da história de Goiás no século XX*, também de 1974, além de *Limites e possibilidades de um administrador colonial: o governo do Conde dos Arcos em Goiás (1749-1755)*, de 1977.

Outro periódico que data essa época é a Revista do IHGG. Embora mais voltada para a publicação de estudos de seus sócios[203], em sua maioria, "pesquisadores diletantes", essa revista também divulgou textos confeccionados por historiadores profissionais. O primeiro número do periódico (1972), editado por ocasião do sesquicentenário da Independência do Brasil, trouxe vários ensaios dedicados à geografia, economia, antropologia e história de Goiás, inclusive publicando alguns documentos históricos nos moldes da Revista do IHGB. Com relação aos artigos elaborados por pesquisadores oriundos da UFG e UCG, tivemos, a partir do quarto número (1975), uma participação mais assídua dos mesmos. Dentre esses trabalhos publicados na década de 1970, podemos sublinhar os seguintes: *Acervo documental do serviço de documentação do Estado de Goiás*, de Dalísia Doles (1975), *A idade do ouro e a paisagem social goiana*, de Marivone Chaim (1976), *Conjuntura econômica, administrativa e política de Goiás nas primeiras décadas do século XIX*, de Maria A. Moraes (1977), *O desenvolvimento das comunidades de Goiás*, de Lena C. B. de Freitas (1977), *Lei Rivadávia: sua aplicação em Goiás*, também de Lena C. B. de Freitas (1978), *Os três povoamentos de Goiás*, de Luis Palacin (1979) e *História Econômica de Goiás*, de Paulo Bertran (1979).

[203] O conteúdo da Revista do IHGG nos aponta, de modo emblemático, para o fato (já comentado anteriormente) de que, embora a produção historiográfica acadêmica tenha estabelecido uma nova forma de abordagem e novos procedimentos para a pesquisa histórica em Goiás, os "historiadores autodidatas" continuaram a produzir seus estudos sobre história regional a partir de seus parâmetros investigativos e de suas demandas por orientação. Com o ingresso, paulatino, de historiadores profissionais no quadro de sócios do IHGG (como Dalísia Doles, Lena C. B. de Freitas, Maria A. S. de Moraes, Marivone Chaim e Luis Palacin), acreditamos que, de alguma forma, alguns debates historiográficos acadêmicos tenham migrado para as discussões desenroladas nessa Casa de Memória e, por conseguinte, influenciado ou até modificado o *modus operandi* de alguns desses estudiosos do "passado goiano" que exerceram tal ofício por diletantismo. Mas é preciso reconhecer que tal ilação merece uma investigação mais profunda para ser comprovada.

Portanto, feito esse rastreamento das inflexões historiográficas trazidas pelas pesquisas acadêmicas em Goiás no início dos anos 70; das particularidades teóricas e metodológicas apresentadas pela produção dessa época; da ressonância alcançada pela tese de livre-docência de Luis Palacin; das fraturas abertas em relação às perspectivas e procedimentos comumente adotados nesse período e, finalmente, identificando parte da dinâmica de circulação do conhecimento produzido sobre história regional em Goiás, passaremos, então, ao exame sobre os contornos que essa mesma historiografia adquiriu na década subsequente, os anos 1980.

## CAPÍTULO 4 – PERCURSOS DA HISTORIOGRAFIA REGIONAL EM GOIÁS NOS ANOS 1980

Prosseguindo nossa rota analítica sobre os caminhos trilhados pela produção historiográfica regional em Goiás, alcançamos a década de 1980. Nesse período, o Programa de Mestrado em História da UFG, importante núcleo goiano de produção de conhecimento sobre história regional, enfrentou grandes dificuldades para continuar suas atividades, até porque já não contava, desde 1978, com a parceria firmada com a Universidade de São Paulo. Apesar das intempéries institucionais vivenciadas, o Programa seguiu firme em seu propósito de fomentar a pesquisa histórica em Goiás. Caminhando com suas "próprias pernas", o Programa definiu nova área de concentração, *História das Sociedades Agrárias*, e outras linhas de pesquisa que foram decisivas para os rumos tomados pela historiografia regional no estado. Nesse trajeto, notamos, ainda, que temas abordados na década anterior foram, novamente, investigados pelos pesquisadores, mas sob outras perspectivas. No entanto, o que se viu, com maior frequência, foi a exposição de novas temáticas que não haviam sido exibidas no cenário historiográfico goiano.

Nessas andanças pelas paragens historiográficas dessa época, o que nos saltou aos olhos foi a evidência que os historiadores passaram a destinar à discussão teórica e conceitual. Entendemos que essa aproximação mais estreita com a reflexão teórica representou uma mudança de ênfase na *matriz disciplinar* da produção historiográfica em Goiás, pois, doravante, a dimensão teórica do trabalho historiográfico não seria mais ofuscada pela atenção quase unilateral dedicada à esfera metodológica. No entanto, é preciso realçar que essa visibilidade destinada ao plano teórico veio marcada, sobremaneira, pela presença de feixes reflexivos emanados de diferentes correntes marxistas, as quais emprestaram elementos conceituais e interpretativos à maior parte das análises sobre história regional confeccionadas nessa década em questão. E dentre as várias vertentes marxistas acessadas, um autor, em especial, foi muito requerido pelos pesquisadores dessa época. Conforme será exposto nesse capítulo, tratava-se de um cientista social ligado à tradição da Escola Sociológica Paulista, cujas reflexões teóricas auxiliaram bastante os estudiosos em história de Goiás.

Diferentemente das correntes teóricas marxistas, que impuseram seu domínio no direcionamento interpretativo de muitas pesquisas históricas, verificamos que, nessa fase, ocorreu o empalidecer da influência historiográfica dos *Annales* nas investigações realizadas no estado. Do

mesmo modo, observamos que algumas reflexões teóricas de Max Weber foram apropriadas por algumas pesquisadoras, mas ainda de forma modesta e pontual. E dentre essa gama de temas, conceitos e interpretações que vieram entrecortadas pela perspectiva teórica marxista, atentamos para o interesse que muitos pesquisadores demonstraram em encontrar experiências de "modernização" ocorridas em Goiás, assim como em captar diferentes expressões de "ideologia" manifestadas ao longo da história goiana.

Se, no tocante à dimensão teórica, observamos que diferenças consideráveis se estabeleceram no "fazer histórico" em Goiás, principalmente, quando comparamos a produção dos anos 70 e 80, o mesmo não podemos dizer com relação à esfera metodológica. À exceção do investimento feito em fontes iconográficas, do uso mais assíduo de fontes orais e a publicação de séries documentais, o que vimos, em sua maioria, foram pesquisas embasadas em documentos também dantes valorizados. Detectamos, entretanto, que novos enfoques foram lançados sobre essas "antigas fontes", muitos deles, em razão da orientação teórica adotada ou, de alguma forma, favorecidos pela formação acadêmica de algumas das pesquisadoras.

Nesse cenário historiográfico dos anos 1980, a importância dirigida aos aspectos teóricos da pesquisa histórica incidiu não só nos conceitos trabalhados, nas abordagens adotadas, no tratamento dispensado às fontes ou nas linhas interpretativas abraçadas, esses feixes teóricos atravessaram ainda a dimensão narrativa/orientadora do conhecimento histórico produzido nessa época. Neste sentido, visualizamos, em muitos desses textos historiográficos, o esforço por afirmação de uma determinada "identidade teórica", que, em seu cerne, conformava a inquietação por estabelecer um dado referencial teórico que, na acepção desses pesquisadores, apresentava-se como orientação interpretativa mais "segura", norteador mais "confiável" para a produção de conhecimento acerca da experiência humana do passado.

Por derradeiro, verificamos o papel de determinados periódicos especializados e a importância que algumas instituições editoriais tiveram tanto para a divulgação das pesquisas acadêmicas realizadas naquele período quanto para a circulação do conhecimento sobre história regional elaborado em Goiás.

## 4.1. Redefinindo a área de concentração e demarcando novos rumos à pesquisa histórica em Goiás: "História das Sociedades Agrárias"

Os professores Carlos Fico e Ronald Polito (1992), na "avaliação historiográfica" que fizeram sobre a produção nacional dos anos 1980, verificaram que essa década representou o momento não só de sedimentação de vários Programas de Pós-Graduação em História criados no decênio anterior, como também o da efetiva especialização do conhecimento histórico no país. Sobre essa constatação, os idealizadores do antigo "Centro Nacional de Referência Historiográfica" dissertaram:

> A consolidação dos cursos de pós-graduação em História no Brasil é um fenômeno dos anos 80. Ainda que os mesmos, em sua maioria, tenham sido criados na década anterior, uma avaliação mais detalhada de seu perfil, bem como do montante dos trabalhos realizados naquele período pelos mesmos, indicaria o seu caráter incipiente. Instalados os cursos de pós-graduação, seus frutos mais efetivos ficariam para os anos 80, tanto quanto de um fluxo mais contínuo e permanente das pesquisas e uma definição do perfil institucional um pouco mais precisa (FICO; POLITO, 1992, p. 31).

O Programa de Mestrado em História da UFG, que foi um desses cursos criados na década de 1970, enfrentou grandes dificuldades para continuar funcionando nos anos 1980. O convênio com a USP chegou ao fim em 1974 e as orientações ficaram ao encargo dos professores da "missão paulista" até 1978, quando então o Mestrado teve que sobreviver só com os profissionais de seu quadro. O parco número de docentes que o Programa dispunha nessa época pode ser evidenciado pela quantidade de professores que orientaram as pesquisas na década em questão. Entre trabalhos atinentes ou não à história regional (Goiás), as professoras Dalísia Doles e Janaína Passos Amado, por exemplo, foram as que mais orientaram, sendo a primeira com sete orientandos e a segunda com seis orientações. Luis Palacin, que trabalhava na UFG e na UCG, orientou três pesquisadoras, enquanto as professoras Ana Lúcia da Silva, Gilka V. Salles e Antônio Teixeira Neto orientaram, cada um, um estudante de mestrado. Mesmo diante desses e de outros problemas, com empenho e dedicação desses poucos docentes, seja daqueles que atuavam no mestrado ou/e na graduação, o Programa continuou buscando sua consolidação como importante espaço acadêmico de produção de conhecimento histórico em Goiás. O quadro a seguir (nº 5) exibe o quantitativo de orientações por docente em relação às dissertações que trabalharam temas relativos à história regional goiana:

**Quadro 5 – Nº de orientações por docente/História Regional (Programa de Mestrado em História da UFG - década de 1980)**

| Docente/Nº de Orientações | Mestrandos (as) | Título do trabalho | Ano de defesa |
|---|---|---|---|
| **Janaina Amado (06 orientações)** | Maria L. A. Rosa | História de uma transição de oligarquias: Goiás (1899-1909) | 1981 |
| | Maria A. Alencar | Estrutura Fundiária em Goiás: consolidação e mudanças (1850-1910) | 1982 |
| | Leni Caseli Anzai | Vida cotidiana na zona rural do município de Goiás (1888-1930) | 1985 |
| | Josélio M. Luz | A primeira experiência de planejamento estatal em Goiás: o plano e a reforma administrativa do governo Mauro Borges | 1987 |
| | Júlia Magalinski | Imigração para Goiás (1920-1952): política e prática | 1987 |
| | Marisis C. de Oliveira | Questão Agrária em Goiás: Governo Mauro Borges | 1988 |
| **Dalísia Doles (06 orientações)** | Lúcia H. R. Afonso | O Partido Comunista no Brasil (1945-1947): suas propostas na região Centro-Oeste | 1982 |
| | Barsanufo G. Borges | O Despertar dos Dormentes | 1982 |
| | Maria E. F. Carneiro | A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas | 1982 |
| | Edna L. Siqueira | O trabalhador livre em Goiás (1830-1850) | 1982 |
| | Heliane P. Nunes | A era rodoviária em Goiás: impactos na estrutura rural e urbana (1930-1961) | 1985 |
| | Maria C. T. Machado | Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma história | 1987 |
| **Luis Palacin (02 orientações)** | Maria H. de O. Brito | A colônia alemã do Uva: uma tentativa oficial de colonização em Goiás (1924-1954) | 1982 |
| | Heliana G. Salgueiro | A singularidade da obra de Veiga Valle | 1982 |
| **Ana L. da Silva (01 orientação)** | Nasr N. F. Chaul | A construção de Goiás e a transferência da capital | 1985 |
| **Gilka Salles (01 orientação)** | Tenório de Melo Neto | A contribuição de Brasília para o desenvolvimento econômico de Goiás (1960-1980) | 1988 |
| **Antônio T. Neto (01 orientação)** | Celene C. M. Barreira | Região da Estrada do Boi: usos e abusos da natureza | 1989 |

**Fonte: Dados da pesquisa junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UFG**

É importante mencionar que, no início dos anos 80, o Programa de Mestrado em História da UFG definiu algumas diretrizes que iriam influenciar, sobremaneira, nos rumos da pesquisa histórica em (sobre) Goiás a partir de então. A mais importante delas refere-se à mudança na sua área de concentração. Para se adequar às exigências dos órgãos que regulam à Pós-Graduação e que fomentam a pesquisa científica no Brasil (CAPES e CNPq), que requeria maior clareza quanto às linhas definidoras do curso, o Colegiado de Professores do Mestrado decidiu que:

> Por proposta do professor Pe. Luis Palacin, a área de concentração foi definida como sendo a História das Sociedades Agrárias, *lato sensu*, por corresponder às raízes econômicas regionais, bem como às do Brasil como um todo. Essa escolha, ainda que ampla e potencialmente rica, tornou preciso e específico o campo de trabalho do Mestrado. Explicitaram-se também suas linhas de pesquisa, a saber: Movimentos Sociais no Campo, História das Relações de Trabalho e Teoria e Metodologia da História (SALLES; FREITAS, 1996, p. 11)

Uma vez definida a nova área de concentração, "História das Sociedades Agrárias" (*lato sensu*), em substituição à anterior ("História do Brasil" *lato sensu*), bem como as três linhas de pesquisa, foi elaborado um novo regulamento e uma nova estrutura curricular para o curso. Mas, se por um lado, o Programa de Mestrado passou por dificuldades institucionais para manter suas atividades, por outro, a mudança da área de concentração encaminhou um processo de especialização que acabou por delinear a fisionomia de grande parte das investigações elaboradas por seus mestrandos. Examinando o rol de trabalhos formulados nesse decêndio, percebemos traços da área de concentração e das linhas de pesquisa presentes na maioria das dissertações. Em geral, investigações predispostas a captar elementos sociais, econômicos, políticos e culturais (ou interrelacionados entre si) que evidenciassem o caráter predominantemente agrário da formação histórica goiana. Inclusive, isso também se evidenciou quando foram estabelecidas as novas linhas de pesquisa para o credenciamento do curso junto ao Conselho Federal de Educação em 1987: "História e Região", "História da Terra e do Trabalho" e "História das Relações Cidade-Campo".

Expondo, resumidamente, o escopo investigativo de algumas dissertações, podemos compreender como a nova área de concentração direcionou novos rumos à pesquisa histórica em (sobre) Goiás. Maria L. Rosa (1981), por exemplo, analisou como o grupo político ligado a Xavier de Almeida, cuja base de poder econômico advinha de atividades agrícolas, conseguiu superar a antiga e poderosa oligarquia dos Bulhões, e a forma como aquele mesmo grupo capitaneado pelo político de Morrinhos (Xavier), posteriormente, foi alijado do poder goiano na chamada "Revolução de 1909". O estudo de Barsanufo G. Borges (1982), por seu turno, examinou a implantação da estrada de ferro em Goiás e, sobretudo, os reflexos desse acontecimento no processo de "modernização" ("dependente") de um estado cujo quadro sócio-econômico era predominantemente rural. Maria A. Alencar (1982), em sua pesquisa, analisou a formação da estrutura agrária em Goiás, principalmente após a Lei de Terras de 1850, enfocando as formas de acesso à terra e a apropriação privada do solo em diferentes regiões da Província/Estado goiano. O trabalho de Edna Siqueira (1982), que focou o período de 1830 a 1850, época ainda da vigência do escravismo, investigou a atuação do trabalhador livre em Goiás, estando este alojado, especialmente, nas atividades agropecuárias. Maria H. Brito (1982), por sua vez, esquadrinhou a primeira experiência de colonização oficial em Goiás que se materializou na formação da colônia de imigrantes alemães na região do Ribeirão Uvá, nas proximidades da Cidade de Goiás, uma colônia rural em que os imigrantes alemães sobreviviam das atividades agrícolas que praticavam.

Maria E. Carneiro (1982) analisou a luta camponesa pela posse da terra na famosa revolta de Formoso e Trombas, ocorrida no médio norte do Estado de Goiás, entre os anos de 1950 a 1964. Heliane P. Nunes (1985), por seu turno, investigou a expansão rodoviária em Goiás no período de 1930 a 1961, enfocando seus impactos na estrutura urbana e rural do estado. Leni C. Anzai (1985), em sua dissertação, perquiriu a vida cotidiana de trabalhadores rurais do município de Goiás na quadratura temporal de 1888 a 1930. Júlia Magalinski (1987) esquadrinhou a política e a prática imigratória estrangeira em Goiás, entre os anos de 1920 a 1952, iniciativas quase que integralmente voltadas para a zona rural. Tenório Netto (1988) examinou a importância da construção e transferência da nova Capital Federal (Brasília) para o desenvolvimento econômico de Goiás, sendo que os indicadores utilizados pelo autor para apontar esse desenvolvimento estiveram ligados, sobretudo, ao crescimento da agropecuária. Marisis C. Oliveira (1988), por sua vez, pesquisou as questões agrárias que envolveram o projeto político e o governo de Mauro Borges em Goiás durante o período de 1961 a 1964. E, finalmente, Celene C. Barreira (1989) realizou um estudo sobre as alterações espaciais ocorridas na região da Estrada do Boi (conhecida como Rodovia GO-164) em decorrência do crescimento da pecuária de corte.

Como podemos perceber, a história regional continuou ditando a tônica das pesquisas realizadas no interior do Programa da UFG. Segundo Lapa (1985) e Fico e Polito (1992), a predomínio da história regional foi uma tendência seguida por grande parte dos cursos de Pós-Graduação em História do país. Para esses três renomados historiógrafos nacionais a ocorrência desse fenômeno nos Programas de Pós-Graduação foi em razão dos seguintes fatores:

> Preconizada já nos debates de 1961, no I Simpósio de Professores de História do Ensino Superior, a História Regional teria realmente assegurada sua projeção somente ao ser implementada a Pós-Graduação, cujo marco pode ser localizado em 1975. A partir daí, nota-se inclusive que dada a acessibilidade das fontes, a facilidade de pesquisas, e a vivência que o pesquisador pode ter com a região, portanto, conhecendo-a mais e melhor, os cursos de Pós-Graduação em História têm-se voltado, em seus programas, mais para as regiões (unidades políticas, estados da federação ou regiões geoeconômicas, no caso da Amazônia e do Nordeste principalmente) onde estão inseridas (LAPA, 1985, p. 47).

> Durante os anos 80, houve cursos onde, praticamente, só se realizaram pesquisas vinculadas, de alguma forma, à temática regional, dificultando, inclusive, a presença de outros interesses em seu espaço institucional. A maioria dos cursos segue a orientação dada pelas agências de fomento e que, em certos casos, tende a privilegiar alguns enfoques regionais (FICO; POLITO, 1992, p. 55).

Voltando ao nosso inventário de pesquisas, nota-se que, dentre as dezenove investigações realizadas, somente duas não versaram sobre objetos inscritos à história goiana. Temas já

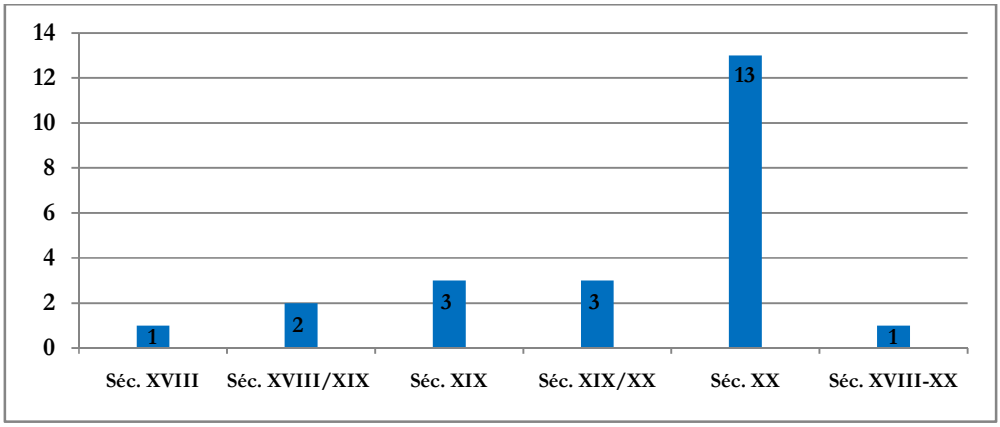
abordados na década anterior apareceram novamente em alguns trabalhos: as oligarquias goianas na Primeira República, a imigração e os projetos de colonização em Goiás, a questão dos transportes (ferrovia e rodovias) e a construção de Goiânia, mas, "agora", com ênfase para a "modernização" do estado. Mas, de fato, o que se viu foi a exposição de outras temáticas na cena historiográfica goiana: a formação da estrutura fundiária, a mão-de-obra escrava e livre no período colonial/imperial, o processo de ruralização da sociedade goiana com a crise da mineração, as manifestações da "imaginária" goiana no século XIX, a vida cotidiana na zona rural, as lideranças política republicanas, os partidos políticos, as diferentes manifestações ideológicas, as experiências de planejamento econômico, o desenvolvimentismo em Goiás, a questão agrária, a expansão capitalista e os movimentos sociais no campo, o patrimônio histórico, a Revolução de 1930 em Goiás[204].

Verificamos ainda que, no tocante à questão dos períodos históricos mais abordados, os temas relativos ao século XX continuaram ocupando a preferência dos pesquisadores, certamente, pelo motivo já mencionado, qual seja, o da menor dificuldade em termos de acesso e das condições em que se encontravam as fontes históricas. Logo em seguida, vieram as temáticas relacionadas ao século XIX e àquelas situadas na confluência dos séculos XVIII e XIX. Observando o gráfico (4) abaixo, podemos conferir como estiveram dispostos, quanto aos períodos históricos abarcados[205], esses vinte e quatro trabalhos examinados:

**Gráfico 4 – Nº de pesquisas por períodos históricos (Década de 1980)**

[204] Nesse arrolamento temático incluímos também as pesquisas realizadas por professores da UFG/UCG e outras investigações que tiveram repercussão no ambiente historiográfico goiano. As teses de doutoramento de Gilka Salles, *Economia e Escravidão em Goiás Colonial*, e de Ana Lúcia da Silva, e *A Revolução de 30 em Goiás*, defendidas na USP. Àquelas que foram fruto de pesquisas acadêmicas: *Subversão e Corrupção: um estudo a administração pombalina em Goiás*, *Quatro Tempos de Ideologia em Goiás* e *Patrimônio Histórico de Goiás*, de autoria de Luis Palacin, sendo a última em parceria com a arquiteta Ana M. Borges. E ainda a dissertação de mestrado de Eurípedes A. Funes, realizada na Universidade Federal Fluminense, *Goiás 1800-1850: um período de transição da mineração à agropecuária*, que foi inserida nesse rol por sua recorrência na bibliografia dos estudos regionais.

[205] Considere-se que dois deles não tiveram uma delimitação temporal definida: *Arquivos Cartoriais*: *Anápolis, Catalão e Jataí* (coordenado por Dalísia Doles) e *Patrimônio Histórico de Goiás* (de Luis Palacin e Ana M. Borges).




**Fonte: dados da pesquisa**

Fitando esses números atentamente, verificamos que, em termos relativos, do total de pesquisas listadas, dezessete trafegaram por objetos históricos referentes ao século XX, sendo que oito abarcaram fenômenos históricos ocorridos no oitocentos e somente três delas estudaram eventos concernentes ao setecentos. Mais uma vez é importante mencionar que, seguindo uma propensão iniciada na década anterior, as investigações dos anos 1980 se caracterizaram pelo afunilamento de seus objetos históricos, cujo resultado eram trabalhos dedicados a temas mais pontuais e a recortes temporais mais curtos. As exceções se fazem à tese de doutorado da professora Gilka Salles, *Economia e Escravidão em Goiás Colonial*, que abarcou praticamente um século da história goiana (XVIII e parte do XIX), e *Quatro Tempos de Ideologia em Goiás*, de Luis Palacin, que analisou "tempos ideológicos" alusivos aos séculos XVIII, XIX e XX.

É curioso notar ainda que, especialmente, entre os mestrandos persistia àquele sentimento, prolongado desde a década antecedente, de que a produção historiográfica em Goiás ainda passava por um momento de renovação e que havia muito a ser feito para que várias "lacunas históricas" fossem preenchidas. Afirmavam que a pretensão, com suas pesquisas, era contribuir com o desenvolvimento dessa historiografia renovada no estado. Essa avaliação, muito comum entre os pesquisadores dessa época, pode ser visualizada nos comentários iniciais de muitos trabalhos, dos quais selecionamos alguns:

> Este trabalho inscreve-se no movimento de renovação da historiografia goiana, iniciado nos primeiros anos do decênio de 70, com a criação de cursos de pós-graduação. Datam daí os estudos que se vêm fazendo em História e que abrange enfoques econômico, político, social, demográfico e educacional de Goiás. É com essa História marcadamente regional que a análise da obra de Veiga Valle procura colaborar (SALGUEIRO, 1982, p. 07).

> [...] a pesquisa tem a pretensão de contribuir para a construção da historiografia regional, a qual ainda está, praticamente, por ser feita (BORGES, 1982, p. 03).
>
> Dessa maneira, espero contribuir para a historiografia brasileira e goiana sob dois aspectos: o da relevância social e o da relevância científica. O tema é inédito, a nível de um estudo científico mais profundo, e sem dúvida deverá contribuir com o saber, preenchendo lacunas do conhecimento, enfim, completando a história regional (NUNES, 1985, p. 07).
>
> Esta dissertação tem por fim principal atender ao curso de Pós-Graduação em História das Sociedades Agrárias, da Universidade Federal de Goiás. O tema escolhido – A Construção de Goiânia e a Transferência da Capital – visa cooperar com a historiografia goiana que, aos poucos, se estrutura e procura preencher os espaços, ainda bastantes vazios, de estudos e interpretações históricas aos níveis dos avanços da historiografia brasileira (CHAUL, 1985, p. 06).
>
> Visto sob este ângulo, o objeto do presente estudo se torna abrangente e pode vir a oferecer uma contribuição à historiografia sobre Goiás, complementando as informações e interpretações a respeito do período (LUZ, 1987, p. 01).

Outra questão fundamental a ser carreada para essa análise sobre a produção historiográfica dos anos 1980 em Goiás, mormente as dissertações de mestrado citadas, diz respeito ao esforço, inscrito a essas pesquisas, em estabelecer possíveis imbricações entre acontecimentos de dimensão global e/ou nacional com as experiências históricas regionais ou locais que estavam sendo estudadas. Nesse sentido, constatou-se a prevalência de textos construídos com raciocínio dedutivo, nos quais seus autores partiram da explicação de questões globais e/ou nacionais, relativas ao tema escolhido, para depois analisar o fenômeno regional e/ou local objeto de investigação.

A partir dessa constatação, verificamos ser possível ordenar alguns desses textos tendo como critério a aproximação entre suas estratégias explicativas. Numa primeira tendência, encontramos textos que foram engatilhados, inicialmente, por uma reflexão teórico-histórica mais ampla, de orientação marxista, para, ulteriormente, encaminhar uma análise do fenômeno histórico em nível regional e, alguns deles, chegando a um plano local. Na maioria desses trabalhos, a visão teórico-histórica marxista constituiu-se na chave explicativa para a ocorrência do evento histórico regional e/ou local estudado. São os casos das investigações de Barsanufo Borges (1982), Edna L. Siqueira (1982), Maria E. Carneiro (1982), Lúcia H. Afonso (1982), Ana L. da Silva (2005) e Heliane P. Nunes (1985).

Numa outra seara, identificamos àquelas pesquisas que partiram da explicação do evento histórico numa dimensão nacional para, depois, dedicarem-se ao exame do objeto em sua esfera

regional. Nesses estudos, o capítulo inicial, geralmente, foi dedicado a contextualização histórica. Nesse quadro, estão dispostos as inquirições de Nasr Chaul (1985), Josélio Luz (1987), Júlia Magalinski (1987) e Marisis Oliveira (1988). Aqui também incluímos àquelas análises que se valeram dessa estratégia, mas que, ao final, desaguaram na investigação de experiências históricas locais. Referimo-nos às pesquisas de Maria A. Alencar (1982) e Celene Barreira (1989).

Num terceiro agrupamento, estão àqueles trabalhos que embora promovessem relações pontuais com acontecimentos em nível nacional, ficaram mais subsumidos à dimensão regional do fenômeno histórico que estava sendo estudado. Nesses trabalhos, o primeiro capítulo fora destinado, em geral, à reconstrução do contexto ou à feitura de um recuo histórico. Contaram com essa estrutura explicativa as pesquisas de Maria L. Rosa (1981), Heliana Salgueiro (1982) e Tenório Netto (1988). Nesse rol também envolvemos os estudos de Palacin e Borges (1983) e de Leni C. Anzai (1985) que, igualmente, utilizaram-se dessa estratégia, mas que, em seu cerne, examinaram fatos ou vivências históricas locais.

Se, por um lado, na maioria dessas pesquisas, os fenômenos históricos regionais e/ou locais foram explicados a partir de sua vinculação/inserção em um contexto histórico mais amplo (mundial ou nacional), ou por meio de determinados pontos de vista teóricos abrangentes, verificamos, por outro, a confirmação de uma das possibilidades analíticas oferecidas pela história regional: demarcar as singularidades da experiência histórica regional/local. Essa potencialidade contida na elaboração de estudos regionais já havia sido enunciada pela professora Janaína P. Amado em uma clássica coletânea organizada por Marcos A. Silva (1990):

> Em primeiro lugar, o estudo regional oferece novas óticas de análise ao estudo de cunho nacional, podendo apresentar todas as questões fundamentais da História (como os movimentos sociais, a ação do Estado, as atividades econômicas, a identidade cultural, etc.) a partir de um ângulo de visão que faz aflorar o específico, o próprio, o particular. A historiografia nacional ressalta as semelhanças, a regional lida com as diferenças, a multiplicidade (AMADO, 1990, 12-13).

Acompanhando esse ponto de vista, muitos desses pesquisadores, ao compararem o fenômeno regional com eventos ou formulações teóricas ligadas a contextos mais amplos, conseguiram visualizar especificidades em algumas experiências, acontecimentos e personagens que figuraram em determinados momentos do "passado goiano". Para ilustrar essa assertiva, selecionamos quatro exemplos, dentre vários existentes, que nos apontam para a ocorrência desse "olhar singularizador" que pode ser formulado quando se pratica história com abordagem

regional. Cabe lembrar que, sobre essa questão, não discutiremos se as sentenças dos pesquisadores estão bem fundamentadas ou não. O intuito é demonstrar o caráter produtivo dessa perspectiva comparativa que passou a ser mais realizada. No primeiro excerto, Luis Palacin (1986) encarou como "anômala" a proliferação, no século XIX, do que ele chamou de ideologia liberal em Goiás, em razão de se tratar de uma região constituída por um meio urbano "decadente" e pela inexistência uma burguesia:

> É um ponto indiscutivelmente assentado, o do nascimento e difusão do liberalismo da idade moderna em função do crescimento da burguesia como uma classe cada vez mais atuante no campo da economia, da cultura e também da política. E é precisamente a pouca consistência da burguesia no Brasil, dominado pelos interesses agrários o que confere um caráter artificial e ambíguo ao liberalismo brasileiro. [...] [No caso de Goiás] Com a decadência da mineração, o pequeno estrato dos ricos mineiros e médios mineiros, comerciantes de importação e detentores dos cargos públicos, aqueles que formavam o núcleo de uma incipiente burguesia, tinham abandonado a região, a caminho dos portos do mar, donde tinham chegado em busca de fortuna. Os núcleos urbanos, habitat da burguesia, se esvaziavam e empobreciam. [...] Se tal era a penúria da capital, maior ainda era, sem dúvida, a dos arraiais. [...] A recessão que esvaziava e empobrecia as cidades atingia igualmente o campo. [...] Nestas circunstâncias, a propagação de uma ideologia liberal em Goiás deve interpretar-se se não já como uma patologia, pelo menos como uma anomalia (PALACIN, 1986, p. 49 e 50)

No segundo trecho escolhido, Nasr Chaul (1985), pautando-se nas análises nacionais sobre a Revolução de 1930, sobretudo, as de Boris Fausto e Edgar de Decca, chegou à conclusão de que, em Goiás, esse movimento teve suas particularidades sociais e políticas, portanto, é de suma importância que esse evento histórico seja também tratado a partir de suas especificidades regionais:

> Diante do exposto, percebe-se que o processo histórico de 1930 em Goiás teve rumos e segmentos que fogem às análises globais apresentadas, geralmente centradas nas realidades do eixo econômico e político do país (Rio de Janeiro e São Paulo). Acreditamos que as análises regionais vêm contribuir para uma tessitura histórica mais rica, auxiliando a compreensão da verdade histórica. Uma interpretação mais geral da Revolução de 1930, como movimento de caráter indubitavelmente nacional, deverá resgatar, necessariamente, os estudos de cunho regional, sob pena de tornarmos a história um mar onde deságuam todos os rios, sem nos importar com seus caminhos (CHAUL, 1985, p. 39-40).

No terceiro excerto, Heliana Salgueiro (1982), comparando a manifestação da imaginária goiana com a de outras regiões brasileiras do século XIX, identificou em Veiga Valle uma dupla singularidade, uma artística e outra social: um santeiro que, encravado no sertão brasileiro,

transitou entre elementos estilísticos do barroco e do neoclássico; um homem que, mesmo pertencendo à elite, praticava um ofício considerado mecânico:

> Santeiro solicitadíssimo, Veiga Valle destaca-se no sertão da imaginária goiana. Dupla singularidade, social e artística. O santeiro pertence à elite, é deputado e major; insere-se na classe dos oficiais mecânicos, mister humilde. Falsa antinomia se nos despojarmos das abstrações esquemáticas para valorizar o específico que inscreve historicamente a obra e o artista na sociedade. [...] Por isso, devemos preferir a noção de singularidade: sendo aparente contradição, a pertença social e o ofício popular remetem, antes de mais, à inexistência de um grupo de santeiros que se encarregasse da produção de imagens, recaindo em um homem da elite a fábrica. Situação que singulariza a arte goiana e o seu santeiro (SALGUEIRO, 1982, p. 306-307)

No último, Heliane P. Nunes (1985), cujo estudo centrou-se nos impactos urbanos e rurais produzidos pela expansão rodoviária em Goiás, ao analisar o processo de urbanização ocorrido no estado após 1930, constatou que tal processo escapa às inferências construídas por algumas análises nacionais, como, por exemplo, a de Paul Singer, que estabelece uma estreita vinculação entre o fenômeno do crescimento urbano no Brasil, nesse período, com o da industrialização. Segundo Nunes, a expansão urbana em Goiás veio acompanhada do incremento da "terciarização":

> O crescimento urbano que ocorreu em Goiás de 1930/1960 tem sua singularidade e foge à premissas defendidas por Singer, pois é desvinculado do processo de industrialização. A participação do setor secundário na renda interna do Estado nas décadas de 30/40/50 é mínima [...]. Confirma-se a tendência mostrada pela comparação 50/60 e nota-se que de fato houve um aumento considerável da população urbana não acompanhado pelos ocupados na industrial e pela população total. [...] a urbanização não só é acompanhada como é superada pela "Terciarização". Isto se explica dado o tipo de função das cidades de urbanização de "beira-de-estrada" que se dá nesta região em que as atividades principais se encontram na prestação de serviços, pequeno comércio, serviço de bar e restaurante servindo ao movimento rodoviário. [...] Se a industrialização não explica, em grande parte, o ritmo da urbanização, devemos acompanhar o processo do que poderíamos chamar de "terciarização", visto que a maior absorção se dá neste setor (NUNES, 1985, p. 194, 196 e 201)

Outro aspecto merecedor de realce nesse exame historiográfico sobre a produção dos anos 1980 é que a relação entre sujeito cognoscente e objeto de pesquisa se apresentou com uma modulação diferente. Enquanto nas investigações dos anos 1970, vimos, com frequência, a tentativa de ofuscamento do primeiro em detrimento do segundo, isto é, o esforço por estabelecer um "distanciamento" (em nome de uma pretensa objetividade) com relação aquilo que estava sendo investigado, o que verificamos, nas dissertações dos anos 80, foi a exposição de uma nova

postura acerca dessa prática cognitiva. A maior parte dos historiadores buscou explicitar suas razões ("carências de orientação"), seja de natureza intelectual, afetiva, profissional, pessoal ou política, de ter elegido um determinado fenômeno como objeto de inquirição histórica. Outro procedimento que se tornou cada vez mais usual entre esses especialistas (e assim se faz até os dias atuais) foi a preocupação em expor os condicionantes históricos que influíram nas delimitações temporais instituídas em seus trabalhos. Não receando assumir as motivações de suas pesquisas, algumas dessas estudiosas assim se pronunciaram:

> Ao escolher o tema da dissertação, procurei relacioná-lo à cidade de Goiás, de onde sou natural: explicar um pouco da história de Goiás, afinal, era explicar um pouco de mim mesma. Tinha também interesse em analisar um período de mudanças, onde os processos estavam acontecendo de forma mais rápida e evidente, mais fáceis, portanto, de serem apreendidos pelo historiador iniciante (ROSA, 1981, p. 05)

> Selecionou o Partido Comunista do Brasil por se considerar sumamente importante esclarecer a atitude do PC do Brasil frente a um período tão importante da história da sociedade brasileira, e de sua própria história com a particularidade da legalidade, e ainda por revelar-se importante em relação ao momento atual, em que se discute a democracia, a organização do povo e do proletariado brasileiro rumo à sua libertação. Vê-se esta importância porque entende-se que para conquistar a sua libertação, o povo e particularmente o proletariado, deve se organizar em um Partido verdadeiramente revolucionário, orientado pela teoria marxista-leninista" (AFONSO, 1982, p. 08)

> Quem chega a Goiás vindo de cidade grande, de uma vivência cosmopolita, é imediatamente sensibilizado pelo que parece ser um problema vital para milhares de pessoas que por aqui vivem: a luta pela terra. O noticiário traz quase todos os dias os ecos de uma luta armada (geralmente desigual), sangrenta, entre diversos segmentos da sociedade, em torno da propriedade da terra: posseiros e índios contra grandes proprietários (que podem ser de origem local ou então "paulistas", designação genérica que engloba o empresário do sul do país ou seus prepostos), posseiros contra grileiros, índios contra posseiros... Com frequência, o braço do Estado aparece também nesta guerra e, mais recentemente, alguns representantes da Igreja. A idéia deste trabalho originou-se aí (ALENCAR, 1982, p. 07).

> O presente trabalho propõe-se a estudar a vida cotidiana dos trabalhadores rurais do município de Goiás, no período de 1888-1930. A escolha do local prende-se ao fato de a região ter sido ocupada e povoada desde o início da colonização goiana e de ter funcionado como sede da Capitania e, no período em estudo, também da Província e do Estado de Goiás. [...] A escolha dos trabalhadores rurais – aí incluídos camaradas, agregados, moradores e pequenos proprietários – como objeto de pesquisa, deveu-se à sua representatividade social, numa Província e Estado basicamente agro-pecuários, e ao fato de não ter sido sua vida cotidiana ainda tema específico de estudos científicos em Goiás (ANZAI, 1985, p. 9 e 11).

> A escolha deste tema baseou-se nas prioridades sociais do momento que se vive. O transporte rodoviário cobre 4/5 de todo o território nacional e é responsável por mais de 70% do transporte interno de cargas, sendo, pois, na atual conjuntura, de grande importância no quadro da economia regional e nacional [...]. Além disso, esse trabalho tem o objetivo de complementar estudos já iniciados sobre as Comunicação e Transportes em Goiás. A respeito do assunto temos os trabalhos: "As comunicações fluviais pelo

> Tocantins e Araguaia no século XIX" da professora Dalisia E. M. Doles, e "O Despertar dos Dormentes (1909-1922)" do professor Barsanufo Gomides Borges (NUNES, 1985, p. 06)
>
> [...] A motivação interior para a escolha do presente tema, acredito ter se originado do fato de pertencer a uma geração que viveu os últimos momentos político de Pedro Ludovico e que cresceu à sombra da mitificação de sua figura. Apesar de não ter vivenciado o apogeu de sua militância política, pude sentir a sua influência, que se estendeu muito além do exercício legal no poder. Vim de uma cidade de tradição pessedista, Inhumas, de família politicamente atuante e, como não poderia deixar de ser, a figura de Pedro Ludovico sempre esteve indiretamente presente na minha geração (MACHADO, 1987, p. 07)

Portanto, podendo ser percebida como resultado de uma tensão entre *interesses*, *ideias* e *métodos* (RÜSEN, 2001), essa nova forma de encarar a relação entre sujeito e objeto do conhecimento nos indicia para uma mudança de ênfase na *matriz disciplinar* da produção historiográfica em Goiás durante os anos 1980, constatação essa que será discutida, com maior profundidade, na próxima seção, em que nos dedicaremos à análise acerca das perspectivas teóricas que dominaram o cenário historiográfico goiano na década em pauta.

## 4.2. A história de (em) Goiás vista sob lentes marxistas

Espreitando a galeria historiográfica goiana dos anos 1980, dois aspectos em especial emprestaram uma coloração particular às pesquisas acadêmicas confeccionadas no período: a evidência destinada à discussão teórica e conceitual e o predomínio de tonalidades teóricas marxistas. Se, na década anterior, observamos uma espécie de desapego à reflexão teórica, na fase em análise, verificamos a preocupação dos autores em estabelecerem as vigas teóricas e conceituais que sustentaram seus edifícios históricos. Do mesmo modo, se vimos, nas investigações dos setenta, a presença difusa de componentes teóricos marxistas e dos *annalistes*, com uma maior inclinação para a vertente francesa, o que percebemos, em relação aos trabalhos dos oitenta, foi que a história de (em) Goiás passou a ser vista, fundamentalmente, por meio de lentes teóricas marxistas.

Essa aproximação mais estreita com o exercício teórico e, por conseguinte, a compreensão dos fenômenos históricos regionais por intermédio da ótica teórica marxista abrigou, em seu bojo, uma mudança de ênfase na *matriz disciplinar* da produção historiográfica em Goiás desse período. Como já assinalado, no decêndio precedente, a maioria dos historiadores privilegiara os elementos metodológicos do trabalho historiográfico em detrimento de seus aspectos teóricos. Embora alguns deles, já no final da década, começassem a realçar a dimensão teórica da pesquisa histórica, tal postura só realmente se firmou no decorrer dos anos 80. Essa variação de ênfase em relação aos princípios do conhecimento histórico não significou que, a partir de então, se concedera "carta branca à investigação teórica" (KOSELLECK, 2006, p. 187) e, consequentemente, um ofuscamento dos fatores metodológicos. Simplesmente ficou evidenciado que as perspectivas teóricas abraçadas, geralmente ligadas a diferentes repertórios marxistas, tiveram fundamental importância nas interpretações históricas elaboradas nesse quadrante temporal.

Dentro dessa nova concepção, passou a ser comum encontrarmos, em alguns trabalhos, a confecção de um prólogo teórico, seja na forma de introdução ou de um capítulo inicial[206]. Em outros, avistamos a exposição dos aportes teóricos ao longo de suas narrativas. Mas, independente de qual arranjo argumentativo fora adotado, o que ficou patente entre essas inquirições historiográficas foi a farta utilização de instrumentais teóricos marxistas. Dentre essas vinte e

[206] Foram os casos de Rosa (1981), Carneiro (1982), Alencar (1982), Siqueira (1982), Anzai (1985) e Machado (1985).

quatro pesquisas examinadas, pelo menos dezessete delas ou elaboraram suas hipóteses a partir de pressupostos teóricos contidos em diferentes matrizes marxistas ou recorreram a conceitos emanados dessas vertentes.

Maria L. Rosa (1981), por exemplo, embora tenha produzido um trabalho voltado para história política, esteou-se em conceitos marxistas para explicar fenômenos econômicos, sociais e, sobretudo, políticos relativos à história goiana num período que denominou como "transição de poder": da ascensão de Xavier de Almeida ao poder político do estado (em face da hegemonia dos Bulhões) à posterior derrocada "xavierista" com a "Revolução de 1909". A própria autora reconheceu que, em sua análise, "[...] foram utilizados conceitos clássicos, como os de relações de produção, forças produtivas, modo de produção, classes sociais, etc, por implicarem numa visão articulada e abrangente da realidade, capaz de interpretá-la de forma adequada (ROSA, 1981, p. 07). Além disso, fica manifesto que a pesquisadora enxergou o contexto goiano da época a partir do viés de um marxismo mais tradicional, que enfatizava o peso da estrutura econômica sobre a realidade social e política:

> A estrutura econômica descrita condicionava a estrutura social. No final do século passado existia em Goiás uma classe de latifundiários, proprietários dos meios de produção, os únicos com capital já acumulado e em processo de acumulação, os quais controlavam todos os níveis da realidade social (ROSA, 1981, p. 25).
> [...]
> A sociedade goiana da virada do século, apresentava-se rigidamente estrutura, refletindo a estrutura econômica a qual se assentava. A superestrutura política, como se verá expressava esta realidade sócio-econômica, ao mesmo tempo em que contribuía para mantê-la (ROSA, 1981, p. 28).

Em *O Despertar dos Dormentes*, de Barsanufo G. Borges (1982), tivemos uma das mais conhecidas interpretações marxistas da historiografia regional e que trata da importância que a implantação da Estrada de Ferro Goiás teve para a alteração do quadro econômico, social, político e cultural de Goiás nos primórdios do século XX. Numa pesquisa histórica lapidar, Borges dispôs de uma rica pesquisa documental e um abastado aporte bibliográfico. Meticuloso com a ossatura teórica que sustentava sua investigação, transitou entre vários autores marxistas para compor sua argumentação. Em sua análise sobre as ferrovias como um fenômeno do capitalismo, ancorou sua explicação, basicamente, nos pressupostos de três estudiosos marxistas: Lênin, Rosa Luxemburgo e Eric Hobsbawm. Nesse quesito, as ferrovias se constituíram numa condição imprescindível para a difusão da economia de mercado, pois, tuteladas pelo poder

econômico, teriam servido à expansão capitalista e ao colonialismo econômico e cultural. Assentando seu trabalho no conceito de "modernização dependente", Borges examinou o desenvolvimento ferroviário na América Latina a partir dos trabalhos T. Halperin Donghi e Florestan Fernandes. Mas é imperioso ressaltar que o universo analítico dessa pesquisa está povoado de acepções de autores como José de Souza Martins e Francisco Oliveira. Apesar de essas referências teóricas estarem diluídas em seu texto dissertativo, Borges, numa leitura marxista desse processo histórico, compreendeu a implantação da Estrada de Ferro em Goiás como resultado da reprodução ampliada do capital e como fruto do interesse de classes sociais em ascensão econômica no estado:

> Uma vez que a ocupação e a incorporação de novas áreas que se encontram fora da economia de mercado fazem parte da própria estrutura do capitalismo, como fator essencial do processo de reprodução, o próprio capital se encarregou de construir, a partir da segunda metade do século, a principal via de transporte para o Estado: a Estrada de Ferro de Goiás. [...] Portanto, a implantação da Estrada de Ferro de Goiás resultou primeiro do empenho político de uma fração da classe dominante ligada a novos grupos oligárquicos que despontavam como força política no Estado, a qual contou com o apoio do capital financeiro internacional. Em segundo, lugar, como a ferrovia servia inteiramente aos interesses da economia capitalista, ou seja, à nova ordem econômica em expansão no País, este fator, direta ou indiretamente, pressionaria o Governo Federal a apoiar a construção da linha (BORGES, 1982, p. 54 e 55).

A professora Maria Amélia Alencar (1982), por sua vez, analisou as diferentes formas de acesso à terra ocorridas em Goiás, bem como os desdobramentos que alguns institutos jurídicos, em especial a Lei de Terras de 1850, tiveram sobre a apropriação privada do solo no Brasil e em diferentes regiões goianas. Para tal intento, a historiadora, prontamente, assumiu a ancoragem teórica de seu trabalho:

> A base teórica deste trabalho encontra-se nas formulações do materialismo histórico, enquanto corpo de conceitos que permite pensar um modo de produção como uma estrutura articulada, onde os diversos níveis (sócio-econômico, político e ideológico) se combinam, determinados em última instância pelo nível econômico. Neste processo de estruturação de uma organização social, as relações de produção desempenham papel fundamental (ALENCAR, 1982, p. 14).

Esquadrinhando a atuação do trabalhador livre em Goiás numa época de vigência do escravismo, Edna L. Siqueira (1982) focou sua análise naqueles trabalhadores livres inseridos, efetivamente, no interior do processo produtivo, portanto, excluindo dela os funcionários públicos, representantes do baixo-clero e outros elementos sociais considerados "improdutivos". Esteada no

conceito de *Modo de Produção Escravista Colonial*, debatido por autores marxistas nacionais como Jacob Gorender e Ciro Flamarion Cardoso, a pesquisadora procurou singularizar a importância e o papel exercido pelos trabalhadores livres no processo produtivo durante o século XIX no Brasil e em Goiás, num período em que grassou a escravidão:

> Partimos do pressuposto de que as economias coloniais objetivando produzir para o comércio colonial configuraram, num plano interno, o modo de produção escravista colonial que foi dominante no Brasil. [...] No modo de produção escravista colonial enquanto o escravo é que constitui a relação de produção essencial ou dominante, cabe ao trabalhador livre a relação de produção subsidiária cuja função é complementar à primeira. Sabe-se que em maior ou menor grau o escravo esteve vinculado a todos os setores da economia colonial; tanto nos centros exportadores como naqueles em que a produção era menos vinculada ao mercado, o agente produtivo que caracteriza, especifica e dá continuidade ao processo de produção é o escravo (SIQUEIRA, 1982, p. 04-05).

Já a pesquisadora Maria E. F. Carneiro (1982) dedicou-se ao estudo acerca da luta pela posse da terra no médio norte goiano, mais precisamente sobre a famosa revolta de Formoso e Trombas, ocorrida, de forma intermitente, entre 1950 e 1964. Buscando recuperar a história dessa luta social a partir da ótica dos camponeses, a autora ressaltou que um de seus escopos era compreender a visão que esses trabalhadores tinham do processo de produção agrícola e das contradições de própria classe. Para tal empreitada, ela assumiu as diferentes vertentes marxistas de que lançara mão: "O referencial teórico que utilizaremos para analisar o desenvolvimento do capitalismo no campo será baseado nas contribuições de Karl Marx, Karl Kautsty, José de Souza Martins, Maria Nazareth B. Wanderley e Francisco de Oliveira" (CARNEIRO, 1982, p. 13). Tencionando examinar como se deu a "modernização da grande propriedade", marcada pela inserção do capital na agricultura e, consequentemente, pelo acirramento das lutas pela terra em Goiás a partir da década de 50, a pesquisadora não se esquivou em assumir seus esteios marxistas: "O processo de subordinação da agricultura ao capital e as diferentes formas em que se manifesta decorrem de situações históricas dadas. O conceito de subordinação que utilizaremos será aquele contido os pressupostos de Marx ao analisar o desenvolvimento do capitalismo na agricultura" (CARNEIRO, 1982, p. 19).

Lúcia H. R. Afonso (1982), por seu turno, numa investigação voltada para o estudo das propostas do Partido Comunista do Brasil para a região Centro-Oeste (entre 1945 e 1947), manifestou sua apropriação não só de uma orientação marxista teórica, mas outra de natureza, fundamentalmente, política. A autora confronta a ideias que vigoraram no partido com as

orientações do marxismo-leninismo, concepção política esta que foi claramente abraçada pela autora:

> [...] Acredita-se que ao se propor ser um partido verdadeiramente operário, o partido da classe operária do Brasil, então ele deveria estar se orientando pela teoria revolucionária, o marxismo-leninismo, visto que "sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário", e que "só um partido dirigido por uma teoria de vanguarda pode cumprir sua missão de combatente de vanguarda", como coloca Lênin. [...] É dentro desta perspectiva que a hipótese levantada para este trabalho é de que a prática política então realizada nacionalmente pelo PC do Brasil que levou à conciliação de classes, era uma prática realizada também no Brasil Central e estava orientada por análises e propostas que não revelavam pressupostos verdadeiramente marxistas-leninistas (AFONSO, 1982, p. 09-10)

Heliane P. Nunes (1985), perscrutando os impactos da expansão rodoviária na estrutura rural e urbana de Goiás, concluiu que a ampliação da rede rodoviária no estado, sobretudo, entre o período de 1930 a 1961, deve ser entendida "[...] como parte da própria história da expansão do capitalismo no Brasil e no mundo, quando o período de acumulação mercantilista baseada na economia de exportação é superado por uma nova forma de acumulação, a urbano industrial" (NUNES, 1985, p. 227). Nessa assertiva, já podemos identificar o desenho marxista que delineou a hipótese fulcral de seu trabalho. No entanto, a historiadora, de forma mais explicita, evocou as reflexões da marxista Rosa Luxemburgo para pensar a expansão do capitalismo em regiões periféricas, segundo a qual o capital necessita de relações sociais de produção não capitalistas para sobreviver e se desenvolver:

> Em torno dessa discussão sobre a expansão do capitalismo nos Estados periféricos, recorremos à análise de Rosa Luxemburgo a qual afirma que o capitalismo necessita, para a sua própria existência e desenvolvimento, de estar cercado por formas de produção não capitalista e de camadas sociais fora do âmbito das relações capitalistas de produção as quais são utilizadas como mercado para colocar sua mais-valia como fonte de meios de produção e como reservatório de mão-de-obra para o sistema assalariado (NUNES, 1985, p. 122)

Já o historiador Nasr Chaul (1985), numa postura diferente dos pesquisadores citados anteriormente, preferiu não apresentar, explicitamente, seus referenciais teóricos. No entanto, é possível identificar que alguns elementos teóricos marxistas, alojados de forma subjacente, deram o contorno de sua interpretação acerca da construção de Goiânia e a transferência da capital em Goiás, seu objeto de inquirição histórica. Seguindo linhas argumentativas do cientista social Francisco Itami Campos, e de sua orientadora, Ana Lúcia da Silva, Chaul defendeu a premissa de

que esse importante acontecimento histórico regional teve razões de ordem política, mas, fundamentalmente, foi produto de específicas injunções econômicas que se deram naquele contexto:

> Desta forma, a construção de Goiânia e a transferência da capital podem ser vistas sob alguns aspectos que passamos a enumerar: primeiro, como uma estratégia de poder de Pedro Ludovico – representante dos interesses dos grupos oligárquicos do Sul e Sudoeste -, que tinha na mudança da capital uma forma de consolidar seu poder político, uma vez que, de 1930 a 1937, no Brasil, tudo era provisório; segundo, Goiânia, mais que uma capital para Goiás, era uma capital para o Sul e o Sudoeste, à medida que permitiria uma maior inserção de Goiás na economia de mercado; em terceiro lugar, uma nova capital seria de suma importância para o processo de acumulação capitalista no Estado; por fim, Goiânia representaria a consolidação da frente pioneira na região, servindo de trampolim para a conquista e a viabilização capitalista da Amazônia. Tudo isso foi feito em nome do progresso, ou seja, da visão burguesa do progresso (CHAUL, 1985, p. 159)

Leni C. Anzai (1985), por sua vez, foi buscar num marxismo da Europa Oriental, via Escola de Budapeste (especialmente em Agnes Heller), as ferramentas teóricas para estudar o cotidiano dos trabalhadores da zona rural do município de Goiás, entre os anos de 1888 e 1930. O tema da pesquisa, *per si*, poderia ser um indício da mira marxista, mas a autora tratou de assumir essa influência teórica: "[...] procuramos, ao longo do texto e nas conclusões, buscar explicações, causas, consequência, relações para as informações fornecidas pelos entrevistados, baseando-nos, para este trabalho, nas categorias e conceitos do materialismo histórico" (ANZAI, 1985, p. 15). Um dos traços marcantes desse olhar marxista endereçado por Anzai assentou no modo como ela analisou as narrativas fornecidas pelas fontes orais, procurando perceber a dimensão do conflito existente entre as classes sociais envolvidas naquele espaço agrário, a exploração a que eram submetidos esses trabalhadores, bem como as experiências singulares que vivenciaram no ambiente rural.

Propondo-se a examinar a primeira experiência de planejamento estatal realizada em Goiás durante o governo de Mauro Borges Teixeira, no início dos anos 1960, o historiador Josélio M. Luz (1987), mesmo não aprofundando conceitos importantes de vertentes marxistas, reconheceu que se apoiou em noções básicas do materialismo histórico para a construção de sua pesquisa:

> Embora a preocupação deste trabalho não seja predominantemente teórica, alguns conceitos e noções fundamentais embasaram a sua elaboração. É o caso, por exemplo, da compreensão das sociedades e de sua história a partir da noção de "processo histórico", compreendido como o desenrolar dialético de forças em constante oposição: desta oposição – que, no caso específico das sociedades, assume o caráter de luta de classes – nasce e se desenvolve o movimento. Este tipo de interpretação traz embutida também a

> noção da realidade histórica como um todo articulado, o qual pode ser decomposto em partes – períodos, fases, espaços maiores ou menores etc – para facilitar a apreensão do específico, sem, entretanto, perder jamais a noção do conjunto, da totalidade: isto explica, por exemplo, a recorrência constante à conjuntura nacional e internacional, para analisar as questões referentes a Goiás (LUZ, 1987, p. 03)

Júlia M. Magalinski (1987), pesquisadora que assim como seu esposo Jan Magalinski (1978), debruçou-se sobre o tema da imigração estrangeira em Goiás, admitiu que seu trabalho, embora não verticalizasse questões teóricas, trazia, em seu bojo, *perspectivas orientadoras* de cunho marxista: "Sem que esta questão tenha sido posta em termos teóricos, o que se pretendeu, ao longo do trabalho foi utilizar uma teoria de base marxista, fazendo com que ela se evidenciasse através do próprio tratamento dado ao tema e das reflexões que provocou" (MAGALINSKI, 1987, p. 07).

Visando demonstrar a importância que Brasília, quando da construção e transferência da nova Capital Federal, teve para o desenvolvimento econômico de Goiás, entre os anos de 1960 e 1980, Tenório de M. Netto (1988) não hesitou em evocar suas escoras teóricas, inclusive particularizando os autores marxistas nacionais e estrangeiros (até clássicos do próprio Marx) que foram primordiais para a elaboração de seu texto dissertativo:

> E por fim, fundamentamos o nosso estudo nos postulados teóricos e metodológicos do materialismo histórico. Foram auferidos, principalmente, nos estudos de Henry Robert Srour, Modos de Produção: elementos da problemática; Jacob Gorender, Gênese e Desenvolvimento do Capitalismo no Campo Brasileiro; Maurice Godelier, Infra-estrutura e História, e os estudos de José de Souza Martins destacando-se, Capitalismo e Tradicionalismo (Estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil), tendo como tela de fundo os trabalhos de Karl Marx, tais como O Capital e A Ideologia Alemã[207] (NETTO, 1988, p. 05)

Entregando-se à tarefa de analisar como a problemática agrária em Goiás foi tratada pelo governo Mauro Borges (1961-1964), Marisis C. de Oliveira (1988) trouxe uma ancoragem teórica marxista que foi evidenciada, ainda mais, no último capítulo, no qual a pesquisadora examinou o discurso oficial enfocando como a questão agrária se inseria no plano de desenvolvimento econômico do estado: "Na parte final de análise do significado histórico, procuramos nos basear em conceitos mais amplos da ciência histórica, principalmente nos de interpretação marxista" (OLIVEIRA, 1988, p. 03). Neste tópico, além de *O Capital* de Marx, tiveram importância os estudos de Ciro Flamarion Cardoso, Adam Schaff e Lucien Goldmann.

[207] Grifos do autor.

Celene C. Barreira (1989), carreando para seu trabalho um rol de autores marxistas (Ciro F. Cardoso, José de S. Martins, Francisco de Oliveira, José Graziano da Silva), analisou as alterações espaciais processadas na região da Estrada do Boi, em Goiás. Para ela, a estruturação econômica da pecuária de corte e o consequente uso capitalista da natureza imprimiram uma nova fisionomia à paisagem da região. Em suas constatações ao final do trabalho, a autora externou seu olhar marxista sobre esse processo histórico:

> O fundamental nessa questão é o entendimento de que a incorporação de espaços livres vem se dando como parte de um projeto claro de acumulação. Neste projeto, a incorporação de espaços naturais desocupados é vista como uma condição natural para que uma fração do capital nacional e internacional se reproduza. No contexto goiano, a incorporação da região da Estrada do Boi representa de um certo modo, um momento desse processo. [...] não foi a Estrada do Boi a principal responsável pelas alterações espaciais, mas sim, os diferentes usos e até abusos impostos à natureza, exigência da atividade econômica que aí se implantou. Na realidade, a abertura da estrada obedeceu a uma lógica incontestável do capital: ela aconteceu para permitir o escoamento da riqueza gerada por uma região que acabara de se incorporar à economia de mercado, à nível nacional (BARREIRA, 1989, p. 120 e 122).

Esse acervo teórico marxista também pode ser visualizado em pesquisas realizadas em outros Programas de Pós-Graduação em História e que foram arroladas para essa análise sobre a produção historiográfica dos anos 1980. As teses de doutorado de Gilka Salles (1980) e de Ana L. da Silva (1983)[208], defendidas na USP, bem como da dissertação de mestrado de Eurípedes A. Funes (1983)[209], oriunda da UFF, são exemplos de investigações dessa natureza. Em relação à tese *Economia e Escravidão em Goiás Colonial*, de Gilka V. Salles, podemos pensá-la a partir daquilo que afirmou Astor Diehl (2004, p. 147) de que "a influência do marxismo está muito distante de reduzir-se à obras de autores declaradamente marxistas". Desenvolvendo um trabalho inscrito à História Econômica, Salles traçou um amplo panorama da economia goiana no período colonial, acentuando, ao final, o papel do escravo nesse processo produtivo. Mesmo não podendo ser classificada como uma interpretação, eminentemente, marxista desse contexto histórico regional, Salles recorreu a vários conceitos marxistas (forças produtivas, meios de produção, relações de produção), sobretudo no quarto capítulo quando analisou "os fatores de produção" da economia goiana. Explicitando os conceitos históricos utilizados para fundamentar sua investigação;

[208] Pelo fato de não ter conseguido ter acesso ao texto original da tese (1983), utilizaremos a edição desse trabalho publicada em 2005 pela Cânone Editorial.
[209] Embora essa dissertação tenha sido defendida em 1983, na Universidade Federal Fluminense, lançaremos mão da versão publicada pela editora da UFG, em 1986.

independente das fontes que emanavam (Karl Marx, Max Weber, Werner Sombart); Salles fez questão de esclarecer que repulsava modelos teóricos preconcebidos:

> As explicações teóricas, os modelos são extremamente úteis, mas calcar o presente estudo em moldes rígidos não é concebível. [...] Ante o que foi exposto neste trabalho, cabe dizer que não houve submissão a um modelo inflexível de análise. Os teóricos são polêmicos e por vezes contraditórios. Por outro lado, o temor de alterar uma realidade incapaz de adaptar-se à rigidez de um esquema previamente traçado, em razão também da fragmentação documental deparada, levou-nos a preferir ora a descrição, ora a análise das ocorrências, recorrendo aos teóricos quando necessário para iluminá-las (SALLES, 1992, p. 14 e 296).

Em um trabalho que se tornou leitura quase obrigatória àqueles interessados em investigar os anos 1930 em Goiás, a tese de doutorado da professora Ana Lúcia da Silva, *A Revolução de 30 em Goiás,* consiste numa interpretação marxista sobre esse importante acontecimento da história nacional e regional. Embora se debruce sobre um fenômeno histórico eminentemente político, a historiadora construiu sua argumentação sobre uma perspectiva econômica, na qual entendeu a Revolução de 30 como um momento peremptório para a sedimentação da revolução burguesa no Brasil. Procurando explicar a inserção de Goiás nesse processo histórico, Silva esteve atenta para as particularidades sociais e políticas do movimento revolucionário no estado:

> Compreender como Goiás se insere nesta dinâmica de expansão e consolidação da revolução burguesa no Brasil, em um dos seus momentos decisivos, que é a Revolução de 30, é o objetivo central do nosso trabalho. Ao tomarmos a Revolução de 30 em Goiás como objeto de estudo, procuramos entender como Goiás se insere na dinâmica de expansão do capitalismo no Brasil na Primeira República; qual classe ou classes conduziram o movimento de 30 Goiás; quais os objetivos do movimento; quem ganhou e quem perdeu em 1930; o que o movimento significou para Goiás (SILVA, 1983, p. 21)

Numa análise em que os aspectos econômicos assumiram o caráter primacial, a autora demonstrou que, durante a Primeira República, a penetração das frentes de expansão e das frentes pioneiras, a introdução da via férrea e o aumento das estradas de rodagem em Goiás, resultaram na dinamização econômica das regiões sul e sudoeste, que se tornaram o centro da economia goiana. Ao demonstrar o incremento econômico dessas regiões, a historiadora argumentou que, enquanto existia certa igualdade econômica entre os grupos políticos do estado, o predomínio político dos grupos da capital, liderados pela oligarquia Caiado, não sofreu abalo. Não obstante, na medida em que o poder econômico das oligarquias meridionais aumentou, suas pretensões políticas também recrudesceram. Com o estabelecimento desse descompasso entre poder econômico e poder

político, as oligarquias do sul e sudoeste, no entardecer dos anos 1920, romperam com as oligarquias dominantes e aliaram-se à Aliança Liberal. Sendo vitoriosos em nível nacional e regional, os "aliancistas" ascenderam ao poder político goiano sob a batuta administrativa do médico Pedro Ludovico Teixeira. Ana Lúcia da Silva concluiu que a Revolução de 1930 em Goiás se constituiu, em termos políticos, em um deslocamento de oligarquias no poder. Ao final de sua análise, apresentou o processo de inserção, efetiva, do estado ao circuito da economia de mercado nos anos pós-revolução, mas persistiu com a assertiva de que "o Estado pós-30 em Goiás permaneceu oligárquico, ocorrendo apenas uma rotatividade no poder, no interior do próprio grupo oligárquico" (SILVA, 2005, p. 162).

Sob orientação de um dos mais conhecidos autores marxistas brasileiros, Ciro Flamarion Cardoso, o historiador Eurípedes A. Funes, em *Goiás 1800-1850: um período de transição da mineração à agropecuária*, procurou examinar a transição da economia mineradora para a agropecuária em Goiás, bem como o papel desempenhado pelo escravo nessa fase de passagem econômica. Trabalhando com conceitos importantes do marxismo como *forças produtivas*, *relações sociais de produção*, Funes apoiou-se também em categorias como a de *escravismo colonial*, amplamente debatida por Jacob Gorender e Ciro F. Cardoso. Para ele, com a bancarrota da mineração, a Capitania/Província Goiás foi abatida por uma crise econômica que representou a passagem de uma economia tida como "[...] "altamente lucrativa" para uma economia rudimentar de subsistência, com pouco excedente, como também, uma reestruturação fundiária e profundas alterações nas relações de produção" (FUNES, 1986, p. 107). Assim, com o domínio de uma economia agropastoril em Goiás, paulatinamente, as relações de produção escravistas cederam espaço para o estabelecimento de novas relações sociais de produção não capitalistas, onde emergiram as figuras do agregado, do camarada e do trabalhador rural. Além disso, a posse das melhores terras e pastagens passou a ser mais importante, neste tipo de economia, do que a aquisição do escravo, tão importante na economia mineradora.

Nessas andanças entre dissertações de mestrado e teses de doutorado, podemos verificar que diferentes matrizes teóricas do marxismo ditaram a tônica historiográfica das pesquisas em (sobre) Goiás nessa década em pauta. Não obstante, julgamos que, no tocante a esse tema, uma anotação merece linhas em negrito: dentre os autores de diferentes linhagens marxistas que foram apropriados, aquele que mais emprestou conceitos e perspectivas de interpretação a essa historiografia regional examinada, inelutavelmente, foi um cientista social formado na tradição da

Escola Sociológica Paulista. Embora as traduções brasileira[210] e espanhola[211] de *O Capital* tenham sido, nessa década, objeto de leitura de muitos pesquisadores; e que Ciro Flamarion Cardoso, com *Agricultura, Escravidão e Capitalismo*[212], Jacob Gorender, com *O Escravismo Colonial*[213], e Rosa Luxemburgo, com *A Acumulação do Capital*[214], também tivessem sido, de fato, muito acessados por esses historiadores; incontestavelmente, foi o sociólogo paulista José de Souza Martins[215], especialmente com as obras *Capitalismo e Tradicionalismo* e *O Cativeiro da Terra*, que, com maior frequência, cedeu perspectivas interpretativas e/ou conceitos para que esses pesquisadores pensassem os fenômenos históricos regionais.

Aluno de renomados professores como Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Maria Sylvia de Carvalho Franco, dentre outros, o cientista social José de Souza Martins teve sua formação marcada pela tradição de pesquisa social oriunda da "Escola Sociológica Paulista". Tradição esta que, segundo Martins, caracterizava-se por pesquisas inquietas por "determinar o padrão do desenvolvimento histórico e capitalista da sociedade brasileira, [...] de descobrir e trabalhar as nossas singularidades nas características universais do capitalismo e, ao mesmo tempo, investigar suas tendências e possibilidades" (MARTINS, 1997, p. 145), portanto, estudos interessados em compreender as especificidades do desenvolvimento capitalista no Brasil. À moda de Florestan Fernandes, Martins buscou produzir uma "sociologia enraizada", preocupada em refletir e discutir os problemas nacionais, mas, ao mesmo tempo, em construir conhecimento social que não ficasse só no âmbito da abstração teórica.

Dentre os vários instrumentais reflexivos desenvolvidos por Martins, sem dúvida, os conceitos de *frente de expansão*[216] e de *frente pioneira*[217] foram uns dos mais requeridos pelos

---

[210] Salles (1980), Carneiro (1982), Chaul (1985) e Oliveira (1988) utilizaram a tradução brasileira feita por Reginaldo Sant'Anna que foi publicada pela Civilização Brasileira. A maioria deles referencia uma edição sem data específica.

[211] Alencar (1982) e Silva (1983) se valeram de edições (1959 e 1968) traduzidas pela *Fondo de Cultura Económica* (México).

[212] Alencar (1982), Siqueira (1982), Chaul (1985), Funes (1986), Magalinski (1987), Netto (1988) e Barreira (1989) recorreram à algumas proposições de Ciro F. Cardoso presentes nessa obra em questão.

[213] Salles (1980), Carneiro (1982), Siqueira (1982), Silva (1983) e Funes (1986) recuperaram debates em torno do conceito de modo de produção escravista colonial tratado por Gorender.

[214] Borges (1982), Silva (1983), Nunes (1985), Magalinski (1987), Netto (1988) e Barreira (1989) buscaram argumentos contidos na interpretação econômica acerca do imperialismo elaborada por essa pensadora marxista.

[215] Rosa (1981), Alencar (1982), Carneiro (1982), Siqueira (1982), Brito (1982), Borges (1982), Silva (1983), Chaul (1985), Anzai (1985), Funes (1986), Teixeira (1987), Oliveira (1988) e Barreira (1989) ou evocaram conceitos ou retomaram discussões promovidas por esse professor da USP.

[216] Segundo José de Souza Martins, "[...] a frente de expansão se integra na economia de mercado de dois modos: pela absorção do excedente demográfico, que não pode ser contido dentro da fronteira econômica, e pela produção de excedentes, que se realizam como mercadoria na economia de mercado. [...] o que caracteriza a frente de expansão é

pesquisadores de história regional que estamos "historiografando" neste capítulo. Embora esses conceitos não seja uma criação original do sociólogo paulista, em *Capitalismo e Tradicionalismo*, ele buscou aperfeiçoá-los para a compreensão da diversidade dos tempos históricos da fronteira. Esses construtos conceituais mostraram-se importantes para refletir sobre as formas de acesso e de apropriação privada das terras em Goiás, bem como sobre a expansão da fronteira econômica em momentos pontuais da história regional. Veremos que houve uma espécie de consenso quanto ao desenvolvimento de "frentes de expansão" no sul de Goiás, em fins do século XIX e início do XX, em decorrência do incremento à economia cafeeira no sudeste do país, o que teria provocado um afluxo de migrantes que, não absorvidos pela fronteira econômica, buscavam a posse de terras férteis existentes no estado. Do mesmo modo, houve consonância no que tange a implantação da estrada de ferro em Goiás, por volta de 1913, como momento fundamental para o estabelecimento de "frentes pioneiras" na parte meridional do estado. Dentre essas pesquisas, somente a de Maria Esperança Carneiro, que investigou a revolta de Formoso e Trombas, localizou a expansão da fronteira econômica numa outra região goiana, em um outro período histórico: médio norte de Goiás, nos anos de 1950. Comecemos, então, esse mapeamento acerca da influência teórico-conceitual de José de Souza Martins.

Na concepção de Carneiro (1982), até 1913, grande parte das áreas rurais do território goiano havia sido adquirida mediante posse, tendo sua produção voltada à subsistência, portanto, tratavam-se de áreas marcadas pela "frente de expansão". A região onde acontecera o conflito de Formoso e Trombas, o médio norte goiano, tratava-se, por sua vez, de um grande vazio demográfico. Para esclarecer o que entendia por "frente de expansão", a autora explicou:

> As "frentes de expansão" têm por principal característica o fato de a terra não ser comprada, e, por conseguinte, não ter valor de mercadoria, não visar o lucro, não assumindo, portanto, as características de propriedade capitalista. Constituem-se as "frentes de expansão" geralmente de terras devolutas, privatizadas pelos ocupantes ou posseiros para dela tirarem o necessário a sua subsistência (CARNEIRO, 1982, p. 33).

Com a chegada da estrada de ferro, por volta de 1913, e as consequentes atividades econômicas que dela provinham, o sul do estado recebeu um grande fluxo migratório,

---

justamente esse uso privado das terras devolutas, em que estas não assumem a equivalência de mercadoria. Por isso, a figura central da frente de expansão é a do ocupante ou posseiro" (MARTINS, 1975, p. 46).

[217] Martins define que "o ponto chave da implantação da frente pioneira é a propriedade privada da terra. Na frente pioneira a terra não é ocupada, é comprada. Desse modo, a renda da terra se impõe como mediação entre homem e a sociedade. A terra passa a ser equivalente de capital e é através de mercadoria que o sujeito trava suas relações sociais" (MARTINS, 1975, p. 47).

especialmente nas áreas contíguas à ferrovia, constituindo, assim, "frentes pioneiras" nessas regiões. Mais uma vez, a historiadora fez questão de exibir a centralidade desse conceito importado de Martins:

> [...] a "frente pioneira" exprime um movimento de expansão da economia de mercado. A característica imediata desta última é a de que se instaura como empreendimento econômico: empresas imobiliárias, ferroviárias, comerciais, bancárias, etc ... loteiam terras, transportam mercadorias, compram e vendem, financiam a produção e o comércio. Passa-se, assim, a produção do excedente para a produção de mercadoria. A frente pioneira surge não como uma conseqüência "rebarbativa" da sociedade capitalista, mas como resultado direto da necessidade de reprodução desta (MARTINS, 1982, p. 33).

A partir de 1930, por conseguinte, com o processo de acumulação de capital no Centro-Sul do país e, posteriormente, com a política da "Marcha para o Oeste", novas "frentes de expansão" atingiram diferentes regiões goianas, que absorveram população migrante de vários quinhões do Brasil. Já nos anos 1950, com a expansão do capital na agricultura goiana e a consequente ampliação das empresas agropecuárias, o que se viu foi um processo de concentração de terras com uma nova dinâmica: a apropriação capitalista da terra. O alargamento da fronteira econômica fez com que o ocupante, o posseiro, que já havia desbravado vastas terras férteis do médio norte do estado, fossem atingidos pela "frente pioneira", o que intensificou, consideravelmente, as tensões sociais na região, provocando conflitos pela posse da terra, como ocorreu na conhecida revolta de Formoso e Trombas.

A professora Ana Lúcia da Silva, em sua tese, também recorreu a esses conceitos para analisar o crescimento populacional das regiões sul e sudoeste do estado no último quartel do oitocentos, fenômeno que, segundo ela, estivera "[...] relacionado, principalmente, com a contínua penetração de frentes de expansão e frentes pioneiras, como consequência da expansão da economia cafeicultora na região Leste do país" (SILVA, 2005, p. 90). Mesmo pesquisando os editais de vendas de terras em Goiás dessa época, a historiadora ressalvou que, embora algumas terras tivessem sido adquiridas mediante compra:

> [...] a ocupação da região sul de Goiás ocorreu fundamentalmente nos marcos do processo descrito por José de Souza Martins como característico da frente de expansão. A frente de expansão surge quando, na fronteira econômica, se estabelece um estado de insuficiência econômica "pelo incremento demográfico sem correspondente expansão dos meios de vida". Resta como alternativa às populações o uso privado de terras devolutas, em que estas não assumem a equivalência de mercadorias (SILVA, 2005, p. 93-94).

Novamente, a fixação da estrada de ferro no estado, no início do século XX, fora vista como momento fundamental para o incremento de "frentes pioneiras" nas regiões próximas à ferrovia, pois fomentou a criação de estabelecimentos capitalistas e, por conseguinte, a produção de mercadorias:

> A penetração da estrada de ferro é um processo complexo que permite a passagem da frente de expansão à frente pioneira. A frente pioneira é um empreendimento econômico que penetra em meio não-capitalista por meio de empresas ferroviárias, comerciais, bancárias, de financiamento da produção e comércio etc. Ela permite a passagem da produção de excedentes para a produção de mercadorias. Produzir mercadorias torna-se o principal objetivo da produção (SILVA, 2005, p. 94)

O professor Barsanufo G. Borges que se dedicou, em sua dissertação de mestrado, à análise da implantação e os desdobramentos socioeconômicos desse novo meio de transporte em Goiás, também assinalou a chegada dos trilhos como fruto da expansão das "frentes pioneiras" no interior do país e acentuou a importância da ferrovia para o processo de alargamento da fronteira econômica no estado:

> As transformações econômicas no Brasil, representadas, principalmente pela expansão da economia cafeeira – que se organizou em bases capitalistas – e pela industrialização na região Centro-Sul a partir do início do século, exigiram a expansão da frente pioneira rumo ao interior do País, ocupando e incorporando extensas áreas interioranas à produção capitalista, as quais se encontravam, até então, fora do âmbito da economia de mercado. [...] Dentro dessa linha de análise, o estudo procurará explicar o significado da implantação da Estrada de Ferro de Goiás, partindo da premissa que ela foi o primeiro meio de transporte e comunicação moderno do Estado de Goiás, servindo, assim, como via de integração da economia regional nos quadros da economia capitalista em expansão no País (BORGES, 1982, p. 02)

Nessa esteira interpretativa, Nasr Chaul, à luz desses conceitos desenvolvidos por Martins, explicou o crescimento populacional da região meridional de Goiás, ocorrido nas primeiras décadas do século XX: "Com o surto do café e, principalmente, com a estrada de ferro e de rodagem – penetração de frentes de expansão e pioneira –, a região Sul torna-se, com o passar do tempo, a mais densamente povoada, contando com o maior número de aglomerados urbanos" (CHAUL, 2001, p. 23)[218]. Chaul, por seu turno, enxergou a implantação da ferrovia em Goiás não como uma passagem da "frente de expansão" para a "frente pioneira", mas a partir da simultaneidade de ambos os movimentos:

[218] Esses trechos de autoria do professor Nasr Chaul foram extraídos da segunda edição de *A Construção de Goiânia e a Transferência da Capital*, publicada em 2001 (editora da UFG), pois minha versão digitalizada da dissertação estava ilegível nessas passagens.

> É necessário ressaltar o papel da Estrada de Ferro no que concerne aos conceitos de frente de expansão e frente pioneira, porque o simples fato de existir a Estrada de Ferro gera uma dinâmica econômica na região Sul, o que veio a refletir na ocupação das terras goianas. Tal ocupação se efetivou de dois modos – pelo apossamento e pela compra – significando que a frente de expansão ocorria ao mesmo tempo em que a frente pioneira (CHAUL, 2001, p. 24)

A professora Maria Cristina T. Machado, seguindo a linha interpretativa dos pesquisadores anteriormente citados, examinou o crescimento populacional do sul de Goiás, nos primórdios do século XX, a partir do alargamento das "frentes de expansão" e das "frentes pioneiras no estado:

> Cabe analisar, agora, as origens da evolução da região sul. A expansão populacional, que conheceu no início do século, e a consequente dinamização econômica transformaram-na no ponto de inserção do Estado à economia de mercado. Este processo esteve diretamente ligado à expansão da cafeicultura no país e se fez sentir principalmente, através do desenvolvimento das frentes de expansão e pioneiras que aqui penetraram (MACHADO, 1987, p. 84-85)

No interior desse acervo marxista de José de Souza Martins, outras peças teóricas emprestaram direcionamento interpretativo aos historiadores que ora examinamos. Nesse sentido, o conceito de *produção capitalista de relações não-capitalistas*[219] e a perspectiva do *desenvolvimento desigual e combinado* mostraram-se de extrema valia para que os pesquisadores analisassem diferentes momentos históricos e a constituição da estrutura socioeconômica, marcadamente, agrária que se desenvolveu em Goiás no século XIX até meados do XX.

Na concepção de Martins (1975), o "tradicionalismo" característico do mundo agrário brasileiro, e que muitos viam como atraso, não necessariamente se tornava um entrave ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro, pois essas relações tidas como "não capitalistas", atrasadas para outros, eram reproduzidas pelo capital para a própria acumulação capitalista. Numa entrevista concedida a revista "Estudos Avançados", o sociólogo paulista nos revela como percebeu, a partir de sua pesquisa empírica, como não havia incompatibilidade entre *tradicionalismo* e *capitalismo:*

> Já em 1965 eu desenvolvera minha pesquisa comparativa sobre a modernização e os obstáculos à modernização no campo, tomando como referência três regiões paulistas em

[219] Para o cientista social Willian Héctor G. Soto que, em sua tese de doutorado, estudou a "produção de conhecimento social sobre o mundo rural" nas obras de José de Souza Martins, a categoria de *produção capitalista de relações não-capitalistas* é "a categoria central na obra de Martins não somente porque permite captar o fio condutor da sua produção, mas por ela ser um instrumento que possui um significado amplo, sintético, global e que possibilita entender o pensamento do autor" (SOTO, 2003, p. 188).

> que as condições da modernização agrária eram substancialmente diferentes entre si. A surpresa da pesquisa foi a constatação de que na região mais caracteristicamente tradicionalista e caipira, o Alto Paraíba, o tradicionalismo era justamente um ingrediente essencial e uma condição do padrão altamente moderno, capitalista e eficiente da agropecuária regional, especialmente no Médio Paraíba, que ganhava corpo numa moderníssima cooperativa regional de leite e seus derivados. O tradicionalismo era, naquelas condições, e certamente não seria em outras, um dos meios da acumulação capitalista. Não havia, portanto, uma incompatibilidade necessária entre capitalismo e tradicionalismo (MARTINS, 1997, p. 144)

Em *O Cativeiro da Terra*, estudo originalmente publicado em 1979, Martins exibiu com maior vigor esse conceito utilizado para compreender as singularidades do capitalismo brasileiro na sua relação com o complexo mundo agrário: "O capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações sociais, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução" (MARTINS, 1996, p. 19-20).

Decorre dessa reflexão, a tese de Martins, oposta à de Caio Prado Júnior e outros autores, de que a crise do escravismo não significou a passagem automática para a relação de trabalho assalariada. Em sua interpretação, o trabalho escravo fora substituído, efetivamente, pelo trabalho do trabalhador juridicamente livre, tendo produzido modalidades intermediárias como o *regime de colonato*, por exemplo. Mais uma vez, o conceito de *produção capitalista de relações não-capitalistas* se apresenta fulcral nas abstrações teóricas feitas pelo sociólogo uspiano:

> Na visão de Martins, o fato de os trabalhadores produzirem seus próprios meios de subsistência é expressão de relações não-capitalistas, recriadas e reproduzidas pela acumulação do capital. Mas, para ele, considerar a compra e venda da força de trabalho como critério para definir o caráter capitalista ou não das relações sociais é insuficiente, dada a complexidade das relações sociais existentes no mundo rural brasileiro. Essa complexidade se expressa no que Martins chama de "tipos intermediários": o parceiro, o colono, o caipira e o arrendatário. É por isso que para Martins o capitalismo não é necessariamente destruidor das relações sociais não-capitalistas. Para ele, o capital não compreende apenas a relação social baseada no salário (SOTO, 2003, p. 192)

Outra perspectiva marxista absorvida e, depois, burilada por José de Souza Martins foi a do *desenvolvimento desigual e combinado*[220]. O núcleo dessa concepção reside no entendimento de

[220] É atribuída a Trotsky, em seu estudo sobre a *História da Revolução Russa*, a formulação da teoria do *desenvolvimento desigual e combinado*. Tal teoria pode ser compreendida a partir da seguinte proposição: "a desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do processo histórico, manifesta-se com o máximo de vigor e de complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o açoite de necessidades exteriores, a vida retardatária é constrangida a avançar por saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre uma outra lei que, na falta de uma denominação mais apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, no sentido da reaproximação

que não há que se pensar numa polarização entre um Brasil "moderno" e um "atrasado". As relações contraditórias entre espaços econômicos distintos não se constituem em oposição, mas aglutinam formas diferenciadas de relações de produção e de reprodução do capital. Para Martins, o capitalismo brasileiro é marcado pela coexistência de diferentes ritmos e tempos, sendo insuficiente pensá-lo a partir de um antagonismo entre pólos atrasados e modernos. Por meio dessa equipagem teórica, Martins opôs-se, criticamente, às interpretações dualistas, que grassaram no Brasil nos anos 50 e 60 (principalmente a elaborada pela CEPAL), e à tese feudal defendida por Alberto Passos Guimarães e outros sectários do Partido Comunista.

Observando, então, meticulosamente, a produção historiográfica da década de 1980, percebemos que o conceito de *produção capitalista de relações não-capitalistas* e seus desdobramentos interpretativos se converteram em um importante instrumental teórico para o exame acerca das relações sociais de produção instaladas em Goiás no final do século XIX e primeiras décadas do século XX. Rosa (1981), por exemplo, verificou que, com o fim da escravidão, novas relações sociais de produção se estabeleceram em Goiás e para caracterizá-las utilizou a categoria de "regime singular" (também desenvolvida por Martins), tendo em vista que não se tratavam de relações assalariadas. Segundo a autora, com a extinção oficial da escravidão, as regiões brasileiras mais desenvolvidas optaram pela introdução da mão-de-obra imigrante livre, enquanto em Goiás predominara a utilização de "tipos intermediários" como a "camaradagem":

> Em Goiás, entretanto, no período 1899-1900, não ocorreu, paralelamente à extinção do escravo, a introdução de mão-de-obra basicamente assalariada. O processo de constituição de força de trabalho e das relações de produção que se definiu com a crise do escravismo no final do século passado deu lugar, em Goiás, a um regime de trabalho singular que ficou conhecido como regime de camaradagem. [...] A "camaradagem", portanto, na época, poderia caracterizar um regime singular, de transição para o trabalho livre, mas não necessariamente o trabalho assalariado (ROSA, 1981, p. 17 e 18)

Seguindo essa via argumentativa, Ana L. da Silva ressaltou que, com a abolição da escravatura, não se implantou, em Goiás, relações de trabalho assalariadas, mas um regime de trabalho que se apresentava, em seu ponto de vista, como uma modalidade de escravidão disfarçada:

> Em Goiás, a extinção do trabalho escravo não significou a introdução do trabalho assalariado, pois o que se instituiu foi um regime de trabalho conhecido como

---

de diversas etapas, da combinação de fases distintas, do amálgama de formas arcaicas com as mais modernas" (TROTSKY *apud* LÖWY, 1998, p. 77).

> camaradagem que, na realidade, definia um novo tipo de escravidão. Quem é o camarada? Camarada era qualquer trabalhador que fizesse um ajuste de trabalho com outrem para prestação de serviços na lavoura, pecuária, empreitadas de viagens e serviços domésticos. Mesmo que as relações de trabalho estabelecidas em lei fossem assalariadas, o salário não se tornava uma relação social, mas apenas uma relação contábil, porque nunca chegava às mãos do trabalhador, que estava constantemente endividado (SILVA, 2005, p. 41).

Maria Amélia Alencar, por sua vez, concluiu que, ao final do século XIX e início do XX, na estrutura fundiária goiana ainda persistiram "traços estranhos ao modo de produção capitalista, como o uso comum de parcelas de terras e as terras sem preço ou com preço apenas nominal" (ALENCAR, 1982, p. 134). Seguindo a proposição de Martins, a historiadora afirmou que, nesse contexto, as relações de trabalho afloradas no estado, como a "camaradagem", o "cambão" e outras, não se constituíram em relações assalariadas:

> No entanto, todas essas formas articulavam-se ao modo de produção dominante, que "funcionaliza" relações não capitalistas de produção. Com maior ou menor intensidade dependendo da relação com os pólos centrais da economia, e certamente de formas bastante variadas, o capital extraia a renda da terra, mesmo quando não se apropriava do solo. Desta forma, Goiás contribuía, embora modestamente, como área periférica, para a acumulação de capital nas áreas centrais do país (ALENCAR, 1982, p. 134)

Prosseguindo nesse caminho marcado pela influência do olhar analítico de Martins, verificamos que o professor Barsanufo Borges fez uma análise pormenorizada sobre a inserção de Goiás aos quadros da economia nacional a partir da construção da estrada de ferro, examinando as alterações socioeconômicas produzidas pela implantação dos trilhos no estado. Considerando Goiás como área periférica do capitalismo e encarando a ferrovia como um importante agente modernizador da economia do estado, Borges (1982, p. 98) assinalou que "com a penetração da via férrea em território goiano, os grilhões que prendiam a economia agrária regional a uma situação de quase estagnação, foram quebrados ao ritmo da expansão dos trilhos". Assim, a estrutura econômica do estado que se encontrava assentada, em sua maior parte, numa "economia do excedente"[221], que passou a organizar-se, com a estrada de ferro, em bases capitalistas. Nas

[221] *Economia do excedente* trata-se de outra categoria desenvolvida por Martins em *Capitalismo e Tradicionalismo*. Tal construção categorial refere-se a uma modalidade de organização econômica em que a própria subsistência é o motivo primeiro para a produção agrícola e, secundariamente, ocorre a troca daqueles produtos que excederam as necessidades. Nesse tipo de economia, o objetivo principal não é a produção de mercadorias, mas na medida em que o excedente era obtido, ao ser inserido no mercado, acabava convertendo-se em mercadoria. A pesquisadora Maria Cristina T. Machado também caracteriza a atividade agrícola desenvolvida em Goiás até princípios do século XX como uma *economia do excedente*, recorrendo, igualmente, à categoria proposta por Martins. Tal apropriação pode ser vista em (MACHADO, 1987, p. 37).

regiões contíguas aos trilhos, a agricultura especializou-se, abandonando a subsistência, para atender às necessidades da expansão do capital. Entretanto, essas mudanças na economia de base agrícola não significaram, à princípio, uma intensa mecanização no campo e muito menos alterações profundas nas relações sociais de produção. Portanto, regimes de trabalho como a "camaradagem" e a "parceria" persistiram mesmo em meio ao crescimento do trabalho assalariado. No tocante à análise desse processo histórico, Borges evocou, novamente, as reflexões produzidas pelo professor da USP em questão:

> [...] José de Souza Martins, na sua concepção de expansão do capitalismo no campo, procura repensar os esquemas de explicação teóricos herdados da teoria marxista, ajustando-os à realidade do mundo periférico. Em "Capitalismo e Tradicionalismo", o autora afirma que o que caracteriza a penetração do capitalismo no campo não é essencialmente a instauração de relações sociais de produção tipicamente formuladas em termos de compra e venda da força de trabalho por dinheiro. O que a caracteriza é a instauração da propriedade privada da terra, isto é, a mediação da renda capitalizada entre o produtor e a sociedade. Para ele, relações de produção como o colonato, a escravatura, o arrendamento por espécie e outros, na verdade, são relações possíveis e necessárias à acumulação e reprodução do capital (BORGES, 1982, p. 100)

Eurípedes Funes foi outro historiador, por nós analisado, que concordou com a tese de Martins de que o que definiria as relações sociais capitalistas no campo não era a compra e venda da força de trabalho, mas a mediação da renda capitalizada como forma de expressão da propriedade privada da terra. Além disso, Funes ainda coadunou com o ponto de vista do sociólogo paulista quando este afirma que, pelo fato de em relações sociais como a "camaradagem", a "parceria", "o colonato", os trabalhadores produzirem seus próprios meios de vida, elas não devem ser consideradas como relações de produção tipicamente capitalistas:

> Em Goiás, as formas de trabalho que surgiram com a decadência do escravismo, em nenhum momento podem ser consideradas do tipo capitalista, mesmo no caso dos indivíduos que trabalhavam por ajuste ou na condição de camaradas, pois, além de perceberem um pagamento em dinheiro, eles recebiam também o direito de cultivar uma pequena parcela, onde empregavam, geralmente, o trabalho da família (FUNES, 1986, p. 132)

Como já mencionado anteriormente, a perspectiva do *desenvolvimento desigual e combinado* foi outra concepção teórica que esteve presente nas análises desses pesquisadores dos anos 1980. Ana L. da Silva, por exemplo, já na introdução de sua tese de doutorado, exibira o quanto essa perspectiva teve importância em seu estudo sobre a Revolução de 30 em Goiás:

> Nosso trabalho visa a compreender a Revolução de 30 em Goiás, ou seja, compreender como esse processo ocorreu numa região periférica do Brasil. Ao considerarmos Goiás uma região periférica, estamos partindo da compreensão de que o capitalismo é uma totalidade contraditória que se reproduz num processo de desenvolvimento desigual e combinado, articulando em seu interior centros hegemônicos e periféricos. No seu movimento contraditório, a tendência do capital é expandir-se e tudo dominar, tomando conta progressivamente de todos os ramos e setores da produção no campo e na cidade, na agricultura e na indústria (SILVA, 2005, p. 17)

Partindo dessa *perspectiva orientadora*, Borges (1982) argumentou que a implantação da estrada de ferro em Goiás serviu de instrumento ao capitalismo não só para a efetiva inserção da economia regional aos quadros da economia nacional, mas também para a ampliação da produção mercantil do estado e, sobretudo, como agente modernizador de sua estrutura socioeconômica. Portanto, mesmo Goiás (um estado de economia, eminentemente agropecuária) sendo considerado "periferia da periferia", ou seja, uma periferia econômica do Centro-Sul do Brasil que, por sua vez, tratava-se de periferia do capitalismo internacional, não há que se pensar em uma dinâmica própria para pólos "atrasados" e "modernos" no país, e sim em ritmos econômicos desiguais que se articulam para a expansão do capital. Nesse aspecto, Barsanufo Borges compartilhou da perspectiva do *desenvolvimento desigual e combinado*:

> Ao contrário do que propõe a teoria dualista, a modernização não cria duas realidades distintas e separadas, isto é, um pólo capitalista ou "moderno" e outro pré-capitalista ou "atrasado". Como toda a economia dependente se encontrava articulada à economia metropolitana, a produção dos núcleos rurais se encontrava também, quase sempre, articulada aos interesses urbanos das sub-metrópoles. Deste modo, a economia de mercado penetrava em regiões cada vez mais distantes criando, assim, uma relação colonial ou de dependência em nível regional, semelhante às relações de dependência a nível internacional. As relações metrópole-satélite não estão limitadas ao nível imperial ou internacional, mas penetram e estruturam a vida econômica, social e política dos países dependentes latino-americanos criando, dentro deles, submetrópoles com relação às quais as regiões interioranas tomam o papal de satélites (BORGES, 1982, p. 25).

Nasr Chaul, por seu turno, analisando outro contexto histórico, os anos 1930, avaliou como o estado de Goiás, inserido numa nova divisão regional do trabalho estabelecida naquele período, ajudou a suprir as necessidades do mercado interno nacional por meio do abastecimento de produtos alimentícios e, ao mesmo tempo, funcionou como mantenedor de força de trabalho barata para o setor urbano-industrial, enquanto o Centro-Sul realizava o processo de industrialização por substituição de importações:

> Podemos notar que, de acordo com a análise em questão, a partir de trinta, há uma incorporação cada vez maior de Goiás ao mercado capitalista, ampliando sua fronteira

> agrícola, crescendo e mecanizando a agricultura, acelerando seus níveis de produção e exportação e dinamizando seu setor industrial e comercial. Goiás torna-se, como "periferia da periferia", produtor de gêneros que, destinados às regiões em etapa de industrialização, são responsáveis pelo barateamento da mão-de-obra naqueles locais. Confirma-se a "vocação agrária" do Estado, que cumpre, assim, seu papel na organização do sistema capitalista (CHAUL, 1985, p. 33-34).

Portanto, a partir da década de 1980, a dimensão teórica do trabalho historiográfico passou a receber maior atenção dos "produtores de Historia" em Goiás. Conforme já ressaltamos, essa importância destinada ao exercício teórico revela uma mudança de ênfase na *matriz disciplinar* da produção historiográfica regional: as *perspectivas de interpretação da experiência do passado* passaram a ser valorizadas como componente fundamental do fazer historiográfico, por isso, estiveram mais expostas, sendo, definitivamente, assumidas. É preciso deixar grafado, por conseguinte, que essa visibilidade dedicada à esfera teórica veio marcada por feixes reflexivos oriundos de diferentes vertentes marxistas, os quais incidiram sobre a maior parte das análises sobre história regional confeccionadas nesse período.

## 4.3. Modernização e Ideologia: conceitos recorrentes na historiografia regional dos oitenta

Comecemos esse tópico com um fragmento elucidativo de Reinhard Koselleck:

> Decidir sobre a interpretação de uma história sob um ponto de vista teológico ou econômico não é uma tarefa relacionada à pesquisa de fontes, mas sim uma questão de premissas teóricas. Só a partir do estabelecimento dessas premissas é que as fontes começam a falar. Mas elas podem também silenciar, uma vez que não haja qualquer documento ou testemunho para uma questão construída a partir do raciocínio teórico – o que, por si só, não torna a questão equivocada. Com isso, o primado da teoria estimula e obriga à construção de hipóteses, sem a qual nenhuma pesquisa histórica pode ser conduzida (KOSELLECK, 2006, p. 187)

Assim como Koselleck, Rüsen também atribui às *ideias*, ou seja, as *perspectivas orientadoras* (RÜSEN, 2001), um papel fundamental na forma como o acervo documental do passado é manuseado, bem como no direcionamento interpretativo que se imprime à investigação da experiência humana pretérita. Assentado nessas ponderações trazidas por esses teóricos alemães é que delineamos a proposta dessa seção que ora se inaugura: expor como os referenciais teóricos que dominaram o cenário historiográfico nos anos 1980 foram importantes na definição de algumas linhas interpretativas adotadas pelos pesquisadores nesse período, principalmente, no que se refere ao esforço em pontuar experiências de "modernização" em Goiás e de recorrer ao conceito de ideologia para retratar determinados fenômenos da história regional. É importante esclarecer, contudo, que pela gama de temas, conceitos e interpretações que estamos lidando, privilegiamos, a esta altura desse exame historiográfico, esses aspectos teórico-conceituais que verificamos terem sido mais frequentes nessas investigações.

Visando aclarar ainda mais essa proposição, lançaremos mão de algumas discussões promovidas pelo professor Astor Diehl, extremamente fecundas às questões que desejamos explorar. Elegendo o conceito de "cultura historiográfica" como nuclear para sua teorização, Diehl afirmou que a importância desse conceito reside no intento por "interpretar como os historiadores representam o passado sob a forma de uma história" (DIEHL, 2004, p. 42). Ancorado nesse aparato reflexivo, o historiador analisou a "cultura historiográfica brasileira" a partir de uma constelação de elementos pertencentes a cinco matrizes, as quais já foram examinadas no primeiro capítulo desta tese. Em uma delas, "a matriz sobre as experiências de modernidade", Diehl refletiu sobre as experiências históricas e práticas historiográficas que estiveram voltadas para projetos de modernidade, discussão em que as noções de modernização e modernismo tornaram-se nucleares

em sua análise. Todavia, para ele, o termo-chave seria o de modernidade, pois se refere à experiência histórica que faz a mediação entre o que se entende por modernização (ligada a processos econômicos) e por modernismo (relativo a questões culturais).

Diehl reforçou ainda que a receptividade de vertentes e pressupostos teórico-metodológicos do marxismo e da tradição de Max Weber foi importante não só para a sedimentação das ciências humanas no país, mas, sobretudo, para fundamentar diferentes projetos de modernização dirigidos à realidade brasileira. O que se observou na quadra temporal de 1930 a 1970, em grande medida, foram esforços no sentido de adaptar a realidade brasileira a determinados modelos teóricos, bem como tentativas de orientação das experiências de modernização. Fitadas na construção de teorias de modernização, essas análises buscaram refletir sobre as possibilidades de superação dos entraves culturais e naturais para a efetivação desse processo no país.

É com base nessa discussão que, segundo nossa perspectiva, podemos pensar no modo como alguns historiadores, que produziram pesquisa historiográfica nos anos 1980, avistaram diferentes "experiências de modernização" na história regional. Aqui, o significado atribuído à "modernização" diz respeito, especialmente, às "transformações objetivas da sociedade desencadeadas essencialmente pelo advento do mercado capitalista mundial, mas não de modo exclusivo apenas do desenvolvimento econômico" (DIEHL, 1999, p. 15), até porque essas transformações também incidiram sobre a esfera superestrutural. Ficará patente, então, que, nos exemplares analisados, a perspectiva teórica marxista foi a principal orientadora dessas interpretações sobre os distintos processos de "modernização" experimentados em Goiás no século XX.

O historiador Barsanufo Borges, por exemplo, tratou a implantação da Estrada de Ferro de Goiás como principal agente modernizador da estrutura socioeconômica goiana no início do século XX. Segundo ele, "a modernização, estimulada pela via férrea, atingiu todos os níveis de organização da sociedade regional" (BORGES, 1982, p. 03). Deste modo, a ferrovia integrou, efetivamente, a economia do Estado à divisão regional do trabalho que havia sido definida conforme os interesses da expansão capitalista no Brasil àquela época. Os trilhos foram, segundo Borges, o principal responsável pela modernização da economia agrária, pois possibilitou que a agropecuária goiana, sobretudo as desenvolvidas no sudeste e sudoeste do estado, passassem a se organizar em bases capitalistas. Revolucionando os meios de transporte no território goiano, a

ferrovia incrementou as relações comerciais regionais e inter-regionais dinamizando o comércio importador e exportador.

O pesquisador ainda explicou que, como parte da lógica de expansão da economia de mercado, essa modernização atingira outros aspectos da vida social, política e cultural do estado. Prova disso fora o surgimento de vários núcleos populacionais na região sul de Goiás e que, em pouco tempo, ganharam feições de centros urbanos. Ademais, as cidades cortadas pela linha férrea experimentaram um processo de reurbanização, materializado pelo alargamento de suas ruas, pela implantação de sistema de esgotos, de iluminação pública e ainda "passaram a contar com as modernas invenções do mundo capitalista, como a energia elétrica, o cinema, o telefone e o telégrafo" (BORGES, 1982, p. 127). Embora menos criterioso na demonstração de como isso se deu na prática, o historiador afirmara que essa modernização teria alcançado os níveis superestruturais (ideológico e político) da sociedade goiana, deste modo, a classe dominante de origem urbana teria adquirido padrões de consumo e de comportamento próprios da sociedade burguesa dos grandes centros urbanos. Arrematando sua argumentação, Borges ressaltou que a implantação dos trilhos e a consequente modernização promovida por esse "despertar dos dormentes" colocaram-se como aspectos fundamentais para a difusão da economia de mercado em Goiás, mormente na região sul do estado:

> Portanto, sem delimitar muito o objeto da análise a cidades ou regiões, pode-se afirmar que nas primeiras décadas deste século, boa parte do Estado de Goiás se encontrava inserida num processo de mudanças que, embora lento, ganharia dimensões significativas. A Estrada de Ferro desempenhou um papel fundamental como elemento promotor destas transformações, como uma locomotiva que arrastava o processo de modernização em todos os níveis da sociedade regional. Através do sistema de transporte rodo-ferroviário, boa parte do território goiano se integrou à economia de mercado, servindo assim, esse sistema de transporte, de instrumento do capitalismo na sua luta contra economia natural em Goiás (BORGES, 1982, p. 136)

Embora não atribuindo centralidade à experiência de "modernização" a qual tratou, como fora o caso do professor Barsanufo Borges, Maria E. Carneiro (1982) conferiu à "modernização da grande propriedade", ocorrida em Goiás nos anos 1950, um importante papel no agravamento das tensões sociais no campo, produzindo conflitos como o de Formoso e Trombas, seu objeto de estudo. Procurando compreender as formas de acesso à terra que se deram no médio norte goiano, onde ocorrera a luta camponesa investigada, Carneiro (1982) explicou que o povoamento de grande parte das áreas rurais goianas, inclusive na região tratada, fora fruto do assentamento de

"frentes de expansão". O alargamento da fronteira econômica em outras regiões do Brasil e de Goiás, acontecida nas três primeiras décadas do século XX, resultou num excedente populacional, constituído por camponeses e trabalhadores rurais, os quais se viram obrigados a migrarem ou para centros urbanos ou para novas áreas de fronteira agrícola, na procura por alternativas de sobrevivência. Decorre daí o grande povoamento experimentado pela região após os anos 1930.

O médio norte goiano que, até a década de 1950, conservara a prática de uma agricultura, predominantemente, extensiva, fora atingido, a partir de então, pela expansão das "frentes pioneiras", que traziam como principal característica a subordinação da agricultura ao capital. Segundo a historiadora, nessa época, a ocupação das terras em muitas regiões goianas, inclusive nas áreas rurais onde se deu a revolta, ficou marcada pelo fenômeno da "modernização da grande propriedade" (CARNEIRO, 1982, p. 61). Caracterizada pela inserção de tecnologia na agricultura, pela participação do Estado via subsídios e pela constituição de empresas rurais (até multinacionais), essa modernização carregava em seu bojo um:

> novo padrão de acumulação da economia nacional, compreendido no período de 1950 a 1967, que se caracterizou pela crescente monopolização da produção tanto através do Estado, como pelas empresas multinacionais, determinou o início da modernização tecnológica da agricultura. O processo de industrialização da agricultura, marcado pela crescente utilização de máquinas, implementos e insumos de origem industrial, se expande e se aprofunda notadamente após 1967. Este processo teve por base a grande propriedade e foi denominado de modernização conservadora, uma vez que o acesso à propriedade da terra continuou vedado à maioria da população. A modernização tecnológica da grande propriedade tem sido efetivada com o concurso do Estado, via crédito agrícola subsidiado e assistência técnica (CARNEIRO, 1982, p. 61)

Sendo assim, essa "modernização da grande propriedade" contribuiu para o processo de concentração fundiária na região que, associada ao recrudescimento dos movimentos reivindicatórios no campo (formação de "ligas camponesas", de associações e/ou sindicatos de trabalhadores rurais ou pela intervenção de partidos políticos), concorreram para o acirramento das tensões sociais no campo, em diferentes regiões goianas, como foi da o caso da luta pela posse da terra em Formoso e Trombas.

Outra pesquisadora que avistou experiências de "modernização" em Goiás foi a professora Maria Cristina T. Machado. Ainda que tenha operado, de modo nuclear, com o conceito de carisma de Max Weber para analisar a ascendência política granjeada por Pedro Ludovico Teixeira e as mudanças realizadas por ele em Goiás a partir da Revolução de 1930, a ponto de se transformar, ulteriormente, em um mito político goiano, Machado (1987) recorreu a expedientes

analíticos do materialismo histórico para interpretar o processo de "modernização" experimentado em Goiás durante os anos 1930.

Asseverou a autora que os "homens de 30", os "aliancistas" como eram conhecidos, cujo maior ícone fora o médico Pedro Ludovico, defenderam a modernização do estado, "colocando-se contra a oligarquia dominante, obstáculo à consolidação da incorporação do Estado ao mercado capitalista nacional" (MACHADO, 1987, p. 55). Formadores de uma dissidência oligárquica composta também por elementos de uma incipiente classe média (médicos, advogados, intelectuais e comerciantes), esses "homens de 30" representavam os "ideais progressistas/modernizadores" (MACHADO, 1987, p. 55) que se traduziam no anseio por superar a situação periférica e de atraso em que Goiás se encontrava. Para a pesquisadora, a necessidade de dinamizar a economia goiana requisitava a negação da ordem oligárquico-familiocrática estabelecida, pois esta se constituía num entrave ao desenvolvimento capitalista em Goiás: "a ação capitalista racional, por excelência, não se coaduna com uma estrutura social marcada pela tradição e pelos privilégios estamentais" (MACHADO, 1987, p. 43). Explicou ainda que esse grupo político, propugnador desses ideais modernizadores, provinha da região meridional goiana, justamente as áreas mais receptivas ao avanço da economia de mercado e que experimentara maior evolução das forças produtivas. Decorre desse processo, o desenvolvimento do que ela chamou de "mentalidade progressista/modernizadora, onde progredir significaria modernizar-se" (MACHADO, 1987, p. 88). Ademais, essa

> mentalidade progressista/modernizadora significaria, ainda, em última instância, mentalidade capitalista e decorreria da necessidade regional em consolidar o processo de incorporação do Estado à economia de mercado. O desenvolvimento de uma mentalidade progressista/modernizadora no sul, articulado a uma elite que ali se formou, configurou a região como área pioneira, no Estado, no avanço das fronteiras do capitalismo nacional (MACHADO, 1987, p. 88)

No entanto, para que esses ideais se concretizassem, era preciso que esse grupo sulista ascendesse ao poder. Sobre essa questão, Machado seguiu a tese de Ana Lúcia da Silva consistente na premissa de que na medida em que o poder econômico desse grupo recrudesceu, ele começou a reivindicar poder político. Essa incompatibilidade entre poder econômico e poder político ensejara a formação de uma dissidência oligárquica que se opunha à hegemonia política dos grupos da capital goiana. Para Machado, esse antagonismo significava, na realidade, a existência de dois ideais e propostas totalmente díspares para os destinos goianos:

> [...] de um lado, estavam as forças que representavam a modernização, o progresso, a economia de mercado, a eficiência das atividades produtivas. Do outro, estava as forças que representavam a tradição, a perpetuação dos privilégios, a economia do excedente, a baixa rentabilidades das atividades produtivas (MACHADO, 1987, p. 89)

Com a vitória na Revolução de 30, Pedro Ludovico, por meio de seus atributos carismáticos, elevara-se como grande líder e representante desses ideais modernizadores. Nesse contexto, a construção de Goiânia, idealizada por ele, aparecera também como outra manifestação dessa "mentalidade progressista/modernizadora". Nesta análise da autora, a ação do carisma, a que Pedro Ludovico portava, possibilitou a modernização do estado na medida em que dinamizou a economia regional, realizou reformas na administração, buscou medidas de racionalização da gestão pública, promoveu o desenvolvimento urbano e dos meios de comunicação e, mais importante ainda, alterou valores e hábitos tidos como arcaicos.

> Nascido de circunstâncias históricas e pessoais, o carisma cresce e se solidifica pela implantação de uma política governamental orientada pelo governo federal e exigida pela conjuntura estadual. A ação do carisma na História não se notabilizou por transformações estruturais, incompatíveis com o discurso de que foi portador, mas pela difusão de uma nova mentalidade, novos valores, nos padrões de comportamento inerentes ao processo de modernização. Através da implantação desta mentalidade, Goiás se insere na economia de mercado e aparece realizando experiências pioneiras como a do Idort e a construção da nova capital. Através desses fatores o Estado sai do *atraso* e se *moderniza* (MACHADO, 1987, p. 192)

Já o historiador Josélio Luz (1988), diferentemente de Maria C. Machado, assumiu uma interpretação vincada no materialismo histórico, mas recorreu a um significado de "modernização" que mais se aproxima da acepção trazida por Max Weber, embora não tenha feito alusão a esse cientista da cultura. O objeto de investigação de Luz foi aquilo que denominou como "a primeira experiência de planejamento estatal em Goiás", ocorrida durante o governo de Mauro Borges Teixeira entre os anos de 1961 e 1964. Segundo o pesquisador, esse planejamento idealizado pelo governador era composto por duas medidas centrais: a Reforma Administrativa e o Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás. Tratando a Reforma Administrativa implantada por Mauro Borges como uma verdadeira "modernização na política administrativa" do estado, Luz salientou que tal medida visava racionalizar e sistematizar a condução da gestão pública goiana. No entanto, o significado maior dessa Reforma, em seu ponto de vista, era o de viabilizar a execução do Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás, fundamental para a via

desenvolvimentista aderida por Mauro Borges: "o governador optou por modernizar primeiro a estrutura administrativa e, desta forma, dispor de meios para coordenar a modernização sócio-econômica, colocando o Estado à frente dos dois processos, como seu principal mentor" (LUZ, 1988, p. 180). Essa modernização da gestão pública teria sido marcada pela tentativa do governador de abolir algumas práticas tradicionais que impregnavam a administração (como o empreguismo, o clientelismo, a burla fiscal, dentre outras), obedecendo a critérios mais técnicos e racionais na condução dos assuntos públicos do estado:

> Organização, eficiência, austeridade, racionalização, competência, produtividade – estas as palavras-chave da organização administrativa proposta por Mauro Borges. Para que o Estado pudesse continuar a comandar a visão sócio-econômica, tornava-se necessário que fosse capaz de operar em termos técnicos eficientes (LUZ, 1982, p. 179).

Para o historiador, a prática de planejamento econômico e a ampla reformulação promovida nos órgãos administrativos do estado, além de significar essa "modernização" da gestão pública estadual, representaram uma verdadeira "revolução administrativa" em Goiás, tendo em vista que muitos governos estaduais seguintes mantiveram, em grande parte, as diretrizes dessa política, bem como a maioria dos órgãos públicos criados sob a égide desse planejamento proposto por Mauro Borges:

> Neste sentido – que é o primordial para o enfoque dado ao nosso trabalho – a Reforma Administrativa empreendida pelo governo Mauro Borges foi bem sucedida: aparelhou o Estado para estar no comando da via capitalista de desenvolvimento. E isto explica o fato de que, apesar de todas as diferenças políticas e ideológicas que separaram Mauro Borges dos governos que o seguiram, instalados após o golpe de 1964, estes preservaram os organismos e a filosofia implantados no início da década de 1960 (LUZ, 1988, p. 180).

Dedicando-se a um tema muito próximo ao de Josélio Luz, mas voltando seu olhar para as questões agrárias que envolviam o governo de Mauro Borges (1961-1964), Marisis Oliveira (1988) compartilhou da assertiva de seu colega de que esse governador implementou uma "modernização administrativa" em Goiás. Buscando maior racionalização da administração pública, Mauro Borges, segundo a autora, procurou desvencilhar-se de práticas tradicionais arraigadas máquina governamental; como a concessão de cargos por critérios político-partidários,

o empreguismo, o apadrinhamento, o favoritismo; na tentativa de imprimir uma gestão baseada em critérios de competência, eficiência e racionalidade[222]:

> A política de modernização do Estado posta em prática pelo governo Mauro Borges, procurou além do reaparelhamento administrativo da burocracia estatal, melhorando suas condições de atendimento ao público não só em termos de qualidade, mas de funcionários com pessoas capacitadas, competentes, lançando mão para tanto, de nomeações através de concursos públicos, e propiciando o aperfeiçoamento daquelas que já integravam o quadro, mas não possuíam qualificação à altura [...] (OLIVEIRA, 1988, p. 155).

Analisando os discursos oficiais do governo, a autora afirmou que na medida em que o Estado colocava-se como principal maestro desse processo, tencionava intervir, direcionar e controlar todos os setores da administração pública e, assim, conduzir as diretrizes trazidas pelo Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás. Nesse afã nacional-desenvolvimentista, a política agrária idealizada por Mauro Borges teria se assentado "num pacto social, politicamente sustentado pelo populismo e economicamente fundamentado, de um lado, na modernização e na capitalização da agropecuária e, de outro lado, no reforço à pequena produção" (OLIVEIRA, 1988, p. 181). Deste modo, investindo-se do papel de mediador das questões agrárias, o Estado intentava aumentar a produtividade agrícola e, ao mesmo tempo, aliviar as tensões sociais no campo, buscando incorporar ao circuito do mercado parcelas cada vez maiores da população rural.

Apesar de reconhecer a importância histórica da política de planejamento estatal idealizada por Mauro Borges, considerando-a como uma iniciativa pioneira em Goiás, a autora reafirmou que esse governo deve ser compreendido como parte de uma tendência nacional marcada pela ideologia nacional-desenvolvimentista:

> Embora o governo Mauro Borges tenha sido um marco para a história de Goiás, deve ser visto e entendido como parte de uma tendência nacional. A sua atuação, e que teve por base um Plano de Governo fez parte, como se viu no Capítulo I, deste trabalho, de uma política, que já vinha sendo posta em prática desde os anos 50 (Segundo Governo Vargas e o Governo Juscelino Kubitschek com seu Plano de Metas – cujas diretrizes estiveram bastante influenciadas pelas traçadas pelo Grupo Misto BNDES-CEPAL), fortemente influenciado pelo projeto nacional-desenvolvimentista fundado nos pressuposto da CEPAL e do ISEB (OLIVEIRA, 1988, p. 172-173).

Continuando esse tráfego pelas veredas teórico-conceituais abertas pela produção historiográfica regional dos anos 1980, deparamo-nos com outra via analítica acessada pelos

[222] Diferentemente de Josélio Luz, a pesquisadora Marisis Oliveira não omitiu a avalanche oposicionista enfrentada por Mauro Borges em razão do modelo administrativo implantado por ele em Goiás.

pesquisadores nessa época e que também se mostrou interligada, na maioria dos casos, ao recurso às matrizes teóricas marxistas. Trata-se do conceito de *ideologia*. Enquanto no decênio anterior, vimos que os conceitos de *estrutura* e *conjuntura*, ao lado da noção de *mentalidade,* até pelo pendor à historiografia francesa dos *Annales*, encontravam-se espraiados no interior de muitas pesquisas; no quadrante histórico em pauta, foi a vez de o conceito de *ideologia* ser assaz requisitado pelos historiadores. Todavia, isso não significou o abandono da noção de *mentalidade*.

Michel Vovelle (1991), em *Ideologias e Mentalidades*, já havia chamado a atenção para o fato de que, embora esses conceitos sejam provenientes de tradições teóricas distintas, indiscutivelmente, apresentam "uma área real de superposição". No entanto, advertiu, "ideologia e mentalidade não são uma única e mesma coisa" (VOVELLE, 1991, p. 10-11). Para o francês, que teve uma formação inicial marxista e, posteriormente, elaborou trabalhos relacionados à chamada história das mentalidades, o conceito de *mentalidade* é mais amplo, em certo sentido, do que o de *ideologia*. *Mentalidade* acaba nos reportando à concepção usual sobre a "inércia das estruturas mentais" (VOVELLE, 1991, p. 20), evocando a ideia de que o mental, guia dos comportamentos coletivos, só lentamente se modifica na longa duração. É como diria Le Goff (1976, p. 72), "mentalidade é aquilo que muda mais lentamente. História das mentalidades, história da lentidão na história". *Ideologia*, por sua vez, nos remete a algum sistema de valores relacionados a determinados interesses, os quais, frequentemente, estão conectados a busca por poder, controle ou afirmação socioeconômica. A despeito dessas acepções correntes, o que percebemos na produção historiográfica regional desse período foi que o conceito de *ideologia*, embora muito requerido pelos pesquisadores, tivera sua utilização, muitas vezes, acompanhada da noção de *mentalidade*, chegando, em alguns textos, a ter suas especificidades diluídas em uma única significação. Vejamos, então, as pesquisas que procuraram no conceito de *ideologia* um instrumental operatório para suas investigações historiográficas.

A dissertação de Lúcia Helena R. Afonso (1982) foi uma das poucas que trouxe, de forma explícita, àquela acepção de *ideologia* que se tornou muito corrente entre os marxistas, ou seja, àquela que acentua o caráter escamoteador, falseador da realidade, que a(s) ideologia(s) abriga(m). O objetivo principal de seu trabalho, segundo a mesma, foi o de analisar o "caráter ideológico das posições e proposições do Partido Comunista do Brasil" (AFONSO, 1982, p. 08), em seu período de legalidade (1945-1947), especialmente no tocante as propostas voltadas para o Brasil Central (leia-se, na prática, para o estado de Goiás). Para autora, sua análise concentrou-se em esclarecer

"um dos momentos em que a orientação do partido revelou-se bastante equivocada" (AFONSO, 1982, p. 18). E foram esses equívocos que, na percepção da pesquisadora, denotam o "caráter ideológico das propostas do partido", tendo em vista que a prática política realizada pelo PC do Brasil, nessa fase, não estivera orientada por um projeto de conteúdo marxista-leninista, para ela, a verdadeira orientação de um partido revolucionário.

Afonso salientou que os partidos comunistas e os movimentos revolucionários da América Latina foram bastante influenciados pela orientação emanada do "revisionismo contemporâneo". Tal proposta consistia numa ampla cooperação e conciliação entre as classes nacionais em prol do desenvolvimento capitalista antes da etapa socialista. Nesse sentido, a especialista explicou que, no interior do PC do Brasil, preponderou uma interpretação dualista que enxergara a existência, no país, de uma estrutura econômico-social arcaica, atrasada, do tipo feudal, dominada por grupos conservadores e tradicionais, que se constituíam em verdadeiros entraves ao desenvolvimento de um "capitalismo nacional e progressista". A concepção dominante no partido, então, foi a de que os comunistas deveriam sacrificar suas concepções e interesses em função da união entre as classes para a realização da revolução burguesa no Brasil. A defesa dessa etapa capitalista, necessária para se criar as condições objetivas para a revolução socialista, só seria possível, segundo alguns líderes do partido (especialmente Luiz Carlos Prestes), se houvesse uma união nacional marcada pela colaboração das diferentes classes sociais. Mas para o desenvolvimento do capitalismo nacional era preciso romper com o monopólio da terra, realizar uma reforma agrária e modernizar a agricultura do país para, assim, aumentar a produção de alimentos e, consequentemente, contribuir para a formação de um sólido um mercado interno, condição necessária para o desenvolvimento da indústria nacional.

Imprimindo ao texto suas colorações políticas, a autora discordou dessa posição dominante no partido que se aliou à tendência revisionista e que se distanciara, em seu ponto de vista, das propostas do marxismo-leninismo. Segundo ela, o PC do Brasil adotou um dogma dos "oportunistas da corrente "revisionista" burguesa que orientou a II Internacional, que afirmava que o proletariado não pode nem deve tomar o poder político em um país onde o capitalista não esteja suficientemente desenvolvido e o proletariado não constitua maioria dentro do país" (AFONSO, 1982, p. 49). Afonso reiterou que a maioria dos militantes do PC, na realidade, não compreendia a relação entre Revolução Democrática e Revolução Socialista, por isso atribuiu à frágil formação

teórica de seus membros a proliferação desses "equívocos interpretativos", produzidos em razão do desconhecimento da teoria revolucionária elaborada pelo marxismo-leninismo.

A autora arrematou seus argumentos afirmando que esse conteúdo ideológico presente nas propostas do PC do Brasil; quais sejam, a ideia de que o imperialismo atingiria uma nova etapa, a renúncia às próprias convicções em função de uma pretensa União Nacional, a necessidade do desenvolvimento capitalista e a defesa da propriedade privada; revelou a adoção de uma postura equivocada por parte do partido em seu período de legalidade (1945-1947), principalmente porque exprimiu uma posição conciliadora de diferentes interesses, marcada por uma tendência burguesa e escamoteadora da luta de classes.

Já a tese de Ana Lúcia da Silva (1983) foi um dos trabalhos em que é possível notar que, mesmo operando com instrumentais teóricos marxistas, em determinadas passagens, os vocábulos *ideologia* e *mentalidade* figuram no texto sem grandes distinções em termos conceituais. Na seção intitulada "Ideologia do Governo Revolucionário", Silva afirmara que, antes da Revolução de 30, o ideário de luta dos grupos oligárquicos dissidentes no estado baseava-se numa crítica à estrutura jurídico-política que sustentava o poder oligárquico dos grupos dominantes em Goiás, principalmente da família Caiado. Vitoriosas no movimento de 30, as "dissidências goianas querem provar que a derrota da oligarquia caiadista é também o fim da mentalidade e da atuação política sob a forma oligárquica" (SILVA, 2005, p. 123-124). Logo, na percepção desses grupos vitoriosos, o movimento de 30 se converteu num verdadeiro divisor de águas na política brasileira e goiana, significando o rompimento entre a Velha e a Nova República que se instalara.

Endereçando um tom crítico, algumas vezes irônico, em relação a esse conteúdo (à princípio, *ideológico*) de ruptura impregnado no discurso dos vencedores, Ana Lúcia da Silva buscou descortinar, nesse capítulo em questão, as impropriedades contidas entre o discurso e a prática desse projeto político triunfante. No trecho abaixo, por exemplo, veremos que *mentalidade* pressupôs tão somente as formas de pensar ou o conteúdo das ideias de um dado grupo social e ainda perdeu um dos seus contornos mais característicos que é a longa duração. Além disso, quando a autora caracterizou as mudanças e continuidades manifestadas no plano das ideias políticas trazidas pela Revolução de 30, o que se encontrava na dimensão *ideológica* ou na esfera da *mentalidade* foi apresentada sem grandes diferenciações:

> "Fazer justiça", ou seja, superar a mentalidade política reacionária, supôs uma revolução – a Revolução de 30 – que, no plano ideológico, gerou uma nova mentalidade "forjada

> nos ideais da Aliança Liberal". Na segunda etapa – Nova República – predomina a nova mentalidade e prevalece os bons brasileiros que cooperam com os grandes chefes revolucionários na obra de reconstrução da economia, da ordem financeira e social do país. O que significa esta obra de reconstrução da pátria, na perspectiva dos governantes pós-30 em Goiás? Significa, principalmente, rompimento com a mentalidade e com o tipo de política que caracterizaram a Velha República, mentalidade e política estas que deturparam os princípios republicanos (SILVA, 2005, p. 124).

Debruçando-se sobre o famoso relatório encaminhado por Pedro Ludovico a Vargas, em 1933, Silva destacou o propósito do Interventor goiano em defender a proposição de que, desde 30, inaugurou-se "uma nova mentalidade e uma nova forma de agir em Goiás" (SILVA, 2005, p. 125). A preocupação do Interventor era, segundo a historiadora, a de demarcar as diferenças na forma como os antigos governantes (os Caiado e a Velha República) conduziam o estado e o modo como passou a administrar governo goiano: "O relatório quer provar que a Revolução de 30 realizou uma verdadeira ruptura na vida política de Goiás e que, após 30, instituiu-se no estado uma nova República" (SILVA, 2005, p. 125). No excerto abaixo, notaremos o anseio da historiadora em acentuar o conteúdo ideológico inscrito no relatório de Ludovico:

> O contraste entre a Velha República e a Nova República percorre todo o relatório. **Ideologicamente**[223], quer se demonstrar que o governo revolucionário está acima das classes e procura atender aos interesses de todas, seja no setor educacional, no administrativo, no jurídico, no de transporte , no de energia, etc. [...] A preocupação fundamental do governo era mostrar que o movimento de 30 pusera fim à mentalidade e às características oligárquicas do estado em Goiás. O Estado não estava mais em função de alguns, mas se colocava a serviço de todos (SILVA, 2005, p. 126 e 127).

Não obstante, para ela, que enxergou a Revolução de 1930 em Goiás como uma alternância de oligarquias no poder, a ruptura tão propalada por Pedro Ludovico em seu Relatório só se deu no plano do discurso, pois, na prática, os interesses oligárquicos continuaram dominando, tendo em vista não existir, em Goiás, "outras forças sociais com as quais as oligarquias tivessem de repartir o poder após 1930" (SILVA, 2005, p. 135). Nesse aspecto, Silva se manteve mais próxima à significação de *ideologia* que se tornou corrente entre autores de sua orientação teórica, qual seja, a de que a *ideologia* busca cristalizar como "verdadeiras" ideias que, na realidade, carregam pretensões de dominação.

Nasr Chaul (1985), outro historiador que construiu uma análise ancorada no materialismo histórico, recorreu, por sua vez, ao conceito de *ideologia do progresso* para representar o ideário político-econômico que revestiu o projeto de construção de uma nova capital para Goiás durante

[223] Grifo nosso.

os anos 1930. Símbolo maior da ruptura que Pedro Ludovico tanto queria que fosse vista como peculiar ao estado pós-30, Goiânia significaria o coroamento de um projeto político que se apresentou como responsável por Goiás "[...] sair do marasmo político-econômico, além de representar o "novo tempo" que se estruturava nos horizontes nacionais. [...] Uma nova capital seria, sobretudo, a imagem do progresso" (CHAUL, 1985, p. 70).

Seguindo a trilha interpretativa de sua orientadora, Ana Lúcia da Silva, consistente na assertiva de que Goiânia foi uma capital para o Sul e Sudoeste do estado, Chaul também procurou extrair o conteúdo ideológico, ou seja, as pretensões de poder que se encontravam subjacentes ao empreendimento de mudança da capital goiana:

> Podemos, através do que foi dito, observar que, por trás da ideologia do progresso, estavam aspirações de uma oligarquia com alguns ideais burgueses repassados pelas classes médias. Por isso, Goiânia seria um símbolo de unificação das oligarquias dissidentes, utilizada, até mesmo, como plataforma política em eleições futuras. Era um símbolo de unificação das oligarquias do Sul e Sudoeste, cooptadas para e pelo exercício do poder. Torna-se, assim, oportuna a afirmação de que antes de seu uma capital para Goiás, Goiânia seria uma capital para o Sul o Sudoeste (CHAUL, 1985, p. 71)

Por conseguinte, a construção de Goiânia, naquele contexto, não teria somente um significado regional, tornar-se-ia em emblema da política de expansão nacional preconizada por Vargas, a Marcha para o Oeste, e que se encontrava, igualmente, permeada por esse teor ideológico: "O "progresso" – manto que cobria a velha Goiás e servia de alicerce para Goiânia – era a mola mestra da ideologia de então. Goiânia, significando o progresso geral, seria também o coroamento dos ideais de expansão do governo Vargas, através da Marcha para o Oeste" (CHAUL, 1985, p. 72).

Já o historiador Luis Palacin (1986), embora não tenha construído uma análise apoiada no materialismo histórico, foi buscar em um autor marxista, Lucien Goldmann, a referência para se entender a significação de *ideologia* com a qual pretendia trabalhar. Notaremos que nessa obra, *Quatro Tempos de Ideologia em Goiás*, assim como aconteceu em textos de outros pesquisadores, foi estabelecida uma estreita aproximação entre os conceitos de *ideologia* e *mentalidade*: "Ideologia é entendida aqui no seu sentido mais amplo: a mentalidade dominante numa época, no conjunto da sociedade, ou pelo menos entre um grupo ou classe social. Coincide assim com o que Goldmann intitulou de visão de mundo" (PALACIN, 1986, 07).

Analisando a relação dinâmica entre ideias e realidade humana, entre os tempos ideológicos e seus momentos específicos na história goiana, o autor delimitou quatro tempos em que determinadas ideologias dominaram a realidade social em Goiás. O primeiro deles, os "tempos heróicos", correspondeu ao momento de descobrimento das minas em Goiás até as duas primeiras décadas de instalação da sociedade mineradora. Representou uma "mentalidade coletiva" de características épicas, relacionadas à largueza do cenário geográfico, à magnitude da empresa desbravadora, à riqueza fácil e quase mítica, às lutas pela posse do território e ao clima de violência e liberdade. Esse clima épico fora interrompido pela decadência aurífera em Goiás.

No segundo, o tempo da "ideologia da administração colonial", o clima de exaltação coletiva do momento épico foi arrefecido pela relativa sedentarização das populações, por um estado de tensão pela baixa produtividade das minas e pela pressão dos impostos. Segundo Palacin, desde esse momento até o fim do período colonial abriu-se um vácuo marcado pela ""ausência de um verdadeiro povo", preenchido unicamente pela máquina administrativa: é o período ideológico em que se impõe a mentalidade da administração colonial" (PALACIN, 1986, p. 11).

O terceiro tempo, o "da ideologia liberal", corresponderia a uma mudança brusca na ordem política, produzida pela independência, e mais tarde, com maior profundidade, pela ruptura da abdicação e da regência. Nesse período, conforme o autor, houve o afloramento do liberalismo em todo Brasil e, em Goiás, a emergência da ideologia liberal se deu em meio à ausência de uma burguesia e diante de uma sociedade escravocrata. Para ele, essa aparente contradição entre "estrutura social escravista e mentalidade liberal é o que torna tão interessante o surgimento de uma forma mental tão oposta às condições reais da vida" (PALACIN, 1986, p. 11).

Por último, na "ideologia da Revolução de 30", Palacin buscou examinar a "revolução de trinta em Goiás vista por si mesma", ou seja, explorar as imagens "que a própria Revolução nos ofereceu de si mesma" (PALACIN, 1986, p. 81). Dedicando à análise do Relatório de Pedro Ludovico a Vargas, de 1933, o historiador realçou que tal documento apresenta uma característica peculiar à "Ideologia das Revoluções": o rompimento brusco com o passado e o prenúncio de um presente e futuro de prosperidade sem precedentes. Os agravos do antes são contrapostos às mudanças trazidas pela Revolução: "Neste aspecto, o Relatório se mostra incrivelmente cândido, de uma candura que se confunde com a simplicidade. E por isso não lhe custa ser generoso em promessas" (PALACIN, 1986, p. 87). Assim como Ana Lúcia da Silva, Palacin criticou o discurso

de mudança que inundou o Relatório de Pedro Ludovico e tratou a revolução como não revolucionária em Goiás, na medida em que avistou uma abissal incongruência entre discurso e prática no que diz respeito a ruptura que os vitoriosos alardearam ter promovido no estado.

Maria Cristina T. Machado (1987) foi outra pesquisadora que lançou mão do conceito de *ideologia* para delinear os ideais político-econômicos que ancoraram o projeto da dissidência oligárquica constituída em Goiás em fins dos anos 1920, chamada por ela de "elite progressista/modernizadora", grupo que acabou ascendendo ao poder goiano em 1930. No tópico intitulado "A Ideologia Revolucionária", Machado desenhou os contornos do ideário político formulado por essa elite progressista/modernizadora e que consistia, basicamente, na crítica ao uso pessoal do patrimônio público, à corrupção reinante, às violências policiais, às fraudes eleitorais, à familiocracia e à inoperância administrativa dos governantes goianos. Encetando tal capítulo, a autora fez questão de assumir a significação que emprestara à *ideologia* e sua relação com a historiografia nacional que estudou a Revolução de 30:

> A palavra *ideologia* é aqui usada no sentido marxista do termo que a vê como idéias socialmente vinculadas a um contexto social de ação. Como se verá no texto que se segue, a ideologia de 30 não foi revolucionária no sentido sociológico do termo, que vê revolução como uma transformação radical, estrutural. A historiografia brasileira, porém, já institucionalizou a expressão revolução de 30 para se referir ao movimento outubrista. Assim falo em ideologia revolucionária e revolucionários de 30, repetindo uma tendência da historiografia brasileira (MACHADO, 1987, p. 205)

Na perspectiva de Machado, ao passo que galgaram ao poder, "os homens de 30", orientados pela "ideologia revolucionária", lançaram-se à tarefa de organizar o estado e de empreender seu projeto político, todavia, "[...] é aqui, na aplicação de seu discurso, nos hiatos que se estabeleceram entre a teoria e a práxis, que o próprio discurso se transforma, legitimando a nova ordem que se estabelece" (MACHADO, 1987, p. 147). Diferentemente de Ana Lúcia da Silva (1983) que encarou a Revolução em Goiás como uma alternância de oligarquias no poder e que localizou a ruptura propagandeada somente no terreno do discurso ludoviquista, Machado atribuiu aos "homens de 30", mormente a Pedro Ludovico, a ocorrência de mudanças significativas na gestão política e econômica do estado. Uma vez instalados no poder, o que era "ideologia revolucionária" foi se convertendo em "ideologia do progresso". No trecho abaixo, perceberemos que, mais uma vez, *ideologia* e *mentalidade* apareceram na escrita historiográfica sem maiores distinções:

> No período focalizado neste trabalho, entretanto, a idéia de progresso tornou-se a matriz da ideologia dominante. Os homens de 30, homens de formação intelectual do século XIX, viram, na difusão da idéia de progresso, a possibilidade de viabilizar as propostas de transformação inseridas na plataforma da Aliança Liberal. A superação da ordem oligárquica se impõe pela implantação e difusão da mentalidade progressista, capaz de gerar o desenvolvimento nacional e estadual. Em Goiás, o progresso, ou seja, o lento e gradual desenvolvimento do Estado, se daria através da superação do atraso que, segundo o discurso da época, seria possível pela incrementação de novos meios de comunicação, possibilitando a integração do Estado aos centros desenvolvidos do país, pelo desenvolvimento das potencialidades do Estado e ainda pela *superação da mentalidade retrógrada que barrava o caminho do Estado em direção a seu destino*. [...] Essa ideologia progressista promoveu, na sua aplicação, o fenômeno que, sociologicamente, conceituou-se modernização. Daí porque, refiro-me ao segmento da classe dominante que promoveu este processo, como *elite progressista/modernizadora* (MACHADO, 1987, p. 149 e 150)

Portanto, na concepção da autora, o período pós-revolucionário em Goiás ficou marcado pela difusão da "ideologia do progresso", uma vez que os homens que se hospedaram no poder, especialmente seu "líder carismático" (Pedro Ludovico), promoveram não só um novo direcionamento administrativo ao estado, como também a dinamização da economia de mercado, a diversificação das atividades produtivas, o desenvolvimento urbano, enfim, "modernizaram" Goiás, "retirando-o do atraso" em que, historicamente, se encontrava. No entanto, embora tenha se valido, conforme vimos, de uma definição marxista de *ideologia*, em Machado, o caráter falseador da realidade e as aspirações de dominação tão impregnadas no sentido marxista do termo acabaram sendo obnubilados pelos atributos carismáticos que a autora enxergou na ação política de Pedro Ludovico.

Consoante ao que foi colocado à mostra nesta seção, é possível perceber que, auxiliados, em grande medida, por essas lentes teóricas marxistas que dominaram a cena historiográfica nesse decênio, muitos desses estudiosos ajustaram suas retinas para diferentes fenômenos de "modernização" e para algumas "ideologias" que se manifestaram na história regional. É plausível inferir, ainda, que a maior parte das experiências de "modernização" localizadas por esses pesquisadores ocorreram no século XX e estiveram vinculadas, em geral, às diferentes alterações que se deram na estrutura agrária de Goiás. Considerando esses traços marcadamente agrários da formação histórica goiana, avistar fenômenos de "modernização" significou, naquele contexto historiográfico, pontuar acontecimentos ou momentos em que foram produzidos impactos nessa estrutura socioeconômica e política da região, ou seja, pôr à vista fenômenos do passado em que a economia regional fora dinamizada, organizada em bases capitalistas e inserida no circuito da

economia de mercado nacional e internacional. E no território do político, significou, sobretudo, em encontrar instantes pretéritos em que gestão do estado fora conduzida através de princípios de racionalização, manifestando ações que se distanciassem de antigas práticas políticas (personalismo, favoritismo, apadrinhamento) que se perpetuavam na administração pública desde a "República Velha". No tocante à(s) "ideologia(s)", embora tenham sido avistadas em diferentes momentos da história regional e não só a contextos inscritos ao novecentos, tal conceito (muitas vezes entremeado ou até diluído ao de "mentalidade") serviu, especialmente, para designar o ideário político que direcionou o discurso e/ou a prática do grupo triunfante em Goiás a partir da Revolução de 1930. Apesar de acreditarmos que o uso frequente desse conceito tenha sido estimulado pelas referências teóricas marxistas que dominaram a historiografia regional nesse período, pudemos perceber que, em geral, o termo *ideologia* foi utilizado mais para se referir a um conjunto de ideias que orientou um determinado grupo político ou que predominou numa dada época (amalgamando-se ao sentido de *mentalidade*) do que, propriamente, para caracterizar um arranjo de ideias que tenha funcionado como instrumento de dominação das classes, como expressão ideal das relações materiais dominantes numa determinada realidade social.

## 4.4. O esvaecimento historiográfico dos *Annales* e a presença teórica de Max Weber

Esquadrinhando a produção historiográfica regional dos anos 1980, um aspecto, em particular, saltou-nos à vista ao findarmos esse exercício: o esvaecimento historiográfico dos *Annales* que se deu nesse período. Enquanto na década anterior, essa corrente historiográfica perfilava, juntamente com algumas vertentes marxistas, como referência teórica dominante no cenário historiográfico em Goiás, o que vimos, na produção dos oitenta, foi o empalidecer dessa influência francesa nas pesquisas realizadas no estado.

Poderíamos ser contestados sobre essa questão com argumentos em favor do uso recorrente da noção de *mentalidade*, tendo em vista ser a mesma uma herança dos *annalistes*. Entretanto, as repetidas aplicações dessa noção, nos textos desse quadrante histórico, não significaram o aporte a essa vertente teórica francesa como fora no caso do decênio precedente, até porque a utilização desse vocábulo não viera acompanhada de indicações à qualquer bibliografia oriunda dessa tradição. Pelo contrário, encontramos pouquíssimas referências a autores dessa matriz teórica e, mais ainda, deparamo-nos com raríssimas alusões a conceitos ou a perspectivas interpretativas emanadas dessa historiografia. Em nosso ponto de vista, o emprego frequente da noção de *mentalidade* nas pesquisas desse período evidencia o fato de esse termo ter sido incorporado, de modo corrente, ao vocabulário desses pesquisadores sem, necessariamente, estar delineado por uma precisão conceitual.

Exemplos dessas raras alusões a historiografia francesa dos *Annales* encontramos nos trabalhos de Gilka Salles, Leni C. Anzai e Luis Palacin. Salles (1992, p. 13), por exemplo, analisou a economia colonial em Goiás, especialmente na fase mineradora, e reportou a Fernand Braudel para afirmar que seu exame consistia num estudo de longa duração. Leni C. Anzai (1985, p. 04), por sua vez, fez uma breve referência a textos de Philippe Ariès e de Fernand Braudel que, segundo a mesma, auxiliaram-na a refletir sobre a temática do "cotidiano". Luis Palacin já se trata de um caso à parte. Não tendo aderido à orientação teórica do materialismo histórico em suas pesquisas[224], possivelmente, seja um dos únicos historiadores a persistir, durante sua carreira, no propósito de elaborar investigações nos moldes de uma "história total" preconizada pelos pais dos *Annales*, Lucien Febvre e Marc Bloch, e continuada por Braudel. O jesuíta espanhol preferia os

[224] Apenas recorreu a alguns conceitos trabalhados por autores marxistas, como "consciência possível" e "visão de mundo", de Lucien Goldmann, e "ideologia" e "utopia" de Karl Mannheim.

sobrevôos panorâmicos ao mergulho preciso em fenômenos históricos reduzidos. Observando sua produção, é possível perceber que os temas abrangentes, a abordagem de longa duração, o seduzia mais do que a prática do que chamou de "trabalhos monográficos" sobre acontecimentos históricos e períodos abreviados[225]. Sua reticência quanto a esse tipo de abordagem histórica, que passou a ser uma tendência nos cursos de pós-graduação, pôde ser sentida nas entrelinhas de um prefácio que redigira, em fins dos anos 1980, para a versão publicada do trabalho de sua orientanda, Maria Helena de Oliveira Brito, "A Colônia Alemã do Uvá (1924-1954)":

> A este tipo de monografias, que esquiva os grandes temas para penetrar num tema inédito, um pouco à margem da grande história, mas não a história entendida como experiência de vida de uma comunidade humana, pertence a pesquisa de Maria Helena de Oliveira Brito sobre a colonização alemã em Uvá (PALACIN, 1992, p. 08).

Outro indício de que o historiador espanhol continuava a valorizar o legado dos *Annales* está contido na "Apresentação" que escrevera para a publicação de "Memórias Goianas 3" (1986), uma coleção que condensa uma série de Relatórios dos Presidentes de Província de Goiás. Nesse excerto, Palacin acenou para o quão produtivo poderia ser uma abordagem desses documentos a partir da ótica de uma história serial e o quanto tal estudo subsidiaria uma análise fecunda sobre a *estrutura* e a *conjuntura* goiana do oitocentos:

> Não quero encerrar estas palavras de apresentação sem acenar para a mais rica das virtualidades desta publicação de documentos que se inicia com este número: o valor da série. Constituindo estas mensagens uma série ininterrupta ao longo de 55 anos hão de permitir como conjunto, e em cada uma de suas seções integrantes, a constatação de uma continuidade e de uma descontinuidade ou evolução, dito em outras palavras mais técnicas, há de permitir a melhor verificação da estrutura e da conjuntura de Goiás ao longo do século XIX (PALACIN, 1986b, p. 11)

A despeito dessas menções pontuais à historiografia francesa, acreditamos que esse "abandono teórico" dos *Annales*, ocorrido na produção historiográfica regional, provavelmente, tenha sido potencializado pela hegemonia teórica do marxismo na cena historiográfica goiana. Naquela década, acontecera o *boom* de pesquisas sobre temáticas como a sexualidade, as religiosidades, as mentalidades, a feitiçaria, a família, a morte, a criminalidade, enfim, temas[226]

[225] As exceções são: *Subversão e Corrupção: um estudo da administração pombalina em Goiás* e *Coronelismo no Extremo Norte de Goiás: Padre João e as três revoluções em Boa Vista*.

[226] Aqui podemos citar, por exemplo, Laura de Mello e Souza (1986) com "O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial" e Ronaldo Vainfas (1988) com "O Trópico do Pecado", dentre outros trabalhos. No caso da historiografia regional, esses temas só foram absorvidos, conforme veremos, na década de 1990.

ligados a autores de outra geração dos *Annales* (ou a Carlo Ginzburg), cujas abordagens geraram um mal estar em parte considerável dos historiadores marxistas no Brasil. Nesse momento, estabeleceu-se um embate esses e aqueles especialistas influenciados pela chamada *Nouvelle Histoire*. Conflito marcado, especialmente, pela crítica de autores marxistas a abordagem histórica importada dessa ala da historiografia francesa. Ficaram notórias as crítica de Ciro Flamarion Cardoso (1988) que, em "Ensaios Racionalistas", glosou o abandono de uma história total, e de Jacob Gorender (1990) que, em "A Escravidão Reabilitada", condenou a influência da "Nova História" no Brasil. Em suma, consistia em

> Uma crítica que acusava os "novos historiadores" de se renderem a "modismos estrangeiros", de contribuírem, no âmbito nacional, para a pulverização e fragmentação da história, de renunciarem à questão central da luta de classes e do capitalismo em favor de temas irrelevantes e minúsculos que não punham em xeque a ordem mundial dominante (VAINFAS, 2009, p. 229)

Em meio a esse contraste entre a hegemonia teórica marxista e a minguada presença dos *Annales* na produção historiográfica regional dessa década, foi possível notarmos que outro autor clássico passou a ser visitado por alguns desses pesquisadores. Referimo-nos a Max Weber. Mas é preciso ressalvar que, à exceção da pesquisa da professora Maria Cristina T. Machado (1987), a presença teórica de Weber nesses trabalhos foi, extremamente, pontual, dando-se por meio da extração de algum conceito e/ou noção específicos.

Investigando a recepção das obras de Weber no Brasil, Astor Diehl (1999, p. 71) realçou que "até pelo menos a década de 1970, Max Weber foi recebido por meio da obra *Economia e Sociedade*, ficando praticamente desconhecido o núcleo central de sua obra no que diz respeito à crítica da cultura". O Weber recepcionado, num primeiro instante, foi aquele voltado, segundo Diehl, para temáticas como a burocracia, o patrimonialismo, a sociologia da dominação, o tipo-ideal, dentre outras. No caso da historiografia regional que ora estamos lidando, foram, realmente, alguns desses temas, emanados dessas reflexões de Weber, que migraram para determinados trabalhos da década de 1980. Aqui é importante, ainda, acentuar o papel da tradução espanhola de *Economia e Sociedade* pela *Fondo de Cultura Económica*, do México, além dos textos de Weber organizados por Gerth e Mills e publicados pela Zahar Editores como *Ensaios de Sociologia*, que serviram de aporte bibliográfico para que esses pesquisadores tivessem contato as teorias sociológicas de Max Weber.

Maria Luiza A. Rosa (1981), por exemplo, ainda que operasse com categorias do materialismo histórico, preferiu trabalhar com o conceito de "estamento positivamente privilegiado" de Max Weber, do que o de "classe social dominante", procedente do marxismo, por ser ele mais adequado, segundo ela, para representar os grandes proprietários rurais que dominaram o cenário político-econômico goiano no início do século XX. A autora ressaltou que se apropriou apenas desse conceito, e não da teoria de Weber em sua completude, tendo em vista que se constituiria em um contrassenso pelo fato de fundamentar sua análise em instrumentais teóricos marxistas. Ambiguamente, Rosa coadunou com a antiga perspectiva que estabelece a teoria weberiana como antagônica à marxista, mas, ao mesmo tempo, afirmou que essa definição extraída de Weber iria enriquecer seu trabalho e não se contrapor aos aparatos marxistas utilizados em seu estudo:

> Não se pretende adotar neste trabalho toda a teoria de Weber, pois seus fundamentos e classificações contradizem conceitos marxistas utilizados, os quais, ao nosso ver, são mais apropriados como instrumental de análise para nosso objeto de estudo. O que se pretende é trabalhar com o conceito weberiano de "estamento positivamente privilegiado", aplicando-o aos grandes proprietários rurais goianos da época, e abandonando outros conceitos do autor, como, por exemplo, o de "estamento negativamente privilegiado". Os conceitos weberianos que utilizamos não se chocam com as outras conceituações usadas ao longo do trabalho; pelo contrário, as completam e enriquecem. E ficam como proposta para pensar a sociedade de Goiás no início do século a partir de novos ângulos de análise (ROSA, 1981, p. 08)

Na compreensão da pesquisadora, os grandes proprietários de terras em Goiás "apresentavam todas as características do estamento positivamente privilegiado de Weber destacando-se do restante da sociedade nos vários aspectos da vida: na habitação, dieta, grau e forma de instrução, vestuário, costumes, etc." (ROSA, 1981, p. 40). Continuando essa mixórdia teórica, Rosa assinalou que "não se pretende adotar aqui a teoria estamental de Weber, pois seus fundamentos e classificações contradizem conceitos marxistas utilizados até aqui, os quais, ao nosso ver, são mais apropriados como instrumental de análise para nosso objeto de estudo" (ROSA, 1981, p. 35). Mesmo afirmando que não adotaria a teoria dos estamentos weberiana, numa passagem seguinte, porém, assegurou que Goiás abrigava as particularidades de uma sociedade estamental: "Finalizando, dentro deste quadro, procurou-se demonstrar que as características da sociedade goiana se identificam com as das sociedades estamentais" (ROSA, 1981, p. 42).

A historiadora Gilka Salles foi outra que resgatou conceitos/noções pontuais de Max Weber visando enriquecer sua análise sobre a economia colonial em Goiás. Salles, primeiramente, adotou o conceito de "empresa" de Weber, adequando-o ao empreendimento da mineração em Goiás, argumentando que a exploração do ouro não se deu somente através de iniciativas individuais, mas também por meio de grupos contínuos ou ocasionais:

> Para Weber, uma empresa é uma unidade econômica lucrativa que se orienta pelas possibilidades de mercado, a fim de obter lucros por intercâmbio. Comporta uma associação criada de comum acordo e orientada por um chefe. Embora as associações empresariais auríferas da Capitania goiana fossem elementares face à complexidade das empresas atuais, por exemplo, crê-se que a conceituação weberiana, guardadas as proporções, possa a ser aplicada a elas. A montagem de uma empresa requeria, em princípio, a posse de todos os bens materiais de produção: escravos, terras e instrumentos de trabalho. Os primeiros representavam um capital fixo e seu montante permitia, por lei, a reivindicação de maior número de braças auríferas (SALLES, 1992, p. 70)

Posteriormente, a autora fez uso da noção de "fatores irracionais da escravidão" para representar as vicissitudes experimentadas pelas relações sociais de produção em Goiás em decorrência da decrepitude da atividade mineradora na região:

> Somente com o esgotamento das minas de Anicuns, a partir de 1812, passou o ouro a ser uma atividade secundária de faiscagem, compelindo o homem ao amanho das terras e à criação de gado. As relações de produção escravistas acompanham *pari passu* o nível das forças produtivas. Weber dá a esse conjunto a designação de "fatores irracionais da escravidão", em razão da ausência de um planejamento econômico nos termos dos processos racionais de moderno capitalismo (SALLES, 1992, p. 261)

Já na dissertação de Maria Cristina T. Machado, *Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma história*, é perceptível um maior domínio sobre o aparato teórico de Max Weber, até pelo fato de a autora ter formação em Ciências Sociais[227]. Recorrendo a um dos tipos de dominação sistematizado por Weber, a "dominação carismática", Machado trouxe a lume o conceito weberiano de "carisma" para compreender o prestígio político que Pedro Ludovico granjeou em torno si e as mudanças ocorridas em Goiás a partir da Revolução de 1930. Foi, certamente, a única pesquisa por nós arrolada em que um conceito weberiano assumira centralidade numa análise:

> Na verdade, o que se pretende aqui é perceber a História de Goiás através da figura de Pedro Ludovico que seria, por assim dizer, o veículo condutor da análise, o instrumento de penetração no tempo histórico. Assim, o objetivo do trabalho não é a análise do

[227] Em seu estudo sobre a recepção de Max Weber no Brasil, Diehl (1999) afirmou que a recepção dos instrumentais teóricos weberianos foi maior na Sociologia e na Ciência Política do que na cultura historiográfica brasileira. Tanto é que as ideias de Weber contribuíram para o estabelecimento da moderna Sociologia no país.

> homem, mas do tempo através do homem. Consequentemente, elegeu-se a teoria weberiana do carisma como o quadro de referência mais adequado aos propósitos estabelecidos a este trabalho (MACHADO, 1987, p. 08)

Fundamentada na tipologia da dominação de Weber, Machado ressaltou que a "dominação carismática", diferentemente da "legal" (baseada em regulamentos) e da "tradicional" (apoiada na obediência à tradição), "se alicerça na devoção à pessoa do senhor e a seus dotes sobrenaturais em particular: faculdades mágicas, revelações, heroísmo, poder intelectual ou oratório" (MACHADO, 1987, p. 10). Além disso, determinadas condições históricas seriam propícias à emersão do "carisma": "Assim, o carisma é uma grande força revolucionária, principalmente em épocas vinculadas à tradição, porque historicamente significa uma renovação completa de todas as atitudes frente às formas anteriores de vida ou frente ao mundo em geral" (MACHADO, 1992, p. 13). Nesse sentido, a autora distinguiu o final dos anos 1920 como o contexto histórico particular em que o "carisma", atribuído a Pedro Ludovico, emergiu em Goiás. Entendendo que os grupos oligárquicos da capital se beneficiavam do "atraso"[228] em que o estado se encontrava, Machado advogou a tese de que eles obstaculizavam o progresso do estado. E foi nesse contexto que, na região mais economicamente ativa, ou seja, no sudoeste goiano, constituiu-se um grupo "progressista/modernizador", liderado pelo médico Pedro Ludovico, e que se mostrava descontente com o domínio oligárquico: "é neste momento que surge o foco de insatisfação, de tensão, de onde emergem o Carisma e seu discurso" (MACHADO, 1987, p. 42-43).

Com relação ao contexto histórico dos anos 1930 em Goiás e à forma como os fenômenos inscritos a esse período foram tratados pela historiografia, concordamos, plenamente, com duas posições críticas de Arrais (2003; 2013): a primeira, de que "somos", praticamente, induzidos a enxergar o "movimento trintista" e a década de 1930 em Goiás por meio de um filtro interpretativo-memorialístico que passa, obrigatoriamente, pela figura de Pedro Ludovico; a segunda, de que Machado acabou caindo numa espécie de "armadilha metodológica" no que tange às fontes históricas que utilizou, especialmente as correspondências do arquivo privado de Ludovico, as quais ressentiram de maior intervenção crítica por parte da autora quando esta acentuou determinadas características pessoais e políticas que fundamentariam o "carisma" de Pedro Ludovico. Para além da pertinente crítica metodológica endereçada por Arrais à

[228] Essa tese está presente nos trabalhos de Campos (1975) e Borges (1982).

Machado[229], sobretudo na aplicação dos "tipos ideais" de Weber, acreditamos que a pesquisadora acabou sendo envolvida pelo *corpus* documental que manuseou[230] e pela proximidade que estabeleceu com seu objeto de estudo. A própria autora reconheceu que "a motivação interior para a escolha do presente tema, acredito ter se originado do fato de pertencer a uma geração que viveu os últimos momentos políticos de Pedro Ludovico e que cresceu à sombra da mitificação de sua figura" (MACHADO, 1987, p. 07). Longe estamos de apontar qualquer censura à admissão de que uma pesquisa histórica se move a partir de *carências de orientação* de um dado sujeito e um tempo específico, pelo contrário, sabemos que a prática historiográfica se trata um exercício rodeado por anseios orientadores e ladeado por questões valorativas. Ocorre que, na investigação de Machado, julgamos que a "sombra da mitificação" de Pedro Ludovico não ficou somente no plano da motivação da pesquisa, acabou se estendo à interpretação da autora.

No desiderato de acentuar determinados atributos pessoais de Pedro Ludovico ("leal", "corajoso", "íntegro", "humanista", "capaz") que lhe emprestariam as propriedades de "um líder carismático", a professora Maria Cristina Machado selecionou correspondências pessoais que só continham referências positivas ao político, além de reunir depoimentos sobre o ex-governador que foram colhidos e publicados lá no alto dos anos 80, época imediatamente posterior à morte desse "médico-político"[231]. No período em que ocorrera essas entrevistas póstumas, depois de quase cinquenta anos dedicados à vida pública, de fato, já pairava uma "sombra da mitificação" de Pedro Ludovico. E mais, ao se referir ao *modus operandi* do interventor e seus aliados, que recorreram aos mesmos métodos de repressão e violência praticados pelos oligarcas de "antes", Machado encontrou na categoria weberiana de "rotinização do carisma" uma forma de eufemizar a truculência política utilizada nos primeiros anos de governo. No tocante a esse assunto, ela, praticamente, isentou o interventor, atribuindo aos oligarcas aliados, a responsabilidade sobre essas práticas:

> É aqui, no hiato que se estabeleceu entre a proposta e a prática administrativa que detecto o que Weber chamou de **rotinização do carisma**, quando a proposta revolucionária é penetrada pelos valores e padrões de comportamento da ordem oligárquica, persistindo a prática do coronelismo no Estado. Este fenômeno se configura com clareza, através das

[229] Eliézer Oliveira (1999b) também apontou as impropriedades contidas nessa apropriação teórico-metodológica de Machado.
[230] É importante ressaltar que a família de Pedro Ludovico cedeu à pesquisadora a documentação relativa ao arquivo particular do ex-governador, tendo ela realizado a limpeza e a organização de uma grande quantidade de documentos que pertenciam ao político goiano, cf. Anexo (MACHADO, 1987).
[231] Pedro Ludovico faleceu em 1979 com 88 anos de idade.

> denúncias contra os homens de Pedro Ludovico, levadas a ele e pela própria dissidência Vellasco/Ludovico que, motivada pelas razões expostas, revela também um movimento pendular entre velhos e novos padrões, uma vez que elementos negadores do discurso revolucionário, como Carvalhinho, Sampaio e outros, continuam como aliados e suportes políticos de Pedro Ludovico. A ideologia revolucionária de 30, conciliadora de interesses inconciliáveis revela, na sua aplicação, as contradições que lhe são inerentes. Pedro Ludovico, representante dos grandes fazendeiros, não rompe o pacto com os aliados, suportes de seu poder. Logo, o pacto político freia a proposta revolucionária. O discurso e a práxis entram numa relação de negação (MACHADO, 1987, p. 170)

Ao examinar o período por ela chamado de "a consolidação do poder", ocorrido após 1935, a pesquisadora, apesar de mencionar a onda oposicionista enfrentada por Ludovico, acabou omitindo a violência e o caráter autocrático empreendidos pelo governador para lidar com a ação dos "antimudancistas", ou seja, políticos, mormente, da Cidade de Goiás, que eram contrários à mudança da capital[232].

Embora Machado afirmasse, em um fragmento anterior, que sua intenção era a de compreender um período da história goiana por meio de um sujeito histórico singular, é inegável que sua interpretação inclinou para atribuir a Pedro Ludovico e a seus "dotes carismáticos" a grande responsabilidade pelas mudanças econômicas e políticas que teriam acontecido em Goiás a partir da Revolução de 30, mesma tendo ela, em outras passagens, tentado equilibrar essa carga personalista chamando a atenção para a força daquele contexto histórico nacional:

> Como se viu, as necessidades expansionistas do capital nacional conduziram à Revolução de 30 e às tendências que se desenvolveram posteriormente. Dentro desse contexto Goiás se incorporaria à economia de mercado, a despeito dos condutores do processo. Acredito, porém, fundamentada na análise de documentos da época, que a configuração carismática de Pedro Ludovico estimulou a viabilização do processo. A configuração carismática do líder, decorrente de fatores históricos e pessoais, contribuiu para a progressiva concentração do poder em suas mãos e para a viabilização de metas dos outubristas. A disposição apresentada para a efetivação da mudança da capital e a conduta moralizadora frente à direção do Estado agiram como atrativos para o capital nacional que confiava na diretriz do governo Pedro Ludovico. Finalmente, se as relações com as classes dominadas foram movidas por necessidades administrativas, tiveram suporte em sua formação humanística, cooptando o crédito e apoio da força de trabalho no Estado. Este fato esteve evidente na construção de Goiânia. Assim, capital e trabalho foram articulados pelo carisma, dinamizando o processo de modernização do Estado. Concluindo, como já foi dito, as transformação, que se deram, reforçaram o carisma e produziram o mito. Pedro Ludovico foi visto então, como *o homem que transformou Goiás*, como *o homem que tirou Goiás do atraso*. O tempo e o homem configuram o carisma que, pela sua ação na história, extrapola o tempo e permanece até nossos dias (MACHADO, 1987, p. 203-204).

[232] Para uma análise consistente sobre o conflito/negociação/imposição que se colocaram no jogo político entre "mudancistas" e "antimudancistas", tendo como árbitro Pedro Ludovico, ver os trabalhos de Jales Guedes C. Mendonça (2008; 2013).

Portanto, ao lançarmos um olhar atento sobre o cenário teórico que se desenhou na produção historiográfica regional da década de 1980, constatamos que, diante da hegemonia teórica do marxismo, outras orientações teóricas pouco foram requeridas pelos pesquisadores naquele quadrante histórico. Entre a presença, praticamente, débil dos *Annales* e as visitas circunstanciais ao instrumental teórico de Max Weber (cuja recepção em Goiás ainda se apresentava frágil, carecendo de maior aprofundamento em relação a seu aparato teórico), o que vimos foi a preferência desses especialistas em operar com noções, categorias ou conceitos oriundos de diferentes correntes marxistas, as quais figuraram, naquela década, como as *perspectivas orientadoras* mais requisitadas para se interpretar os fenômenos humanos do passado.

## 4.5. "Antigas" fontes, novos olhares

Cotejando a produção historiográfica regional dos anos 70 e 80, verifica-se que, no tocante à esfera teórica, diferenças consideráveis se estabeleceram no fazer historiográfico em Goiás entre uma década e outra, entretanto, do ponto de vista metodológico, as mudanças operadas não foram tão sensíveis assim. Os documentos oficiais continuaram sendo as fontes históricas mais utilizadas como base de análise das pesquisas[233]. Do mesmo modo, os periódicos seguiram como fontes históricas fundamentais para muitas pesquisas[234], principalmente, quando se dedicaram a assuntos políticos. Nesse território metodológico, destacaram-se a *Matutina Meiapontense* e o *Correio Official*, além do fecundo e vasto periodismo político (sobretudo, político-partidário) goiano, seja do final do Império como, principalmente, aquele que vicejou em diferentes momentos da República. Muitas análises voltadas para as disputas e tramas políticas que se desenrolaram na história regional foram ancoradas em informações extraídas desses periódicos. Ante a escassez de documentos que subsidiassem a compreensão acerca do ambiente social e cultural em Goiás no oitocentos, os relatos dos viajantes e naturalistas europeus do século XIX permaneceram sendo valiosas fontes[235] para se delinear o universo cultural goiano desta época, mesmo que a partir de olhares adventícios. Os registros cartorários também foram importantes para algumas investigações[236], sendo impreterível salientar o esforço de localização e catalogação desse tipo de fontes que fora realizado sob a coordenação da professora Dalísia E. M. Doles (1984).

Se com relação à importância destinada a essas fontes mencionadas, a predileção metodológica foi semelhante a que aconteceu nas pesquisas da década anterior, já não o foi em relação às fontes iconográficas e ao tratamento dos relatos orais. Nos trabalhos de Heliana A. Salgueiro (1982), *A Singularidade da obra de Veiga Valle*, e de Luis Palacin e Ana M. Borges (1983), *Patrimônio Histórico de Goiás*[237], as fontes iconográficas, praticamente ausentes nas

[233] Nesse grupo estão inseridos os trabalhos de Salles (1980), Rosa (1981), Borges (1982), Siqueira (1982), Alencar (1982), Brito (1982), Silva (1983), Nunes (1985), Chaul (1985), Machado (1987), Luz (1987), Magalinski (1987), Oliveira (1988) e Barreira (1989).

[234] Recorreram a esse tipo de fontes: Salles (1980), Rosa (1981), Afonso (1982), Borges (1982), Carneiro (1982), Salgueiro (1982), Brito (1982), Silva (1983), Anzai (1985), Nunes (1985), Chaul (1985), Palacin (1986), Machado (1987), Luz (1987) e Magalinski (1987).

[235] Buscaram informações nesses relatos: Salles (1980), Siqueira (1982), Salgueiro (1982), Anzai (1985), Nunes (1985), Funes (1986) e Palacín (1986).

[236] Foram os casos de: Salles (1980), Rosa (1981), Alencar (1982), Salgueiro (1982), Brito (1982) e Funes (1986).

[237] Importante registrar que, na década de 1980, essa preocupação com o patrimônio cultural ensejou calorosos debates entre pesquisadores e intelectuais do estado acerca da necessidade de preservação daqueles locais e

pesquisas dos anos 1970, constituíram-se em mananciais históricos precípuos para as análises produzidas por seus autores. Além disso, nas pesquisas de Maria Helena Brito (1982), *A Colônia Alemã do Uvá: uma tentativa de colonização oficial em Goiás (1924-1954)*, Ana L. da Silva (1983), *A Revolução de 30 em Goiás*, Nasr F. Chaul (1985), *A Construção de Goiânia e a Transferência da Capital* e de Leni Anzai (1985), *Vida Cotidiana na Zona Rural do Município de Goiás (1888-1930)*, essas fontes tiveram um caráter "ilustrativo", ou seja, os pesquisadores se valeram de imagens para exemplificar alguns assuntos que foram discutidos em seus textos.

Já com relação ao emprego de fontes orais, é necessário situarmos algumas particularidades. É inconteste que um grande número de pesquisas recorreu a esse tipo de fonte, demonstrando a atração que esses registros históricos causaram (e ainda causam) nos historiadores. Não obstante, nesse rol de pesquisas[238] que buscaram auxílio metodológico nos relatos orais, somente duas delas construíram suas análises apoiando-se, de modo cêntrico, nas informações extraídas dessas fontes. À exceção dos trabalhos de Carneiro (1982), *A Revolta de Formoso e Trombas*, e de Leni C. Anzai (1985), *Vida Cotidiana na Zona Rural do Município de Goiás (1888-1930),* em todas as outras investigações, as narrativas orais colhidas por seus autores tiveram uma função subsidiária, isto é, estiveram voltadas para enriquecer ou complementar o conteúdo das análises que foram embasadas em outros tipos de documentos.

No caso da dissertação de Maria Esperança Carneiro (1982), por ter lidado com um fenômeno histórico não muito distante, temporalmente, da época em que realizou sua pesquisa, teve condições de entrevistar muitos remanescentes da Revolta de Formoso e Trombas, dentre antigos camponeses, jagunços e médios fazendeiros. No desiderato precípuo de dar "voz aos camponeses", a autora fez questão acentuar a importância destinada a metodologia que adotou:

> A história oral, porém, como já foi dito, terá um peso fundamental neste trabalho, uma vez que se procurará fazer uma reconstituição histórica a partir da visão da classe dos camponeses participantes, ou seja, a partir da visão que tinham de sua posição no

---

edificações que foram fundamentais à construção da identidade de Goiás. O historiador Luis Palacín, por exemplo, deu visibilidade às cidades históricas que viveram o fausto e a decadência da mineração. O historiador Sérgio Paulo Moreyra indicava a necessidade de um "Museu da Tecnologia Cabocla", um local que dispusesse de uma cultura material que simbolizasse as heranças agrárias que constituíram Goiás. O escritor José Mendonça Teles veio "em defesa de Goiânia" e denunciou a dilapidação de parte das construções tradicionais da capital em nome do febril desenvolvimento que vilipendiava a memória goianiense. Nesse período, houve o tombamento de vários símbolos arquitetônicos da construção e primórdios de Goiânia. Para maiores informações sobre esse debate ver a dissertação de Roseli de F. Barreto (2001), *As estratégias de memória em Goiás: política cultural e a criação do Museu Pedro Ludovico*.

[238] Rosa (1981), Brito (1982), Borges (1982), Carneiro (1982), Anzai (1985), Nunes (1985), Luz (1987), Machado (1987), Oliveira (1988) e Barreira (1989).

> processo de produção e das contradições de sua classe com as demais (CARNEIRO, 1982, p. 06)

No último capítulo, que leva quase o mesmo título da dissertação ("A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas – 1950 a 1964)", Carneiro, literalmente, deu voz aos camponeses ao narrar a história da revolta, primordialmente, a partir dos abastados relatos que colheu desses trabalhadores que estiveram envolvidos no conflito.

Já a professora Leni C. Anzai, em sua pesquisa sobre o cotidiano dos trabalhadores rurais do município de Goiás, colheu depoimentos de vinte e cinco pessoas dentre antigos camaradas, agregados, pequenos proprietários e outras pessoas que viveram na zona rural desse município antes de 1930. Embora a autora tenha afirmado que se valeu da "técnica da entrevista oral", alguns de seus procedimentos a aproximaram de métodos preconizados na história oral. Um deles reside no fato de a estudiosa reconhecer a importância, para a pesquisa, da inter-relação entre sujeito cognoscente (ela) e os agentes históricos, portadores desse rico conteúdo experiencial que se buscava compreender:

> No início havia uma certa inibição por parte dos informantes, pois não viam a importância de se referir a coisas tão simples, "bobagens", mas depois que começavam a falar se entusiasmavam, fazendo com que as entrevistas transcorressem em um clima muito cordial e agradável. Muitas informações, inclusive, nos foram fornecidas em momentos de pausa para o cafezinho ou doce, e até mesmo no portão, na despedida, sem a presença do gravador. Enquanto falavam, as pessoas mostravam fotografias, imagens de santos, objetos de decoração ou de uso pessoal, acrescentando assim importantes dados para o conhecimento de sua rotina de vida

Apesar de não pactuarmos com uma das estratégias metodológicas da autora[239], verifica-se que as narrativas recolhidas foram muito bem exploradas por ela no terceiro capítulo ("A Rotina dos Dias"), aquele de maior densidade analítica em seu trabalho. Outro aspecto a ser ressaltado refere-se aos longos trechos das entrevistas, inseridas tanto no corpo do texto, como nos anexos, os quais revelaram não só o hercúleo trabalho que teve com as transcrições, mas também o desejo

[239] Nossa discordância em relação ao *modus operandi* de Anzai (1985) diz respeito ao questionamento basilar e orientador de sua entrevista: "Como era sua vida na roça, antes de 1930?". Julgamos que tal indagação assentava-se numa tentativa de direcionar os entrevistados para mudanças operadas naquela região, principalmente porque foi com a Revolução de 1930 que os Caiado, importante oligarquia daquele município, foram destituídos do poder político goiano. Embora a autora tentasse imprimir a seus entrevistados uma ordenação do tempo histórico que se tornou recorrente na historiografia regional (o ano de 1930 como um marco de ruptura histórica), a própria pesquisadora reconheceu que os entrevistados não conseguiram particularizar historicamente (ou datar) os fenômenos que iam enredando suas narrativas.

em documentar tais relatos, tendo em vista que as pessoas entrevistadas, já muito idosas, poderiam ter suas experiências esquecidas pela História caso não fossem registradas.

Outros dois componentes metodológicos que, assim como na década de 1970, continuaram tendo importância em muitas pesquisas dos anos 1980 diz respeito à larga utilização de metodologia quantitativa[240] e à elaboração de "extensos anexos"[241] ao final dos trabalhos. O predomínio teórico marxista, peculiar a esta época, foi um dos fatores que, certamente, contribuiu para esse primado dos números em muitas pesquisas, tendo em vista que essa perspectiva teórica, de fato, potencializa a explicação dos fenômenos históricos enfatizando as causações de natureza econômica. Percebe-se ainda que o emprego de tais recursos quantitativos (tabelas, quadros, estatísticas, gráficos, dentre outros) era visto como um modo de emprestar rigor metodológico à investigação e maior credibilidade às assertivas formuladas no transcorrer do texto.

Uma novidade que veio à ribalta historiográfica em Goiás nessa época foi a iniciativa, tomada por pesquisadores e instituições, de organizar e publicar fontes históricas, o que facilitou o acesso a alguns documentos relativos à história regional. Os dois empreendimentos dessa natureza realizados na década de 1980 foram: a coleção *Memórias Goianas*, idealizada pelo Centro de Cultura Goiana da Universidade Católica de Goiás, e a obra organizada pela professora Dalísia E. M. Doles, *Arquivos Cartoriais: Anápolis, Catalão e Jataí*.

A publicação *Memórias Goianas I* (1982) foi viabilizada através de um convênio celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), o Governo de Goiás e o Centro de Cultura Goiana da Universidade Católica de Goiás, entidade voltada para a valorização da cultura do estado e criada sob inspiração do reitor da UCG, Pe. José Pereira Maria. E foi ele quem ressaltou, no intróito desse número, o objetivo primordial dessa coleção: "É com alegria que a Universidade Católica de Goiás promove, através de seu Centro de Cultura Goiana, a edição de Memórias Goianas I. Com esta publicação, pretendemos divulgar documentos importantes para o estudo da experiência histórica do povo goiano" (MEMÓRIAS GOIANAS I, 1982, p. 05).

[240] Recursos metodológicos encontráveis em Salles (1980), Rosa (1981), Afonso (1982), Alencar (1982), Siqueira (1982), Brito (1982), Silva (1983), Machado (1987), Oliveira (1988) e Barreira (1989).
[241] Presentes em Siqueira (1982), Salgueiro (1982), Alencar (1982), Brito (1982), Borges (1982), Silva (1983) e Magalinski (1987).

O primeiro número dessa coletânea esteve voltado para a compilação de documentos históricos diversos, sobretudo, relativos à história regional dos séculos XVIII e XIX. Já o segundo exemplar, de 1984, destinou-se à publicação de "memórias poéticas" de diferentes autores/poetas/literatos regionais do XVIII e XIX. No entanto, foi a partir do terceiro número, publicado em 1986, que *Memórias Goianas* ganhou uma edição que definiria a fisionomia peculiar dessa coletânea: especializou-se na publicação dos Relatórios dos Governos da Província de Goiás[242], comumente chamados entre os historiadores de "Relatórios de Presidentes de Província". O delineamento inicial desse perfil característico da série só foi possível em razão do Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros, coordenado pela professora Esther Bertoletti, que viabilizou a microfilmagem de todos os relatórios dos governos da Província de Goiás, entre 1835 a 1889.

Entre o terceiro e o quarto número houve um interregno de dez anos. *Memórias Goianas 4*, de 1996, continuou a sequência cronológica de compilações dos Relatórios dos Governos Provinciais de Goiás. Todavia, "agora", sob amparo do recém criado Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC), entidade vinculada à Sociedade Goiana de Cultura (SGC) da Universidade Católica de Goiás, a coletânea adquiriu um contorno mais acadêmico, obtendo registro de identificação ISBN (85-7103-003-0) e contando com uma nova estrutura e *layout* formatados pela editora da UCG. Indubitavelmente, desde a publicação de seu primeiro número, em 1982, a série *Memórias Goianas* foi se consolidando como um importante acervo documental cada vez mais manuseado pelos interessados em investigar a história de Goiás.

Outro trabalho voltado, não necessariamente, para a publicação de documentos históricos, mas que trouxe um denso catálogo sobre fontes cartorárias existentes em importantes municípios goianos, foi organizado pela professora Dalísia E. M. Doles (1983), *Arquivos Cartoriais: Anápolis, Catalão e Jataí*. Fruto de um projeto denominado "Levantamento de Cartórios", concebido a partir de convênio entre a UFG e a SUDECO, esse arrolamento de fontes cartoriais de treze cidades goianas foi coordenado pela professora Dalísia Doles e teve ainda a participação de outros docentes e alunos do ICHL: Eliane G. Dayrell, Eliane M. de Rezende, Lauro Vasconcellos, Maria Sônia F. e Souza, Maria E. F. Carneiro, Márcia H. Crispim, Maria Ruth Rocha e Nasr N. F. Chaul. No trabalho em tela, Doles e seus colegas de pesquisa apresentaram a sistematização das

[242] É importante ressalvar que, a partir de *Memórias Goianas 16*, editado em 2003, foram publicados Relatórios dos Governos do Estado de Goiás, tendo em vista abranger documentos já do período republicano.

fontes documentais encontradas em cartórios dos municípios de Anápolis, Catalão e Jataí. Elaborando um minucioso catálogo de fontes cartoriais como assentamentos de nascimentos, casamentos e óbitos, escrituras, inventários, procurações, testamentos, processos criminais e cíveis, dentre outros documentos localizados nos diferentes cartórios dessas cidades, a coordenadora explicou, então, o objetivo principal que envolvia esse projeto:

> A efetivação de tal levantamento documental enseja o desvendamento de ricas fontes de trabalho, de numerosas possibilidades para o conhecimento da realidade regional. E mais, oferece a contínua oportunidade de programas e projetos que permitam a ocupação de docentes e discentes na prática da pesquisa, no contato com o documento, fundamentais, ao conhecimento histórico e à formação de quadros profissionais (DOLES, 1984, p. 08)

Se com relação às fontes e aos métodos não visualizamos grandes novidades em comparação à década anterior, o mesmo não podemos dizer sobre determinados enfoques que brotaram nesse período. Esses novos olhares que diagnosticamos nessas inquirições históricas se deram, em muitos casos, em razão da orientação teórica adotada ou, de algum modo, acabaram sendo favorecidos pela formação acadêmica das pesquisadoras em questão. Maria Esperança Carneiro (1982), por exemplo, numa postura diferenciada até então, intentou visibilizar a participação dos camponeses na Revolta de Formoso e Trombas a partir da ótica que eles próprios tiveram daquele processo histórico, bem como do conflito em si. Estimulada, logicamente, por sua perspectiva teórica marxista e recorrendo aos relatos orais desses sujeitos históricos, a autora realçou que seu trabalho consistia numa "[...] tentativa de dar voz aos camponeses participantes deste movimento social, na reconstituição de sua própria história" (CARNEIRO, 1982, p. 08).

Na esteira de um olhar também marxista sobre os "esquecidos pela história oficial" tivemos a abordagem, mesmo que acessória, de Nasr Chaul (1985) que se atentou em resgatar a participação dos operários na construção de Goiânia. No tópico intitulado "A outra história dos outros construtores: os operários", Chaul chamou a atenção para o "esquecimento" da historiografia regional quanto à atuação desses agentes históricos na edificação da capital:

> Quando comumente se fala da construção de Goiânia, fica uma lacuna histórica que poucos trabalhos editados sobre o assunto se preocupam em preencher. Pedro Ludovico, os arquitetos, os urbanistas, os engenheiros, entre outros, representam uma face dos construtores. Mas há uma história também de outros construtores, de importância bem maior, a nosso ver, do que a dos dados oficiais e dos gloriosos nomes que fizeram a nova capital: a dos operários (CHAUL, 1985, p. 100).

Chaul ainda sublinhou as péssimas condições de trabalho a que foram submetidos os operários durante a construção de Goiânia: os constantes atrasos nos salários que os faziam sobreviver à base de empréstimos e de "vales" concedidos pelas empresas e pelo governo, as precárias e improvisadas moradias em que habitaram e os acidentes ocorridos em decorrência do trabalho nas obras.

Numa outra seara, deparamo-nos com algumas pesquisas em que seus autores, voltados para um contexto histórico (séculos XVIII e XIX) em que o escravismo ditava a tônica das relações sociais de produção, atentaram-se para a existência de um sujeito histórico, até então, pouco lembrado pela historiografia regional: o trabalhador livre. Tal apreciação pode ser notada nas perscrutações históricas de Gilka V. Salles (1980), Edna L. Siqueira (1982) e Eurípedes A. Funes (1986). Embora seu foco estivesse voltado para o papel do escravo na economia colonial em Goiás, Salles advertiu que, no período minerador, a sociedade goiana estratificou-se em dois grupos principais, protagonistas na estrutura das relações de produção: de um lado, os proprietários de minas e os donos de fazendas agrícolas ou de gado e, de outro, os escravos. Entre esses dois pólos, "gravitavam, ora em sintonia, ora em discordância, as sub-classes: uma população flutuante que vive de pequenos ganhos, mas compõe o domínio minerador" (SALLES, 1992, p. 261-262). Nessa sentença, a historiadora se referia aos trabalhadores livres, partícipes, embora em posição marginal, desse contexto social e constituído por pessoas que buscavam a sobrevivência através de atividades distintas. Fazia parte desse "grupo flutuante" os agregados, tropeiros, faiscadores livres, pequenos comerciantes, pequenos sitiantes, feitores, vaqueiros, carreiros, enfim, aqueles cujo trabalho dependia de uma determinada habilidade, mas não de uma verdadeira especialização, como eram os casos dos ourives, ferreiros, carpinteiros, alfaiates, dentre outros oficiais mecânicos que, segundo ela, também se inseriam nesse grupo intermediário.

Na tentativa de desfazer a impressão arraigada de que só de escravos consistia a mão-de-obra no século XIX, Edna L. Siqueira (1982) centrou seu trabalho na atuação do trabalhador livre no processo de produção em Goiás, entre 1830 e 1850, notadamente, nas atividades de mineração, agricultura e pecuária. Ancorada nas reflexões de Jacob Gorender, Siqueira afirmou que o trabalho livre inseriu-se no modo de produção escravista colonial como uma relação de produção subsidiária, cuja função foi a de complementar a relação de produção dominante (a escravista). Nesse sentido, enquanto predominou a mineração, o trabalhador livre apresentou-se como uma via alternativa de substituição do escravo e como opção viável para suprir a escassez de braços. Sendo

assim, muitas vezes, eles foram alocados em atividades em que o número de escravos era insuficiente, seja em serviços extraordinários, seja para substituir escravos em casos de fuga, ou em tarefas administrativas, de supervisão ou de vigilância. A autora identificou a existência de mão-de-obra livre na pecuária em Goiás, singularizou alguns tipos sociais que compuseram esse grupo (como os camaradas, agregados, remeiros e oficiais mecânicos) e ainda analisou as imagens depreciativas que eram atribuídas a eles, tidos como indivíduos ociosos, inconstantes e indolentes. Para ela, considerando que se tratava de uma sociedade escravocrata, a visão da classe dominante externava múltiplos preconceitos em relação ao trabalhador livre, "seja quanto à qualidade de sua participação como agente produtivo, seja como parte de um corpo social" (SIQUEIRA, 1982, p. 129). A despeito desses predicados negativos endereçados a eles, a autora reafirmou o papel significativo que os mesmos exerceram nas atividades produtivas em Goiás naquele período: "Contudo, é bastante expressiva a sua participação no processo produtivo quer seja atuando como presença complementar e integrativa, quer assumindo tarefas nas quais a participação da mão de obra escrava é insignificante" (SIQUEIRA, 1982, p. 127).

Concentrando seu estudo sobre a transição de uma economia baseada na mineração para uma apoiada em atividades agropastoris em Goiás, bem como nos desdobramentos fundiários e sociais ocorridas com essa passagem, Eurípedes Funes (1986) também analisou as mudanças que atingiram as relações sociais de produção na primeira metade do século XIX. Esteado na linha interpretativa de José de Souza Martins, Funes ressaltou que, com a crise da mineração, gradativamente, as relações de produção escravistas foi cedendo lugar à novas relações de produção não tipicamente capitalistas, em que a presença do trabalhador livre era cada vez mais crescente. Segundo o historiador, nas atividades pastoris empregavam-se tanto o trabalho escravo quanto o livre, mas na medida em que a pecuária se expandiu em Goiás, a figura do trabalhador livre foi se tornando cada vez mais importante. Logo, com a pecuária se firmando como atividade econômica básica, novos elementos foram ocupando, paulatinamente, os espaços deixados pelos escravos (cada vez mais escassos e caros): o agregado, o camarada e o trabalhador familiar.

Em relação a esses novos enfoques aflorados nas pesquisas da década de 80, certamente, a dissertação de Leni C. Anzai sobre a vida cotidiana na zona rural do município de Goiás merece algumas anotações à parte. A investigação de Anzai foi a primeira, por nós identificada, que, efetivamente, recorreu à abordagem de um campo que ficaria conhecido como história do

cotidiano. Assentada numa perspectiva marxista, a autora foi buscar em Agnes Heller[243] os subsídios conceituais para refletir sobre o cotidiano dos trabalhadores do município de Goiás que viveram, na zona rural, entre a última década do XIX e três primeiras do XX. A historiadora também trafegou numa daquelas alamedas interpretativas citadas que procuravam recuperar a experiência histórica de sujeitos que foram, praticamente, esquecidos pela historiografia regional até então. E, em geral, esses "excluídos da história", não fortuitamente, tratavam-se de agentes históricos pertencentes à classe trabalhadora.

É interessante registrar também que, embora esse estudo sobre o cotidiano estivesse voltado para a esfera da produção, pela própria ancoragem teórica adotada, alguns elementos no âmbito da cultura foram trazidos à baila nesse texto. Anzai, em parte considerável do quarto capítulo, analisou os espaços internos das moradias desses camponeses, os diferentes aspectos ligados a vivência feminina no ambiente público e privado, o significado das casas como espaço de sociabilidades, a importância das "solidariedades vicinais", as peculiaridades da alimentação, os sentidos atribuídos à medicina popular e à religiosidade por esses sujeitos históricos. Em decorrência desse foco de abordagem, a autora antecipou, de certo modo, alguns aspectos que seriam peculiares somente às pesquisas da década subsequente, quais sejam, o interesse por analisar as imbricações entre os espaços público e privado, além das particularidades históricas referentes às relações de gênero. Nesse sentido, Anzai esquadrinhou questões como o lazer feminino, o espaço doméstico como domínio da mulher, a relação entre espaço privado e a intimidade feminina, o papel social e cultural da mulher no ambiente rural, a casa como lugar de encontro familiar, os comportamentos sociais que se esperavam da mulher e do homem, hábitos que eram consentidos apenas no ambiente privado (como fumar e ingerir bebida alcoólica), o caráter ritualístico que envolvia o parto, o significado social e cultural do casamento para o universo feminino e masculino, o papel da mulher no processo de produção, dentre outros aspectos culturais.

Já concernente aos trabalhos em que a formação acadêmica das pesquisadoras favoreceu determinados enfoques até então não privilegiados pela historiografia em Goiás, podemos citar as

[243] A húngara Agnes Heller fez parte de um grande grupo de intelectuais, conhecido como a "Escola de Budapeste". Discípulos de Georg Lukacs, esses estudiosos elaboraram um marxismo crítico não só da experiência soviética como também de alguns pressupostos ortodoxos do marxismo. Recuperando alguns escritos de Marx, Heller restituiu o papel do sujeito na teoria marxista e se voltou para questões situadas na relação entre ética e vida social, sobretudo acerca do cotidiano.

pesquisas da arquiteta Ana Lúcia Borges (em parceria com Luis Palacin), da historiadora da arte Heliana Angotti Salgueiro (1982), da cientista social Maria Cristina T. Machado (1987) e da geógrafa Celene C. M. Barreira (1989). Viajando em companhia do Pe. Palacin por diferentes rincões do estado de Goiás, no tempo em que o Tocantins ainda pertencia ao território goiano, Ana L. Borges buscou registrar, fotograficamente, todo o acervo iconográfico e arquitetônico que pudesse revelar evidências de experiência histórica ocorrida nas diversas regiões do estado. Amparados por auxílios da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e do Governo do Estado de Goiás, os autores condensaram todos seus esforços de registro histórico numa obra que analisou o patrimônio material fotografado numa relação com a história do município/região em que o mesmo fora encontrado.

A historiadora da arte Heliana A. Salgueiro, por seu turno, frequentadora de um círculo de profissionais ligados ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), voltou-se para um tema até então não trabalhado pela historiografia regional: a imaginária goiana do século XIX. O conhecimento especializado que Salgueiro dispunha sobre a imaginária brasileira e a respeito de patrimônio cultural, certamente, subsidiou sua análise acerca do que ela chamou de singularidades estilísticas e históricas da obra do escultor goiano José Joaquim da Veiga Valle.

Outro viés interpretativo diferenciado, apesar de pontual, pôde ser notado na investigação da professora Maria Cristina T. Machado. Analisando o período que antecedeu à Revolução de 1930 em Goiás, a cientista social entendeu que, embora as classes dominadas em Goiás estivessem ausentes no processo político que resultou no *movimento de outubro* (o que é consenso entre os pesquisadores do tema), isso não quer dizer que elas não expressaram seu descontentamento com a realidade socioeconômica opressora em que viviam. Lançando seu "olhar sociológico" sobre esse contexto, a autora enxergou a emergência do "movimento de Santa Dica"[244], ocorrido nas imediações do município de Pirenópolis-GO, como uma forma encontrada pela população pobre (pelo menos uma parcela dela) de canalizar suas insatisfações com a ordem social estabelecida:

[244] Benedita Cipriano Gomes, conhecida popularmente como *Santa Dica*, foi uma líder religiosa que, à semelhança de Antônio Conselheiro, reuniu em torno si, na década de 1920, vários seguidores que acreditavam ser ela uma milagreira. Reunidos, desde 1923, na comunidade de Calamita dos Anjos, no vilarejo de Lagoa, município de Pirenópolis-GO, Dica e seus sequazes foram dispersos após ataque, em 1925, pela polícia do Estado. Sobre o movimento de Santa Dica ver o trabalho do professor Lauro de Vasconcellos (1991), *Santa Dica: encantamento do mundo ou coisa do povo*.

> Quando as classes oprimidas não desenvolvem canais de expressão para repudiar a realidade opressora, a fuga daquela realidade carregada de sofrimento para um mundo fora dos parâmetros estabelecidos, constitui uma forma de oposição àquela realidade. Assim, desenvolvem-se movimentos religiosos, místicos, que passam a agir como uma válvula de escape para tensões sociais de populações inteiras. É uma oposição que se dá, não pela interferência ou ação na vida sócio-política, mas pelo alheamento a ela, por uma fuga ao estabelecido, pelo refúgio no misticismo. Esta foi a dinâmica dos movimentos sociais religiosos no Brasil que buscaram uma nova ordem sócio-econômica e política, fazendo da religião um caminho para a operacionalização da mudança. Um redentor ou um messias surge na liderança do movimento, catalizando as esperanças dos adeptos que vêem nele o executor das transformações (MACHADO, 1987, p. 56).

A pesquisadora Celene C. M. Barreira (1989), por sua vez, endereçou seu "olhar de geógrafa" ao tratar dos graves desequilíbrios ambientais que foram produzidos na região da Estrada do Boi, em Goiás, a partir do desenvolvimento da pecuária naquela localidade. Preocupando-se com um tema ainda não abraçado pela historiografia regional àquela época, ou seja, a relação entre história e meio ambiente, a autora salientou que o uso capitalista intensivo da natureza imprimiu uma nova fisionomia na paisagem daquela região, além de definir novos usos sobre o espaço natural. Ao final do trabalho, Barreira deixou uma importante ponderação sobre os custos ecológicos dessa ocupação:

> Para finalizar cabe a seguinte indagação: como foi possível ocupar um espaço em pouco tempo e de uma forma tão degradante? Uma das respostas possíveis seria a de que este espaço, pelo fato de não estar integrado plenamente ao resto do país carecia de um controle institucional que regulasse, ou coibisse abusos que ocorreram contra a natureza no processo de abertura da região. A verdade é que disso tudo resultou numa forma predatória de acumulação que, além dos custos sociais (todo o esforço e trabalho de muitos homens), engendraram também custos ecológicos irreversíveis a curto prazo (BARREIRA, 1989, p. 124-125).

Num cenário historiográfico em que foi possível perceber o quanto as *perspectivas orientadoras da experiência do passado* (RÜSEN, 2001) foram decisivas no tocante aos conceitos desenvolvidos, às abordagens adotadas, ao tratamento dispensado às fontes e, sobretudo, no direcionamento interpretativo encaminhado por muitas dessas pesquisas, resta-nos analisar, na próxima seção, a forma como esses feixes teóricos também atravessaram a dimensão narrativa/orientadora do conhecimento histórico produzido nesse período.

## 4.6. Em busca de afirmação de uma "identidade teórica", e por que não "teórico-política"?

Vasculhando esses textos historiográficos da década de 1980, percebemos que diversas foram as motivações individuais, sejam de ordem intelectual, afetiva, profissional ou política, que incitaram esses estudiosos a se entregarem a determinados temas de pesquisa. Como demonstramos na primeira seção desse capítulo, muitos deles externaram quais razões os fizeram sentir-se atraídos pelos objetos de estudo que elegeram. Mas para além dessas específicas demandas por orientação, advindas da história pessoal ou do contexto sociocultural vivido por cada um desses pesquisadores, avaliamos que um aspecto narrativo/orientador acabou se convertendo num elo entre a maioria desses textos: a tentativa de afirmação de uma "identidade teórico-intelectual".

Uma vez assentado o projeto inicial de constituição de um campo disciplinar no estado, formado por uma comunidade de especialistas dedicados à pesquisa histórica, o anseio por conformação de uma "identidade-historiadora", típico do ambiente historiográfico dos anos 1970, foi sobrepujado pela busca por afirmação de uma dada "identidade teórica". Nesse contexto em que a dimensão teórica do trabalho historiográfico ganhou maior visibilidade por parte desses especialistas; num momento em que as diferentes correntes marxistas se impuseram no jogo de forças intelectuais, definindo a dinâmica do "fazer histórico" em Goiás, o que percebemos, de um modo geral, foi a tentativa de afirmação de um determinado referencial teórico que, no entendimento da maioria desses pesquisadores, era visto como a orientação mais "segura", "confiável" e "operatória" para a produção de conhecimento sobre a experiência humana do passado. Neste sentido, visualizamos três posturas que incidiram sobre a elaboração desses textos e que, ao mesmo tempo, apontam-nos para facetas distintas dessa "identidade teórica" comum que se buscava fixar.

A primeira delas foi visualizada nas pesquisas em que seus respectivos autores demonstraram ter maior domínio sobre o aparato teórico apreendido. Nesses textos, as perspectivas de interpretação e os conceitos marxistas adotados foram inseridos às análises com maior coerência e vigor. Por conseguinte, ou encontramos em tais trabalhos prólogos teóricos mais densos, ou na ausência desses, notamos uma relação mais consistente entre a perspectiva teórica assumida e os fenômenos históricos que foram analisados a partir de tal ótica. Enfim, é possível verificar maior familiaridade com o instrumental teórico acolhido e melhor condição em

transitar entre teoria e empiria. Deparamo-nos com tal postura nas pesquisas de Borges (1982), Alencar (1982), Carneiro (1982), Siqueira (1982), Anzai (1985), Chaul (1985), Nunes (1985) e Oliveira (1988).

Outra postura que identificamos foi aquela na qual, ao que parece, os pesquisadores abraçaram tal corrente teórica ou determinados conceitos emanados dela ou por imposição do ambiente historiográfico ou por modismo teórico da época. Nessas pesquisas, percebemos situações em que ou havia pouca coerência entre os referenciais teóricos assumidos e a linha interpretativa imposta aos fenômenos históricos objeto de estudo, ou havia a dificuldade em operar com os conceitos adotados. Em alguns desses textos, verificamos que o referencial teórico foi anunciado no intróito do texto, mas, em seu transcorrer, o que se notou foi o esquecimento ou o tratamento perfunctório do mesmo. Encontramos, pelo menos, uma dessas posturas nos trabalhos de Rosa (1981), Luz (1987) e Magalinski (1987).

Uma terceira expressão foi aquela em que, para alguns autores, o marxismo foi assumido não só como ancoragem teórica, mas, em determinados momentos, como orientação política. Aqui a identidade que se buscava afirmar era mais do que de natureza teórica, era de caráter "teórico-política". É possível que tais referenciais, teórico e político, fizessem parte do repertório de valores de outros pesquisadores, porém, não foram externados, por muitos deles, em seus textos. Como tal postura foi mais sutil e pontual que as duas anteriores, julgamos que seria conveniente trazer alguns breves excertos que revelam quais as pesquisadoras adotaram esse posicionamento. Lúcia Helena R. Afonso (1982), por exemplo, ao dedicar-se às propostas do Partido Comunista do Brasil para a região Centro-Oeste (entre 1945 e 1947), criticou várias diretrizes tomadas pelo PC do Brasil que, segundo ela, não seguiu as orientações do marxismo-leninismo, o "verdadeiro" referencial para um partido de inspiração revolucionária. No fragmento a seguir, veremos que a orientação marxista da autora deixou de ser somente teórica e ganhou contornos políticos:

> Assim, devido fundamentalmente, à má formação marxista-leninista, desconhecimento da ciência que analisa corretamente as relações de uma sociedade, e ainda os caminhos de sua libertação, os comunistas não defenderam a reforma agrária dentro de uma perspectiva proletária, dentro da perspectiva correta de conquistar os camponeses pobres e os desapropriados como aliados na luta pela socialização da propriedade, a ser promovida posteriormente na revolução socialista (AFONSO, 1982, p. 115)

A professora Ana Lúcia da Silva, já conhecida por sua filiação teórica ao marxismo e por sua militância em entidades de classe, foi outra que expôs essa orientação política em seu trabalho.

Quando analisou o relatório de Pedro Ludovico de 1933, a autora, frequentemente, imprimiu um tom irônico quando se referia às mudanças que o interventor propagandeou ter feito em Goiás após a Revolução de 1930. Ainda que concordasse com Palacin quando este criticou a incompatibilidade existente entre discurso e prática, ou seja, entre o conteúdo do relatório e a administração do interventor, tal consonância foi perdida quando ele atribuiu determinados predicados aos governos de um modo geral. Não se contentando em lançar uma tonalidade irônica à sua narração quando o assunto era domínio político-ideológico, a autora, no trecho à seguir, além de discordar de Palacin, resolveu exteriorizar sua posição política:

> Diante do mesmo quadro desenhado no relatório, diante da discrepância entre as promessas e realizações, entre o discurso e a prática, nós, ao contrário de Palacín, não achamos que os governos sejam os verdadeiros mestres de ficção científica. Eles não trabalham com a ficção. Eles trabalham com a realidade, falsificando-a. Nós achamos que os governos são os verdadeiros mestres da falsificação da realidade e "se os homens e suas relações aparecem invertidos como uma câmara escura"[245], é porque a ideologia cumpriu o seu papel (SILVA, 2005, p. 135-136).

Na versão publicada de sua tese de doutorado, de 2005, Ana Lúcia da Silva, em nota introdutória, justificou que a demora na publicação desse trabalho foi em razão de, constantemente, estar dividida entre seus compromissos profissionais na universidade e sua militância política. No excerto a seguir[246], a historiadora não só escancarou sua orientação política de inspiração marxista, como também dedicou a obra à classe trabalhadora brasileira, da qual sentia orgulho de fazer parte:

> Passaram-se 18 anos desde que defendi, em 1983, na Universidade de São Paulo, a *Revolução de 30 em Goiás*, como tese de doutoramento. Minha vida, enquanto trabalhei na universidade, sempre oscilou entre dois pólos: o acadêmico e o militante político. Explicando melhor: para mim, que acredito que toda atividade humana numa sociedade dividida em classes é luta, tratava-se de definir se priorizava minhas atividades de caráter mais institucional, na academia, ou minhas atividades nas lutas de massas [...] Valeu priorizar a luta de massas, pois, se a tese torna-se um livro numa sociedade ainda dividida em classes e desumana, avançamos na construção da classe trabalhadora enquanto classe e já não corremos o perigo de sermos mortos porque acreditamos na possibilidade de uma sociedade socialista. Ao participar ativamente das lutas de massa, jogando grande parte da minha vida no projeto de construção de uma sociedade socialista, portanto humana, não só ensino História, mas sou sujeito participante da extraordinária história da classe trabalhadora brasileira. Como tudo que faço, este livro é também um canto e uma declaração de amor à classe trabalhadora deste país (SILVA, 2005, p. 11 e 12).

[245] Esse trecho entre aspas a autora extraiu da obra *Ideologia Alemã* de Karl Marx.

[246] Mesmo correndo o risco de sermos glosados por utilizar uma passagem que não esteve presente no texto original de 1983, resolvemos incluí-la, pois somos conhecedores, ainda que por vias informais, que esse posicionamento político acompanhou toda a trajetória dessa professora.

Portanto, independente de qual postura fora adotada nesses textos, notamos que havia, naquele cenário historiográfico dos anos 80, o anseio por afirmação dessa "identidade teórica" marxista. A fixação dessa identidade passava pelo esforço em assentar que tal *perspectiva de orientação* representaria o referencial teórico mais "seguro" para a produção de conhecimento sobre a experiência humana do passado. Podemos dizer, então, que, em meio ao jogo de forças intelectuais que estava colocado àquela época, tal empreendimento foi exitoso, pois é inconteste que o marxismo se impôs como corrente teórica hegemônica no ambiente historiográfico acadêmico em Goiás nesse período.

Acreditamos que o contexto político brasileiro da época, a ascendência intelectual de alguns orientadores e a própria formação marxista que grassou nos primeiros cursos de pós-graduação em História do país (dentre eles o da UFG) tenham contribuído para essa primazia teórica do marxismo em Goiás na década em questão. No tocante a esse tema, o professor Ronaldo Vainfas chamou a atenção para o fato de que "desde os anos 1950-60 e, sobretudo, nos anos 1970, com a difusão de cursos de pós-graduação, a produção historiográfica brasileira esteve, de certo modo, hegemonizada pelo marxismo, ou pelas várias correntes marxistas" (VAINFAS, 2009, P. 225). E como já mencionamos alhures, o Programa de Mestrado em História da UFG não foi diferente, desde sua criação sob a égide da USP, em 1972, o marxismo se colocou como uma das perspectivas teóricas mais acolhidas entre os historiadores em Goiás. Acresce-se a isso o fato de que, naquele contexto político nacional, fim da ditadura militar e início da redemocratização, ainda levedava nas universidades públicas do país, as ideias políticas vinculadas a essa matriz do pensamento social. E não menos importante foi uma questão peculiar à vida acadêmica: a ascendência intelectual que orientadores, geralmente, exercem sobre seus orientandos, especialmente no tocante à escolha de temas, referenciais teóricos ou ferramentas metodológicas. Com respeito a esse quesito, destacam-se as orientações das professoras Dalísia E. M. Doles, Janaína Amado e Ana Lúcia da Silva. Dalísia Doles, por exemplo, orientou sete mestrandos (as)[247] e, à exceção de uma delas, os referenciais teóricos adotados por eles emanaram de correntes do

[247] Afonso (1982), Borges (1982), Carneiro (1982), Siqueira (1982), Rezende (1984), Nunes (1985) e Machado (1987). Aqui é preciso considerar o fato de que Machado (1987), embora dedicasse centralidade ao conceito weberiano de carisma em seu trabalho, também recorreu à perspectivas interpretativas oriundas do marxismo. Ressalva-se ainda a dissertação de Eliane M. de Rezende (1984), *Uberaba: uma trajetória sócio-econômica*, que não foi incluída no rol de nossas fontes, por se tratar de um objeto histórico não relativo à história de Goiás, mas que, sob orientação de Doles, também se ancorou nas balizas teóricas do materialismo histórico.

marxismo. Janaína Amado, por sua vez, orientou seis trabalhos[248] e, em todos eles, seus autores estribaram suas análises em instrumentais teóricos marxistas. E, finalmente, Ana Lúcia da Silva que, recém integrada ao Programa de Mestrado àquela época, orientou somente uma pesquisa[249], mas, igualmente, esteada em elementos teóricos do marxismo.

Não obstante, é preciso reiterar que, nesse campo de forças intelectuais, a predominância teórica do marxismo não foi alcançada sem os conflitos típicos do universo acadêmico, mesmo alguns deles se dando de forma velada. A professora Gilka V. Salles, em depoimento à Simone Borges (2006), expôs um interessante relato sobre o clima intelectual e político vivenciado no ambiente da Universidade Federal de Goiás àquela época: "[...] Os próprios professores, aqueles que não fossem marxistas, eram mal vistos pelos colegas. Muitas vezes, eu e a professora Lena, a professora Maria Augusta, por não sermos marxistas, fomos mal vistas por alguns professores que eram" (SALLES *Apud* BORGES, 2006, p. 197).

Hostilidades à parte, outra questão que também envolve essas disputas acadêmicas, mas que nem sempre se apresenta de forma manifesta, está relacionada às iniciativas de fomento às pesquisas. Enquanto nos anos 70, o Programa não contara com nenhum bolsista, dos dezenove estudantes que concluíram o curso na década de 1980, nove deles foram agraciados com bolsas de pesquisa da CAPES[250] ou do CNPq[251]. Mesmo não aprofundando esse assunto em nossa investigação, reconhecemos que nele subjazem "quedas de braço" típicas da vivência acadêmica e, ao mesmo tempo, apontam-nos para determinados espaços de influência ou de prestígio ocupados por alguns sujeitos naquele momento. Nesse sentido, coincidentemente ou não, desses nove bolsistas, cinco foram orientados pela professora Janaína P. Amado[252].

Em meio a esse cenário historiográfico de hegemonia marxista, verificamos que não houvera somente adesões, algumas cisões também aconteceram nesse território dominado por essas correntes teóricas. Sendo assim, acreditamos que os trabalhos de Luis Palacin e suas orientações representam a existência, naquele contexto, de dissensões a essa proeminência teórica do marxismo. Isso porque dos três trabalhos elaborados sob orientação do padre espanhol[253], em nenhum deles suas orientandas construíram análises apoiadas em perspectivas ou em conceitos

[248] Rosa (1981), Alencar (1982), Anzai (1985), Luz (1987), Magalinski (1987) e Oliveira (1988).
[249] Chaul (1985).
[250] Júlia Magalinski e Marisis Oliveira.
[251] Maria L. Rosa, Maria A. Alencar, Heliana Salgueiro, Leni Anzai, Heliane Nunes, Nasr Chaul e Tenório Netto.
[252] Maria L. Rosa, Maria A. Alencar, Leni Anzai, Julia Magalinski e Marisis Oliveira.
[253] Brito (1982), Salgueiro (1982) e Silva (1988).

advindos de correntes teóricas marxistas, o que aconteceu, também, com suas investigações sobre história regional.

Para finalizar esse capítulo, entendemos que seria fundamental registrar não só o papel exercido por alguns periódicos[254] na divulgação de pesquisas acadêmicas realizadas naquele período, assim como a importância desempenhada pelo CEGRAF/UFG[255] e pela Editora da UCG na circulação do conhecimento produzido sobre história regional em Goiás nos anos 80. A Revista *Estudos Goianienses* da UCG, que circulava desde 1973, continuou a publicar ensaios fruto de estudos feitos por professores da UCG e de outras instituições. Conservando esse nome até 1983, tal periódico[256] dedicou seu último número à publicação de estudos sobre Marx, explorando variadas análises de seu pensamento a partir da possibilidade de intersecção com as diferentes áreas do conhecimento. No caso propriamente da historiografia, foi editado o ensaio de Luis Palacin (1983c), intitulado *Marx e a História*. A partir de 1984, mesmo com a nova denominação, preservada até os dias atuais, qual seja, a de Revista *Estudos,* o periódico, de circulação trimestral, manteve seu perfil multidisciplinar. No tocante aos textos historiográficos, notamos que alguns deles tiveram relação com as efemérides históricas comemoradas naquela década, o centenário da abolição da escravatura no Brasil, em 1988, e os ducentésimo aniversário da Revolução Francesa, em 1989. Concernentes aos estudos, especificamente, sobre história regional foram publicados três ensaios: *O trabalho escravista na última fase do cativeiro em Goiás e os lances finais de sua abolição*, de Gilka Salles (1988), *Aspectos histórico-econômicos de Goiás (1930-1960)*, de Éber Vaz (1989), *Avá-Canoeiro: a falsa teoria de sua origem mestiça*, de Dulce Madalena Rios Pedroso (1989).

Na Universidade Federal de Goiás, por sua vez, foi criada, em 1981, a Revista do ICHL (Instituto de Ciências Humanas e Letras)[257], que tinha a finalidade de publicar estudos, ensaios, pesquisas e resenhas dos interessados em divulgar os seus trabalhos. Na tentativa de divulgar as pesquisas realizadas por docentes da UFG, tal periódico publicou vários estudos e investigações

[254] É preciso ressaltar que os historiadores acadêmicos continuaram, na década de 1980, publicando alguns de seus trabalhos na Revista do IHGG, mas, com menor frequência, do que nos anos 70.
[255] Inicialmente denominada de Comissão Editorial da Editora da Universidade Federal de Goiás, o CEGRAF/UFG (hoje Centro Editorial e Gráfico da Editora da Universidade Federal de Goiás) foi fundado, em 1978, e, neste mesmo ano, teve como primeira publicação a obra *Almanach da Província de Goyaz (para o anno de 1886)*, de Antonio José da Costa Brand, considerada como o número inaugural da *Coleção Documentos Goianos*.
[256] A partir do volume 09, de 1982, o periódico adquiriu registro ISSN 0101-6156.
[257] Com o desmembramento do ICHL, ocorrido na segunda metade dos anos 1980, a *Revista do ICHL* deu origem, na década de 1990, a dois periódicos: *Ciências Humanas em Revista* e *Letras em Revista*.

científicas feitas por profissionais de diferentes áreas do conhecimento que abrangiam o instituto: História, Ciências Sociais, Filosofia, Antropologia, Psicologia, Ciência Política, Letras, Comunicação, Educação e Arqueologia. Dentre os textos produzidos por historiadores e publicados nesse periódico, nos anos 1980, é possível resgatarmos os de autoria de Gilka Salles (1981), *O povoamento de Goiás (1736-1970)*; de Maria A. S. de Moraes (1982), *Goiás e a campanha de Hermes e Rui*; de Sérgio Paulo Moreyra (1982), *À sombra do ouro*; de Luis Palacin (1982), *Política Pombalina em Goiás: contrastes*; de Barsanufo G. Borges (1982), *O Despertar dos Dormentes: a penetração da Estrada de Ferro em Goiás*; de Jan Magalinski (1983), *Imigrantes alemães em Goiás*; de Janaína P. Amado (1984), *A pesquisa no curso de graduação em História: uma experiência*; de Nasr Chaul e Maria Amélia Alencar (1984), *1930: Das generalizações à análise regional*; de Eliane G. Dayrell (1984), *A bancada do PCB na Assembléia Legislativa de Goiás (1947-1948)* e de Lena C. Branco de Freitas (1984), *Considerações sobre a História*.

Nesse decêndio em pauta, o CEGRAF/UFG e a Editora da UCG também se constituíram em importantes canais de publicação das pesquisas acadêmicas e estudos feitos por professores da UFG e UCG. Além da divulgação de obras tidas como importantes fontes para investigação sobre história de Goiás. Pela Editora da UCG foram publicadas as dissertações de mestrado de Heliana A. Salgueiro (1983), *A Singularidade da obra de Veiga Valle* e a de Maria Luiza A. Rosa (1984), que veio com título modificado[258], *Dos Bulhões aos Caiado: um estudo da história política de Goiás (1809-1909)*. Entre o repertório de publicações do CEGRAF/UFG, duas séries tiveram papel fundamental no tocante às investigações voltadas para história regional, as *Coleções Documentos Goianos* e *Teses Universitárias*[259]. Pela *Coleção Documentos Goianos*, foram publicadas as dissertações de Jan Magalinski (1980), que apresentou um título diferente do original, *Deslocados de Guerra em Goiás: imigrantes poloneses em Itaberaí*[260] e a de Nasr F. Chaul (1988), *A construção de Goiânia e a transferência da capital*. Já pela *Coleção Teses Universitárias*, foram publicadas as dissertações de mestrado de Zildete I. Martins (1983), *A participação de Goiás na Guerra do Paraguai (1864-1870)*, de Maria E. Carneiro (1988), *A*

[258] Título da dissertação (1981), *História de uma transição de Oligarquias: Goiás (1899-1909)*.
[259] É importante ter conhecimento que ambas as coleções iniciaram suas publicações no final da década de 1970, no entanto, resolvemos inseri-las nessa análise sobre a produção historiográfica acadêmica dos anos 1980, pois foi somente nesse decênio em questão que as duas séries iniciaram a edição de pesquisas dessa historiografia acadêmica.
[260] Título original da dissertação, de 1978, *Cooperativa de Imigrantes em Itaberaí - Estudo da fixação de deslocados de guerra na zona rural de Goiás.*

*Revolta Camponesa de Formoso e Trombas*, e do professor Eurípedes Funes (1986), *Goiás 1800-1850: um período de transição da mineração à agropecuária*, além da tese de doutorado da professora Gilka V. Salles (1983), *Economia e Escravidão em Goiás Colonial*. O CEGRAF/UFG ainda editou as pesquisas dos professores Luis Palacin (1983a e 1983b), *Subversão e Corrupção: um estudo da administração pombalina em Goiás* e *Patrimônio Histórico de Goiás*, Dalísia E. M. Doles (1984), *Arquivos Cartoriais: Anápolis, Catalão e Jataí*, além da dissertação de mestrado (adaptada) de Francisco Itami Campos (1983), *O Coronelismo em Goiás*[261]. Outras dissertações de mestrado, teses de doutorado e pesquisas de professores dessas duas instituições, elaboradas nos anos 1980, também foram publicadas na década de 1990. Mas isso será apenas um, da variedade de temas que serão abordados no último capítulo da tese.

[261] Título original da dissertação defendida na UFMG (1975), *Coronelismo em estado periférico: Goiás na Primeira República*. A obra *Coronelismo em Goiás* teve 1ª reimpressão, pelo CEGRAF/UFG, em 1987.

## CAPÍTULO 5 – UM TRÁFEGO ENTRE VIAS HISTORIOGRÁFICAS: A PRODUÇÃO HISTÓRICA EM GOIÁS NA DÉCADA DE 1990

Seguindo avante em nossa expedição analítica sobre os caminhos trilhados pela produção historiográfica em Goiás, adentramos às vias historiográficas abertas pelas pesquisas da década de 1990, último itinerário de nossa extensa empreitada reflexiva. Nesse período em questão, houve um crescimento vertiginoso do número de pesquisas em Goiás e os trabalhos em história regional acompanharam essa tendência ascendente. Considerando só as dissertações[262] do Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias da UFG, foram noventa e uma (91) pesquisas elaboradas, sendo que, setenta e seis (76) delas, versaram sobre objetos relacionados à história de Goiás. E são essas últimas investigações, somadas a outros trabalhos[263], que se converteram na base de nossa análise acerca da produção historiográfica regional desse decênio.

Coligindo e examinando essas pesquisas, observamos que os historiadores experimentaram uma variedade de temas e abordagens, cuja diversidade reflete bem o panorama da historiografia daquele período. Notamos, ainda, que as linhas de pesquisa do Programa de Mestrado (História e Região, História das Relações Cidade-Campo e História da Terra e Trabalho), consolidadas no final da década de 1980, influíram bastante no direcionamento temático de muitas investigações.

Além disso, é imprescindível ressaltar que o Departamento de História da UFG passou por uma significativa reformulação em seu quadro de docentes ao longo dos anos 1990. Oriundos de outros espaços acadêmicos e até de outras tradições historiográficas, esses professores recém-chegados contribuíram para estimular novas discussões, promover outros tipos de abordagem e trazer outras perspectivas teóricas para o ambiente historiográfico goiano. Entretanto, esses novos ventos historiográficos que começaram a soprar no estado não se deram, exclusivamente, por causa do ingresso desses novos docentes. Já se delineava, em termos nacionais, algumas mudanças na forma de se conceber a produção de conhecimento histórico, e tais modificações, ainda que

[262] Embora não tenhamos investigado as razões institucionais desse crescimento vertiginoso do número de pesquisas, acreditamos ser importante registrar que a quantidade de bolsistas nessa década alcançou, igualmente, um patamar considerável, tendo em vista que, desses setenta e seis (76) mestrandos que se dedicaram à pesquisa de temas regionais/locais, onze (11) foram bolsistas do CNPq e vinte e oito (28) foram bolsistas da CAPES.

[263] Nossa análise acerca da produção historiográfica dos anos 1990 também contempla outras pesquisas que não só as dissertações de mestrado elaboradas no interior do Programa da UFG. Agregamos a esse rol de fontes, outras pesquisas e teses confeccionadas no período: *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*, de Nasr F. Chaul (1995); *Coronelismo no extremo norte de Goiás: O padre João e as três revoluções de Boa Vista*, de Luis Palacin (1990); *História de Goiás em documentos (colônia)*, de Palacin, Ledonias Garcia e Janaína Amado (1995); *História Política de Catalão* (1994), de Luis Palacin, Nasr Chaul e Juarez Barbosa.

mais tardiamente, foram sentidas no território goiano, sendo assimiladas por alguns professores que já atuavam no estado. Espreitando o quadro a seguir (o de nº 6), verificaremos o grande volume de pesquisas afloradas nessa época, a maior diversidade temática das investigações se comparada a anos anteriores e, sobretudo, a quantidade e a natureza dos trabalhos que cada professor orientou nesse quadrante temporal:

**Quadro 6 – Nº de orientações por docente/história regional/local (Programa de Mestrado em História da UFG - década de 1990)**

| Docente/Nº de Orientações | Mestrandos (as) | Título do trabalho | Ano de defesa |
|---|---|---|---|
| **Gilka Salles (19 orientações)** | Heloísa Capel | Flores de Goiás: tradição e transformação | 1990 |
| | Maurides B. M. Filha | A trajetória do diamante em Goiás | 1990 |
| | Jézus M. de Ataídes | Sob o signo da violência: colonizadores e kayapó | 1991 |
| | Maristela P. Gumiero | Os tropeiros na história de Goiás (XVIII e XIX) | 1991 |
| | Liliana P. L. Sepúlveda Pereira | Os conflitos pela terra na região do bico do papagaio: Tocantins (década de 1980) | 1991 |
| | Eurípedes B. Abreu | Contatos Interetnicos em Goiás colonial | 1992 |
| | Mario Aldighieri | Josimo: uma vida no conflito social do Bico do Papagaio | 1992 |
| | Giuseppe Bertazzo | De Veneza a Nova Veneza: imigração italiana em Goiás (1912) | 1992 |
| | Enyr A. G. de Freitas | Assentamento "Mosquito": um registro para a história da reforma agrária em Goiás | 1994 |
| | Eunice de O. Rios | Goiás – transformação da paisagem: "Região do Rio dos Bois" (1950-1990) | 1994 |
| | Margareth P. Arbués | A migração e a construção de uma (nova)identidade regional | 1995 |
| | Maria A. Echegaray | A inovação tecnológica na zona rural: estudo em dez municípios | 1995 |
| | Luiz A. L. Gomes | A dolorosa transição: de trabalhadores sem terra a trabalhadores com a terra | 1995 |
| | Eliana A. Sersocima | Laços solidários nas comunidades rurais do município de Goiás (1900-1994) | 1995 |
| | Welton F. de Souza | O êxodo rural e o desafio urbano de Goiânia | 1995 |
| | Wilma M. Amorim | O amarelo da soja invade o cerrado | 1996 |
| | José L. de Castro | A organização da Igreja Católica na Capitania de Goiás (1726-1930) | 1998 |
| | Marcelo R. Mendonça | A questão regional e o campesinato: a alhicultura em Catalão | 1998 |
| | Martiniano J. da Silva | Quilombos do Brasil Central (1719-1888): introdução ao estudo da escravidão | 1998 |
| **Luis Palacin (09 orientações)** | Maria do Espírito Santo R. Cavalcante | O movimento separatista do norte de Goiás (1821-1988) | 1990 |
| | Elianda F. A. Tiballi | A expansão do povoamento em Goiás (século XIX) | 1991 |
| | Wolmir T. Amado | A Igreja Católica e a questão agrária em Goiás (década de 50 e meados de 60) | 1992 |
| | Dulce M. R. Pedroso | Avá-Canoeiro: a história do povo invisível (séculos XVIII-XIX) | 1992 |
| | Napoleão A. de Aquino | A construção da Belém-Brasília e a modernidade no Tocantins | 1996 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Luis Palacin (09 orientações)** | Edivaldo A. dos Santos | Os dominicanos em Goiás e Tocantins (1881-1930): fundação e consolidação da missão dominicana no Brasil | 1996 |
| | Maria de Fátima Oliveira | Um porto no sertão: cultura e cotidiano em Porto Nacional (1880-1910) | 1997 |
| | Gustavo Neiva Coelho | A formação do espaço urbano nas vilas do ouro em Goiás: o caso de Vila Boa | 1997 |
| | Ronaldo Ferreira Vaz | Da separação Igreja-Estado em Goiás à nova cristandade (1891-1955) | 1997 |
| **Eliane G. Dayrell (02 orientações)** | Eliane Martins C. Manso Pereira | O realismo maravilhoso de Siron Franco: uma arte crítica à mentalidade dominadora na América Latina | 1990 |
| | Maria Lúcia Vannuchi Tomazini | Mulher Gari: história e memória da força de trabalho feminino – Goiânia (1979-1988) | 1990 |
| **Jane Jarques (01 orientação)** | Ruth Castro (1992) | MEB: uma estratégia de comunicação com o homem do campo | 1992 |
| **Maria S. França (01 orientação)** | Helena Angélica de Mesquita | A modernização da agricultura: um caso em Catalão-GO | 1993 |
| **Ana Lúcia da Silva (05 orientações)** | Paulo Rodrigues Ribeiro | Agroindústria e pequena produção no município de Itumbiara (1960-1980) | 1990 |
| | Maria de Araújo Nepomuceno | A ilusão pedagógica (1930-1945): Estado, sociedade e educação em Goiás | 1991 |
| | Carlos J. Parada Filho | Quando a corda arrebenta do lado mais forte: senhores e escravos em Goiás (século XIX) | 1992 |
| | Éber Vaz | A modernização da agricultura e as relações de trabalho no sudoeste goiano: a situação do trabalhador volante no corte de cana (1964-1989) | 1992 |
| | Henrique Carlos Labaig | O cooperativismo agrícola e sua participação no desenvolvimento capitalista do sudoeste goiano (1960-1990) | 1995 |
| **Dalísia Doles (06 orientações)** | Fátima A. Costa Mota | Imigração japonesa em Goiás: a colônia ou a ilusão do cerrado? | 1992 |
| | Nivaldo dos Santos | Desenvolvimento capitalista e modificações na relações de trabalho no campo em Goiás | 1992 |
| | Neuza M. Barbeiro Alves | Agricultura e indústria: o poder no complexo agroindustrial (estudo de caso da empresa Arisco) | 1994 |
| | Maria Beatriz Ribeiro Costa | A Revolução de 1930 e a Revista Oeste na consolidação de Goiânia: do bandeirismo utópico à concretização do discurso | 1994 |
| | Suely F. L. Molina | Engenhos de Rapadura: Agroindústria em Quirinópolis | 1994 |
| | Edma José Silva | Sesmarias: Capitania de Goiás (1726-1770) | 1994 |
| **Francisco Itami Campos (04 orientações)** | Dalva Maria B. de Lima Dias de Souza | 1964 em Goiás: o ovo da serpente (Militares e proprietários de terras na gestação da ditadura) | 1991 |
| | Sônia A. Lobo | Estado e violência no campo em Goiás (1950-1960) | 1994 |
| | Vilma de F. Machado | Sudoeste de Goiás: desenvolvimento desigual | 1996 |
| | Maria Lúcia Fonseca | Coronelismo e cotidiano: Morrinhos (1889-1930) | 1997 |
| **Janaína Amado (01 orientação)** | Romualdo P. Campos Filho | A esquerda em armas: história da Guerrilha do Araguaia (1972-1975 | 1995 |
| **Lena Castello Branco (03 orientações)** | Cristina de Cássia Pereira Moraes | As estratégias de purificação dos espaços na capital da Província de Goiás (1835-1843) | 1995 |
| | Juscelino Martins Polonial | A Estrada de Ferro Goiás e o processo de de urbanização de Anápolis (1907-1994) | 1995 |
| | Maria José Bittar | As três faces de Eva na cidade de Goiás | 1997 |
| | Libertad B. Bittencourt | Produção familiar e estratégias produtivas em Goiás (estudo em sete municípios) | 1995 |
| | Terezinha M. Duarte | Se as paredes da catedral falassem: a Arquidiocese de Goiás e o Regime Militar em Goiás | 1996 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| **Holien G. Bezerra (06 orientações)** | Gracy Tadeu da Silva Ferreira | O coronelismo no Estado de Goiás (1889-1930): as construções do fenômeno pela história e pela literatura | 1997 |
| | Deuzair J. da Silva | Cultura e sociedade: município de Fazenda Nova | 1997 |
| | Ibernize da Silva | A patente intelectual na agricultura e o agribusiness goiano | 1997 |
| | Raymar L. Santos | A modernização da agricultura em Goiás na perspectiva da pesquisa agropecuária | 1999 |
| **Nasr F. Chaul (05 orientações)** | Miriam B. Ribeiro | Memória, família e poder: história de uma permanência política – Os Caiado em Goiás | 1996 |
| | Margarida M. da Silva Corrêa | Da construção do olhar europeu sobre o Novo Mundo ao (re)descobrimento do Reino Tropical | 1997 |
| | Ramir Curado | História, memória e identidade nos arraiais de Corumbá e Meia Ponte – estudo de núcleos comparados (1730-1850) | 1999 |
| | Erland Bilac Medeiros | O irismo em Goiás (1965-1986): um estilo populista | 1999 |
| | Gleidson de Oliveira Moreira | Trajetória de uma família italiana em Goiás: o caso dos Balestra | 1999 |
| **Barsanufo G. Borges (03 orientações)** | Eron M. de Amorim | Morrinhos: Coronelismo e Modernização (1889-1930) | 1998 |
| | Paulo Borges. C. Júnior | A transferência da sede da "Goiás" para Goiânia (1954) | 1998 |
| | Aroldo M. Ferreira | Urbanização e arquitetura na região da Estrada de Ferro Goiás – E. F. Goiás: Cidade de Pires do Rio, um exemplar em estudo | 1999 |
| **Olga Cabrera Garcia (02 orientações)** | Danilo Rabelo | Os excessos do corpo: a normatização dos comportamentos na cidade de Goiás | 1997 |
| | Júlia Bueno de Morais Silva | O interior e sua importância no projeto centralizador do Brasil: Anápolis (anos 20-30) | 1997 |
| **Leandro M. Rocha (01 orientação)** | Waldinice Maria do Nascimento | Para onde pende a balança: a aplicação da Justiça em Goiás (1820-1890) | 1997 |
| **Heliane P. Nunes (02 orientações)** | Roseli M. Tristão | Formas de vida familiar na cidade de Goiás nos séculos XVIII e XIX | 1998 |
| | Diane Valdez | Filhos do pecado, moleques e curumins: imagens da infância nas terras goianas do século XIX | 1999 |
| **Luiz Sérgio D. da Silva (03 orientações)** | Luciano da Fonseca | Jaraguá: tradição e modernização | 1999 |
| | Adriana M. Oliveira | Uma ponte para o século XIX: um estudo da casa meiapontense | 1999 |
| | Eliézer C. de Oliveira | Imagens e mudança cultural em Goiás | 1999 |
| **Dulce A. Santos (01 orientação)** | Cristina Helou Gomide | Centralismo político e tradição histórica: Cidade de Goiás (1930-1978) | 1999 |
| **Élio G. Duarte (02 orientações)** | Carlos Ugo Giannotti | Chapadão do Céu: modernização da agricultura no sudoeste goiano (estudo de caso) | 1999 |
| | Isidoro Revers | Oposição sindical dos trabalhadores rurais de Goiás (1973-1993): concepções e prática sindical a partir da Ação Pastoral da Igreja | 1999 |

**Fonte: Dados da pesquisa junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UFG**

É possível perceber que até a primeira metade da década, os professores "mais antigos" do departamento, como Gilka Salles, Luis Palacin, Dalísia Doles, Ana Lúcia da Silva, Lena Castello Branco, foram os que mais orientaram. Nessa transição entre docentes que chegavam (alguns sem doutorado), outros que saíram para doutoramento ou que se transferiram para outras unidades, outros envolvidos em cargos de gestão, alguns professores, especialmente Gilka Salles, acabaram tendo uma sobrecarga no trabalho de orientação. Por conseguinte, era muito difícil ocorrer àquela

época, como vemos hoje, um agrupamento temático ou teórico em torno dos orientadores, isto é, a possibilidade de os professores orientarem, com maior frequência, estudiosos que desenvolviam pesquisas sobre temas ou em domínios historiográficos afins às reflexões por eles produzidas. Essa tendência começou a se delinear nos últimos anos da década de 1990, tornando-se, de fato, um formato acadêmico somente no decênio posterior.

Os temas e objetos históricos aflorados ao largo dessa década já denunciam a coexistência de diferentes orientações historiográficas nesse período. Ao explorarmos esse rol de investigações, constatamos que, até meados da década, as perspectivas teóricas marxistas continuaram grassando no interior da produção historiográfica regional, assim como fora nos anos 1980. Todavia, observamos que se tratava de "antigos" e "novos" marxismos. Aquele ainda marcado por uma esquerda brasileira muito próxima às reflexões propostas pela Escola Sociológica Paulista, com José de Souza Martins, José Graziano da Silva e Francisco de Oliveira, e um "recente" marxismo, matizado por correntes até então pouco acessadas pelos historiadores goianos, como a Escola Social Inglesa, especialmente, Edward Thompson, ou partir das teorizações promovidas por Antonio Gramsci. Mas em meio a essa dominância teórica marxista, algumas matrizes historiográficas ligadas à "Nova História" também começaram a se fazer presentes em trabalhos do início do decêndio.

Como não poderia ser diferente, o ambiente historiográfico goiano também fora atingido pelos reflexos da "crise ontológica" (FALCON, 2002) que se alastrou pelo mundo ocidental. Manifestada no Brasil, mormente, durante os anos 80, essa crise evidenciou a descrença em relação a muitos "paradigmas da modernidade". O fracasso dos projetos políticos das esquerdas, a desesperança com relação aos grandes modelos de desenvolvimento e o esfacelamento do "socialismo real" concorreram para que o marxismo (tanto como orientação política, como diretriz teórica) experimentasse um profundo desgaste. Nesse contexto, a História, como campo disciplinar, também passou por uma "crise epistemológica" (FALCON, 2002). Tendo seu estatuto colocado em xeque, questionou-se a possibilidade de a História elaborar conhecimento racionalmente orientado acerca da experiência humana do passado. A chamada "crítica pós-moderna ou narrativista" alardeava que a historiografia não passava de um mero discurso construído a partir das representações do historiador e, por isso, questionável quanto à possibilidade de promover, de fato, uma apreensão cognitiva de realidade passadas. Essas crises ("ontológica" e "epistemológica") confluíram para um crescente abandono dos grandes modelos

explicativos, o que favoreceu a aproximação de concepções analíticas voltadas para temas, abordagens e objetos históricos mais específicos. É observando esse contexto que compreendemos como a crise/resistência do marxismo (seja como explicação da realidade social ou como agenda política) e a ascensão da "nova história" e da "história cultural" marcaram, vigorosamente, a produção historiográfica em Goiás nos anos 1990.

Entendemos que essa década em questão tratou-se de um momento em que o espaço acadêmico goiano experimentou o cruzamento de diferentes vias historiográficas, o marxismo e a "nova história", que depois, desaguou, na "história cultural". Foi um período em que essas matrizes teóricas se encontraram, se repulsaram, estabeleceram limites, mas também promoveram inter-relações. Fase de coexistência conflituosa entre "antigas" e "novas" perspectivas historiográficas, momento em que o território historiográfico goiano foi convertido em zona de contato, mas que, ao seu final, foi se acomodando ao ajuste, adequando-se às novas diretrizes teóricas que se estabeleciam como dominantes. Por isso, enxergamos que, nos anos 1990, a produção historiográfica regional experimentou um período, ao mesmo tempo, "de fronteira" e "de passagem historiográfica", ou seja, foi um contexto em que se deu não só "choques de perspectivas de interpretação" como também a paulatina transferência da "hegemonia" teórica das correntes marxistas para as diversas vertentes da "história cultural", cujo predomínio teórico-metodológico foi sedimentado, de fato, na década posterior.

Nesse tráfego entre matrizes teóricas marxistas e as da "história cultural" que, aos poucos, aportavam em Goiás, verificamos que muitos historiadores mostraram-se predispostos a recuperar as experiências dos chamados "excluídos da história". Dentre essas novas propostas historiográficas que começaram a circular entre os pesquisadores goianos, a história do cotidiano foi uma das tendências analíticas que mais nos informaram sobre esse "trânsito" entre vias interpretativas que caracterizara esse "período de fronteira historiográfica". Da visibilidade emprestada à dimensão social, fruto da proximidade com o marxismo, esses estudos sobre o cotidiano deslocaram seu enfoque para o caráter simbólico das relações humanas, abordagem, cada vez mais, contígua às orientações interpretativas oriundas da "história cultural". Essa história do cotidiano veio permeada, em grande medida, por um diálogo com a antropologia, apropriando-se, especialmente, dos princípios analíticos propostos por Clifford Geertz. Ademais, reflexões produzidas por historiadores como Jacques Le Goff, Philippe Ariès, Georges Duby, André Burguière, Michel de Certeau, Roger Chartier, Carlo Ginzburg, Lynn Hunt, Pierre Nora, Peter

Burke, dentre outros, estavam sendo, cada vez mais, incorporadas às pesquisas formuladas no estado de Goiás.

Verificamos ainda que diversos foram os caminhos escolhidos pelos pesquisadores para se abrigarem à sombra teórica dessas vertentes da "história cultural", sobretudo a partir da segunda metade da década. A primeira aproximação foi com autores ligados à tradição francesa da *Nouvelle Histoire* (Le Goff, Georges Duby, Michel Vovelle, Roger Chartier). Posteriormente, vieram outras influências teóricas como a de Carlo Ginzburg, Michel Foucault, Mikhail Bakhtin, dentre outros. Mas, em geral, foram apropriações teóricas que, inicialmente, mostraram-se diluídas e, em certos casos, até fragmentárias, manifestando a tendência de se extrair, de um e de outro autor, os elementos teóricos e metodológicos que fossem mais apropriados às suas análises. É preciso ressalvar, todavia, que essa aproximação com as variadas linhas interpretativas da história cultural se deu de modo paulatino e não significou o abandono por completo dos aportes teóricos marxistas.

Outros reflexos da chegada dessas novas tendências teóricas puderam ser vistos no uso frequente de conceitos como os de "representação", "imaginário" e "identidade", nos novos enfoques dirigidos às fontes históricas, na adoção de novas metodologias como a "análise do discurso" e por algumas mudanças no âmbito da escrita da História. Além é claro, de uma diversidade de "objetos" e "temas" que foram investigados somente a partir dessa década: a história do cotidiano (sob uma perspectiva cultural); os estudos no campo da etno-história e voltados para as relações étnicas; as reflexões sobre a intrincada relação entre os espaços público e privado; análises sobre a normatização dos comportamentos e acerca da formação das identidades regionais e/ou locais; a atenção destinada para a problemática do discurso e das representações, para as relações de gênero e para o patrimônio histórico; os estudos sobre a cidade (do ponto de vista arquitetônico e cultural e não meramente social), sobre a família e a infância.

Nessas andanças pela produção histórica dos anos 90, avistamos ainda muitos historiadores ávidos por reverem determinadas linhas interpretativas assentadas pela historiografia regional. Reabilitaremos, assim, alguns desses empreendimentos críticos, dedicando especial atenção à proposta de revisão historiográfica que mais viçou entre os especialistas em história regional, a elaborada pelo professor Nasr Chaul em *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Embora essa empreitada tenha granjeado amplo reconhecimento pela ressonância que alcançou, recuperaremos alguns *insights* críticos apresentados, anteriormente, por

Paulo Bertran e Sérgio Paulo Moreyra, pois acreditamos que esses exercícios lançaram alguns fundamentos da crítica historiográfica que fora, ulteriormente, aprofundada e aperfeiçoada por Chaul. E em razão dos ecos produzidos pelo trabalho desse historiador, mapearemos a repercussão dessa revisão historiográfica em pesquisas elaboradas na segunda metade da década de 1990. Por fim, evidenciaremos que alguns desses empreendimentos críticos abrigavam, ao mesmo tempo, um anseio por desconstruir determinadas perspectivas e proposições históricas já sedimentadas na historiografia regional e, ao mesmo tempo, a tentativa de se mirar os fenômenos históricos regionais a partir de um "olhar nativo", isto é, um olhar atento às particularidades sociais, econômicas e culturais das experiências históricas "goianas", cuidadoso quanto às interpretações que "distorciam" a compreensão dessa historicidade "sertaneja" ao compará-la, mesmo que de forma latente, com outros espaços e temporalidades e, sobretudo, um olhar desejoso por reordenar a identidade histórica regional.

## 5.1. Outros ventos historiográficos soprando em Goiás: um novo contexto de produção

Esquadrinhando as variadas alamedas, sendas e caminhos mais largos percorridos pela historiografia acadêmica em Goiás nos anos 1990, constatamos que a década em questão pode ser vista, em termos gerais, como um momento de "trânsito" entre algumas vias historiográficas principais. Observando o painel historiográfico dessa época, é perceptível a movimentação, por parte dos pesquisadores, entre um projeto historiográfico que, desde fins dos anos 70, colocara-se como predominante no estado, e outro empreendimento que, incorporado ao cenário acadêmico goiano nessa quadra temporal em pauta, iria se estabelecer, de fato, como "hegemônico" somente na década seguinte.

Tratemos de aclarar melhor essa assertiva. Até meados dos anos 90, verificamos que, no interior da produção historiográfica em Goiás, havia um predomínio de investigações marcadas por linhas teórico-interpretativas de cunho marxista, o que, de certo modo, representava uma continuidade em relação ao painel historiográfico dos anos 80[264]. Neste mapeamento, notamos ainda que, a partir da segunda metade da década, na medida em que ocorria o empalidecer dos trabalhos com sustentação teórica marxista, experimentava-se o ascender de elementos teóricos, metodológicos e focos de abordagem ligados à chamada "Nova História" que, logo em seguida, desaguaria numa dominância de vertentes da "(Nova) História Cultural". Mas é preciso frisar: tratou-se de uma fase de "trânsito entre caminhos historiográficos", entrecortado por relações de força intelectuais, por interpenetrações de perspectivas e por intempéries institucionais.

Observando, panoramicamente, alguns temas irrompidos ao largo dessa década, é possível detectar, de forma preliminar, a coexistência dessas diferentes orientações historiográficas. Temas como a modernização da agricultura e seus impactos socioeconômicos em Goiás; os movimentos sociais no campo; a formação dos complexos agroindustriais no estado; o cooperativismo entre produtores rurais; a imigração estrangeira; o coronelismo na Primeira República; a Igreja Católica em Goiás e sua relação com os movimentos sociais, com a questão agrária e com o Regime Militar; se mesclaram com a história da(s) mulher(es) e das relações de gênero; o cotidiano; a micro-história; as relações étnico-culturais; a história urbana; os estudos sobre a normatização dos

[264] É necessário ressaltar que, em muitas pesquisas, já se tratava de um marxismo matizado e até pungido (em certos casos) por concepções explicativas atentas aos fenômenos no âmbito da cultura.

comportamentos e dos espaços; as investigações acerca da família, da infância e das sociabilidades.

Evidentemente, vários fatores concorreram para que o ambiente acadêmico goiano e a resultante produção historiográfica oriunda desse espaço ficassem marcados pela convivência (não sem conflitos) entre essas diferentes orientações historiográficas. Em primeiro lugar, já é sabido que, desde as décadas anteriores, o marxismo, não só enquanto projeto político, mas como orientação teórica, experimentava um sério desgaste em nível mundial. No tocante a esse tema, Astor Diehl situou com propriedade a questão:

> [...] constata-se que a crise do marxismo e sua significação, bem como o surgimento das chamadas "novas" teorias da história, devem ser vistas no contexto da modernidade e da razão. O pensamento de Marx é um produto da razão moderna e, nesse sentido, carrega consigo as conquistas e os limites da própria modernidade (DIEHL, 2004, p. 154)

Longe de ser uma crise especificamente marxista, houve, a partir de fins década de 1960, uma espécie descrença com relação a muitos "paradigmas da modernidade". Os grandes modelos de desenvolvimento, as construções utópicas do século XIX e XX foram, acidamente, questionadas. Conceitos que se pretendiam universais, como otimismo histórico, progresso e desenvolvimento foram fraturados por um pessimismo quanto as suas possibilidades reais de concretização. Essa crise dos "projetos modernos" e a crítica às "teorias de modernização" refletiam, em parte, a não concretização das expectativas geradas e a decepção quanto aos efeitos perversos das práticas políticas, sociais e científicas que diziam visar o bem da humanidade. Esse momento de reflexão foi marcado por um tipo de filosofia da cultura pessimista quanto aos pressupostos otimistas que indicaram, a partir do iluminismo, as certezas de uma evolução contínua e ilimitada da humanidade. Evolução esta que aconteceria em função do progresso acelerado das ciências e das técnicas, entendidas como expressões supremas do valor da verdade e do potencial libertador da "razão".

Essa desesperança foi intensificada, de certo modo, pelo fracasso dos empreendimentos políticos das esquerdas, pelo desalento em relação ao balanço das "revoluções terceiro-mundistas", pelo esfacelamento do chamado "socialismo real", pelos avanços do neoliberalismo capitalista e pela consolidação das pretensões imperialistas de algumas nações. Os mais duros golpes vieram com a queda do Muro de Berlim (1989) e a desagregação da URSS nos anos 1990.

Somado a isso, é preciso acrescentar que "as intentonas revolucionárias de 1968" (MALERBA, 2009, p. 15), a crítica pós-estruturalista e a crescente globalização também contribuíram para minar alguns importantes referenciais da cultura ocidental moderna, como, por exemplo, as identidades nacionais. Nesse sentido, a ideia de um sujeito moderno centrado, unificado, racional e homogêneo foi, amplamente, questionada. Esse "descentramento" do sujeito alargou as retinas humanas para as identidades fragmentárias existentes no universo social. Houve, então, uma fissura na concepção de uma identidade-mestra em face à emergência de identidades particulares: como a das mulheres, dos negros, das minorias étnicas, dos homossexuais, além da crescente preocupação com as questões relacionadas ao meio ambiente e às liberdades individuais.

Nesse contexto de "crise ontológica"[265], a disciplina histórica não saiu ilesa. A História acabou sendo objeto de questionamento quanto a seu próprio estatuto, ou seja, quanto a possibilidade de se elaborar conhecimento racionalmente orientado sobre a experiência humana do passado. A dúvida central se dirigia à própria possibilidade de uma apreensão cognitiva do real. Os chamados "pós-modernos", protagonistas dessa "crítica epistemológica", advogavam que os discursos históricos não passavam de meras representações do historiador. Essa postura crítica acerca da real possibilidade do tratamento científico do objeto histórico seria resultado do chamado *Linguist Turn* (giro lingüístico), postura crítica aflorada entre os anos 60 e 70. Encarando o texto histórico como um "artefato" lingüístico, elaborado segundo princípios literários, os "pós-modernos" criticavam a busca, intentada pelos historiadores, de representar o passado em sentido epistemológico. Isso porque a história seria sempre uma construção pessoal, manifestação da perspectiva do historiador como "narrador". Logo, o passado que "conhecemos" é sempre algo contingente em relação às concepções e ao presente do historiador.

Em meio a essa crise "epistemológica"[266], observou-se que o "fracasso" dos grandes modelos de desenvolvimento, a "falência" das metanarrativas e a descrença com relação às concepções teóricas totalizantes convergiram para que diversas correntes historiográficas abandonassem a pretensão de abarcar as grandes estruturas históricas ou de construir histórias, por assim dizer, globais. Esse crescente desgaste das abordagens históricas de caráter totalizante pode ser visualizado pela própria crise do marxismo como modelo de explicação da realidade social e pelo caminho tomado pelas novas tendências emergidas no interior dos *Annales*, principalmente

[265] FALCON, F.J.C. "O campo problemático da historiografia contemporânea." In: História Cultural. Uma nova visão sobre a sociedade e a cultura. Rio de Janeiro: Campus, 2002, p.28
[266] FALCON (2002, p. 29)

após o desligamento de Fernand Braudel (aposentado em 1972[267]). Com a emergência do que Peter Burke (1992b) consagrou como "terceira geração dos *Annales*", esse movimento francês primou por um novo tipo de abordagem histórica voltado para o particular, o fragmentário, o microscópico. O serial e as estruturas foram substituídos pelo evento, pela vida, pelas manifestações simbólicas. Os sujeitos históricos ganharam importância frente às grandes estruturas. Nessa transferência do enfoque socioeconômico para o sociocultural (BURKE, 1992, p. 13), a história multiplicou suas "curiosidades" e os fenômenos culturais ganharam a predileção entre os historiadores. Uma diversidade de temas alcançou o protagonismo na cena historiográfica: a sexualidade, a magia, a cultura popular, as sociabilidades, as relações de gênero, o cotidiano, a vida privada, dentre outras temáticas situadas no universo da cultura.

Durante os anos 1980 e 1990, a produção dessa vertente dos *Annales* aportou com força no Brasil e foi, comumente, chamada de "História Nova" (ou "Nova História"). Esses novos feixes historiográficos incidiram sobre autores brasileiros que começaram produzir trabalhos sobre temas até então não pesquisados ou com outros focos de abordagem, especialmente, os relacionados com a conhecida "história das mentalidades". Com a progressiva expansão da *Nouvelle Histoire*, a produção histórica brasileira produziu um quadro de gradativo declínio da abordagem quantitativa, serial e e preocupada com a história estrutural. A recepção dos textos de Thompson, Foucault e dessas novas tendências dos *Annales*, criaram, no Brasil, um progressivo divórcio entre, de um lado, os historiadores especializados em história econômica, social e demográfica, concentrados nos fenômenos de ordem material, atentos às grandes séries documentais ou à quantificação; de outro, os historiadores interessados nas novas abordagens e nos novos objetos, estimulados, sobretudo, em produzir estudos sobre fenômenos culturais.

Todo esse contexto de crise do marxismo (seja como modelo de explicação da realidade social ou como agenda política) e de ascensão da "Nova História" no Brasil produziu novos ventos historiográficos, além de intempéries políticas e intelectuais que também alcançaram as terras goianas. Coincidentemente, foi diante desse cenário que o Departamento de História da Universidade Federal de Goiás, em fins dos anos 80 e ao longo da década de 90, passou por uma significativa reformulação em seu quadro de docentes. Os recém-chegados professores eram, em sua maioria, historiadores (as) formados (as) em outras universidades, e até provenientes de outras

[267] Feroz crítico dos autores ligados à "terceira geração dos *Annales*", Ciro F. Cardoso (1997b) afirmou que, quando Fernand Braudel, em 1969, deixou a direção da Revista, o periódico não só começou sofrer considerável mudança de rumos, como também baixou seu nível.

tradições historiográficas e, certamente, contribuíram para que o ambiente acadêmico goiano experimentasse o afluxo de outras perspectivas de se pensar o conhecimento histórico.

Alguns desses professores admitidos no departamento iriam atuar, imediatamente, na Pós-Graduação, como foram os casos de José Antônio de Camargo Rodrigues de Souza, Olga Rosa Cabrera Garcia e Holien Gonçalves Bezerra. Já outros, mesmo chegando ao final dos 80 ou no início dos 90, só foram incorporados ao Programa de Mestrado após o término de seus doutoramentos, o que ocorreu, em sua maioria, na segunda metade da década. Fazem parte desse grupo, Noé Freire Sandes, Leandro Mendes Rocha, Luiz Sérgio Duarte da Silva e Dulce Oliveira Amarante dos Santos. Houve também os casos de professores que, embora tivessem ingressado na UFG nos anos noventa, fizeram parte do quadro da Pós-Graduação só nos anos 2000. Foram eles: Ana Teresa Marques Gonçalves, Carlos Oiti Berbert e João Alberto da Costa Pinto.

Ao passo que ocorria o ingresso desses novos docentes, os professores com maior tempo de "casa", ao largo dessa década, foram se aposentando e se desligando, aos poucos, do Programa: Dalísia E. Martins Doles, Ana Lúcia da Silva, Gilka Vasconcelos Salles, Eliane G. Dayrell, Lena Castello Branco de Freitas, Luis Palacin, Janaina Amado[268]. Embora alguns deles ainda continuassem ministrando aulas e orientando no Programa de Pós-Graduação mesmo aposentados, como foi o caso de Lena C. B. de Freitas. Outros professores, porém, que já eram efetivos, concluíram doutorado na USP e retornaram para atuar na Graduação e Pós-Graduação: Nasr F. Chaul, Barsanufo Gomides Borges, Élio Garcia Duarte e Heliane Prudente Nunes. Observando, então, esse cenário de chegadas e partidas, fica visível que o Programa de Pós-Graduação em História da UFG passou por uma gradativa mudança em seu quadro de professores/pesquisadores/orientadores nessa quadra temporal.

É fundamental ter presente que a chegada desses professores foi muito importante para aquecer o debate historiográfico em Goiás e acender o interesse por outras perspectivas teóricas, por novas delimitações histórico-temporais, por outras abordagens e por temáticas ainda não visitadas pela produção histórica no estado. Basta observarmos os trabalhos orientados por alguns desses professores, para perceber como eles catalisaram determinados temas e "recortes" (temporais e espaciais) e, desse modo, constatar que, de fato, já ingressaram no ambiente

[268] A professora Janaína Amado foi redistribuída para a Universidade de Brasília.

acadêmico goiano mirando para outros horizontes historiográficos[269]. Podemos citar como exemplo, José Antônio Camargo e as primeiras dissertações sobre História Medieval[270]; Olga Cabrera e as pesquisas sobre o pensamento latino-americano, a história da América Hispânica e do Caribe[271]; Luiz Sérgio e os trabalhos sobre história urbana[272]; Noé Sandes e as investigações atinentes à relação entre História e Memória[273].

É necessário esclarecer, entretanto, que isso não significa que esses docentes que ingressaram no Departamento de História da UFG àquela época foram, diretamente, os responsáveis por esses novos ventos historiográficos que começaram a soprar em Goiás e, por consequência, pela inserção dessas concepções historiográficas que floresceram nesse período. Até porque é possível verificar, em pesquisas do início da década, feitas por outros historiadores e orientadas por professores "da casa", alguns aspectos oriundos da "Nova História". Do mesmo modo, seria um equívoco de nossa parte, considerar a existência de uma homogeneidade de orientações teóricas, de procedimentos metodológicos e de especialidades entre esses pesquisadores que foram admitidos. Como já esboçamos, desde os anos 1980, havia todo um contexto de crítica ao marxismo e de "promoção" da "Nova História" e de outras orientações teóricas no Brasil, cujos reflexos também se fizeram sentir em Goiás e que, portanto, contribuíram

[269] É imprescindível ressaltar, entretanto, que se observamos alguns trabalhos orientados por Gilka Salles e Lena Castello Branco, verificaremos que essas professoras "da casa", por exemplo, mostraram-se abertas a essas novas abordagens e aos novos objetos que se colocaram no proscênio historiográfico àquela quadra, o que denota que essas novas perspectivas não vieram somente com os professores recém-admitidos.

[270] As dissertações de Maria B. Gonçalves (1997), *Os monges de Alcobaça e a política agrária de D. Dinis*, de Jane Santos Tavares (1997), *A visão sócio-política de D. Duarte no Leal Conselheiro e sua legislação*, de Renata C. de Sousa Nascimento (1998), *As duas faces da moeda: a influência da nobreza (1367-1373) e da alta burguesia (1374-1383 na política de D. Fernando*, dentre outros trabalhos elaborados na década de 1990.

[271] Os trabalhos de Eugênio de R. Carvalho (1995), *O projeto utópico da nuestra América de José Marti*, de Kátia Cilene do Couto (2002), *Relações interétnicas nos centrais açucareiros cubanos (1913-1933)*, de Raul P. de B. Batista (2002), *Os canários em Cuba: uma cultura de migração e de trabalho erigindo a revolução do açúcar (década de 80 do século XIX à década de 30 do século XX)*, dentre outros. No tocante a essas e outras pesquisas que abordaram historicamente o Caribe, merece registro a constituição, na UFG, do Centro de Estudos do Caribe no Brasil (CECAB), dirigido pela professora Olga Cabrera. Fundado em 1999 como núcleo de pesquisas e estudos, o CECAB aglutinou pesquisadores interessados em estabelecer reflexões voltadas para um diálogo interdisciplinar e intercultural sobre teorias e espaços culturais do Caribe em sua interface com o mundo Atlântico e latino-americano, sobretudo, com o Brasil. Desde sua fundação, O CECAB passou a organizar, a cada dois anos, o Simpósio Internacional do Centro de Estudos do Caribe, além de lançar seu periódico especializado, a Revista Brasileira do Caribe, vinculada à Universidade Federal do Maranhão. A partir do ano 2000, várias dissertações de mestrado e teses de doutorado do Programa de Pós-Graduação em História foram elaboradas tendo como base esse recorte espacial-temático.

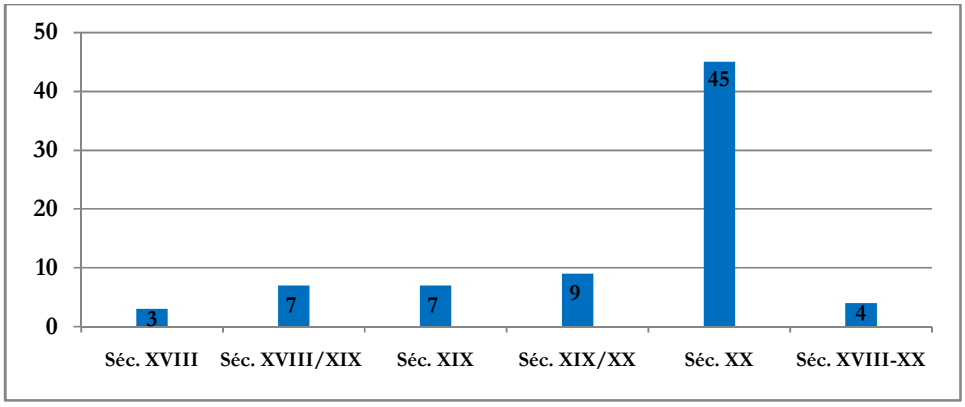
[272] As dissertações de Luciano da Fonseca (1999), *Jaraguá: tradição e modernização*, de Adriana M. V. de Oliveira (1999), *Uma ponte para o século XIX: um estudo da casa meiapontense*, e de Eliézer C. de Oliveira (1999), *Imagens e mudança cultural em Goiânia*, dentre outras.

[273] As pesquisas de Lídia G. de Araújo (2001), *A Coluna Prestes: memória e política em Goiás*, de Roseli de F. Barreto (2001), *As estratégias de memória em Goiás: política cultural e a criação do Museu Pedro Ludovico*, de Fabrizio de A. Ribeiro (2001), *A invenção do Tocantins: memória, história e representação*, dentre outras.

para esse processo de mudança nos referenciais teórico-metodológicos e nos enfoques ocorrido na produção histórica do estado.

Observando esse painel da produção historiográfica elaborada nos anos 1990 em Goiás, é possível perceber continuidades e rupturas em relação ao quadro da década anterior. Assim como nos oitenta, as investigações dos noventa demonstraram a grande predileção dos pesquisadores por objetos históricos ocorridos ao longo do século XX. Mencionamos, noutros capítulos, que a menor dificuldade de acesso às fontes históricas, o melhor estado de conservação das mesmas, ou no caso das fontes orais, a possibilidade de se encontrar testemunhas que vivenciaram o fato estudado, foram algumas das razões metodológicas que favoreceram a preferência por esses fenômenos do passado do novecentos. Entretanto, acreditamos que, nessa época, a preocupação recorrente com alguns temas específicos contribuiu para que a abrangência temporal de um número considerável dessas pesquisas permanecesse concentrada no século XX. Foram os casos, por exemplo, das análises sobre as experiências de modernização da agricultura e os movimentos sociais no campo em Goiás. O gráfico abaixo (nº 5) apresenta o número de dissertações de mestrado confeccionadas no Programa de Pós-Graduação da UFG em relação aos períodos históricos[274] mais abordados:

**Gráfico 5 – Nº de pesquisas por períodos históricos (Década de 1990)**




**Fonte: dados da pesquisa**

Olhando com atenção esses dados, verifica-se que, praticamente, 60% das dissertações trataram de fenômenos históricos ocorridos no século XX. O quantitativo fica ainda maior (de 45

[274] A dissertação de Jézus Ataídes (1991), *Sob o signo da violência: colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil Central*, não entrou nesse cômputo, pois, ao trabalhar com uma abordagem próxima à perspectiva antropológica, não se ateve a uma estrutura temporal definida, embora tenha dedicado parte considerável de sua análise para fenômenos ocorridos nos séculos XVIII e XIX.

para 58 dissertações) se consideradas as pesquisas dedicadas a acontecimentos que transitaram entre os séculos XVIII e XX (09 trabalhos) e àqueles localizados entre o oitocentos e o novecentos (04 investigações). Em termos numéricos, logo em seguida estão as dissertações que se enveredaram ou tangenciaram eventos históricos ocorridos no século XIX. Foram vinte e sete (27) trabalhos no total se englobarmos aqueles que se voltaram, especificamente, ao oitocentos (07 investigações), os que trafegaram entre o XVIII e o XIX (07 pesquisas) e entre o XVIII e o XX (04 dissertações) e aqueles situados na confluência entre o XIX e o XX (09 pesquisas). Em menor número, tivemos os trabalhos que abordaram fenômenos acontecidos no setecentos (14 pesquisas): três (03) que focaram em temas relativos ao XVIII, sete (07) que se moveram entre o setecentos e o oitocentos e quatro (04) que destinaram esforços por analisar objetos históricos que perpassaram o século XVIII ao século XX.

De porte desse último gráfico, faz-se pertinente trazer algumas considerações importantes não só quanto às singularidades dos trabalhos elaborados nos anos 90, mas sobre possíveis cotejamentos com a produção historiográfica acadêmica das décadas anteriores. A primeira questão merecedora de discussão reside na assertiva, algumas vezes repetidas na historiografia regional, de que haveria um hiato, uma espécie de "buraco negro" criado pela ausência de estudos atinentes ao século XIX, notadamente sobre o período imperial. No tocante a esse assunto, o professor Nasr Chaul, em três apresentações que escreveu para obras distintas[275], expôs seu ponto de vista:

> Para a primeira geração de historiadores, era necessário descobrir Goiás e os primeiros estudos de cunho acadêmico foram elaborados nesse campo. Era preciso desvendar o Goiás colonial, sua vida administrativa, sua economia, sua política, o ouro e a vida goiana no século XVIII, os índios, os bandeirantes, a colonização, a miscigenação [...] **Havia um começo, mas um começo problemático, já que o salto sobre o Império [com as pesquisas sobre a Primeira República] criava uma espécie de buraco negro difícil de ser superado pelas gerações posteriores. Sergio Paulo Moreyra esboçou uma grande viagem, inconclusa, pelo Goiás Imperial e Maria Amélia Alencar tratou das estruturas fundiárias. Entretanto isso era pouco significativo comparando-se ao número de trabalhos que temos sobre o Goiás Colonial e Republicano**[276] (CHAUL, 2001, p. 11).

[275] Nasr Chaul reproduziu essa assertiva (negrito) na apresentação das obras as quais organizou com Paulo Ribeiro (2001), *Goiás: identidade, paisagem e tradição*, com Luiz Sérgio D. da Silva (2005), *Cidades dos Sonhos: desenvolvimento urbano em Goiás*, e no prefácio escrito para a 3ª edição da obra *História de Goiás*, de Colemar Natal e Silva (2002).
[276] Grifos nosso.

Esse olhar retrospectivo endereçado por Chaul para a historiografia regional possibilita-nos algumas reflexões. Inicialmente, temos a consciência de que foi uma asserção elaborada nos primórdios dos anos 2000 e que, portanto, depois quase quinze anos, por certo, o panorama historiográfico da produção regional é outro. Mas isso ultrapassa os limites dessa tese. Como esta pesquisa abrange as investigações confeccionadas até o ano de 1999, a paisagem historiográfica avistada por Chaul, àquela época, coincide com a que observamos para confeccionar esse trabalho, embora o olhar analítico seja distinto. Mas como ainda escutamos essa ideia ecoar em algumas mesas de debates sobre história regional, resolvemos nos ater a ela.

A proposição a ser apreciada é aquela que afirma que o "número de trabalhos que temos sobre o Goiás Colonial e Republicano" (mesmo àquela quadra) era maior do que os estudos sobre Goiás durante o Império, a ponto de se criar um "buraco negro" na história regional. A princípio, quanto às pesquisas inscritas ao período republicano, não há menor dúvidas sobre isso. Os três gráficos elaborados nessa tese (gráficos 3, 4 e 5) indicaram a preferência dos pesquisadores por objetos históricos referentes a esse período. Já no que tange aos trabalhos sobre Goiás Colonial e Imperial e ao difundido "buraco negro" que teria se estabelecido em relação ao oitocentos, acreditamos que a história da historiografia possa oferecer uma importante pista para problematizar essa questão, pois é fundamental enxergarmos não só "a floresta", mas também "as árvores" que compõem a produção historiográfica regional.

O próprio excerto de Chaul aponta para a chave explicativa que pretendemos desenvolver. De fato, os primeiros estudos da historiografia acadêmica se concentraram sobre o setecentos até os anos vinte do oitocentos. O escopo desses trabalhos era analisar os momentos iniciais do empreendimento colonizador em Goiás, a economia e a sociedade no período minerador, assim como a administração colonial, pois era necessário, como disse Chaul, "descobrir Goiás". A título de exemplo, temos a tese de livre-docência de Luis Palacin, *Goiás 1722-1822: Estrutura e Conjuntura numa Capitania de Minas*, as teses de doutorado de Marivone Mattos, *Aldeamento indígenas e sua importância no povoamento da capitania de Goiás no século XVIII (1749-1811)*, e de Gilka Salles *Economia e Escravidão em Goiás Colonial*, além das obras de Palacin e Maria Augusta S. de Morais, *História de Goiás (1722-1972)*, de Marivone Chaim *Sociedade Colonial Goiana (1749-1822)*, de Paulo Bertran *Formação Econômica de Goiás (séculos XVIII ao XX)*.

Foram, em geral, pesquisas que se propuseram a analisar largos períodos temporais e quando abordaram o XVIII, todas elas o fizeram, fundamentalmente, sob as lentes de fontes

oficiais. Mas como pesquisar o setecentos goiano sem a intermediação, primordial, desse tipo de documento histórico? Com certeza, trata-se de um dos grandes desafios para o especialista nesse período histórico[277]. Em meio a essa encruzilhada, outra indagação vem a lume: quantos fenômenos humanos ocorridos nas latitudes goianas setecentistas, sobretudo àqueles de natureza social e cultural, acabaram se perdendo e não sendo narrados pelos "cultores de Clio" por conta dos limites metodológicos relativos a essa quadra histórica? Não é de se estranhar que muitos pesquisadores, na tentativa de acessar a vida social e cultural goiana do século XVIII, elaboraram seus estudos recorrendo às "Memórias" de Silva e Souza, à "Chorographia" de Cunha Mattos ou aos relatos dos viajantes estrangeiros do oitocentos (Saint-Hilaire, Gardner, Pohl, dentre outros). Notemos que se tratava de fontes históricas produzidas no XIX recuperando aspectos da vida goiana do XVIII.

Conhecedor desses óbices metodológicos e das interpretações sedimentadas na história regional, o professor Sérgio Paulo Moreyra, num abreviado, porém instigante, artigo do início dos anos 80[278], apontara-nos um caminho alternativo: era preciso tentar enxergar os fenômenos da história goiana abrigados "à sombra do ouro". Nesse sentido, veremos que alguns pesquisadores da década de 1990[279] buscaram avistar eventos do passado obnubilados por essas sombras do edifício histórico minerador. Mas, além dessa especificidade metodológica, verificamos que as pesquisas sobre o setecentos goiano, especialmente esses primeiros estudos acadêmicos, ficaram marcados por certas perspectivas historiográficas típicas daquela época: a abordagem de longa duração, o enfoque em temas mais gerais relacionados à economia e à sociedade, mas que não perdiam de vista a intersecção dessas esferas com a política.

Em contrapartida, percebemos que a maior aproximação com o oitocentos se deu a partir de um momento em que ocorria um novo direcionamento historiográfico (fins dos anos 70), notadamente nas dissertações de mestrado do Programa da UFG. Mais uma vez, a própria passagem de Chaul nos oferta uma chave explicativa. Concernente aos trabalhos acerca do período

---

[277] A tese de doutorado da professora Cristina de Cássia P. Moraes, intitulada *Do Corpo Místico de Cristo: irmandades e confrarias na capital de Goiás (1736-1808)*, defendida na Universidade Nova Lisboa em 2005, trata-se de um exemplo bem sucedido de uma pesquisadora do setecentos goiano que foi buscar em outras fontes, notadamente os Termos de Compromisso das Irmandades, subsídios para compreender como a religiosidade teve um papel fundamental no enraizamento das populações em Goiás à época da mineração. Ver (MORAES, 2012).

[278] MOREYRA, Sérgio P. À sombra do ouro. **Revista do ICHL**, Goiânia, V. 2, jan/dez., p. 261-269, 1982.

[279] Podemos citar os trabalhos de Heloisa Capel (1990), *Flores de Goiás: tradição e transformação*, de Maristela Gumiero (1991), *Os tropeiros na história de Goiás (séculos XVIII e XIX)*, de Edma J. Silva (1996), *Sesmarias: Capitania de Goiás (1726-1770)*, dentre outros.

imperial, o ilustre professor explanou: "Sergio Paulo Moreyra esboçou uma grande viagem, inconclusa, pelo Goiás Imperial e Maria Amélia Alencar tratou das estruturas fundiárias". Para ele, essas investidas foram insuficientes se comparado ao número de investigações sobre Goiás Colonial e Republicano. Por outro lado, é importante considerar que após elaboração dos gráficos sobre o número de pesquisas por período histórico (gráficos 3, 4 e 5), constatamos que o século XIX foi mais "visitado", em termos de pesquisa, do que o XVIII quando abrangemos os trabalhos da historiografia regional elaborados entre as décadas de 1970 e 1990. Temos ciência, contudo, que poderíamos ser confrontado com a afirmativa de que os dois primeiros decênios, bem como último do oitocentos, fizeram parte dos períodos colonial e republicano, respectivamente. Não obstante, mais do que fixar em delimitações temporais estanques, apegadas a esses marcos políticos (1722 a 1822, de 1822 a 1889 e desse à posteridade), interessa-nos o fato de que, já em fins dos anos 70, a maioria dos pesquisadores primaram por outra postura historiográfica (continuada nas duas décadas seguintes): o estabelecimento de limites temporais mais curtos e de "recortes" temáticos mais específicos, diferentemente dos sobrevôos panorâmicos e extensos (do ponto de vista temporal) que aqueles primeiros professores empreenderam sobre o século XVIII. Certamente, seja esse contraste na forma como o setecentos e o oitocentos foram abordados que tenha colaborado para forjar essa impressão de haver um "buraco negro" sobre o século XIX.

Acreditamos que até mesmo o novecentos, quadra temporal bastante devassada pelos especialistas em história de Goiás, ainda abriga uma infinidade de temas que não foram objeto de investigação histórica e aqueles que já o foram, vez ou outra, estão sendo revisitados a partir de novos pontos de vista ou com maior verticalidade. Se tal perspectiva se aplica ao século XX, com o setecentos e o oitocentos não seria diferente, até porque a quantidade de pesquisas sobre esses períodos históricos foi bem menor, mas não a ponto de se considerar que o número de estudos sobre Goiás Colonial foi, significativamente, maior do que sobre Goiás Imperial. Entendemos que essas amplas análises sobre o século XVIII, e até as limitações documentais que esse período impõe aos historiadores, contribuíram para dar essa "sensação de maior completude historiográfica" sobre o setecentos em detrimento de um suposto "vazio" alojado sobre o oitocentos. A questão central é que a maior parte das investigações sobre o período imperial em Goiás teve como alvo fenômenos históricos mais pontuais, distintamente aos primeiros empreendimentos panorâmicos feitos sobre Goiás Colonial. Um pequeno inventário de pesquisas que se embrenharam pelo XIX pode nos ajudar a aclarar a questão: *As comunicações fluviais pelo*

*Tocantins e Araguaia no século XIX* (1972), de Dalísia Dolles; *A administração provincial em Goiás no período regencial e seus antecedentes coloniais*, de Laís Machado (1978); *A participação de Goiás na Guerra do Paraguai*, de Zildete Martins (1978); *Estrutura Fundiária em Goiás: consolidação e mudanças*, de Maria Amélia Alencar (1982); *A singularidade da obra de Veiga Valle*, de Heliana Salgueiro (1982); *O trabalhador livre em Goiás (1830-1850)*, de Edna Siqueira (1982); *O movimento separatista do norte de Goiás (1821-1988)*, de Maria Cavalcante (1990); *Os tropeiros na história de Goiás (séculos XVIII e XIX)*, de Maristela Gumiero (1991); *A expansão do povoamento em Goiás (século XIX)*, de Elianda Tiballi (1991); *Quando a corda arrebenta do lado mais forte: senhores e escravos em Goiás (século XIX)*, de Carlos Parada Filho (1992); *Avá-Canoeiro: a história do povo invisível (séculos XVIII e XIX)*, de Dulce Pedroso (1992); *As estratégias de purificação dos espaços na capital da Província de Goiás (1835-1843)*, de Cristina de Cássia Moraes (1995); *As três faces de Eva na Cidade de Goiás*, de Maria Bittar (1997); *Para onde pende a balança: a aplicação da justiça em Goiás (1830-1890)*, de Waldinice Nascimento (1997); *Os excessos do corpo: a normatização dos comportamentos na Cidade de Goiás*, de Danilo Rabelo (1997); *Quilombos do Brasil Central (1719-1888): introdução ao estudo da escravidão*, de Martiniano Silva (1998); *Formas de vida familiar na Cidade de Goiás nos séculos XVIII e XIX*, de Roseli Tristão (1998); *Uma ponte para o século XIX: um estudo da casa meiapontense,* de Adriana Oliveira (1999); *Filhos do pecado, moleques e curumins: imagens da infância nas terras goyanas do século XIX*, de Diane Valdez (1999). Agregado a esses aspectos já mencionados, é importante ter presente que sobre o oitocentos goiano pesa o fato de dispormos de um rol mais diversificado de fontes históricas do que temos sobre o setecentos. Basta citar os periódicos goianos surgidos no período, os relatos dos viajantes europeus e as fontes literárias, dentre outras. Por certo, essa pluralidade de documentos históricos também favoreceu o investimento em temáticas históricas mais diversas e específicas.

Fitando ainda essa amostragem de pesquisas sobre o oitocentos, mormente aquelas confeccionadas na década de 1990, percebe-se que um número considerável de pesquisadores(as) recorreu a longos "recortes" temporais. Curiosa, mas não paradoxalmente, nota-se, de certo modo, um "retorno" desse tipo de abordagem temporal mais alongada e isso aconteceu não só com investigações sobre o século XIX, mas também sobre outros períodos históricos. Embora reconheçamos que um *quantum* significativo de estudiosos se moveu em largas quadraturas temporais, é necessário assentar que tal procedimento não se converteu em predominância, até

porque as análises com delimitações temporais mais abreviadas continuaram ditando a tônica da produção historiográfica regional.

Essa reflexão acerca dos "recortes" temporais estabelecidos por essas pesquisas nos conduz a outras singularidades da historiografia regional aflorada nos anos 90. Enquanto na década anterior, as investigações estiveram, em sua maioria, voltadas para fenômenos relacionados à história goiana (pensada como um todo), na década de 90, notamos um crescimento considerável no número de investigações envolvidas com história local[280]. Por conseguinte, foi em grande parte dessas pesquisas, ou naquelas dedicadas a objetos históricos mais específicos[281], que encontramos essas abordagens temporais mais extensas. Isso porque essas delimitações espaciais ou temáticas mais precisas favoreceram esse tipo de abordagem vertical, monográfica e, ao mesmo tempo, mais longilínea temporalmente.

A proliferação desses trabalhos sobre história regional/local nos programas de pós-graduação em História do país fora (e ainda o é) alvo de intensas discussões. O professor Carlos Fico (1994b), por exemplo, diagnosticara que um dos grandes impasses na produção historiográfica brasileira dos anos 90 era, justamente, o demasiado enfoque que muitos programas de pós-graduação em História destinaram à história regional/local. Alertara o especialista fluminense para o "refúgio confortável" que esse tipo de abordagem se tornara para alguns cursos, assim como para o fato de que muitos desses trabalhos não promoviam articulações com questões históricas ou de ordem teórico-metodológica mais amplas, descambando num "localismo empiricista". Tem razão Carlos Fico no diagnóstico realizado, pois encontramos algumas pesquisas, sobretudo, voltadas para história local, que se limitaram ao um enfoque histórico muito restrito, praticando o tal "paroquialismo" outrora denunciado por Francisco Iglésias. No entanto, observamos que, de um modo geral, os pesquisadores dessa quadra se esforçaram em articular os fenômenos regionais e/ou locais com contextos históricos mais amplos, com pautas teóricas e metodológicas já colocadas ou que estavam na ordem do dia em Goiás àquela época.

[280] Localizamos os seguintes trabalhos voltados para história local: Capel (1990), Ribeiro (1990), Mota (1992), Bertazzo (1992), Mesquita (1993), Freitas (1994), Molina (1994), Polonial (1995), Moraes (1995), Arbués (1995), Machado (1996), Amorim (1996), Fonseca (1997), Oliveira (1997), Rabelo (1997), Silva (1997a), Silva (1997c), Amorim (1998), Tristão (1998), Curado (1999), Ferreira (1999), Gianotti, (1999), Oliveira (1999a), Fonseca (1999), além da obra de Palacin, Chaul, Barbosa (1994).

[281] Por exemplo: os Kayapó do Sul (ATAÍDES, 1991), os tropeiros em Goiás (GUMIERO, 1991), o diamante em Goiás (MACEDO FILHA, 1990), os Avá-Canoeiro (PEDROSO, 1992), a família Caiado (RIBEIRO, 1996), as mulheres na Cidade de Goiás (BITTAR, 1997), a Igreja Católica (CASTRO, 1998), os quilombos (SILVA, 1998), as imagens da infância (VALDEZ, 1999), dentre outros.

Evidentemente, que alguns estudiosos conseguiram construir tais articulações com maior propriedade ou demonstrando maior domínio teórico-metodológico do que outros.

Em relação aos limites e possibilidades desse investimento feito em história regional e local pela produção historiográfica em Goiás, concordamos, em determinados aspectos, com as críticas feitas por Francisco Iglésias, José Roberto do Amaral Lapa, Carlos Fico e Ronald Polito sobre essa tendência que aflorou no Brasil entre os anos de 1970 e 1990. A pesquisa em história regional ou local "ensimesmada", do ponto de vista histórico, e desconectada com questões teóricas e metodológicas mais amplas, realmente consiste num exercício improdutivo. Por outro lado, reforçamos o fato de que essas pesquisas, quando bem conduzidas sob a perspectiva da comparação, apresentaram especificidades históricas regionais que não foram tratadas pela historiografia brasileira em geral. Num país tão vasto, a historiografia nacional, muitas vezes, não foi capaz de, através de seus conceitos e linhas interpretativas mestras, dar conta da multiplicidade histórica das diversas regiões do Brasil, até porque grande parte dessas reflexões foi feita tendo a realidade histórica do sudeste como centro de análise. Seguindo essa mesma direção, verificamos que alguns trabalhos sobre história local, brotados nos anos 90, conseguiram exibir determinadas singularidades históricas locais que não foram avistadas pelas análises da historiografia regional, inclusive, conseguindo expor elementos que divergiam de certas interpretações sedimentadas pela produção historiográfica regional[282].

Voltemos ao tema sobre os "cortes no tempo" realizados por essas investigações. Ele nos indica outra particularidade das pesquisas dos anos 1990 quando cotejadas aos trabalhos dos decênios anteriores. Houve, nos noventa, um crescimento expressivo das análises, cujos "limites temporais finais" se aproximaram bastante ou até alcançaram a contemporaneidade do(a) autor(a)[283]. É possível inferir que, àquela época, já estaria se diluindo o clássico, porém discutível, entendimento de que o historiador deveria movimentar-se, analiticamente, sobre objetos históricos

[282] Esse tema será discutido em uma seção posterior.

[283] Encontramos essa particularidade nos trabalhos de Ribeiro (1990), Cavalcante (1990), Pereira (1990), Tomazini (1990), Pereira (1991), Vaz (1992), Aldighieri (1992), Santos (1992), Alves (1994), Freitas (1994), Labaig (1995), Bittencourt (1995), Echegaray (1995), Gomes (1995), Amorim (1996), Aquino (1996), Oliveira (1990b) e Revers (1999). Pode ser ainda que, para alguns deles, essa questão da proximidade temporal com o objeto de investigação nem se constituísse em um problema ou num impasse, tendo em vista que provinham de outras formações como a Geografia, a Sociologia, a Economia ou o Serviço Social (Maria Lúcia Tomazini, Liliana Sepúlveda Pereira, Éber Vaz, Neuza Maria Alves, Henrique Carlos Labaig, Maria Auxiliadora Echegaray e Wilma Amorim).

distanciados de seu presente[284], não só para evitar o envolvimento valorativo com algo que lhe é contemporâneo, assim como para se ter maior clareza sobre a variedade de aspectos que rodeiam o fenômeno estudado.

Importante acrescer, contudo, que na maioria desses trabalhos (com exceções, é claro) grassava linhas teóricas marxistas e, por conseguinte, havia uma inquietude em examinar o processo de modernização da agricultura em Goiás, o estreitamento da relação entre produção agrícola e indústria, assim como os impactos sociais desse processo, contexto em que se deu o recrudescimento dos movimentos sociais no campo em território goiano. Considerando, então, que eram estudiosos situados na década de 1990, esses objetos de investigação consistiam em fenômenos recentes da história goiana, daí a proximidade ou até continuidade temporal com o presente vivido por esses analistas. Mas como esses autores não se preocuparam em problematizar o fato de estarem narrando eventos históricos tão próximos do momento em que viviam, avaliamos que tais pesquisas ainda não se inscreviam no campo de reflexão historiográfica denominado de "história do tempo presente"[285].

Naquela época (contexto dos anos 90), outros fenômenos da história goiana recente viriam a lume, estimulados, de certa forma, pelo momento histórico em que se vivia e/ou pelas "perspectivas de orientação" adotadas. Estamos convencidos de que o fim da ditadura e a consequente abertura política do país, por exemplo, favoreceram o interesse pela história dos conflitos e dos movimentos sociais no campo, pela problemática agrária à época da repressão, pela atuação da Igreja Católica e de suas organizações sociais ou pela própria ocorrência da ditadura em Goiás. Temas estudados por Liliana Pereira (1991) que se dedicou a analisar a luta camponesa na região do Bico do Papagaio; por Dalva Souza (1991) que esquadrinhou a articulação entre proprietários rurais e os militares chamados "linha dura" para a deposição do governador goiano Mauro Borges em novembro de 1964; por Mário Aldighieri (1992) que investigou o trabalho do Padre Josimo junto aos camponeses do Bico do Papagaio; por Wolmir Amado (1992) que analisou a concepção de reforma agrária formulada pela Igreja Católica, a ação política e social

[284] Atribui-se a Leopold Von Ranke, no século XIX, essa interdição mais incisiva sobre o estudo e narração pelos historiadores de acontecimentos cuja temporalidade abarcaria a "história de seu próprio tempo". Para se alcançar a objetividade do conhecimento, um dos critérios era que o historiador não estivesse envolvido com os eventos históricos que fossem objeto de sua investigação. "Essa interdição do tempo presente perduraria com força, inclusive após o término do predomínio da escola metódica rankeana. Na verdade, ainda hoje persiste alguma suspeita contra a história que não tenha um bom recuo temporal, na medida em que isso impossibilitaria a análise imparcial dos fenômenos" (FICO, 2012, p. 46).

[285] Sobre a constituição e desafios desse campo de reflexão historiográfica ver (PÔRTO JR, 2007) e (MOTTA, 2012).

desenvolvida por ela e a experiência de reforma agrária vivida por essa instituição na Fazenda Nossa Senhora da Conceição em Goiás; por Ruth Castro (1992) que estudou o Movimento de Educação Base focando na experiência das escolas radiofônicas no estado de Goiás entre 1961 e 1966; por Enyr Freitas (1994) que se enveredou pela luta social desenvolvida pelos trabalhadores rurais no município de Goiás e que resultou na formação do assentamento "Mosquito", segundo o autor, a primeira experiência efetiva de reforma agrária no estado; por Luiz Antônio Gomes (1995) que se dedicou a estudar o processo ("Dolorosa Transição") em que os trabalhadores rurais através da posse e ocupação de terras buscaram galgar à condição de pequeno proprietário de uma gleba de terra; por Romualdo Campos Júnior (1995) que perscrutou a história de um movimento comunista de guerrilha que, orientados pelo modelo chinês, organizaram-se na região do rio Araguaia para a luta arma contra o governo autoritário instalado no Brasil; por Terezinha Duarte (1996) que analisou as tensas e conflituosas relações que se estabeleceram entre o Governo Militar e a Arquidiocese de Goiânia, dirigida por Dom Fernando Gomes dos Santos; e por Isidoro Revers (1999) que analisou a concepção e a prática sindical desenvolvida, entre os anos de 1973 e 1993, pelo movimento da Oposição Sindical dos Trabalhadores Rurais e sua estreita relação com a Ação Pastoral da Igreja da Diocese de Goiás.

Seguindo essa linha de raciocínio, acreditamos também que a criação do estado do Tocantins, por meio da Carta Magna de 1988, contribuiu para que alguns pesquisadores olhassem com mais atenção para as experiências históricas ocorridas no "antigo" norte de Goiás, que, a partir de então, convertera-se na mais nova unidade federativa do país. O estado do Tocantins, outrora médio-norte goiano, ganhou visibilidade nacional àquela época e embora tivesse suas especificidades históricas reconhecidas pela maioria das pesquisas feitas nos decênios anteriores, a região não havia sido objeto de análises específicas ou tema de estudos monográficos atentos às complexidades dos processos históricos desenrolados naquela plaga. Nesse sentido, o argumento repisado pelos defensores da criação do estado do Tocantins, ou seja, o histórico "esquecimento" político-administrativo que o sul de Goiás demonstrou com a região, de certo modo, teve sua versão historiográfica, pois se não houve um "esquecimento", os especialistas em história regional não evidenciaram, até então, maior interesse por investigar as singularidades históricas daqueles quinhões goianos. Esse "despertar" para a história do norte goiano/estado do Tocantins pode ser

avistado, por exemplo, nos trabalhos de Maria de Espírito Santo Cavalcante[286] (1990) que analisou o movimento separatista do norte goiano durante os séculos XIX e XX e a consequente criação do estado do Tocantins em 1988; de Luis Palacin (1990) que estudou as particularidades do coronelismo no extremo norte de Goiás e as "revoluções" ocorridas em Boa Vista (hoje Tocantinópolis-TO); de Liliana Pereira (1991) que pesquisou os conflitos pela terra e a luta camponesa no Bico do Papagaio; de Mario Aldighieri que estudou a atuação do Padre Josimo frente aos problemas agrários ocorridos também no Bico do Papagaio; de Romualdo Campos Filho (1995) que investigou a história da Guerrilha do Araguaia, ocorrida entre o norte do atual estado do Tocantins e sul do Pará; de Margareth Arbués (1995) que perquiriu a formação histórica do município de Gurupi e a constituição de uma (nova) identidade regional; de Edivaldo Santos (1996) que esquadrinhou a atuação missionária dos dominicanos, sobretudo no norte do Goiás, desde a chegada deles na Diocese de Goiás, em 1891; de Napoleão Aquino (1996) que perscrutou a construção da Belém-Brasília e o papel dessa rodovia para o estabelecimento do que ele chamou de "modernidade" no Tocantins; e de Maria de Fátima Oliveira (1997) que investigou o cotidiano e a cultura de Porto Nacional na transição do oitocentos para o novecentos.

Por conseguinte, tendo realizado essa breve análise acerca de questões contextuais e sobre algumas particularidades que circunscreveram a produção historiográfica regional confeccionada nos anos 1990, voltaremos nossa atenção para a dimensão orientadora do conhecimento histórico, ou seja, analisaremos alguns princípios orientadores que guiaram a elaboração de determinadas pesquisas da historiografia regional nesse quadrante histórico.

[286] Em sua tese de doutorado, defendida na USP em 2000, a professora Maria do Espírito Santo Cavalcante (2003) continuou se dedicando ao tema, mas com o enfoque para a constituição e difusão do discurso autonomista do Tocantins.

## 5.2. Sobre alguns lugares de reconhecimento: o "fazer histórico" entre "carências" e "funções" de orientação

Sedentos por orientação diante da experiência do passar do tempo, os seres humanos buscam, continuamente, respostas às demandas por sentido advindas da vida prática atual. O pensamento histórico é exercitado como forma de responder a essas "carências de orientação", pois consiste numa forma de interpretação do mundo humano em que o passado é chamado à tona para esclarecer o presente e tornar o futuro esperável. Como algo intrínseco à condição humana, o pensar histórico torna-se um exercício cotidiano e, inseparavelmente, ligado ao fato de estar no mundo: "Antes de ser cultural ou opcional, a base do pensamento histórico é natural: nascimento, vida, morte, são estruturas que oferecem aos seres humanos a noção do fluxo temporal" (ASSIS, 2004, p. 24).

Essas "carências de orientação" são também fundamentais à História como ciência, pois conduzem ao entrelaçamento entre vida cotidiana e ciência especializada. Essa junção acontece na medida em que o pensamento histórico torna-se primordial para os seres humanos orientarem suas próprias vidas, em que a compreensão do presente e a projeção do futuro seriam viabilizados com a "reconstituição" do passado. É a partir dessa relação existente entre "carências de orientação" do presente e experiências do passado que emerge os critérios que decidem, dentre os fenômenos pretéritos, àqueles que "merecem" vir à superfície da História.

Como esse interesse cognitivo pelo passado parte do presente e pelo fato de a historiografia se constituir em uma escrita sobre a experiência humana no tempo, a construção do conhecimento histórico está intimamente aos contextos de orientação da vida humana. Logo, essas "demandas por sentido" serão atendidas (ou saciadas) na medida em que o conhecimento histórico produzido atenda às respectivas "funções de orientação". Partindo da premissa, então, que as "carências de orientação" suscitam o pensamento histórico e lhe conferem uma função importante na vida, a pretensão de racionalidade da ciência da História não pode ser fundamentada sem se considerar essas "funções de orientação". Elas possibilitam a consolidação histórica de identidade, uma vez que orientam intelectualmente o agir a partir da construção e recepção das narrativas históricas. Ao adequar a experiência do tempo às intenções quanto ao tempo, o pensamento histórico possibilita aos seres humanos compatibilizar o que eles foram com o que eles querem ser quando constroem ou recepcionam essa historiografia. Portanto, ao "tornar presente o passado", a

narrativa histórica liga sua constituição de sentido à experiência do tempo, de maneira que o estudo desse passado, convertido em texto, tenha significação para o quadro de orientação da vida prática contemporânea, produzindo, assim, sentido histórico.

Conforme se vê, a operação historiográfica consiste em um exercício movido por intenções orientadoras, envolvido por questões valorativas e influenciado por um lugar social. No entanto, isso não significa que, embora resulte numa "reconstrução do passado" sob a forma de uma história para o presente, a prática de "historiar" seja uma atividade na qual a subjetividade e a liberdade criativa humana se manifestem com total autonomia. É preciso obedecer a certos cânones metodológicos para se praticar História em sua versão científica.

Conscientes dessas condições intrínsecas à produção do conhecimento histórico, atentamo-nos para as algumas "carências de orientação" manifestas nessas narrativas sobre o passado humano elaboradas na década de 1990. Assim como na produção historiográfica regional dos anos 70 e 80, a construção de suas narrativas históricas não esteve ligada a um projeto orientador amplo, preocupado em dizer aos goianos de onde eles vieram, para onde e de que forma deveriam seguir avante (como era com os "historiadores autodidatas"). Essas narrativas estiveram atreladas à afirmação de identidades mais "fragmentadas", ou como diria Barros (2011, p. 57), identidades "mais fluidas".

Percebemos que, assim como na historiografia acadêmica das duas décadas anteriores, diferentes foram as motivações individuais, seja de cunho intelectual, afetivo ou profissional, que estimularam esses pesquisadores a se entregarem a determinados temas de pesquisa. Muitos deles externaram as razões pelas quais estavam se dedicando ao estudo de um dado evento histórico, outros optaram por não se manifestar, mas através do contato com a escrita historiográfica de alguns deles, foi possível identificar a ligação pessoal, afetiva ou profissional que nutriam por determinado fenômeno ou personagem histórico.

Considerando o abundante número de pesquisas produzidas nos anos 1990, ficaremos restritos, nessa seção, à análise de alguns textos historiográficos em que seus respectivos "interesses cognitivos" pela experiência humana do passado apresentaram algumas semelhanças entre si. Em um primeiro grupo, ordenamos pesquisas, cuja escolha do objeto histórico e desenvolvimento metodológico-narrativo estiveram entremeados a questões ligadas a um "engajamento social/religioso". Nesse conjunto de pesquisas, além desse "engajamento" em um determinado movimento social/religioso, outro aspecto comum foi a orientação marxista

adotada[287]. Constatamos tais motivações e princípios orientadores nos trabalhos de Mario Aldighieri (1992), Eny Freitas (1992), Luiz Antônio L. Gomes (1995), Martiniano J. da Silva (1998), Isidoro Revers (1999) e Diane Valdez (1999).

Comecemos com a dissertação intitulada *Josimo: uma vida no conflito social do Bico do Papagaio*, de Mario Aldighieri. Nela, o autor assumiu não só ter servido a Comissão Pastoral da Terra (CPT), daí seu interesse pela problemática agrária, como também o fato de ter sido amigo do próprio Padre Josimo, personagem central de sua investigação. Fica nítida a estreita relação entre seus "interesses cognitivos" com respeito ao passado (um "passado recente" para sua época) e algumas especificidades de sua vida pessoal, sobretudo, àquelas relacionadas a sua militância social. Aldighieri chegou a se questionar se, com tamanho envolvimento pessoal, seria possível construir um conhecimento científico sobre a história de lutas sociais empreendidas por aquele sujeito histórico:

> Porém, como falar de um homem, assassinado faz poucos anos, conhecido, amigo com quem dividi lutas e esperanças, sem cair na apologia, sem violentar os fatos e os dados, sem tomar partido? É possível fazer um trabalho científico e por isso objetivo sem se deixar levar pela subjetividade dos sentimentos, dos entusiasmos? (ALDIGHIERI, 1992, p. 21)

Enyr Antônio G. de Freitas (1994) foi outro pesquisador em que essa proximidade com os movimentos sociais e com a realidade dos assentados em Goiás o estimulou a investigar questões relativas ao problema agrário. Em seu trabalho, *O assentamento "Mosquito": um registro para a história da reforma agrária em Goiás*, o autor dedicou-se ao estudo da história de formação de um assentamento que, segundo ele, foi a primeira experiência de reforma agrária no estado. Mas todo esse envolvimento pessoal com os assentamentos goianos, em especial com o "Mosquito", não se manifestou somente na escolha do objeto a ser investigado, esteve presente na forma "calorosa" como o pesquisador narrou a história de enfrentamentos experimentados pelos assentados:

> Decorrido tanto tempo da refrega pela posse da terra, ainda está muito presente a lembrança dos dias terríveis vividos por aqueles audaciosos trabalhadores, que, emocionados, não escondem, no relato feito, a mistura de sensações de pânico e da insegurança dos dias de luta, com a gostosa tranquilidade que hoje desfrutam sobre o quinhão de terra conquistado, merecido troféu de tão marcante disputa. Foi neste clima que encontramos os heróis que em 1985 desafiaram a prepotência e a arbitrariedade do latifúndio, armados apenas da determinação que as justa causas encorajam (FREITAS, 1994, p. 116).

[287] À exceção de Diane Valdez (1999).

Em *A dolorosa transição: de trabalhadores sem terra a trabalhadores com a terra*, seu autor, Henrique Carlos Labaig (1995), colocou à vista uma vida pregressa voltada, do ponto de vista social, para aqueles trabalhadores rurais que lutavam pela posse da terra em Goiás. Assim como Aldighieri, Labaig admitiu ter sido agente pastoral da Diocese de Goiás e acentuou que sua experiência, *in loco*, nos acampamentos de trabalhadores rurais foi decisiva para a eleição desse objeto de pesquisa e para que compreendesse como se dava essa "dolorosa transição":

> A escolha da Fazenda São Carlos está nos aspectos de originalidade da estruturação da associação, bem como na forma como dividida a terra, quanto às parcelas para o trabalho coletivo. A ideia de reconstruir esta história dos trabalhadores surgiu quando eu era agente de pastoral da Diocese de Goiás e estive acompanhando alguns conflitos pela posse e ocupação de terra. No conflito de São João do Bugre, estive no acampamento, vendo o que estava passando os trabalhadores, para conseguir sua posse, no enfrentamento de outro pretendente. Destas escaramuças, destes vieses da história dos trabalhadores que lutam pela terra arriscando sua própria vida, vem o tema que caracterizamos como "dolorosa transição" (de trabalhadores sem terra a trabalhador com a terra) (GOMES, 1995, p. 10)

Martiniano J. da Silva (1998) também externou seu engajamento social, mas voltado para outra bandeira: a do movimento que luta pela igualdade de direitos para os negros. Envolvido com essa causa, Silva dedicou-se ao estudo de uma temática que se converteu em um dos maiores símbolos da rebeldia e resistência negra no Brasil que foi o quilombo, mais especificamente os quilombos que se formaram no Brasil Central (entre 1719 e 1888). Seu interesse por essa questão social e sua militância podem ser atestadas não só pelas discussões travadas ao longo do trabalho dissertativo, mas também por meio de outras obras em que analisou essa problema social:

> Finalmente, procurando as origens mais remotas desse trabalho, é preciso dizer da opção do autor pelo assunto, já demonstrada a mais tempo; ao participar assiduamente dos movimentos negros a partir de 1960; ao escrever e publicar inúmeros artigos em jornais e revistas desde a década anteriormente citada; ao editar os livros "Sombra dos Quilombos" em 1974 e "Racismo à Brasileira: raízes históricas" em 1985, já em 3ª edição, perfazendo seis mil exemplares; e ao continuá-la nessa dissertação, propondo a trazer esclarecimentos sobre a tão pouco estudada escravidão nessas terras, tendo a noção de que existe história diferente a ser escrita (SILVA, 1998, p. 10)

Diane Valdez (1999) foi outra historiadora em que seus "interesses cognitivos" com respeito à experiência humana do passado guardaram estreitas ligações com uma determinada causa social na qual estava envolvida: a luta pelos direitos da criança. Trafegando nas alamedas teóricas da história cultural, Valdez produziu uma dissertação voltada para um tema até então inédito na historiografia regional: as imagens da infância em Goiás. Integrante do Movimento

Nacional de Meninos e Meninas de Rua, a autora demonstrou, na escrita de *Filhos do pecado, moleques e curumins: imagens da infância nas terras goyanas do século XIX*, o quanto essa temática lhe era importante, independente da época a ser abordada:

> Enfim, queremos deixar aqui um pouco das imagens e dos escritos que fizeram parte do universo infantil na terra de Goiás, que apresenta semelhanças e distinções com outras regiões. Evidenciamos com naturalidade que criança é criança em qualquer lugar e tempo. Que o fato de ser ou não se notada, não a impedia de fazer parte de um mundo envolvido pela fantasia, pela criatividade e pelo sonho. Que ser criança é diferente de ser adulto, especialmente pela graciosidade e espontaneidade infantis, presentes em nosso trabalho, do qual provêm os ares de pouco academicismo em nossas linhas e entrelinhas, o que para nós não se constitui em um problema, mas uma consequência feliz (VALDEZ, 1999, p. 199).

Em uma outra seara de pesquisas, agrupamos àquelas nas quais seus autores nutriram uma relação de pertencimento (ou identificação) com uma determinada "região/município", ligação esta que os estimulou a pesquisar e a narrar a história das respectivas localidades. Pontuando essa questão, é possível compreender as motivações para algumas "histórias locais" realizadas no período. Esse grupo é formado pelos trabalhos de Margareth P. Arbués (1995), Eliana A. Sersocima (1995), Luciano da Fonseca (1999), Ramir Curado (1999) e Giuseppe Bertazzo (1992) [288]. Por exemplo, na investigação histórica intitulada *A migração e a construção de uma (nova) identidade regional: Gurupi*, Arbués (1995) foi categórica em admitir que os vínculos afetivos (e de pertencimento) com a região estudada, além da ausência de estudos sobre o tema, foram as razões para sua incursão historiográfica:

> A historiografia tocantinense (antigo norte Goiano) é restrita, e outro trabalho dessa natureza ainda não foi feito. A opção em desenvolvê-lo se deu não só pelo amor que nos prende a essas terras (por pertencermos à região), mas, entre outros aspectos, pela inexistência de estudos sistemáticos e específicos sobre esta área (ARBUÉS, 1995, p. 05).

[288] As pesquisas de Juscelino Polonial (1995), Napoleão Aquino (1996) e de Júlia Bueno Silva (1997c) abrigam uma especificidade. Embora esses autores não tivessem assumido os "laços afetivos/profissionais" que os estimularam a estudar a história da "região/município" escolhido, acreditamos que, devido à estada dos mesmos nas respectivas "regiões/municípios", havia, no mínimo, uma certa "identificação" com o local objeto de estudo. Já no caso de Vilma Machado (1996), apesar de não ser oriunda de Jataí/GO, a autora admitiu que sua estada profissional no município e o contato que tivera com um dado "discurso do atraso" em relação a outras cidades do sudoeste goiano foram fundamentais para a formulação do problema histórico o qual resolveu investigar. Vejamos o trecho a seguir: "É comum, em cidades de interior, as pessoas enaltecerem as qualidade do local, ressaltarem o que de melhor o lugar oferece. Em Jataí, essa não era a regra. O comum era ouvir as pessoas maldizerem a cidade. Esta afirmação é fruto de nossa vivência na cidade durante o período em que lá estivemos trabalhando. Entre 1989 e 1993, fui professora no Campus Avançado de Jataí. No contato com as pessoas, dos mais diferentes grupos, desde alunos do campus, funcionários públicos, pais de alunos, professores, lojistas, bancários, residentes na cidade, essa questão em particular nos chamava a atenção, quando de alguma forma se referiam às "qualidades da cidade"" (MACHADO, 1996, p. 07)

Eliana A. Sersocima (1994), em *Laços solidários nas comunidades rurais do município de Goiás (1900-1994)*, também reconheceu que os motivos da eleição de tal espaço, o município de Goiás, esteve ligado tanto aos "laços afetivo e acadêmico" que mantinha em relação a localidade, quanto a uma possibilidade metodológica, qual seja, a de resgatar experiências pretéritas por meio de testemunhos vivos:

> Elegemos tal município pelos laços afetivo e acadêmico que nos unem. Com isso, tivemos maior facilidade de contactar as pessoas a serem entrevistadas. Outrossim, consideramos que, por ser berço da sociedade goiana e região que sempre manteve uma certa estabilidade demográfica teríamos mais fontes de pesquisa. Isso acabou, no entanto, não ocorrendo, devido ao próprio caráter da abordagem, que demonstrou não haver registros referentes ao universo de nossa análise e muito pouco se escreveu sobre as comunidades rurais em Goiás (SERSOCIMA, 1995, p. 10)

Na dissertação intitulada *Jaraguá: tradição e modernização*, Luciano da Fonseca (1999) estudou a desagregação dos elementos socioeconômicos, bem como as transformações culturais experimentadas pela sociedade jaraguaense com o processo de modernização do estado, ocorrido nas últimas décadas do século XX. Do mesmo modo que Arbués, Fonseca foi enfático em assumir que seus vínculos de pertencimento em relação ao município alimentaram o interesse por conhecer a história de sua terra natal:

> O interesse por este tema teve origem na minha própria ligação com o Município de Jaraguá, onde nasci e vivi por vários anos, até ter sido obrigado a deixá-lo à procura de melhores oportunidades. No entanto, ocorre que mesmo vivendo boa parte de minha vida no sopé da Serra de Jaraguá e ter estudado em grupos e colégios da cidade, até ingressar na Universidade, não tinha percebido a importância história do Município dentro do contexto histórico de Goiás. [...] Somente após um período de pesquisas em arquivos (Jaraguá, Goiás e Goiânia) e um contato com obras (monográficas, dissertações, teses e outras) que formam a historiografia goiana, pude tomar pé, da importância do município de Jaraguá no contexto da história de Goiás (FONSECA, 1999, p. 12-13)

Já o caso de Giuseppe Bertazzo (1992) abriga uma peculiaridade. De origem italiana, Bertazzo se interessou pela história dos imigrantes italianos que vieram da região de Vêneto para Goiás, os quais formaram, no início do século XX, nas proximidades de Anápolis/GO, uma colônia italiana que se constituiria, ulteriormente, no município de Nova Veneza. Decorre daí o título da dissertação: *De Veneza a Nova Veneza: imigração italiana em Goiás (1912)*. Ao narrar a experiência histórica de "nossos imigrantes vênetos" (como Bertazzo se referia a eles), o autor

intentava manter viva a memória sobre sua própria origem e registrar a história de dificuldades e de êxitos que marcaram a trajetória desses italianos que se fixaram em Goiás:

> Este trabalho não tem pretensões de esgotar o assunto. Mas é bom que venha a existir, porque ajuda a combater um perigo geral ao qual estamos constantemente expostos: o esquecimento de nossas origens e de nossa história. É verdade que sonhamos mais com o futuro e nos preocupamos com ele; mas perder a memória dos lugares de origem e das pessoas que fizeram o nosso presente significa ficarmos desnorteados, sem um ponto de orientação, perdidos no espaço e no tempo (BERTAZZO, 1992, p. 13)

Verificamos ainda outros casos em que foi possível perceber que o "interesse cognitivo" (com respeito ao passado) que orientou determinadas pesquisas guardava estreita relação com aspectos da vida pessoal de seus autores. Podemos citar, a título de exemplo, a experiência de religiosos ou ex-religiosos que se dedicaram ao estudo sobre temas relativos à Igreja Católica ou à história da ordem religiosa a qual pertenciam[289]. Mas como esse e outros casos foram muito pontuais, ou até individuais em algumas situações, decidimos trazer à superfície de nossa análise somente àqueles em que essas "demandas por orientação" apresentaram semelhanças entre si.

Por fim, é necessário salientar que, mesmo regulado metodicamente, o produto da escrita dos historiadores, a que chamamos de historiografia, não se trata de uma elaboração narrativa alheia à definição dos conteúdos identitários, tanto daqueles que produzem conhecimento histórico, quanto daqueles que o recepcionam. Para garantir o potencial racional da ciência da História, é preciso que determinadas "funções de orientação" sejam atendidas. Portanto, assumir a importância desses princípios orientadores ("carências" e "funções" de orientação) na produção de conhecimento histórico não significa, necessariamente, enfraquecer ou neutralizar seus índices de cientificidade, significa, sim, admitir que questões oriundas da vida e a subjetividade são partes constituintes desse conhecimento sobre a experiência humana no tempo.

[289] Constatamos tal relação nos trabalhos de Edivaldo A. dos Santos (1996), *Os dominicanos em Goiás e Tocantins (1881-1930): fundação e consolidação da missão dominicana no Brasil*, e de José Luiz de Castro (1998), *A organização da Igreja Católica na Capitania de Goiás (1726-1824)*, além dos trabalhos de Luis Palacin (um jesuíta) sobre o Padre Antônio Vieira, mas como esse personagem abordado escapa à história regional, não citaremos essas pesquisas palacinianas.

## 5.3. Produzindo História em um "período de fronteira historiográfica"

Desprovidos da pretensão em assinalar qualquer marco inaugurador, mas atentos ao fato de que o exercício da escrita pode nos revelar, de modo explícito ou nas entrelinhas, aspectos significativos do momento em que se escreve, permitimo-nos transcrever um demorado excerto do trabalho da professora Heloisa Fernandes Capel (1990), intitulado *Flores de Goiás: tradição e transformação*, com vistas à reflexão sobre importantes questões que perpassaram o "fazer histórico" em Goiás nessa fase que ora tratamos:

> É de se estranhar que a história, num momento onde busca novas abordagens e testa objetos renovados metodologicamente, ainda se encontre às voltas com estudos de cunho econômico. A aproximação quase simbiótica com as outras ciências humanas e o desmoronamento do resistente edifício teórico que guardava os dogmas do materialismo histórico propiciaram um movimento crescente de revigoramento teórico-metodológico. Em decorrência desse processo, os ditames da moda passaram a valorizar elaborações analíticas sobre elementos como a sexualidade, o inconsciente da psicanálise, as sondagens de opinião pública, as imagens cinematográficas, ou ainda na pior das hipóteses, sobre um objeto, de certa forma, já tocado pela linguagem histórica: a religiosidade.
>
> Alargando as fronteiras teórico-metodológicas, este movimento, sem dúvida louvável, colocou em causa a própria história, transformou setores tradicionais, incluiu objetos novos no campo epistemológico. Contudo, se por um lado houve um descortinamento do simplismo dos recursos ligados às noções polares de infra e superestrutura, o "boom" renovador tem produzido excessos ao abandonar um critério básico de qualquer análise que busque a cientificidade: o critério da relevância.
>
> Assim, é discutível se ao analisar um objeto inexplorado ainda, o observador deva começar pelas franjas do fenômeno, sem tocar de imediato em seu ponto nevrálgico. Ao que nos parece, os objetos ligados à mentalidade são muito mais expressões de um cerne econômico determinado que, por sua vez, estabelece com ele suas próprias influências, num movimento de difícil identificação de sentidos, mas que, sem dúvida, possui como fonte básica um centro disseminador. Foi necessário entender a mentalidade religiosa em Flores para desvendar o ponto de sustentação da própria sociedade, que economicamente estava escorada nos bens de N.Sra. do Rosário e em sua relação com a população local. A atitude mental é aqui um produto da necessidade. Sem examinar a tradição e as conjunturas econômicas em Flores, ficaria difícil entender o resto. Feito isso, porém, nossa perspectiva de olhar torna-se versátil, mudando o objeto de análise com mais facilidade.
>
> Há ainda, um outro problema que se coloca na adoração de novas atitudes teóricas: a questão da transposição arbitrária de modelos. Os membros da escola francesa já destacaram um aspecto fundamental na observância dos fenômenos históricos: sua contextualização singular, única. Os teoricismos devem ser contrapostos à realidade empírica que se pensa analisar, para que a transposição pura e simples de modelos não ocorra de forma leviana. Todavia, os ânimos ficam exaltados e há uma ansiedade intelectual na orgulhosa posição de vanguarda e originalidade teórica diante do novo. Ao proferir uma palestra em Goiânia no segundo semestre de 1989, um professor doutor em história de uma das respeitadas Universidade do Centro-Sul do País, disse enfaticamente que a teoria marxista já está questionada, há muito, nos meios intelectuais europeus. Segundo ele, só em países, como o Brasil, ainda se encontram estudos que consideram as categorias de análise do materialismo histórico e dialético como eficientes sob o ponto de

> vista de investigação da realidade social. O anti-marxismo é aliás, mais do que uma rejeição intelectual inconspurcada, expressa nos meios acadêmicos. Este é o posicionamento geral da inteligência européia ligada às transformações políticas, para quem a "morte da história" e de seus maniqueísmos político-sociais de esquerda e de direita caminham inexoravelmente para um fim: o da democracia liberal com base capitalista.
> É necessário questionar, portanto, até que ponto essa ideologia "neo-liberal" tem influenciado nossos teóricos, empurrando a análise histórica para um ponto radicalizado, que nascido de um movimento anti-sectário, pode, entretanto, levar a um posicionamento que passa longe da análise estrutural anti-positivista. Estudar os cabelos e suas variações de corte e penteado pode ser algo interessante e até pitoresco, porém, é necessário que, antes, os movimentos estruturais estejam devidamente identificados para que não ocorra uma traição ao objetivo básico da história globalizante: seu compromisso inelutável com a sociedade a qual vive e age (CAPEL, 1990, p. 11-13)

Poderia ser excessivo considerar esse trecho como emblemático, mas não há como negar que se trata, no mínimo, de um fragmento exemplar, pois, uma vez extraído da primeira dissertação defendida no Programa de Mestrado na década de 1990, já nos oferece uma prévia sobre várias questões que caracterizaram o panorama historiográfico em Goiás ao largo dessa quadra temporal. Tratemos, então, de esmiuçá-las. O trabalho em pauta consiste numa pesquisa com escoras teóricas marxistas (o que era uma tendência à época em que foi escrita), mas que já reconhecia a emergência, no cenário historiográfico, das investigações históricas que preconizavam "as novas abordagens" e "os novos objetos". A autora admitiu que, em meio a esse movimento de renovação teórico-metodológica, o materialismo histórico estava sendo alvo de severas críticas. Realçou os temas que estavam "na moda", como a "sexualidade", o "inconsciente da psicanálise", as "imagens cinematográficas", dentre outros. Ponderou que esse "louvável" movimento renovador alargou as fronteiras teórico-metodológicas da História, mas o acusou de ter cometido excessos ao se ocupar, demasiadamente, com o fragmentário. Assumiu que para compreender a sociedade de Flores de Goiás, seu objeto de investigação, foi preciso analisar a relação entre a "mentalidade" e realidade material, por assim dizer, examinar a ligação entre tradição e as conjunturas econômicas e chegou à conclusão que "a atitude mental é aqui um produto da necessidade". Criticou o teoricismo manifestado na transposição simplista de modelos teóricos para se pensar a realidade social (censura esta, muitas vezes, dirigida aos marxistas), contudo, entendeu que se criou um clima de "ansiedade intelectual" ao redor dessas novas orientações teóricas que, em nome da mera "inovação" ou de uma posição de vanguarda, desprezou muitas balizas analíticas emprestadas pelo marxismo. Sufocado nos meios intelectuais europeus, o marxismo ainda encontrava, segundo um "respeitado professor" citado por ela, uma

sobrevida somente no Brasil, onde ainda se recorriam às categorias de análise do materialismo histórico e dialético. Como último ato, bradou em desfavor de uma "ideologia neoliberal" que se alastrava, sobretudo pela Europa, e que, segundo ela, vinha impregnando os teóricos de seu tempo, insuflando-os de uma "radicalidade" que chegava ao ponto de se considerar importante estudar a história do "corte" ou do "penteado" em detrimento de temas realmente relevantes para a sociedade em que se vive.

Essas laudas escritas pela professora Heloisa Capel trazem em suas linhas um repertório de (in)certezas, tensões, hesitações, recusas, aceitações e conflitos típicos de um momento em que o desgaste do edifício teórico marxista era evidente, mas no qual muitos pesquisadores ainda se valiam do materialismo histórico para sustentar teoricamente seus trabalhos. Ao mesmo tempo, reflete um cenário em que a erupção da "Nova História" no Brasil fez com os historiadores reconhecessem que era preciso alargar a visão para fenômenos até então não investigados, para abordagens não priorizadas, para as fontes negligenciadas e para a estreiteza analítica contida na obstinada procura pela determinação do econômico sobre a superestrutura. É possível perceber ainda que a proposta de renovação historiográfica que acompanhou o alvoroço da "Nova História" no Brasil ainda se mostrava nebulosa para os pesquisadores em Goiás nesse início dos anos 90. Os partidários dela buscavam a famigerada "inovação", buscando temas ou enfoques até então não privilegiados pela historiografia regional, ainda que não se tivesse muita clareza sobre os pressupostos teóricos e procedimentos metodológicos oferecidos por essas novas vertentes. Já os apartidários, cuja repulsa favoreceu as generalizações, associaram-na ao estudo do pitoresco, do fragmentário, do microscópico e, certas vezes, voltado para o irrelevante.

Dedicando especial atenção à configuração desse cenário e as peculiaridades contidas nessas investigações, percebemos que, nessa década em pauta, os pesquisadores produziam História em meio a um "período de fronteira historiográfica". Tratava-se, fundamentalmente, de um momento em que o espaço acadêmico goiano experimentou, efetivamente, o encontro de diferentes propostas historiográficas, o Marxismo e a "Nova História"[290], que, depois, desaguou

[290] Quando tocamos nesse tema, difícil é deixar de nos remeter ao famoso texto de Ciro Flamarion Cardoso (1997b), *História e Paradigmas Rivais*. Nele, o autor apresenta as tensões existentes, no final do século passado, entre dois paradigmas "rivais": o "iluminista", também chamado de "moderno", e o "pós-moderno". O primeiro seria representado por autores ligados ao marxismo (como exceção da Escola de Frankfurt) e à historiografia francesa dos *Annales*, mas aqueles situados entre o período de 1929 e 1969 (basicamente Febvre, Bloch e Braudel). Esse paradigma teria sua hegemonia ameaçada, àquela época, por representantes do que ele chamou, genericamente, de "Nova História", em que incluiu historiadores dos *Annales* posteriores aos movimentos de 1968. Pautado em modelos

em vertentes da "(Nova) História Cultural". Período em que essas distintas orientações se encontraram e também se desencontraram, promoveram repulsas e, certas vezes, aproximações, estabeleceram limites, mas se inter-relacionaram, se interpenetraram. Era a coexistência do "antigo" (embora modificado) com a "novidade". Fase de confronto, instante de conflito marcado, de um lado, pela tentativa de manutenção do *establishment* teórico marxista, e de outro, pela busca por afirmação de um novo projeto historiográfico viável, no caso da "História Nova" e "História Cultural". Década em que o espaço de produção de conhecimento histórico goiano foi transformado em zona de contato, de fricção, mas que, em determinada altura, amoldou-se em palco de ajuste, de aceitação ou (por que não) de resignação. Daí o fato de que, ao se aproximar o final dos anos 1990, esse "período de fronteira historiográfica" foi se convertendo em "momento de passagem", ou seja, de gradativa transferência da "hegemonia" teórica, até então ocupada por correntes marxistas, mas que cedeu lugar às diversas vertentes da "(Nova) História Cultural", cujo predomínio teórico-metodológico foi sedimentado na década subsequente.

Manuseando o inventário de pesquisas dessa época, verificamos que, até meados da década de 1990, algumas matrizes teóricas marxistas dominaram o cenário historiográfico em Goiás, principalmente se observarmos as dissertações elaboradas no Programa de Mestrado em História da UFG. Diversas foram as pesquisas com esteio teórico marxista[291], contudo, é preciso frisar que, em grande parte delas e de outras investigações não necessariamente ancoradas no marxismo, encontramos a presença de autores ligados a outras tradições marxistas que não haviam sido difundidas entre os historiadores em Goiás. Os casos mais recorrentes foram os de Edward Thompson e Antonio Gramsci. O recurso à escola social inglesa ou aos estudos do filósofo

---

macrohistóricos, analíticos, explicativos e estruturais, esse paradigma "moderno" apoiava-se em princípios científicos e racionais e abrigava a pretensão de se construir uma história total. Segundo Cardoso, tais vertentes eram refratárias à abordagem do irracional, da contingência e do subjetivo. Já o paradigma "pós-moderno", propugnador das microanálises, ávido pelos pequenos grupos, interessado nas mentalidades, nas representações, no imaginário, no cotidiano, nas crenças, nos valores, teria decretado a "morte dos centros e das metanarrativas" e até se aproximado de posturas antirracionalistas. Embora a interpretação de Cardoso seja pertinente para refletirmos sobre várias questões que permeiam a historiografia elaborada nesse período, entendemos que essa leitura pendular, que prima pela oposição entre pólos, acaba produzindo generalizações e obnubilando determinadas intersecções e até certas continuidades que ocorreram entre esses "paradigmas", por isso, em se tratando da produção histórica (brasileira e goiana) dos anos 1990, pensamos mais em termos de "contato", "encontro" (não sem confrontos) entre esses projetos do que, prioritariamente, a partir de antagonismos radicais.

[291] Capel (1990), Ribeiro (1990), Pereira (1990), Tomazini (1990), Nepomuceno (1991), Pereira (1991), Tiballi (1991), Souza (1991), Aldighieri (1992), Bertazzo (1992), Mota (1992), Parada Filho (1992), Santos (1992), Vaz (1992), Mesquita (1993), Alves (1994), Freitas (1994), Lobo (1994), Molina (1994), Bittencourt (1995), Campos Filho (1995), Gomes (1995), Labaig (1995), Polonial (1995), Souza (1995), Amorim (1996), Machado (1996), Ribeiro (1996), Amorim (1998), Revers (1999) e Santos (1999).

italiano Antonio Gramsci, além de ser, àquela época, uma tendência entre muitos pesquisadores marxistas no Brasil, indica que os estudiosos em história regional estavam recorrendo a outras linhas analíticas que não as oriundas de um marxismo ortodoxo, isto é, autores que fizeram uma releitura do social, enxergando, a partir da experiência dos sujeitos históricos, mais a interface do que a determinação entre infra e superestrutura de uma sociedade.

Tanto a historiadora Lynn Hunt (1992) como Peter Burke (1992) pontuaram a obra *A Formação da Classe Operária Inglesa*, de Thompson, como passo fundamental, no interior do marxismo, em direção a uma história social preocupada com questões no campo da cultura. Na apresentação de sua famosa coletânea intitulada "Nova História Cultural", Hunt afirmou que nos trabalhos de inspiração marxista, "o desvio para a cultura já estava presente na obra de Thompson sobre a classe operária inglesa" (HUNT, 1992, p. 06), mormente porque o autor inglês rejeitara, explicitamente, a determinação base-superestrutura em favor daquilo que chamou de "mediações culturais e morais". Seguindo essa esteira reflexiva Burke depreendeu que:

> Retrospectivamente, o famoso estudo de Edward Thompson, *A formação da classe operária inglesa* (1963), aparece como um marco na história cultural britânica. Por outro lado, quando foi publicado, o livro recebeu críticas de alguns colegas marxistas pelo que eles chamavam de "culturalismo", ou seja, por colocar ênfase nas experiências e nas ideias, e não nas duras realidades econômicas, sociais e políticas. A reação do autor foi criticar seus críticos pelo "economicismo" (BURKE, 2005, p. 37).

Não fortuitamente, os pesquisadores da historiografia regional da década de 1990 que recorreram a Thompson[292] se valeram, em sua maioria, da tradução de *Formação da Classe Operária Inglesa*, editada pela Paz e Terra, em 1987, para se apropriarem das concepções de "classe social" e "experiência da classe trabalhadora". Em alguns casos, valendo-se, metodologicamente, de relatos orais[293], esses pesquisadores buscaram privilegiar a perspectiva da "história vista de baixo"[294]. Já no caso da influência de Gramsci[295], perseguiram, em *Concepção Dialética da História* e *Os Intelectuais e a Organização da Cultura* (traduzidos pela Editora

[292] Foram os casos de Bertazzo (1992), Aldighieri (1992), Gomes (1995), Arbués (1995), Moraes (1995), Oliveira (1997), Silva (1997a) e Silva (1997c).
[293] No tocante a essa opção metodológica, a obra de Thompson *A Voz do Passado* (editada pela Paz e Terra, em 1992), também serviu de referência reflexiva.
[294] Segundo Jim Sharpe (1992), o artigo *The History from Below*, de Thompson, foi decisivo para a difusão, entre os historiadores, dessa perspectiva da "história vista de baixo". Tal abordagem buscava "explorar as experiências históricas daqueles homens e mulheres, cuja existência é tão frequentemente ignorada, tacitamente aceita ou mencionada apenas de passagem na principal corrente da história" (SHARPE, 1992, p. 41). Sharpe também ressaltou a importância representada pela história oral para o estudo da experiência das pessoas comuns.
[295] Presente em Tomazini (1990), Nepomuceno (1991), Souza (1991), Aldighieri (1992), Lobo (1994) e Silva (1998).

Civilização Brasileira), alguns conceitos fundamentais desenvolvidos pelo filósofo italiano, como os de "hegemonia", "bloco histórico" e "intelectual orgânico", além do fato, de alguns deles, focarem na experiência das "classes subalternas".

Outro autor marxista britânico, além de Thompson, que passou a ser requisitado[296] a partir de meados do decênio, mas não necessariamente em trabalhos sustentados por vigas teóricas marxistas, foi Raymond Williams. Por intermédio de *O Campo e a Cidade na História e Literatura*, editado pela Cia das Letras, em 1989, Williams contribuiu para que os historiadores regionais, ao fitarem a relação cidade-campo, enxergassem complementaridade entre esses espaços e não meramente uma relação antagônica entre o rural e o urbano.

Uma questão, aparentemente, recôndita, mas importante de se abordar, pois abriga aspectos singulares desse panorama historiográfico goiano, diz respeito ao fato de que alguns desses pesquisadores, que trafegaram nas alamedas teóricas marxistas, já demonstravam maior "tato" (ou disposição) para a abordagem de fenômenos culturais. Isso é possível de se notar, inclusive, em trabalhos do início da década. Citemos alguns exemplos. Heloisa Capel (1990), embora reconhecendo o peso da realidade material sobre os "aspectos mentais" de Flores de Goiás, analisou, detidamente, a importância da religiosidade local como elemento de integração social nesse município; examinou como as enchentes do Rio Paranã arraigavam as "sociabilidades" e "solidariedades" entre os habitantes e como a devoção à Nossa Senhora do Rosário foi fundamental para a formação de uma sociedade tradicional em Flores, estabelecendo princípios éticos e um ordenamento social naquela localidade.

Maria Lúcia Tomazini (1990), por sua vez, dedicou-se a um tema até então não explorado pela historiografia regional, "a história das mulheres". Elaborando sua pesquisa a partir de instrumentais teóricos marxistas, Tomazini se interessou em analisar a especificidade da força de trabalho feminino no interior de uma dada classe trabalhadora, "a mulher gari" (varredoras de rua) em Goiânia. Não obstante, a autora se preocupou, também, em compreender, através dos discursos da "mulher gari", suas formas de "representação social", além de estar atenta às experiências do cotidiano dessas trabalhadoras, às suas manifestações de religiosidade e à visão de mundo que externavam.

Fátima Mota (1992), por seu turno, mesmo examinando o fenômeno da imigração japonesa em Goiás a partir das exigências do contexto econômico-social da época, observou a importância

[296] Como em Arbués (1995), Aquino (1996), Oliveira (1997), Silva (1997a), Tristão (1998) e Oliveira (1999b).

da prática da religião budista como forma desses imigrantes manterem determinadas heranças culturais japonesas e como a gradativa adoção do catolicismo, pelas gerações mais novas, representou uma tentativa de "ajustamento social" deles com sua vizinhança goiana.

Apesar de assumir que seu trabalho tivera como fulcro teórico elementos do materialismo histórico, Carlos João Parada Filho (1992) construiu uma estrutura narrativa atípica em se tratando daquele momento historiográfico, inclusive, em alguns tópicos, aproximando-se até da estrutura de um romance. Debruçando-se sobre um tema não inquirido, monograficamente, pela historiografia regional, qual seja, os crimes cometidos por escravos contra seus senhores, Parada Filho mostrou-se cuidadoso com determinados aspectos simbólicos. Um deles diz respeito ao que chamou de "economia afetiva", isto é, a existência de relações afetivas autogeridas pelos escravos, que, em meio às tensões e conflitos presentes na convivência com seus senhores, trafegavam entre o ódio e a gratidão, o que representava um equilíbrio instável característico dessa relação.

Essa pequena amostragem, passível de se incluir outros exemplos, reforça nossa proposição sobre a ocorrência desse "período de fronteira historiográfica" que caracterizou a produção histórica em Goiás ao longo dos anos 1990. Nesses casos exibidos, tratava-se de pesquisas com orientações teóricas marxistas, dominantes na primeira metade da década, mas que se mostravam atentas à dimensão simbólica da experiência humana e não só à estrutura econômico-social.

A incidência do marxismo sobre a historiografia regional nos anos 1990, todavia, não se deu somente por meio desses feixes teóricos advindos dessas novas tendências marxistas, como a escola social inglesa ou do próprio Gramsci. Autores como José de Souza Martins, José Graziano da Silva, Francisco de Oliveira, dentre outros, ligados ao que, muitos chamaram, de nova esquerda brasileira, continuaram sorvendo grande interesse dos pesquisadores[297]. Como já mencionado noutro capítulo, essa vertente marxista de intérpretes da realidade social brasileira se posicionou contrariamente à explicação cepalina sobre o desenvolvimento do capitalismo e o papel da agricultura na economia nacional, opondo-se não só à perspectiva dual-estruturalista da Cepal, mas também à tese feudal consagrada por Alberto Passos Guimarães. Entendendo que não havia que se falar em resquícios feudais e nem encarar a agricultura como um empecilho ao

[297] Como nos casos de Capel (1990), Ribeiro (1990), Macedo Filha (1990), Nepomuceno (1991), Pereira (1991), Vaz (1992), Santos (1992), Bertazzo (1992), Aldighieri (1992), Parada Filho (1992), Castro (1992), Amado (1992), Mesquita (1993), Freitas (1994), Alves (1994), Molina (1994), Labaig (1995), Bittencourt (1995), Gomes (1995), Amorim (1996), Machado (1996) e Amorim (1998).

desenvolvimento capitalista no Brasil, pugnavam que oposição atrasado/moderno, na maioria dos casos, fora meramente formal, pois no processo real o que houve foi uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado "moderno" cresceu e se alimentou da existência do "atrasado" (OLIVEIRA, 1987, p. 12). Por isso, não acreditavam numa oposição entre espaços econômicos "modernos" e "atrasados" e sim numa coexistência de condições que favorecia a reprodução ampliada do capital.

Inspirados por esses autores, muitos analistas da história regional se mostraram muito interessados ainda (como os da década anterior) em estudar o processo de modernização da agricultura[298] ocorrido em diferentes regiões do estado de Goiás. Capel (1990), por exemplo, analisou como a "modernização do campo" operada em Flores de Goiás (região nordeste do estado) representou a inserção efetiva numa economia de mercado e, por conseguinte, a transformação das estruturas tradicionais daquele município. Paulo Ribeiro (1990), por sua vez, investigou a modernização agrícola ocorrida no município de Itumbiara (região sul do estado), a partir dos anos 60, e seus desdobramentos na estrutura fundiária e nas relações de trabalho no campo.

Seguindo esse caminho analítico, Éber Vaz (1992) examinou a modernização da agricultura ocorrida no sudoeste de Goiás e como esse processo impactou nas relações de trabalho, especialmente no tocante à situação do trabalhador volante que atuava no corte de cana. Angélica Mesquita (1993), por seu turno, estudou o avanço das fronteiras agrícolas e a modernização da agricultura acontecida no município de Catalão, enfocando a experiência modernizadora da Fazenda Maringá nos anos 1980. Neuza Alves (1994) concentrou-se no processo de modernização agrícola brasileira e seus reflexos na efetiva industrialização da agricultura no país o que, segundo ela, favoreceu a formação dos complexos agroindustriais, destacando, para o caso goiano, a relação entre o Programa Fomentar (promovido pelo governo estadual) e o desenvolvimento de uma grande agroindústria, a empresa Arisco.

Suely Molina (1994), por sua vez, buscou compreender a modernização da agricultura ocorrida no sudoeste goiano com vistas a analisar como tal processo incidiu sobre os engenhos de rapadura no município de Quirinópolis. Henrique Labaig (1995) estudou como se deu, a partir da

[298] Esses autores caracterizaram a modernização da agricultura a partir da expansão capitalismo no campo, sobretudo, por meio de um acentuado uso de tecnologia no meio rural, pela utilização de insumos, maquinários, implementos, sementes melhoradas e pela formação de empresas rurais. Essa modernização, na concepção da maioria deles, foi financiada, em grande parte, pelo Estado através de créditos agrícolas.

inserção do capitalismo no campo, a formação do cooperativismo agrícola no sudoeste do estado, dando especial atenção à constituição e funcionamento de uma das mais importantes (ainda hoje) cooperativas agrícolas de Goiás, a COMIGO (Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano). Já Libertad Bittencourt (1995), investigando as especificidades da produção familiar e as estratégias produtivas desenvolvidas em sete municípios goianos (Itapuranga, Goiás, Orizona, Rio Verde, Formosa, Porangatu e Itaberaí), dedicou um olhar arguto à forma como a modernização da agricultura impactou (não só materialmente, mas do ponto de vista cultural) na vivência dos pequenos produtores rurais desses municípios.

Por fim, outros dois trabalhos que se concentraram sobre o sudoeste de Goiás. Vilma Machado (1996), que examinou a inserção tardia do município de Jataí no processo de modernização da agricultura, e como essa "demora" (se comparado a Rio Verde, por exemplo) ajudou a produzir uma espécie de "discurso do atraso" sobre o município, que só foi sendo revertido a partir da expansão do cultivo da soja. E finalmente, Wilma Amorim (1996) que perscrutou o fenômeno da expansão capitalista no campo e a resultante modernização agrícola da região, detendo-se à expansão da lavoura de soja ocorrida, sobretudo, com a chegada dos gaúchos naquela área e a consequente criação do município de Chapadão do Céu.

Nessas e em outras investigações, os conceitos de "frente de expansão" e "frente pioneira"[299], de José de Souza Martins, continuaram sendo bem requisitados. Em menor intensidade, porém, não menos importante, a concepção de "modernização conservadora"[300] desenvolvida por José Graziano da Silva, também teve uma considerável receptividade[301]. Observarmos ainda que o sudoeste do estado aparece nessas pesquisas como a região, por excelência, onde essa modernização da agricultura se realizou com maior intensidade a partir dos anos 1960. Além disso, esses especialistas passaram a se atentar para outros dois fenômenos que acompanharam esse processo de modernização agrícola: a proliferação da chamada mão-de-obra volante ou temporária e para a formação das agroindústrias em Goiás.

---

[299] Encontráveis em Capel (1990), Macedo Filha (1990), Vaz (1992), Mota (1992), Amado (1992), Santos (1992), Molina (1994), Arbués (1995), Amorim (1996), Machado (1996), Silva (1997a), Amorim (1998) e Fonseca (1999).

[300] Segundo José Graziano, a estratégia de desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira se concretizou por meio de uma "modernização conservadora", pois privilegiou apenas algumas culturas e regiões, assim como alguns tipos específicos de unidades produtivas (médias e grandes propriedades). Além disso, não produziu uma transformação dinâmica, autossustentada, foi uma modernização patrocinada e feita sob o amparo do Estado, resultando em pesados custos sociais (GRAZIANO DA SILVA, 1982).

[301] Presente em Capel (1990), Vaz (1992), Mesquita (1993), Alves (1994), Molina (1994), Labaig (1995) e Bittencourt (1995)

Nesse limiar entre matrizes teóricas marxistas recém-estabelecidas e as propostas da "História Nova" que, aos poucos, aportavam em Goiás, notamos uma perspectiva que se repetiu em que algumas pesquisas[302]: a de buscar as experiências dos "excluídos da história". Proposições do tipo "dar voz aos silenciados pela história", "narrar as experiências dos grupos subalternos" ou "de sujeitos invisibilizados pela história", "evidenciar aqueles que ficaram às margens da historiografia", "recuperar a vivência dos que não registraram sua história de próprio punho", "apreender a leitura de mundo do trabalhador por sua própria ótica", acabaram se convertendo em verdadeiros refrãos desses trabalhos. Em alguns deles, a história oral foi um importante instrumento metodológico para acessar às experiências desses sujeitos históricos, especialmente na tentativa de "dar voz" aos que não haviam "sido ouvidos" ou de captar a história a partir do ponto de vista deles. Percebe-se, portanto, que essa busca pelos "marginalizados da história (ou pela História)" transitou entre o interesse pela narração da experiência de camadas sociais menos privilegiadas e a avidez pela abordagem de sujeitos históricos ("novos objetos") não tratados até então pela historiografia.

Se na década de 1980, como já explanamos, houve um esvaecimento historiográfico dos *Annales* nas pesquisas em Goiás, nos anos 1990, essa vertente historiográfica francesa "reapareceu", principalmente, por meio da chamada "História Nova". Esse "novo desembarque" dos *annalistes* em território historiográfico goiano esteve ligado às tendências de renovação da História que pululavam no palco historiográfico nacional àquele momento. Esse movimento renovador esteve associado, geralmente, ao que Peter Burke consagrou como a "terceira geração dos *Annales*"[303] e que ficou, comumente, conhecida, inclusive no Brasil, como "História Nova"[304] (ou "Nova História").

---

[302] Tomazini (1990), Gumiero (1991), Ataídes (1991), Aldighieri (1992), Parada Filho (1992), Mesquita (1993), Gomes (1995), Bittar (1997), Silva (1998) e Tristão (1998).

[303] Segundo Burke (1992b, p. 79), o "surgimento de uma terceira geração tornou-se cada vez mais óbvio nos anos que se seguiram a 1968. Em 1969, quando alguns jovens como André Burguière e Jacques Revel envolveram-se na administração dos *Annales*; em 1972, quando Braudel aposentou-se da Presidência da VI Seção, ocupada, em seguida, por Jacques Le Goff; e em 1975, quando a velha VI Seção desapareceu e Le Goff tornou-se o Presidente da reorganizada *École des Hautes Études em Sciences Sociales*, sendo substituído, em 1977, por François Furet".

[304] Em *História e Paradigmas Rivais*, Ciro Cardoso (1997b) reconheceu que, apesar de a expressão "Nova História" ter sido, com frequência, endereçado a Febvre e a Bloch e sucessores imediatos, teve que utilizá-la para se referir aos autores dos *Annales* pós-1968, pois acabaram sendo popularizados com essa denominação. Entretanto, Cardoso colocou em xeque a suposta continuidade que esses "novos" *annalistes* reivindicavam em relação aos renomados *Annales* anteriores, como Febvre, Bloch e Braudel.

A difusão desse nominativo, "História Nova", deve-se, em grande medida, à coletânea publicada, em 1978, por Jacques Le Goff, com a colaboração de Roger Chartier e Jacques Revel, intitulada *La Nouvelle Histoire*. Os eixos estruturantes desse "dicionário" (como se referiu Le Goff) destinavam-se a discussão de temas e abordagens (longa duração, estruturas, antropologia histórica, mentalidades, cultura material, os marginais e o imaginário) analisados por diferentes autores ligados a essa tradição e que propugnavam essa renovação na forma de se produzir História.

Embora *La Nouvelle Histoire* tenha uma importância para a consagração do designativo emprestado a essa tendência historiográfica, antes disso, em 1974, Jacques Le Goff e Pierre Nora haviam publicado o que seria uma espécie de manifesto da "História Nova": *Faire de l'histoire*. No Brasil, essa coletânea ficou conhecida como *História: novos problemas, novas abordagens e novos objetos* (publicada, pela Editora Francisco Alves, em três volumes distintos). Segundo o próprio Le Goff, o alcance dessa publicação residia no fato de que ela apresentava aspectos centrais das propostas dessa vertente historiográfica:

> Em *Faire de l'histoire*, a história nova foi definida pelo aparecimento de novos problemas, de novos métodos que renovaram domínios tradicionais da história (o essencial dessas renovações será encontrado nos verbetes desse dicionário: por exemplo, demografia histórica, história religiosa, história social, etc.) e, principalmente talvez, pelo aparecimento no campo da história de novos objetos, em geral, reservados, até então, à antropologia (LE GOFF, 2001, p. 44)

No texto de apresentação de *La Nouvelle Histoire* de 1978, intitulado "Uma ciência em marcha, uma ciência na infância", coletânea que seguia a mesma linha de *Faire de l'histoire*, Le Goff afirmou que a expressão "História Nova" podia ser pensada em termos de linhagem[305], ou seja, atribuída a uma longa tradição iniciada com Febvre e Bloch, passando por Braudel e continuada por ele e seus contemporâneos. Mas reconheceu que, em virtude de viverem em um outro contexto, existiriam algumas diferenças de enfoque e de abordagens entre as produções dos pais fundadores da *Annales d'histoire économique et sociale* e as de autores ligados a "história nova hoje" (isto é, de sua época). Mas isso não comprometeria o histórico de uma tradição sempre

[305] Autores como François Dosse e Ciro Flamarion Cardoso criticaram essa ancestralidade reivindicada pela chamada geração pós-68 em relação aos pais fundadores, pois entenderam que houve um abandono da proposta inicial de Lucien Febvre e Marc Bloch, sobretudo, porque a difusão dessas "novas abordagens", "novos problemas e "novos objetos" acarretou uma excessiva fragmentação da história e um distanciamento do projeto de uma "história total".

inquieta em oferecer o alargamento dos procedimentos metodológicos, novas perspectivas temáticas e a constante aproximação com outras ciências.

Peter Burke (1992b) afirmara que consistia num exercício complexo o de traçar um perfil monolítico dessa "terceira geração"[306], pois ninguém dominou o grupo, como foram os casos de Febvre e Braudel, por isso, admitiu que era preciso vê-la em termos de "policentrismo". A partir dessas novas tendências que se configuraram entre os *Annales,* sobretudo após 1968, houve uma mudança nos enfoques e em relação aos objetos de investigação, por assim dizer, um deslocamento "do porão ao sótão", como realçou Burke. A preocupação com as estruturas socioeconômicas, com as determinações da realidade material foi ofuscada em prol da atenção dirigida a fenômenos situados no âmbito da cultura, o que acendeu o interesse por temas considerados, até então, heterodoxos: a privacidade, a intimidade, o cotidiano, a sexualidade, a feitiçaria, a história das mulheres, das crianças, dos marginais, da loucura. Todavia, não há como negar que a chamada "história das mentalidades" se tornou numa espécie de símbolo dessa geração dos *Annales*.

No Brasil, as propostas da "História Nova" aportaram com vigor somente nos anos 1980. Concordamos com Diogo Roiz e Jonas Santos quando assinalaram que, em terras brasileiras, "a recepção da "Nova História" (francesa) e, consequentemente, da "história das mentalidades" foi tardia. Quando aqueles estudos estavam baixa [...] [no cenário francês] é que foram chegar no Brasil" (ROIZ; SANTOS, 2012, p. 92). Se no território historiográfico do sudeste brasileiro a "História Nova" desembarcou na década de 80, em Goiás, notamos que essas ideias vinculadas às "novas abordagens" e aos "novos objetos" só se fizeram sentir, efetivamente, em trabalhos dos anos 1990.

Em algumas dissertações de mestrado do início da década, é possível percebermos a tentativa de incorporação desses elementos oriundos da "História Nova". Jézus Ataídes (1991), por exemplo, trabalhando na confluência entre a História e a Antropologia, analisou a sociedade e as características culturais dos Kayapó do Sul (nas fases que denominou "pré-histórica" e

[306] A historiadora Lynn Hunt avistou a existência de uma quarta geração dos historiadores dos *Annales*. Conforme Hunt, os historiadores dessa geração, dentre eles Roger Chartier e Jacques Revel, rejeitaram a caracterização das mentalidades como parte do chamado terceiro nível da experiência histórica. Para eles, as relações econômicas e sociais não seriam anteriores às culturais, e muito menos determinadas pelas primeiras. Elas próprias seriam campos de prática e produção cultural. Para Hunt, a crítica de Foucault em relação aos fundamentos da história social teve influência decisiva nas investigações desses historiadores sobre as práticas culturais (HUNT, 1992, p. 08-10).

"histórica"[307]), como também os conflitos vividos entre eles e os colonizadores no "Brasil Central". Para tal empreitada, reconheceu a importância dos *Annales*, em especial da chamada "terceira geração", para o estreitamento do diálogo entre a História e a Antropologia, até como forma de justificar sua abordagem:

> Ao identificar as tendências do movimento de renovação historiográficas iniciado na França com a "Annales d'Histoire Economique et Sociale", o historiador Jacques Le Goff, representante da terceira geração dos Annales, preconiza um destino quase que inexorável para a antropologia em relação à história: a união dos dois campos epistemológicos numa postura complementar que dará vida a uma nova ciência, a Antropologia-Histórica (ATAÍDES, 1991, p. 06)

Maristela Porfírio Gumiero (1991) foi outra pesquisadora que, no início da década, buscou, em autores ligados à "Nova História", subsídios analíticos para confeccionar sua dissertação. Primeiramente, conectada à proposta de perseguir "novos objetos", entregou-se à tarefa de investigar um sujeito histórico ainda não tratado pela historiografia regional: os tropeiros (séculos XVIII e XIX). Como epígrafe de seu trabalho, apresentou uma passagem de Ferreira Gullar que reflete bem essas novas concepções acerca da História que adentravam em Goiás àquela quadra temporal: "A história humana não se desenrola apenas nos campos de batalha e nos gabinetes presidenciais. Ela também se desenrola nos quintais entre plantas e galinhas, nas ruas dos subúrbios, nas casas de jogos, nos prostíbulos, nos colégios, nas usinas, nos namoros de esquinas [...]" (FERREIRA GULLAR *apud* GUMIERO, p. 06). A autora ainda assumiu a influência teórica de vertentes ligadas à "Nova História", sobretudo aquelas que preconizavam a história "do cotidiano", "das mentalidades" e da "vida privada", e reforçou a perspectiva que dirigia sua pesquisa: "entendemos que o instrumental teórico que permite a melhor compreensão da realidade pretérita dos tropeiros, é aquele fornecido pela História do Cotidiano" (GUMIERO, 1991, p. 11).

Dentre essas novas propostas historiográficas que começaram a circular na comunidade de historiadores do estado, compreendemos que a história do cotidiano tenha sido uma dessas tendências que mais nos informam sobre esse "trânsito" e essa (gradativa) "passagem" de "perspectivas de interpretação" que caracterizara esse "período de fronteira historiográfica". Nesse sentido, verificamos que, inicialmente, esses estudos voltados para o cotidiano dedicaram maior visibilidade à dimensão social, até por causa de um diálogo estreito com autores marxistas, mas com o decorrer da década, o enfoque dessas investigações passou a se dirigir para o caráter

[307] Do ponto de vista metodológico, o autor recorreu à cultura material para a realização desse estudo.

simbólico das relações humanas, abordagem esta cada vez mais próxima de vertentes teóricas ligadas à "História Nova" e, posteriormente, à "(Nova) História Cultural".

Em *Vida cotidiana na zona rural do município de Goiás (1888-1930)*, a historiadora Leny Anzai, já nos anos 1980, apresentou um dos primeiros trabalhos da historiografia regional sobre o cotidiano, e como já mencionamos, foi uma pesquisa elaborada sobre um alicerce teórico marxista. Seguindo estratégia semelhante, mas tratando de outro objeto histórico, Maria Lúcia Tomazini (1990) procurou analisar o cotidiano da "mulher gari"[308] também recorrendo a linhas interpretativas do marxismo. Embora na investigação de Anzai a abordagem sobre o cotidiano seja mais central do que na de Tomazini, os elementos teóricos do materialismo histórico pungiram ambas as análises, seja sobre os trabalhadores rurais do município de Goiás, seja sobre a "mulher gari". Sendo assim, o olhar dirigido para as experiências cotidianas desses sujeitos históricos destinou maior atenção às relações sociais em que esses atores estavam imersos, do que para as experiências simbólicas dos mesmos. Não aleatoriamente, essas pesquisadoras foram buscar, precipuamente, em Agnes Heller os subsídios conceituais para se pensar no cotidiano desses sujeitos. E não de forma casual, estiveram preocupadas em recuperar as experiências históricas de trabalhadores, sejam eles camponeses ou varredoras de rua.

Ademais, o próprio tratamento e a posterior interpretação das narrativas fornecidas pelas fontes orais vieram marcados pela inquietação em perceber a dimensão do conflito entre as classes sociais envolvidas, a exploração a que eram submetidos esses trabalhadores, bem como as experiências sociais vivenciadas por eles. Embora esses estudos acerca do cotidiano estivessem voltados, prioritariamente, para a esfera da produção, pela própria ancoragem teórica adotada, alguns elementos no âmbito da cultura foram trazidos à baila por essas narrativas em questão. Tomazini (1990), por exemplo, na parte final de sua dissertação, buscou "desvelar o cotidiano" da mulher gari, seja no ambiente de trabalho ou doméstico, por meio dos conceitos como os de "mentalidade" e de "visão de mundo".

Já a pesquisa de Maristela Gumiero (1991) a que nos referimos anteriormente, trouxe um olhar sobre o cotidiano dos tropeiros entrecortado por perspectivas da "Nova História". Segundo a historiadora, os tropeiros foram, nos séculos XVIII e XIX, de suma importância para a região, pois intermediou negócios, transportou mercadorias, difundiu notícias e ideias, funcionou como agente de ligação entre Goiás e outras capitanias/províncias, enfim, converteu-se, ao largo desses dois

[308] *A mulher gari: história e memória da força de trabalho feminina – Goiânia (1979-1988).*

séculos, na "figura, por excelência, da comunicação em Goiás" (GUMIERO, 1991, p. 09). Além de sua importância econômica; tendo em vista que era o agente que viabilizava o comércio com outras regiões; social, pois integrava os diferentes povoamentos; os tropeiros foram responsáveis pelo intercâmbio de ideias, costumes, tendo em vista que traziam notícias dos últimos acontecimentos políticos, os modismos dos grandes centros do país, fazendo, assim, "[...] circular também a riqueza cultural, mantendo vivos os aglomerados humanos espalhados pelo imenso Goiás" (GUMIERO, 1991, p. 59). Daí a importância deles também sob o ponto de vista cultural. Nos capítulos em que analisou o cotidiano dos tropeiros, a autora privilegiou elementos socioculturais ligados à vivência desses sujeitos: as particularidades das viagens, a alimentação, a higiene pessoal, o transporte, os pousos, as distâncias, além das delongas acerca das manifestações festivas as quais os tropeiros participavam, além de sua relação, afetiva e social, com a família.

Já pavimentando um caminho mais próximo da (nova) história cultural, Eliana Sersocima (1995), em *Laços solidários nas comunidades rurais do município de Goiás (1900-1994)*, investigou as sociabilidades existentes no interior das comunidades rurais do município de Goiás, recuperando a importância das relações vicinais e dos laços solidários para a organização social e para a própria vivência dos pequenos produtores rurais daquela região. Esses elementos de solidariedade, segundo a autora, foram se esvaindo com a implantação de novas relações sociais no campo após os anos 1930. Buscando reconstruir experiências do cotidiano desses trabalhadores, a autora estabeleceu um diálogo com a antropologia histórica e com a sociologia rural. Sua análise procurou compreender uma espécie de "cultura rural" que se fundou nessas comunidades do campo no município de Goiás. O terceiro capítulo foi o ponto alto dessa abordagem do cotidiano, pois, através de fontes orais, a autora reconstituiu o mundo sociocultural do pequeno produtor rural e a importância das relações vicinais no seu dia-a-dia. Segundo Sersocima, o círculo de vizinhança era caracterizado pelo amparo assistencial nas várias circunstâncias da vida de seus membros, produzindo, assim, princípios elementares e vitais de sociabilidade em meio à determinadas condições naturais e históricas adversas.

Seguindo essa tendência, Maria Lúcia Fonseca (1997), *em Coronelismo e cotidiano: Morrinhos (1889-1930)*, apostou em um outro viés analítico do que era, comumente, praticado nos trabalhos de história política: dedicou atenção não só as experiências da elite política, mas também as das camadas populares. Nesse sentido, além de estudar as manifestações do coronelismo em Morrinhos, Fonseca procurou compreender como esse fenômeno político esteve entremeado ao

cotidiano daquela cidade, nas diferentes instâncias da vida comunitária (comércio, escolas, igrejas, na música, nos poderes constituídos). Procurando acessar aos "modos de vida e a visão de mundo" subjacentes ao cotidiano dos morrinhenses, as reflexões produzidas por Le Goff, Michel de Certeau e Carlo Ginzburg foram de extrema valia. Fitada nas práticas coronelísticas e nas experiências do cotidiano em Morrinhos, Fonseca buscou captar os elementos simbólicos que propiciaram a formação de uma identidade local para Morrinhos: a "Atenas de Goiás", a "cidade dos pomares", em suma, uma cidade com vocação cultural. O ápice dessa proposta esteve presente no último capítulo da dissertação, quando a autora analisou os significados dos diferentes locais que constituíam espaço urbano de Morrinhos, o papel da religiosidade, das manifestações culturais, da convivência comunitária e de como alguns aspectos do mandonismo local engendrou determinadas representações acerca da cidade.

A historiadora Maria de Fátima Oliveira (1997), por sua vez, investigou a cultura e o cotidiano da cidade de Porto Nacional durante as últimas décadas do século XIX e a primeira do XX. Demarcando algumas singularidades históricas presentes em Porto Nacional (a presença dos padres dominicanos, o aparecimento de uma imprensa escrita já no XIX e o fato de abrigar um médico de formação e nascido na cidade), Oliveira buscou compreender algumas questões socioculturais e algumas experiências cotidianas que se desenrolaram na sociedade portuense: como seus habitantes viviam e sobreviviam, como se manifestavam e se divertiam. Reportando, do ponto de vista teórico, à antropologia de Clifford Geertz, a pesquisadora analisou ainda as trocas culturais estabelecidas entre os habitantes do Porto Nacional e os padres dominicanos franceses que ali residiram. Valorizando os fenômenos de ordem sociocultural, a autora deitou seu olhar sobre a relação que a população local estabeleceu com o Rio Tocantins: sua importância econômica, os aspectos simbólicos que envolviam a navegação e o uso diário do rio. Com os olhos fitados no cotidiano, Oliveira percebeu elementos relativos às sensibilidades, sociabilidades e subjetividades (visão de si e a visão do outro, a visão de mundo, anseios, frustrações, realizações) característicos da população de Porto Nacional nesse período de transição entre oitocentos e novecentos.

A dissertação de Deuzair Silva (1997c), *Cultura e sociedade no município de Fazenda Nova (1953-1980),* foi outra pesquisa que trafegou nas alamedas da história do cotidiano. Perscrutando as formas de trabalho, as relações vicinais e de ajuda mútua, a dieta, os modos de obtenção dos alimentos, as mudanças ocorridas na comunidade, a formação das famílias e seu

estilo de vida, dentre outros aspectos, Silva intentou compreender as dinâmicas que envolviam a organização da vida diária da comunidade fazendanovence. Recorrendo, do ponto de vista metodológico, à história serial (em sua intersecção com a história demográfica), o autor reconstituiu importantes aspectos da vida familiar e social da população de Fazenda Nova. Silva ainda buscou respaldo teórico nas propostas da micro-história de Carlo Ginzburg e Giovanni Levi para analisar as "mínimas" manifestações da cultura local, na tentativa de capturar as nuanças que envolviam aquele universo sociocultural. Para a abordagem acerca do cotidiano, evocou instrumentos da "descrição densa" oriundos da antropologia de Clifford Geertz. Nos capítulos dedicados a relação entre cultura e cotidiano, concentrou-se em analisar os modos de constituição da família, a sexualidade, as relações de parentesco, a religiosidade, as festas religiosas, o estilo de vida, as particularidades do lar, a dieta da população e as especificidades do trabalho naquela localidade.

Analisando esses trabalhos que lançaram mão da história do cotidiano como proposta central de estudo[309], podemos inferir algumas questões relevantes sobre essa ascensão da "Nova História" e, posteriormente, da "(Nova) História Cultural", no contexto historiográfico goiano dos anos 1990. Na maioria das investigações tratadas, houve a preocupação em trazer à lume sujeitos históricos, regiões e vivências que não foram contempladas pela historiografia regional. Nesse intento, buscou-se, prioritariamente, alcançar homens e mulheres comuns em sua vivência diária, enxergando as minúcias de suas experiências ordinárias. Nessa incessante procura por resgatar a experiência histórica daqueles que, de certa forma, foram deixados à margem pela historiografia, foi preciso garimpar nas entrelinhas dos documentos oficiais, nas letras impressas nos periódicos, na tessitura dos enredos literários, entre as páginas empoeiradas dos documentos cartorários ou nos relatos daqueles que experimentaram tais vivências.

Essa abordagem do cotidiano veio permeada, em grande medida, por perspectivas antropológicas, principalmente no tocante à apropriação da "descrição densa" de Clifford Geertz (1989) ou das propostas da antropologia histórica como definida por André Burguière (2001). Ademais, nota-se que esse investimento histórico sobre as miudezas da vida ordinária ou em outras dimensões da cultura humana foi fomentado pelo contato, cada vez mais frequente, com autores ligados a essas novas tendências historiográficas que emergiam àquela época. Nomes

[309] Outros pesquisadores também se dedicaram ao estudo do cotidiano, mas não se constituía no enfoque central de suas pesquisas. Foram os casos de Macedo Filha (1990), Bertazzo (1992), Aldighieri (1992), Freitas (1994), Bittencourt (1995), Bittar (1997), Rabelo (1997), Oliveira (1999a) e Valdez (1999).

como os de Jacques Le Goff, Philippe Ariès, Georges Duby, André Burguière, Michel de Certeau, Roger Chartier, Carlo Ginzburg, Lynn Hunt, Pierre Nora, Peter Burke, dentre outros, passaram a fazer parte do repertório bibliográfico dos historiadores em Goiás. Portanto, era a (Nova) História Cultural ganhando musculatura num corpo historiográfico cujo vigor, até então, era obtido por meio de exercícios teóricos marxistas[310].

Em meio a essa pluralidade de historiadores, pertencentes a tradições intelectuais distintas, complexa se torna a tarefa de explicar como se deu a constituição das tendências historiográficas que amoldaram a chamada "(Nova) História Cultural". Alguns especialistas que enfrentaram tal empreendimento trabalharam com a ideia de migração de autores; outros já pensaram a história cultural em termos de "refúgio"; houve aqueles que enxergaram uma junção de vertentes, cuja diversidade de propostas constituíram as principais linhas teóricas dessa perspectiva historiográfica em ascensão.

A expressão "Nova História Cultural" acabou sendo muito difundida depois que a historiadora Lynn Hunt organizou, em 1989, uma coletânea de ensaios[311], cujo título era justamente o mesmo. O designativo "Nova" se deve ao fato dessa tendência historiográfica ser vista a partir de dois eixos identificadores: os que acreditavam que ela estaria ligada diretamente a uma história cultural cujas raízes remontam séculos anteriores; e aqueles que defenderam que este "movimento" possuía raízes mais recentes, estando, principalmente, ligado à tradição historiográfica francesa da história das mentalidades (após os anos de 1960).

Peter Burke, por exemplo, entendeu que o vocábulo "nova" servia para distinguir a nova história cultural das formas mais antigas dessa corrente (BURKE, 2005, p. 69). Para o historiador inglês, a história cultural foi constituída por diferentes tradições intelectuais vindas desde o século

[310] É necessário ressalvar, porém, que nesse "trânsito" entre correntes marxistas e da história cultural, alguns (poucos) pesquisadores recorreram aos instrumentos conceituais de Max Weber para elaboração de seus textos historiográficos. Foram os casos de Costa (1994) que, concordando com Machado (1985), empregou o conceito de "dominação carismática" para caracterizar o domínio político de Pedro Ludovico em Goiás; de Bittar (1997), que se valeu do conceito de "tipo ideal" para pensar as "três faces de Eva" na cidade de Goiás, ou seja, três papéis sociais (ideal-típicos) desempenhados pela mulher em diferentes momentos da história dessa cidade, desde o século XVIII até as primeiras décadas do século XX; e de Campos Júnior (1998), que se apropriou dos "tipos de dominação" de Weber para analisar como se deu, em 1954, a transferência da sede da Estrada de Ferro Goiás, de Araguari para Goiânia, que, segundo o autor, fora fruto do exercício da "dominação racional legal (burocrática)" por Mauro Borges Teixeira, à época, diretor da ferrovia.

[311] Segundo Peter Burke, o conjunto de ensaios reunidos nessa coletânea tratava-se, originalmente, de textos apresentados em um seminário realizado, em 1987, na Universidade da Califórnia, em Berkeley, e denominado de "História francesa: textos e cultura" (BURKE, 2005, p. 68).

XIX. A primeira delas, a história cultural clássica, praticada, sobretudo, por Jacob Burckhardt e que se estendeu a Johan Huizinga no século XX. Depois, a fase dos estudos sociológicos e da história social da arte, com Max Weber, no início do novecentos, Norbert Elias nos anos 1930, passando por Aby Warburg e Ernst Gombrich. Os estudos sobre cultura e sociedade, com foco para a "cultura popular", presentes em autores da história social inglesa, principalmente Thompson. E, por fim, a nova história cultural, praticada após os anos 1970. Esta última, influenciada, decisivamente, pela aproximação com a antropologia e com os estudos sobre a linguagem.

Já outros historiadores, como Jurandir Malerba, por exemplo, enxergou uma raiz mais recente para a (nova) história cultural, ou seja, ela seria herdeira, primordialmente, da tradição oriunda da "terceira geração dos *Annales*":

> Foi a partir dos revolucionários anos 1960, coincidindo com a própria mudança de rumo dentro dos *Annales* da terceira geração, em direção à história antropológica ou das mentalidades, que novos temas ligados ao cotidiano e à vida privada, de grande difusão nas décadas de 1970 e 1980, juntaram-se ao caudal daquilo que viria a constituir mais tarde a "nova história cultural (MALERBA, 2009, p. 111)

Ronaldo Vainfas, por seu turno, encarou a (nova) história cultural[312] como o grande "refúgio" encontrado pelos historiadores das mentalidades após enfrentarem o desgaste do conceito com o qual trabalhavam. Segundo Vainfas, mesmo com as críticas dirigidas ao conceito de mentalidades, não houve um abandono dos estudos sobre o mental, tendo em vista que continuava sendo realizado, mas sob novas roupagens. Em seu ponto de vista,

> [...] o grande refúgio da história das mentalidades foi, contudo, o da chamada história cultural, refúgio este sim mais consistente, posto que, em suas principais versões, procurou defender a legitimidade do estudo do "mental" sem abrir mão da própria história como disciplina ou ciência específica [...] e buscando corrigir as imperfeições teóricas que marcaram a corrente das mentalidades dos anos 70. [...] É lícito afirmar, portanto, que a história cultural é, neste sentido, um outro nome para aquilo que, nos anos 70, era chamado de história das mentalidades (VAINFAS, 1997, p. 148).

[312] Para Vainfas (1997), essa vertente historiográfica se apresentou como "Nova História Cultural", para se distinguir da antiga "história da cultura", gênero historiográfico dedicado a estudar as manifestações formais da cultura de dada sociedade (as artes, a literatura e a filosofia)

Vainfas (1997) ainda identificou três vias abertas pela história cultural[313]. A "história da cultura" ligada às análises de Carlo Ginzburg que, abandonando a noção de mentalidades e inspirado em Mikhail Bakhtin, reforçou os conceitos de cultura popular e de circularidade cultural, além de idealizar a chamada micro-história e o método indiciário. A "história cultural" formulada por Roger Chartier, que rejeitou a visão dicotômica entre cultura popular e erudita em favor de uma noção abrangente de cultura. Chartier teria sido responsável ainda por propor um conceito de cultura como prática, além das categorias de representação e apropriação. O terceiro modelo seria a "história da cultura" de Edward Thompson, uma espécie de versão marxista da história cultural. Com Thompson, o mundo da cultura não seria visto como um mero reflexo da infraestrutura econômica de uma sociedade. Agregando a essas três propostas, Vainfas, num artigo posterior, Vainfas (2009), acrescentou uma quarta: os estudos culturais realizados a partir da influência de Michel Foucault.

Deslindando a historiografia regional desse período, entendemos que variados foram os caminhos escolhidos pelos pesquisadores para se abrigarem à sombra teórica dessas diferentes correntes da história cultural, especialmente a partir da segunda metade da década. Diferentemente da influência marxista que conseguiu traçar rumos, mais ou menos, comuns à maioria dos pesquisadores que recorreram a essa base teórica, os instrumentais analíticos da história cultural foram sendo absorvidos de forma muito diversificada, diluída e até, de certo modo, fragmentada. Como pontuamos, a estrada foi aberta por aqueles que procuraram se enveredar pelas trilhas deixadas por autores ligados à tradição francesa da *Nouvelle Histoire* (Le Goff, Duby, Chartier, Vovelle, dentre outros); outros raros buscaram seguir a via pavimentada pela micro-história de Carlo Ginzburg; poucos rumaram na direção estudos de Michel Foucault, mas o que vimos, com maior constância, foi a procura por garimpar, de um e de outro autor dessas vertentes, algumas contribuições teóricas e metodológicas, que consubstanciaram numa espécie de amálgama teórico comum nesses trabalhos.

É importante mencionar que a aproximação com essas variadas linhas interpretativas da história cultural se deu de forma gradativa e não significou o total abandono dos suportes teóricos marxistas, até porque o predomínio teórico da história cultural fora sedimentado, de fato, no decênio posterior. Para ilustrarmos essa paisagem historiográfica que se configurou especialmente

[313] Optamos, de agora em diante, por utilizar a expressão "história cultural" para nos referir a essas novas tendências historiográficas emergidas no Brasil a partir dos anos 1980. Por conseguinte, seguiremos a sistematização dessas vertentes, tal como apresentada por Ronaldo Vainfas.

a partir da segunda metade da década, extraímos um longo trecho escrito, agora, pela historiadora Miriam Bianca A. Ribeiro[314], no qual sintetiza bem as especificidades desse contexto. Tendo elaborado uma pesquisa com sustentáculos teóricos marxistas, Ribeiro (1996) "saiu em defesa" do materialismo histórico e dialético como perspectiva analítica viável e produtiva para se pensar, também, os fenômenos humanos simbólicos, mas reconheceu que as propostas relacionadas aos "novos objetos", às "novas temáticas" e às "novas abordagens" invadiam a cena historiográfica brasileira e goiana àquela época. Defendida em 1996, esse excerto de Ribeiro não só deixa a entrever o "trânsito" que ocorria na historiografia regional entre essas principais correntes teóricas (marxismo e história nova/história cultural), como também dá indícios de que, a partir de meados da década, era crescente o avanço da história cultural sobre a produção historiográfica em Goiás:

> A polêmica corrente sobre a superação ou não do instrumental teórico fornecido pelo marxismo como capaz de responder aos desafios do nosso tempo, bem como de abordar os novos objetos colocados pela historiografia, especialmente a francesa tem polemizado a produção das ciências humanas. Novos objetos, novos temas, novos desafios ressuscitam antigos confrontos inclusive de caráter filosófico, sob nova roupagem, e hoje apresentados no embate entre marxismo e pós-modernidade.
> Abordar a permanência política dos Caiado significou também propor, consideradas as limitações inerentes a esse trabalho, uma discussão teórica que foi desafiadora à minha formação e opção marxista. A questão proposta levaria necessariamente a uma abordagem de micro-história? Trata-se de uma família específica, sua vida política, sua genealogia, sua educação, sua sustentação financeira, sua memória. Abordar questões tão particulares e subjetivas quanto os nomes dados aos filhos e filhas de uma família ou a postura corporal de seus membros, seria romper os referenciais do marxismo caindo num emaranhado de detalhes, dispersos numa discussão assistemática e subjetivista? É possível um tratamento sistemático de objetos e temas que parecem tão específicas, particular? **Enfim, novos objetos, novas abordagens são incompatíveis com uma interpretação materialista e dialética da história? Estaríamos, ao optar por estudar os Caiado em Goiás, nos aspectos aqui expostos, entrando no circuito da moda historiográfica e qualificando o marxismo de superado, obsoleto?**[315]
> O desafio era exatamente demonstrar que não. Tratar novos objetos, propor novas abordagens não nos parece propriedade de não-marxistas. É sim um desafio do nosso tempo, ao qual temos de ser capazes de dar respostas que tratem as relações entre o particular e o geral, o individual e o coletivo, o objetivo e o subjetivo, o privado e o público que não os isolem e sim os qualifiquem de forma interativa e dialética. Os novos objetos e novas fontes estão colocados e são conquistas das ciências humanas. Cabe aos marxistas habilitarem-se para tratá-los sob sua fundamentação e polemizar. Evidentemente, não há aqui nenhuma pretensão que não seja a de localizar os elementos que conduziram à opção que se segue.
> Pierre Bourdieu oferece um conjunto de conceitos bastante consequente para tratar a questão da permanência política, capaz de estabelecer a interação necessária. Nos referimos aos conceitos de "história objetivada" e "história incorporada" (RIBEIRO, 1996, p. 15-16).

[314] *Memória, Família e Poder: História de uma Permanência Política – os Caiado em Goiás.*
[315] Grifos nossos.

Nota-se que a autora, ao adentrar seu objeto de pesquisa, a família Caiado e sua duradoura atuação política em Goiás, enfrentou uma encruzilhada analítica: como estudar a trajetória de uma família cuja permanência política se encontrava atravessada por aspectos concernentes à tradição, aos costumes ou às subjetividades sem se render as essas "tendências (que se diziam) renovadoras" da historiografia? Ou como abordar a memória construída, idiossincraticamente, por essa família, protagonista de momentos importantes da história política goiana, sem recorrer aos instrumentos conceituais trazidos por esses novos "modismos historiográficos"? Haveria, então, questionou a autora, uma incompatibilidade entre a interpretação materialista da história e esses "novos objetos", essas "novas abordagens" que emergiam àquela quadra?

Aceitar tais pressupostos significaria, para ela, não só ingressar "no circuito da moda historiográfica", mas, principalmente, admitir que o marxismo estaria superado. E foi em meio a esse ambívio interpretativo que encontrou uma saída alternativa: o sociólogo francês Pierre Bourdieu e os conceitos de "história objetivada" e "história incorporada". Resolvido seu dilema, lançou um desafio a seus pares marxistas: habilitem-se a encontrar a fundamentação teórica (logicamente marxista) capaz de operar com esses "novos objetos" e com essas "novas temáticas", enfrentem o debate e polemizem!

Certamente, o tom imperativo emprestado por nossa análise seja um artifício narrativo para realçar os embates e as resistências teóricas que existiram naquele contexto de produção. Nessa zona do contato e de repulsas, não se deixava de reconhecer que os "novos objetos", os "novos problemas", as "novas fontes" chegavam para renovar os ares da pesquisa histórica, mas tais renovações eram, no entender da autora em questão, uma "conquista das ciências humanas" em geral, e não de uma corrente teórica em particular. Acreditamos, portanto, que por detrás dessas linhas, anotadas para justificar uma opção teórico-conceitual, alojava-se algumas relações de forças historiográficas características desse momento da produção histórica regional. E mais, elas denotam que havia sinais claros do desgaste teórico do marxismo e de que essas novas tendências historiográficas aportadas em Goiás nos anos 1990 cada vez mais ganhavam força no ambiente historiográfico goiano.

E não foram só os trabalhos sobre história do cotidiano que nos forneceram subsídios para enxergar essa paulatina ascensão dos aparatos teórico-metodológicos ligados à história cultural. Esse interesse gradativo em estudar os fenômenos humanos localizados no âmbito da cultura pode ser evidenciado pelos novos "objetos" e "temas" que emergiram a partir dessa década: o cotidiano

sob um viés cultural[316], os estudos no âmbito da etno-história[317] e voltados para as relações étnicas[318], a normatização dos espaços público e privado e dos comportamentos[319], a formação das identidades regionais e/ou locais[320], a problemática do discurso e das representações[321], as relações de gênero, o patrimônio histórico[322], os estudos sobre a cidade (do ponto de vista arquitetônico e cultural e não meramente social)[323] e as investigações sobre a família e a infância[324]. Podemos citar ainda algumas temáticas secundárias, muito abordadas por essas correntes da história cultural, que também estiveram presentes na historiografia regional desse período. Temas como o lazer, a alimentação, as doenças, a salubridade, a religiosidade, as sociabilidades, as solidariedades, as sensibilidades e a cultura material foram registrados, mesmo que tangencialmente, pela escrita de muitos desses historiadores. Outro indício da presença dessas novas perspectivas foi a atenção que alguns deles passaram a dedicar às questões relativas à experiência feminina ou às relações de gênero. Embora tenhamos nos deparado com apenas duas pesquisas sobre história da(s) mulher(es) e das relações de gênero[325], outros pesquisadores[326], mesmo investigando temáticas distintas a essas, destinaram espaço considerável em seus trabalhos para analisar as experiências femininas do passado ou para esquadrinhar as vivências femininas e masculinas numa perspectiva relacional.

---

[316] Gumiero (1991), Sersocima (1995) e Oliveira (1997).
[317] Ataídes e Abreu (1992).
[318] Parada Filho (1992) e Silva (1998).
[319] Moraes (1995) e Rabelo (1997).
[320] Arbués (1995), Silva (1997a), Fonseca (1999) e Gomide (1999).
[321] Costa (1994), Duarte (1996), Corrêa (1997) e Ferreira (1997).
[322] Gomide (1999).
[323] Coelho (1997), Curado (1999), Ferreira (1999), Gomide (1999), Oliveira (1999a), Oliveira (1999b). Não ocasionalmente, à exceção da pesquisa feita por Gustavo Neiva Coelho, os outros quatro trabalhos arrolados tiveram seus textos adaptados e foram publicados na obra organizada pelos professores Nasr F. Chaul e Luiz Sérgio D. da Silva (2005), *As cidades dos sonhos: desenvolvimento urbano em Goiás*.
[324] Tristão (1998) e Valdez (1999).
[325] *Mulher Gari: História e Memória da Força de Trabalho Feminina – Goiânia (1979-1988)*, de Maria Lúcia V. Tomazini (1990), e *As três faces de Eva na cidade de Goiás*, de Maria J. G. Bittar (1997). Tomazini trabalhou com a categoria "mulher" no singular e isso tem reflexos conceituais importantes para as especialistas nesse campo de estudos, pois, segundo as mesmas, tal vocábulo (no singular) não contempla a diversidade dos "femininos" existentes, ou seja, não abriga a compreensão de que existem diferenças dentro da diferença. Mas esse é um debate complexo o qual não nos enveredaremos. Importa registrar que, como se tratava de uma pesquisa defendida no ano de 1990, ainda não havia ainda acontecido no Brasil e, sobretudo, em Goiás, a grande repercussão do texto da historiadora norte-americana Joan Scott, *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, que tratou de maneira relacional as questões das diferenças entre os femininos e os masculinos existentes na sociedade. Já Bittar (1997), cuja pesquisa foi elaborada na segunda metade da década, inseriu essa perspectiva de gênero ao seu trabalho. Sobre a categoria "gênero" ver: SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.16, n.2, p.5-22, jul/dez., 1990.
[326] Macedo Filha (1990), Gomes (1995), Bittencourt (1995), Ribeiro (1996), Rabelo (1997), Fonseca (1997), Tristão (1998) e Valdez (1999)

Ademais, verificamos que alguns conceitos, desenvolvidos ou muito utilizados por autores ligados às vertentes da história cultural; como os de "representação(ões)"[327], "imaginário"[328] e "identidade(s)"[329]; foram incluídos no vocabulário corrente dos historiadores em Goiás. É importante mencionar, contudo, que a adoção de "imaginário" ou de "representação", não significou o desuso da noção/conceito de "mentalidades"[330]. No tocante a esse aspecto, concordamos com o professor José D'Assunção Barros (2008), quando afirma que as "noções" ainda não são conceitos, pois representam uma elaboração que ainda "tateia" o objeto histórico e que, por isso, carecem do caráter sistemático e explicativo presente em um constructo conceitual. Deste modo, na maioria das pesquisas que manuseamos, tais conceitos se apresentaram com a fisionomia de "noções", pois grande parte dos pesquisadores que deles lançou mão não expôs uma definição precisa sobre esses termos. Talvez porque, naquele momento, esses conceitos, que jorravam de fontes da história cultural, estavam sendo absorvidos sem, ainda, um amadurecimento sobre seus significados e limites.

Outro termo/conceito que passou a circular nos textos historiográficos dessa época foi o de "discurso"[331]. Em algumas dessas pesquisas[332], esse termo/conceito também foi utilizado sob o formato de "noção", referindo-se, genericamente, a qualquer tipo de manifestação da linguagem, sob a forma escrita, oral, material ou simbólica, repleta de signos de diversas ordens (políticos, éticos, estéticos, sociais, culturais). Em outros trabalhos[333], porém, o uso constante desse conceito apontou a existência de uma fresta que se abria para autores ligados aos estudos sobre linguagem, como Mikhail Bakhtin, Michel Foucault e Hayden White.

Outro reflexo da chegada dessas novas tendências teóricas incidiu sobre o plano da escrita da História. Nesses trabalhos dos anos 1990 é possível verificarmos que os pesquisadores estavam "mais à vontade" para empregar uma tonalidade estilística aos títulos de suas obras. E não temos dúvida de que o desgaste teórico do marxismo e a emergência dessas novas correntes

[327] Localizável em Bittencourt (1995), Arbués (1995), Corrêa (1997), Silva (1997c), Gomide (1999) e Oliveira (1999b).
[328] Presente em Corrêa (1997), Ferreira (1997), Fonseca (1997), Silva (1997a), Castro (1998), Silva (1998), Gomide (1999) e Valdez (1998).
[329] Encontrável em Ataídes (1991), Bittencourt (1995), Arbués (1995), Aquino (1996), Correa (1997), Oliveira (1997), Silva (1997a), Bittar (1997), Gomide (1999) e Curado (1999).
[330] Utilizado por Pereira (1990), Abreu (1992), Amado (1992), Aquino (1996), Ferreira (1997), Oliveira (1997), Amorim (1998), Bittar (1997) e Tristão (1998).
[331] No próximo tópico, abordaremos as pesquisas que, especificamente, trabalharam com a metodologia de análise do discurso.
[332] Costa (1994), Moraes (1995), Arbués (1995), Machado (1996) e Corrêa (1997)
[333] Duarte (1996), Ferreira (1997), Bittar (1997), Rabelo (1997), Gomide (1999) e Oliveira (1999b).

historiográficas contribuíram para que a preocupação com o conteúdo empírico não significasse incompatibilidade com o interesse estético. Citemos, então, alguns exemplos desses pesquisadores que procuraram conferir um efeito estético a seus títulos: *1964 em Goiás:* ***o ovo da serpente*** *(militares e proprietários de terras na gestação da ditadura)*, de Dalva Maria B. Souza (1991); ***Quando a corda arrebenta do lado mais forte****: senhores e escravos em Goiás (século XIX)*, de Carlos João Parada Filho (1992); ***Se as paredes da Catedral falassem****: a Arquidiocese de Goiás e o Regime Militar*, de Terezinha Maria Duarte (1996); ***O amarelo da soja invade o cerrado***, de Wilma M. Amorim (1996); ***Para onde pende a balança****: a aplicação da justiça em Goiás*, de Waldinice M. do Nascimento (1997); ***As três faces de Eva*** *na Cidade de Goiás*, de Maria J. G. Bittar (1997); ***Os excessos do corpo****: a normatização dos comportamentos na Cidade de Goiás (1822-1889)*, de Danilo Rabelo (1997); ***Uma ponte para o século XIX****: um estudo da casa meiapontense*; ***Filhos do pecado, moleques e curumins****: imagens da infância nas terras goyanas do século XIX*, de Diane Valdez (1999). Não ocasionalmente, quanto mais nos afastamos do início da década, mais os títulos foram apresentados por meio de expressões com denso conteúdo simbólico.

Não só os títulos foram objeto de modificações quanto a seus aspectos estilísticos, a própria estrutura capitular de algumas pesquisas historiográficas adquirira, nessa aproximação com a História Nova e História Cultural, uma fisionomia menos técnica e mais plástica. Visando ilustrar essas propriedades estéticas inseridas à escrita da História, traremos a disposição dos capítulos de apenas duas dissertações, a de Danilo Rabelo (1997) e a de Diane Valdez (1999), que se mostram elucidativas quanto ao assunto. Em seu trabalho, *Os excessos do corpo: a normatização dos comportamentos na Cidade de Goiás (1822-1889),* Rabelo construiu uma estrutura com cinco capítulos, intitulados da seguinte forma: ***A Cidade Purificada*** *(Profilaxia sanitária do espaço público na Cidade de Goiás durante o Império)*; ***Do Ócio ao Ofício*** *(O discurso jurídico da Lei e a normalização do trabalho e do lazer no espaço público durante o Império)*; ***Espaço Privado e Convivência Familiar*** *(As formas de organização das famílias vilaboenses no início do século XIX)*; ***Em busca do ideal feminino: mãe, esposa e filha*** *(A normatização das famílias vilaboenses durante o Império);* e ***Disciplina e Obediência Civil*** *(As resistências à normatização dos comportamentos na Cidade de Goiás durante o Império)*. Já Diane Valdez, apostando em expressões oriundas de adágios populares, procurou delinear uma face ainda mais criativa a seus capítulos: ***Quem ama com fé, casado é****: os filhos das concubinas e*

*do pecado;* ***Mãezinha do céu eu não sei rezar****: a proteção divina e mística para com os inocentes;* e ***Cada terra com seu uso, cada roça com seu fuso****: o cotidiano das crianças na região*. Em suma, eram as mudanças nas perspectivas de teórico-interpretativas incidindo sobre a escrita da História.

Face ao que foi exposto nessa seção, depreende-se que a produção historiográfica em Goiás, na década de 1990, moveu-se por caminhos semelhantes aos percorridos pela historiografia no Brasil, em geral. Marcada por um encontro, repleto de tensões, conflitos, aproximações, repulsas, intersecções, entre perspectivas teóricas marxistas e as da Nova História, a produção histórica regional desse período acabou se aproximando, paulatinamente, das correntes teóricas ligadas à história cultural, as quais se tornariam, nos anos 2000, no referencial historiográfico de maior aceitação entre os historiadores em Goiás. Em meio a "antigos" e "novos" marxismos que grassaram nessa fase, especialmente com Thompson e Gramsci, os especialistas em história regional foram se abrindo para o estudo dos fenômenos situados no campo da cultura, postura que foi recrudescida com o emergir das linhas teóricas vinculadas à história cultural. Nessa flama provocada pelas "novas abordagens", por "novos objetos" e "novos temas", entendemos que a renovação foi mais de ordem temática e em relação ao foco de abordagem, cada vez mais atento à dimensão simbólica das experiências humanas do passado. No entanto, é preciso ter presente que essas propostas renovadoras aportaram em Goiás mais tardiamente do que em outros espaços de produção histórica do país, especialmente aqueles do sudeste, pois só foram evidenciadas, efetivamente, em trabalhos elaborados nos anos 1990. Além disso, nota-se que esse esforço renovador veio, num primeiro momento, acompanhado de um déficit teórico, tendo em vista que determinadas perspectivas e conceitos, oriundos dessas vertentes ligadas à história cultural, acabaram sendo abrigados sem o amadurecimento sobre suas propriedades abstrativas, bem como sobre seus limites. Exceção seja feita a alguns trabalhos elaborados no final da década, que se mostraram mais tarimbados em relação às discussões teóricas que fervilharam ao longo dos anos noventa.

## 5.4. Topografando fontes e métodos na historiografia regional dos noventa

Quando dirigimos nosso olhar sobre os aspectos metodológicos característicos dessas pesquisas dos anos 1990, observamos que muitas fontes e procedimentos, utilizados nas duas décadas anteriores, continuaram sendo relevantes para os pesquisadores dessa quadra temporal. Todavia, em razão das mudanças ocorridas no âmbito das "perspectivas de interpretação" (já esboçadas na seção anterior), algumas novidades foram incorporadas por esses especialistas não só no tocante às fontes históricas utilizadas, como ao enfoque dirigido a elas e aos procedimentos metodológicos adotados.

O teórico alemão Jörn Rüsen, em sua reflexão sobre os princípios da matriz disciplinar, alerta-nos para o fato de que novas "carências de orientação" podem acarretar novas "perspectivas orientadoras" referentes ao passado, resultando, muitas vezes, em novos métodos de esclarecimento da experiência histórica. Nesse trânsito, o conhecimento histórico passa por uma modificação qualitativa, pois

> [...] novos interesses podem superar funções vigentes, de forma que o pensamento histórico, sob a pena de tornar-se anacrônico, tem de modificar suas perspectivas orientadoras com respeito ao passado. O passado tem de ajustar-se a critérios de sentido novo, que levam a novas representações, e essas novas representações ensejam novas técnicas de pesquisa e novas formas de apresentação (RÜSEN, 2001, p. 37).

Partindo dessa relação entre "ideias" e "métodos", anotaremos as continuidades e as modificações observáveis na esfera metodológica referente à produção historiográfica em Goiás da década de 1990. Em primeiro lugar, é perceptível que, assim como nos anos 1970 e 1980, os documentos oficiais (legislações, atos e relatórios de governo, correspondências e discursos oficiais, portarias, bandos, resoluções, ofícios, comunicações e boletins oficiais, atas legislativas, censos demográficos e econômicos, registros fazendários, dentre outros) continuaram sendo as fontes históricas privilegiadas por esses pesquisadores[334] como principal meio de acesso à experiência humana do passado.

As fontes eclesiásticas também foram, consideravelmente, procuradas por esses estudiosos. Situadas, até fins do século XIX, no limiar entre o poder temporal e o secular, portanto, ostentando o caráter de documento oficial, elas foram mais utilizadas nas pesquisas que trataram (de modo

[334] Aproximadamente 62% dos pesquisadores desse período (aqueles por nós arrolados) recorreram à fontes oficiais para a elaboração de seus trabalhos.

cêntrico ou tangencialmente) das religiosidades nas diferentes localidades goianas[335] e por aquelas que investigaram a atuação da Igreja Católica junto às questões políticas/agrárias e aos movimentos sociais[336]. Em sua maioria, trabalhos que trafegaram pelo século XX.

Nesse universo metodológico, as fontes cartorárias deram, igualmente, sua contribuição. Entre essa documentação guardada nos cartórios goianos, as escrituras de compra e venda serviram, mormente, àqueles trabalhos[337] que analisaram questões relativas à propriedade da terra ou aos problemas agrários; os registros de nascimento, casamento, óbito destinaram-se aquelas investigações preocupadas com o mapeamento da população e com determinadas configurações familiares de uma dada região/localidade; já os inventários e testamentos[338], que ganharam uma significação que não tiveram outrora, possibilitaram o acesso não só aos bens materiais possuídos por homens e mulheres do passado, mas, sobretudo, aos múltiplos aspectos da vida humana, como o universo de valores, de crenças, os modos de pensar, as subjetividades que, algumas vezes, só ficavam manifestos ou eram socializados nos momentos em que esses indivíduos se viam próximos à morte[339]. Desta forma, essa documentação teve um valor inestimável para esses estudos que, cada vez mais, se voltavam para os fenômenos culturais.

Os periódicos continuaram sendo bastante requisitados, até mais do que em outros momentos da historiografia regional. Nesse extenso rol de publicações gráficas que viabilizaram o contato com os eventos do passado regional, indubitavelmente, o *Correio Oficial*[340] foi o mais requerido por esses especialistas, até por sua longevidade[341]. Como a maior parte das pesquisas se voltou para objetos históricos relacionados aos séculos XIX e XX, o *Matutina Meiapotense*[342], as

[335] Capel (1990), Aldighieri (1992), Moraes (1995), Santos (1996), Silva (1996), Fonseca (1997), Oliveira (1997), Silva (1997a), Silva (1997c), Castro (1998), Tristão (1998), Curado (1999), Fonseca (1999) e Valdez (1999).
[336] Amado (1992), Castro (1992), Gomes (1995) e Duarte (1996).
[337] Capel (1990), Amado (1992), Mota (1992), Mesquita (1993), Freitas (1994) e Molina (1994).
[338] Encontráveis em Molina (1994), Tristão (1998), Ferreira (1999), Oliveira (1999a) e Valdez (1999).
[339] Segundo Júnia Furtado (2009), embora sejam fontes análogas, é preciso não esquecer que os testamentos eram produzidos, geralmente, nos momentos que antecediam à morte, já os inventários elaborados após a morte, por isso, a denominação inventários *post-mortem*. Realça ainda que essas fontes se converteram em fecundos mananciais históricos para os estudos sobre o tema da religião e religiosidade, da escravidão, da família, da cultura material, dentre outras temáticas.
[340] Utilizado por Capel (1990), Cavalcante (1990), Ataídes (1991), Nepomuceno (1991), Tiballi (1991), Pedroso (1992), Mota (1992), Costa (1994), Moraes (1995), Nascimento (1997), Rabelo (1997), Bittar (1997), Silva (1998), Tristão (1998), Fonseca (1999), Oliveira (1999a), Oliveira (1998b) e Valdez (1999)
[341] O Correio Oficial de Goiás foi uma publicação que teve momentos de intermitência, mas circulou por um extenso período no século XIX (1837-1890). Circulou nos anos de 1930 e, em 1940, foi transformado em Diário Oficial do Estado.
[342] Jornal publicado entre 1830 e 1834 em Meia Ponte, à época uma vila goiana. Foi utilizado nos trabalhos de Capel (1990), Ataídes (1991), Pedroso (1992), Nascimento (1997), Silva (1998), Tristão (1998) e Oliveira (1999a)

Revistas *A Informação Goyana*[343] e *Oeste*[344], além dos jornais *O Popular*[345] e *Diário da Manhã*[346] também foram, sobejamente, manuseados por esses estudiosos da história regional. Além disso, é possível apontarmos um primeiro esforço em direção a uma modalidade de pesquisa com periódicos que seria, mais comumente, adotada no decênio posterior. Aquilo que Tânia Luca (2011) chamou de "História dos, nos periódicos". Tal esforço foi empreendido por Maria Beatriz R. Costa (1994) que, em sua dissertação intitulada *A Revolução de 1930 e a Revista Oeste na consolidação de Goiânia: do bandeirismo utópico à concretização do discurso*, demarcou a Revista Oeste não só como fonte principal, mas como tema de sua investigação, analisando-a como um veículo tradutor dos interesses oficiais durante o Estado Novo. Esquadrinhando o conteúdo político-ideológico da revista, Costa enfatizou o engajamento da publicação no programa da Marcha para o Oeste e examinou como o conteúdo e linha editorial do periódico visava dar respaldo ao discurso de interiorização promovido por Vargas e, ao mesmo tempo, reforçar a sustentação política de Pedro Ludovico. Com efeito, é preciso reconhecer que os periódicos são, de um modo geral, fontes inesgotáveis de informações sobre as experiências humanas e que, por isso, possibilitaram o acesso a uma pluralidade de aspectos da vida, seja de natureza política, social, cultural ou econômica, independente da perspectiva teórica e interpretativa abraçada.

Transitando por essa esfera metodológica, deparamo-nos, novamente, com uma questão que perpassou a historiografia regional desde a tese de livre-docência de Luis Palacin (até os dias de hoje): o lugar cativo ocupado pelos relatos dos viajantes europeus e dos cronistas do XIX no acervo documental[347] dos especialistas em história de Goiás. Como já exposto alhures, para os que

[343] Publicada entre 1917 e 1935, a revista foi pesquisada nas investigações de Capel (1990), Cavalcante (1990), Macedo Filha (1990), Nepomuceno (1991), Ataídes (1991), Mota (1992), Bertazzo (1992), Polonial (1995), Fonseca (1997), Silva (1997c), Campos Júnior (1998), Ferreira (1999), Fonseca (1999), Oliveira (1999b) e Valdez (1999).

[344] Circulou entre 1942 e 1945. Foi aproveitada, metodologicamente, por Nepomuceno (1991), Costa (1994), Fonseca (1997), Fonseca (1999) e Oliveira (1999b).

[345] Criado em 1938, converteu-se no jornal (ainda hoje) de maior circulação no estado. Utilizado por Cavalcante (1990), Macedo Filha (1990), Pereira (1990), Tomazini (1990), Nepomuceno (1991), Souza (1991), Pedroso (1992), Mota (1992), Freitas (1994), Lobo (1994), Gomes (1995), Campos Filho (1995), Campos Júnior (1998), Ferreira (1999), Fonseca (1999) e Oliveira (1999b).

[346] Herdeiro do antigo jornal "Cinco de Março", criado em 1959, o Diário da Manhã passou a circular a partir de 1980. Pesquisado por Macedo Filha (1990), Pereira (1990), Tomazini (1990), Souza (1991), Gomes (1995) Fonseca (1999) e Oliveira (1999b).

[347] Recorreram a essas fontes: Capel (1990), Cavalcante (1990), Macedo Filha (1990), Tiballi (1991), Gumiero (1991), Ataídes (1991), Pedroso (1992), Abreu (1992), Mota (1992), Parada Filho (1992), Rios (1994), Molina (1994), Chaul (1995), Sersocima (1995), Silva (1996), Bittar (1997), Coelho (1997), Corrêa (1997), Nascimento

buscaram analisar o ambiente social e cultural goiano do oitocentos, esquivar-se dessas fontes significa(va) perder um rico manancial de informações sobre esse período histórico. Por isso, os textos de Saint-Hilaire, George Gardner, Johann Pohl, Francis Castelnau, Wilhelm Eschwege, Luis D'Alincourt, bem como os de Silva e Souza, Cunha Mattos e Alencastre, foram (e são) quase presença obrigatória nessas pesquisas que lidam(ram) com o século XIX. Inclusive, ainda foram maneados por aqueles que não investigaram fenômenos do oitocentos, mas que optaram por elaborar um "recuo histórico" em suas narrativas. A importância dessas fontes para a historiografia em Goiás é de tal monta que elas propiciaram não só a constituição de linhas interpretativas canônicas sobre a história regional no oitocentos, como também foram objeto, nos anos 1990, de uma releitura crítica ansiosa por revisar essas interpretações sedimentadas na historiografia regional. Essa revisão historiográfica será tema da próxima seção.

Nesse conjunto de fontes históricas empregadas pelos pesquisadores dessa época, os relatos orais se constituíram, assim como nos anos 1980, numa das fontes mais perseguidas. No interior desse alentado número de pesquisas que se valeram de narrativas orais, observamos três procedimentos metodológicos específicos: o primeiro se refere àquele em que os relatos orais foram centrais ou tiveram grande importância para as análises realizadas[348]; o segundo consiste naquele em que essas fontes não se converteram no núcleo documental da pesquisa, mas nem por isso deixaram de ter certa importância para a investigação do objeto em estudo[349]; e, por último, aquele em que as narrativas orais tiveram um caráter subsidiário ou complementar em relação ao conteúdo extraído de outros tipos de fontes[350]. Notamos ainda que, em razão dos influxos dessas novas correntes historiográficas ligadas à História Nova em Goiás, alguns pesquisadores[351], inclusive os que se sustentaram em bases teóricas marxistas, começaram a trabalhar com fontes orais pensando na relação entre História e Memória, tema que carreou Jacques Le Goff, Maurice Halbwachs e Pierre Nora para a lista de autores indispensáveis de serem lidos quando o objetivo

(1997), Rabelo (1997), Castro (1998), Silva (1998), Tristão (1998), Curado (1999), Oliveira (1999a), Oliveira (1999b), Fonseca (1999), Gomide (1999) e Valdez (1999).

[348] Macedo Filha (1990), Tomazini (1990), Mota (1992), Mesquita (1993), Bertazzo (1992), Arbués (1995), Echegaray (1995), Sersocima (1995), Gomes (1995), Campos Filho (1995), Amorim (1996), Ribeiro (1996) e Ferreira (1999).

[349] Pereira (1990), Castro (1992), Freitas (1994), Bittencourt (1995), Souza (1995), Aquino (1996), Silva (1997c) e Gomide (1999).

[350] Capel (1990), Cavalcante (1990), Nepomuceno (1991), Dalva (1991), Vaz (1992), Aldighieri (1992), Molina (1994), Labaig (1995), Duarte (1996), Oliveira (1997), Silva (1997a), Bittar (1997), Júnior (1998) e Fonseca (1999).

[351] Tomazini (1990), Bittencourt (1995), Gomes (1995), Arbués (1995), Echegaray (1995), Ribeiro (1996), Curado (1999) e Gomide (1999).

era tratar dessa discussão. Além disso, em meio a essas novas perspectivas historiográficas, as fontes orais se converteram num instrumento metodológico fundamental para se abordar as experiências pretéritas de sujeitos históricos tidos como "excluídos da História".

Outras fontes históricas também avolumaram esse rol documental apresentado pelas pesquisas confeccionadas na década de 90. A crescente aproximação com a literatura[352] e a análise de fontes arquitetônicas[353] e arqueológicas (nos estudos etno-históricos)[354] expuseram outras marcas metodológicas deixadas por essas novas correntes teóricas que desembarcaram em Goiás. Foi possível avistar ainda, nos trabalhos desse período, a utilização de documentos oriundos de arquivos privados[355], como correspondências e escritos particulares, e a pesquisa em processos criminais[356].

Nesse terreno metodológico, vimos alguns procedimentos que, continuaram sendo valorizados (até certo momento) e outros que brotaram como novidades. Dentre aqueles que eram muito apreciados desde a década de 1970, destacamos o uso de recursos quantitativos. Essa estratégia foi muito praticada, assim como outrora, naqueles trabalhos com ancoragem teórica marxista. Diante de uma historiografia ainda dominada por correntes teóricas marxistas, as tabelas, os quadros, as estatísticas, os gráficos continuaram sendo (até meados dos anos noventa) uma importante ferramenta metodológica[357] para a demonstração e/ou sustentação das proposições históricas construídas.

Com relação às estratégias metodológicas afloradas como novidades dessa década em questão, encontramos o estudo de caso e a análise do discurso. Assumindo que realizavam pesquisas apoiadas na metodologia do estudo de caso, alguns pesquisadores seccionaram um determinado fenômeno, realidade social ou experiência histórica de uma região específica e, nesse olhar singularizador, buscaram compreender uma questão histórica em particular, mas, geralmente, pensando-a como uma expressão ou exemplar de um fenômeno histórico mais amplo.

---

[352] Realizada por Santos (1996), Ferreira (1997), Silva (1997a), Rabelo (1997), Oliveira (1999b) e Valdez (1999).
[353] Coelho (1997), Gomide (1999), Curado (1999) e Ferreira (1999).
[354] Ataídes (1991) e Pedroso (1992). Importante ressaltar que observamos nesses estudos a preocupação, não vista em trabalhos das décadas anteriores, de investigar a história e a cultura de alguns povos indígenas não por meio, exclusivamente, do "olhar oficial".
[355] Ribeiro (1996), Silva (1997c), Oliveira (1999a) e Oliveira (1999b).
[356] Parada Filho (1992) e Nascimento (1997).
[357] Recursos metodológicos encontráveis em Ribeiro (1990), Cavalcante (1990), Macedo Filha (1990), Tomazini (1990), Tiballi (1991), Vaz (1992), Mota (1992), Santos (1992), Mesquita (1993), Alves (1994), Lobo (1994), Molina (1994), Labaig (1995), Polonial (1995), Bittencourt (1995), Arbués (1995), Echegaray (1995), Souza (1995), Machado (1996), Silva (1997c), Amorim (1998) e Santos (1999).

Foi assim com Paulo Ribeiro (1990), que analisou o modo como a modernização agrícola ocorrida em Itumbiara-GO incidiu sobre as relações de sociais de produção no campo e sobre a estrutura fundiária da região, mas nunca perdendo de vista que se tratava de um caso que manifestava as formas como se deram a dominação do capital na agricultura brasileira. Do mesmo modo, com Éber Vaz (1992), que investigou o processo de modernização da agricultura no sudoeste do estado e a consequente adoção de trabalhadores volantes na lavoura de cana, fenômeno que expressou o caráter ambíguo das relações sociais estabelecidas pelo capitalismo no campo que, para satisfazer a acumulação, combinou relações não-capitalistas com as de assalariamento. Ou com Helena Mesquita (1993), que pesquisou o caso da Fazenda Maringá, no município de Catalão-GO, como um típico modelo de empresa rural como as que se assentaram no país a partir do processo de modernização da agricultura. Ou ainda com Neuza Alves (1994) que analisou o caso da empresa Arisco em Goiás como uma experiência que reproduziu o modo como se deu o enlace, intermediado pelo Estado, entre agricultura e indústria e a consequente formação dos complexos agroindustriais no Brasil. Ou com Enyr Freitas (1994), que investigou a primeira experiência concreta de reforma agrária no estado, o "Assentamento Mosquito", cuja luta retratou a realidade dos trabalhadores rurais e dos movimentos sociais no campo em Goiás. Por fim, com Wilma Amorim (1996) e de Carlos Ugo Giannotti (1999) que estudaram, cada qual com suas especificidades, a formação do município de Chapadão do Céu como consequência direta da modernização da agricultura ocorrida na região sudoeste do estado.

A análise do discurso, por sua vez, foi outro recurso metodológico em que avistamos a presença de reflexões ligadas a essas novas tendências historiográficas que adentraram ao território goiano. Conforme já explanamos, tal procedimento se deu a partir da aproximação com teóricos que trafegaram pelos estudos sobre a linguagem, sobretudo Mikhail Bakhtin, Michel Foucault e Hayden White. Na dissertação intitulada *Se as paredes da Catedral falassem: a Arquidiocese de Goiânia e o Regime Militar (1968-1985)*, Terezinha M. Duarte (1997) recorreu a Bakhtin para analisar o discurso do Arcebispo de Goiânia, D. Fernando Gomes dos Santos, em meio a uma intrincada relação com o Regime Militar. Nessa pesquisa, Duarte reconstituiu essas relações, inicialmente de proximidade, depois marcadas por tensões, entre a Arquidiocese de Goiânia e o governo autoritário em Goiás, tendo como base primordial de análise os discursos de D. Fernando, cuja regularidade de conteúdo direcionou a autora na estruturação temática de seus três capítulos: "projetos de desenvolvimento", "justiça e direitos humanos" e "controvérsias". A

historiadora ainda se preocupou em analisar, como contraponto ao discurso de D. Fernando, um "contradiscurso" político existentes na imprensa goiana, especialmente no jornal *Folha de Goiaz*.

Apesar de algumas historiadoras[358] terem recorrido, pontualmente, a discussões promovidas por Michel Foucault, foi em *Excessos do Corpo: a normatização dos comportamentos na cidade de Goiás (1822-1889)*, de Danilo Rabelo (1997), que encontramos uma apropriação mais sólida de alguns instrumentais reflexivos trazidos pelo filósofo francês. Em sua pesquisa, Rabelo atentou-se para as estratégias formuladas pelo Estado com a finalidade de controlar "os excessos do corpo individual e social" durante o Império, cujo objetivo era o de sujeitar os indivíduos a normas e padrões de comportamentos considerados mais racionais e eficientes. Analisando os discursos jurídico, médico, religioso e moral, direcionados tanto ao espaço público quanto ao privado, o autor radiografou as pretensões de dominação do Estado, expressas sob a forma de estratégias de normalização, nas quais o saber médico e as práticas higienistas tiveram um papel fundamental para o controle social e individual. Ancorado em Foucault, Rabelo localizou a existência de "dispositivos normativos discursivos e não discursivos" em meio a essas estratégias; esquadrinhou as relações de poder contidas nessas práticas discursivas; identificou as medidas de normatização dos comportamentos (via repressão, violência, disciplinarização do trabalho, do lazer, da sexualidade) e ainda enxergou as transgressões e resistências erigidas em face dessas normalizações e que, segundo ele, eram vistas pelo poder constituído como "desordens".

Já em *Imagens e Mudança Cultural em Goiânia*, Eliézer Cardoso de Oliveira (1999b) foi buscar em Hayden White os recursos tropológicos para analisar os discursos produzidos sobre a cidade de Goiânia. Incorporando os tropos de linguagem desenvolvidos por White e tomando a história da cidade como um texto, Oliveira analisou as representações sobre Goiânia produzidas nos discursos "mudancista", "acadêmico" e "literário" e ainda formulou três tipos de "imagens culturais" que predominaram, em diferentes momentos, na leitura sobre essa urbe: "a cidade moderna", "a cidade provinciana" e "a cidade pós-moderna". Há que se ressaltar que o trabalho de Oliveira foi o único (provavelmente, o primeiro) da historiografia regional desse período (anos 1990) em que encontramos a disposição em discutir (e incorporar) a "crítica narrativista" dirigida à História e a tentativa de se pensar uma realidade pós-moderna em Goiás.

[358] Bittar (1997), Corrêa (1997) e Nascimento (1997).

Continuando uma tendência iniciada na década anterior, tivemos as publicações que divulgaram documentos históricos relativos à história regional. Nessa esteira científica e editorial, a coleção *Memórias Goianas*, publicada pela editora da Universidade Católica de Goiás (UCG), deu sequência à compilação dos Relatórios de Presidentes de Província que atuaram em Goiás. Com a criação do Instituto de Pesquisas e Estudos do Brasil Central (IPEHBC)[359], por iniciativa da Sociedade Goiana de Cultura da UCG, *Memórias Goianas* voltou a ser editada em 1996, após um interregno de dez anos desde seu último volume (nº 3), de 1986, sendo que, até o ano de 1999, teve nove números publicados (*Memórias Goianas* 4 a 12).

Esse esforço de divulgar e de tornar acessível algumas fontes históricas referentes à história regional pôde se sentido, ainda, na obra *História de Goiás em Documentos*, organizada pelos professores Luis Palacin, Ledonias Garcia e Janaína Amado, e em *Notícia Geral da Capitania de Goiás em 1783*, organizada por Paulo Bertran. Publicada em 1995 pela editora da UFG, a coletânea idealizada por Palacin, Garcia e Amado reuniu documentos diversos sobre a história de Goiás durante o período colonial. Agrupando essa documentação em eixos temáticos ("Índios de Goiás", "Bandeiras", "Núcleos Urbanos e População", "Contatos e Conflitos entre as Populações", "Economia", "Administração", além de "Sociedade, Cultura e Mentalidades"), os organizadores iniciavam cada bloco com uma breve análise sobre o tema em questão e, logo em seguida, acostavam os documentos pertinentes para o estudo do leitor. A intenção dos autores era a de organizar outros volumes de fontes históricas relativas ao Império e à República, mas a morte de Luis Palacin, em 1998, interrompeu esse projeto. Já em *Notícia Geral da Capitania de Goiás em 1783*, o economista e historiador Paulo Bertran trouxe a lume uma documentação histórica a qual acreditava ser a "mais antiga e mais ampla informação histórica e geográfica da capitania de Goiás" (BERTRAN, 2010, p. 27), ou seja, um relato histórico sobre Goiás anterior às "Memórias" do Cônego Luiz Antônio da Silva e Souza. Publicando a primeira edição *de Notícia Geral* em 1997, Bertran se deparou com tais documentos na seção de manuscritos da Biblioteca Nacional e acreditava que tivesse sido a principal fonte de consulta de Silva e Souza para a elaboração de suas clássicas "Memória do Descobrimento" e "Memória Estatística" no século XIX.

[359] Fundado em 1996 e funcionando até os dias atuais, o IPEHBC foi criado para subsidiar, através de seu acervo documental, os pesquisadores interessados na produção de conhecimento histórico e cultural acerca de temas relacionados ao Brasil Central, independente da época abrangida pelo estudo. Foi idealizado pelo antigo Arcebispo de Goiânia, Dom Antônio Ribeiro de Oliveira e pelo Padre José Pereira Maria, por meio da Sociedade Goiana de Cultura.

Dentre esses caminhos editoriais palmilhados pelos historiadores em Goiás, uma nova via foi aberta nos anos 1990 e, doravante, passou a ser explorada por pesquisadores da historiografia regional: a publicação de obras organizadas a partir de um eixo temático, cujo desiderato é o de reunir diversas análises que transitam pelo tema central proposto. Nesse segmento historiográfico e editorial se inseriram os trabalhos organizados por Nasr F. Chaul (1998), *Coronelismo em Goiás: estudo de casos e famílias*, e por Lena Castello Branco F. de Freitas (1999), *Saúde e Doenças em Goiás: a medicina possível – uma contribuição para a história da medicina em Goiás*.

Por fim, é imperioso reconhecer a importância do "Projeto Resgate" como um empreendimento de grande envergadura e fundamental para o desenvolvimento da historiografia regional, sobretudo aquela interessada no setecentos e oitocentos goiano. Denominado oficialmente de "Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco"[360], tal iniciativa foi criada, em 1995, a partir de um protocolo assinado entre autoridades portuguesas e brasileiras ligadas à Comissão Bilateral Luso-Brasileira de Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental (COLUSO). O escopo era do resgatar e disponibilizar fontes históricas referentes à história do Brasil, encontráveis em arquivos europeus, especialmente nos de Portugal. Essa notável empresa arquivística e historiográfica fez parte do contexto de comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil. Coordenado pela professora Esther Caldas Guimarães Bertoletti, o projeto contou com uma vasta equipe de especialistas que foram alocados de acordo com a capitania a qual representavam. Cada grupo, então, foi designado para o levantamento e catalogação dos documentos relativos à história da região que pesquisavam. A equipe responsável pela Capitania de Goiás foi coordenada pelo pesquisador Antônio César Caldas Pinheiro, fomentado pela Sociedade Goiana de Cultura da UCG, e contou ainda com a participação de Juciene Apolinário, Paula C. P. da Silva, Patrícia Alexandra R. de Almeida, Teresa do Carmo C. da Silva, Maria Aparecida L. de Vasconcelos, Érika de Almeida Carlos, além do apoio técnico de Heloísa L. Belloto, José S. Martinheira e Isabel Amado. Entre agosto de 1998 e outubro de 1999 (PINHEIRO, 2000), esses especialistas permaneceram em Portugal coligindo a documentação referente à história de Goiás Colonial. Como resultado dessa empreitada, esse "grupo goiano" catalogou 2950 documentos (PINHEIRO, 2000), datados entre 1731 e 1822, que foram microfilmados e, posteriormente, digitalizados. Essa documentação ligada ao "Projeto Resgate" se

[360] Informações extraídas do site do "Centro de Memória Digital" da Universidade de Brasília.

encontra, ainda hoje, disponível, sob o formato digital, no site do "Centro de Memória Digital da UNB", e na forma de microfilme nos arquivos do IPEHBC, aguardando os pesquisadores interessados em conhecer a história de Goiás no período colonial.

## 5.5. Revisitar para revisar: tecendo novas linhas interpretativas sobre história de Goiás

Nesse lavor analítico que empreendemos sobre a produção histórica em Goiás, constatamos que a paisagem historiográfica dos anos 1990 se mostrou, particularmente, fértil em esforços por revisar determinadas linhas interpretativas sedimentadas pela historiografia regional. Mas essas tentativas de revisão de certos conteúdos históricos fixados por essa historiografia não foi uma exclusividade de pesquisas formuladas na década de noventa, empreendimentos dessa natureza, mesmo que pontuais, puderam ser vistos em decênios anteriores. Optamos em trazê-las à superfície de nossa análise, pois torna patente o movimento dinâmico a que se inscreve a historiografia, constituída não só por perspectivas e interpretações consensuais ou dominantes, mas composta, também, por dissensões, fraturas e tensões. Nesse sentido, encontramos indícios desses lampejos críticos em trabalhos como o de Paulo Bertran (1978), *Formação Econômica de Goiás*, de Maria Sônia França e Souza (1978), *Sociedade Agrária em Goiás (1912-1921) na Literatura de Hugo de Carvalho Ramos*, e de Lena Castello Branco F. de Freitas (1978), *Arraial e Coronel: dois estudos sobre história social*.

Na dissertação de Maria Sônia França e Souza, percebemos uma censura precisa que colocava em xeque algumas apreciações externadas pelos viajantes europeus do século XIX e, ao mesmo tempo, glosava o posicionamento de alguns historiadores regionais que as endossaram. A breve crítica contida nessa pesquisa não se fez à visão da "decadência goiana" (que será tratada mais à frente) tributária dos relatos desses europeus, mas foi endereçada a certos "estereótipos" socioculturais alimentados por eles e repetidos pela historiografia. Ancorada em referenciais teóricos marxistas, a historiadora analisou a sociedade agrária goiana do início do século XX a partir de textos elaborados pelo escritor Hugo de Carvalho Ramos. Segundo Souza (1978), Hugo de Carvalho, que conheceu *in loco* a situação dos habitantes do interior de Goiás, tinha uma "consciência crítica" das condições de vida de "sertanejos" e de "caipiras" e, por isso, não compactuava com os predicados negativos que foram atribuídos a eles, sobretudo aqueles baseados nas ideias de indolência e ociosidade. Afinada com suas referências teóricas e com algumas concepções do escritor analisado, a autora dirigiu uma crítica pontual (em nota de rodapé) aos pesquisadores da historiografia regional que reforçaram esse "estereótipo" da ociosidade do povo goiano, alicerçado, segundo a mesma, no relato dos viajantes:

> É curioso observar que o estereótipo da "ociosidade" ainda nos dias de hoje é aceito como explicação histórica, sendo repetido na historiografia goiana por GOMEZ, Luis Palacin em Goiás 1722/1822 – estrutura e conjuntura numa capitania de minas e MORAES, Maria Augusta Sant'anna – História de uma oligarquia: os Bulhões (SOUZA, 1978, p. 67).

*Arraial e Coronel* de Lena Castello Branco F. de Freitas (1978) foi outro trabalho que abrigou elementos críticos que seriam, posteriormente, incorporados por pesquisas dos anos noventa. Freitas não exprobrou o posicionamento de outros historiadores, mas trouxe uma perspectiva interpretativa, relativamente, diferente sobre o período consagrado pela historiografia acadêmica como o da "decadência em Goiás". Não houve, por parte da autora, qualquer crítica manifesta à visão dos viajantes ou às interpretações clássicas da historiografia regional, no entanto, acabou por problematizar a decadência como um fenômeno ocorrido em todas as regiões da capitania/província durante o século XIX, perspectiva interpretativa esta que não havia sido levantada até então. Na primeira parte da obra, que foi dedicada a uma breve análise econômica, política e social de Meia Ponte (desde que era arraial até se tornar cidade de Pirenópolis), Freitas demarcou a situação *sui generis* daquela localidade: enquanto outros arraiais de mineração experimentaram a famigerada decadência, Meia Ponte, sob a liderança do Comendador Joaquim Alves de Oliveira, não teria sido abarrotada por essa crise econômica, nem atingida por seus reflexos socioculturais[361]:

> Pretende o presente estudo captar e analisar os fatores que contribuíram para que um ex-núcleo de mineração – Meia Ponte – evoluísse da condição de arraial para vila e depois cidade de Pirenópolis, sem experimentar decadência, mas, pelo contrário, convertendo-se momentaneamente em pólo desenvolvimento. Com efeito: exatamente quando a Capitania de Goiás estiolava-se e empobrecia, em Meia Ponte concentrava-se em mãos de um único indivíduo, o Comendador Joaquim Alves de Oliveira, a maior fortuna jamais acumulada na região, na medida em que ali se ensaiavam tentativas no sentido de inseri-la no contexto da agricultura de exportação, pela ampliação das lavouras de algodão e implantação de um fluxo regular de comércio com os centros litorâneos, e, igualmente, com as dispersas populações sertanejas (FREITAS, 1978, p. 16)

[361] Curioso registrar o relato de Freitas (2012) de que, de sua longa convivência com o "historiador e amigo" Luis Palacin, ficaram-lhe dois arrependimentos. O primeiro, de não ter aceitado o convite de escrever, em conjunto, uma obra sobre história de Goiás. O segundo, foi que, quando escreveu *Arraial e Coronel*, entregou os originais ao colega espanhol para que desse seu parecer sobre o texto. Depois de lê-lo, Palacin teria dito que faria diferente. Como o texto já estava em vias de publicação, Freitas não o questionou sobre qual direção teria dado à pesquisa, omissão da qual se arrepende até hoje. Em relação à resposta de Palacin fica uma indagação particular: teria ele discordado da posição da autora no tocante à atipicidade econômico-social de Meia Ponte, localidade que, segundo o estudo em pauta, teria se mostrado ilesa, num primeiro momento, quanto aos efeitos nefastos da decadência ocasionada pela crise da mineração?

Já com relação às anotações críticas apresentadas por Paulo Bertran[362] (1978), adiaremos, por ora, nossos comentários, pois a base de suas reflexões seria, ulteriormente, evocada pelo professor Nasr F. Chaul, cuja proposta de revisão historiográfica foi a que mais encontrou ressonância entre os historiadores em Goiás a partir dos anos 90. Mas desse tema nos ocuparemos logo em seguida. O que importa ressaltar, a essa altura do texto, é que, apesar de pontuais, essas perspectivas críticas afloradas em trabalhos da década de 1970 foram os primeiros *insights* de revisão que, em certa medida, foram abraçados em pesquisas posteriores.

É fundamental assinalar, todavia, que ao tratarmos desses esforços de revisão historiográfica brotados na década de noventa, alguns pontuais, outros mais amplos, não seguiremos uma ordem cronológica das pesquisas, nem mesmo dos fenômenos históricos revistos, pois nos apoiaremos em um critério temático. Além disso, não entraremos no mérito se as asserções históricas expostas, sejam as refutadas ou as estabelecidas como novidade, são mais plausíveis ou não do que outras, até porque, para a construção de cada uma delas, foi preciso uma profunda investigação a qual não fizemos em nosso trabalho. O que pretendemos, portanto, é dar visibilidade e analisar as diferentes tentativas, afloradas nos anos 90, de se urdir novas linhas interpretativas sobre a história de Goiás.

Como primeiro exemplar desses empreendimentos de revisão historiográfica, trouxemos uma proposição de Dulce Pedroso (1992)[363] que, embora seja uma questão, aparentemente, muito pontual, sua elaboração demandou uma minuciosa pesquisa em fontes escritas e orais, conhecimentos arqueológicos[364] e estudos etnolinguísticos. Esse aspecto histórico revisto por Pedroso reside na negação da assertiva de que os índios Avá-Canoeiro teriam uma origem cafuza, ou seja, seriam produto de um amalgama étnico entre índios Karijó e negros quilombolas.

Segundo essa versão clássica, os índios Karijó teriam vindo para Goiás, no século XVIII, juntamente com os integrantes da bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva. Na altura do rio

[362] Embora não tenha atraído grande evidência como outros historiadores em Goiás, é importante registrar que as obras de Paulo Bertran, *Formação Econômica de Goiás* (1978), *Introdução à História Econômica do Centro-Oeste do Brasil* (1988) *e História da Terra e do Homem do Planalto Central* (1994), sobretudo a primeira, estão entre os trabalhos mais referenciados nas pesquisas em história regional que manuseamos.

[363] Tal proposição está contida em *Avá-Canoeiro: a história do povo invisível (séculos XVIII-XIX)*

[364] Jézus M. de Ataídes (1991), em seu trabalho intitulado *Sob o signo da violência: colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil Central*, também se valeu de fontes arqueológicas e, mediante ao estudo desses vestígios, lançou uma proposta desafiadora: a de diluir os marcos fundadores da historiografia regional que estabeleceu 1722 (saída da bandeira do Anhanguera) ou 1726 (início da colonização) como ponto de partida da história de Goiás, incluindo nessas páginas históricas a experiência indígena anterior a essas datas.

Paranã, quando a expedição se perdeu, os Karijó teriam fugido e se estabelecido em comunidades autônomas ao longo do rio Tocantins, onde teriam se miscigenado com negros quilombolas e dado origem aos índios Avá-Canoeiro. A autora acredita que essa versão fora criada no século XIX a partir de uma tradição oral disseminada entre os habitantes da região:

> O ódio e o medo, aliados ao preconceito com relação ao índio e principalmente ao escravo africano, levaram o povoado de São Félix a criar estórias misturando fatos históricos. Dessa forma, poderia ter surgido a lenda envolvendo a origem dos Avá-Canoeiro [...]. As evidências dos documentos históricos e da tradição oral levam a crer que a lenda da origem mestiça dos Avá-Canoeiro nasceu e difundiu-se na região de São Félix, povoado muito hostilizado pelos referidos índios. A população, então, por pavor destes, misturado com o preconceito em relação aos descendentes dos escravos africanos, vira uma combinação para ela muito infeliz, e que gerara bárbaros, impedindo, assim, o convívio e o progresso da região (PEDROSO, 1992, p. 122 e 126)

Conforme Pedroso, essa hipótese sobre a origem mestiça teria sido assentada, historiograficamente, por Cunha Mattos e Couto Magalhães ainda no oitocentos e repetida por vários estudiosos de história até sua contemporaneidade. Para ela, as "evidências que refutam a teoria da origem cafuza dos Avá-Canoeiro" residiriam tanto nas características linguísticas destes e dos índios Karijó (que, apesar de pertencerem à família linguística Tupi-Guarani, compartilharam semelhanças maiores com os grupos indígenas mais próximos geograficamente e não entre si), quanto nos traços físicos dos remanescentes dos Avá-Canoeiro que não apresentam características biológicas do "grupo negróide". Ao final, Dulce Pedroso foi ainda mais contundente ao expor sua proposição sobre a origem dos índios Avá-canoeiro, explicação esta diametralmente oposta à contida na tradicional "hipótese mestiça":

> Conhecimentos etnolinguisticos sobre a família linguistica Tupi-Guarani permitem afirmar que o grupo Avá-Canoeiro é proveniente do Norte, e que num passado remoto subiu o rio Tocantins, estabelecendo-se em seu alto curso. Esta afirmação sustenta-se nos argumentos linguísticos que indicam a proximidade da língua Avá-Canoeiro com línguas de outras sociedades indígenas Tupi-guarani, que se encontram na bacia do rio Tocantins, porém em seu baixo curso. Assim, descarta-se completamente a hipotese da origem mestiça desse grupo, para qual não há nenhuma sustentação histórica, e muito menos linguistica, que permita dizer que os Avá-Canoeiro são descendentes dos índios Karijó, os quais compunham a bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva Filho (PEDROSO, 1992, p. 305-306)

Outro esforço por rever questões históricas fixadas pela historiografia regional foi demonstrado por Elianda Tiballi (1991) em *A expansão do povoamento em Goiás (século XIX)*. No cerne de seus argumentos estava a premissa de que a agropecuária propiciou um processo de

ocupação que serviu como base para a estruturação do povoamento do território goiano. Mas, segundo a autora[365], tal processo foi pouco considerado pela historiografia, que olhou com maior atenção para o povoamento (instável por natureza) propiciado pela atividade mineradora.

Conforme Tiballi, diferentemente da ocupação que se deu nas regiões de mineração, a agropecuária fixou o homem à terra. Tendo o campo como palco e não a cidade, a ocupação do território goiano se deu no século XIX, efetivamente, através da formação de engenhos, fazendas e sítios: "Se com a mineração as fazendas surgem como um prolongamento das cidades, com a agropecuária os aglomerados urbanos surgem a partir de um núcleo rural" (TIBALLI, 1991, p. 70). Por conseguinte, as fazendas, os engenhos e os sítios ocupavam grandes extensões de terras contíguas, com vastos espaços desabitados onde se criavam gado ou cultivavam a terra de forma extensiva e que, apesar de se constituir em um processo lento e rarefeito, fixava o homem à terra. A autora ainda incluiu os presídios e os aldeamentos indígenas como iniciativas oficiais que contribuíram para a ocupação do território goiano no oitocentos.

Tiballi, então, identificou três movimentos populacionais que caracterizaram o povoamento em Goiás no século XIX. O primeiro, compreendido entre o final do século XVIII e o início do XIX, em que se deu o processo de ruralização da população. O segundo, entre a segunda década e meados do oitocentos, em que se deu o avanço demográfico da zona rural do nordeste goiano[366], impulsionado pelos currais da Bahia. E o terceiro movimento, de 1870 em diante, em que ocorreu o crescimento populacional das regiões sul, sudeste e sudoeste goiano provocado pela fixação de mineiros e paulistas na região, interessados na obtenção de novas terras.

Portanto, apesar da precariedade, fora a agropecuária desenvolvida no século XIX, segundo a autora, que além de alicerçar a economia e contribuir para o processo de ocupação do

[365] Importante assinalar que, assim como Maria Sônia França e Souza (1978), Tiballi questionou a imagem de indolência atribuída pelos viajantes europeus aos trabalhadores goianos do século XIX, cujo modo de vida guardava singularidades "impossíveis" de serem percebidos por esses viajantes oriundos de outras realidades socioculturais e econômicas: "A indolência foi apontada inúmeras vezes como causa da decadência da capitania. É preciso considerar que uma economia agrária pautada pela agricultura e pela pecuária extensiva dispensa o trabalho diário. Este tornar-se-á necessário somente quando o nível de desenvolvimento das forças produtivas ultrapassar a fase da subsistência e iniciar a produção para o mercado capitalista. Para o europeu, vindo de um mundo capitalista, era impossível perceber que o goiano do século XIX, antes de ser indolente, era um trabalhador condicionado pelo estágio em que se encontrava o modo pela qual produzia os bens necessários para sua sobrevivência" (TIBALLI, 1991, p. 65).

[366] Ao estudar as especificidades históricas do município de Flores de Goiás, a historiadora Heloísa Capel (1990) reforça essa hipótese de que o povoamento da região nordeste do estado não se deu, efetivamente, pela mineração e sim pela pecuária, tanto é que a decadência das minas não tivera reflexos econômicos impactantes sobre a região.

território goiano naquela centúria, ainda lançou daquilo que viria a ser a sociedade goiana no novecentos:

> Aparentemente sombrio e imobilizado pela decadência, Goiás foi palco de efetivas mudanças econômicas, sociais, demográficas e etnográficas, vividas por sua população durante o século XIX. Foram estas mudanças que lançaram as bases sobre as quais se estruturou a sociedade goiana no presente século (TIBALLI, 1991, p. 129).

Seguindo essa esteira analítica predisposta a rever o peso explicativo destinado à mineração como atividade econômica que, por si só, garantiu a ocupação do território goiano no século XVIII, tivemos a investigação de Edma Silva (1996), *Sesmarias: Capitania de Goiás (1726-1770)*. Em seu preâmbulo, a autora afirmou ter se surpreendido com a quantidade de requerimentos de sesmarias concedidas e confirmadas para a Capitania de Goiás no século XVIII. Deste modo, buscou investigar se ação colonizadora no setecentos esteve estritamente ligada à atividade mineradora como enunciou grande parte da historiografia regional.

Manuseando os "requerimentos e concessões de sesmarias", documentação pouco explorada pelos pesquisadores, Silva verificou que outras possibilidades econômicas, além da mineratória, desenvolveram-se na Capitania de Goiás entre 1726 e 1770. Com base nessas fontes, constatou que a ocupação de terras aconteceu, simultaneamente, ao povoamento das regiões auríferas, pois, embora a mineração fosse a atividade mais desejada, havia aqueles que não buscaram o "enriquecimento fácil" e sim se ocuparam do solo, estabelecendo-se, economicamente, por meio do plantio e da criação.

Afastando-se da explicação histórica baseada em ciclos econômicos, Silva assinalou que houve a concomitância de um povoamento urbano, inconstante, infixo, transitório, típico da mineração, e um povoamento rural, voltado para as atividades agrícolas e de criação com caráter mais duradouro. Logicamente, que este último ocorreu em menor intensidade em se tratando do setecentos goiano:

> Portanto, a ocupação e exploração econômica, social e política do território da Capitania de Goiás, não ocorreu por etapas, com a atividade mineira vindo em primeira mão e o plantio e o criatório secundariamente apenas como atividade de suporte para a exploração aurífera. A ocupação e exploração das terras goianas foi um processo simultâneo, ocorrendo necessariamente a exploração aurífera, a exploração agrícola e criatória, e todas as atividades necessárias à implantação dos colonos na nova região, e à criação concomitante da nova sociedade (SILVA, 1996, p. 162)

Em suma, apesar de a mineração ter produzido uma ocupação econômica mais evidente e dinâmica, o amanho da terra e a criação também foram essenciais para a implantação de colonos na nova região, pois o ouro não fixou os homens nas terras, "[...] apenas aglutinou e mobilizou homens e recursos e contribuiu para a ampla e difícil tarefa de povoamento inicial das diversas regiões em que ele se evidenciou no território goiano (SILVA, 1996, p. 352).

Outra pesquisadora a repensar algumas proposições sobre a história goiana, "agora" do oitocentos, foi a arquiteta-historiadora Adriana Mara Vaz de Oliveira (1999a) em *Uma ponte para o século XIX: um estudo da casa meiapontense*. Semelhante ao que Lena C. B. Freitas (1978) propôs em *Arraial e Coronel*, a autora também problematizou a "decadência pós-mineração" como um fenômeno econômico e sociocultural sentido em todas as latitudes goianas oitocentistas. Reconhecendo uma atipicidade histórica em Meia Ponte em relação a esse contexto, a autora realçou que, em meio à crescente ruralização vivida na Província, a Vila representava uma excepcionalidade da vida urbana em Goiás.

Para Oliveira, a historiografia regional, de um modo geral, considerou o século XIX como "um hiato, em que a decadência torna-se responsável pela ausência (OLIVEIRA, 1999a, p. 14). Entretanto, completa a autora, essa ausência não exprimiu inexistência. O fim da mineração direcionou o vetor econômico para a agropecuária, o que minguou as poucas estruturas urbanas que existiam. Logo, a "ruralização foi inevitável, fortalecendo sociabilidades que alicerçavam-se nos valores locais e tradicionais, reforçadas pela debilidade das ligações com outras partes do Império" (OLIVEIRA, 1999a, p. 286).

Em meio a esse processo de ruralização, Meia Ponte se apresentou como uma excepcionalidade, pois fortaleceu suas estruturas urbanas e diversificou suas relações sociais. O caráter incomum de Meia Ponte residia no fato de que, mesmo diante da fragilidade da província em razão da decadência aurífera, a Vila colocou-se de maneira resistente à situação de abandono imposta à região. Mas essa excepcionalidade se deveu, em grande medida, aos empreendimentos econômicos e culturais do Comendador Joaquim Alves de Oliveira, o qual importou uma tipografia, fomentou o primeiro jornal de Goiás (Matutina Meiapontense), a primeira biblioteca pública da província e estimulou outros instrumentos de "civilidade". Além disso, sua propriedade, o Engenho São Joaquim, era exemplo de produção racional e contribuía para a geração de divisas à Vila. No entanto, essa resistência à "síndrome da decadência", por parte de

Meia Ponte, não resistiu à morte desse mecenas e promotor do desenvolvimento goiano. A partir de então, o que era atipicidade, converteu-se em típico.

Nas visitas historiográficas realizadas sobre o século XX, em especial sobre a década de 1930, também localizamos esforços de se repensar algumas linhas interpretativas assentadas pela historiografia regional. Desde Colemar Natal e Silva, Zoroastro Artiaga, Ofélia Sócrates Monteiro, passando por alguns historiadores acadêmicos, prevaleceu uma leitura sobre os anos 1930 que, necessariamente, era permeada pela ótica dos vitoriosos na revolução. Em grande medida, tratou-se de uma escrita da História cuja ênfase recaiu sobre os feitos de Pedro Ludovico Teixeira; líder maior dos "revolucionários" e idealizador da construção de Goiânia; e sobre o conteúdo político, econômico e cultural contido no discurso triunfante. Nesse sentido, fixou-se a Revolução de 1930, a edificação de uma nova capital (Goiânia), o batismo cultural da cidade e as novas diretrizes político-econômicas empreendidas por Ludovico como emblemas de uma "modernidade" em que os goianos passaram a viver a partir de então. Proclamou-se a inauguração de um "novo tempo" em Goiás, refratário à quadra histórica anterior, o "tempo velho", aquele das oligarquias, dos arranjos políticos, do atraso econômico. Era como essa "modernidade", supostamente instituída por Pedro Ludovico e materializada nas linhas arquitetônicas e no traçado urbano de Goiânia, tivesse se estendido a todos os quinhões goianos. E não há como negar que a historiografia regional acostumou-se a ler esse período histórico por meio desse filtro interpretativo, cuja inteligibilidade histórica foi impregnada pelo discurso dos vitoriosos em 30 e por questões que envolveram sua maior realização, a cidade de Goiânia.

Dentre os trabalhos que tencionaram rever essa perspectiva interpretativa está o de Miriam Bianca A. Ribeiro (1996), *Memória, Família e Poder: história de uma permanência política – os Caiado em Goiás*. Por meio dos conceitos de "história incorporada" e "história objetivada" de Bourdieu, analisou uma série de aspectos (vocação política, patrimônio político acumulado, vínculos partidários, memória familiar, práticas políticas, tradição agropecuária, porte físico masculino, alianças matrimoniais, papel social das mulheres) que concorreram para que a família Caiado, ao largo do tempo, permanecesse como protagonista na cena política goiana. Especificamente, quando tratou de acontecimentos relacionados aos anos 1930, que não era estritamente seu objeto de pesquisa, Ribeiro tocou em uma ferida aberta na memória da família: a derrota na Revolução de 1930 (que nada teve de revolucionário para os Caiado) e o ostracismo político sofrido até 1945. Segundo a historiadora, "as marcas da perseguição sofrida pela família

são a grande e permanente referência de sua memória coletiva, superando até mesmo as lembranças dos períodos em que estiveram no governo" (RIBEIRO, 1996, p. 112). A novidade encontrável na análise de Ribeiro foi a de recuperar a "versão dos vencidos" na Revolução e, ao mesmo tempo, oferecer-nos um horizonte historiográfico singular a partir do que foi reivindicado pela família:

> A própria família interpreta sua exclusão da história, construindo a memória de sua própria história. O que constatamos é que a família considera-se excluída da história nos estudos e registros realizados até o momento. Todos os seus membros são unânimes em afirmar que nada existe sobre o período de 1909/1930. Justamente quando eram hegemônicos. Também afirmam que não há registro das perseguições vividas pela família durante o governo de Pedro Ludovico. O que existe, então, seria apenas a unilateralidade da versão de Pedro Ludovico transformada em história oficial. Mais do que constatar a exclusão, os Caiado a interpretam e reivindicam uma revisão historiográfica. Isso seria necessário para que se considerasse sua versão dos fatos, ou na sua ótica, a inclusão de dados que a história teria omitido. O que temos, então, é a família construindo a memória de sua própria história. Para que considere sua versão dos fatos, ou na sua ótica, a inclusão de dados que a história omitiu (RIBEIRO, 1996, p. 102-103).

Não nos apegando aos partidarismos contidos nessa percepção histórico-memorialística dos Caiado, é fundamental ressaltar que Ribeiro, ao desvencilhar-se da ótica dos vitoriosos e resgatar a versão daqueles que foram alijados do poder em 30, colocou-nos diante de um desafio historiográfico pertinente: teria a história oficial ou aquela elaborada, academicamente, conseguido produzir interpretações sobre os anos 30 em Goiás que não intermediadas pela perspectiva daqueles que triunfaram nesse período? Aqui não se trata, do ponto de vista historiográfico, de procurar vítimas, vilões ou heróis dessa quadra histórica, mas o de perseguir as diversas nuances políticas, econômicas, ideológicas, culturais e sociais que se cruzaram nesse contexto da história regional. Mas não resta dúvida que esses empreendimentos de revisão começaram a ser feitos, de modo mais efetivo[367], em exercícios historiográficos praticados na década de 1990.

[367] Não podemos deixar de registrar que, em *Quatro Tempos de Ideologia em Goiás*, mais precisamente no capítulo *A Revolução de Trinta em Goiás vista por si mesma*, Luis Palacin (1986a) alertou-nos para o conteúdo ideológico contido no discurso dos vitoriosos na revolução, sobretudo quando se examina o famoso relatório elaborado pelo interventor Pedro Ludovico a Vargas, em 1933. Tal documento apresenta, segundo Palacin, uma característica peculiar à "Ideologia das Revoluções": o rompimento brusco com o passado e o prenúncio de um presente e um futuro de prosperidade sem precedentes. O autor criticou o discurso de mudança que inundou esse relatório, considerou a revolução como não revolucionária em Goiás e enxergou uma enorme incompatibilidade entre discurso e prática no tocante à ruptura que Ludovico e seus correligionários afirmaram ter promovido no estado.

Na dissertação intitulada *O interior e sua importância no projeto centralizador do Brasil: Anápolis anos 20-30*, Júlia Bueno de M. Silva (1997c) apresentou uma investigação também predisposta a rever o peso histórico-causal que a historiografia regional imprimiu aos anos 30 e à ação transformadora dos vitoriosos na Revolução. Pesquisando a realidade, sobretudo, econômica da cidade de Anápolis nos anos 1920, Silva (1997c) identificou a existência de uma forte atividade econômica na cidade e, desse modo, procurou retorquir o argumento de que as transformações econômicas ocorridas em todo o estado, àquela época, teriam se dado somente na década de 1930, por meio da interferência dos agentes revolucionários goianos e, posteriormente, como desdobramento da construção de Goiânia. E mais, a autora inverteu ainda a premissa de que a chegada da estrada de ferro em Anápolis, no ano de 1935, teria sido o fator responsável pelo desenvolvimento econômico do município[368]. Para ela, Anápolis já experimentava esse desenvolvimento desde os anos 20 e foi essa acumulação de capital, transferido às primeiras indústrias locais, que atraiu os trilhos para a cidade. Portanto, a chegada da ferrovia em Anápolis foi um efeito e não, necessariamente, a causa desse desenvolvimento econômico. Nesse sentido, a autora problematizou essas "rupturas" sedimentadas pela historiografia regional e que, segundo ela, foram "importadas" da experiência histórica de outras regiões brasileiras:

> Esta pesquisa e o debruçar-me com novas evidências permitiram discutir a periodização que apoia-se nas rupturas políticas precedentes dos grandes centros: Rio de Janeiro e São Paulo. Os anos 20 representam muito mais para a cidade de Anápolis em definitivo, para Goiás, do que a década de 30, marcada nacionalmente pela Revolução de 30. É na década de 20 que se consolida a formação de um forte grupo econômico na cidade, os Pina, que com uma diversificada atividade, vão dominar a economia e a política local: cerâmica, máquinas de beneficiamento, serralherias, loja comercial, Usina de Força e Luz, representam algumas das atividades desse grupo, que paralelo as suas atividades econômicas e em função delas, vão criando na cidade, nas décadas seguintes 30-40, outras áreas de domínio (SILVA, 1997c, p. 09)

Caminhando numa via analítica contígua a de Miriam Ribeiro e de Júlia Bueno Silva esteve Cristina Helou Gomide (1999) na dissertação denominada *Centralismo Político e Tradição Histórica: cidade de Goiás (1930-1978).* Argumentou a autora que, com a transferência da capital para a recém-edificada Goiânia (nos anos 30), a cidade de Goiás (sede política desde o início da colonização no século XVIII) foi associada à imagem de uma cidade degredada, atrasada e destituída dos atributos necessários para o desenvolvimento de um estado que adentrava em um

[368] No tocante a essa questão, o debate travado por Júlia Silva foi com Juscelino Polonial (1995), o qual atribuiu à chegada da estrada de ferro em Anápolis o papel preponderante no desenvolvimento econômico da cidade.

"novo tempo". Nesse contexto de mudança do centro político goiano, a cidade de Goiás teria experimentado o "segundo vazio"[369] de sua história, mas seus habitantes, embora ressentidos, mostraram-se resistentes ao abandono causado pela transferência do aparato administrativo e pela evasão de pessoas que foram morar em Goiânia.

Segundo Gomide, em meio ao projeto mudancista, os habitantes da cidade degredada, abandonada, vazia, mostraram sinais de resistência a esse discurso progressista, produzindo concepções próprias de preservação. Nessa conjuntura, dois discursos sobre a cidade foram, então, se estabelecendo: um que atribuía à outrora Vila Boa o predicado de urbe arcaica, atrasada; e outro que a enaltecia como berço da cultura goiana. Assim, enquanto a população vilaboense experimentava seu "segundo vazio", "Goiânia emergia sob o brilho de cidade moderna" (GOMIDE, 1999, p. 101). Todavia, na antiga capital, foi sendo alimentado um discurso da tradição que defendia o reconhecimento da história da cidade como forma de sobrevivência do espaço urbano, argumento este que encaminhou os trabalhos em favor dos tombamentos, que acabaram ocorrendo nas décadas de 1950 e de 1970.

Reside, justamente, nessas proposições o olhar inovador de Gomide, que inverte o foco historiográfico sobre o período. Não mais o discurso dos vencedores de 30 ou a construção de Goiânia; capital "moderna", símbolo da Marcha para o Oeste; seriam alvos de seu enfoque analítico, mas sim os efeitos produzidos por essa transferência sobre aqueles que permaneceram na, "agora", "Goiás Velho", ou sobre os impactos sentidos por essa população e por uma cidade que foram sentenciadas a um passado quase imemorial. Essa inversão ainda incidiu sobre a tentativa de se compreender como essa transferência, aos poucos, foi capitalizada pelos vilaboenses em favor de uma imagem positiva de cidade histórica, caminho aberto para a patrimonialização e para a posterior candidatura como cidade patrimônio da humanidade.

Outra interpretação inovadora com relação a esse período histórico, em especial, sobre a imagem de modernidade emprestada à Goiânia, foi trazida pelo historiador Eliézer Cardoso de Oliveira (1999b) em *Imagens e Mudança Cultural em Goiânia*. Debruçando sobre o que ele denominou de "literatura mudancista", ou seja, textos produzidos por políticos, jornalistas e escritores favoráveis à construção de uma nova capital e que trataram tal evento de forma

[369] Para Gomide, o "primeiro vazio" teria sido experimentado em decorrência da crise da mineração em fins do século XVIII e início do XIX.

encomiástica, o autor afirmou que, nessas obras, Goiânia, desde sua fundação, foi lida como uma cidade moderna:

> A maioria das obras sobre Goiânia, mudancistas, ou acadêmicas, consideraram-na, desde a sua fundação, uma cidade moderna. Para isso, levaram em conta os seguintes fatores: o fato de a cidade ser planejada segundo critérios urbanísticos modernos, de estar vinculada à expansão capitalista para o interior do país, de sua construção possibilitar relações sociais novas (capital e trabalho) e de ter uma arquitetura (*Art Déco*) moderna. Todos esses fatores realmente estão relacionados à cidade de Goiânia, mas ela, nos seus anos iniciais, não era só isso. Analisá-lo somente, implica numa explicação por demais coerente que desconsidera a cidade como um ambiente, sobretudo, ambíguo (OLIVEIRA, 1999b, p. 29).

Ancorado em princípios analíticos oriundos da História Cultural, Eliézer Oliveira refletiu não só sobre os aspectos materiais, linhas arquitetônicas ou traçado urbano da capital edificada nos anos 1930, mas, principalmente, sobre a forma como seus habitantes viviam, como se comportavam, como se relacionavam e interpretavam a (na) cidade. Apresentou uma leitura singular sobre Goiânia em suas décadas iniciais, colocando em xeque, de modo contundente, o discurso mudancista e a imagem de "modernidade" destinada à nova capital[370].

Segundo o pesquisador, esse discurso mudancista, ao difundir a representação de Goiânia como cidade moderna, obliterou as dificuldades dos primeiros anos dessa urbe, obnubilou as rivalidades provincianas existentes entre os habitantes de Goiânia e os de Campinas e negligenciou o cotidiano quase interiorano da cidade. Enfim, desconsiderou os limites, de ordem lógica e empírica, para se pensar Goiânia, em seus primeiros anos, como uma cidade moderna.

Para Oliveira, a nova capital, em seus anos iniciais, "não era apenas Goiânia, mas Goiânia e Campinas, [e] essa simples junção de uma cidade nova com uma antiga por si só produz uma simbiose entre dois modos de vida (moderno e tradicional)" (OLIVEIRA, 1999b, p. 46-47). Logo, em sua concepção, Goiânia, entre as décadas de 30 e 60, era uma cidade muito mais "provinciana" do que "moderna". Mas para compreender essas características tradicionais de Goiânia nessa

[370] Outra crítica dessa natureza que merece anotação foi apresentada por Paulo Bertran na conferência *Memória Consútil e a Goianidade*, em que o economista-historiador ressaltava a necessidade de a historiografia rever três paradigmas que permearam a história goiana (o "da decadência", o "de Goiânia" e o "da penetração do capitalismo"). Em relação ao "paradigma Goiânia", Bertran assinalou que como a nova capital foi construída sob a égide dos grupos vencedores na Revolução de 30 e consolidada sob o manto do Estado Novo, a instalação dessa cidade "arrasou, aniquilou por inteiro a noção de continuidade na história goiana. E não só de continuidade: provocou a ruptura do tecido cultural antigo, urdido com a velhice de dois séculos pregressos de história" (BERTRAN, 2006, p. 66). Esse sentido de ruptura tão presente quando se fala dos anos 30 e da nova capital seriam, segundo Bertran, projeções feitas a partir dos "óculos de Goiânia", cuja idealização do "novo" esteve bem ajustada à visão estadonovista.

quadra histórica, é fundamental, segundo ele, considerar a relação estabelecida com Campinas, município escolhido para se edificar a nova capital do estado na década de 30. Conforme Oliveira, diferentemente do que os mudancistas firmaram, Goiânia não era só modernidade, mas a coexistência entre o (supostamente) moderno e o tradicional, cuja realidade arquitetônica revelava uma miscelânea de "construções modernas" e "ranchos caipiras" e cuja sociabilidade era marcada, predominantemente, por valores tradicionais:

> Ao lado da cidade planejada havia uma cidade centenária (Campinas), transformada em bairro, mas que mesmo assim, só deixou de ser o principal centro comercial na década de 60. Ao lado de relações sociais novas, havia as relações tradicionais típicas das cidades interioranas goianas. Ao lado das casas e prédios em *Art déco*, havia as casas do estilo colonial e os ranchos da maioria dos habitantes da cidade. Enfim, havia uma sociabilidade provinciana que a cidade só começou a perder por volta da década de 60 (OLIVEIRA, 1999b, p. 29).

Outro atributo de cidade provinciana omitido pelo discurso mudancista, segundo Oliveira, foi a rivalidade que existiu entre os habitantes de Goiânia e os de Campinas e que se manifestou em vários aspectos socioculturais como nas partidas de futebol, nas festividades sociais, nas disputas entre crianças, nas piadas. Em suma, "[...] havia uma Goiânia bem diferente daquela dos discursos ufanistas de políticos e jornalistas. Esta Goiânia era habitada por pessoas de origens provincianas com seus costumes tradicionais" (OLIVEIRA, 1999b, p. 62).

Eliézer Oliveira ainda se atentou para o fato de que esse discurso mudancista, propugnador da cidade de Goiânia como uma capital moderna, foi absorvido, em grande medida, pela historiografia acadêmica que não questionou, a princípio, a face ideológica contida no projeto mudancista e não avistou as ambivalências existentes na realidade urbana da capital em seus diferentes momentos históricos. Na opinião dele, as obras de Palacin, *Fundação de Goiânia e o desenvolvimento de Goiás*, de Nasr Chaul, *A construção de Goiânia e a transferência da capital*, foram alguns dos exemplares de pesquisas acadêmicas[371] que, trabalhando com as categorias de progresso e de desenvolvimento, demonstraram ter absorvido pressupostos desse discurso mudancista.

Continuando essa proposta de rever asserções históricas consolidadas na historiografia regional, Oliveira localizou modernidade em Goiânia a partir dos anos 60 e não nas décadas de 30

[371] Curioso notar que Eliézer Oliveira não mencionou o fato de que esses historiadores, Palacin e Chaul, reviram essas perspectivas e questionaram o teor ideológico do discurso mudancista. Tal crítica está presente tanto em *Quatro Tempos de Ideologia* (PALACIN, 1986b) quanto em *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade* (CHAUL, 2002).

e 40 como defendia o discurso mudancista. Observando, atentamente, a dinâmica urbana e o comportamento dos "goianienses", o autor verificou que, nesse período, Goiânia experimentou mudanças culturais que resultaram na superação dos valores provincianos e na ascensão de práticas sociais, comportamentos e valores típicos de uma cidade moderna, os quais ele denominou de "comportamento metropolitano". Em seu ponto de vista, o crescimento demográfico vivido por Goiânia, principalmente com a construção de Brasília, contribuiu para que a antiga rivalidade com Campinas perdesse sua importância e para a absorção de alguns valores modernos manifestados, por exemplo, na profissionalização do futebol; nas formas diversificadas de lazer, "agora", tipicamente, urbanas; no distanciamento imposto às casas de prostituição, que perderam o glamour de quando estavam instaladas em Campinas; no crescimento das boates e danceterias; na melhoria das condições infraestruturais da cidade; na mudança em seu panorama físico, sobretudo com a verticalização urbana associada aos novos edifícios; na racionalização do espaço urbano com a numeração "fria" dos logradouros; o afastamento dos valores rurais; a presença gradual das "multidões" em seu cotidiano; nas novas orientações sobre vestuário; na modernização do transporte urbano; no surgimento e intensidade de novas tendências literárias e de produção cultural. Enfim, novos aspectos da vida urbana que aproximava Goiânia de valores modernos.

Sem embargo, entre a variedade de empreendimentos de revisão historiográfica erigidos na década de 1990, não há como negar que aquele que mais ecoou entre os pesquisadores de história regional foi o proposto pelo professor Nasr F. Chaul em sua tese de doutorado *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*, defendida, em 1995, no Programa de Pós-Graduação em História da USP. Embora tenha granjeado amplo reconhecimento por esse projeto, é importante realçar que alguns dos fundamentos críticos apresentados por Chaul vinham sendo amadurecidos, desde a década de 1970, por meio de alguns *insights* críticos de Paulo Bertran e de Sérgio Paulo Moreyra, nos anos 80.

Paulo Bertran, em *Formação Econômica de Goiás*, publicada em 1978, realizou um exame abrangente sobre os diferentes momentos da economia goiana, desde a estrutura estabelecida pela mineração no século XVIII aos reflexos econômicos da instalação de Brasília no planalto central. Neste estudo, o que mais nos interessa é sua tentativa, talvez a primeira em trabalhos regionais, de repensar a propalada interpretação sobre a decadência de Goiás a partir da falência da mineração e, sobretudo, de problematizar o discurso dos viajantes que acabou por fixar uma paisagem da

ruína goiana nessa quadra histórica. Realçando os impactos típicos da mineração, Bertran argumentou que as marcas deixadas pelo fim dessa atividade econômica no território goiano foram semelhantes aos deixados em qualquer outro lugar onde essa atividade foi praticada, portanto, não há que se falar em decadência como um fenômeno tipicamente ocorrido em Goiás:

> Finalmente o século da mineração em Goiás, em termos estritamente econômicos, constitui um regime de exceção no concerto das atividades produtivas do território. Caracterizar como decadência o fim da mineração em Goiás equivale considerar a extração aurífera atividade criativa e não predatória, como sempre foi em toda parte do mundo (BERTRAN, 1978, p. 42).

Logo em seguida, Bertran buscou "relativizar" a dimensão dessa decadência, assinalando, mais uma vez, as especificidades econômicas e sociais da atividade mineradora e indicando como determinadas condições regionais favoreceram a decrepitude da extração aurífera em Goiás:

> A economia aurífera atingia maturidade e a decadência viria nos umbrais do século XIX. Diminuíam-se os coeficientes de investimentos nas lavras de ouro, não se repunham escravos, a rentabilidade natural dos veeiros decaía. A decadência, vezes tantas ressaltada pelos viajantes da época existiu em termos. Mineração sempre foi negócio cigano e virulento, ignorante de fronteiras e de massa demográfica. Fluxo e defluxo de gente em quantidade não esperava mais tão logo descoberto ouro. Testavam-se as jazidas regionais: se promissoras erigia-se o arraial e logo nas adjacências punha-se gado a pastar. Via de regrar prosperava três décadas, dependendo da qualidade e dispersão das jazidas em torno e do acesso fácil às estradas de mercancia. Sua decadência e abandono também obedeciam a causalidades estritas (BERTRAN, 1978, p. 47).

Tentando contornar a pasmaceira econômica e social que, segundo viajantes e administradores portugueses, teria tomado conta da plaga goiana no século XIX, Bertran procurou compreender a região valorizando suas peculiaridades sociais, culturais e, inclusive, econômicas, para isso, definiu a economia goiana do período como sendo "de abastância":

> Enfim, para a primeira metade do século XIX, é possível ter-se mantido a situação descrita em 1828. Por esta época constata-se ainda simultaneidade de existência da economia de mineração, com economia agropecuária de abastância e economia pecuária de exportação. [...] Enfim, a economia agrícola, propriamente, surge por excelência como um regime de transição entre a economia mineradora e a economia comercial pecuária. Nem economia de subsistência nem comercial, a agricultura goiana do século XIX poderia caracterizar-se talvez como de abastância, vez que seu mercado só raras vezes ultrapassa as barreiras extra-regionais pelo proibitivo da relação preço/custo de transporte (BERTRAN, 1978, p. 66-67).

Como último ato dessa sequência crítica, Paulo Bertran, certamente enviesado por seu olhar nativo, disparou ironicamente contra a apreciação dos viajantes, os quais, incompreensíveis em relação às singularidades da vida sertaneja, acentuaram o ócio como apanágio do povo goiano:

> De resto, a ociosidade geral do povo só era condenada por viajantes e observadores vindos da apertada e difícil Europa – um Pohl, um Saint-Hilaire, um Cunha Matos – condenação essa não destituída de um talvez inconsciente fundo de inveja pelo pobre, sensual e *non-chalant* paraíso caboclo de Goiás nos anos 1800. São eles, em termos de folgança e despreocupação, os expoentes máximos da vida goiana, coincidindo com os momentos de afrouxamento da relação de troca extra-regionais e do consequente desinteresse por extrair e expatriar mais-valia do povo e do território (BERTRAN, 1978, p. 68)

Nos anos 1980, tivemos outro *insight* crítico desse jaez, desta vez promovido pelo professor Sérgio Paulo Moreyra (1987) no conciso, porém fecundo, artigo *O olho que vê o mundo*. Primeiramente, o autor apontou as limitações metodológicas encontradas pelos pesquisadores que se enveredam pela história goiana dos séculos XVIII e XIX, os quais se veem restringidos, heuristicamente, entre fontes oficiais e memórias histórico-científicas:

> Para os que investigam a história de Goiás, esse é um problema de solução difícil, em virtude do tipo de documentação histórica disponível e conhecida presentemente. Só existem em Goiás, em larga escala (com relação aos séculos XVIII e XIX), dois tipos de testemunhos documentais: os documentos oficiais e as memórias históricas ou científicas (MOREYRA, 1987, p. 163)

Dentre as "memórias científicas", Moreyra destacou os textos de Saint-Hilaire e chamou atenção para a necessidade de uma leitura cuidadosa e crítica dessas fontes, as quais serviram de sustentação para várias representações históricas elaboradas pela historiografia regional e brasileira sobre o oitocentos:

> Um excelente exemplo das armadilhas ideológicas que se escondem no bojo dessas memórias científicas, é o livro de Augusto de Saint-Hilaire, "Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiás". Esse livro tem sido amplamente utilizado na historiografia brasileira e quase sempre sem que se questione, com os instrumentos da crítica histórica, o rigor de suas observações sociais (MOREYRA, 1987, p. 164).

Em seguida, o autor sintetizou a percepção que o francês teve sobre o que viu em terras goianas. Impressões que transitavam, segundo ele, entre o "espanto" e a "agressão", de quem se

alarmou com o estado de decadência dos caminhos, das habitações, da população, enfim, de tudo que foi visto[372] em sua jornada científica em Goiás:

> Saint-Hilaire, o mais célebre dos naturalistas viajantes que visitaram Goiás no século passado, bordejou o Planalto Central, em direção a Santa Luzia, em maio de 1819. A descrição que fez dessa viagem é mantida quase sempre entre o espanto e a agressão a uma região cuja rusticidade surpreendeu o pesquisador: péssimos caminhos, fazendas abandonadas, engenhos em ruínas, arraiais despovoados. Enfim, a decadência retratada em tudo o que observava no decurso de suas vagarosas jornadas de coleta botânica (MOREYRA, 1987, p. 164)

Alcançando o cume de sua escalada reflexiva, Sérgio P. Moreyra lançou um princípio crítico que, posteriormente, seria uma das bases dos argumentos da revisão historiográfica exibida por Nasr Chaul[373]: era preciso tomar os textos de Saint-Hilaire e de outros viajantes europeus como locais que enunciam subjetividades, ou seja, são fontes históricas que, como qualquer outra, encontram-se arraigadas de valores e percepções de quem as produziu. Em suma, era necessário compreender que as impressões emitidas por eles sobre Goiás e seu povo eram fruto do olhar de homens do século XIX, que vivenciavam, no Velho Mundo, uma realidade social e econômica totalmente distinta da que encontraram no Brasil, que estavam imbuídos de outros valores e que, portanto, liam o mundo a partir de seus referenciais:

> Entre o que seus olhos viram e o que compreendeu, medeia uma distância, coberta por sua visão européia. As impressões do naturalista são as impressões do naturalista. É necessário ver hoje as coisas que ele viu, da forma pela qual ele não pôde enxergá-la, vê-las como ele não pôde vê-las. Antes de tudo, os olhos de um europeu. Homem urbano de um contingente conflagrado pela conjuntura de amadurecimento do capitalismo, não compreendia o processo de agrarização de uma área colonial que as minas haviam povoado. Católico rigoroso, não podia tolerar sem profunda repulsa e indignação moral, a religiosidade indisciplinada e já então sincrética, de um povo nominalmente católico. Invectivou a presença de párocos e qualificou de prostituição o concubinato, que era a forma corrente e aceita de matrimônio (MOREYRA, 1987, p. 164).

No início da década de 1990, Paulo Bertran, novamente, protagonizou um "episódio de crítica historiográfica". Em uma notória conferência, *Memória Consútil e a Goianidade*, proferida nas dependências do então Departamento de Ciências Sociais da UFG, em 1993, Bertran disparou seu tom cáustico em direção de três "paradigmas", segundo ele, "costurados" pela história e historiografia de Goiás: o "paradigma da decadência", o "paradigma Goiânia" e o "paradigma da

[372] Exceto a admiração demonstrada acerca da postura do Comendador Joaquim Alves de Oliveira e sobre as condições e funcionamento da propriedade desse ilustre meiapontense, o Engenho São Joaquim.
[373] Curioso notar que Chaul não faz qualquer referência a esse breve texto de Sérgio Paulo Moreyra.

penetração do capitalismo". Quanto ao primeiro deles, àquele que mais nos interessa para os termos dessa discussão, o pesquisador criticou o fato de que a imagem da decadência perpassou um largo período da história goiana, passando a representar os fenômenos históricos regionais de parte considerável do século XVIII, e que, danosamente, se alastrou na percepção histórica sobre todo o século XIX:

> Haja decadência! No caso extremo nada menos do que 157 anos de "decadência". Deve ser erro de denominação, ou erro de conceito. Deve ser, quem sabe, puro e simples desconhecimento, falta de pesquisas sobre um século inteiro, o século XIX. Em dois e meio séculos de história de Goiás quase que de todo ignora-se um século inteiro, o da "decadência", justo quando em todos os quadrantes nasciam centenas de fazendas e dezenas de povoados (BERTRAN, 2006, p. 66).

Ainda que esses lampejos de crítica histórica tenham se manifestado em décadas anteriores, o projeto de revisão historiográfica de maior envergadura foi apresentado, em 1995, por Nasr Chaul em sua famosa tese de doutorado, *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Nessa pesquisa, Chaul discutiu como o "estigma" da decadência goiana foi construído, sobretudo, a partir dos relatos dos viajantes europeus do século XIX; criticou o modo como essa representação permeou as análises realizadas sobre a história de Goiás; discordou de interpretações calcificadas na historiografia regional[374] e ainda se atentou para a forma como os arautos de 30 fizeram uso político-ideológico da ideias de decadência e atraso para propagandear que inauguravam um "novo tempo" em Goiás, o da modernidade, cujo maior suporte simbólico fora Goiânia.

Problematizando a "visão europeizante" que viajantes, naturalistas, governadores de capitania e presidentes de província endereçaram à realidade goiana, Chaul se propôs a rediscutir como esse "olhar europeu", embotado de referenciais do Velho Mundo, contribuiu para sedimentar algumas representações negativas sobre Goiás:

> Em suma, a visão e o conceito que os viajantes produziram sobre Goiás, a partir de suas impressões e observações de viagem, é o de decadência. [...] criava-se, por intermédio dos relatos citados, uma idéia de isolamento, de amargura, de tristeza atávica, de letargia social, de marasmo econômico, de dias iguais a todos os dias. Criava-se uma imagem de solidão, que tinha no sertão o cenário ideal, a expressão mais exata, o preço mais caro (CHAUL, 2002, p. 60 e 61)

[374] Interpretações como a de Itami Campos que afirmava que as oligarquias dominantes da Primeira República tinham interesse na manutenção do atraso goiano, ou a de Ana Lúcia da Silva consistente na tese de que a Revolução de 30 em Goiás significou uma alternância de oligarquias no poder.

Chaul ainda replicou o fato de essa representação da decadência, gestada a partir dos relatos de viajantes, cronistas e administradores do oitocentos, ter assumido a dimensão de verdade inconteste sobre o contexto histórico goiano pós-minerador e não isentou de críticas os historiadores de seu tempo que, acriticamente, reproduziram essas impressões:

> De Silva e Souza (1812) a Cunha Matos (1823), do Dr. Pohl (1810) a Saint-Hilaire (1816), passando por D´Alincourt (1818), Burchell (1827), Gardner (1836) e Castelnau (1843) e chegando aos historiadores contemporâneos que trataram o período da mineração e da agropecuária em Goiás, além de intelectuais de outras cepas e anônimos da escrita, a aceitação da decadência da sociedade goiana no período pós-minerador é unânime. [...] todo esse conjunto de negativas criou uma imagem de Goiás que ficou gravada, por intermédio da cultura dos viajantes, como verdade inconteste por todo esse Goiás afora. Repetida pelos historiadores contemporâneos, Goiás passou a ter um perfil de terra da decadência, retrato de uma sociedade que parecia não possuir o mínimo básico para existir devido a sua inoperância, sua carência de tudo, sua solidão traduzida em isolamento, sua redoma de preguiça (CHAUL, 2002, p. 40 e 41).

Na concepção do autor, do mesmo modo que essa "visão alienígena" sobre Goiás oitocentista magnificou a decadência, as distâncias, o ócio, a pobreza ou a falta de comunicação, também engrandeceu um período setecentista de fausto e riqueza proporcionado pelo ouro, o qual não se tem indícios documentais se realmente existiu. Daí a necessidade, advertira Chaul, de se rever não só a ideia de decadência como também a imagem do fausto, pois, colocadas dessa forma, elas produzem a impressão especiosa de um contraste de realidades de difícil comprovação em fontes históricas. Por conseguinte, o historiógrafo não acreditava nessa discrepância entre um momento inicial (embora efêmero) de prosperidade, indiferente ao isolamento, desprovido de precariedade, dinâmico e arraigado pelo labor, e outro, logo em sequência, onde a crise do ouro acarretara uma prolongada decadência, momento de plena de escassez, de insulamento, marcado por um povo letárgico e indolente.

Prosseguindo seu intento revisor, Nasr Chaul analisou como essa representação foi transposta às interpretações sobre a Primeira República em Goiás, convertendo-se em imagem de atraso: "a reprodução da idéia de decadência vai atravessar o Império e penetrar camaleonicamente na Primeira República sob o mando de atraso" (CHAUL, 2002, p. 82). Adquirindo maior conotação política do que econômica, essa ideia de atraso, presente, sobretudo, nos trabalhos sobre o coronelismo, perpassou as leituras sobre a "República Velha" em Goiás e

ficou consagrada na análise do cientista político Francisco Itami Campos[375]. Tratando a questão do atraso como uma derivação da ideia de decadência, Chaul questionou a tese de Campos segundo a qual as oligarquias dominantes defenderam a "manutenção do atraso" de Goiás na Primeira República como forma de conservar seus poderes políticos regionais.

Outra representação que o historiador procurou problematizar nesse amplo projeto de revisão historiográfica foi a formulação da ideia de modernidade em Goiás. Nesse sentido, destrinchou, analiticamente, como os grupos políticos que ascenderam no início da década de 30, apropriaram-se das imagens de decadência e de atraso goiano para construírem a ideia de modernidade, vetor simbólico que coadunava com o projeto de nação que se estabelecia àquela quadra histórica nacional:

> A representação da modernidade absorvida pelos arautos de 30 indicava a tentativa de rompimento com o passado e a construção de uma utopia, na qual, por intermédio de Goiânia, vislumbrava-se um futuro grandioso para o Estado de Goiás. Esse imaginário salvacionista, que marcou o projeto brasileiro de modernidade, apresentava-se a Goiás como a redenção de um tempo que estava mergulhado em décadas de miséria e penúria. Nesse sentido, a nação e a região se encontram unidas em um mesmo fim: a busca da modernidade através do ideal de progresso (CHAUL, 2002, p. 28)

Apregoando a ideia de modernidade em Goiás, esses grupos dominantes do pós-30 encontraram nessa proposição a plataforma discursiva que os diferenciariam dos grupos que foram apeados do poder. Como justificativa para essa ascensão política, confrontavam, constantemente, o novo com o velho, o atrasado com o moderno, a decadência com o próspero, colocando-se como lídimos representantes desse "novo tempo", o da modernidade goiana. Segundo esse discurso triunfante, Goiás teria despertado, política e economicamente, não com o "apito do trem", mas após 1930, "[...] quando então viveria a antítese de seu passado: a modernidade, ideia salvacionista que viria tirar Goiás da decadência e do atraso" (CHAUL, 2002, p. 149).

Em nome do progresso, da modernidade que, supostamente, se edificava, esses grupos ascendentes, sob a batuta de Pedro Ludovico, opuseram-se ao passado, à tradição, combatendo não só o que chamaram de tempo do atraso, dos desmandos políticos, da "República Velha", mas também a "antiquada" capital goiana, a cidade de Goiás, incapaz, segundo os mesmos, de ser sede de um estado que, a partir de então, mostrava-se comprometido com o desenvolvimento, com o

[375] CAMPOS, Francisco Itami. **Coronelismo em estado periférico: Goiás na Primeira República.** Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais. Programa de Mestrado em Ciência Política, 1975.

progresso. A ideia de uma nova capital foi, assim, lançada como emblema maior desse projeto moderno que se tencionava para Goiás.

> Pedro Ludovico rotulava Goiás de centro "oligárquico, decadente e atrasado". Goiânia seria seu inverso. Decadência e atraso eram, então, argumentos recuperados no momento para reforçar a necessidade do novo. O estigma da decadência, que permeou a Província de Goiás na época da pós-mineração, e do atraso, que simbolizava Goiás ao longo da Primeira República, foram retomados para reforçar a representação de sua antítese, ou seja, a modernidade expressa na construção de Goiânia (CHAUL, 2002, p. 214)

No entanto, para Chaul, a edificação de Goiânia encerrava outros significados, algumas vezes, obscurecidos pela repercussão político-eleitoral que alcançou. No interior desse empreendimento de natureza política, havia, também, a busca por maior inserção do estado no mercado nacional, que tencionava dinamizar o processo de acumulação capitalista nas regiões mais desenvolvidas de Goiás. Além é claro, da tentativa de inserir a região no projeto nacionalista em curso naquele período. Nesse sentido, o autor enxergou Goiânia como produto e, ao mesmo tempo, como matéria-prima da ideologia estado-novista:

> Em suma, Goiânia pode ser considerada um fruto do Estado Novo, uma vez que a sua construção dependeu basicamente do regime instaurado em 1930 e que culminou na ordem imposta por Vargas em 1937. Para o regime que se instaurava, o inverso era também verdadeiro: Goiânia era a representação maior do 'nacionalismo', do 'bandeirantismo', da 'sagacidade' do brasileiro, termos cantados e decantados pelos ideólogos do estadonovismo (CHAUL, 2002, p. 234).

Descortinando o modo como as ideias de decadência e atraso foram retomadas nos anos 30 para amparar o discurso mudancista em Goiás, Chaul criticou o fato de que a representação de modernidade construída pelos vitoriosos tentava passar a imagem ilusória de que, "[...] num passe de mágica, com a nova capital, o Estado tivesse conseguido superar debilidades políticas e econômicas seculares, além de conflitos sociais e políticos que caracterizaram sua história" (CHAUL, 2002, p. 236).

Face ao exposto, depreende-se que esse projeto de revisão historiográfica encaminhado por Nasr Chaul abrigava, assim como o de Paulo Bertran, a tentativa de se pensar os fenômenos históricos regionais a partir de uma "visão nativa", ou seja, um olhar que se mostrasse consciente da temporalidade própria a que estavam imersos esses sujeitos do passado; atento às particularidades sociais, econômicas e culturais dessas experiências históricas; cauteloso quanto às comparações que colocavam a realidade goiana, lado a lado, com outras tão díspares e que

"distorciam" a compreensão acerca dessa historicidade do "sertão"; e, sobretudo, um olhar desejoso por reordenar a identidade histórica regional. Com esse propósito de refutar as representações construídas a partir de uma "visão europeia" sobre Goiás, Chaul argumentou: "A sociedade local não era indolente, ociosa e muito menos decadente. Apenas orientava-se por outros níveis de preocupações e buscava satisfazer necessidades vitais à sua maneira" (CHAUL, 2002, p. 240). O "olhar estrangeiro", advertiu o historiador, não percebeu que observavam uma sociedade em transição para a agropecuária, senhora de seus limites e de suas carências, cuja precariedade, lentidão e indolência não eram tão diferentes de uma suposta sociedade próspera, laboriosa e dinâmica de antanho. Deste modo, não queria o historiador que os goianos continuassem sendo uma "imagem refletida por relatórios de governos provinciais e por viajantes europeus" (CHAUL, 2002, p. 26). Era necessário, historiograficamente falando, compreender a experiência histórica regional a partir de seu próprio compasso e de suas especificidades locais: "Goiás, portanto, não era nem decadente, nem atrasado, apenas caminhava de acordo com suas possibilidades, no ritmo estabelecido pelo lugar que ocupava no conjunto da sociedade brasileira" (CHAUL, 2002, p. 241).

Mas analisar esse empreendimento crítico de Chaul sem nos referirmos à repercussão por ele alcançada ainda nos anos 1990 seria, de certo modo, negligenciar uma importante faceta da produção historiográfica regional desse período. Mesmo tendo sido defendida em 1995, os ecos dessa crítica historiográfica já puderam ser ouvidos em vários trabalhos[376] da segunda metade da década 90. Desse exercício reflexivo praticado por Chaul, várias questões foram apropriadas por seus pares de ofício. Alguns desses, por exemplo, enalteceram o valor de sua revisão historiográfica que, além de rever explicações históricas calcificadas pelos estudos regionais, inaugurava novas perspectivas interpretativas sobre a história de Goiás:

> O trabalho de Chaul inaugura uma nova etapa na historiografia goiana. Etapa esta, sem dúvida, que será seguida por muitos pesquisadores como caminho para se proceder a uma revisão historiográfica ou como alerta sobre "o fato" de as imagens, representações e posturas, frente ao objeto de pesquisa, refletirem uma decisão particular e objetiva do pesquisador" (FERREIRA, 1997, p. 82)
>
> Relativizando os conceitos preestabelecidos pela historiografia regional, Nasr Fayad Chaul, na sua tese de doutorado, "Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade", demonstra-nos como as imagens do Estado "pobre", "atrasado", "decadente" foram sendo construídas. Não é nossa intenção discutir a historiografia

[376] Ribeiro (1996), Correa (1997), Ferreira (1997), Nascimento (1997), Rabelo (1997), Amorim (1998), Castro (1998), Silva (1997c), Bittar (1997), Campos Júnior (1998), Silva (1998) e Ferreira (1999).

> regional, mas, sim, caminhar na esteira daqueles que visualizam uma realidade específica, de desenvolvimento contínuo do capitalismo em Goiás (SILVA, 1997c, p. 08)

Outros historiadores, porém, deram relevo a preocupação de Chaul, semelhante à de Bertran, em interpretar a experiência histórica goiana a partir de suas particularidades sociais, econômicas e culturais, as quais não foram assinaladas pelos analistas do passado regional anteriores:

> Chaul defende a tese de que o homem goiano vivia, plantava e colhia de acordo com as suas necessidades, no seu próprio tempo. Plantava o que comia, vendia ou trocava o que sobrava. Como agricultura e pecuária têm seu ritmo próprio, determinado pela natureza, não exigem um trabalho rigorosamente diário. Por isso o produtor goiano não trabalhava todos os dias, como estabeleciam as regras do capital. Esse "novo" modo de vida, baseado nas regras capitalistas, tardaria a ganhar corpo na província. Do mesmo modo que os viajantes viam a Província goiana com o olhar construído na Europa, os legisladores senadores e Deputados olhavam para o velho continente buscando inspiração e justificativas para a elaboração das leis que a legislação produzida no Império Brasileiro é produto desta mentalidade europeizada, capitalista. (NASCIMENTO, 1997, p. 18)

Já outros pesquisadores evocaram sua crítica tanto à tese da manutenção do atraso goiano pelos grupos dominantes na Primeira República, quanto àquela que afirmava que a Revolução de 1930 em Goiás significou uma alternância de oligarquias no poder. Além disso, não perderam de vista sua proposição de que os arautos de 30 se apresentaram como artífices de uma suposta modernidade em Goiás, alardeando que esse "novo tempo" estava sendo instaurado com Pedro Ludovico e consolidado com sua maior realização, Goiânia:

> Se o tão decantado atraso realmente vigorou ou ainda vigora, o que teria levado o capitalismo a investir grandes somas no transporte ferroviário em Goiás. Fica difícil acreditar na presença do grande capital onde não existe a possibilidade do retorno econômico. Que Estado atrasado e isolado é esse que consegue por duas vezes ter um Ministro da Fazenda, natural de suas terras, cargo muito importante da República, no caso Leopoldo de Bulhões nos governos Rodrigues Alves e Nilo Peçanha (CAMPOS JÚNIOR, 1998, p. 32-33)

> No ponto de vista de Chaul, a mudança da política goiana após 1930, foi mais que uma simples alternância de poder, pois "*significou a construção de um projeto político baseado na idealização da modernidade"*. As propostas de modernidade e o suporte às idéias que visavam o desenvolvimento e o progresso do Estado se deflagraram no âmbito espacial com a construção de Goiânia em 1933 e a mudança oficial da capital do Estado em 1937. Representaram a criação de um símbolo do progresso do novo Brasil varguista, voltado à interiorização do país, orientada a partir da Marcha para o Oeste (FERREIRA, 1999, p. 145).

Mas é inconteste que a percepção analítica de Chaul mais retida pelos historiadores em Goiás foi sua crítica a criação do estigma da decadência que perpassou viajantes, cronistas, administradores e estudiosos da história regional. Embutida nessa crítica se encontrava seu diagnóstico sobre a leitura empreendida por viajantes, administradores portugueses e cronistas do oitocentos que interpretaram a realidade goiana do passado a partir de valores e referenciais europeus e que, por conseguinte, construíram imagens negativas sobre as experiências e sujeitos históricos que viveram no "sertão" goiano. Encontrando grande aceitação entre os pesquisadores de história regional, esse princípio interpretativo exibido por Chaul passou a guiar várias análises sobre os séculos XVIII e XIX feitas a partir de então:

> Vindos de um continente já transformado pelo advento da revolução industrial, pelo desenvolvimento do capitalismo e por um crescimento demográfico que se processava desde o século XVIII, eram esses naturalistas homens de mentalidade urbana e portadores de uma saber acadêmico enciclopédico. Herdeiros da Ilustração e do movimento romântico, suas incursões pelo Brasil muito se assemelham às viagens filosóficas iluministas, praticadas desde o final do século anterior. Suas funções, além do levantamento e estudo de aspectos relacionados à natureza abrangiam, entre outras preocupações, a observação dos povos encontrados. Para eles, o viajante não podia ser um simples espectador, mas devia ser um ator de passagem, observador atento da realidade, exercitando diante dela a arte de refletir. A despeito disso, não rompendo com os fortes laços culturais europeus que os prendiam a uma visão de mundo etnocêntrica, além de estarem fortemente imbuídos das idéias de "progresso", não relativizaram o que viram, e perceberam a conjuntura goiana a partir de seus próprios referenciais: tal qual Narciso, acharam feio o que não era espelho... (CORRÊA, 1997, p. 229)

> Percorrendo o caminho que foi trilhado por viajantes, cronistas e historiadores, através de seus próprios escritos, Chaul faz a desconstrução dos conceitos, categorias-chaves e imagens que determinaram as análises sobre a sociedade goiana e o coronelismo no Estado. Explica que, em torno da imagem de decadência, foi construído todo o universo interpretativo acerca da sociedade goiana, que transitou da mineração a agropecuária. Afirma que na passagem do Império à Primeira República, a representação do "atraso" assume o lugar de "decadência"nas interpretações sobre Goiás. Demonstra como a visão etnocêntrica dos viajantes estrangeiros que visitaram o Estado marcou fortemente o retrato que foi edificado da sociedade goiana, em todos os seus aspectos: social, político, econômico e cultural. Problematiza e desconstrói o uso das antinomias "atraso/progresso, apogeu/prosperidade, agrário/urbano, antigo/moderno" que serviram de sustentáculo para as construções que foram feitas sobre a história de Goiás. (FERREIRA, 1997, p. 78)

> Parece não haver dúvidas de se poder afirmar serem os viajantes estrangeiros os principais responsáveis pela construção e criação da concepção da decadência e do atraso, repassados para a historiografia goiana por quase 200 anos, estendida ao Tocantins e outras regiões, só recentemente sendo desmistificada. Vide: Chaul, Nasr Fayad. "Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade" (SILVA, 1998, p. 173)

> Pode-se perceber muito claramente isto, ao analisar-se as obras de especialistas da atualidade além das dos viajantes europeus muito estudadas por Nasr Chaul em seu livro: Caminhos de Goiás. Percebe-se esta visão em Saint-Hilaire, Johan Emanuel Pohl,

> Gardner, Oscar Leal, Castelneau, etc. Todos estes visitaram Goiás no século XIX, vindos da Europa que estava em pleno avanço industrial. Este "atraso" denota inferioridade em contraposição ao *conceito de progresso e desenvolvimento* como um *status quo* superior. Este último oriundo do avanço do capital, com mais intensidade a partir da Revolução Industrial. (AMORIM, 1998, p. 59)

> Saint-Hilaire descreve a mulher goiana, que ele encontrou, ao passar por este território, vivendo em concubinato, como sendo devassa, corruptora dos costumes. É compreensível a percepção desse e de outros viajantes, no que refere à mulher goiana, dado que os mesmos viviam no século XIX, e vinham de um mundo europeu, saído da moralidade católica e adentrado na ética da pureza moral protestante. [...] Aproveitemos à análise de Nasr Chaul em sua obra *Caminhos de Goiás,* onde esse autor analisa e critica a visão dos viajantes sobre a decadência da sociedade goiana, no que diz respeito ao ócio, a apatia, a corrupção dos costumes, etc. Segundo Chaul, essa visão dos viajantes ocorria pelo fato dos mesmos interpretarem a sociedade goiana sob a ótica que conheciam, ou seja, vinham de uma Europa, como já dito, moralizada e em processo de Revolução Industrial, onde a energia, o transporte, o progresso capitalista era a tônica que movia a sociedade (TRISTÃO, 1998, p. 87 e 88)

> Portanto, depreendemos dos relatos que os viajantes, acima de tudo apresentam uma postura do civilizado que se sobrepõe ao povo atrasado. Para eles, o grupo visitado causava estranheza à sua percepção europeia: a preguiça, ociosidade, falta de sensibilidade, ausência de inteligência, instintos selvagens, fraqueza mental e outros conceitos compunham uma visão negativa dos europeus a respeito dos homens da América. Em meados do século XIX, a burguesia europeia avançou e, com orgulho e arrogância, passou a repartir o mundo e a colonizar os pontos mais distantes que a imaginação permitia alcançar levando o que ela representação tão bem: a civilização (VALDEZ, 1999, p. 18)

Não obstante, notamos que a apropriação dos princípios analíticos apresentados por Chaul teve como um de seus desdobramentos uma espécie de "radicalização crítica" acerca das impressões emitidas, principalmente, pelos viajantes e naturalistas do século XIX. No texto de Chaul, propriamente, perpassa alguma "ironia sutil" quando se refere ao fato de os viajantes não conseguirem enxergar as especificidades da vida sertaneja que imperava em Goiás àquela quadra histórica. Entretanto, em alguns textos de historiadores que se valerem dos elementos críticos desse historiógrafo, observamos, em algumas passagens, uma "vigorosa ironia" quando julgavam o fato de esses estrangeiros não conseguirem "compreender" Goiás ou até um posicionamento crítico que, anacronicamente, os censuravam por não terem lido a realidade goiana com imparcialidade. Não há como negar que a visão dos viajantes abrigava singularidades de uma leitura relacional, própria de quem enxerga o mundo a partir de seus referenciais. Contudo, não se pode, por isso, depreciar o valor histórico e a riqueza de informações presentes nesses relatos que, apesar de "embotados de realidade europeia", ainda são extremamente valiosos para se compreender episódios importantes da história regional. Submeter essas fontes à crítica (o que

muitos passaram a fazer depois da revisão de Chaul) não significa, em nosso ponto de vista, desqualificar as interpretações que esses forasteiros formularam sobre a realidade goiana oitocentista ou cobrar um distanciamento valorativo que não estava posto para aqueles homens do dezenove. Decerto, essas manifestações críticas sejam reflexo dessa tentativa de empreender uma leitura do passado regional guiado por uma "visão nativa", um olhar histórico que se investe de uma clarividência porque acredita conhecer melhor a complexidade dos processos históricos regionais. Mas para deixar essa questão mais nítida, trouxemos um trecho da dissertação de mestrado de Margarida Corrêa (1997), que nos revela traços dessa "radicalização crítica" que passou a figurar em algumas pesquisas que lançaram mão dessas fontes históricas:

> Eram esses viajantes legítimos representantes da mentalidade européia da época, cujo padrão de avaliação dos homens e de sua produção se dava, basicamente, por critérios econômicos, de acordo com o êxito e fracasso alcançados. Não é de admirar, portanto, que tenham ajuizado a Capitania/Província de Goiás inadequadamente, emitindo sobre a mesma uma série de mal-entendidos. Ademais, ao revelarem o olhar estrangeiro sobre Goiás, demonstraram como as imagens que foram sendo construídas de fora para dentro acabaram por semear idéias que foram incorporadas pela historiografia regional ao longo do tempo, reproduzindo suas visões de mundo - plenas de atitudes culturais estabelecidas anteriormente, de forte conteúdo discriminatório e racista. Trazendo a postura do "civilizado" diante de uma população "atrasada", atribuíram ao estilo de vida rural de Goiás das primeiras décadas do século XIX o signo da decadência material e moral: as mulheres eram ou reclusas e inibidas ou devassas sem princípios, todas ignorantes; os brancos, libertinos, soberbos e preguiçosos; os negros imorais e os sertanejos, a personificação da apatia e da indolência (CORRÊA, 1997, p. 230).

Pela retumbância produzida por essa tese de Chaul no interior da historiografia regional, cuja ressonância foi até maior na década subsequente, avaliamos que os anos 1990 também foi palco de uma "passagem de cânones interpretativos" relacionados à história de Goiás, ou seja, havia, desde a década de 1970, algumas linhas interpretativas dominantes na historiografia regional, mas que, ao serem revistas nos noventa, foram perdendo sua "hegemonia" como referência para se pensar a história goiana. Elucidemos melhor essa passagem. Em sua tese de livre-docência, Luis Palacin (1972) trouxe uma interpretação que, ancorada nas impressões dos viajantes e relatórios de administradores da capitania/província, fixou a "decadência" como um conceito histórico definidor da historicidade regional no período pós-minerador. Essa leitura de Palacin acabou se convertendo em uma linha interpretativa mestra para se compreender a fisionomia histórica da região, tanto de fins do século XVIII como sobre parte considerável do XIX. Vasculhando as pesquisas históricas elaboradas nas três ultimas décadas do século XX, ficou patente como essa perspectiva interpretativa formulada pelo padre espanhol se lastreou pela

historiografia regional, ficando consagrada como referência histórica para se compreender o passado da região nessa quadra temporal. Embora tenha sido atingida por algumas fagulhas críticas, foi com a revisão historiográfica proposta por Nasr Chaul que essa linha interpretativa predominante foi colocada em xeque, dando lugar a uma outra perspectiva que, com o tempo, galgou ao posto de "cânone interpretativo" que passou a dirigir muitos estudos sobre momentos importantes da história regional dos séculos XVIII ao XX. Depois do empreendimento crítico de Chaul, tornou-se lugar comum entre os pesquisadores de história regional o procedimento de "relativizar" ou até criticar as representações históricas construídas a partir dos relatos dos viajantes europeus, dos capitães-generais ou presidentes de província. A partir de então, os fios interpretativos urdidos por Luis Palacin em seu afamado "Século do Ouro", que outrora agasalhou tantos especialistas que incursionaram pelo passado regional, não mais encontrou tamanha guarida entre os "historiadores goianos", pelo contrário, converteu-se em alvo de constantes críticas, sobretudo, na produção historiográfica da década posterior.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao final dessa incursão historiográfica com a sensação de uma viagem inconclusa. Certamente, essa impressão de incompletude se deva ao fato de saber, após o contato com muitas pesquisas, que vários elementos teóricos, metodológicos e narrativos lançados pela produção histórica acadêmica dos anos 1990 foram assentados, com maior pujança, na historiografia em Goiás ao longo da primeira década do século XXI. Mas a consciência de que se trata de um período em que a produção histórica cresceu exponencialmente no estado e a exigência de se findar esta investigação nos obriga a estabelecer um ponto final, com inclinação para reticências. Em meio a essa sensação conflituosa de que seria interessante seguir avante, mas de que urge a necessidade de encerrar, tomamos conta que, ao "olharmos para trás", é possível visualizar que percorremos um longo caminho e que nossa exploração analítica atravessou momentos e práticas historiográficas fundamentais para se compreender um pouco da história da historiografia produzida em (e sobre) Goiás ao largo do século XX.

Entretanto, antes de nos lançarmos a essa extensa jornada reflexiva, foi importante visitar historiadores brasileiros que praticaram exercícios dessa natureza, mesmo que voltados, em sua maioria, para a análise da historiografia nacional. O esforço empreendido em sistematizar alguns modelos de história da historiografia praticados no Brasil se deve a duas razões primordiais. A primeira reside na tentativa de nos conectar às discussões atinentes a um campo de reflexão (história da historiografia) que vem ganhando vigor no país nos últimos anos. A segunda é que, debruçando sobre tais modelos, tivemos condições de extrair importantes elementos críticos para a consecução de nossa história da historiografia regional. Tendo nosso exercício a preocupação de se orientar por reflexões meta-históricas, conduzimos uma análise sob a luz da teoria da História, mas sempre observando a historicidade a que qualquer pesquisa histórica se encontra relacionada. Elegendo a teoria da História de Jörn Rüsen, sobretudo a concepção de matriz disciplinar, como uma espécie de bússola analítica, procuramos explorar as dimensões normativa, cognitiva e empírica da produção de conhecimento histórico, verticalizando o exame sobre contextos de produção, aspectos teóricos, metodológicos e narrativos que envolveram o "fazer histórico" em (sobre) Goiás nesse alongado período do novecentos.

Por meio desse estudo sobre a história da historiografia regional em Goiás, intentamos chamar a atenção para o fato de que, quando se analisa a historiografia brasileira, é importante

considerar, também, o que as historiografias regionais produziram. Isso porque os trabalhos sobre a historiografia nacional, em sua maioria, construíram certos quadros teórico-intelectuais, ou examinaram determinados procedimentos metodológicos, ou ainda estabeleceram dadas periodizações como sendo características da produção historiográfica elaborada no país como um todo. E vimos que as coisas não foram bem assim, pois da mesma forma que, de fato, existiram semelhanças e apropriações pelas historiografias regionais do que foi produzido em termos nacionais, houve também disparidades, sobretudo, defasagens ou até singularidades que, geralmente, não foram contempladas nessas análises mais amplas. Como ressaltamos, muitas vezes, os historiógrafos acabaram considerando como geral certas questões historiográficas que foram operadas, especialmente, no cenário intelectual paulista e fluminense. Daí a importância de se pensar em uma história das historiografias regionais numa perspectiva comparada, pois estas alcançam particularidades históricas das diferentes regiões brasileiras e determinadas práticas historiográficas peculiares que não conseguiram ser avistadas pelos trabalhos que se debruçaram sobre a produção nacional. Em um país de dimensões continentais, a historiografia nacional, muitas vezes, não foi capaz de, através de seus conceitos e linhas interpretativas mestras, dar conta da multiplicidade histórica das diversas regiões do Brasil.

Após sistematizar alguns tipos de história da historiografia brotados no Brasil, fundamentais como instrumentos de orientação para nossa empreitada, partimos em nossa "bandeira analítica" visando explorar os caminhos percorridos pela historiografia regional em Goiás no século passado. O escopo era o de compreender como foi produzido conhecimento histórico sobre o passado da região em diferentes momentos do período delimitado. No decorrer dessa "expedição reflexiva", constatamos que a história dessa historiografia regional novecentista pode ser pensada a partir de duas fases distintas, cada qual com seu modelo historiográfico característico: a primeira, emanada da escrita de "historiadores autodidatas", cujas pesquisas históricas marcaram a historiografia regional desde as décadas iniciais do século XX até os anos 1960; e a outra, constituída por investigações históricas produzidas por pesquisadores ligados à universidade, formadores de uma historiografia acadêmica pós-1970. Manuseando pesquisas históricas elaboradas em meio a esses dois panoramas, verificamos que os textos historiográficos desses estudiosos, não formados nos quadros da disciplina especializada, guardam singularidades teórico-metodológicas, narrativas e normativas distintas às das pesquisas elaboradas pelos

historiadores que atuaram em uma ambiência acadêmica, embora haja continuidades do ponto de vista interpretativo.

Nessa primeira fase da produção historiográfica regional novecentista, cujo modelo de historiografia predominou no estado desde o início do século até os anos 1960, encontramos uma escrita da História regional tracejada pelas penas de memorialistas, genealogistas, folcloristas e, sobretudo, "historiadores autodidatas". Eram profissionais de diferentes áreas de formação que se investiram da tarefa de pesquisar e narrar a(s) história(s) de Goiás. Debruçando-nos sobre textos de alguns "historiadores autodidatas" goianos, como Americano do Brasil, Colemar Natal e Silva e Zoroastro Artiaga, constatamos a existência de uma produção histórica plasmada, em muitos aspectos, pelos moldes de uma determinada historiografia que o IHGB consagrou no oitocentos. Tratava-se, em geral, de narrativas episódicas, cronológicas, descritivas e fitadas, especialmente, em fenômenos de natureza político-administrativa. Textos construídos sob o formato de súmulas e cujas narrativas eram baseadas em informações extraídas, quase que literalmente, de fontes oficiais, consideradas fidedignas para se conhecer o passado da região. Além de serem narrativas marcadamente políticas, apresentavam-se revestidas de caráter elitista, tendo em vista que esses estudiosos ajustaram suas retinas para as experiências históricas das elites que viveram em Goiás, materializando um relato histórico praticamente ausente de atores sociais pertencentes às camadas sociais menos abastadas.

A despeito do enfoque que esses "historiadores autodidatas" dirigiram à esfera metodológica do conhecimento histórico, manifestado por uma concepção historiográfica disposta em atingir a "verdade dos fatos" a partir do que era extraído da documentação histórica, o "fazer histórico" desses pesquisadores goianos mostrou-se atravessado, vigorosamente, pela tentativa de imprimir um conteúdo exemplar e orientador. Em seus relatos históricos, buscaram estabelecer uma gênese para a história goiana e, na concepção deles, tal origem antecedia à famosa bandeira do Anhanguera no século XVIII. Entretanto, na medida em que tencionaram, em suas narrativas, celebrizar os feitos de Bartolomeu Bueno e eternizar sua morte (o que já havia sido feito por autores do oitocentos), acabaram reforçando esse mito fundacional da história de Goiás. Ao longo do tempo, a repetição dessas versões, cujo enredo histórico foi assentado por vários estudiosos do "passado goiano" (inclusive da historiografia acadêmica), ajudou a fixar uma tradição muito robusta no estado: a reverência à obra do Anhanguera (filho), o lídimo fundador de Goiás. Havia ainda, no interior dessas narrativas, uma inquietação em delimitar e resguardar os limites

territoriais do estado, em enaltecer suas riquezas naturais e delinear um perfil físico-geográfico para a região. Ademais, esses relatos traziam, em seu bojo, um olhar histórico que, muitas vezes, enxergava o passado a partir de seus vínculos nativos. Um dos indícios mais evidentes dessa "leitura nativa" do passado regional reside no filtro interpretativo que tais estudiosos aplicaram às fontes históricas, um olhar sempre predisposto a focar experiências humanas pretéritas que fossem exemplares para seus coestaduanos do presente e da posteridade. Essa leitura do passado, carregada de valores nativos e permeada pelo esforço em delinear os traços de uma identidade pretendida, também costumava esquivar-se de representações negativas construídas sobre Goiás. Nesse sentido, a tão propalada "decadência" da região, cantada em verso e prosa nos relatos de viajantes europeus e relatórios de governadores de capitania e presidentes de província, passou desapercebida nas investidas que esses estudiosos fizeram sobre o passado de seu estado natal.

Enfim, no interior dessas narrativas factuais, cronológicas, fitadas em eventos político-administrativos, caracterizadas por sínteses predispostas a emprestar sentido à história da região, havia o anseio pela reconfiguração da memória histórica regional e por forjar uma determinada "identidade goiana". Marcada pela concepção exemplar de História, na qual o passado é visto como palco de experiências exemplares ao presente e à posteridade, buscava-se não só conhecer o passado da região, mas, sobretudo, resgatar dessas experiências pretéritas, personagens de vulto, feitos importantes, comportamentos exemplares, datas marcantes que pudessem ser fixados como referência para os goianos do presente e do futuro. O ato de registrar e reforçar determinados eventos históricos, por meio de uma narrativa plena de adjetivações e de elementos normativos, denota o esforço por eternizar nomes, imortalizar certos feitos e de reter modelos de agir que se tornassem característicos de uma determinada identidade regional que se pretendia constituir. Em suma, empreenderam uma relação com o passado impregnada pela tentativa de afirmação de uma memória histórica e de uma identidade regional. Mas era preciso incluir, nesse projeto de memória, um "passado-presente" glorioso, a "modernidade" nascente na região. E essa "modernidade" só foi possível devido à intervenção, segundo essas linhas interpretativas, de seu grande artífice: Dr. Pedro Ludovico Teixeira. Se Americano do Brasil viveu pouco tempo para compartilhar dessa interpretação sobre a história goiana "recente", nos textos (e até pronunciamentos) de Colemar Natal e Silva e de Zoroastro Artiaga, já percebemos a busca por monumentalizar os feitos de Pedro Ludovico e por estabelecer uma nova temporalidade para Goiás, fixando a Revolução de 1930 e a construção de Goiânia como emblemas máximos de um

"tempo novo" instaurado na região, "ruptura" esta também encampada por alguns intérpretes da historiografia acadêmica.

No âmago dessa construção discursiva, plena de conteúdo político e cultural, a nova capital, Goiânia, converteu-se em depositária do progresso material, em símbolo das expectativas de um estado que se vislumbrava moderno. Já à antiga capital, a "agora Goiás Velho", incapaz de acompanhar o "desenvolvimento estadual" promovido àquela época pelos "outubristas", ficou reservada a reputação de local das tradições, cidade que simbolizava as glórias de um passado que não deveria ser olvidado. Esse discurso de modernidade, baseado na ótica dos que triunfaram em 1930, encontrou sua guarida institucional e suas primeiras grafias históricas em linhas redigidas por estudiosos ligados ao IHGG, criado em 1932. Com o Instituto Histórico estadual e a atuação dos "historiadores autodidatas" vinculados a seus quadros, a história de Goiás, ao ser escrita, deveria não só recuperar fatos importantes, datas marcantes, reunir personagens célebres, ou narrar eventos político-administrativos de um passado longínquo, era preciso incluir e monumentalizar o recente empreendimento político ludoviquista. Escrever sobre história goiana, dizer quem eram os goianos e apontar para os rumos que deveriam seguir, a partir de "agora", passava, necessariamente, por considerar a dita "modernidade", esse "tempo novo" inaugurado com Pedro Ludovico e ratificado com a edificação de Goiânia.

Esse formato de historiografia praticado pelos "historiadores autodidatas" predominou em Goiás até os anos 60. A partir dessa década, porém, o cenário historiográfico goiano foi ganhando uma nova configuração, o que influenciaria no modo como os historiadores passaram a encarar o seu ofício. A criação da UCG e da UFG e a resultante oferta do curso superior em História (mesmo que, inicialmente, ligado ao de Geografia) contribuíram não só para a formação de professores de História, como também para a constituição de uma leva de especialistas, cada vez mais, interessados em elaborar pesquisas que obedecessem a critérios científicos. Na medida em que foram vivenciando as exigências da vida acadêmica, que foram estreitando o contato com especialistas do cenário nacional, perceberam que as investigações historiográficas elaboradas em Goiás precisavam ser dotadas de alguns critérios teórico-metodológicos que não haviam sido contemplados pelos trabalhos confeccionados até então. Acresce-se a isso o fato de que, na década de 1960, desembarcou em solo goiano um historiador que foi decisivo nos rumos tomados pela historiografia em Goiás: o padre jesuíta espanhol Luis Palacin Gomez. Licenciado em História e tendo concluído seu doutoramento (na Espanha) naquele decênio, Palacin era conhecedor das

discussões teóricas e dos procedimentos metodológicos que estavam na ordem do dia. Já estabelecido em terras goianas, empreendeu novas "visitas" ao passado da região, na busca por confeccionar pesquisas que atendessem aos rigores da disciplina especializada. Embora ainda prevalecesse uma escrita da História como a praticada pelos "estudiosos autodidatas", constatamos que as pesquisas históricas formuladas em fins dos anos 1960, ainda que não publicadas ou defendidas, estavam sendo concebidas, no âmbito da universidade, a partir de outro princípio: o de conferir rigor científico às investigações realizadas. Por isso, incluímos os anos sessenta na abrangência temporal tanto da produção histórica autodidata quanto da acadêmica, pois queríamos evitar a impressão de que a passagem desses modelos historiográficos se deu a partir de uma cesura radical, pois não foi dessa forma que tal mudança se realizou. Pelo fato de esses professores, historiadores e alunos estarem envoltos a outro ambiente intelectual, com outras exigências profissionais e de produção, vivenciando uma nova realidade institucional e dedicando-se, com maior frequência, à pesquisa histórica, é que consideramos a década de 1960 como um "momento de transição". Período em que a institucionalização dos cursos de História na UCG e UFG, cada qual com suas especificidades, somada a atuação de muitos de seus docentes, acabaram por viabilizar as condições para que, nos anos 70, o "fazer histórico" em Goiás experimentasse de uma verdadeira inflexão.

Na década de 1970, as mudanças na concepção e na forma de se produzir conhecimento histórico em Goiás começaram a se materializar a partir de alguns acontecimentos fundamentais: a realização, em 1971, do VI Simpósio Nacional de História da ANPUH em Goiânia, a emblemática defesa de tese de livre-docência por Luis Palacin, em 1972, a criação do Programa de Mestrado em História da UFG, também em 1972, e o doutoramento, na USP, das professoras Dalísia Doles, Maria Augusta S. Moraes e Marivone Chaim, entre 72 e 73. A conjunção desses fenômenos demonstrou que a produção historiográfica em Goiás, a partir daquela quadra, marchava para novos rumos e adquirira uma nova fisionomia, possível de ser notada nas teses de Luis Palacin, Dalísia Doles, Maria Augusta S. Moraes, Marivone Chaim e nas dissertações de mestrado elaboradas no interior do Programa de Mestrado em História da UFG. Era a produção historiográfica acadêmica em seu prelúdio, estabelecendo um diálogo mais próximo com a comunidade científico-acadêmica no Brasil e delineando uma história regional com novos contornos historiográficos. Essa inflexão experimentada pelo "fazer histórico" em Goiás foi, sobretudo, de ordem teórico-metodológica: o exame crítico das fontes históricas utilizadas, o

cuidado metodológico, o recurso a aportes teóricos debatidos no universo acadêmico, a predominância de uma história econômico-social em face de uma história político-administrativa, a estratégia analítica e temática se sobrepondo à descritiva e factualista, a produção/apropriação de conceitos históricos e a formulação de hipóteses que passariam pela crítica de membros da comunidade acadêmica. Em suma, elementos que refletiam a preocupação com a validação científica dos resultados investigativos.

Não se tratava mais de um círculo de estudiosos, com formações profissionais diversas, os quais, além de emprestarem suas capacidades de autodidatismo à docência e à escrita da História em Goiás, também exercitavam suas atividades intelectuais por meio de um forte vínculo com questões emanadas da cena política do estado. A partir de então, tratava-se de uma corporação de especialistas que, tendo a História como ofício, dedicaram-se ao ensino e à pesquisa de História no estado. Eram historiadores praticando seu ofício em meio a outro cenário, o dos debates acadêmicos e das discussões sobre a disciplina histórica como campo científico especializado no conhecimento do passado humano. Enfim, era uma ambiência de produção intelectual composta por pesquisadores preocupados com as exigências da universidade e menos comprometidos com instituições ou com a arena política estadual.

Ademais, nessa nascente produção historiográfica acadêmica, o demasiado factualismo, a cronologia histórica e a estratégia descritiva foram preteridas em prol de uma História mais temática, impregnada de uma postura mais analítica, formuladora de problemas e de hipóteses. Diferentemente da produção histórica autodidata que se notabilizou por narrar a(s) história(s) de Goiás, exclusivamente, por meio de uma história política, a historiografia acadêmica, na década de 1970, iniciou seu percurso a partir de um caminho marcado, predominantemente, por pesquisas no âmbito da história social.

Mas não há como negar que, assim como em outros programas de pós-graduação em História instituídos no Brasil, o Mestrado em História da UFG recebeu uma forte influência dos debates historiográficos oriundos da Universidade de São Paulo. Esta instituição foi decisiva, principalmente através do professor Eurípedes Simões de Paula, na criação do Programa de Mestrado em História da UFG, pois além de viabilizar o convênio inaugurador do programa, disponibilizou professores de seus quadros para ministrar as disciplinas e orientar os estudantes goianos. Além disso, foi notável a quantidade de historiadores radicados em Goiás que buscaram doutorar-se na USP. Destarte, tendo como referência as reflexões teóricas e práticas

metodológicas exercitadas nessa universidade paulista, a produção historiográfica acadêmica em Goiás erigiu-se, nos anos 70, a partir de esteios teóricos do marxismo e da historiografia francesa dos *Annales*. No tocante a influência historiográfica dos franceses, Palacin também teve um peso importante, pois suas primeiras pesquisas sobre história regional foram amparadas, do ponto de vista teórico, em conceitos extraídos dos *annalistes*. Nesse desenho renovado da historiografia regional, notamos a presença difusa de feixes teóricos dessas duas matrizes, marxismo e *Annales*, que, em alguns casos, acabaram se entremeando. Todavia, é preciso registrar a presença, um pouco maior, de elementos teóricos dos *annalistes* do que do marxismo na historiografia regional dos anos setenta.

Quanto à esfera metodológica, outras fontes, que não só os documentos oficiais, ganharam visibilidade, pois a historiografia acadêmica já emergiu tendo uma concepção mais larga do que se entendia por fonte histórica. Outras diferenças metodológicas ficaram visíveis, sobretudo no campo da heurística, da crítica das fontes e da interpretação. Do ponto de vista heurístico, passou a ser procedimento comum não só a distinção entre fonte histórica e referência bibliográfica, como também a classificação dos tipos de documentos utilizados. Para além da mera extração das informações contidas na documentação, esses historiadores acadêmicos, em sua maioria, passaram a submeter o conteúdo dessas fontes à crítica: duvidaram de determinadas informações, concordaram ou se apropriaram de outras, demarcaram suas limitações, salientaram sua riqueza e seu potencial informativo. Enfim, estabeleceram uma relação com os documentos históricos balizado pela crítica. Há que se ressaltar, ainda, que esses procedimentos metodológicos resultaram em uma outra prática não muito exercitada pela historiografia anterior: o levantamento de problemas e a formulação de hipótese, as quais, ulteriormente, teriam sua fundamentação avaliada por membros da comunidade científica especializada.

Constatamos que, nesse novo contexto da historiografia regional, a tese de livre-docência de Luis Palacin (*Goiás 1722-1822: estrutura e conjuntura numa capitania de minas*) constituiu-se na pesquisa inauguradora dessas mudanças historiográficas que foram operadas no "fazer histórico" em Goiás a partir daquela década. Nessa investigação, é possível pontuarmos vários elementos teórico-metodológicos (já citados) desses novos moldes de se praticar pesquisa histórica em Goiás. Além disso, no que se refere a seu conteúdo, Palacin formulou algumas proposições históricas que se converteram em linhas interpretativas mestras sobre a história goiana e que foram continuamente repetidas na historiografia regional até os anos 1990. Foi a partir desse

texto historiográfico que a "decadência" da sociedade goiana no período pós-minerador constituiu-se em um *conceito histórico* que se espraiou pela historiografia regional. Com Palacin, a "decadência" não se tratou de um mero vocábulo significador do declínio de uma atividade econômica, mas representou um quadro social, econômico e cultural (com reflexos até psicológicos) que definiu a realidade goiana do último quartel do século XVIII e em grande parte do XIX. Por meio do contato com fontes históricas do setecentos e do oitocentos, sobretudo os relatos dos viajantes europeus e relatórios de governadores e presidentes de província, Palacin absorveu uma determinada leitura sobre a realidade goiana do período e fixou a "decadência" como um conceito definidor da fisionomia histórica da região nessa quadra temporal.

Nesse "nó interpretativo-metodológico" assenta uma outra diferença em relação à produção histórica autodidata. Enquanto os estudiosos da primeira fase, que também tiveram contato com algumas dessas fontes, produziram uma espécie de "desfocalização da decadência", ofuscando uma possível representação negativa de Goiás e dos goianos do passado, a historiografia acadêmica, a partir da tese de Luis Palacin, engendrou a "fixação da decadência" como um retrato social, econômico e cultural que marcou a região com a decrepitude da atividade mineradora. A "leitura nativa do passado" e o projeto de identidade regional, contidos na grafia histórica dos estudiosos autodidatas, eclipsaram esse desenho cultural e social negativo tracejado por governadores de capitania, presidentes de província e, especialmente, pelos naturalistas e viajantes europeus que palmilharam os caminhos goianos no século XIX. Em contrapartida, essa "leitura adventícia", extraível dessas fontes do oitocentos, foi apropriada por Palacin e, desde então, acabou se lastreando pela produção historiográfica em Goiás. Por derradeiro, cabe assinalar, com relação a essa clássica obra do jesuíta espanhol, que, indubitavelmente, foi a pesquisa que mais ressoou entre os historiadores que se dedicaram à história regional, pelos menos entre os trabalhos confeccionados até o final do século XX.

Outra importante mudança em relação a esses dois modelos de historiografia diz respeito às questões situadas nas dimensões narrativa e de orientação do conhecimento histórico. Com o advento da produção historiográfica acadêmica, houve o evidente afastamento de uma escrita da História permeada por um conteúdo exemplar, fixada por narrativas repletas de funções pedagógicas. Em sua tipologia da constituição histórica de sentido, Jörn Rüsen assinalou que quando se elabora narrativas históricas revestidas de contornos científicos, geralmente, o *topos* historiográfico que passa a sobrepujar é o do "tipo genético". E foi, justamente, o esvaecimento do

*topoi* "exemplar" e o ascender do "genético" que a historiografia regional exprimiu a partir da instalação dessa produção acadêmica na década de 1970. Diferentemente da tentativa de conformação de uma identidade regional, ajustada a um projeto orientador que dissesse quem eram os goianos, de onde vieram, para onde e de que forma deveriam seguir (preceitos inscritos à produção histórica autodidata), a historiografia regional, "agora", pretensamente científica, objetiva, pautada em princípios de racionalidade, vinculou-se à satisfação de outras *carências de orientação*. Esses "novos" *interesses* cognitivos pelo conhecimento do passado estiveram conectados à tentativa de concreção de outras *funções orientadoras*, portanto, ligaram-se a esforços de afirmação de outras identidades, mais "fragmentadas" e "específicas". E isso foi possível de se perceber em pesquisas elaboradas nas três últimas décadas do século XX. Nos anos 70, por exemplo, localizamos, em muitas obras historiográficas, o esforço por afirmação de uma "identidade intelectual-profissional", por assim dizer, uma "identidade-historiadora", além de outros trabalhos que abrigaram a tentativa de conformação de identidades ligadas à "proveniência (ou pertencimento) social ou étnica".

Feita essas distinções entre a produção histórica autodidata, que predominou no cenário historiográfico goiano até a década de 60, e a historiografia acadêmica, que emergiu a partir dos anos 70, é preciso ter presente que esta última promoveu, de fato, uma inflexão no "fazer histórico" em Goiás, se diferenciando, em vários aspectos, do modelo de historiografia que grassou no estado até então. Entretanto, a produção historiográfica acadêmica não apresentou, em seu *modus operandi*, as homogeneidades possíveis de serem vistas no "fazer histórico" autodidata. Apesar de algumas diferenças pontuais entre seus autores, a preservação de muitas características historiográficas entre os estudiosos autodidatas, permitira-nos abarcar um largo período da historiografia regional a partir de amostras extraídas de investigações realizadas por três pesquisadores distintos. Já com relação à historiografia praticada no meio universitário, esta, ao longo das últimas décadas do século XX, não comportou tantas homogeneidades como a historiografia autodidata, até porque congregou um número bem maior de pesquisadores que procuraram se especializar em diferentes campos do conhecimento histórico e a partir de distintas orientações teórico-metodológicas. Mesmo em meio à diversidade dessa historiografia, buscamos, incessantemente, enxergar o que se repetia, mas atentos ao heterogêneo. Debruçando-nos sobre essas pesquisas, percebemos que, embora aparentasse uma abordagem tradicional, seria pertinente dispor a historiografia acadêmica em décadas. Tal periodização interna dessa historiografia não

representou a tentativa de se estabelecer fases estanques, como se a cada decênio nascesse um determinado tipo de produção que decretasse a falência do que foi praticado na década anterior. Todavia, não se tratou, também, de uma organização temporal fortuita, pois embora avistássemos continuidades historiográficas entre uma década e outra, coincidentemente, encontramos rupturas que se deram no início de cada um desses três últimos decêndios do novecentos. Daí nossa proposta de examinar a historiografia regional acadêmica a partir da disposição em décadas de 1970, 1980 e 1990.

Posto isso, retomemos nossa explicação conclusiva alcançando a historiografia acadêmica produzida nos anos 80. Nesse momento, o Programa de Mestrado em História passou a funcionar, efetivamente, com os poucos professores doutores de seu quadro, os quais ainda atendiam, juntamente com outros docentes, o curso de graduação. Nessa década, apesar das sérias dificuldades que o Programa de Mestrado enfrentou para continuar suas atividades, acabou definindo uma nova área de concentração ("História das Sociedades Agrárias"), que perdurou mais de vinte anos, e que influenciara, sobremaneira, nos rumos da historiografia regional em Goiás.

Nesse contexto historiográfico dos anos 80, os estudiosos do "passado goiano" passaram a destinar maior evidência à esfera teórica do trabalho historiográfico. Entendemos que essa tentativa de se praticar reflexão teórica representou uma mudança de ênfase na *matriz disciplinar* da produção historiográfica em Goiás, pois, doravante, a dimensão teórica da operação historiográfica não seria mais ofuscada pela grande atenção que se dedicava à dimensão metodológica. Em relação às pesquisas confeccionadas nesse período, constatamos que, nesse cenário em que se buscou dar visibilidade ao plano teórico, a história de (em) Goiás foi avistada, fundamentalmente, por meio de lentes teóricas marxistas.

Dentre as várias vertentes marxistas acessadas, um autor, em especial, foi muito requisitado pelos pesquisadores dessa época: o sociólogo paulista José de Souza Martins. No tocante a variedade de temas, conceitos e interpretações que vieram entrecortadas por perspectivas do marxismo, verificamos o grande interesse, por parte desses pesquisadores, em localizar experiências de "modernização" ocorridas em Goiás, assim como em captar diferentes expressões de "ideologia" manifestadas ao longo da história goiana.

Diferentemente da produção histórica dos anos 70, notamos, nos oitenta, um empalidecer da influência historiográfica dos *Annales* nas investigações realizadas no estado. Do mesmo modo,

encontramos algumas pesquisas amparadas nas reflexões teóricas de Max Weber, mas representou uma influência analítica modesta e pontual. Entre a presença, praticamente, inexpressiva dos *Annales* e as visitas circunstanciais ao instrumental teórico de Max Weber (cuja recepção entre os historiadores goianos carecia de maior aprofundamento), o que percebemos foi a preferência desses estudiosos do passado regional em operar com noções, categorias ou conceitos oriundos de diferentes correntes marxistas, as quais dominaram a cena historiográfica goiana naquela década.

Se, no tocante à dimensão teórica, observamos que diferenças consideráveis se estabeleceram no "fazer histórico" em Goiás, principalmente, quando comparamos a produção dos anos 70 e 80, na esfera metodológica não houve grandes mudanças. À exceção do investimento feito em fontes iconográficas, do uso mais frequente de fontes orais e da publicação de séries documentais, o que vimos, em sua maioria, foram pesquisas amparadas em documentos também dantes valorizados. No entanto, percebemos que novos enfoques foram lançados sobre essas "antigas fontes", muitos deles, em razão da orientação teórica adotada, ou então, estimulados pela especialidade acadêmica de algumas das pesquisadoras.

Nesse cenário historiográfico, a importância dirigida aos aspectos teóricos do exercício historiográfico incidiu não somente sobre os conceitos trabalhados, ou sobre as abordagens adotadas ou linhas interpretativas tecidas. Esses feixes teóricos atingiram, também, a dimensão narrativa e orientadora do conhecimento histórico produzido nessa época. Em um contexto em que as diferentes correntes marxistas se impuseram no jogo de forças intelectuais, definindo a tônica do "fazer histórico" em Goiás, avaliamos que muitos desses historiadores procuraram, explicita ou implicitamente, afirmar sua orientação teórica como um referencial mais "seguro", "confiável" e "operatório" para a produção de conhecimento sobre a experiência humana do passado. Portanto, em muitas dessas narrativas com suportes teóricos oriundos do marxismo, visualizamos o esforço por afirmação de uma "identidade teórica" que, em alguns casos, ganhou fortes propriedades políticas.

No último itinerário dessa expedição reflexiva, visitamos a produção historiográfica dos anos 1990, a mais volumosa dentre os períodos da historiografia acadêmica que analisamos. Desde o início da década, houve um notável crescimento do número de pesquisas históricas no estado, além de ter sido um momento em que novos ventos historiográficos começaram a soprar no ambiente acadêmico goiano. Mas é preciso reforçar: essas novas brisas não dominaram a atmosfera historiográfica goiana imediatamente, elas foram circulando em meio a outras correntes

já existentes e, aos poucos, foram ganhando densidade. Isso significa que, até meados da década, as perspectivas de interpretação marxistas continuaram grassando no interior da produção histórica regional, o que, de certo modo, representava uma continuidade em relação ao painel historiográfico dos anos 80. Todavia, a partir da segunda metade da década, na medida em que os trabalhos com sustentação teórica marxista foram diminuindo, aumentou a quantidade de investigações inspiradas em elementos teórico-metodológicos oriundos da chamada "Nova História" e, posteriormente, da cognominada "História Cultural". Nesse sentido, enxergamos a década de 1990 como uma fase de "trânsito entre caminhos historiográficos". Período em que o espaço acadêmico goiano experimentou o cruzamento de diferentes vias historiográficas, o marxismo e a "Nova História" (depois "História Cultural"), matrizes intelectuais que se encontraram e se repulsaram, estabeleceram limites, mas também promoveram inter-relações. Fase de coexistência conflituosa entre "antigas" e "novas" perspectivas historiográficas. Momento em que o território historiográfico goiano foi transformado em zona de contato, de fricção, mas que, ao final da década, foi se acomodando ao ajuste, adequando-se às novas diretrizes teóricas que se estabeleciam como predominantes. Enfim, entendemos que a produção historiográfica regional dos anos 1990 experimentou um período, ao mesmo tempo, "de fronteira" e "de passagem historiográfica", ou seja, foi um contexto em que se deu não só choques de perspectivas de interpretação como também a paulatina transferência da "hegemonia" teórica das correntes marxistas para as diversas vertentes da "história cultural", cujo predomínio teórico foi sedimentado, de fato, na década subsequente.

Os temas e objetos históricos explorados ao largo dessa década denunciaram a coexistência dessas diferentes orientações historiográficas que transitaram no período. Do predomínio de pesquisas com sustentação teórica marxista à gradativa ascensão de investigações com arcabouços teóricos da "Nova História" e "História Cultural", verificamos que o próprio marxismo, em grande medida, não fora só aquele adotado nos anos 1980. Além da influência das análises de autores ligados à esquerda brasileira, como José de Souza Martins, José Graziano da Silva e Francisco de Oliveira, ficou perceptível a aproximação com novas linhas interpretativas, matizadas por correntes como a Escola Social Inglesa, sobretudo, com Edward Thompson, ou por teorizações promovidas por Antonio Gramsci. Em meio a esse predomínio teórico marxista, mantido até a primeira metade de decênio, algumas matrizes historiográficas ligadas à "Nova História" também começaram a se infiltrar em trabalhos confeccionados no início da década.

Nesse tráfego entre matrizes teóricas, constatamos o afã de muitos historiadores em recuperar as experiências dos chamados "excluídos da história". Dentre as novas propostas historiográficas que começaram a circular na comunidade de historiadores do estado, compreendemos que a história do cotidiano tenha sido uma das tendências analíticas mais praticadas e que mais nos informaram sobre esse "trânsito" e essa (gradativa) "passagem" de perspectivas de interpretação que caracterizara esse "período de fronteira historiográfica".

Identificamos, ainda, alguns caminhos escolhidos pelos pesquisadores em Goiás para se abrigarem à sombra teórica da "História Cultural", sobretudo a partir da segunda metade da década. A primeira aproximação foi com autores ligados à tradição francesa da *Nouvelle Histoire* (Le Goff, Georges Duby, Michel Vovelle, Roger Chartier). Depois, afluíram influências teóricas como a de Carlo Ginzburg, Michel Foucault, Mikhail Bakhtin, dentre outros. Entretanto, constatamos que, em geral, foram apropriações teóricas que se mostraram diluídas e, em certos casos, até fragmentárias, pois havia uma tendência de se extrair, de um e de outro autor, os elementos teóricos e metodológicos que fossem mais apropriados às suas análises.

Esse interesse gradativo em estudar os fenômenos humanos localizados no âmbito da cultura, manifestado ao longo dos anos 90, pôde ser evidenciado pelos novos "objetos" e "temas" que emergiram a partir dessa década. Outros reflexos da chegada dessas novas tendências teóricas puderam ser vistos no uso repetido de conceitos como os de "representação", "imaginário" e "identidade"; nos novos enfoques dirigidos às fontes históricas; na adoção de novas metodologias como a "análise do discurso" e por algumas mudanças no âmbito da escrita da História.

Do ponto de vista metodológico, assim como nos anos 1970 e 1980, os documentos oficiais continuaram sendo as fontes históricas mais acessadas para se estudar a experiência histórica regional. No entanto, outras fontes foram de extrema valia para a pesquisa em história regional: os documentos eclesiásticos e cartorários (sobretudo, testamentos e inventários), a literatura, as fontes orais e arquitetônicas, mas, especialmente, os periódicos e os relatos dos viajantes europeus do oitocentos foram muito utilizados por esses especialistas. No tocante às estratégias analíticas, o estudo de caso e a análise do discurso emergiram como instrumentos metodológicos de exploração das fontes históricas selecionadas. Esse último recurso metodológico foi viabilizado a partir de uma aproximação com teóricos ligados aos estudos sobre a linguagem, como Mikhail Bakhtin, Michel Foucault e Hayden White. Outro indicativo da força que essas novas tendências teóricas passaram a ganhar na produção historiográfica em Goiás esteve

relacionado à escrita da História. Nesses trabalhos confeccionados nos anos 1990, mormente aqueles situados na segunda metade da década, os pesquisadores passaram a dar maior atenção aos aspectos estilísticos do texto historiográfico.

Uma especificidade da produção historiográfica regional da década de 1990 foi o crescimento considerável de trabalhos voltados para a história local. Enquanto na década anterior, as investigações estiveram, quase em sua totalidade, voltadas para fenômenos relacionados à história goiana (como um todo), nos noventa, verificamos um maior investimento em temáticas subsumidas à história local. Na maioria dessas pesquisas de história local, ou naquelas dedicadas a objetos históricos mais específicos, foi possível perceber, ainda, a opção demonstrada por muitos autores por delimitações temporais mais alongadas, o que se diferenciou da produção dos anos 80, que optou, quase em sua totalidade, por recortes temporais mais abreviados.

Na intersecção entre as esferas narrativa e de orientação do conhecimento histórico, verificamos que, do mesmo modo como ocorreu na produção historiográfica regional dos anos 70 e 80, a construção das narrativas pela historiografia acadêmica desse período não esteve ligada a um princípio identitário voltado para os goianos em geral, como foi o caso da historiografia autodidata. A elaboração delas, em sua maioria, esteve atrelada à afirmação de identidades mais "fragmentadas". Nas pesquisas dessa década, identificamos vários "interesses cognitivos" pelo conhecimento do passado humano relacionados à específicas "funções de orientação", mas pelo grande volume de investigações, procuramos agrupar algumas pesquisas em que esses "interesses" pela experiência humana do passado apresentaram semelhanças entre si. Foram os casos daquelas inquirições historiográficas, cuja escolha do objeto histórico e desenvolvimento metodológico-narrativo estiveram entremeados a questões ligadas a um "engajamento social/religioso"; e daqueles estudos em que seus autores alimentaram uma relação de pertencimento (ou identificação) com uma determinada "região/município", muito comum nos trabalhos de história local.

Nessa peregrinação pelas vias historiográficas pavimentadas pela produção dos anos 90, deparamo-nos com investigações em que seus autores, ao "(re)visitarem" o passado da região, acabaram revisando certas linhas interpretativas fixadas pela historiografia regional. Algumas análises se mostraram predispostas a rever proposições relativas à história goiana do oitocentos, já outras pretenderam reexaminar asserções históricas construídas, principalmente, sobre os anos 1930 em Goiás. Desse modo, evidenciamos os empreendimentos críticos dessa natureza,

dedicando especial atenção à proposta de revisão historiográfica que mais se alastrou entre os especialistas em história de Goiás, a elaborada pelo professor Nasr Fayad Chaul em sua tese de doutorado intitulada *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*.

Apesar de ter alcançado amplo reconhecimento por esse projeto de revisão historiográfica (e com méritos), vimos que desde a década de 1970, outros historiadores, como Paulo Bertran e Sérgio Paulo Moreyra, vinham lançando um olhar crítico sobre algumas interpretações que se sedimentaram na historiografia regional e que foram questionadas, nos anos 1990, por Chaul. Mesmo tendo sido defendida em 1995, a repercussão dessa crítica historiográfica já pôde ser sentida na segunda metade dessa mesma década. Dentre as linhas revisoras propostas por Chaul, aquela que mais viçou entre os historiadores regionais foi sua crítica a criação do estigma da decadência que perpassou a interpretação dos viajantes, cronistas, administradores e estudiosos da história regional. Entranhada nessa crítica alojava-se seu diagnóstico sobre uma "leitura alienígena" que interpretou a realidade goiana do passado a partir de valores e referenciais europeus, construindo, assim, imagens negativas sobre as experiências e sujeitos históricos que viveram em Goiás.

Em nossa compreensão, essa crítica historiográfica encaminhada por Nasr Chaul abrigava (assim como a de Paulo Bertran) a tentativa de se pensar os fenômenos históricos regionais a partir de um "olhar nativo", cioso em enxergar a temporalidade própria a que estavam imersos esses sujeitos do passado; atento compreender as particularidades sociais, econômicas e culturais dessas experiências históricas; cauteloso em relação às leituras comparativas que cotejavam a realidade goiana com a de outras regiões e que, na acepção desses críticos em certo sentido, "distorciam" a compreensão acerca dessa historicidade do "sertão". Enfim, um olhar que, ao questionar essas leituras assentadas sobre a história de Goiás, desejava reordenar a identidade histórica regional.

Depois dessa revisão historiográfica realizada na década de 1990, tornou-se comum entre os pesquisadores de história regional o procedimento de "relativizar" ou até criticar as representações históricas formuladas com base nos relatos dos viajantes europeus, dos capitães-generais ou presidentes de província. E pela grande ressonância encontrada pela proposição crítica de Chaul no cenário historiográfico regional, cujos ecos foram ainda maiores na primeira década do século XXI, entendemos que a mesma tenha se estabelecido, sobrepondo-se à tese de Luis Palacin, como uma espécie de "cânone interpretativo" sobre a história regional, pois passou a

orientar muitos estudos acerca do passado da região, mormente aqueles dedicados a fenômenos ocorridos nos séculos XVIII e XIX.

Conforme se viu, na década de 1990, a produção historiográfica em Goiás trilhou caminhos semelhantes aos percorridos, em grande medida, pela historiografia de outras regiões do país. Assinalada por um encontro, cheio de conflitos, aproximações, repulsas, intersecções, entre perspectivas teóricas marxistas e as da "Nova História", a produção histórica regional dessa fase foi se avizinhando, gradativamente, de vertentes teóricas ligadas à "História Cultural", que, na década subsequente, tornar-se-iam na maior referência historiográfica entre os historiadores em Goiás. Marcada, até a primeira metade do decênio, pela "hegemonia" teórica do marxismo, a historiografia regional recorreu a autores até então não explorados para se analisar o passado da região, como Thompson e Gramsci. Aos poucos, esses especialistas foram se abrindo para o estudo dos fenômenos culturais, postura recrudescida na medida em que a influência da "História Cultural" ganhava vigor. Nessa candência por "novos objetos", "novos temas", "novas abordagens", entendemos que a renovação, ocorrida na produção histórica regional, foi mais temática e no tocante às perspectivas de interpretação, as quais se mostraram, cada vez mais, atentas à dimensão simbólica das experiências humanas pretéritas. Entretanto, em comparação aos espaços de produção historiográfica localizados no sudeste, essas propostas renovadoras desembarcaram em Goiás um pouco mais tardiamente, sendo apresentadas somente em trabalhos confeccionados nos anos 1990. Constatamos, ainda que esse esforço por renovação, num primeiro instante, esteve marcado por um déficit teórico, tendo em vista que determinadas perspectivas, conceitos e propostas metodológicas, advindos dessas vertentes ligadas à "História Nova" (e posteriormente, à "História Cultural"), acabaram sendo abraçadas sem o amadurecimento sobre suas propriedades reflexivas, bem como sobre seus limites, exceção seja feita a alguns trabalhos formulados no final da década, os quais já estavam mais familiarizados com os debates historiográficos que perpassaram os anos noventa.

Por derradeiro, desejamos reforçar que essa tese de doutorado abrigou o esforço em analisar uma produção historiográfica que ainda não havia sido fitada em seu conjunto e nem explorada por um exercício reflexivo a que chamamos de história da historiografia. Concebida e formulada no seio de seu próprio espaço de produção histórica, pois dele é parte constituinte, nossa investigação se dispôs a praticar uma espécie de autocrítica, uma autoanálise sobre os diferentes modos que uma determinada historiografia, ao longo do novecentos, elaborou

conhecimento histórico sobre as experiências do "passado regional". Esse "olhar no espelho" foi, extremamente, desafiador, pois, a todo instante, empenhamo-nos em enxergar, nos distintos momentos da história dessa historiografia, as homogeneidades, as similitudes ou as tendências encontráveis entre as pesquisas confeccionadas, mas, ao mesmo tempo, tentamos não deixar de perceber a diversidade, a heterogeneidade ou aquilo que diferia do ordinário. Tarefa que se mostrou muito complexa diante de tantas pesquisas históricas que manuseamos. Nesse "fitar sobre si(nós) mesmo(s)", buscamos, ainda, situar as rupturas, mas atentos às continuidades; procuramos localizar os consensos, os ajustes, mas sem eclipsar as tensões, os conflitos, as interdições ou as sobreposições que ocorrem em qualquer espaço de produção historiográfica em diferentes épocas. Enfim, nesse trabalho hermenêutico da historiografia, sempre preocupado em pensar esses produtos intelectuais em sua historicidade, tencionamos investigar criticamente momentos e operações historiográficas fundamentais para a compreensão da história de nossa própria disciplina em Goiás no século XX.

**FONTES**


ABREU, Eurípedes B. de F. **Contatos interétnicos em Goiás colonial.** Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1992.

AFONSO, Lúcia H. R. **O Partido Comunista no Brasil (1945-1947). Suas Propostas na Região Centro-Oeste**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1982.

ALDIGHIERI, Mário. **Josimo: uma vida no conflito social do Bico do Papagaio**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1992.

ALENCAR, Maria Amélia Garcia. **Estrutura Fundiária em Goiás: consolidação e mudanças (1850-1910)**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1982.

ALENCASTRE, José Martins P. de. Annaes da Provincia de Goyaz. **Revista do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, Tomo XXVII, 2ª parte, 3º Trimestre, p. 05-186, 4º Trimestre, p. 299-349,1864 e Tomo XXVIII, 2ª parte, 3º Trimestre, p. 05-167, 1865.

ALVES, Neuza M. B. **Agricultura e indústria: o poder no complexo agroindustrial (estudo de caso da empresa Arisco)**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1994.

AMADO, Wolmir T. **A Igreja Católica e Questão Agrária em Goiás (década de 50 e meados de 60)**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1992.

AMORIM, Wilma M. **O amarelo da soja invade o cerrado**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1996.

AMORIM, Eron M. de. **Morrinhos: coronelismo e modernização (1889-1930)**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1998.

ANAIS do V Simpósio Nacional da Associação dos Professores Universitários de História (APUH). **Portos, Rotas e Comércio**. São Paulo, 1971.

ANAIS do VI Simpósio Nacional da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH). **Trabalho livre e trabalho escravo**. São Paulo, 1973.

ANZAI, Leni Caselli. **Vida cotidiana na zona Rural do Município de Goiás: 1888-1930**. Goiânia: Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História da UFG, 1985.

ABUÉS, Margareth P. **A migração e a construção de uma (nova) identidade regional: Gurupi (1958-1988)**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1995.

ARRAIS, Cristiano P. A. **Cidades e Identidades de Fronteira (um estudo sobre a construção de Goiânia a partir do conceito de momento de fronteira).** Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 2003.

____. **Mobilidade Discursiva: o periodismo político em Goiás**. Goiânia: Ed. da UFG, 2013.

ARTIAGA, Zoroastro. **Contribuição para história de Goiaz**. Uberaba: Gráfica Triângulo, 1947.

____. **História de Goiás: síntese dos acontecimentos da política e da administração pública de Goiás, de 1592 a 1935 (tomo I)**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1959.

____. **História de Goiás: relato de acontecimentos históricos goianos de 1592 a 1946 (tomo II)**. Goiânia: s.n, 1961.

AQUINO, Napoleão A. de. **A construção da Belém-Brasília e a modernidade no Tocantins**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1996.

ATAÍDES, Jézus M. de. **Sob o signo da violência: colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil Central.** Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1991.

BARREIRA, Celene C. M. A. **Região da Estrada do Boi: usos e abusos da natureza**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1989.

BARRETO, Roseli de F. B. N. **As estratégias de memória em Goiás: política cultural e a criação do Museu Pedro Ludovico**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 2001.

BERTAZZO, Giuseppe. **De Veneza à Nova Veneza: imigração italiana em Goiás (1912**). Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1992.

BERTRAN, Paulo. **Formação Econômica de Goiás**. Goiânia: Oriente, 1978.

____. História Econômica de Goiás. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás**. Goiânia, nº 08, p. 97-104, 1978.

____. A Memória Consútil e a Goianidade. **Revista UFG**, Goiânia, ano VIII, n. 1, junho, p. 62-67, 2006.

____ (Org.). **Notícia Geral da Capitania de Goiás em 1783**. 2ª Edição. Goiânia: ICBC, 2010.

BITTAR, Maria J. G. **As três faces de Eva na Cidade de Goiás**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1997.

BITTENCOURT, Libertad B. **Produção familiar e estratégias produtivas em Goiás (estudo em sete municípios)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1995.

BORGES, Barsanufo Gomides. **O Despertar dos Dormentes**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias, 1982.

____. O Despertar dos Dormentes: a penetração da Estrada de Ferro em Goiás. **Revista do ICHL**, Goiânia, v. 2, n. 2, p. 291-307, 1982.

____. **Goiás: "Modernização" e Crise (1920-1960)**. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Universidade de São Paulo, 1994.

____. **Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960**. Goiânia: Ed. UFG, 2000.

BRASIL, A. Americano do. Cunha Mattos em Goiás – 1823-1826. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, tomo 96, vol. 150, 1924, p. 177-253.

**____. Súmula de História de Goiás.** 2ª Ed. Goiânia: Departamento Estadual de Cultura, 1961.

____. **Pela história de Goiás**. Goiânia: Ed. da UFG, 1980 (Coleção Documentos Goianos).

BRITO, Maria H. de O. **A Colônia Alemã do Uvá - Uma Tentativa Oficial de Colonização em Goiás (1924- 1954)**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em Pós-Graduação em História da UFG, 1982.

____. **A Colônia Alemã do Uvá (1924-1954)**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992 (Coleção Documentos Goianos nº 20).

BUENO, Marielys Siqueira. **Macaúba - Uma Aldeia Karajá em contato com a Civilização.** Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História. Universidade Federal de Goiás, 1976.

CÂMARA, Jaime. **Os Tempos da Mudança**. Goiânia: Cultura Goiana, 1967.

CAMPOS, Francisco Itami. **Coronelismo em estado periférico: Goiás na Primeira República**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais. Programa de Mestrado em Ciência Política, 1975.

____. **Coronelismo em Goiás**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1983.

____. **Coronelismo em Goiás**. 1ª Reimpressão. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1987.

CAMPOS FILHO, Romualdo P. **A esquerda em armas: história da Guerrilha do Araguaia (1972-1975)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1995.

CAMPOS JÚNIOR, Paulo Borges. **A transferência da sede da "Goiás" para Goiânia (1954).** Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1998.

CAPEL, Heloísa S. F. **Flores de Goiás: tradição e transformação**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1990.

CARNEIRO, Maria E. F. **A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas.** Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1982.

____. **A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1988 (Coleção Teses Universitárias nº 42)

CASTRO, Ruth C. G. de. **MEB: uma estratégia de comunicação com o homem do campo.** Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1992.

CASTRO, José Luiz de. **A organização da Igreja Católica na Capitania de Goiás (1726-1824).** Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1998.

CAVALCANTE, Maria do E. S. **O movimento separatista do norte de Goiás (1821-1988)**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1990.

CHAIM, Marivone M. **Aldeamentos indígenas e sua importância no povoamento da capitania de Goiás no século XVIII (1749-1811).** Tese de Doutorado em História. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Universidade de São Paulo, 1973.

____. **Os aldeamentos indígenas na Capitania de Goiás: sua importância na política de povoamento (1749-1811)**. Goiânia: Oriente, 1974.

____. A Idade do Ouro e a Paisagem Social Goiana. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.** Goiânia, nº 05, p. 59-68, 1976.

___. **A Sociedade Colonial Goiana**. Goiânia: Oriente, 1978.

____. **Sociedade Colonial (1749-1822)**. 2ª ed. Goiânia: Secretaria de Cultura. 1987.

CHAUL, Nasr N. F.; ALENCAR, Maria A. 1930: das generalizações à análise regional. **Revista do ICHL**, Goiânia, v. 4, n. 1, p. 13-22, 1984.

____. **A Construção de Goiânia e a Transferência da Capital**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1985.

**____. A Construção de Goiânia e a Transferência da Capital**. Goiânia: CEGRA/UFG, 1988 (Coleção Documentos Goianos nº 17).

____ (Org.). **Coronelismo em Goiás: estudos de casos e famílias**. Goiânia: Ed. Kelps, 1998.

____; RIBEIRO, Paulo R. (Org.). **Goiás: Identidade, paisagem e tradição**. Goiânia: Ed. UCG, 2001.

____. Apresentação. In: CHAUL, Nasr F.; RIBEIRO, Paulo R.(org.). **Goiás: identidade, paisagem e tradição**. Goiânia: Ed. UCG, 2001, p. 07-14.

____. **A Construção de Goiânia e a Transferência da Capital**. 2ª ed. Goiânia: Ed. da UFG, 2001.

____. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. 2ª edição. Goiânia: Ed. da UFG, 2002.

____; SILVA, Luiz Sérgio D. (org.). **As Cidades dos Sonhos: desenvolvimento urbano em Goiás**. Goiânia: Ed. UFG, 2005.

____. O Passado Presente no Amanhã. **História Revista**. Goiânia. V. 14 n. 2, 2009, p. 1-9.

CHAVES DA SILVA, Rogério. **O Jesuíta e o Historiador: a produção historiografia de Luis Palacin sob o prisma da matriz disciplinar de Jörn Rüsen**. Goiânia: Ed. da UCG, 2008.

COELHO, Gustavo N. **A formação do espaço urbano nas vilas do ouro em Goiás: o caso de Vila Boa.** Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1997.

COSTA, Maria Beatriz R. **A Revolução de 1930 e a Revista Oeste na consolidação de Goiânia: do bandeirismo utópico à concretização do discurso**. Goiânia. Dissertação de Mestrado.

Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1994.

CUNHA MATTOS, Raymundo J. da. Chorographia histórica da Provincia de Goyaz. **Revista do Instituto Histórico e Etnográfico Brasileiro**, tomo XXXVII, 1ª parte, 1874, p. 213-398, e tomo XXXVIII, 1ª parte, 1875, p. 05-150.

CURADO, Sebastião Fleury. **Memórias Históricas**. Goiânia: s.e., 1956.

CURADO, Ramir. **História, memória e identidade nos arraiais de Corumbá e Meia Ponte – um estudo comparativo de núcleos urbanos (1730-1850)**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1999.

DAYRELL, Eliane Garcindo. **Colônia Agrícola Nacional de Goiás - Análise de uma Política de Colonização na expansão para o Oeste**. Goiânia. Dissertação de Mestrado, Programa de Mestrado em História. Universidade Federal de Goiás, 1975.

____. A bancada do PCB na Assembléia Legislativa de Goiás (1947-1948). **Revista do ICHL**, Goiânia, v. 4, n. 1, p. 23-54, 1984.

DOLES, Dalísia E. M. **As comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX**. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Universidade de São Paulo, 1972.

____. **As comunicações fluviais pelo Tocantins e Araguaia no século XIX**. Goiânia: Oriente, 1973.

____. Acervo documental do Serviço de Documentação do Estado de Goiás. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás**. Goiânia, nº 04, p. 41-60, 1975.

____ (org.). **Interpretação Histórica da Economia de Goiás e Posicionamento do Setor Agropecuário no Contexto Econômico e Social da Região**. Goiânia: Comissão Estadual de Planejamento Agrícola/CEPA, 1978.

____. Os vales dos grandes rios. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.** Goiânia, nº 07, p. 65-74, 1978.

____; *et al* (org.). **Arquivos Cartoriais: Anápolis, Catalão e Jataí**. Goiânia: Ed. da UFG, 1984.

____; NUNES, Heliane P. Memória da ocupação e colonização de Goiás na primeira metade do século XIX: a visão dos viajantes europeus. **Ciências Humanas em Revista**, Goiânia, v. 03, n. 1/2, p. 71-118, 1992.

DUARTE, Terezinha M. **Se as paredes da catedral falassem: a Arquidiocese de Goiânia e o Regime Militar (1968-1985).** Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1996.

ECHEGARAY, Maria A. A. de. **A inovação tecnológica na zona rural de Goiás: estudo de dez municípios**. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1995.

FERREIRA, Gracy T. da S. **O coronelismo no Estado de Goiás (1889-1930): as construções do fenômeno pela história e pela literatura**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1997.

FERREIRA, Aroldo M. **Urbanização e arquitetura na região da Estrada de Ferro Goiás – E. F. Goiás: Cidade de Pires do Rio, um exemplar de estudo.** Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1999.

FONSECA, Maria L. **Coronelismo e cotidiano: Morrinhos (1889-1930).** Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1997.

FONSECA, Luciano da. **Jaraguá: tradição e modernização**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1999.

FRANÇA, Maria de Sousa. **Povoamento do Sul de Goiás: 1872-1900. Estudo da dinâmica da ocupação espacial.** Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História. Universidade Federal de Goiás, 1975.

FREITAS, Lena Castello Branco F. Feudalismo e Capanguismo. **Caderno de Estudos Brasileiros**, Goiânia, ano I, p. 93-100, jan./jun., 1963.

____. **A transferência da capital do estado de Goiás (Conferência)**. In: Anais do VI Simpósio Nacional da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH). São Paulo, 1973, p. 817-836.

____. O desenvolvimento das comunidades de Goiás. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.** Goiânia, nº 06, p. 129-164, 1977.

____. **Arraial e Coronel: dois estudos de história social**. São Paulo: Cultrix, 1978.

____. A Lei Rivadávia: sua aplicação em Goiás. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás**. Goiânia, nº 07, p. 119-158, 1978.

____. Considerações sobre a História. **Revista do ICHL**, Goiânia, v. 4, n. 1, p. 89-100, 1984.

____. **Goiás: História e Cultura**. Goiânia: Ed. Deescubra, 1994.

____. **Saúde e doenças em Goiás: a medicina possível – uma contribuição para a história da medicina em Goiás**. Goiânia: Ed. da UFG, 1999.

____. Goiás e Goianidade. **Revista Alphonline**. Trindade, v. 1, nº 1, jan./jun., p. 52-64, 2011.

____. Padre Luis Palacin: o amigo e o historiador. In: MOREIRA, Hélio (org.). **Memórias de nossa gente**. Goiânia: Gráfica Talento, 2012, p. 263-286.

FREITAS, Enyr A. G. de. **O assentamento "Mosquito": um registro para a história da reforma agrária em Goiás.** Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1994b.

GIANOTTI, Carlos Ugo. **Chapadão do Céu: modernização da agricultura no sudoeste goiano (estudo de caso).** Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1999.

GOMES, Modesto. **Estudos de História de Goiás**. Goiânia: Oriente, 1974.

GOMES, Luiz A. L. **A dolorosa transição: de trabalhadores sem terra a trabalhadores com a terra**. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1995.

GOMIDE, Cristina H. **Centralismo político e tradição histórica: Cidade de Goiás (1930-1978)**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1999.

GUMIERO, Maristela P. da P. **Os tropeiros na história de Goiás (séculos XVIII e XIX).** Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1991.

LABAIG, Henrique C. **O cooperativismo agrícola e sua participação no desenvolvimento capitalista do sudoeste goiano (1960-1990).** Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1995.

LISBOA, Andreia S. **O Brazil-Central e suas potencialidades na "Revista A Informação Goyana" (1917-1935).** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História. Universidade Federal de Goiás, 2009.

LOBO, Sônia A. **Estado e violência no campo em Goiás (1950-1960).** Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1994.

LUZ, Josélio M. **A primeira experiência de planejamento estatal em Goiás: o plano e a reforma administrativa do governo Mauro Borges (1961-1964)**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1987.

MACHADO, Lais Aparecida. **A Administração Provincial em Goiás no Período regencial e seus Antecedentes Coloniais**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História da UFG, 1978.

MACHADO, Maria C. T. **Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma história**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1987.

____. **Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma história**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1990 (Coleção Documentos Goianos, 18).

MACHADO, Vilma de F. **Sudoeste de Goiás: desenvolvimento desigual**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1996.

MACEDO FILHA, Maurides B. **A trajetória do diamante em Goiás**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1990.

MAGALHÃES, Sônia M. A escrita da História em Goiás nos últimos 50 anos. In: GLEZER, Raquel (Org.). **Do passado para o futuro: edição comemorativa dos 50 anos da ANPUH**. São Paulo: Contexto, 2011, p. 125-143.

MAGALINSKI, Jan. **Cooperativa de Imigrantes em Itaberaí - Estudo da fixação de deslocados de guerra na zona rural de Goiás.** Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História da UFG. Universidade Federal de Goiás, 1978.

____. **Deslocados de Guerra em Goiás: imigrantes poloneses em Itaberaí**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1980 (Coleção Documentos Goianos nº 08).

___. Imigrantes alemães em Goiás. **Revista do ICHL**, Goiânia, v. 3, n. 1, p. 197-207, 1983.

MAGALINSKI, Júlia M. **Imigração para Goiás (1920-1952): política e prática**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1987.

MARTINS, Zildete I. de O. **A Participação de Goiás na Guerra do Paraguai**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História. Universidade Federal de Goiás, 1978.

_____. **A participação de Goiás na Guerra do Paraguai (1864-1970)**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1983 (Coleção Teses Universitárias nº 29)

MEDEIROS, Erland B. A. **O irismo em Goiás (1965-1986): um estilo populista**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1999.

**MEMÓRIAS GOIANAS I**. Goiânia: Centauro/Universidade Católica de Goiás, 1982.

**MEMÓRIAS GOIANAS II**. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 1984.

**MEMÓRIAS GOIANAS 3**. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 1986.

**MEMÓRIAS GOIANAS 4**. Goiânia: Ed. da Universidade Católica de Goiás, 1996.

MENDONÇA, Marcelo R. **A questão regional e o campesinato: a alhicultura em Catalão.** Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1998.

MENDONÇA, Jales C. G. A Assembleia Constituinte Goiana de 1935 e o mudancismo condicionado. Goiânia: Ed. da UCG, 2008.

____. **A invenção de Goiânia: o outro lado da mudança**. Goiânia: Ed. Vieira, 2013.

MENEZES, Irmã Áurea Cordeiro. **O Colégio Santa Clara e sua Influência Educacional em Goiás.** Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História da UFG. Universidade Federal de Goiás, 1977.

MESQUITA, Helena A. de. **A modernização da agricultura: um caso em Catalão**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1993.

MIGUEL, Walderez Loureiro. **O Serviço Social e a "Promoção do Homem" - Um estado de ideologia - a Escola de Serviço Social de Goiás no processo histórico brasileiro (1936-1977)**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História. Universidade Federal de Goiás, 1978.

MOLINA, Suely F. L. **Engenhos de rapadura: a agroindústria periférica no município de Quirinópolis (1880-1980)**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1994.

MONTEIRO, Ofélia S. do N. **Como nasceu Goiânia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1938.

MORAES, Maria A. S. **Contribuição para o estudo político e oligárquico de Goiás**. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Universidade de São Paulo, 1972.

____. Maria A. S. **História de uma oligarquia: os Bulhões**. Goiânia: Oriente, 1974.

____. Conjuntura econômica, administrativa e política de Goiás nas primeiras décadas do século XIX. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás**. Goiânia, nº 06, p. 27-38, 1977.

____. Goiás e a campanha Hermes e Rui. **Revista do ICHL**, Goiânia, v. 2, n. 1, p. 119-131, 1982.

MORAES, Cristina de Cássia P. **As estratégias de purificação dos espaços na capital da Província de Goiás (1835-1843)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1995.

____; RABELO, D. Inventário de Fontes para a História Regional em Goiás. **História Revista**, Goiânia, 1(2), jul./dez., p. 19-35, 1996.

____. **Do Corpo Místico de Cristo: Irmandades e Confrarias na Capital de Goiás (1736-1808)**. Goiânia: Ed. da UFG, 2012.

MOREIRA, Gleidson de O. **Trajetória de uma família italiana em Goiás: o caso dos Balestra**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1999.

MOREYRA, Sérgio Paulo. A independência em Goiás. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). **1822: Dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

____. À sombra do ouro. **Revista do ICHL**, Goiânia, V. 2, jan/dez., p. 261-269, 1982.

____. O olho que vê o mundo. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 7/8, n. 1/2, jan./dez., p. 163-166, 1987/1988.

MOTA, Fátima A. C. **Imigração japonesa em Goiás: a colônia a ilusão do cerrado?** Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1992.

NASCIMENTO, Waldinice M. do. **Para onde pende a balança: a aplicação da Justiça em Goías (1830-1890).** Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1997.

NATAL E SILVA, Colemar. **História de Goiás**. 3ª ed. Goiânia: IGL, 2002.

NEPOMUCENO, Maria de A. **A ilusão pedagógica (1930-1945): Estado, sociedade e educação em Goiás**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1991.

____. **O papel político-educativo de A Informação Goyana na construção da nacionalidade**. Goiânia: Ed. da UFG, 2003.

NETTO, Tenório de M. **A contribuição de Brasília para o desenvolvimento econômico de Goiás (1960-1980)**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1988.

NUNES, Heliane P. **A era rodoviária em Goiás: impactos na estrutura rural e urbana (1930-1961).** Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1985.

____; GARCIA, Ledonias Franco. *In Memorian*: Padre Luis Palacin Gomez *(1928-1998)*. In: **História em Revista**. Goiânia: Ed. da UFG, v. 4 (1/2), 7-14, jan./dez., 1999.

OLIVEIRA, Marisis C. de. **Questão agrária em Goiás: governo Mauro Borges (1961-1964).** Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1988.

OLIVEIRA, Maria de F. **Um porto no sertão: cultura e cotidiano em Porto Nacional (1880-1910)**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1997.

OLIVEIRA, Adriana M. V. d. **Uma ponte para o século XIX: um estudo da casa meiapontense.** Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1999a.

OLIVEIRA, Eliézer C. de. **Imagens e mudança cultural em Goiânia**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1999b.

PALACIN, Luís. **1722-1822 – Goiás: Estrutura e Conjuntura numa Capitania de Minas**. Goiânia. Tese de Livre-Docência. Instituto de Ciências Humanas e Letras. Universidade Federal de Goiás, 1972.

____. Linhas estruturais da história de Goiás. **Revista Estudos Goianienses/Revista da UCG**. Goiânia, Ano II, nº 2, 1º semestre, p. 45-54, 1974a.

____. Linhas estruturais da história de Goiás. **Revista Estudos Goianienses/Revista da UCG**. Goiânia, Ano II, nº 3, 2º semestre, p. 7-18, 1974b.

____; MORAES, Maria A. S. **História de Goiás (1722-1972)**. Goiânia: Ed. da UFG, 1975.

____. **1722-1822 – Goiás: Estrutura e Conjuntura numa Capitania de Minas**. 2ª Ed. Goiânia: Oriente, 1976.

____. **A Fundação de Goiânia e o desenvolvimento de Goiás**. Goiânia: Oriente, 1976.

____. Limites e possibilidades de um administrador colonial – o governo do Conde dos Arcos em Goiás (1749-1755). **Revista Estudos Goianienses/Revista da UCG**. Goiânia, Ano IV, nº 5, 1º semestre, p. 119-128, 1977.

____. Os três povoamentos de Goiás. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás.** Goiânia, nº 08, p. 81-96, 1978.

____. **O Século do Ouro em Goiás**. 3ª ed. Goiânia: Oriente, 1979.

____. Política Pombalina em Goiás: contrastes. **Revista do ICHL**, Goiânia, v. 2, n. 2, p. 271-290, 1982.

____. **Subversão e Corrupção: Um Estudo da Administração Pombalina em Goiás**. Goiânia: Ed. da UFG, 1983a.

____; BORGES, Ana M. **Patrimônio Histórico de Goiás**. Goiânia: Ed. da UFG, 1983b.

____. Marx e a História. Revista Estudos Goianienses/Revista da UCG. Goiânia, Ano X, v.10, nº 3/4, jul./dez, p. 205-214, 1983c.

____. **Quatro Tempos de Ideologia em Goiás.** Goiânia: Cerne, 1986a.

____. Apresentação. In: **Memórias Goianas 3**. Goiânia: Ed. da UCG, 1986b.

____. BORGES, Ana M. **Patrimônio Histórico de Goiás**. 2ª ed. Brasília: SPHAN/Fundação Pró-Memória, 1987.

____. **Coronelismo no Extremo Norte de Goiás: O Padre João e as Três Revoluções de Boa Vista.** Goiânia: Ed. da UFG, São Paulo: Loyola, 1990.

____. Prefácio. In: BRITO, Maria H. de O. **A Colônia Alemã do Uvá (1924-1954)**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992 (Coleção Documentos Goianos, nº 20)

____; CHAUL, Nasr F.; BARBOSA, Juarez C. **História Política de Catalão**. Goiânia: Ed. da UFG, 1994.

____; GARCIA, Ledonias; AMADO, Janaína. **História de Goiás em documentos** (I – Colônia). Goiânia. Ed. da UFG, 1995.

PARADA FILHO, Carlos J**. Quando a corda arrebenta do lado mais forte: senhores e escravos em Goiás (século XIX)**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1992.

PEDROSO, Dulce M. R. Avá-Canoeiro: a falsa teoria de sua origem mestiça. **Revista Estudos**. Goiânia, v. 16, n. 02, abr./jun., p. 149-163, 1989.

____. **Avá-Canoeiro: a história do povo invisível (séculos XVIII-XIX).** Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1992.

PEREIRA, Eliane M. C. M. **O realismo maravilhoso de Siron Franco: uma arte crítica à mentalidade dominadora na América Latina**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1990.

PEREIRA, Liliana P. L. S. **Os conflitos pela terra na região do bico do papagaio: Tocantins (década de 1980)**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1991.

PINHEIRO, Antônio C. C. Projeto Resgate da Documentação Goiana em Portugal. **Revista do IHGG**, Goiânia, n. 15, jan./jul, p. 149-153, 2000.

____. **Os tempos míticos das cidades goianas: mitos de origem e invenção das tradições**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 2003.

POLONIAL, Juscelino M. A **Estrada de Ferro Goiás e o processo de urbanização de Anápolis (1907-1994)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1995.

____. Jan Magalinski: o consolidador do museu de Anápolis. **Revista Educação & Mudança**, Goiânia, v. 24, n. 13, p. 5-6, 2010.

RABELO, Danilo. **Os excessos do corpo: a normatização dos comportamentos na Cidade de Goiás (1822-1889)**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1997.

REVERS, Isidoro. **Oposição sindical dos trabalhadores rurais de Goiás (1973-1993): concepção e prática sindical a partir da Ação Pastoral da Igreja**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1999.

RIBEIRO, Paulo R. **Agroindústria e pequena produção no município de Itumbiara (1960-1980)**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1990.

RIBEIRO, Miriam B. A. **Memória, Família e Poder: história de uma permanência política – os Caiado em Goiás**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1996.

____. **Cultura Histórica e História Ensinada em Goiás (1846-1934)**. Goiânia. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História. Universidade Federal de Goiás, 2011.

RIOS, Eunice de O. **Goiás – transformação da paisagem: Região do Rio dos Bois (1950-1990).** Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1994.

ROCHA, Leandro Mendes. **A Política Indigenista em Goiás (1850-1889).** Brasília. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de Brasília, 1988.

____. **O Estado e os Índios (1850-1889)**. Goiânia: Ed. da UFG, 1998.

ROSA, Maria L. A. **História de uma Transição de Oligarquias: Goiás (1899-1909)**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1981.

____. **Dos Bulhões aos Caiado: um estudo da história política de Goiás (1899-1909)**. Goiânia: Ed. da UCG, 1984.

SALGUEIRO, Heliana A. **A singularidade da obra de Veiga Valle**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1982.

____. **A singularidade da obra de Veiga Valle**. Goiânia: Ed. da UCG, 1983.

SALLES, Gilka. V. F. A pesquisa histórica em Goiás. **Revista de História da USP**, São Paulo, n. 43, v. 88, p. 453-491, 1971.

____. **Adequação da Teoria de Gaston Bachelard à Historiografia.** Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História. Universidade Federal de Goiás, 1974.

____. **Economia e Escravidão em Goiás Colonial**. Tese de Doutorado. São Paulo, Programa de Doutorado em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1980.

____. O povoamento de Goiás (1736-1970). **Revista do ICHL**, Goiânia, v. 1, n. 1, p. 79-114, 1981.

____. **Economia e Escravidão em Goiás Colonial**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1983 (Coleção Teses Universitária nº 28).

____. A Sociedade Agrária em Goiás Colonial. **Revista do ICHL**, Goiânia, v. 4, n. 1, p. 55-88, 1984.

____. Trabalho escravista na última fase do cativeiro em Goiás e os lances finais de sua abolição. **Revista Estudos**. Goiânia, v. 15, n. 1/2, jan./jun., p. 07-15, 1988.

____. **Economia e Escravidão na Capitania de Goiás**. 2ª ed. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992 (Coleção Documentos Goianos nº 24).

____; FREITAS, Lena. C. B. F. O Mestrado em História das Sociedades Agrárias: uma abordagem histórica (1972-1995). **História Revista**. Goiânia, 1(2), jul./dez., p. 01-18, 1996.

SANDES, Noé F; RIBEIRO, José E. Dezoito anos de "Goiás: 1722-1822". **Cadernos de Pesquisa do ICHL (Goiânia)**, n. 3, 1991.

____. Memória, Nação e Região: a Identidade em questão. In: CHAUL, Nasr F.; RIBEIRO, Paulo R.(org.). **Goiás: identidade, paisagem e tradição**. Goiânia: Ed. UCG, 2001, p. 17-23.

____. (Org.). **Memória e Região.** Brasília: Ministério da Integração Nacional: Universidade Federal de Goiás, 2002.

____. Memória e História de Goiás. In: ____. **Memória e Região.** Brasília: Ministério da Integração Nacional: Universidade Federal de Goiás, 2002, p. 17-35.

____; ARRAIS, Cristiano A. História e Memória em Goiás no século XIX: uma consciência de mágoa e esperança. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 29, nº 51, p. 847-861, sete/dez., 2013.

SANTOS, Miguel A. N. dos. **Trindade de Goiás - Uma Cidade Santuário**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História. Universidade Federal de Goiás, 1978.

____. **Os missionários redentoristas alemães em Goiás: uma participação nos movimentos de Reforma e Restauração Católicos (1894-1944)**. Tese de Doutorado. São Paulo, Programa de Doutorado em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1985.

SANTOS, Nivaldo dos. **Desenvolvimento capitalista e modificações nas relações de trabalho no campo em Goiás (1970-1985).** Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1992.

SANTOS, Edivaldo A. dos. **Os dominicanos em Goiás e Tocantins (1881-1930): fundação e consolidação da missão dominicana no Brasil**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1996.

SANTOS, Raymar L. **A modernização da agricultura em Goiás na perspectiva da pesquisa agropecuária.** Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1999.

SERSOCIMA, Eliana A. **Laços solidários nas comunidades rurais do município de Goiás (1900-1994)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1995.

SILVA, Edma José. Sesmarias: **Capitania de Goiás (1726-1770).** Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1996.

SILVA, Deuzair J. da. **Cultura e sociedade no município de Fazenda Nova (1953-1980): uma tentativa de micro-história**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1997a.

SILVA, Ibernise M. M. da. **A patente intelectual na agricultura e o *agribusiness* goiano (1991-1996)**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1997b.

SILVA, Júlia Bueno de Morais. **O interior e sua importância no projeto centralizador do Brasil: Anápolis (anos 20-30)**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1997c.

SILVA, Martiniano José da. **Quilombos do Brasil Central (1719-1888): introdução ao estudo da escravidão**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1998.

SILVA, Kamilly B. de Abreu. **A Instituição Vivida: a memória dos pioneiros do curso de história da Universidade Federal de Goiás**. Goiânia. Monografia de Graduação em História. Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal de Goiás, 2002.

SILVA, Ana Lúcia da. **A Revolução de 30 em Goiás**. Tese de Doutorado em História. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Universidade de São Paulo, 1983.

**____. A Revolução de 30 em Goiás**. 2ª Ed. Goiânia: Cânone Editorial, 2005.

SILVA E SOUZA, Luiz A. Memória sobre o descobrimento, governo, população e cousas mais notáveis da capitania de Goyaz. **Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, tomo V, vol. 12, 2ª série, 1849, p.429-510.

SIQUEIRA, Edna L. **O trabalhador livre em Goiás (1830-1850).** Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1982.

SOUZA, Maria Sônia F. **A Sociedade Agrária em Goiás (1912-1921) – na Literatura de Hugo de Carvalho Ramos**. Dissertação de Mestrado. Goiânia. Programa de Mestrado em História. Universidade Federal de Goiás, 1978.

SOUZA, Dalva M. B. de L. D. **1964 em Goiás: ovo da serpente (militares e proprietários e proprietários de terras na gestação da ditadura).** Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1991.

SOUZA, Welton F. de. **O êxodo rural e o desafio urbano de Goiânia (1960-1990)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1995.

TEDESCO, Maria do C. F. **A CONTAG e a Reforma Agrária: um estudo sobre a estrutura sindical formal e as lutas camponesas**. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1995.

TIBALLI, Elianda F. Arantes. **A expansão do povoamento em Goiás (século XIX)**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1991.

TOMAZINI, Maria L. V. **Mulher Gari: história e memória da força de trabalho feminino – Goiânia (1979-1988)**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1990.

TRISTÃO, Roseli M. **Formas de vida familiar na Cidade de Goiás nos séculos XVIII e XIX. Goiânia**. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1998.

VALDEZ, Diane. **Filhos do pecado, moleques e curumins: imagens da infância nas terras goyanas do século XIX**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1999.

VAZ, Eber. Aspectos histórico-econômicos de Goiás (1930-1960). **Revista Estudos**. Goiânia, v. 16, nº 02, abr./jun., p. 107-113, 1989.

____. **A modernização da agricultura e as relações de trabalho no sudoeste goiano: a situação do trabalhador volante no corte de cana (1964-1989)**. Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1992.

VAZ, Ronaldo F. **Da separação Igreja-Estado em Goiás à nova cristandade (1891-1955).** Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1997.

## REFERÊNCIAS


ABUD, Katia M.; GLEZER, R. Pesquisa de História do Brasil. **Revista de História da USP**, São Paulo, n. 43, v. 88, p. 369-371, 1971

AMADO, Janaína. A pesquisa no curso de graduação em História: uma experiência. **Revista do ICHL**, Goiânia, v. 4, n. 1, p. 01-12, 1984.

____. História e Região: Reconhecendo e Construindo Espaços. In: SILVA, Marcos A. da (Org.). **República em Migalhas: História Regional e Local**. Brasília: Marco Zero/CNPq, 1990, p. 7-15.

ANKERSMIT, Frank R. Historicismo, pós-modernismo e historiografia. In: MALERBA, J. (org.) **A História Escrita: Teoria e História da Historiografia**. Trad. Sérgio da Mata.São Paulo: Ed. Contexto, 2006, p. 95-114.

ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. IBGE, 1963.

ARAÚJO, Valdei L. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma. **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 12, n. 1, p. 79-94, 2006.

____. História da historiografia como analítica da historicidade. **História da Historiografia**, v. 12, p. 34-44, 2013.

ARRUDA, J. J.; TENGARRINHA, J. M. **Historiografia luso-brasileira contemporânea**. Bauru: EDUSC, 1999.

____. Linhagens historiográficas contemporâneas: por uma nova síntese histórica. **Revista Amazonense de História**, Manaus, v. 1, n.1, p. 11-30, 2002.

**____.** Historiografia: a história da história no Brasil (1945-2005). **Clio**, Lisboa, v. 14-15, p. 15-32, 2006.

. Historiografia: memória crítica da produção histórica. In: MUNTEAL FILHO, O.; PRADO, M. (Org.). **Francisco Falcon, o ofício do historiador**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Revan, 2012, v. , p. 155-181.

ASSIS, Arthur A. **O que fazem os historiadores quando fazem história? A teoria da história de Jörn Rüsen e Do Império à República, de Sérgio Buarque de Holanda**. Brasília. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, 2004.

____. **A Teoria da História de Jörn Rüsen: uma introdução**. Goiânia: Ed. da UFG, 2010a.

____. A teoria da história como hermenêutica da historiografia: uma interpretação de Do Império à República de Sérgio Buarque de Holanda. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 30, nº 59, p. 91-120, 2010b.

BARROS, J. D´Assunção. **O Campo da História: Especialidades e Abordagens**. 5ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

____**.** Da História pré-científica à constituição de uma nova matriz disciplinar: algumas considerações. **Recôncavo: Revista de História da UNIABEU**, Nilópolis, Ano 1, Nº 2, Ago/Dez, p. 20-43, 2011.

____. A história serial e história quantitativa no movimento dos Annales. **História Revista**. Goiânia, v. 17, n. 1, jan./jun., p. 203-222, 2012.

BASSANEZI, Maria S. Registros Paroquiais e Civis: os eventos vitais na reconstituição da história. In: PINSKY, Carla B; LUCA, Tânia R (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 141-172.

BATISTA, Raul P. de B. Os canários em Cuba: uma cultura de migração e de trabalho erigindo a revolução do açúcar (década de 80 do século XIX à década de 30 do século XX). Dissertação de Mestrado. Goiânia, Programa de

BLANKE, Horst W. Para uma nova história da historiografia. In: MALERBA, J. (org.) **A História Escrita: Teoria e História da Historiografia**. Trad. Luis Sérgio D. da Silva. São Paulo: Ed. Contexto, 2006, p. 27-64.

BLOCH, Marc. **Introdução à História**. Lisboa: Mem Martins, Publicações Europa-América, 1997.

BOIS, Guy. Marxismo e História Nova. In: LE GOFF, J. **A História Nova**. Trad. Eduardo Brandão. 4ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 242-260.

BORGES, Simone A. **Os Cursos de História da Universidade Católica de Goiás e Universidade Federal de Goiás: um olhar histórico**. Goiânia: UFG. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, 2006.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As Escolas Históricas**. Trad. Ana Rabaça. Portugal: Europa-América, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 11ª ed. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRAUDEL, Fernand. **História e ciências sociais**. Lisboa: Editorial Presença, 1972.

BURGUIÈRE, André. A antropologia histórica. In: LE GOFF, J.; CHARTIER, R.; REVEL, J. **A História Nova**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins, 2001, p. 125-152.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: ____ (Org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992a, p. 07-37.

____. **Escrita da História: Novas Perspectivas**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992.

____. **A Escola dos Annales 1929-1989: A Revolução Francesa na Historiografia**. 2ª edição. São Paulo: UNESP, 1992b.

____. **O que é História Cultural?** Trad. Sergio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CARDOSO, Ciro F. **Ensaios Racionalistas: Filosofia, Ciências Naturais e História**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

____; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

____; História e Paradigmas Rivais. In: ____; VAINFAS, R. (Org.). **Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997b, p. 1-23.

____; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

____. História e poder: uma nova história política? In: ____; VAINFAS, R. (Org.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 37-54.

CARVALHO, Eugênio de R. **O projeto utópico da *nuestra* América de José Marti**. Dissertação de Mestrado. Goiânia, Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias, Universidade Federal de Goiás, 1995.

CASTRO, A. de C. G. **História e historiadores: a política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 45-59.

CERTEAU, Michel de. A Operação Histórica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: Novos Problemas.** 3ª ed. Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988, p. 17-48.

CÉZAR, Temístocles. Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB – A historiografia brasileira entre os antigos e os modernos. NEVES, L. M. B. P.; GUIMARÃES, L. M. P.; GONÇALVES, M. de A.; GONTIJO, R. (Org.). **Estudos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 93-124.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 38ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

COLLINGWOOD, R. G. **A idéia de História**. 4ª edição. Trad. Alberto Freire. Lisboa: Editorial Presença, 1978.

COUTO, Kátia C. **Relações interétnicas nos centrais açucareiros cubanos (1913-1933)**. Dissertação de Mestrado. Goiânia, Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias, 2002.

DE LORENZO, Helena C.; COSTA, Wilma Peres da (org.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno.** São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

____. Apresentação. In:____. **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno.** São Paulo: Ed. UNESP, 1997, p. 07-12.

DIEHL, Astor A. **A Matriz da cultura histórica brasileira. Do crescente progresso otimista à crise da razão histórica – Uma introdução**. Porto Alegre: Edipucrs, 1993.

____. **A Cultura Historiográfica Brasileira: do IHGB aos anos 1930**. Passo Fundo: Ed. UPF, 1998.

____. **A Cultura Historiográfica Brasileira: década de 1930 aos anos 1970**. Passo Fundo: Ed. UPF, 1999.

____. **A Cultura Historiográfica Brasileira nos anos 80: experiências e horizontes**. 2ª Ed. Passo Fundo: Ed. UPF, 2004.

____. **Cultura Historiográfica: Memória, Identidade e Representação**. Bauru: EDUSC, 2002.

DOSSE, François. **A história em migalhas: dos "*Annales* à Nova História".** Trad. Dulce da Silva Ramos. São Paulo: Ensaio; Campinas: Ed. da UNICAMP, 1992.

EPPLE, Angelika. Gênero e a espécie da história. In: MALERBA, J. (org.) **A História Escrita: Teoria e História da Historiografia**. Trad. Claudia Pas. São Paulo: Ed. Contexto, 2006, p. 139-156.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 61-89.

FARIA, Sheila de C. História da Família e Demografia Histórica. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 241-258.

FERREIRA, Antonio C. Literatura: A fonte fecunda. In: PINSKY, Carla B; LUCA, Tânia R (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 61-92.

FERREIRA, Marieta de M. História Oral: velhas questões, novos desafios. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 169-186.

FICO, Carlos; POLITO, Ronald. **A História no Brasil (1980-1989): elementos para uma avaliação historiográfica**. Ouro Preto: Ed. UFOP, 1992.

____. **A História no Brasil (1980-1989): série de dados.** Ouro Preto: Ed. UFOP, 1994a.

____. Alguns impasses da produção historiográfica recente no Brasil. **Anos 90**, Porto Alegre, nº 2, maio, p. 111-126, 1994b.

____. A historiografia brasileira nos últimos 20 anos – tentativa de avaliação crítica. In: MALERBA J. **A velha História, Teoria, Método e Historiografia**. Campinas: Papirus, p. 189-208, 1996.

____. As teses defendidas em 1995. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 167-176, 1996.

____. Algumas anotações sobre historiografia, teoria e método no Brasil dos anos 1990. In: GUAZZELLI, C. A. B.; PETERSEN, S. R. F.; SCHMIDT, B. B.; XAVIER, R. C. L. **Questões de Teoria e Metodologia da História**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, p. 27-40, 2000.

____. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis o caso brasileiro. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, jan./jun, 2012.

FLORES, Maria B. R.; BRANCHER, Ana Lice (org.). **Historiografia: 35 anos.** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2011.

FREITAS, Marcos Cezar. **Historiografia brasileira em perspectiva.** São Paulo: Contexto, 2005.

FURTADO, Júnia F. Testamentos e Inventários: a morte como testemunho da vida. PINSKY, Carla B; LUCA, Tânia R (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 94-118.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989.

GINZBURG, Carlo; *et all*. **A Micro-História e Outros Ensaios**. Trad. Antonio Narino. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989.

____. O extermínio dos judeus e o princípio da realidade. In: MALERBA, J. (org.) **A História Escrita: Teoria e História da Historiografia**. Trad. Henrique Espada Lima. São Paulo: Ed. Contexto, 2006, p. 211-232.

GLEZER, R. **O Fazer e o Saber na Obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica.** São Paulo. Tese de Doutorado. Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1976. Disponível em: <HTTP://www.raquelglezer.pro.br/edi%E7%F5es/O%20Fazer%20e%20o%20Saber%20.pdf>. Acesso em: 10 out. 2012.

____; CAPELATO, M. H. R.; FERLINI, V. L. A. A Escola Uspiana de História. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, 8(22), p. 349-358, 1994.

____; CAPELATO, M. H. R.; FERLINI, V. L. A. (Org.). **Produção Histórica no Brasil: 1985-1994 - catálogo de dissertações e teses dos programas de e cursos de pós-graduação em História**. 1ª Ed. São Paulo: Dep. História/FFLCH/USP, v. 1,1995.

____; História da Historiografia Brasileira: Construção e Permanências. In: SAMARA, Eni de M. (Org.). **Historiografia Brasileira em Debate: "olhares, recortes e tendências".** São Paulo: Humanitas/FFCHL/USP, 2002, p. 25-43.

____ (Org.). **Do passado para o futuro: edição comemorativa dos 50 anos da ANPUH**. São Paulo: Contexto, 2011.

____; GUIMARÃES, L. M. P.; NEVES, L. M. P. das; NEVES, G. P. das; WEHLING, A.; CÉZAR, T. (Org.) **Varnhagen no caleidoscópio**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013.

GONÇALVES, Maria B. **Os monges de Alcobaça e a política agrária de D. Dinis**. Dissertação de Mestrado. Goiânia, Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias, Universidade Federal de Goiás, 1997.

GONTIJO, Rebeca. José Honório Rodrigues e a invenção de uma moderna tradição. In: NEVES, L. M. B. P.; GUIMARÃES, L. M. P.; GONÇALVES, M. de A.; GONTIJO, R. (Org.). **Estudos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 277-290.

GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. São Paulo: Ática, 1978.

____. **A Escravidão Reabilitada**. São Paulo: Ática, 1990.

GOUBERT, Pierre. História Local. **Revista História & Perspectivas**, Uberlândia, nº 6, jan./jul., p. 45-57, 1992.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A Modernização Dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GUARINELLO, Norberto L. História científica, história contemporânea e história cotidiana. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, nº 48, p.13-38, 2004.

GUAZZELLI, César A. B.; PETERSEN, Sílvia R. F.; SCHMIDT, Benito B.; XAVIER, Regina C. L. **Questões de Teoria e Metodologia da História**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000.

GUIMARÃES, Manoel. L. S. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988

____. **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007.

**____.** O presente do passado: as artes de Clio em tempos de memória. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (org.). **Cultura Política e Leituras do Passado: historiografia e ensino de história**. 2ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010, p. 25-41.

____. **Historiografia e Nação no Brasil (1838-1857)**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2011a.

GUIMARÃES, Lúcia M. P. **Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)**. Rio de Janeiro: Ed. Museu da República, 2007.

____. Sobre a história da historiografia brasileira como campo de estudos e reflexões. In: NEVES, L. M. B. P.; GUIMARÃES, L. M. P.; GONÇALVES, M. de A.; GONTIJO, R. (Org.). **Estudos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2011b, p. 19-35.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11 ª ed. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

____. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e Diferença: A Perspectiva dos Estudos Culturais**. 9ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 103-133.

HARTOG, François. Tempo, História e Escrita da História: a Ordem do Tempo. **Revista de História da USP**. São Paulo, nº 148, v. 1, p. 09-34, 2003.

HERSCHMAN, Micael M. e PEREIRA, Carlos Alberto (org.). **A Invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia no Brasil nos anos 20-30**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

____. O imaginário moderno no Brasil. In: ____. **A Invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia no Brasil nos anos 20-30**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 09-42.

____. A Arte do Operatório. Medicina, Naturalismo e Positivismo (1900-1937). In: ____. **A Invenção do Brasil Moderno: medicina, educação e engenharia no Brasil nos anos 20-30**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 43-65.

HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. Trad. Jefferson L. Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

IGLÉSIAS, Francisco. A pesquisa histórica no Brasil. **Revista de História da USP**, São Paulo, n. 43, v. 88, p. 373-415, 1971.

____. **Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFGM. IPEA, 2000.

HOBSBAWM, E.; RANGER, T. **A Invenção das Tradições**. Trad. de Celina Cardim Cavalcante. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOORNAERT, Eduardo. José Honório e a intuição de uma História do Brasil a partir do povo. **Revista de História da USP**, São Paulo, nº 116, p. 167-174, 1984.

KOSELLECK, R. **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Trad. Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LAPA, J. R. do A. **A história em questão: historiografia brasileira contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 1976.

____. **História e Historiografia: Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

LAHUERTA, Milton. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. In: DE LORENZO, Helena C.; COSTA, Wilma Peres da (org.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno.** São Paulo: Ed. UNESP, 1997, p. 93-114.

LE GOFF; J. NORA, P. **História: Novos Objetos**. Trad. Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

____. As Mentalidades: uma história ambígua. In: ____; NORA, P. **História: Novos Objetos**. Trad. Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976b, p. 68-83.

____. História do Cotidiano. In: ÀRIES, P.; DUBY, G.; LE GOFF, J. **História e Nova História**. 3ª Ed. Trad. Carlos da V. Ferreira. Lisboa: Teorema, 1995, p. 85-96.

____. **A História Nova**. Trad. Eduardo Brandão. 4ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LIMA, Nísia T. **Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional**. Rio de Janeiro: Revam/IUPERJ/UCAM, 1999.

LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Trad. Henrique Carneiro. **Outubro**, n. 1, p. 73-80, 1998.

LUCA, Tania R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. **Fontes Históricas**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 111-154.

MALERBA, J. **A velha história, teoria, método e historiografia**. Campinas: Papirus, 1996.

____. Resenha a FICO, Carlos, POLITO, Ronald. A História no Brasil (1980-1989). Elementos Para uma avaliação historiográfica. **Diálogos**, Maringá, v. 2, n. 2, p. 209-214, 1997.

____. Resenha a BURMESTER, Ana Maria de O. A (des)construção do discurso histórico; a historiografia brasileira dos anos 70. **Diálogos,** Maringá, v. 2, n. 2, p. 221-227, 1997.

____. Notas à margem: a crítica historiográfica no Brasil dos anos 1990. **Textos de História**, Brasília, v. 10, n. 1-2, p. 181-214, 2002.

____. **A História Escrita: Teoria e História da Historiografia**. São Paulo: Ed. Contexto, 2006.

____. Teoria e história da historiografia. In: ____. **A História Escrita: Teoria e História da Historiografia**. São Paulo: Ed. Contexto, 2006, p. 11-26.

____; ROJAS, C. A.(Org.). **Historiografia Contemporânea em Perspectiva Crítica**. Bauru: EDUSC, 2007.

____. História, memória, historiografia: algumas considerações sobre história normativa e cognitiva no Brasil. In: ____; ROJAS, C. A. **Historiografia Contemporânea em Perspectiva Crítica**. Bauru: EDUSC, 2007, p. 351-370.

____. **A história na América Latina: ensaio de crítica historiográfica**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009 (Coleção FGV de bolso. Série História).

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo**. São Paulo, Pioneira, 1975.

____. **O Cativeiro da Terra**. 6ª edição. São Paulo: Hucitec, 1996.

____. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**. São Paulo, 8 (1), p. 25-70, 1996.

_____. Sociologia e Militância: entrevista com José de Souza Martins. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 11, n. 31, set./dez., p. 137-187, 1997.

MARTINS, Estevão de R. Historiografia alemã no século 20: encontros e desencontros. In: MALERBA, J.; ROJAS, C. A. **Historiografia Contemporânea em Perspectiva Crítica**. Bauru: EDUSC, 2007, p. 45-67.

____. Introdução: O Renascimento da História como Ciência. In: ____ (Org.). **A História Pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 07-14.

____. (Org.) **A História Pensada: teoria e método na historiografia européia do século XIX**. São Paulo: Contexto, 2010.

MASTROGREGORI, Massimo. Historiografia e tradição das lembranças. In: MALERBA, J. (org.) **A História Escrita: Teoria e História da Historiografia**. Trad. Jurandir Malerba *et al*. São Paulo: Ed. Contexto, 2006, p. 65-94.

MENDONÇA, Sônia R.; FONTES, V. História e teoria política. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 55-71.

MESGRAVIS, Laima. O Curso de Pós-Graduação do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 3, n. 5, p. 87-118, 1983.

MORAES, J. G. V. de; REGO, J. M. **Conversas com historiadores brasileiros**. São Paulo: Ed. 34, 2002.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira: 1933-1974**. 4ª Ed. São Paulo: Ática, 1998.

MOTA, Ático Vilas-Boas da. **Estrela Editorial dos Irmãos Taylor e José Oriente**. Goiânia: Kelps, 2002.

MOTTA, Márcia M. M. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 21-36.

NASCIMENTO, Renata C. de S. **As duas faces da moeda: a influência da nobreza (1367-1373) e da alta burguesia (1374-1383) na política de D. Fernando**. Dissertação de Mestrado, Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias, 1998.

NEVES, L. M. B. P.; GUIMARÃES, L. M. P.; GONÇALVES, M. de A.; GONTIJO, R. (Org.). **Estudos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

NICOLAZZI, Fernando; ARAÚJO, Valdei L. A História da Historiografia e a atualidade do Historicismo: perspectivas sobre a formação de um campo. In: VARELLLA, Flávia F.; MOLLO, Helena M.; MATA, Sérgio R. da. ARAÚJO, Valdei L. (Org.). **A Dinâmica do Historicismo: revisitando a historiografia moderna**. 1ª Ed. Belo Horizonte: *Argumentum*, 2008, v. 1, p. 7-14.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, dez., p. 7-28, 1993.

OLIVAL, Moema de Castro e Silva (Org). **Realizações e Projetos de Colemar Natal e Silva no Campo da Cultura em Goiás**. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992.

____. **Centenário de Colemar Natal e Silva (1907-2007)**. Goiânia: Kelps, 2007.

OLIVEIRA, Lucia L. Questão Nacional na Primeira República. In: DE LORENZO, Helena C.; COSTA, Wilma Peres da (org.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno.** São Paulo: Ed. UNESP, 1997, p. 185-193.

____. A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, Vol. V (suplemento), junho, p. 195-215, 1998.

PAULA, Eurípedes S. Algumas considerações sobre a contribuição da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a historiografia brasileira. **Revista de História da USP**, São Paulo, n. 43, v. 88, p. 425-451, 1971.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História Regional e Transformação Social. In: SILVA, Marcos A. da (Org.). **República em Migalhas: História Regional e Local**. Brasília: Marco Zero/CNPq, 1990, p. 67-79.

PETERSEN, Silvia R. F. Dilemas e desafios da historiografia brasileira: a temática da vida cotidiana. **História & Perspectivas**, Uberlândia, nº 6, jan./jun., p. 25-44, 1992.

PINSKY, Carla B; LUCA, Tânia R (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

____. **Fontes Históricas**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.

PÔRTO JR., Gilson (org.). **História do Tempo Presente**. Bauru: EDUSC, 2007.

PRIORE, Mary Del. História do Cotidiano e da Vida Privada. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 259-274.

REIS, José Carlos. ***Nouvelle Histoire*** **e Tempo Histórico: Febvre, Bloch e Braudel**. São Paulo: Ática, 1994.

____. **As Identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim. A favor do Brasil: direita ou esquerda?.** Rio de Janeiro: FGV, 2006.

**____. As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 9ª Ed., Rio de Janeiro: FGV, 2007.

____. **O desafio historiográfico**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

____. **História da "Consciência Histórica" Ocidental Contemporânea: Hegel, Nietzche e Ricoeur**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

____. O lugar da teoria-metodologia na cultura histórica. **Revista de Teoria da História**, Goiânia, Ano 3, nº 6, dez., p. 04-26, 2011.

RÉMOND, René (Org.) **Por uma história política**. Trad. Dora Rocha. 2ª Ed. Rio de Janeiro Ed. FGV, 2003.

REZENDE, Eliane M. M. de. **Uberaba: uma trajetória sócio-econômica (1811-1910)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1984.

RODRIGUES, José Honório. **História e Historiadores do Brasil**. São Paulo: Fulgor, 1965.

____. **Vida e História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

____. **A Pesquisa Histórica no Brasil.** 2ª Ed., São Paulo: CEN, 1969.

____. **Teoria da História do Brasil. Introdução Metodológica**. 4ª Ed., São Paulo: CEN, 1978.

____. **História e Historiografia**. Petrópolis: Vozes, 2008.

ROIZ, Diogo da S.; SANTOS, Jonas R. dos. **As transferências culturais na historiografia brasileira: leituras e apropriações do movimento dos *Annales* no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

RÜSEN, Jörn. El desarrollo de La competencia narrativa em Le aprendizaje histórico. Una hipótesis ontogenética relativa a La conciencia moral. **Propuesta Educativa**. Argentina. nº. 7, out., trad. Silvia Finocchio, 1992.

____. Narratividade e Objetividade nas Ciências Históricas. **Textos de História**. Brasília, v. 4, nº 1, p. 75-102, 1996.

____. **Razão Histórica – Teoria da história I: os fundamentos da ciência histórica**. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UnB, 2001.

____. **Reconstrução do Passado – Teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica.** Trad. Asta-Rose Alcaide. Brasília: Ed. UnB, 2007a.

____. **História Viva – Teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico**. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UnB, 2007b.

____. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. **História da Historiografia**, nº 02, março, p. 163-209, 2009.

SAMARA, Eni de M. (Org.). **Historiografia Brasileira em Debate: "olhares, recortes e tendências".** São Paulo: Humanitas/FFCHL/USP, 2002.

SANDES, Noé F. **A Invenção da Nação: Entre a Monarquia e a República**. Goiânia: Ed. da UFG, 2000.

SATO, Masayuki. Historiografia cognitiva e normativa. In: MALERBA, J. (org.) **A História Escrita: Teoria e História da Historiografia**. Trad. Estevão Rezende Martins. São Paulo: Ed. Contexto, 2006, p. 157-174.

SCHMIDT, Benito B. Apresentação. In: FLORES, Maria B. R.; BRANCHER, Ana Lice (org.). **Historiografia: 35 anos.** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2011, p. 09-12.

SILVA, George Agostinho Baptista da. Centro de Estudos Brasileiros. **Caderno de Estudos Brasileiros**, Goiânia, ano I, p. 29-34, jan./jun., 1963.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.16, n.2, p.5-22, jul/dez., 1990.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História: Novas Perspectivas**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Ed. UNESP, 1992, p. 39-62.

SILVA, Dinair A. da. **Um intelectual e a história: Antônio Americano do Brasil.** Brasília: 1982.

SILVA, Francisca A. da. **Uma tentativa de colonização: A colônia agrícola do Iata em Rondônia (1943-1972)**. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Universidade Federal de Goiás, 1988.

SILVA, Marcos A. da (Org.). **República em Migalhas: História Regional e Local**. Brasília: Marco Zero/CNPq, 1990a.

____. A História e seus limites. **Revista História & Perspectivas**, Uberlândia, nº 6, jan./jun., 1992, p. 59-65.

SILVA, Vera Alice Cardoso. Regionalismo: o enfoque metodológico e concepção histórica. In: SILVA, Marcos A. da (Org.). **República em Migalhas: História Regional e Local**. Brasília: Marco Zero/CNPq, 1990b, p. 43-49.

SILVA, Rogério Forastieri da. **História da Historiografia: capítulos para uma história das histórias da historiografia**. Bauru: EDUSC, 2001.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e Diferença: A Perspectiva dos Estudos Culturais**. 9ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

____. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e Diferença: A Perspectiva dos Estudos Culturais**. 9ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 73-102.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Região e História: Questão de Método. In: SILVA, Marcos A. da (Org.). **República em Migalhas: História Regional e Local**. Brasília: Marco Zero/CNPq, 1990, p. 17-42.

SOTO, William H. G. A Sociologia do "mundo rural" de José de Souza Martins. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n. 20, abril, p. 175-198, 2003.

TAVARES, Jane S. **A visão sócio-política de D. Duarte no Leal Conselheiro e sua legislação**. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias, Universidade Federal de Goiás, 1997.

TAVARES, Giovana G. **A trajetória de uma "Casa de Saber": o Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (1930-1970).** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geociências. Universidade Estadual de Campinas, 2000.

____. **Zoroastro Artiaga: o divulgador do sertão goiano (1930-1970).** Tese de Doutorado. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação Ensino e História de Ciências da Terra. Universidade Estadual de Campinas, 2010.

TELES, Gilberto M. O Sentido Revolucionário do Centro de Estudos Brasileiros. **Caderno de Estudos Brasileiros**, Goiânia, ano I, p. 9-20, jan./jun., 1963.

TELES, José M. **Vida e obra de Silva e Souza**. Goiânia: Oriente, 1978.

____. **Crônicas de Goiânia**. Goiânia: Ed. Kelps, 1998.

____. **Dicionário do escritor goiano.** Goiânia: Ed. UBE/GO, 1999.

____. Depoimento de José Mendonça Teles Presidente *ad vitam* do IHGG por ocasião do centenário de Colemar Natal e Silva. In: OLIVAL, Moema de C. e Silva. **Centenário de Colemar Natal e Silva (1907-2007)**. Goiânia: Kelps, 2007, p. 15.

VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In: CARDOSO, Ciro F.; ____ (Org.). **Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 127-162.

____. História Cultural e Historiografia Brasileira. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 50, jan./jun., p. 217-235, 2009.

VASCONCELLOS, Lauro de. **Santa Dica: encantamento do mundo ou coisa do povo.** Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991.

VERGARA, Moema de R. Ciência e Modernidade no Brasil: a constituição de duas vertentes historiográficas da ciência no século XX. **Revista da SBHC,** Rio de Janeiro, v. 02 n. 01, jan./jun, p. 22-31, 2004.

VOVELLE, Michel. **Ideologias e Mentalidades**. Trad. Maria Júlia Cottvasser. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

WEHLING, Arno. Historiografia e epistemologia histórica. In: MALERBA, J. (org.) **A História Escrita: Teoria e História da Historiografia**. São Paulo: Ed. Contexto, 2006, p. 175-190.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. 2ª ed. Trad. Alípio C. F. Neto. São Paulo: EDUSP, 2001.

____. Enredo e verdade na escrita da história. In: MALERBA, J. (org.) **A História Escrita: Teoria e História da Historiografia**. Trad. Carlos Oiti Berbert. São Paulo: Ed. Contexto, 2006, p. 191-210.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e Diferença: A Perspectiva dos Estudos Culturais**. 9ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2009, p. 07-72.